ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVII Nº 111 Brasília - DF, terça-feira, 11 de junho de 2019 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 9
Ministério da Cidadania 11
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 13
Ministério da Defesa 15
Ministério do Desenvolvimento Regional 17
Ministério da Economia 18
Ministério da Educação 35
Ministério da Infraestrutura 36
Ministério da Justiça e Segurança Pública 38
Ministério de Minas e Energia 44
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 53
Ministério da Saúde 60
Ministério Público da União 63
Tribunal de Contas da União 65
Poder Judiciário 105
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 107

..... Esta edição completa do DOU é composta de 113 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.624 **(1)**

ORIGEM : ADI - 5624 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - FENAEE
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO - CONTRAF/CUT
ADV.(A/S) : LUIZ ANTÔNIO VIUDES CALHÁO FILHO (0041269/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização das sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pela requerente Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - CONTRAF/CUT, o Dr. Luiz Alberto do Santos; pela Advocacia-Geral da União, o Ministro André Luiz de Almeida Mendonça, Advogado-Geral da União; e, pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Luciano Mariz Maia, Vice-Procurador-Geral da República. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 30.05.2019.

REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.624 **(2)**

ORIGEM : ADI - 5624 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - FENAEE
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO - CONTRAF/CUT
ADV.(A/S) : LUIZ ANTÔNIO VIUDES CALHÁO FILHO (0041269/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização das sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pela requerente Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - CONTRAF/CUT, o Dr. Luiz Alberto do Santos; pela Advocacia-Geral da União, o Ministro André Luiz de Almeida Mendonça, Advogado-Geral da União; e, pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Luciano Mariz Maia, Vice-Procurador-Geral da República. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 30.05.2019.
Decisão: Após os votos dos Ministros Ricardo Lewandowski (Relator) e Edson Fachin no sentido de referendar a concessão parcial da medida cautelar pleiteada para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 29, *caput*, XVIII, da Lei nº 13.303/2016, de modo a afirmar que a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista, de suas subsidiárias ou controladas exige autorização legislativa, bem como prévia licitação pública, dispensada esta quando a alienação não implicar a perda de seu controle acionário; e dos votos dos Ministros Alexandre de Moraes e Roberto Barroso, que não referendavam a cautelar, o julgamento foi suspenso. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 05.06.2019.

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.846 **(3)**

ORIGEM : 5846 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
ADV.(A/S) : CLAUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO (34238/DF, 96073/RJ, 417250/SP)
ADV.(A/S) : BEATRIZ VERISSIMO DE SENA (18971/BA, 15777/DF, 182622/RJ, 415388/SP)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização das sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente, o Dr. Cláudio Pereira Souza Neto; pela Advocacia-Geral da União, o Ministro André Luiz de Almeida Mendonça, Advogado-Geral da União; e, pela Procuradoria-Geral da República o Dr. Luciano Mariz Maia, Vice-Procurador-Geral da República. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 30.05.2019.

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.846 **(4)**

ORIGEM : 5846 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
ADV.(A/S) : CLAUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO (34238/DF, 96073/RJ, 417250/SP)
ADV.(A/S) : BEATRIZ VERISSIMO DE SENA (18971/BA, 15777/DF, 182622/RJ, 415388/SP)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização das sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente, o Dr. Cláudio Pereira Souza Neto; pela Advocacia-Geral da União, o Ministro André Luiz de Almeida Mendonça, Advogado-Geral da União; e, pela Procuradoria-Geral da República o Dr. Luciano Mariz Maia, Vice-Procurador-Geral da República. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 30.05.2019.
Decisão: Após os votos dos Ministros Ricardo Lewandowski (Relator), Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Roberto Barroso na ADI 5.624 (MC-Ref), apregoada em conjunto com as MC-ADI 5.846, MC-ADI 5.924 e MC-ADI 6.029, o julgamento foi suspenso. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 05.06.2019.

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.924 **(5)**

ORIGEM : 5924 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização das sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pela Advocacia-Geral da União, o Ministro André Luiz de Almeida Mendonça, Advogado-Geral da União; e, pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Luciano Mariz Maia, Vice-Procurador-Geral da República. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 30.05.2019.

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.924 **(6)**

ORIGEM : 5924 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização das sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pela Advocacia-Geral da União, o Ministro André Luiz de Almeida Mendonça, Advogado-Geral da União; e, pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Luciano Mariz Maia, Vice-Procurador-Geral da República. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 30.05.2019.
Decisão: Após os votos dos Ministros Ricardo Lewandowski (Relator), Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Roberto Barroso na ADI 5.624 (MC-Ref), apregoada em conjunto com as MC-ADI 5.846, MC-ADI 5.924 e MC-ADI 6.029, o julgamento foi suspenso. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 05.06.2019.

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.029 **(7)**

ORIGEM : 6029 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO
ADV.(A/S) : RODRIGO LISBOA CORREA (14588/ES) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV.(A/S) : GRYECOS ATTOM VALENTE LOUREIRO (54459/DF, 97640/RJ) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S) : MURILO OLIVEIRA LEITAO (DF017611/)
ADV.(A/S) : LENYMARA CARVALHO (33087/DF)
ADV.(A/S) : JAQUES BERNARDI (44613/RS)

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização das sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pela Advocacia-Geral da União, o Ministro André Luiz de Almeida Mendonça, Advogado-Geral da União; e, pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Luciano Mariz Maia, Vice-Procurador-Geral da República. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 30.05.2019.

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.029 **(8)**

ORIGEM : 6029 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO
ADV.(A/S) : RODRIGO LISBOA CORREA (14588/ES) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ADV.(A/S) : GRYECOS ATTOM VALENTE LOUREIRO (54459/DF, 97640/RJ) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S) : MURILO OLIVEIRA LEITAO (DF017611/)
ADV.(A/S) : LENYMARA CARVALHO (33087/DF)
ADV.(A/S) : JAQUES BERNARDI (44613/RS)

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização das sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pela Advocacia-Geral da União, o Ministro André Luiz de Almeida Mendonça, Advogado-Geral da União; e, pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Luciano Mariz Maia, Vice-Procurador-Geral da República. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 30.05.2019.

Decisão: Após os votos dos Ministros Ricardo Lewandowski (Relator), Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Roberto Barroso na ADI 5.624 (MC-Ref), apregoada em conjunto com as MC-ADI 5.846, MC-ADI 5.924 e MC-ADI 6.029, o julgamento foi suspenso. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 05.06.2019.

Acórdãos

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.128 **(9)**
ORIGEM : ADI - 119344 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO - CNC
ADV.(A/S) : JOÃO DE LIMA TEIXEIRA FILHO (21785/RJ)
ADV.(A/S) : GALBA JOSÉ DOS SANTOS (145680/RJ)
AGDO.(A/S) : MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO
AGDO.(A/S) : CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES-CUT
ADV.(A/S) : JOSE EYMARD LOGUERCIO (01441/A/DF, 52504A/GO, 103250/SP)
AGDO.(A/S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TURISMO - CNTUR
ADV.(A/S) : LUIZ CARLOS BETTIOL (00222/DF, 237749/SP)
ADV.(A/S) : LUIZ ALBERTO BETTIOL (06157/DF, 80288/SP)

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental. Vencido o Ministro Marco Aurélio. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 1º.8.2018.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PORTARIA 186/2008, DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. AUSÊNCIA DE DENSIDADE NORMATIVA. DESCABIMENTO DE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.

1. O ato impugnado não detém densidade normativa, não inovando no tratamento do princípio constitucional da unicidade sindical ou no estabelecimento de direitos ou deveres não previstos originariamente na Consolidação das Leis do Trabalho.

2. A Ação Direita de Inconstitucionalidade não é meio processual idôneo para afirmar a validade constitucional de ato normativo não dotado de normatividade primária.

3. Agravo regimental desprovido.

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.111 **(10)**
ORIGEM : 6111 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : CENTRAL NACIONAL DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS
ADV.(A/S) : SAMANTHA IMIDIO FERIGATO (419960/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 26.4.2019 a 3.5.2019.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INSTRUÇÃO NORMATIVA DO INSS. CRÉDITO CONSIGNADO. ATO NORMATIVO SECUNDÁRIO. REGULAMENTAÇÃO DA LEI N.º 10.820/2003. CONTROLE DE LEGALIDADE. PRECEDENTES. NÃO CONHECIMENTO.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, é inviável o controle concentrado de instrução normativa editada para regulamentar lei, desafiando o controle de legalidade e não de constitucionalidade.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO 37 **(11)**
ORIGEM : ADO - 37 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S) : CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA (22356/RS) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 10.5.2019 a 16.5.2019.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OMISSÃO INCONSTITUCIONAL. FUNDO DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES (FUST) CRIADO POR NORMA INFRACONSTITUCIONAL QUE REGULAMENTA OUTRA LEI (LEI 9.998/2000). PEDIDO SUBSIDIÁRIO. CONVERSÃO DA ADO EM ADI. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. DESCABIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

I - As razões recursais não são capazes de afastar a conclusão a que chegou a decisão agravada no sentido de que não ficou demonstrada omissão constitucional a ser impugnada pela via da ação direta.

II - A ação direta de inconstitucionalidade por omissão só pode ser proposta para buscar a efetividade de norma constitucional que prescreva as medidas a cargo do Poder Público para viabilizá-la, nos termos do disposto no art. 103, § 2°, da Constituição Federal.

III - A previsão de universalizar os serviços de telecomunicações decorre diretamente da Lei 9.472/1997 (Título II, Capítulo I) e não do texto da Constituição Federal de 1988.

IV - A Lei 9.998/2000, ao instituir o FUST, com a finalidade de proporcionar recursos para o cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações, disciplinou o disposto no art. 81, II, da Lei Geral das Telecomunicações (Lei 9.472/1997), o que demonstra a ausência de omissão legislativa.

V - Incabível o apelo ao legislador e a conversão do feito em ADI. Pedidos subsidiários indeferidos. Precedente.

VI - Agravo regimental a que se nega provimento.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.826, DE 10 DE JUNHO DE 2019

Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar estudo sobre o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar estudo sobre o Fundo Constitucional do Distrito Federal, que contemplará os seguintes assuntos:

I - a situação atual e a situação pretendida da estrutura organizacional das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e das suas necessidades de manutenção, inclusive sobre os investimentos e o custeio dessas corporações;

II - o montante de recursos destinado aos serviços públicos de saúde e de educação, inclusive sobre as definições dos parâmetros de previsão e execução orçamentária e financeira desses recursos; e

III - os riscos e os impactos fiscais, orçamentários, financeiros, operacionais e institucionais decorrentes dos cenários definidos pelo Grupo em relação aos incisos anteriores.

Art. 2º O Grupo de Trabalho Interministerial será composto por representantes dos seguintes órgãos:

I - Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministério da Justiça e Segurança Pública;

III - Ministério da Economia;

IV - Controladoria-Geral da União; e

V - Advocacia-Geral da União.

§ 1º Cada membro do Grupo de Trabalho Interministerial terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros do Grupo de Trabalho Interministerial e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam, no prazo de cinco dias, contado da data de publicação deste Decreto, e designados pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 3º O Grupo de Trabalho Interministerial se reunirá em caráter ordinário mensalmente e em caráter extraordinário sempre que convocado pelo Coordenador.

§ 1º O quórum de reunião e de aprovação do Grupo de Trabalho Interministerial é de maioria simples dos membros.

§ 2º Além do voto ordinário, o Coordenador do Grupo de Trabalho Interministerial terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 3º O coordenador do Grupo de Trabalho Interministerial poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades da administração pública federal necessários à elaboração do estudo objeto do Grupo, sem direito a voto.

§ 4º O coordenador do Grupo de Trabalho Interministerial convidará para participar das reuniões e debates, fornecer informações relativas aos incisos I e II do **caput** do art. 1º e prestar esclarecimentos, sem direito a voto, os representantes:

I - do Governo do Distrito Federal;

II - da Polícia Civil do Distrito Federal;

III - da Polícia Militar do Distrito Federal; e

IV - do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Art. 4º A Secretaria-Executiva do Grupo de Trabalho Interministerial será exercida pela Casa Civil da Presidência da República.

Art. 5º Os membros do Grupo de Trabalho Interministerial ou convidados que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros ou convidados que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • CASA CIVIL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Art. 6º A participação no Grupo de Trabalho Interministerial será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 7º O Grupo de Trabalho Interministerial terá duração de seis meses, prorrogável por igual prazo, contado da data de designação de seus membros.

Parágrafo único. O Grupo de Trabalho Interministerial, no prazo previsto para sua duração, elaborará e encaminhará relatório ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Onyx Lorenzoni

DECRETO Nº 9.827, DE 10 DE JUNHO DE 2019

Delega competência ao Ministro de Estado da Infraestrutura para definir a área dos portos organizados.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica delegada competência ao Ministro de Estado da Infraestrutura para definir a área dos portos organizados, nos termos do art. 15 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013.

Art. 2º Observada a delegação de competência a que se refere o art. 1º, fica o Ministro de Estado da Infraestrutura autorizado a redefinir áreas de portos organizados já estabelecidas por meio de portaria ou decreto editado anteriormente à data de entrada em vigor deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Tarcisio Gomes de Freitas

DECRETO Nº 9.828, DE 10 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre o Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro.

Art. 2º O Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro é órgão de assessoramento ao Presidente da República destinado a estabelecer diretrizes e metas para o desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro e supervisionar a sua execução.

Art. 3º Compete ao Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro:

I - formular políticas públicas relativas ao setor nuclear e propor aprimoramentos ao Programa Nuclear Brasileiro; e

II - supervisionar o planejamento e a execução de ações conjuntas de órgãos e entidades relativas ao desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro.

Art. 4º O Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro é composto pelos seguintes Ministros de Estado:

I - Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará;

II - Chefe da Casa Civil da Presidência da República;

III - da Defesa;

IV - das Relações Exteriores;

V - da Economia;

VI - da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

VII - da Educação;

VIII - da Saúde;

IX - de Minas e Energia;

X - da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e

XI - do Meio Ambiente.

§ 1º Cada membro do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros titulares indicarão seus respectivos suplentes ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que os designará.

§ 3º O Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro poderá convidar para participar das suas reuniões, sem direito a voto, representantes de outros órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal e de instituições privadas.

Art. 5º O Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro se reunirá, em caráter ordinário, uma vez a cada semestre, de acordo com calendário anual fixado na última reunião do ano anterior, e, em caráter extraordinário, por convocação do seu Coordenador.

§ 1º O quórum de reunião do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro será:

I - em primeira chamada, de maioria absoluta; e

II - em segunda chamada, quinze minutos após a hora estabelecida, com qualquer número de presentes.

§ 2º O Comitê deliberará por maioria simples.

§ 3º Além do voto ordinário, o Coordenador do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro terá o voto de qualidade em caso de empate.

Art. 6º A Secretaria-Executiva do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro será exercida pela Secretaria de Coordenação de Sistemas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Art. 7º O Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro elaborará e publicará o seu regimento interno, que será aprovado por ato de seu Coordenador.

Art. 8º O Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro poderá instituir grupos técnicos com o objetivo de assessorá-lo em temas específicos relevantes para o desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro.

Art. 9º Os grupos técnicos:

I - serão compostos na forma de ato do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro;

II - não poderão ter mais de vinte e cinco membros;

III - terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e

IV - estão limitados a doze operando simultaneamente.

Art. 10. A participação no Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro e nos grupos técnicos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 11. Ficam revogados:

I - o Decreto de 2 de julho de 2008, que cria o Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro; e

II - o Decreto de 22 de junho de 2017, que altera o Decreto de 2 de julho de 2008, que cria o Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Augusto Heleno Ribeiro Pereira

DECRETO Nº 9.829, DE 10 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a" da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - Consipam.

Art. 2º O Consipam é órgão deliberativo que tem por finalidade estabelecer diretrizes para a coordenação e a implementação de ações de governo, no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia - Sipam, em observância à Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal.

Art. 3º O Sipam tem por finalidade integrar, avaliar e difundir informações para o planejamento e a coordenação de ações globais de governo com atuação na Amazônia, com vistas a potencializar o desenvolvimento sustentável da região.

Art. 4º Compete ao Consipam:

I - estabelecer diretrizes e prioridades para a condução das ações de implementação do Sipam;

II - estabelecer diretrizes para a integração e a difusão das informações coletadas pelo Sipam e da sua produção de conhecimento;

III - deliberar sobre as propostas do orçamento anual, de créditos adicionais e do plano plurianual para os programas e projetos integrantes do Sipam;

IV - propor medidas com vistas à articulação e ao intercâmbio das ações do Sipam com os órgãos e as entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal e de instituições privadas;

V - acompanhar a implementação e avaliar os resultados das ações desenvolvidas pelos programas e projetos integrantes do Sipam;

VI - deliberar previamente sobre proposta de tratado, acordo, convênio ou compromisso internacional e sobre a contratação de empréstimo interno e externo para os programas e projetos integrantes do Sipam;

VII - aprovar proposta sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito do Sipam; e

VIII - aprovar o seu regimento interno.

Art. 5º O Consipam será composto pelos seguintes membros:

I - o Secretário-Geral do Ministério da Defesa, que o presidirá;

II - o Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República;

III - o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

IV - o Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores;

V - o Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

VI - o Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente;

VII - o Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional; e

VIII - o Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

§ 1º Cada membro do Consipam terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 2º A convite de seu Presidente, poderão participar das reuniões do Consipam, sem direito a voto, representantes de outros órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal e de instituições privadas.

Art. 6º O Consipam se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente, em caráter extraordinário, por convocação de seu Presidente.

§ 1º O quórum de reunião do Consipam é de dois terços dos membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º Além do voto ordinário, o Presidente do Consipam terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 3º As reuniões serão realizadas por videoconferência na hipótese de seus membros se encontrarem em entes federativos diversos.

Art. 7º O Consipam poderá instituir subcolegiados com o objetivo de:

I - prospectar projetos e elaborar seminários;

II - elencar áreas de atuação prioritárias para o Consipam; e

III - trabalhar de forma conjunta assuntos afetos ao Sipam.

Art. 8º Os subcolegiados:

I - serão compostos na forma de ato do Consipam;

II - não poderão ter mais de cinco membros;

III - terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e

IV - estão limitados a três operando simultaneamente.

Art. 9º A Secretaria-Executiva do Consipam será exercida pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam.

Art. 10. A participação no Consipam e nos seus subcolegiados será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 11. Ficam revogados:

I - o Decreto de 18 de outubro de 1999, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - Consipam;

II - o Decreto de 18 de julho de 2002, que altera o Decreto de 18 de outubro de 1999, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - Consipam;

III - o Decreto de 19 de julho de 2017, que altera o Decreto de 18 de julho de 2002, e o Decreto de 18 de outubro de 1999, que dispõem sobre o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - Consipam; e

IV - o Decreto nº 9.480, de 24 de agosto de 2018.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Fernando Azevedo e Silva

DECRETO Nº 9.830, DE 10 DE JUNHO DE 2019

Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto

Art. 1º Este Decreto regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.

CAPÍTULO II
DA DECISÃO

Motivação e decisão

Art. 2º A decisão será motivada com a contextualização dos fatos, quando cabível, e com a indicação dos fundamentos de mérito e jurídicos.

§ 1º A motivação da decisão conterá os seus fundamentos e apresentará a congruência entre as normas e os fatos que a embasaram, de forma argumentativa.

§ 2º A motivação indicará as normas, a interpretação jurídica, a jurisprudência ou a doutrina que a embasaram.

§ 3º A motivação poderá ser constituída por declaração de concordância com o conteúdo de notas técnicas, pareceres, informações, decisões ou propostas que precederam a decisão.

Motivação e decisão baseadas em valores jurídicos abstratos

Art. 3º A decisão que se basear exclusivamente em valores jurídicos abstratos observará o disposto no art. 2º e as consequências práticas da decisão.

§ 1º Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se valores jurídicos abstratos aqueles previstos em normas jurídicas com alto grau de indeterminação e abstração.

§ 2º Na indicação das consequências práticas da decisão, o decisor apresentará apenas aquelas consequências práticas que, no exercício diligente de sua atuação, consiga vislumbrar diante dos fatos e fundamentos de mérito e jurídicos.

§ 3º A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta, inclusive consideradas as possíveis alternativas e observados os critérios de adequação, proporcionalidade e de razoabilidade.

Motivação e decisão na invalidação

Art. 4º A decisão que decretar invalidação de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativos observará o disposto no art. 2º e indicará, de modo expresso, as suas consequências jurídicas e administrativas.

§ 1º A consideração das consequências jurídicas e administrativas é limitada aos fatos e fundamentos de mérito e jurídicos que se espera do decisor no exercício diligente de sua atuação.

§ 2º A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta, consideradas as possíveis alternativas e observados os critérios de proporcionalidade e de razoabilidade.

§ 3º Quando cabível, a decisão a que se refere o caput indicará, na modulação de seus efeitos, as condições para que a regularização ocorra de forma proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais.

§ 4º Na declaração de invalidade de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativos, o decisor poderá, consideradas as consequências jurídicas e administrativas da decisão para a administração pública e para o administrado:

I - restringir os efeitos da declaração; ou

II - decidir que sua eficácia se iniciará em momento posteriormente definido.

§ 5º A modulação dos efeitos da decisão buscará a mitigação dos ônus ou das perdas dos administrados ou da administração pública que sejam anormais ou excessivos em função das peculiaridades do caso.

Revisão quanto à validade por mudança de orientação geral

Art. 5º A decisão que determinar a revisão quanto à validade de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativos cuja produção de efeitos esteja em curso ou que tenha sido concluída levará em consideração as orientações gerais da época.

§ 1º É vedado declarar inválida situação plenamente constituída devido à mudança posterior de orientação geral.

§ 2º O disposto no § 1º não exclui a possibilidade de suspensão de efeitos futuros de relação em curso.

§ 3º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se orientações gerais as interpretações e as especificações contidas em atos públicos de caráter geral ou em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária e as adotadas por prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público.

§ 4º A decisão a que se refere o caput será motivada na forma do disposto nos art. 2º, art. 3º ou art. 4º.

Motivação e decisão na nova interpretação de norma de conteúdo indeterminado

Art. 6º A decisão administrativa que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado e impuser novo dever ou novo condicionamento de direito, preverá regime de transição, quando indispensável para que o novo dever ou o novo condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

§ 1º A instituição do regime de transição será motivada na forma do disposto nos art. 2º, art. 3º ou art. 4º.

§ 2º A motivação considerará as condições e o tempo necessário para o cumprimento proporcional, equânime e eficiente do novo dever ou do novo condicionamento de direito e os eventuais prejuízos aos interesses gerais.

§ 3º Considera-se nova interpretação ou nova orientação aquela que altera o entendimento anterior consolidado.

Regime de transição

Art. 7º Quando cabível, o regime de transição preverá:

I - os órgãos e as entidades da administração pública e os terceiros destinatários;

II - as medidas administrativas a serem adotadas para adequação à interpretação ou à nova orientação sobre norma de conteúdo indeterminado; e

III - o prazo e o modo para que o novo dever ou novo condicionamento de direito seja cumprido.

Interpretação de normas sobre gestão pública

Art. 8º Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos, as dificuldades reais do agente público e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Na decisão sobre a regularidade de conduta ou a validade de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativos, serão consideradas as circunstâncias práticas que impuseram, limitaram ou condicionaram a ação do agente público.

§ 2º A decisão a que se refere o § 1º observará o disposto nos art. 2º, art. 3º ou art. 4º.

Compensação

Art. 9º A decisão do processo administrativo poderá impor diretamente à pessoa obrigada compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos, com a finalidade de evitar procedimentos contenciosos de ressarcimento de danos.

§ 1º A decisão do processo administrativo é de competência da autoridade pública, que poderá exigir compensação por benefícios indevidamente fruídos pelo particular ou por prejuízos resultantes do processo ou da conduta do particular.

§ 2º A compensação prevista no caput será motivada na forma do disposto nos art. 2º, art. 3º ou art. 4º e será precedida de manifestação das partes obrigadas sobre seu cabimento, sua forma e, se for o caso, seu valor.

§ 3º A compensação poderá ser efetivada por meio do compromisso com os interessados a que se refere o art. 10.

CAPÍTULO III
DOS INSTRUMENTOS

Compromisso

Art. 10. Na hipótese de a autoridade entender conveniente para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situações contenciosas na aplicação do direito público, poderá celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável e as seguintes condições:

I - após oitiva do órgão jurídico;

II - após realização de consulta pública, caso seja cabível; e

III - presença de razões de relevante interesse geral.

§ 1º A decisão de celebrar o compromisso a que se refere o caput será motivada na forma do disposto no art. 2º.

§ 2º O compromisso:

I - buscará solução proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais;

II - não poderá conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecido por orientação geral; e

III - preverá:

a) as obrigações das partes;

b) o prazo e o modo para seu cumprimento;

c) a forma de fiscalização quanto a sua observância;

d) os fundamentos de fato e de direito;

e) a sua eficácia de título executivo extrajudicial; e

f) as sanções aplicáveis em caso de descumprimento.

§ 3º O compromisso firmado somente produzirá efeitos a partir de sua publicação.

§ 4º O processo que subsidiar a decisão de celebrar o compromisso será instruído com:

I - o parecer técnico conclusivo do órgão competente sobre a viabilidade técnica, operacional e, quando for o caso, sobre as obrigações orçamentário-financeiras a serem assumidas;

II - o parecer conclusivo do órgão jurídico sobre a viabilidade jurídica do compromisso, que conterá a análise da minuta proposta;

III - a minuta do compromisso, que conterá as alterações decorrentes das análises técnica e jurídica previstas nos incisos I e II; e

IV - a cópia de outros documentos que possam auxiliar na decisão de celebrar o compromisso.

§ 5º Na hipótese de o compromisso depender de autorização do Advogado-Geral da União e de Ministro de Estado, nos termos do disposto no § 4º do art. 1º ou no art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, ou ser firmado pela Advocacia-Geral da União, o processo de que trata o § 3º será acompanhado de manifestação de interesse da autoridade máxima do órgão ou da entidade da administração pública na celebração do compromisso.

§ 6º Na hipótese de que trata o § 5º, a decisão final quanto à celebração do compromisso será do Advogado-Geral da União, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 1997.

Termo de ajustamento de gestão

Art. 11. Poderá ser celebrado termo de ajustamento de gestão entre os agentes públicos e os órgãos de controle interno da administração pública com a finalidade de corrigir falhas apontadas em ações de controle, aprimorar procedimentos, assegurar a continuidade da execução do objeto, sempre que possível, e garantir o atendimento do interesse geral.

§ 1º A decisão de celebrar o termo de ajustamento de gestão será motivada na forma do disposto no art. 2º.

§ 2º Não será celebrado termo de ajustamento de gestão na hipótese de ocorrência de dano ao erário praticado por agentes públicos que agirem com dolo ou erro grosseiro.

§ 3º A assinatura de termo de ajustamento de gestão será comunicada ao órgão central do sistema de controle interno.

CAPÍTULO IV
DA RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO

Responsabilização na hipótese de dolo ou erro grosseiro

Art. 12. O agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.

§ 1º Considera-se erro grosseiro aquele manifesto, evidente e inescusável praticado com culpa grave, caracterizado por ação ou omissão com elevado grau de negligência, imprudência ou imperícia.

§ 2º Não será configurado dolo ou erro grosseiro do agente público se não restar comprovada, nos autos do processo de responsabilização, situação ou circunstância fática capaz de caracterizar o dolo ou o erro grosseiro.

§ 3º O mero nexo de causalidade entre a conduta e o resultado danoso não implica responsabilização, exceto se comprovado o dolo ou o erro grosseiro do agente público.

§ 4º A complexidade da matéria e das atribuições exercidas pelo agente público serão consideradas em eventual responsabilização do agente público.

§ 5º O montante do dano ao erário, ainda que expressivo, não poderá, por si só, ser elemento para caracterizar o erro grosseiro ou o dolo.

§ 6º A responsabilização pela opinião técnica não se estende de forma automática ao decisor que a adotou como fundamento de decidir e somente se configurará se estiverem presentes elementos suficientes para o decisor aferir o dolo ou o erro grosseiro da opinião técnica ou se houver conluio entre os agentes.

§ 7º No exercício do poder hierárquico, só responderá por culpa in vigilando aquele cuja omissão caracterizar erro grosseiro ou dolo.

§ 8º O disposto neste artigo não exime o agente público de atuar de forma diligente e eficiente no cumprimento dos seus deveres constitucionais e legais.

Análise de regularidade da decisão

Art. 13. A análise da regularidade da decisão não poderá substituir a atribuição do agente público, dos órgãos ou das entidades da administração pública no exercício de suas atribuições e competências, inclusive quanto à definição de políticas públicas.

§ 1º A atução de órgãos de controle privilegiará ações de prevenção antes de processos sancionadores.

§ 2º A eventual estimativa de prejuízo causado ao erário não poderá ser considerada isolada e exclusivamente como motivação para se concluir pela irregularidade de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativos.

Direito de regresso, defesa judicial e extrajudicial

Art. 14. No âmbito do Poder Executivo federal, o direito de regresso previsto no § 6º do art. 37 da Constituição somente será exercido na hipótese de o agente público ter agido com dolo ou erro grosseiro em suas decisões ou opiniões técnicas, nos termos do disposto no art. 28 do Decreto-Lei nº 4.657, de 1942, e com observância aos princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade.

Art. 15. O agente público federal que tiver que se defender, judicial ou extrajudicialmente, por ato ou conduta praticada no exercício regular de suas atribuições institucionais, poderá solicitar à Advocacia-Geral da União que avalie a verossimilhança de suas alegações e a consequente possibilidade de realizar sua defesa, nos termos do disposto no art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, e nas demais normas de regência.

Decisão que impuser sanção ao agente público

Art. 16. A decisão que impuser sanção ao agente público considerará:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - os danos que dela provierem para a administração pública;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os antecedentes do agente;

V - o nexo de causalidade; e

VI - a culpabilidade do agente.

§ 1º A motivação da decisão a que se refere o caput observará o disposto neste Decreto.

§ 2º As sanções aplicadas ao agente público serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções da mesma natureza e relativas ao mesmo fato.

Art. 17. O disposto no art. 12 não afasta a possibilidade de aplicação de sanções previstas em normas disciplinares, inclusive nos casos de ação ou de omissão culposas de natureza leve.

CAPÍTULO V
DA SEGURANÇA JURÍDICA NA APLICAÇÃO DAS NORMAS

Consulta pública para edição de atos normativos

Art. 18. A edição de atos normativos por autoridade administrativa poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico.

§ 1º A decisão pela convocação de consulta pública será motivada na forma do disposto no art. 3º.

§ 2º A convocação de consulta pública conterá a minuta do ato normativo, disponibilizará a motivação do ato e fixará o prazo e as demais condições.

§ 3º A autoridade decisora não será obrigada a comentar ou considerar individualmente as manifestações apresentadas e poderá agrupar manifestações por conexão e eliminar aquelas repetitivas ou de conteúdo não conexo ou irrelevante para a matéria em apreciação.

§ 4º As propostas de consulta pública que envolverem atos normativos sujeitos a despacho presidencial serão formuladas nos termos do disposto no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017.

Segurança jurídica na aplicação das normas

Art. 19. As autoridades públicas atuarão com vistas a aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de normas complementares, orientações normativas, súmulas, enunciados e respostas a consultas.

Parágrafo único. Os instrumentos previstos no caput terão caráter vinculante em relação ao órgão ou à entidade da administração pública a que se destinarem, até ulterior revisão.

Parecer do Advogado-Geral da União e de consultorias jurídicas e súmulas da Advocacia-Geral da União

Art. 20. O parecer do Advogado-Geral da União de que tratam os art. 40 e art. 41 da Lei Complementar nº 73, 10 de fevereiro de 1993, aprovado pelo Presidente da República e publicado no Diário Oficial da União juntamente com o despacho presidencial, vincula os órgãos e as entidades da administração pública federal, que ficam obrigados a lhe dar fiel cumprimento.

§ 1º O parecer do Advogado-Geral da União aprovado pelo Presidente da República, mas não publicado, obriga apenas as repartições interessadas, a partir do momento em que dele tenham ciência.

§ 2º Os pareceres de que tratam o caput e o § 1º têm prevalência sobre outros mecanismos de uniformização de entendimento.

Art. 21. Os pareceres das consultorias jurídicas e dos órgãos de assessoramento jurídico, de que trata o art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 1993, aprovados pelo respectivo Ministro de Estado, vinculam o órgão e as respectivas entidades vinculadas.

Orientações normativas

Art. 22. A autoridade que representa órgão central de sistema poderá editar orientações normativas ou enunciados que vincularão os órgãos setoriais e seccionais.

§ 1º As controvérsias jurídicas sobre a interpretação de norma, instrução ou orientação de órgão central de sistema poderão ser submetidas à Advocacia-Geral da União.

§ 2º A submissão à Advocacia-Geral da União de que trata o § 1º será instruída com a posição do órgão jurídico do órgão central de sistema, do órgão jurídico que divergiu e dos outros órgãos que se pronunciaram sobre o caso.

Enunciados

Art. 23. A autoridade máxima de órgão ou da entidade da administração pública poderá editar enunciados que vinculem o próprio órgão ou a entidade e os seus órgãos subordinados.

Transparência

Art. 24. Compete aos órgãos e às entidades da administração pública manter atualizados, em seus sítios eletrônicos, as normas complementares, as orientações normativas, as súmulas e os enunciados a que se referem os art. 19 ao art. 23.

Vigência

Art. 25. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Wagner de Campos Rosário
André Luiz de Almeida Mendonça

DECRETO Nº 9.831, DE 10 DE JUNHO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e o Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, que regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a composição e o funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, dispõe sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e remaneja cargos em comissão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam remanejados, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, na forma do Anexo I, onze cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS 102.4.

Art. 2º O Anexo II ao Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo II a este Decreto.

Art. 3º Os ocupantes dos cargos em comissão que deixam de existir na Estrutura Regimental do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados.

Art. 4º O Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

Parágrafo único. A coordenação do SNPCT será exercida pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos." (NR)

"Art. 4º .....
.....

§ 1º Os Comitês e Mecanismos Estaduais e Distrital de Prevenção e Combate à Tortura poderão integrar o SNPCT por meio de termo de adesão específico firmado nos termos deste Decreto e de normas complementares do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
....." (NR)

"Art. 5º .....
.....

Parágrafo único. Ato do Ministro de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos disporá sobre os critérios e o procedimento de ingresso no SNPCT dos órgãos e das entidades de que trata o **caput**." (NR)

"Art. 8º O CNPCT, órgão integrante da estrutura do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, será composto:

I - pelo Ministro de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que o presidirá;

II - por dois representantes do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;

III - por um representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

IV - por um representante do Ministério da Defesa;

V - por um representante do Ministério das Relações Exteriores;

VI - por um representante do Ministério da Educação;

VII - por um representante do Ministério da Cidadania;

VIII - por um representante do Ministério da Saúde;

IX - por um representante da Secretaria-Geral da Presidência da República;

X - por um representante da Secretaria de Governo da Presidência da República;

XI - por dois representantes de conselhos de classes profissionais;

XII - por oito representantes titulares de movimentos sociais, fóruns, redes, entidades da sociedade civil com atuação relacionada à prevenção e ao combate à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; e

XIII - por dois representantes de entidades representativas de trabalhadores, estudantes, empresários e instituições de ensino e pesquisa, cuja atuação esteja relacionada à prevenção e ao combate à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

§ 1º Os representantes referidos nos incisos II a X do **caput** e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados por ato do Presidente da República.

§ 2º Os representantes referidos nos incisos XI a XIII do **caput** e respectivos suplentes serão escolhidos e designados por ato do Presidente da República após o chamamento público.

.....

§ 4º Os representantes referidos nos incisos XI a XIII do **caput** e respectivos suplentes serão da mesma instituição.

§ 5º O mandato dos representantes, titulares e suplentes, do CNPCT referidos nos incisos XI a XIII do **caput** será de dois anos, admitida uma recondução por igual período.

.....

§ 8º O vice-presidente do CNPCT será eleito pelos demais membros e exercerá mandato de um ano, assegurada a alternância entre os representantes dos incisos II a X do **caput** e os representantes dos incisos XI a XIII do **caput**." (NR)

"Art. 10. O MNPCT, órgão integrante da estrutura do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, será composto por onze peritos, escolhidos pelo CNPCT e designados por ato do Presidente da República, com mandato de três anos, admitida uma recondução por igual período.

.....

§ 3º É vedado o exercício de peritos vinculados a redes e a entidades da sociedade civil e a instituições de ensino e pesquisa, a entidades representativas de trabalhadores, a estudantes e a empresários integrantes do CNPCT.

.....

§ 5º A participação no MNPCT será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada." (NR)

"Art. 14. Caberá à Polícia Federal e à Policia Rodoviária Federal assegurar o apoio necessário à atuação do MNPCT, por meio de acordo a ser firmado com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos." (NR)

"Art. 18. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos prestará o apoio técnico, financeiro e administrativo necessários ao funcionamento do SNPCT, do CNPCT e do MNPCT." (NR)

"Art. 19. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos fomentará a criação de Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura no âmbito dos Estados e do Distrito Federal." (NR)

"Art. 20. A transferência voluntária de recursos realizada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para os entes federativos destinados à prevenção e ao combate à tortura será precedida do termo de adesão referido no § 1º do art. 4º." (NR)

"Art. 21. As despesas decorrentes deste Decreto serão custeadas por dotações orçamentárias da União consignadas anualmente no orçamento do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento fixados anualmente." (NR)

"Art. 23. O chamamento público referido no § 2º do art. 8º será convocado por meio de edital elaborado e publicado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos." (NR)

Art. 5º Ficam revogados os seguintes dispositivos do Decreto nº 8.154, de 2013:

I - os § 3º e § 7º do art. 8º;

II - o § 2º do art. 10; e

III - o art. 26.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Sérgio Luiz Cury Carazza

ANEXO I

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DO MDH PARA SEGES/ME	
		QTD.	VALOR TOTAL
DAS 102.4	3,84	11	42,24
TOTAL		11	42,24

ANEXO II
(Anexo II ao Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019)

"a) .....

.....			
SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO GLOBAL	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Secretário Adjunto	DAS 101.5
	1	Diretor de Programa	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor para Assuntos sobre Refugiados	DAS 102.4
Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Direitos Humanos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Direito à Memória e à Verdade e Apoio à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
.....			

b) .....

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
NE	6,41	1	6,41	1	6,41
DAS 101.6	6,27	9	56,43	9	56,43
DAS 101.5	5,04	30	151,20	30	151,20
DAS 101.4	3,84	63	241,92	63	241,92
DAS 101.3	2,10	83	174,30	83	174,30
DAS 101.2	1,27	3	3,81	3	3,81
DAS 102.5	5,04	4	20,16	4	20,16
DAS 102.4	3,84	34	130,56	23	88,32
DAS 102.3	2,10	18	37,80	18	37,80
DAS 102.2	1,27	7	8,89	7	8,89
DAS 102.1	1,00	7	7,00	7	7,00
SUBTOTAL 1		259	838,48	248	796,24
FCPE 101.5	3,03	2	6,06	2	6,06
FCPE 101.4	2,30	22	50,60	22	50,60
FCPE 101.3	1,26	12	15,12	12	15,12
FCPE 101.2	0,76	14	10,64	14	10,64
FCPE 102.4	2,30	4	9,20	4	9,20
FCPE 102.3	1,26	1	1,26	1	1,26
FCPE 102.2	0,76	6	4,56	6	4,56
SUBTOTAL 2		61	97,44	61	97,44
FG-1	0,20	5	1,00	5	1,00
SUBTOTAL 3		5	1,00	5	1,00
TOTAL		325	936,92	314	894,68

" (NR)

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2019

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve:

ADMITIR,

no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, no grau de Grande Oficial, o General de Exército JORGE ORLANDO CÉLIZ KUONG, Comandante Geral do Exército peruano.

Brasília, 10 de junho de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Fernando Azevedo e Silva

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 242, de 10 de junho de 2019. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíca para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais, e seu Protocolo, assinados em Brasília, em 3 de maio de 2018.

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Exposição de Motivos

Nº 41, de 4 de junho de 2019. Resolução nº 12, de 4 de junho de 2019, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. Aprovo. Em 10 de junho de 2019.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 4 DE JUNHO DE 2019

Estabelece diretrizes para a promoção da livre concorrência no abastecimento de combustíveis, demais derivados de petróleo e biocombustíveis no País, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso III, no art. 2º, **caput**, inciso IX, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, no art. 2º, § 3º, inciso III, do Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000, no art. 7º, inciso III, e no art. 14, **caput**, do Regimento Interno do CNPE, aprovado pela Resolução nº 7, de 10 de novembro de 2009, nas deliberações da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de junho de 2019, o que consta do Processo nº 48380.000091/2019-09, resolve:

Art. 1º Estabelecer como de interesse da Política Energética Nacional que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP priorize a conclusão dos estudos e a deliberação sobre os seguintes temas atinentes ao abastecimento de combustíveis, demais derivados e biocombustíveis com o objetivo de aprimorar o normativo regulatório do setor, na busca da promoção da livre concorrência:

I - a comercialização, por transportador-revendedor-retalhista (TRR), de gasolina automotiva C, óleo diesel B e etanol combustível hidratado com revendedor varejista de combustíveis automotivos e ponto de abastecimento;

II - a tutela regulatória do uso da marca comercial do distribuidor por revendedor varejista de combustíveis automotivos;

III - a comercialização, por produtor, de etanol combustível hidratado com revendedor varejista de combustíveis automotivos e TRR;

IV - os usos de gás liquefeito de petróleo - GLP;

V - a avaliação do tipo de autorização em portos públicos e as condições de acesso de terceiros a terminais aquaviários para movimentação de petróleo, seus derivados e biocombustíveis;

VI - o aprimoramento da disponibilidade de informação de comercialização, especialmente sobre preços e volumes, de combustíveis automotivos e GLP na revenda varejista, considerando o aumento da abrangência e da agilidade, sem prejuízo da sua fidedignidade; e

VII - a divulgação do quadro societário do revendedor varejista de combustíveis automotivos constante da base do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

§ 1º Recomendar à ANP os seguintes prazos para a conclusão dos estudos e deliberação sobre os temas de que tratam os incisos do art. 1º:

I - para os incisos I a II, até 120 (cento e vinte) dias;

II - para o inciso III, até 120 (cento e vinte) dias contados a partir da publicação da lei que estabelecer a monofasia tributária federal de que trata o art. 3º; e

III - para os incisos IV a VII, até 240 (duzentos e quarenta) dias.

§ 2º No caso de o estudo indicar a pertinência de aperfeiçoamento do normativo regulatório existente, recomendar à ANP que inclua o assunto na sua agenda regulatória, no prazo de até 30 (trinta) dias, após sua deliberação.

§ 3º Nos casos não abrangidos pelo § 2º, recomendar à ANP que encaminhe o estudo para o CNPE, no prazo de até 30 (trinta) dias, após sua deliberação.

Art. 2º Recomendar que o Ministério de Minas e Energia, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, em conjunto com a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Economia, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a ANP, a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e convidados, submeta ao CNPE estudos sobre os seguintes temas atinentes ao abastecimento de combustíveis, demais derivados de petróleo e biocombustíveis para subsidiar a formulação de medidas voltadas para a promoção da livre concorrência:

I - os modelos de negócios e os arranjos societários; e

II - as condições de acesso de terceiros a dutos de transporte e terminais terrestres para movimentação de petróleo, seus derivados e biocombustíveis.

Art. 3º Recomendar que, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, o Ministério da Economia, quanto à monofasia tributária:

I - avalie a conveniência e a oportunidade para sua implementação, no âmbito federal, no setor de combustíveis e a sua eventual relação com a promoção da livre concorrência; e

II - promova a articulação com os Estados e o Distrito Federal visando à harmonização dos tributos incidentes sobre os combustíveis.

Art. 4º Recomendar que o Ministério de Minas e Energia promova a articulação permanente com órgãos da Administração Pública Federal, de outros poderes e entes federativos com vistas ao combate à sonegação e à adulteração de combustíveis, entre outras práticas que distorcem a concorrência.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DIRETORIA DE AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO

DESPACHOS

Processo nº 00100.005146/2019-31
Interessado: AR FINANCIAL CONTABILIDADE
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR FINANCIAL CONTABILIDADE, vinculada às AC SOLUTI JUS CODESIGNING, AC SOLUTI JUS SSL e AC SOLUTI JUS, com instalação técnica localizada na RUA FORTUNATO RAMOS, N° 245, SALAS 1301 A 1305, SANTA LÚCIA, CEP 29.056-020, VITÓRIA - ES.

Processo nº 00100.005140/2019-64
Interessado: AR OPEN CLOUD
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR OPEN CLOUD, vinculada à AC SOLUTI JUS CODESIGNING, AC SOLUTI JUS SSL e AC SOLUTI JUS, com instalação técnica localizada na RUA DOS ATORES, N° 64, SALA 02, TÉRREO, CEP 06.730-000, VARGEM GRANDE PAULISTA - SP.

Processo nº 00100.005143/2019-06
Interessado: AR GAMA CONT CERTIFICADORA DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR GAMA CONT CERTIFICADORA DIGITAL, vinculada às AC SOLUTI JUS, AC SOLUTI JUS CODESIGNING e AC SOLUTI JUS SSL, com instalação técnica localizada na QUADRA 02, CONJUNTO A, LOTE 28, CASA 03, SETOR SUL (GAMA), CEP 72.415-101, BRASÍLIA - DF.

Processo nº 00100.005096/2019-92
Interessado: AR GAMA CONT CERTIFICADORA DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR GAMA CONT CERTIFICADORA DIGITAL, vinculada às AC SOLUTI MÚLTIPLA CODESIGNING, AC SOLUTI MÚLTIPLA SSL e AC SOLUTI MÚLTIPLA TIMESTAMPING, com instalação técnica localizada na QUADRA 02, CONJUNTO A, LOTE 28, CASA 03, SETOR SUL (GAMA), CEP 72.415-101, BRASÍLIA - DF.

Processo nº 00100.005100/2019-12
Interessado: AR SOCERT
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR SOCERT, vinculada às AC SOLUTI MÚLTIPLA CODESIGNING, AC SOLUTI MÚLTIPLA SSL e AC SOLUTI MÚLTIPLA TIMESTAMPING, com instalação técnica localizada na RUA PADRE MAURÍCIO, N° 670, SALAS 2 E 3, VILA JUSSARA MARIA, CEP 18.706-090, AVARÉ - SP.

Processo nº 00100.005098/2019-81
Interessado: AR OPEN CLOUD
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR OPEN CLOUD, vinculada às AC SOLUTI MÚLTIPLA CODESIGNING, AC SOLUTI MÚLTIPLA SSL e AC SOLUTI MÚLTIPLA TIMESTAMPING, com instalação técnica localizada na RUA DOS ATORES, N° 64, SALA 02, TÉRREO, JARDIM EUROPA, CEP 06.730-000, VARGEM GRANDE PAULISTA - SP.

Processo nº 00100.005094/2019-01
Interessado: AR FINANCIAL CONTABILIDADE
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR FINANCIAL CONTABILIDADE, vinculada às AC SOLUTI MÚLTIPLA CODESIGNING, AC SOLUTI MÚLTIPLA SSL e AC SOLUTI MÚLTIPLA TIMESTAMPING, com instalação técnica localizada na RUA FORTUNATO RAMOS, N° 245, SALAS 1301 A 1305, SANTA LÚCIA, CEP 29.056-020, VITÓRIA - ES.

Processo nº 00100.005087/2019-00
Interessado: AR CERTREDE CERTIFICADORA DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CERTREDE CERTIFICADORA DIGITAL, vinculada às AC SOLUTI JUS, AC SOLUTI JUS CODESIGNING e AC SOLUTI JUS SSL, com instalação técnica localizada na AVENIDA CORONEL COLARES MOREIRA, N° 01, LOJA 08, EDF. GOLDEN TOWER, JARDIM RENASCENÇA, CEP 65.075-441, SÃO LUÍS - MA.

Processo nº 00100.005145/2019-97
Interessado: AR EXPRESS CERTIFICAÇÃO DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR EXPRESS CERTIFICAÇÃO DIGITAL, vinculada às AC SOLUTI JUS, AC SOLUTI JUS CODESIGNING e AC SOLUTI JUS SSL, com instalação técnica localizada na TRAVESSA DO ARSENAL DE GUERRA, N° 135, SALA 0103, SANTO ANTÔNIO, CEP 50.020-630, RECIFE - PE.

Processo nº 00100.005142/2019-53
Interessado: AR CONNECT CERTIFICAÇÃO DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CONNECT CERTIFICAÇÃO DIGITAL, vinculada às AC SOLUTI JUS, AC SOLUTI JUS CODESIGNING e AC SOLUTI JUS SSL, com instalação técnica localizada na RUA H-9, Nº 926, FUNDOS, INDUSTRIAL, CEP 78.580-000, ALTA FLORESTA - MT.

Processo nº 00100.005141/2019-17
Interessado: AR CERTIFIC SUA ASSINATURA DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CERTIFIC SUA ASSINATURA DIGITAL, vinculada às AC SOLUTI JUS, AC SOLUTI JUS CODESIGNING e AC SOLUTI JUS SSL, com instalação técnica localizada na RUA DOMINGOS DE MORAIS, N° 1368, LOJA 12 B, VILA MARIANA, CEP 04.010-200, SÃO PAULO - SP.

Processo nº 00100.005134/2019-15
Interessado: AR MORETO E GOUVEA CORRETORA DE SEGUROS
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR MORETO E GOUVEA CORRETORA DE SEGUROS, vinculada à AC CERTISIGN RFB, com instalação técnica localizada na AVENIDA JOÃO RAMALHO, Nº 430, CONJUNTO 54, VILA ASSUNÇÃO, CEP 09.030-320, SANTO ANDRÉ-SP.

Processo nº 00100.000183/2019-53
Interessado: AR AUDITORIA
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR AUDITORIA, CNPJ 30.047.960/0001-78, vinculada à AC SAFEWEB RFB, com funcionamento no endereço: RUA ARMÍNIO DA SILVA, N° 1435, SALA 4, CENTRO, CEP 99.560-000, SARANDI-RS.

Processo nº 00100.004372/2019-03
Interessado: AR ACE Campo Limpo Paulista
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR ACE CAMPO LIMPO PAULISTA, CNPJ 54.134.770/0001-56, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: AVENIDA JOÃO XXIII, Nº 48, JARDIM PAULISTA, CEP 13.231-120, CAMPO LIMPO PAULISTA-SP.

Processo nº 00100.004377/2019-28
Interessado: AR HSVP
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR HSVP, CNPJ 18.010.750/0001-00, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: RUA GONÇALVES CRESPO, Nº 430, TIJUCA, CEP 20.270-320, RIO DE JANEIRO-RJ.

Processo nº 00100.004493/2019-47
Interessado: AR J P G DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR J P G DIGITAL, CNPJ 21.216.253/0001-77, vinculada à AC CONSULTI BRASIL RFB, com funcionamento no endereço: AVENIDA DEPUTADO JOSÉ DA COSTA FRANCA, Nº 119, LOTE 12, QUADRA 07, LOJA 11, VILAR DOS TELES, CEP 25.555-783, SÃO JOÃO DE MERITI-RJ.

Processo nº 00100.005144/2019-42
Interessado: AR SOCERT
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR SOCERT, vinculada às AC SOLUTI JUS CODESIGNING, AC SOLUTI JUS SSL e AC SOLUTI JUS, com instalação técnica localizada na RUA PADRE MAURÍCIO, N° 670, SALAS 2 E 3, VILA JUSSARA MARIA, CEP 18.706-090, AVARÉ - SP.

Processo nº 00100.005085/2019-11
Interessado: AR BOLDTSOLFT
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR BOLDTSOFT, vinculada à AC SOLUTI JUS CODESIGNING e AC SOLUTI JUS SSL, com instalação técnica localizada na RUA FREDERICO RAASCH, S/N, SÃO SEBASTIÃO DE BELÉM, CEP 29.645-000, SANTA MARIA DE JETIBÁ-ES.

Processo nº 00100.005090/2019-15
Interessado: AR NCICERT
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR NCICERT, vinculada à AC SOLUTI JUS, AC SOLUTI JUS CODESIGNING e AC SOLUTI JUS SSL, com instalação técnica localizada na RUA CLODOMIRO AMAZONAS, N° 1158, CONJUNTO 16, VILA NOVA CONCEIÇÃO, CEP 04.537-901, SÃO PAULO-SP.

Processo nº 00100.005102/2019-10
Interessado: AR CERTLUNE CERTIFICADO DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CERTLUNE CERTIFICADO DIGITAL, vinculada à AC VALID RFB, com instalação técnica localizada na PRAÇA DO LIVRO, Nº 83, 1° ANDAR, CENTRO, CEP 47.600-000, BOM JESUS DA LAPA-BA.

Processo nº 00100.005127/2019-13
Interessado: AR FACILITE
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR FACILITE, vinculada às AC SOLUTI JUS, AC SOLUTI JUS CODESIGNING e AC SOLUTI JUS SSL, com instalação técnica localizada na RUA 11, N° 74, QD 17, LOTE 14B, SALA 01, VILA AMÁLIA, CEP 75.906-180, RIO VERDE-GO.

Processo nº 00100.005083/2019-13
Interessado: AR AGILITAR
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR AGILITAR, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA CODESIGNING, AC SOLUTI MÚLTIPLA SSL, AC SOLUTI MÚLTIPLA TIMESTAMPING, AC SOLUTI JUS CODESIGNING e AC SOLUTI JUS SSL, com instalação técnica localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, N° 1, LOJA 31, CENTRO, CEP 28.613-060, NOVA FRIBURGO-RJ.

Processo nº 00100.005066/2019-86
Interessado: AR FACILITE
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR FACILITE, vinculada às AC SOLUTI MÚLTIPLA CODESIGNING, AC SOLUTI MÚLTIPLA SSL e AC SOLUTI MÚLTIPLA TIMESTAMPING, com instalação técnica localizada na RUA 11, N° 74, QD 17, LOTE 14B, SALA 01, VILA AMÁLIA, CEP 75.906-180, RIO VERDE-GO.

Processo nº 00100.005067/2019-21
Interessado: AR BOLDTSOFT
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR BOLDTSOFT, vinculada às AC SOLUTI MÚLTIPLA CODESIGNING, AC SOLUTI MÚLTIPLA SSL e AC SOLUTI MÚLTIPLA TIMESTAMPING, com instalação técnica localizada na RUA FREDERICO RAASCH, S/N, SÃO SEBASTIÃO DE BELÉM, CEP 29.645-000, SANTA MARIA DE JETIBÁ-ES.

ÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA
Diretora

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA Nº 2.616, DE 7 DE JUNHO DE 2019

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições previstas na Portaria SE/MAPA nº 1.631, de 05 de julho de 2016, publicada no DOU nº 129, de 07 de julho de 2016, na Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º Habilitar a Médica Veterinária Karla Mayara de Oliveira Pontes, CRMV-CE 3231, para emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA para equídeos e ruminantes em eventos com aglomerações de animais no município de Maracanaú-CE, Caucaia-CE, Eusébio-CE, Cascavel-CE, Maranguape-CE, Itaitinga-CE, Horizonte-CE, Fortaleza-CE, Pindoretama-CE, Aquiraz-CE, Pacajus-CE e Pacatuba-CE, observando as normas e dispositivos legais em vigor, de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

MARIA LUISA SILVA RUFINO

SECRETARIA DE AQUICULTURA E DA PESCA

PORTARIA Nº 2.546, DE 4 DE JUNHO DE 2019

Concede Autorização de Pesca, em caráter precário, para a embarcação "IGOMAR SI", inscrita no SisRGP sob o número SC-0000905-4 e na autoridade marítima sob o número TIE 443-011870-1, por determinação judicial.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 21 da Medida Provisória n° 870, de 1° de janeiro de 2019, o art. 29 do anexo I ao Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019, o art. 24 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, a Instrução Normativa SEAP/PR nº 3, de 12 de maio de 2004, a Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA nº 10, de 10 de junho de 2011, e a Instrução Normativa SEAP/MMA/MD nº 2, de 4 de setembro de 2006, e considerando o constante dos autos do Processo SEI-MAPA nº 21000.021596/2019-70, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Pesca, em caráter precário, para a embarcação "IGOMAR SI", de propriedade do Sr. Valdo Antônio de Souza, inscrita no SisRGP sob o número SC-0000905-4 e na autoridade marítima sob o número TIE 443-011870-1, para atuar na modalidade de permissionamento Arrasto de Fundo - Duplo (Camarão-rosa) e Arrasto de Fundo (Camarão-cristalino) - Litoral Sudeste/Sul, cód: 3.03.001, por determinação constante na sentença proferida no Mandado de Segurança nº 5013290-25.2018.4.04.7208/SC, em trâmite perante a 3ª Vara Federal de Itajaí-SC.

Art. 2º Para efeitos de comprovação junto aos órgãos de controle e fiscalização da atividade de pesca, o proprietário ou o armador de pesca deverão manter a cópia desta Portaria a bordo da embarcação.

Art. 3º A presente Portaria é válida por três anos, podendo, no entanto, perder eficácia nesse período, caso seja emitido Certificado de Autorização de Pesca e Registro de Embarcação Pesqueira pelo Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, mediante ativação do sinal do PREPS.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE SEIF JÚNIOR

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 110, DE 23 DE MAIO DE 2019

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 21 do Anexo I do Decreto nº 9.667, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta do Processo nº 21000.032205/2018-61, resolve:

Art. 1º Submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, o Projeto de Instrução Normativa que proíbe, em todo território nacional, a importação, a fabricação, a comercialização e o uso de aditivos melhoradores de desempenho que contenham os antimicrobianos tilosina, lincomicina, e tiamulina, classificados como importantes na medicina humana.

Art. 2º O objetivo da presente consulta pública é permitir a ampla divulgação da proposta de Instrução Normativa, visando receber manifestações tecnicamente fundamentadas de órgãos, entidades ou pessoas interessadas.

Art. 3º Durante o prazo estipulado no art. 1º desta Portaria, o Projeto de Instrução Normativa encontrar-se-á disponível na íntegra na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através do endereço: http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/participacaosocial/consultas-publicas.

Art. 4º As manifestações tecnicamente fundamentadas advindas da consulta pública de que trata o art. 1º, deverão serem encaminhadas ao endereço eletrônico dpe.dsa@agricultura.gov.br.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA Nº 117, DE 31 DE MAIO DE 2019

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 17 e 53, do Anexo I, do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, no inciso IV, do Art. 160, da Portaria MAPA nº 99, de 12 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009, que regulamenta a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994; e o que consta do Documento nº 21000.039339/2016-41, resolve:

Art. 1º Submeter à consulta pública, pelo prazo de 75 (setenta e cinco) dias, o Projeto de Instrução Normativa e Anexo que que visam estabelecer em todo território nacional a complementação dos padrões de identidade e qualidade de água de coco.

Parágrafo único. O Projeto de Instrução Normativa encontra-se disponível na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: www.agricultura.gov.br, link legislação, submenu Portarias em Consulta Pública.

Art. 2º As sugestões tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas por meio do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos - SISMAN, da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA, por meio do LINK: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/sisman/.

§1º Para ter acesso ao SISMAN, o usuário deverá efetuar cadastro prévio no Sistema de Solicitação de Acesso - SOLICITA, do MAPA, por meio do LINK: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/solicita/.

Art. 3º Findo o prazo estabelecido no caput do art. 1º desta Portaria, a Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas - CGVB/DIPOV/SDA, avaliará as sugestões recebidas e procederá às adequações pertinentes para posterior publicação no Diário Oficial da União.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA Nº 119, DE 3 DE JUNHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 21 e 63 do Anexo I do Decreto nº 9.667, de 02 de janeiro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, no Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007, e o que consta do Processo nº 21000.032412/2019-05, resolve:

Art. 1º Submeter à consulta pública, por um prazo de 75 (setenta e cinco) dias, a contar da data da publicação desta Portaria, o Projeto de Instrução Normativa que deverá aprovar o "Regulamento Técnico MERCOSUL de Identidade e Qualidade da Cebola".

Parágrafo único. O Projeto de Instrução Normativa citado no *caput* deste artigo estará disponível na rede mundial de computadores, no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através do endereço http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas

Art. 2º As sugestões da consulta pública de que trata o art. 1º, uma vez tecnicamente fundamentadas, deverão observar o modelo constante do Anexo I desta Portaria a serem encaminhadas, por escrito, ao seguinte endereço: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Defesa Agropecuária, Departamento de Inspeção de Origem Vegetal, Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal, Esplanada dos Ministérios, Bloco D Anexo Ala B, 3º andar, sala 346, CEP: 70.043-900, Brasília-DF, ou para o endereço eletrônico cgqv-dipov@agricultura.gov.br.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

ANEXO I

Nome Completo (pessoa física ou jurídica responsável pela sugestão):		
Endereço (pessoa física ou jurídica responsável pela sugestão):		
Cidade:		UF:
Telefone: ( )	Fax: ( )	E-mail:
Segmento de atuação:		
Texto publicado na Consulta Pública:	Sugestão de inclusão, exclusão ou nova redação para o texto publicado na Consulta Pública (destacado ao lado):	
Justificativa tecnicamente embasada para a sugestão apresentada:		

ANEXO II

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº, DE DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, no Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e o que consta do Processo nº, resolve:

Art. 1º Fica incorporado ao ordenamento jurídico nacional o "Regulamento Técnico MERCOSUL de Identidade e Qualidade da Cebola".

Art. 2º Fica revogada a Portaria MAARA nº 529, de 18 de agosto de 1995.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL DE IDENTIDADE E QUALIDADE DA CEBOLA

1 - OBJETIVO

O presente Regulamento Técnico tem por objetivo definir as características de identidade e qualidade da cebola *in natura* após acondicionada e embalada.

2 - ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O presente Regulamento Técnico se aplicará no território dos Estados Partes, ao comércio entre eles e nas importações extrazona.

3 - DEFINIÇÕES: para efeito deste Regulamento, considera-se:

3.1 - Cebola: o bulbo pertencente a espécie *Allium cepa* L.

3.2 - Outras definições:

3.2.1 - Identidade: conjunto de parâmetros ou características técnicas que permitem identificar ou caracterizar um produto quanto aos aspectos botânicos, de aparência e modo de apresentação.

3.2.2 - Qualidade: conjunto de parâmetros ou características extrínsecas ou intrínsecas de um produto, que permitem determinar as suas especificações quanti-qualitativas, mediante aspectos relativos à tolerância de defeitos, medida ou teor de fatores essenciais de composição, características sensoriais, fatores higiênico-sanitários ou tecnológicos ou qualquer outro aspecto que possa influenciar na utilização do produto.

3.2.3 - Defeito: qualquer alteração causada por fatores de natureza fisiológica, mecânica, física, química ou biológica, que comprometam a qualidade da cebola.

3.2.3.1 - Defeitos graves: aqueles cuja incidência sobre o bulbo comprometem seriamente a aparência, conservação e qualidade do produto, restringindo o uso do mesmo. São eles: talo grosso ou talo floral, brotado, podridão, mancha negra e mofado.

3.2.3.1.1 Talo grosso ou talo floral: defeito causado pela união superior das catáfilas externas ou túnicas no colo que apresenta uma abertura maior que a normal, devido ao prolongamento do talo no interior do bulbo.

3.2.3.1.2 Brotado: manifestação visual das folhas verdes por cima do comprimento do colo do bulbo.

3.2.3.1.3 Podridão: dano patológico ou fisiológico que implique em qualquer grau de decomposição, desintegração ou fermentação dos tecidos.

3.2.3.1.4 Mancha negra: área escurecida como consequência do ataque de fungos nas catáfilas externas ou túnicas ou no colo no bulbo, visível a olho nu.

3.2.3.1.5 Mofado: desenvolvimento de fungos nas catáfilas externas ou túnicas, visível a olho nu.

3.2.3.2 - Defeitos leves: são aqueles cuja incidência sobre o bulbo não restringe ou inviabiliza a utilização do produto por não comprometer seriamente a aparêna, conservação e qualidade do mesmo. São eles: colo mau formado, deformações, falta de catáfilas externas ou túnicas (películas), falta de turgecência ou flacidez, descoloração e dano mecânico.

3.2.3.2.1 Colo mau formado: fechamento incompleto do colo do bulbo visível a olho nu.

3.2.3.2.2 Deformado: o bulbo que apresenta forma diferente da típica da variedade ou cultivar, incluindo crescimentos secundários.

3.2.3.2.3 Falta de catáfilas externas ou túnicas (películas): o bulbo que apresenta mais de 30% de sua superfície desprovida de catáfilas envolventes ou túnicas.

3.2.3.2.4 Falta de turgecência ou flacidez: dano provocado por uma desidratação celular excessiva ocasionando perda de firmeza sensível ao tato.

3.2.3.2.5 Descoloração: desvio parcial ou total da cor típica da cultivar, incluindo esverdeado. É considerado defeito quando afeta mais de 20% da superfície do bulbo.

3.2.3.2.6 Dano mecânico: lesão de origem mecânica que se observa nas catáfilas externas ou túnicas do bulbo.

NOTA: ficam excetuados da presente classificação os defeitos: talo grosso e falta de catáfilas externas ou túnicas para as cebolas precoces de ciclo curto.

3.2.4 - Catáfilas - folhas modificadas do bulbo.

3.2.5 - Catáfilas externas - folhas modificadas não comestíveis que envolvem o bulbo.

3.2.6 - Catáfilas internas - folhas modificadas que constituem a parte comestível do bulbo.

3.2.7 - Cebola precoce: variedade ou cultivar que começa a bulbificação com 12 horas de luz.

3.2.8 - Embalagem: recipiente, pacote ou envoltório, destinado a conter, proteger e conservar o produto, facilitar o seu transporte e manuseio, permitindo a devida identificação.

3.2.9 - Lote: quantidade definida de produto que apresenta características similares quanto à identidade e apresentação e que permite avaliar sua qualidade.

3.2.10 - Esverdeado: zona de coloração verde por exposição a luz durante o crescimento ou armazenamento do bulbo.

4 - REQUISITOS GERAIS

4.1 - As cebolas deverão apresentar as características da variedade ou cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, curadas, sãs, limpas, inteiras, firmes e com as raízes cortadas rente ao caule. Não devem apresentar elementos ou agentes que comprometam a higiene do produto, estarem livres de umidade externa anormal, odor e sabor estranho.

4.2 - O lote de cebola que não atender os requisitos gerais não poderá ser comercializado para consumo *in natura*, podendo ser rebeneficiado, conforme o caso, para enquadramento neste Regulamento Técnico ou destinado a outros fins que não seja o uso proposto.

NOTA: ficam excetuadas do requisito de curada as cebolas precoces de ciclo curto.

5 - CLASSIFICAÇÃO

5.1 - As cebolas serão classificadas em Calibres e Categorias.

5.1.1 - Calibre: de acordo com o maior diâmetro transversal dos bulbos, as cebolas serão classificadas em faixas de calibres.

TABELA 1. Calibres para cebolas expressos em milímetros.

Calibre	Maior diámetro transversal del bulbo (mm)
Mini	Menor que 25
1	Entre 25 e 40
2	Maior que 40 e menor que 55
3	Maior ou igual a 55 e menor que 75
4	Maior ou igual a 75 e menor que 90
5	Maior ou igual a 90

5.1.1.1 - Tolerância de calibre: para todas as categorias permite-se uma tolerância total de 10% (dez por cento) em número ou em peso de cebolas que não cumpram com os requisitos de calibre, mas devem ser bulbos que pertençam ao calibre imediatamente inferior ou superior.

5.1.1.2 - O número de embalagens acima da tolerância de calibres não poderá exceder a 20% (vinte por cento) das embalagens amostradas, quando o número de embalagens amostrado for igual ou superior a 100.

5.1.1.3 - O lote de cebola que não se enquadra nas disposições referentes às tolerâncias de calibres deve ser ebeneficiado, reclassificado e reetiquetado para adequação ao calibre correspondente.

5.1.2 - Categoria: as cebolas serão classificadas em três categorias, de acordo com os limites de tolerância de defeitos estabelecidos na Tabela 2 do presente Regulamento Técnico. São elas: Categoria Extra ou Cat. Extra; Categoria 1 ou I, ou Cat. 1 ou I; Categoria 2 ou II, ou Cat. 2 ou II.

Tabela 2 - Limites máximos de tolerâncias de defeitos por categoria, expressos em percentual de bulbos na amostra.

CATEGORIAS	DEFEITOS GRAVES					TOTAL GRAVES	TOTAL LEVES
	PODRIDÃO	MOFADO	MANCHA NEGRA	TALO GROSSO	BROTADO		
EXTRA	1	1	1	1	1	2	5
CATEGORIA I	1	2	3	3	3	5	10
CATEGORIA II	2	3	5	5	5	10	15

5.1.2.1. - Será considerado como fora de categoria o lote de cebolas que apresentar os percentuais de tolerância de defeitos graves isoladamente, ou o total de defeitos graves, ou o total de defeitos leves que excedem os limites máximos estabelecidos para a Categoria 2, na Tabela 2 do presente Regulamento Técnico, devendo ser rebeneficiado e reclassificado para efeito de enquadramento em Categoria.

5.1.2.2 - No caso da impossibilidade de rebeneficiamento e reclassificação do lote para enquadramento em uma das categorias, o lote não poderá ser destinado ao consumo *in natura*, podendo ser destinado a outra finalidade conforme o caso.

5.1.2.3 - Será desclassificado e considerado impróprio para o consumo humano, com sua comercialização interna proibida, o lote de cebolas que apresentar uma ou mais das situações indicadas a seguir:

I - mal estado de conservação, como qualquer fator que resulte em deterioração generalizada do produto;

II - mais de 10 % (dez por cento) de podridão ou mais de 30 % (trinta por cento) de cebolas com mofo; e

III - odor estranho, impróprio ao produto que inviabilize sua utilização para consumo humano.

6 - EMBALAGEM E ACONDICIONAMENTO

6.1 - As cebolas deverão ser acondicionadas em lugares ou locais cobertos, limpos, secos, ventilados, com dimensões de acordo com os volumes a serem acondicionados, a fim de evitar efeitos prejudiciais à qualidade e conservação das mesmas.

6.2 - Os materiais utilizados no acondicionamento da cebola deverão ser novos, atóxicos, limpos, inodoros e de um material tal que não provoque alterações internas e/ou externas nos bulbos.

6.3 - Será permitida a utilização de papel ou selos com indicações comerciais, desde que os mesmos não apresentem tintas, colas ou qualquer outra substância em concentrações prejudiciais à saúde.

7 - MODO DE APRESENTAÇÃO

7.1 - As cebolas deverão ser embaladas em embalagens novas, limpas e secas e que não transmitam odor e sabor estranho ao produto. As embalagens podem ser sacarias, caixas de papelão, madeira ou plástico ou outras devidamente autorizadas pelo organismo competente.

7.2 - Se permitirá por embalagem até 8% (oito por cento) a mais ou 2% (dois por cento) a menos do peso indicado, sendo permitido até 20% (vinte por cento) de embalagens que superem essa tolerância.

7.3 - Para a venda direta ao consumidor final poderão ser utilizadas embalagens próprias para essa finalidade.

8 - CONTAMINANTES OU SUBSTÂNCIAS NOCIVAS À SAÚDE

8.1 - Resíduos de Agrotóxicos: as cebolas deverão cumprir com os limites máximos de resíduos de agrotóxicos estabelecidos no Regulamento Técnico específico.

8.2 - Outros Contaminantes: as cebolas deverão cumprir com os limites máximos para contaminantes estabelecidos no Regulamento Técnico específico do MERCOSUL.

9 - ROTULAGEM

9.1 - As embalagens devem ser rotuladas de forma legível, em lugar de fácil visualização e de difícil remoção.

9.2 - A rotulagem ou marcação deverá conter no mínimo, as seguintes informações:

9.2.1 - Relativas à identificação do produto e seu responsável:

9.2.1.1 - Denominação de venda do produto.

9.2.1.2 - Nome, endereço do embalador, importador, exportador e identificação do mesmo como pessoa física ou jurídica, conforme o caso.

9.2.1.3 - Conteúdo líquido.

9.2.1.4 - Identificação do lote, que é de responsabilidade do embalador.

9.2.2 - Relativas à classificação:

9.2.2.1 - Calibre, que pode ser o código ou o intervalo de diâmetro correspondente previstos na Tabela 1 do presente Regulamento Técnico.

9.2.2.2 - Categoria, expressa conforme item 5.1.2 do presente Regulamento Técnico.

9.2.3 - Data do acondicionamento.

9.2.4 - País de origem.

9.2.5 - Região de Origem, opcional.

9.3 - A rotulagem nas embalagens deverá assegurar informações corretas, claras, precisas e no idioma do país de destino.

10 - AMOSTRAGEM E ANÁLISE

10.1 - A amostragem, a preparação da amostra a ser analisada e sua respectiva análise serão realizadas de acordo com a Tabela 3 do presente Regulamento Técnico:

Tabela 3: Tomada de amostra no lote.

Número de embalagens que compõem o lote	Número mínimo de embalagens a amostrar
01 a 10	01
11 a 100	02
101 a 300	04
301 a 500	05
501 a 10.000	1% do lote
Mais de 10.000	raiz quadrada do número de embalagens que compõem o lote.

10.1.1 - Formação da amostra composta:

10.1.1.1 - No caso de obter um número de embalagens entre um e quatro, deverá homogeneizar o conteúdo das embalagens, retirando-se 100 (cem) bulbos ao acaso que formarão a amostra a ser analisada.

10.1.1.2 - Para 5 (cinco) ou mais embalagens, deve-se retirar 30 (trinta) bulbos de cada embalagem, homogeneizar e formar uma amostra de 100 (cem) bulbos para análise.

10.2 - Metodologia de análise:

10.2.1 - Deve-se verificar a ocorrência de fatores desclassificantes.

10.2.2 - Deve-se verificar o cumprimento dos requisitos gerais.

10.2.3 - Determinação do calibre: o calibre deve estar identificado em cada embalagem, considerando o estabelecido no item 5.1.1 do presente Regulamento Técnico. Deverá ser informada a porcentagem de cada calibre encontrado no lote.

10.2.4 - Determinação da categoria: deve-se identificar visualmente os defeitos graves e leves. Se for necessária a verificação de ocorrência de defeitos internos, deve-se cortar um mínimo de 10% (dez por cento) dos bulbos.

10.2.5 - Se for encontrado dois ou mais defeitos no mesmo bulbo, aquele de maior gravidade prevalecerá. A escala de gravidade, para os defeitos graves é a seguinte: podridão, mofado, mancha negra, talo grosso e brotado.

10.2.6 - Deve-se quantificar os defeitos verificando-se o seu enquadramento na TABELA 2 do presente Regulamento Técnico, determinando a Categoria correspondente.

10.2.7 - O classificador, fiscal ou inspetor não será obrigado a indenizar ou restituir os bulbos danificados em função da análise.

10.2.8 - Após efetuada a classificação, os bulbos remanescentes da amostra de trabalho serão devolvidos ao interessado quando solicitado.

10.2.9 - O interessado poderá solicitar uma reconsideração do resultado da classificação, para o qual terá um prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Neste caso, se realizará nova amostragem e análise.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA PARAÍBA

RETIFICAÇÕES

Na Portaria INCRA/SR-18/Nº 004/2012, de 05 de março do ano de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 55, na data de 20 de março do ano de 2012, na Seção 1, página 63, que criou o Projeto de Assentamento MORADA NOVA, código SIPRA PB0328000, localizado no Município de São José da Lagoa Tapada/PB, onde se lê: "...com área medida de 851,2688 ha (oitocentos e cinquenta e um hectares, vinte e seis ares e oitenta e oito centiares)", leia-se: "...com área medida de 858,6583 ha (oitocentos e cinquenta e oito hectares, sessenta e cinco ares e oitenta e três centiares)".

Na Portaria INCRA/SR-18/Nº 019/2005, de 24 de agosto do ano de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 169, na data de 01 de setembro do ano de 2005, na Seção 1, página 67, que criou o Projeto de Assentamento ROSA LUXEMBURGO, código SIPRA PB0259000, localizado nos Municípios de Pocinhos/PB e Algodão de Jandaíra/PB, onde se lê: "...com área de 1.839,5000 ha (um mil, oitocentos e trinta e nove hectares e cinquenta ares)", leia-se: "...com área de 1.421,5906 ha (um mil, quatrocentos e vinte e um hectares, cinquenta e nove ares e seis centiares)".

Na Portaria INCRA/SR-18/Nº 013/2003, de 16 de junho do ano de 2003, publicada no Diário Oficial da União nº 121, na data de 26 de junho do ano de 2003, na Seção 01, página 111, que criou o Projeto de Assentamento MARIA DA PAZ, código SIPRA PB0237000, localizado no Município de São José de Espinharas/PB, onde se lê: "...com área de 2.495,0000 ha (dois mil, quatrocentos e noventa e cinco hectares)", leia-se: "...com área de 2.417,3346 ha (dois mil, quatrocentos e dezessete hectares, trinta e três ares e quarenta e seis centiares)".

Ministério da Cidadania

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA
SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 339, DE 10 DE JUNHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
190880 - 32º Sonho de Natal de Canela
1A CASA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E MULTICULTURAIS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 14.958.749/0001-50
Processo: 01400005096201971
Cidade: Canela - RS;
Valor Aprovado: R$ 919.033,50
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Promover a programação cultural do "32º Sonho de Natal" na cidade de Canela/RS, evento com acesso gratuito em todas atividades artísticas em variados espetáculos unindo música, teatro, dança, performance de rua, projeções e efeitos visuais.

190871 - Chama Crioula: cultura e tradição
Mais Cultura e Arte
CNPJ/CPF: 11.917.786/0001-22
Processo: 01400005087201980
Cidade: Três Passos - RS;
Valor Aprovado: R$ 373.026,72
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 18/08/2019
Resumo do Projeto: Com o projeto Chama Crioula: Cultura e Tradição, queremos promover ao público uma extensa celebração também através da arte, com shows musicais, apresentações de dança e teatro com o Grupo Ueba, e a apresentação cênico musical, além da participação das aldeias indígenas. Como contrapartida social, oferecemos o workshop "A Chama Crioula e seu Legado".

190876 - CONTOS ENCANTADOS
OMF SERVIÇOS E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 23.748.348/0001-67
Processo: 01400005092201992
Cidade: Olinda - PE;
Valor Aprovado: R$ 981.094,95
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 30/12/2019
Resumo do Projeto: O projeto tem o objetivo de expressar os contos lúdicos relacionados à "Folia de Reis: Encontro de Reisados" que é comemorado no mês de dezembro através de apresentações músicas instrumentais, espetáculos circense e oficinais culturais, contribuindo para fortalecer a cultura popular, gerar renda e divulgar a ligação entre o lúdico e religioso.

190879 - NATAL ENCANTADO
Mi Bemol Produções Ltda
CNPJ/CPF: 19.446.944/0001-15
Processo: 01400005095201926
Cidade: Magé - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.608.460,00
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Realização do NATAL ENCANTADO DA FRANCA na cidade de Franca/SP.

190884 - Sanjudança
Gildo da Silva Alves
CNPJ/CPF: 965.417.336-00
Processo: 01400005100201909
Cidade: Santa Juliana - MG;
Valor Aprovado: R$ 86.440,64
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Este projeto realizará na cidade mineira de Santa Juliana o SanJuDança. O evento irá oportunizar o acesso a cultura, oferecendo oficinas, work shops, espetáculosde dança. Um dos espetáculos acontecerá na APAE da cidade de Santa Juliana e outro no Teatro Municipal da cidade vizinha Araxá. O proponente é um experiente professor e profissional da dança que acredita na inclusão comomeio para formar cidadãos. Todo o evento acontecerá de forma gratuita, democrática e acessível.

190875 - XIII FACES - FESTIVAL DE ARTES CÊNICAS FRANCISCO DONIZETI DE LIMA
ASSOCIACAO CULTURAL RIBALTA SORRISENSE
CNPJ/CPF: 14.564.740/0001-65
Processo: 01400005091201948
Cidade: Sorriso - MT;
Valor Aprovado: R$ 49.616,00
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 30/12/2019
Resumo do Projeto: O Festival trata-se de um projeto que visa difundir o teatro no município de Sorriso-MT e região com a participação de grupos teatrais estudantis e grupos de teatro amadores, proporcionando um momento de lazer, reflexão social e valorização cultural. Iniciado apenas com grupos de Sorriso, hoje o FACES se consolida como importante evento cultural do Mato Grosso atraindo grupos de diferentes cidades. As apresentações serão oferecidos a alunos de escolas municipais e à comunidade em geral, de forma gratuita.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
190877 - 5° Festival Amazonas de Corais
Premier Eventos e Cultura
CNPJ/CPF: 09.326.859/0001-60
Processo: 01400005093201937
Cidade: Manaus - AM;
Valor Aprovado: R$ 122.974,50
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 28/09/2019
Resumo do Projeto: O projeto consiste em realizar o 5° Festival Amazonas de Corais, na cidade de Manaus, objetivando reunir e fomentar os grupos de música erudita que se dedicam ao canto coral. Trata-se de um evento realizado anualmente, reconhecido pelo público expectador e pelos coralistas brasileiros como um dos mais importantes acontecimentos na região.

190890 - CINE IN CONCERT EXPERIENCE - 2ª EDIÇÃO
DVD MASTER PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 03.978.241/0001-06
Processo: 01400005108201967
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.636.687,80
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: CINE IN CONCERT EXPERIENCE É UM PROJETO DE MÚSICA ERUDITA ALIADO A TECNOLOGIA COM APRESENTAÇÃO DE ORQUESTRA SINFONICA EXECUTANDO OBRAS DE GRANDES COMPOSITORES EM PREMIADAS TRILHAS SONORAS DE FILMES E JOGOS ELETRONICOS (GAMES), (2)APRESENTAÇÕES MUSICAIS SEGUIDAS DE DEBATES E OFICINAS DE MUSICA ERUDITA E INSTRUMENTAL, (3)APRESENTAÇÃO DAS INOVACOES EM AUDIO DESIGN E VIDEO COM PALESTRA SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NA AREA DE TECNOLOGIA MUSICAL, CINEMA E DESENVOLVIMENTO DE CONTEUDO PARA WEB.O EVENTO VISA A DEMOCRATIZACAO DA CULTURA MUSICAL E O FORTALECIMENTO DA UNIAO ENTRE MUSICA E TECNOLOGIA NO BRASIL, MOSTRANDO AOS JOVENS A PRESENCA DA MUSICA ERUDITA EM DIFERENTES CENARIOS DO COTIDIANO COMO GAMES E APLICATIVOS PARA SMARTFONES E INCENTIVANDO O SURGIMENTO DE NOVOS TALENTOS NA AREA.

190885 - CIRCUITO DO VIOLÃO - 2019
welton leandro de nadai
CNPJ/CPF: 216.542.838-60
Processo: 01400005103201934
Cidade: Rio Claro - SP;
Valor Aprovado: R$ 39.523,66
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Este projeto propões a realização de concertos dos violonistas do Circuito do Violão, buscando dar continuidade ao trabalho de formação de público para música erudita instrumental, tendo como foco o Violão em diferentes formações, como Solo, Trio e Orquestra de Violões, promovendo o violão em suas mais variadas formações e repertório.

190873 - Festival de Música de Santa Catarina - FEMUSC 2020 - 15ª edição
Instituto Festival de Música de Santa Catarina
CNPJ/CPF: 08.288.790/0001-64
Processo: 01400005089201979
Cidade: Jaraguá do Sul - SC;
Valor Aprovado: R$ 2.947.266,41
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Realização do Maior Festival Escola de Música Erudita da América Latina. O FEMUSCé o maior festival do gênero na América Latina, um festival-escola não competitivo onde são ministradas oficinas instrumentais e de canto, certificadas por professores do mais alto prestígio.Oportunizaoficinas em programas avançado e intermediário,com a participação de alunos iniciantes. Professores e alunos apresentam concertos em vários locais e cidades que são apreciados por público heterogêneo, garante que o produto cultural chegue a todas as classes sociais, em sua maioria sem cobrança de ingressos.

190868 - Festival I Love Jazz
LADO A PRODUCOES E EVENTOS CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 10.653.991/0001-65
Processo: 01400005080201968
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 812.725,65
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 27/12/2019
Resumo do Projeto: Esta proposta cultural tem por objetivo realizar mais uma edição do Festival Internacional de Jazz –I Love Jazz. Trata-se de festival de música instrumental que promove a popularização do estilo e colabora com a formação de público por meio de apresentações musicais gratuitas realizadas em espaço público na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

190869 - Festival Musimagem - V Encontro de Trilhas Sonoras
Musimagem Brasil
CNPJ/CPF: 10.464.690/0001-93
Processo: 01400005081201911
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 418.693,50
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Realização do Festival Musimagem - V Encontro de Trilhas Sonoras, com workshops, debates, mostra de filmes infantil com música original dos compositores da Musimagem Brasil, inovação e debates, grupos de trabalho e concertos ao vivo. Esta experiência acontecerá pela quinta vez no Brasil e é voltada não somente para o público profissional, mas também atrairá um grande público entusiasta, já que música para cinema, TV, comerciais, video-games, etc. é algo que habita o imaginário popular.

190882 - FIMP - FESTIVAL INTERNACIONAL DE MUSICA NO PAMPA
PIU-MOSSO PROMOCAO E GESTAO CULTURAL SOCIEDADE SIMPLES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 08.058.613/0001-91
Processo: 01400005098201960
Cidade: Poços de Caldas - MG;
Valor Aprovado: R$ 216.793,50
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 26/07/2019
Resumo do Projeto: O projeto compreende a realização da 10ª edição do FIMP. Festival de música erudita que contempla três momentos distintos: concertos abertos à população durante todos os dias, nos quais se apresentam músicos renomados nacional e internacionalmente; oficinas de aperfeiçoamento musical para jovens músicos com aulas de diversos instrumentos e concertos comunitários, desenvolvidos em diversos lugares, como: hospitais, zona rural, biblioteca etc.

190874 - Inclusão pela Música
KARLA CRISTINA ZIEMER HUCH 06419645956
CNPJ/CPF: 27.303.136/0001-27
Processo: 01400005090201901
Cidade: Joinville - SC;
Valor Aprovado: R$ 150.354,60
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O presente projeto pretende oferecer aulas de violão, flauta doce, violino para as crianças e famílias da comunidade na cidade de Joinville.

190878 - MUSICANDO EM DOIS IRMÃOS
ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS DO GRUPO HERVAL
CNPJ/CPF: 93.242.998/0001-11
Processo: 01400005094201981
Cidade: Dois Irmãos - RS;
Valor Aprovado: R$ 155.140,26
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Realização de apresentações de MÚSICA INSTRUMENTAL e CANTO CORAL num processo de estímulo da expressão cultural de grupos e comunidades e fortalecimento de artistas locais de município de pequeno porte, localizado em região periférica do Estado do Rio Grande do Sul, incentivando e ampliando o acesso da população à fruição e à produção dos bens culturais.

190888 - Plano Anual - Orquestra Jovem Recanto Maestro
Associação OntoArte
CNPJ/CPF: 07.057.710/0001-05
Processo: 01400005106201978
Cidade: São João do Polêsine - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.655.099,79
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 31/12/2019

Resumo do Projeto: Plano anual elaborado para manutenção da Orquestra Jovem Recanto Maestro (facebook.com/orquestrajovemrecantomaestro), projeto educacional e musical oferecido gratuitamente para os jovens e crianças de escolas de Ensino Fundamental e Médio da rede pública de ensino de cidades da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. O plano anual prevê ainda a realização de residências intensivas (de verão e de inverno) com convidado internacional para ensinar os jovens e de concertos da temporada 2019-2020.

190870 - Sertão em Festa
Instituto Agronelli de Desenvolvimento Social - Iades
CNPJ/CPF: 04.198.994/0001-53
Processo: 01400005086201935
Cidade: Uberaba - MG;
Valor Aprovado: R$ 196.910,75
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O Projeto Sertão em Festa é uma iniciativa que levará às cidades interioranas do Estado de Minas Gerais com até 50 mil habitantes, um espetáculo que valoriza nossa cultura genuinamente sertaneja, com músicas e poesias caboclas de grandes artistas e poetas populares. Em um mesmo palco, reunirá instrumentos de orquestra como violino, violoncelo e piano, que soarão juntos à rusticidade da rabeca e as implicidade da viola caipira e sanfona, quebrando todas as barreiras entre o erudito e o popular. Além disso o Projeto oferecerá Oficinas de Viola Caipira e Violão, proporcionando aos músicos da comunidade atuarem juntamente com o grupo na apresentação final, promovendo a cultura local e proporcionando uma imersão musical para estes habitantes. O projeto conta ainda com uma apresentação na cidade de Uberaba, berço cultural da catira e música caipira, onde será feito o lançamento do projeto.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
190867 - DAS LETRAS
Ana Paula A dos Santos Produções Culturais ME
CNPJ/CPF: 14.029.271/0001-84
Processo: 01400005077201944
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 624.204,90
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Implantação de estantes literária em comunidades com pouco acesso a literatura com ambientação para integração e apresentações de palestras de especialista em literatura.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
190891 - FIXE FESTIVAL
Fabiana Batistela ME
CNPJ/CPF: 26.604.797/0001-20
Processo: 01400005109201910
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.356,00
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: FIXE FESTIVAL É O FESTIVAL QUE FALA UMA SÓ LÍNGUA, A LÍNGUA PORTUGUESA. São 4 dias de evento em São Paulo com a nova produção musical e artística de países e regiões lusófonos, como Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Macau, etc. Um projeto de MÚSICA, que também conversa com outros segmentos artísticos, como LITERATURA e ARTES VISUAIS.

190872 - Joyni
GUSTAVO MACIEL VALVERDE
CNPJ/CPF: 418.523.448-14
Processo: 01400005088201924
Cidade: São Carlos - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.875,06
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O presente projeto tem como objetivo a gravação de um CD digital intitulado "Joyni" e um videoclipe.

190889 - MEIRE E LANE " De Volta aos palcos"...
ELAINE CRISTINA DA SILVA
CNPJ/CPF: 472.192.111-04
Processo: 01400005107201912
Cidade: Cachoeira Alta - GO;
Valor Aprovado: R$ 199.980,00
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O projeto "MEIRE E LANE " De Volta aos palcos"..." foi modelado para realizar apresentações musicais da dupla, contando com gravação de CD e DVD. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através da música de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além da finalidade de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.

190887 - Nefesh - Dores da Alma
FTJMI ALMEIDA & FONSECA PRODUÇÕES CULTURAIS E ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 19.308.397/0001-01
Processo: 01400005105201923
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 439.151,47
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 30/12/2019
Resumo do Projeto: Nefesh - Dores da Alma, é o trabalho do músico, compositor e intérprete Joanilson Rodrigues que há anos se dedica à cultura e através do Incentivo Cultural terá a oportunidade de difundir seu trabalho artístico e proporcionar ao público uma experiência única através da música. O espetáculo musical levará o público a refletir sobre um tema muito presente em nossa sociedade: as tristezas e dores da alma. O projeto não só levará a reflexão do tema como também proporcionará de forma gratuita a democratização do acesso à cultura com as apresentações musicais e oficinas de canto abertas a todo público presente nos espaços públicos contemplados no cronograma. Os shows terão a duração de 2h e as oficinas 1h30. O projeto é itinerante e inovador. O palco será numa carreta toda adaptada para o projeto. Os shows serão transmitidos ao vivo pelo nosso canal no Youtube.

190881 - Trimtab BRPE
GLEIDSON CAVALCANTE DA HORA FRAGA
CNPJ/CPF: 733.712.384-15
Processo: 01400005097201915
Cidade: Jaboatão dos Guararapes - PE;
Valor Aprovado: R$ 199.276,00
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O projeto Trimtab BRPE consiste na realização de apresentações musicais para a comunidade.

190886 - TURNÊ JOHNY MARCOS E MAURINHO
LAERCIO RODRIGUES
CNPJ/CPF: 00.767.832/0001-38
Processo: 01400005104201989
Cidade: Contagem - MG;
Valor Aprovado: R$ 198.264,00
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O projeto visa realização de uma turnê musicais com a dupla JOHNYMARCOS E MAURINHO em cidades brasileiras, em espaços culturais a seremdefinidos posteriormente.

190883 - Velho Rio Grande - o show
OLIVER DEZIDERIO
CNPJ/CPF: 020.457.739-06
Processo: 01400005099201912
Cidade: Itajaí - SC;
Valor Aprovado: R$ 199.952,50
Prazo de Captação: 11/06/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O projeto propõe a produção e apresentação do show "Velho Rio Grande" com canções que marcaram a história do cantor e compositor Carlos Magrão, além da gravação do show, registro comemorativo dos 35 anos de carreira de Carlos Magrão.

PORTARIA Nº 340, DE 10 DE JUNHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
178537 - AÇÃO DO MOVIMENTO
alice mota zotini gioia
CNPJ/CPF: 246.598.568-01
Cidade: Jundiaí - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

185729 - FESTANÇA JUNINA
CELEIRO PRODUÇÕES
CNPJ/CPF: 26.593.545/0001-42
Cidade: São Luís - MA;
Prazo de Captação: 30/05/2019 à 31/12/2019

171389 - NOVO TALENTO - DANCANDO COM A MODA
M.L.M.DI BLASI PRODUCOES E EVENTOS - ME
CNPJ/CPF: 06.940.023/0001-62
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/07/2019 à 31/12/2019

182019 - O PEGAJOSO
AVIVA Produções e Promoções LTDA
CNPJ/CPF: 13.087.516/0001-67
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 04/06/2019 à 31/12/2019

180416 - Portal Mágico
FELIPPE RODRIGUES CHAVES CAVALCANTE
CNPJ/CPF: 022.512.101-80
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 01/05/2019 à 31/12/2019

170539 - ZECARIOKA
Lúdico Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 00.756.404/0001-00
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 09/06/2019 à 31/12/2019

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
184474 - Banda Sinfônica do Centro Cultural Irmãos Quagliato
APACCIQ - ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DO CENTRO CULTURAL IRMÃOS QUAGLIATO
CNPJ/CPF: 12.061.083/0001-08
Cidade: Ourinhos - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019

170791 - Projeto VIDA - Música, Dança e Artes
Centro de Convivencia Arte & Vida
CNPJ/CPF: 07.754.511/0001-48
Cidade: Arapongas - PR;
Prazo de Captação: 01/07/2019 à 30/12/2019

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
180895 - FESTIVAL MULTICULTURAL EU SOU O MUNDO
Casa Noar Eventos Ltda-ME
CNPJ/CPF: 00.715.457/0001-82
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 02/05/2019 à 31/12/2019

178600 - PRÊMIO NEW HOLLAND DE FOTOJORNALISMO - EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA 2018/2019
MANO A MANO PRODUÇOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 06.177.427/0001-46
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/07/2019 à 30/11/2019

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
177486 - Requalificação do Museu de Arqueologia do Rio Grande do Sul - MARSUL
SURYA PROJETOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.091.943/0001-56
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 30/03/2019 à 31/12/2019

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
182083 - BIBI FERREIRA - UMA VIDA NO PALCO
MONTENEGRO E RAMAN PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 53.576.054/0001-66
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/05/2019 à 30/07/2019

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
186110 - Resgatando o Carnaval de Itaúna: Vai que Cola
WILSON ASSIS RIBEIRO
CNPJ/CPF: 066.549.376-27
Cidade: Itaúna - MG;
Prazo de Captação: 06/03/2019 à 31/12/2019

186288 - Ritual
Roberto Padula Ribeiro De Castro
CNPJ/CPF: 773.006.532-00
Cidade: Rio Branco - AC;
Prazo de Captação: 08/06/2019 à 27/12/2019

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)
172224 - CURSO DE CULTURA HERÁLDICA PÚBLICA MUNICIPAL
JAMES MILTON KERNE
CNPJ/CPF: 519.722.049-04
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/08/2019 à 31/12/2019

PORTARIA Nº 341, DE 10 DE JUNHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
186054 - Projeto Cultura no Bairro - Ano III
APP DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL PREFEITO MARCUS RAUH
CNPJ/CPF: 83.496.570/0001-41
Cidade: Indaial - SC;
Valor Reduzido: R$ 12.463,00
Valor total atual: R$ 143.335,83

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
186307 - Festival da Cultura Imaterial no Fazer Artesanal - ano II
ARTESOL - ARTESANATO SOLIDARIO
CNPJ/CPF: 05.354.529/0001-27
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 144.835,00
Valor total atual: R$ 1.894.205,00

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 111, DE 10 DE JUNHO DE 2019

Estabelece a data de abertura do Plano de Ação de 2019.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019, na Portaria nº 113, de 10 de dezembro de 2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e na Portaria nº 115, de 20 de março de 2017, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, resolve:

Art. 1º Estabelecer que a partir do dia 11 de junho de 2019, conforme prevê o §1º do art. 4º da Portaria nº 113, de 10 de dezembro de 2015, do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Plano de Ação, referente ao exercício de 2019, estará aberto para preenchimento dos estados, municípios e Distrito Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DESPACHO Nº 75-E, DE 3 DE JUNHO DE 2019

A SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 173, de 29 de junho de 2017, e considerando o disposto na Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, decide:

Art. 1º Autorizar a alteração do endereço constante no DESPACHO nº 386-E, de 17/10/2018, publicado no DOU em 18/10/2018, edição 201, Seção 1, página 16; referente ao projeto: CONSTRUÇÃO - Cinépolis - Galleria Shopping, apresentado pela empresa CINÉPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.652.820/0001-32, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º e inciso III do art. 8º da Instrução Normativa ANCINE nº 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-o na categoria CONSTRUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO DE NOVOS COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

Endereço anterior: Rodovia Dom Pedro I, KM 131,5/Piso 1 e 2 - Lojas A100A, A100B, A200A, A200B E A201 - Jardim Nilópolis;

Novo endereço: Av. Selma Parada (Bailarina, 505/Lojas A100A, A200A, A200B, A201, Pisos 1 e 2 - Jardim Madalena;

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à construção do complexo cinematográfico Cinépolis Galleria Shopping localizado à Av. Selma Parada (Bailarina), 505/Loja A100A, A100B, A200A, A200B, A201, Pisos 1 e 2 - Jardim Madalena - CEP: 13.091-605 - Campinas/SP.

Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ANGÉLICA MARQUES COUTINHO

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO Nº 109-SEI, DE 5 DE JUNHO DE 2019

Acolho o Parecer nº 01300/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, invocando seus respectivos fundamentos como razão desta decisão, de sorte a declarar a nulidade do ato administrativo publicado na Seção 1, pág. 63, do Diário Oficial da União de 04 de maio de 2012, referente ao conhecimento e não provimento da manifestação apresentada pela Sistema de Comunicação Sol Ltda., restituindo assim sua participação na concorrência nº 082/2001.

MARCOS CESAR PONTES
Ministro

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER Nº 54/2019

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.004527/2013-42 (193)
CNPJ: 02.203.539/0001-73 - MATRIZ
Razão Social: FUNDAÇÃO ASSIS GURGACZ
Nome da Instituição: CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ
Endereço da Instituição: Avenida das Torres, nº 500, FAG, CEP. 85.806-095, Cascavel/PR
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: Deferido
CIAEP: 02.0109.2019

O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 54/2019/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 55/2019

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.001841/2013-73 (101)
CNPJ: 57.624.462/0001-05 - MATRIZ
Razão Social: OURO FINO SAÚDE ANIMAL LTDA.
Nome da Instituição: OUROFINO
Endereço da Instituição: Rodovia Anhaguera s/nº, km 298, Distrito Industrial CEP. 14.140-000, Cravinhos/SP
CNPJ: 57.624.462/0008-73 - FILIAL
Nome da Instituição: CENTRO DE PESQUISA VETERINÁRIA - CPV/PDI
Endereço da Instituição: Rodovia Mário Maziero, s/nº, km 6,5 Fazenda João Martins, Mombuca CEP. 14.115-000, Guatapará/SP
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: Deferido
CIAEP: 02.0070.2019

O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 55/2019/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 56/2019

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.000248/2013-18 (56)
CNPJ: 61.821.344/0001-56 - MATRIZ
Razão Social: INSTITUTO BUTANTAN
Nome da Instituição: ******
Endereço da Instituição: Avenida Doutor Vital Brasil, nº 1500, Butantã, CEP. 05.503-000 São Paulo/SP
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: Deferido
CIAEP: 02.0056.2019

O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 56/2019/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO Nº 667-SEI, DE 6 DE JUNHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 73, inciso XXII, da Portaria n.° 217, de 25 de janeiro de 2019, e o que consta do Processo n.° 01250.003412/2019-31, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.° 8670/2019/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para anular o Despacho n° 226, de 13 de maio de 2019, publicado no D.O.U. de 4 de junho de 2019, que aprovou o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da SIMACO - SISTEMA MARANHENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, objetivando a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itinga do Maranhão, estado do Maranhão, com utilização do canal n.° 203 (duzentos e três), classe C.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 6 DE JUNHO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, as penalidades de multa e/ou suspensão, que por este ato fica convertida em multa e/ou advertência.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53516.005160/2015	Associação De Radiodifusão Comunitária Rebouças Fm - Paraná	RADCOM	Rebouças	PR	Multa	2.003,71	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 54 de 06/06/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53508.007606/2015	Associação Comunitária Carapebus Livre	RADCOM	Carapebus	RJ	Multa	667,90	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 57 de 06/06/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53504.010551/2015	Associação Movimento Comunitário Canoas	RADCOM	Paraibuna	SP	Multa	534,32	Art. 40, XIX, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 681 de 06/06/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53504.005301/2015	Sociedade Rádio Clube De Bilac Ltda	OM	Bilac	SP	Multa	7.293,50	Art. 71, caput e § 3º, da Lei n° 4.117/62.	Portaria DECEF n° 684 de 06/06/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53504.014801/2015	Fundação Espaço Cultural De Paulínia	FME	Paulínia	SP	Multa	4.508,34	Art. 3º, da Portaria Interministerial nº 651/99.	Portaria DECEF n° 686 de 06/06/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53504.001201/2015	Associação Comunitária De Comunicação E Cultura De Bragança Paulista	RADCOM	Bragança Paulista	SP	Multa	1.713,49	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 702 de 06/06/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53542.003749/2015	Associação Cultural E Educativa De Goiatuba	RADCOM	Goiatuba	GO	Multa	2.003,71	Art. 40, XV, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 742 de 06/06/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53504.005295/2015	Torres & Camargo Ltda	FM	Estrela d Oeste	SP	Multa	12.118,43	Art. 48, §3º e *caput*, do art. 71, da Lei n° 4.117/62.	Portaria DECEF n° 784 de 06/06/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53504.006555/2015	Rádio Avaré Ltda	OM	Avaré	SP	Multa e Advertência	4.254,54	Art. 71, *caput*, da Lei n° 4.117/62 e art. 5º da Portaria MC nº 26/96.	Portaria DECEF n° 803 de 06/06/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.014055/2014	Prefeitura Municipal De Esmeralda	RTV	Esmeralda	RS	Advertência		Art. 30, *caput* do Decreto nº 5.371/05	Portaria DECEF n° 1253 de 06/06/2019	Portaria MC n° 112/2013
53000.066969/2013	Associação Comunitária Cultural E Saúde	RADCOM	Caiapônia	GO	Multa	571,16	Art. 40, XV, do Decreto n° 2.615/98	Portaria DECEF n° 1262 de 06/06/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.003430/2014	Televisão Sociedade Limitada	RTV	Sete Lagoas	MG	Multa	1.999,07	Art. 24 do Decreto nº 5.371/05.	Portaria DECEF n° 1650 de 06/06/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.046465/2013	Sm Comunicações Ltda	RTV	São Luís	MA	Multa	1.999,07	Art. 25, do Decreto n° 5.371/05.	Portaria DECEF n° 1654 de 06/06/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.017118/2016	Associação Dos Moradores Do Loteamento Estrela Do Mar	RADCOM	Tamandaré	PE	Multa	667,90	Art. 40, XXVI, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1663 de 06/06/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.029068/2016	Acoverma - Associação Comunitária Verdes Matas	RADCOM	São Miguel do Guaporé	RO	Multa	935,06	Art. 40, VI, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 2034 de 06/06/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.033129/2016	Associação Comunitária De Desenvolvimento Social De Barroso - Asbar	RADCOM	Barroso	MG	Multa	2.398,89	Art. 40, VI, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 2045 de 06/06/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.035198/2016	Associação Movimento Comunitário Com Rádio Local Imprensa Fm	RADCOM	Monteiro	PB	Multa	935,06	Art. 40, VI, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 2084 de 06/06/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.036975/2016	Associação De Desenvolvimento Urbano De Tarrafas - Ce - Asdut	RADCOM	Tarrafas	CE	Multa	935,06	Art. 40, VI, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 2113 de 06/06/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

Art. 1º Arquivar os processos sem aplicação de sanção.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Portaria
53900.024273/2016	Radio E Tv Difusora Do Maranhão Ltda	RTV	Vitorino Freire	MA	Portaria DECEF n° 2629 de 06/06/2019
53516.005811/2015	Rádio Porto Alegre De Curitiba Ltda	OM	Curitiba	PR	Portaria DECEF n° 2663 de 06/06/2019
53504.006036/2016	Associação Cultural Artística De Cerquilho	RADCOM	Cerquilho	SP	Portaria DECEF n° 2665 de 06/06/2019
53504.006607/2015	Rádio A Voz Do Vale Ltda - Me	FM	Fartura	SP	Portaria DECEF n° 2776 de 06/06/2019
53900.062263/2015	Associação Dos Amigos Da Casa Da Cultura Do Sertão - Morro Da Garça/Mg	RADCOM	Morro da Garça	MG	Portaria DECEF n° 2803 de 06/06/2019

MARCUS VINÍCIUS PAOLUCCI

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 3.594, DE 7 DE JUNHO DE 2019

Processo nº 53516.001669/2019-93.

Outorga à AEROVALE AVIACAO AGRICOLA VALE DO PIQUIRI LTDA., CNPJ nº 75.617.126/0001-09, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 10 DE JUNHO DE 2019

Nº 3.623 - Processo nº 53516.002063/2019-75: Expede à LEONARDO ZEM, CPF nº 231.598.399-15, autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Outorga, aos abaixo identificados, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Nº 3.624 - Processo nº 53516.001057/2019-09: CAMINHOS DO PARANA S/A, CNPJ nº 02.221.358/0001-70.

Nº 3.625 - Processo nº 53516.001634/2019-54: M. A. MAQUINAS AGRICOLAS LTDA., CNPJ nº 01.092.817/0013-33.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 3.523, DE 4 DE JUNHO DE 2019

Processo nº 53542.008198/2018-46.

Expede autorização à GASPAR RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ nº 03.113.214/0001-62, para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC), modalidade Ligação para Reportagem Externa, na localidade de Itiquira-MT, e outorga autorização de uso de radiofrequências associadas à autorização do serviço.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 5 DE JUNHO DE 2019

Nº 3.546 - Processo nº 53542.001282/2019-10.

Expede autorização a(ao) MINERVA S.A., CNPJ nº 67.620.377/0080-18, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.547 - Processo nº 53542.001315/2019-21.

Expede autorização a(ao) WALTERDAN FERNANDES MADALENA, CPF nº 003.326.311-68, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

GERÊNCIA DE ESPECTRO, ÓRBITA E RADIODIFUSÃO

ATO Nº 3.588, DE 7 DE JUNHO DE 2019

Altera os Planos Básicos de Distribuição de Canais de RTV, TVD e FM. Proc. 53500.017959/2019-28. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU, sua íntegra estará disponível no portal: http://www.anatel.gov.br

LUIZA MARIA THOMAZONI LOYOLA GIACOMIN
Superintendente
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM CONSUMIDORES

DESPACHO Nº 2, DE 7 DE JUNHO DE 2019

Processo nº 53500.007953/2019-42
Interessado: PRESTADORAS DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES, Telefônica Brasil S.A.

A SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES COM CONSUMIDORES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no art. 160, incisos I e IV do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e o PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO CONCURSO PRÁTICA INOVADORA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO NOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES 2019, no uso de suas atribuições previstas no Edital de Convocação nº 9/2019, de 11 de março de 2019, publicado em 12 de março de 2019, e da Portaria nº 679, de 15 de abril de 2019, publicado no DOU em 25 de abril de 2019, examinando os autos do Processo em epígrafe, do prêmio PRÁTICA INOVADORA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO NOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES 2019:

Considerando que o EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 9/2019 estabelece como inscritos os projetos enviados ao protocolo da Sede da Anatel em Brasília ou protocolados eletronicamente no sistema SEI em até noventa dias contados da publicação do extrato do Edital no Diário Oficial da União (D.O.U.), excluído o dia da publicação;

Considerando que o prazo final para inscrições de projeto, portanto, findaria em 10 de junho de 2019;

Considerando que foi submetida a Superintendência de Relações com Consumidores pela Telefônica Brasil S.A. pedido de prorrogação da data de inscrição do CONCURSO PRÁTICA INOVADORA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO NOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES 2019 por mais 7 (sete) dias, em razão de estar finalizando a documentação necessária para apresentar no concurso em questão (SEI nº4237993);

Considerando que esta é a primeira vez que se realiza este Prêmio e o prazo de dilação proposto é razoável; decide:

Acatar o pedido de prorrogação por mais 7 dias para inscrição de projetos do CONCURSO PRÁTICA INOVADORA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO NOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES 2019, findando em 17 de junho de 2019.

ELISA VIEIRA LEONEL
Superintendente de Relações com Consumidores

HUMBERTO BRUNO PONTES SILVA
Presidente da Comissão

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO Nº 18/GM-MD, DE 30 DE MAIO DE 2019

Processo nº 67050.000736/2018-09
ASSUNTO: CURSOS E ESTÁGIOS REALIZADOS POR MILITARES QUE SE DESLIGAM DAS FILEIRAS DAS FORÇAS ARMADAS. INTERPRETAÇÃO DA PORTARIA Nº 37/MD, PUBLICADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2017.
DOCUMENTO VINCULADO: PARECER Nº 00492/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU.

Submete-se à deliberação do MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA o Processo Administrativo versando sobre uniformização de tese sobre a interpretação do art. 13 da Portaria Normativa nº 37/MD/2017, no que tange à indenização em ressarcimento de cursos e estágios realizados por militares que se desligam das fileiras das Forças Armadas, sendo emitido na ocasião o Parecer nº 00492/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU.

O presente Despacho Decisório tem a finalidade de conferir efeito vinculante ao Parecer nº 00492/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 93, de 1993.

DECISÃO

Aprovo o entendimento adotado no Parecer nº 00492/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, que, ao cuidar sobre a indenização aos cofres públicos, em ressarcimento de despesas efetuadas pela União com a preparação, formação ou com a realização de cursos ou estágios por então militares das Forças Armadas que, posteriormente, desligaram-se das Forças sem o aproveitamento do investimento realizado, assim conclui:

Diante de todo o exposto, entendemos, nos termos do que dispõe o art. 13, que a metodologia de cálculo prevista na Portaria Normativa nº 37/2017 aplica-se somente aos cursos e estágios iniciados a partir de 22 de setembro de 2017. Assim, caso o curso, ou o estágio, tenha se iniciado anteriormente a 22 de setembro de 2017, ainda que se prolongue até período posterior a 22 de setembro de 2017, os termos da Portaria Normativa nº 37/2017 não incidem de nenhuma forma, nem sequer de forma híbrida, por expressa ausência de subsunção de tal fato à norma contida no art. 13 da Portaria Normativa nº 37, de 13 de setembro de 2017.

Consideramos que tendo em vista que, nos termos do art. 3º, inciso IX e XI, da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001, a diária visa cobrir, dentre outras, as despesas com pousada e alimentação, e que a ajuda de custo visa cobrir também as despesas com instalação, aliado ao fato de que § 2º do art. 5º da Portaria Normativa nº 37/2017 dispõe que não devem ser incluídos no cálculo dos fatores de custo para a indenização devida pelo ex-militar os itens referentes a alimentação e alojamento, conclui-se que as diárias e as ajudas de custo conferidas a militares para participarem de cursos no território nacional não merecem ser indenizadas pelo militar que se desligou das Forças Armadas.

Consideramos também, que as diárias e as ajudas de custo recebidas em virtude de curso ou estágio no exterior, por possuírem natureza indenizatória, não merecem ser indenizadas pelo militar egresso das Forças Armadas, salvo na estrita hipótese de que trata a alínea "b" do item 14 do Anexo A da Portaria Normativa nº 37/2017, que exige que as despesas com diárias e passagens em viagens de instrução realizadas durante o curso ou estágio no exterior sejam indenizadas.

Entendemos, por fim, que a transferência para a reserva não remunerada da praça que tenha realizado curso ou estágio no exterior de duração superior a seis meses, sem haver decorrido três anos de seu término, não dará ensejo ao dever de indenizar despesas feitas pela União para a realização desse curso ou estágio.

Publique-se este ato decisório juntamente com o Parecer nº 00492/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU.

Remetam-se cópias do parecer jurídico e deste despacho decisório aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, para cumprimento e ampla divulgação nas respectivas Forças.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA
Ministro

PARECER n. 00492/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU NUP: 67050.000736/2018-09 INTERESSADOS: ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA - EMAER ASSUNTOS: ASSESSORAMENTO ESPECIALIZADO À ATIVIDADE JURÍDICA EMENTA: INDENIZAÇÃO. CURSOS E ESTÁGIOS REALIZADOS POR MILITARES QUE SE DESLIGAM DAS FILEIRAS DAS FORÇAS ARMADAS. INTERPRETAÇÃO DA PORTARIA Nº 37/MD, PUBLICADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2017. I - Nos termos do que dispõe o art. 13, a metodologia de cálculo prevista na Portaria Normativa nº 37/2017 aplica-se somente aos cursos e estágios iniciados a partir de 22 de setembro de 2017. Assim, caso o curso, ou o estágio, tenha se iniciado anteriormente a 22 de setembro de 2017, ainda que se prolongue até período posterior a 22 de setembro de 2017, os termos da Portaria Normativa nº 37/2017 não incidem de nenhuma forma, nem sequer de forma híbrida, por expressa ausência de subsunção de tal fato à norma contida no art. 13 da Portaria Normativa nº 37, de 13 de setembro de 2017. II - Tendo em vista que, nos termos do art. 3º, inciso IX e XI, da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001, a diária visa cobrir, dentre outras, as despesas com pousada e alimentação, e que a ajuda de custo visa cobrir também as despesas com instalação, aliado ao fato de que § 2º do art. 5º da Portaria Normativa nº 37/2017 dispõe que não devem ser incluídos no cálculo dos fatores de custo para a indenização devida pelo ex-militar os itens referentes a alimentação e alojamento, consideramos que as diárias e as ajudas de custo conferidas a militares para participarem de cursos no território nacional não merecem ser indenizadas pelo militar que se desligou das Forças Armadas. III - As diárias e as ajudas de custo recebidas em virtude de curso ou estágio no exterior, por possuírem natureza indenizatória, não merecem ser indenizadas pelo militar egresso das Forças Armadas, salvo na estrita hipótese de que trata a alínea "b" do item 14 do Anexo A da Portaria Normativa nº 37/2017, que exige que as despesas com diárias e passagens em viagens de instrução realizadas durante o curso ou estágio no exterior sejam indenizadas. IV - A transferência para a reserva não remunerada do praça que tenha realizado curso ou estágio no exterior de duração superior a seis meses, sem haver decorrido três anos de seu término, não dará ensejo ao dever de indenizar despesas feitas pela União para a realização desse curso ou estágio. I - DO CASO DOS AUTOS 1. Por meio do PARECER N° 00048/2018/COJAER/CGU/AGU, de 07 de fevereiro de 20 05/11/2018 https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198
https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198 2/13 Nesse passo, os processos de afastamento do serviço ativo iniciados antes de 22 de setembro de 2017, data da publicação da aludida Portaria Normativa, devem ser regidos pelo regramento anterior, o que no caso do Comando da Aeronáutica foi regulado pela Portaria nº 6/GC6, de 6 janeiro de 2012. A utilização do critério estabelecido no art. 13 da Portaria Normativa nº 37/MD/2017, impede eventual concorrência de normas aplicáveis ao mesmo mesmo curso, já que a regra incidente levará sempre consideração os processos de afastamento iniciados a partir da data de sua publicação. Caso o cálculo do demissionário envolva mais de um curso, a metodologia de cálculo permanecerá a mesma: os cursos deverão ser analisados isoladamente, verificando-se se o início do processo de afastamento do militar se deu ou não a partir da publicação da Portaria Normativa do MD, ressaltando-se que para os casos anteriores a sua publicação a norma interna aplicável é a Portaria nº 6/GC6, de 6 de janeiro de 2012. Não haverá, como se pode notar, hipótese de mudança de metodologia de cálculo para os processos de afastamento iniciados na vigência de um regramento e concluídos na de outro, conforme já explanado. Por fim, salienta-se que os itens referentes à legalidade da cobrança relativa às ajudas de custo e diárias, pagas ao militar discente, no país ou no exterior, e da indenização para as praças transferidas para a reserva não remunerada, apresentam controvérsias de âmbito legal e normativo que subordinam-se a entendimento a ser exarado pela Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa - CONJUR-MD, razão pela qual esta Consultoria irá formular expediente àquele Ministério para fins de uniformização de tese. Tão logo haja retorno das questões formuladas à CONJUR-MD, serão remetidos a esse EstadoMaior os aspectos restantes apontados por intermédio do Ofício nº 1/1SC1/664, de 22 de janeiro de 2018. São essas as considerações julgadas pertinentes no âmbito do processo nº 67050.000736/2018- 09, as quais se restringem aos aspectos jurídicos formais do processo, abstraídas as questões técnicas que forem da competência desta Consultoria, e resguardados os juízos de conveniência e oportunidade próprios da esfera administrativa. 2. O referido comando também apresentou o PARECER N° 00056/2018/COJAER/CGU/AGU, de 19 de fevereiro de 2018, que consignou nos itens finais de números 22 a 25: Ocorre que a Portaria Normativa nº 37/MD/2017 ao dispor sobre a matéria prevê, de modo indistinto, a possibilidade de ressarcimento do militar aos cofres da União, não estabelecendo diferença entre o oficial demissionário e o Guarda-Marinha, o Aspirante-a-Oficial e as demais praças, conforme estabelece o Estatuto dos Militares. Assim prevê o art. 1º da Portaria Normativa nº 37/MD/2017: (...) Percebe-se que os incisos I e II do dispositivo supracitado trazem a nomenclatura oficial ao estabelecerem duas hipóteses de indenização ao erário: a do oficial que pede demissão com menos de 5 anos de oficialato e a do oficial que pede demissão do serviço ativo ou for demitido ex of icio por ter passado a exercer cargo ou emprego público permanente, estranho à sua carreira. Já o inciso III do art. 1º faz menção a categoria de militares em sentido amplo, não havendo distinções quanto ao posto ou graduação, o que aparentemente estaria em conflito com o que dispõe o Estatuto dos Militares em seus arts. 115, 116, 117 e 121, ao tratar das hipóteses de demissão e licenciamento e atribuir a somente à primeira a possibilidade de cobrança dos custos com a preparação e formação. 05/11/2018 https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198
https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198 3/13 Nesse diapasão, considerando que a Portaria Normativa nº 37/MD/2017 possui sua aplicação dirigida ao âmbito das três Forças, e tendo em vista a necessidade de dirimir os pontos suscitados pelo Estado-Maior da Aeronáutica, torna-se necessário submeter o presente processo ao crivo da Consultoria Jurídica desse Ministério, após manifestação prévia desta Consultoria Jurídica Adjunta. 3. Assim, o Ofício nº 46/COJAER/546, de 05 de março de 2018, da Consultoria Jurídica-Adjunta junto ao Comando da Aeronáutica, solicitou desta CONJUR/MD uniformização de tese sobre a interpretação do art. 13 da Portaria Normativa nº 37/MD/2017 - publicada em 22 de setembro de 2017 -, que versa sobre indenização em ressarcimento de cursos e estágios realizados por militares que se desligam das fileiras das Forças Armadas. 4. Mais especificamente, como se denota dos autos, as dúvidas que tocam indistintamente às três Forças Singulares e que dependem de uma uniformização de tese são, assim como resumido na COTA n. 00177/2018/CONJURMD/CGU/AGU, de 08 de março de 2017, desta Coordenação-Geral de Direito Administrativo e Militar, são as seguintes: a) metodologia de cálculo: a Portaria Normativa n° 37/MD/2017, em seu art. 13, preconiza que "a metodologia de cálculo prevista nesta Portaria Normativa aplica-se aos processos de afastamento do serviço ativo relativos aos gastos com preparação e formação iniciados a partir da data de publicação desta Portaria Normativa" (grifou-se). A dúvida reside na interpretação do texto quanto à aplicação, ou seja, devem-se considerar os custos de um curso iniciado antes de 22 set. 2017 (data de publicação da portaria normativa em DOU) na metodologia antiga ou, ainda que iniciado o evento de ensino anteriormente a essa data, os gastos de qualquer atividade executada a partir de 22 set. 2017 podem ser considerados na nova metodologia, acarretando um cálculo híbrido? Ou ainda, pode o cálculo ser híbrido mesmo em um mesmo ano letivo/período de cálculo? b) pagamento de ajuda de custo e diárias: se é legal a cobrança relativa a ajudas de custos e diárias, pagas ao militar discente, no País ou no exterior; e c) indenização para praças transferidas para a reserva não remunerada: se é legal cobrar a indenização de praças transferidas para a reserva não remunerada, quando, por exemplo, são empossadas em cargo ou emprego público civil permanente. 5. Por meio da aludida COTA n. 00177/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 08 de março de 2017, o Coordenador-Geral de Direito Administrativo e Militar solicitou o pronunciamento das Consultorias Adjuntas da Marinha e do Exército e da SEPESD/MD, conforme se observa pelos seguintes excertos da referida cota: (...) antes de qualquer pronunciamento conclusivo, em respeito a todos os órgãos públicos que poderão ser afetados pela uniformização pretendida, esta CONJUR/MD pugna pela prévia colheita do entendimento jurídico das Consultorias Jurídicas-Adjuntas dos Comandos da Marinha e do Exército, bem como de subsídios técnicos da SEPESD, órgão responsável por "propor a política de pessoal civil, militar e pensionistas, e políticas, estratégias e diretrizes setoriais de pessoal civil, militar e pensionistas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução", nos termos do artigo 41, I, do Decreto nº 8.978, de 2017. Assim sendo, solicito da Coordenação Administrativa adoção das seguintes providências: a) abrir tarefas no SAPIENS para as doutas Adjuntas da Marinha e do Exército, solicitando encarecidamente que esses órgãos jurídicos da AGU, no prazo de 30 (trinta) dias, emitam parecer jurídico sobre o tema, a fim de subsidiar o trabalho de uniformização de tese a cargo desta CONJUR-MD; b) abrir tarefa no SAPIENS para a COJAER, para conhecimento das providências ora adotadas; c) abrir tarefa no SEI para a SEPESD/MD, para que avalie, também no prazo de 30 (trinta) dias, se pode contribuir com subsídios técnicos para o deslinde da questão. Após, mantenha-se o processo arquivado temporariamente na própria COADM, para controle das respostas, devolvendo-se os autos para esta CG após 30 (trinta) dias, para fins de verificar o estágio de sua instrução. (negritos do original) 6. A Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto deste Ministério da Defesa se manifestou por meio do Despacho n. 71/DIPMIL/DEPES/SEPESD/SGMD, de 03 de abril de 2018, consignando: Sobre a metodologia de cálculo 05/11/2018 https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198
https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198 4/13 (...) Nesse sentido, o texto é bastante claro que a nova metodologia de cálculo deve ser aplicada apenas aos cursos iniciados a partir da data de publicação da Portaria, sendo os cursos iniciados anteriormente sujeitos aos cálculos previstos quando dos seus inícios. (...) Sobre o pagamento de diárias (...) Considerando todas as transcrições acima, conclui-se que os valores referentes a gastos com diárias não devem integrar o cálculo dos valores a serem ressarcidos aos cofres públicos, uma vez que as diárias servem para cobrir despesas de pousada e alimentação que são direitos do militar, segundo o Estatuto. Entende-se que a diária é paga ao militar quando a Organização Militar, a qual ele pertence, não tem condições de fornecer alojamento e alimentação no local onde ela o enviou a serviço. Além disso, não está prevista essa cobrança no art. 5 da Portaria. Entretanto, para dirimir qualquer tipo de dúvida quanto a cobrança desse item, essa Divisão iniciará a revisão dessa Portaria, a qual incluirá texto mais claro sobre o tema diárias. Sobre o pagamento de ajuda de custo (...) Tendo em vista que a cobrança de ajuda de custo não está prevista no art. 5 da Portaria, essa Divisão é de parecer que os valores pagos a título de ajuda de custo não devam ser ressarcidos até que a atual revisão da Portaria contemple o tema com um texto mais claro. Sobre a indenização de praças transferidos a reserva não remunerada Referente a indenização para praças transferidas para a reserva não remunerada, esta Divisão concorda com o Parecer n. 00056, ressaltando que o Estatuto

dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980) não ampara a cobrança de indenização e, por esse motivo, não foi acrescida à Portaria. (negritos do original) 7. O PARECER N° 0525/2018/CONJUR-EB/CGU/AGU, de 15 de maio de 2018, elaborado pela Consultoria jurídica Adjunta ao Comando do Exército entendeu: (...) II. 1 - DA METODOLOGIA DE CÁLCULO (...) Desta forma, depreende-se que, aos cursos iniciados até 21 de setembro de 2017, mesmo que com término após 22 de setembro de 2017, aplicar-se-á a planilha de Custo-Aluno-Curso (CAC) de acordo com a Portaria nº 694-CMt EX, de 10 de agosto de 2010. Já aos cursos iniciados após a publicação da Portaria Normativa nº 37-MD, de 13 de setembro de 2017, aplicar-se-á integralmente a metodologia de cálculo prevista naquele normativo. (...) II. 2 - DO PAGAMENTO DE AJUDA DE CUSTO E DIÁRIAS (...) Desta forma, por ausência de previsão legal autorizativa e em atenção ao arcabouço jurídico construído ao longe deste opinativo, esta Consultoria Jurídica junto ao Comando do Exército (CONJUR-EB) entende não ser possível integrar ao cálculo de indenização as despesas referentes ao pagamento de diárias e ajuda de custo. 05/11/2018 https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198
https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198 5/13 II. 3 - DA INDENIZAÇÃO PARA PRAÇAS TRANSFERIDAS PARA A RESERVA NÃO REMUNERADA Neste contexto, salvo melhor juízo, entende-se não ser possível aplicar a indenização em estudo aos praças demissionários, o que está em consonância com as informações anteriormente prestadas pelo Comando do Exército, em sua manifestação de 13 de abril de 2018, através do DIEx nº 87-Adj1/AAAJ/DECEx (Seq. 16, SAPIENS), referido no item 5, supra. (grifos e negritos do original) 8. Por sua vez, a Consultoria Jurídica-Adjunta junto ao Comando da Marinha apresentou o PARECER N° 111/2018 - STF/CJACM/CGU/AGU, de 05 de junho de 2018, com a seguinte conclusão: 22. Diante do que foi exposto, instada a se manifestar acerca da interpretação do art.13 da Portaria Normativa MD nº 37/2017, conclui esta Consultoria Jurídica-Adjunta junto ao Comando da Marinha que: a) A metodologia de cálculo de indenização prevista na Portaria Normativa MD nº 37/2017, somente deverá ser aplicada aos processos de afastamento do serviço ativo iniciados a partir da publicação da referida portaria, ou seja, a partir do dia 22 de setembro de 2017. Assim, processos de afastamento do serviço ativo que tenham sido iniciados antes da publicação da Portaria Normativa continuarão sendo regidos pelo normativo anterior. b) Não há previsão legal que autorize a cobrança de indenização relativa ao pagamento de diárias e ajudas de custo aos militares que pediram demissão do serviço ativo ou foram demitidos ex of icio por terem passado a exercer cargo ou emprego público permanente, estranho à sua carreira, sem haver cumprido o período de permanência mínimo exigido pela legislação. c) Não há previsão legal para cobrança de indenização às praças transferidas para a reserva não remunerada empossadas em cargo público civil permanente, salvo em relação aos militares (oficiais e praças) que realizaram cursos/estágios no exterior e solicitarem transferência para a reserva remunerada. 23. Cumpre solicitar, ainda, que o Ministério da Defesa avalie a possibilidade de alteração da Portaria Normativa MD nº 37/2017 nos termos dos itens II.D deste parecer. (negritos do original) 9. Posteriormente, em 13 de julho de 2018, o PARECER N° 153/2018 -STF/CJACM/CGU/AGU, do Comando da Marinha alterou parcialmente o PARECER N° 111/2018 - STF/CJACM/CGU/AGU, nos seguintes termos: 15. Diante do que foi exposto, concluímos que: 1) os valores pagos ao militar dissidente, a título de ajuda de custo e diárias, devem ser incluídos no total da indenização devida quando se relacionarem às atividades desenvolvidas em razão do Curso ou Estágio. 2) respondendo ao segundo questionamento realizado pela Organização Militar assessorada, relacionado à inclusão ou não no valor da indenização devida dos custos das passagens utilizadas pelo militar dissidente no decorrer da realização dos Cursos ou Estágios, entendemos que, conforme determinado no art.5º, §1º, II, "a", da Portaria Normativa MD nº 37/2017, devem os mesmos ser inseridos no valor de indenização devida. 3) diante do indicativo de que a Diretoria-Geral de Pessoal da Marinha tem o objetivo de rever o texto da norma interna DGPM -101 (Rev 7), que trata das normas para os cursos e estágios do Sistema de Ensino Naval - SEN, reproduzindo o Anexo A da Portaria Normativa MD nº37/2017, recomendamos à OM assessorada que não adote, neste momento, qualquer providência neste sentido, sendo oportuno aguardar a elaboração do parecer uniformizante pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Defesa, que abordará o tema ora tratado. 05/11/2018 https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198
https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198 6/13 16. O Parecer nº 111/2018-STF/CJACM/CGU/AGU, de 05 de junho de 2018, deve ser apostilado em razão de sua superação parcial (item 22, "b"). (negritos do original) 10. Assim, uma vez colhidos os posicionamentos da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, bem como da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, os autos retornaram a esta CONJUR-MD, para emissão de parecer uniformizador de tese. 11. Esse é o relato do caso dos autos administrativos. II - DOS FUNDAMENTOS 12. De se considerar, aprioristicamente, que o exame desta Consultoria Jurídica é feito nos termos do art. 11 da Lei Complementar n° 73/1993 e com base nos elementos dos autos, subtraindo-se do âmbito da competência institucional deste órgão, delimitada em lei, análises que importem em considerações de ordem técnica, fática e de âmbito discricionário do administrador público. 13. O presente parecer visa analisar questões relativas à Portaria Normativa nº 37/MD, de 13 de setembro de 2017, que foi publicada em 22 de setembro de 2017. 14. A referida Portaria Normativa dispõe sobre a indenização aos cofres públicos, em ressarcimento de despesas efetuadas pela União com a preparação, formação ou com a realização de cursos ou estágios por então militares das Forças Armadas que, posteriormente, desligaram-se das Forças sem o aproveitamento do investimento realizado. 15. Seu art. 1º traz os casos em que os militares que se afastam das fileiras militares devem indenizar ao erário, bem como os prazos em que tais indenizações são necessárias. Observe-se, por oportuno, o teor do referido art. 1º da Portaria Normativa nº 37/2017: Art. 1º - Os militares das Forças Armadas, ao afastarem-se do serviço ativo, indenizarão ao erário as despesas realizadas pela União com a sua preparação, formação ou realização de cursos ou estágios, no âmbito da sua respectiva Força ou fora dela, seja no país ou no exterior, em atendimento ao estabelecido na legislação vigente e ao disposto nesta Portaria Normativa, de acordo com os cálculos elaborados pelos órgãos específicos das Forças Singulares, nas situações abaixo discriminadas: I - o oficial que contar menos de cinco anos de oficialato e pedir demissão do serviço ativo ou for demitido ex of icio por ter passado a exercer cargo ou emprego público permanente, estranho à sua carreira, indenizará as despesas feitas pela União com a sua preparação e formação; II - o oficial que pedir demissão do serviço ativo ou for demitido ex of icio por ter passado a exercer cargo ou emprego público permanente, estranho à sua carreira, indenizará as despesas feitas pela União com a realização de todo e quaisquer cursos ou estágios, no país ou no exterior, quando não tenham decorrido os seguintes prazos: a) dois anos, para curso ou estágio de duração igual ou superior a dois meses e inferior a seis meses; b) três anos, para curso ou estágio de duração igual ou superior a seis meses e igual ou inferior a dezoito meses; ou c) cinco anos, para curso ou estágio de duração superior a dezoito meses. III - o militar que realizar curso ou estágio no exterior, de duração superior a seis meses, sem haver decorrido três anos de seu término, e solicitar transferência para a reserva remunerada, indenizará as despesas feitas pela União correspondentes à realização do referido curso ou estágio. 16. A Lei nº 6.880/80 - Estatuto dos Militares, assim dispõe sobre a demissão e sua correspondente indenização nas Forças Armadas, in litteris: Art. 115. A demissão das Forças Armadas, aplicada exclusivamente aos oficiais, se efetua: I- a pedido; e II- ex of icio. 05/11/2018 https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198
https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198 7/13 Art. 116. A demissão a pedido será concedida mediante requerimento do interessado: I - sem indenização aos cofres públicos, quando contar mais de 5 (cinco) anos de oficialato, ressalvado o disposto no 1º deste artigo; e II - com indenização das despesas feitas pela União, com a sua preparação e formação, quando contar menos de 5 anos de oficialato. (...) 17. Para uma melhor compreensão deste parecer, entendemos que seria mais didático dividi-lo em três partes: uma que discorrerá sobre a aplicação temporal da metodologia de cálculo constante no art. 13 da Portaria Normativa nº 37, de 13 de setembro de 2017, outra que tratará sobre a não incidência, como regra, de indenização sobre pagamento de ajuda de custo e diárias e, por fim, uma última que disporá sobre a impossibilidade de indenização para praças transferidas para a reserva não remunerada. II. 1 - Da aplicação da metodologia de cálculo 18. A primeira questão que nos foi solicitada abordar diz respeito à aplicação temporal da metodologia de cálculo constante no art. 13 da Portaria Normativa nº 37, de 13 de setembro de 2017. 19. O referido artigo possui a seguinte redação: Art. 13 - A metodologia de cálculo prevista nesta Portaria Normativa aplica-se aos processos de afastamento do serviço ativo relativos aos gastos com preparação e formação iniciados a partir da data de publicação desta Portaria Normativa. 20. A dúvida é relativa sobre se devem ser considerados os custos de um curso ou estágio iniciado antes de 22 de setembro de 2017 (data de publicação da Portaria Normativa nº 37/2017 em DOU) na metodologia antiga ou, ainda que iniciado o evento de ensino anteriormente a essa data, os gastos de qualquer atividade executada a partir de 22 de setembro de 2017 poderiam ser considerados na nova metodologia, ou ainda, se poderia o cálculo ser híbrido mesmo em um mesmo ano letivo/período de cálculo. 21. Entendemos, nos termos do que dispõe o supracolacionado art. 13, que a metodologia de cálculo prevista na Portaria Normativa nº 37/2017 aplica-se somente aos cursos iniciados a partir de 22 de setembro de 2017. 22. O art. 13 Portaria Normativa nº 37/2017 é expresso em delimitar as hipóteses de incidência da metodologia de cálculo disposta na aludida Portaria Normativa, restringindo sua aplicação aos cursos e estágios que se iniciaram a partir de 22 de setembro de 2017. 23. Assim, caso o curso ou o estágio tenha se iniciado anteriormente a 22 de setembro de 2017, ainda que se prolongue até período posterior a 22 de setembro de 2017, os termos da Portaria Normativa nº 37/2017 não incidem de nenhuma forma, nem sequer de forma híbrida, por expressa ausência de subsunção de tal fato à norma contida no art. 13 da Portaria Normativa nº 37, de 13 de setembro de 2017. II. 2 - Da não incidência de indenização sobre pagamento de ajuda de custo e diárias 24. Em relação à possibilidade, ou não, de incidência de indenização sobre pagamento de ajuda de custo e diárias a ser pago pelo militar oficial que se desliga das Forças Armadas, observe-se que o art. 5º da Portaria Normativa nº 37/2017 disciplina quais os fatores de custo devem ser considerados quando a indenização ao erário for devida pelo militar egresso das Forças Armadas. 25. Observe-se a redação do referido art. 5º da Portaria Normativa nº 37/2017: Art. 5º - Para o cálculo da indenização devida nas situações discriminadas no inciso I do art. 1º serão considerados os seguintes fatores de custo, observadas as instruções previstas nos Anexos "A", "B" e "C" a esta Portaria Normativa: 05/11/2018 https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198
https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198 8/13 I - básicos: todos aqueles que se referem às despesas genéricas da OM que coordenou ou ministrou eventos de ensino e que podem ser consolidadas para rateio pelos alunos; e II - individuais: todos aqueles que são individualizados e peculiares para cada aluno. § 1º - Deverão ser considerados os seguintes itens para a obtenção dos custos: I - básicos: a) remuneração dos professores, instrutores, monitores e de auxiliares ou outros envolvidos no apoio ao ensino do referido curso; b) despesas com honorários, ajudas de custo, diárias e transporte de professores/instrutores visitantes, caso haja, dos palestrantes e conferencistas do referido curso; c) material didático, quando fornecido aos alunos em caráter permanente; d) material de expediente utilizado direta e exclusivamente nos cursos ou estágios; e) munição, quando empregada diretamente no ensino; f) energia elétrica, água e saneamento; g) custo com limpeza; h) custos de manutenção e conservação de bens móveis permanentes, incluindo os decorrentes de depreciação; e i) custos de manutenção e conservação de bens imóveis, incluindo os decorrentes de depreciação; II - individuais: a) passagens utilizadas no decorrer da realização dos cursos ou estágios; b) horas de voo realizadas em aeronaves na formação de pilotos ou paraquedistas e aquelas disponibilizadas para qualquer atividade prevista no plano ou programa de ensino dos cursos ou estágios; c) combustível, quando empregado diretamente no ensino, excluído o já computado no custo da hora de voo. 26. O § 2º do mesmo art. 5º da Portaria Normativa nº 37/2017 dispõe, por outro lado, o que não deve ser incluído no cálculo dos fatores de custo, nos seguintes termos: Art. 5º (...) § 2º - Não deverão ser incluídos no cálculo dos fatores de custo os seguintes itens: I - remuneração; II - alimentação; III - fardamento; IV - investimentos, de qualquer natureza, em infraestrutura (construção, reforma, recuperação, dentre outros); V - aquisição e reparo de material permanente; e VI - alojamento e roupa de cama. (grifos inexistentes no original) 27. Assim, o que fora gasto com o militar a título de alimentação e de alojamento não podem ser incluídos nos custos a serem indenizados pelo militar egresso das Forças Armadas, nos termos do § 2º do art. 5º da Portaria Normativa nº 37/2017 28. No caso dos militares, o direito à diária e à ajuda de custo estão previstos no art. 2º, I, "a" e "c" e no art. 3º, inciso IX e XI, ambos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001. Ex vi: Art. 2º Além da remuneração prevista no art. 1º desta Medida Provisória, os militares têm os seguintes direitos remuneratórios: I - observadas as definições do art. 3º desta Medida Provisória: a) diária; (...) c) ajuda de custo; Art. 3º Para os efeitos desta Medida Provisória, entende-se como: [...] 05/11/2018 https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198
https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198 9/13 IX - diária - direito pecuniário devido ao militar que se afastar de sua sede, em serviço de caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional, destinado a cobrir as correspondentes despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme regulamentação; (...) XI ajuda de custo direito pecuniário devido ao militar, pago adiantadamente, conforme regulamentação: a) para custeio das despesas de locomoção e instalação, exceto as de transporte, nas movimentações com mudança de sede; e (...) 29. Dessa forma, nos termos do art. 3º, inciso IX e XI, da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001, tendo em vista que a diária visa cobrir despesas com pousada e alimentação e que a ajuda de custo visa cobrir também as despesas com instalação, e considerando que o § 2º do art. 5º da Portaria Normativa nº 37/2017 dispõe que não devem ser incluídos no cálculo dos fatores de custo para a indenização devida pelo ex-militar os itens referentes a alimentação e alojamento, consideramos que as diárias e as ajudas de custo conferidas a militares para participarem de cursos no território nacional não merecem ser indenizadas pelo militar que se desligou das Forças Armadas. 30. Assim, entendemos que para os cursos realizados no Brasil, diárias e ajudas de custo recebidas pelo então militar não devem ser incluídas no cálculo de indenização do valor a ser devolvido ao Estado. 31. Todavia, por expressa determinação normativa, a situação apresenta uma sutil diferença caso o curso ou estágio a ser indenizado tenha sido realizado no exterior, que é a hipótese prevista no inciso III do art. 1º da PN nº 37/2017. 32. O art. 8º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972 - que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior - estabelece do que é composta a retribuição no exterior, elencando as rubricas que compõem essa remuneração da seguinte forma: Art 8º A retribuição no exterior é constituída de: I - Retribuição Básica: Vencimento ou Salário, no Exterior, para o servidor civil, e Soldo no Exterior, para o militar; II - Gratificação: Gratificação no Exterior por Tempo de Serviço; III - Indenizações: a) Indenização de Representação no Exterior; b) Auxílio-Familiar; c) Ajuda de Custo de Exterior; d) Diárias no Exterior; e e) Auxílio-Funeral no Exterior. f) Auxílio-Moradia no Exterior; IV - décimo terceiro salário com base na retribuição integral; V - acréscimo de 1/3 (um terço) da retribuição na remuneração do mês em que gozar férias. 33. Assim, o colacionado art. 8 estabelece duas ordem de retribuição, uma composta por verbas remuneratórias, descritas nos incisos I, II, IV e V (retribuição básica: vencimento ou salário, no exterior, para o servidor civil, e soldo no exterior, para o militar; gratificação no exterior por tempo de serviço; décimo terceiro salário com base na retribuição integral; acréscimo de 1/3 da retribuição na remuneração do mês em que gozar férias) e outra composta por verbas indenizatórias descritas nas alíneas do inciso III (indenização de representação no exterior; auxílio-familiar; ajuda de custo de exterior; diárias no exterior; auxílio-funeral no Exterior e auxílio-moradia no exterior). 34. Assim, como regra geral, tem-se que as verbas descritas como indenizatórias, por essa natureza, não merecem ser indenizadas pelo militar egresso das Forças Armadas. 35. Todavia, por outro lado, o art. 7º da Portaria Normativa nº 37/2017 determina que para o cálculo da indenização a ser paga pelo militar egresso nas situações discriminadas no inciso III do art. 1º, isto é, quando o militar que realizar curso ou estágio no exterior de duração superior a seis meses, serão considerados os fatores de custo elencados 05/11/2018 https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198
https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198 10/13 naquele dispositivo normativo, observadas as instruções previstas nos Anexos "A", "B" e "C" da Portaria Normativa nº 37/2017. 36. Observe-se o disposto no mencionado art. 7º da Portaria Normativa nº 37/2017: Art. 7º. Para o cálculo da indenização devida por militar que tenha realizado curso ou estágio no exterior, nos termos do inciso III do art. 1º, serão considerados os seguintes fatores de custo, observadas as instruções previstas nos Anexos "A", "B" e "C" a esta Portaria Normativa: I - a diferença entre a remuneração bruta e outros direitos remuneratórios pagos ao militar em moeda estrangeira, convertidos em moeda nacional pela cotação do dia do seu recebimento, e o valor da remuneração bruta e outros direitos remuneratórios a que o militar faria jus no Brasil na mesma data considerada, apurados durante o período de realização do curso ou estágio e de acordo com a legislação em

vigor; II - o valor do curso ou estágio no exterior, em moeda nacional; e III - quaisquer outras despesas relacionadas com a realização do curso ou estágio no exterior. Parágrafo único - O cálculo da indenização referente aos cursos e estágios realizados no exterior considerará as taxas de conversão para moeda nacional, vigentes nas datas em que a Força Singular efetuou os respectivos pagamentos. 37. Vê-se que a norma supra somente trata da remuneração, o que se poderia levar a crer, a priori, que ela estaria apenas confirmando a regra geral de que verbas descritas como indenizatórias, justamente por essa natureza, não mereceriam ser indenizadas pelo militar egresso das Forças Armadas. 38. No entanto, não se pode olvidar da regra inserta na alínea "b" do item 14 do Anexo A da Portaria Normativa nº 37/2017, que, ao fixar instruções para o cálculo dos cursos e estágios no exterior, assim dispõe: 14) Cursos ou estágios realizados no exterior: (...) b) incluir as despesas de diárias e passagens em viagens de instrução realizadas durante o curso ou estágio (fazer a conversão para moeda nacional na data da ocorrência do evento); e (grifos inexistentes no original) 39. Assim, há que se reconhecer que caso o militar participe de curso ou estágio no exterior e, durante esse curso, venha a receber também diárias e passagens em razão de afastamentos do local do curso ou estágio para viagens de instrução, o valor de tais diárias e os custos das passagens também devem ser levados em consideração para o cálculo da indenização devida ao erário. 40. Apesar de, nos termos descritos pelo art. 8º, III, d, da Lei nº 5.809/72, as diárias serem verbas que possuem natureza de indenização ao militar que participe de curso ou estágio no exterior, por expressa determinação do item 14, "b", do Anexo A da Portaria Normativa nº 37/2017, as despesas com diárias e passagens para viagens de instrução no transcorrer do curso ou estágio no exterior devem ser incluídas no valor da indenização que o militar egresso deve pagar ao Estado. 41. De se consignar ainda que, embora o objeto da presente consulta se refira especificamente sobre diárias e ajuda de custo, há que se consignar que o supracolacionado art. 7º da Portaria Normativa nº 37/2017 também elenca outros custos que devem ser considerados para o cálculo da indenização devida pelo militar que tenha realizado curso no exterior. 42. Assim, também devem ser incluídos no cálculo da indenização que deverá ser paga ao erário, a diferença entre a remuneração bruta e outros direitos remuneratórios, pagos ao militar, em moeda estrangeira, que devem ser convertidos em moeda nacional, pela cotação do dia de seu recebimento e o valor da remuneração bruta e outros direitos remuneratórios a que esse militar faria jus no Brasil; o montante referente ao valor do curso ou estágio realizado no exterior, convertido em moeda nacional, bem como outras despesas decorrentes da realização do curso ou estágio no exterior. 05/11/2018 https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198
https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198 11/13 43. Diante disso, seguindo a regra geral, conclui-se que as diárias e as ajudas de custo recebidas em virtude de curso ou estágio no exterior, por possuírem natureza indenizatória, não merecem ser indenizadas pelo militar egresso das Forças Armadas, salvo na estrita hipótese de que trata a alínea "b" do item 14 do Anexo A da Portaria Normativa nº 37/2017, que exige que as despesas com diárias e passagens em viagens de instrução realizadas durante o curso ou estágio no exterior sejam indenizadas. II. 3 - Da impossibilidade de indenização para praças transferidas para a reserva não remunerada 44. A última questão a ser analisada consiste em analisar se é possível, ou não, que as praças transferidas para a reserva não remunerada indenizem os cofres públicos em relação aos valores relativos a despesas efetuadas pela União com a preparação, formação ou com a realização de cursos ou estágios que elas participaram. 45. De antemão, não se pode olvidar que a Portaria Normativa nº 37, de 2017, regulamenta três hipóteses de indenização por despesas com cursos e estágios realizados por militar que se desliga do serviço ativo, as quais estão previstas no §2º do art. 97, no art. 116 e no art. 117, todos dos Estatuto dos Militares. 46. É o que preconiza o preâmbulo da norma infralegal: O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 97, § 2º; 116 e 117 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e considerando o que consta do Processo nº 00405.000888/2011-99, resolve:(grifos inexistentes no original) 47. As duas primeiras hipóteses disciplinadas no art. 1º da Portaria Normativa nº 37, de 2017, expressas nos incisos I e II, regulamentam os arts. 116 e 117 da Lei nº 6.880/80, que cuidam especificamente dos oficiais das Forças Armadas. Vejamos: Lei nº 6.880/80 Art. 115. A demissão das Forças Armadas, aplicada exclusivamente aos oficiais, se efetua: I - a pedido; e II - ex of icio. Art. 116 A demissão a pedido será concedida mediante requerimento do interessado: I - sem indenização aos cofres públicos, quando contar mais de 5 (cinco) anos de oficialato, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo; e II - com indenização das despesas feitas pela União, com a sua preparação e formação, quando contar menos de 5 (cinco) anos de oficialato. Art. 117. O oficial da ativa que passar a exercer cargo ou emprego público permanente, estranho à sua carreira, será imediatamente demitido ex of icio e transferido para a reserva não remunerada, onde ingressará com o posto que possuía na ativa e com as obrigações estabelecidas na legislação do serviço militar, obedecidos os preceitos do art. 116 no que se refere às indenizações. (grifos inexistentes no original) Portaria Normativa nº 37, de 2017 Art. 1º - Os militares das Forças Armadas, ao afastarem-se do serviço ativo, indenizarão ao erário as despesas realizadas pela União com a sua preparação, formação ou realização de cursos ou estágios, no âmbito da sua respectiva Força ou fora dela, seja no país ou no exterior, em atendimento ao estabelecido na legislação vigente e ao disposto nesta Portaria Normativa, de acordo com os cálculos elaborados pelos órgãos específicos das Forças Singulares, nas situações abaixo discriminadas: I - o oficial que contar menos de cinco anos de oficialato e pedir demissão do serviço ativo ou for demitido ex officio por ter passado a exercer cargo ou emprego público permanente, estranho à sua carreira, indenizará as despesas feitas pela União com a sua preparação e formação; II - o oficial que pedir demissão do serviço ativo ou for demitido ex officio por ter passado a exercer cargo ou emprego público permanente, estranho à sua carreira, indenizará as despesas feitas pela União com a realização de todo e quaisquer cursos ou estágios, no país ou no exterior, quando não tenham decorrido os seguintes prazos: 05/11/2018 https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198
https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198 12/13 a) dois anos, para curso ou estágio de duração igual ou superior a dois meses e inferior a seis meses; b) três anos, para curso ou estágio de duração igual ou superior a seis meses e igual ou inferior a dezoito meses; ou c) cinco anos, para curso ou estágio de duração superior a dezoito meses; (grifos inexistentes no original) 48. Desse modo, como essas regras cuidam especificamente dos oficiais, conclui-se que elas não são aplicáveis às praças. 49. Já a última hipótese tratada no art. 1º da Portaria Normativa nº 37, de 2017, expressa no seu inciso III, regulamenta o comando legal previsto no § 2º do art. 97, que se aplica ao todos os militares, sejam oficiais ou praças, que tenham realizado qualquer curso ou estágio de duração superior a 6 (seis) meses, por conta da União, no estrangeiro, sem haver decorrido 3 (três) anos de seu término. Nesses casos, a transferência para a reserva resultará na indenização de todas as despesas correspondentes à realização do referido curso ou estágio, inclusive as diferenças de vencimentos. Ex vi: Lei nº 6.880/80 Art. 97. A transferência para a reserva remunerada, a pedido, será concedida mediante requerimento, ao militar que contar, no mínimo, 30 (trinta) anos de serviço. § 1º O oficial da ativa pode pleitear transferência para a reserva remunerada mediante inclusão voluntária na quota compulsória. § 2º No caso de o militar haver realizado qualquer curso ou estágio de duração superior a 6 (seis) meses, por conta da União, no estrangeiro, sem haver decorrido 3 (três) anos de seu término, a transferência para a reserva só será concedida mediante indenização de todas as despesas correspondentes à realização do referido curso ou estágio, inclusive as diferenças de vencimentos. O cálculo da indenização será efetuado pelos respectivos Ministérios. Muito embora o destacado §2º mencione apenas o termo "transferência para a reserva", infere-se que a reserva de que cuida a norma é a reserva remunerada, tendo em vista que art. 97, como demonstra o seu caput, trata dessa espécie de reserva. Além disso, destaca-se que o dispositivo legal está inserido topograficamente na Seção II do Capítulo II do Título IV da Lei nº 6.880/80, cuja denominação é "Da Transferência para a Reserva Remunerada". 50. Nesse sentido, inclusive, deixou claro o inciso III do art. 1º da Portaria Normativa nº 37, de 2017: Portaria Normativa nº 37, de 2017 Art. 1º - Os militares das Forças Armadas, ao afastarem-se do serviço ativo, indenizarão ao erário as despesas realizadas pela União com a sua preparação, formação ou realização de cursos ou estágios, no âmbito da sua respectiva Força ou fora dela, seja no país ou no exterior, em atendimento ao estabelecido na legislação vigente e ao disposto nesta Portaria Normativa, de acordo com os cálculos elaborados pelos órgãos específicos das Forças Singulares, nas situações abaixo discriminadas: [...] III - o militar que realizar curso ou estágio no exterior, de duração superior a seis meses, sem haver decorrido três anos de seu término, e solicitar transferência para a reserva remunerada, indenizará as despesas feitas pela União correspondentes à realização do referido curso ou estágio. (grifos inexistentes no original) 51. Assim sendo, do mero exame gramatical da norma percebe-se que somente quando o militar, oficial ou praça, for transferido para a reserva remunerada é que será cabível a indenização de que trata o §2º do art. 97 da Lei nº 6.880/80 e o inciso III do art. 1º da Portaria Normativa nº 37/2017. 52. Desse modo, por ausência de amparo legal, conclui-se que a transferência para a reserva não remunerada do praça que tenha realizado curso ou estágio no exterior de duração superior a seis meses, sem haver decorrido três anos de seu término, não dará ensejo ao dever de indenizar despesas feitas pela União para a realização desse curso ou estágio. III - DA CONCLUSÃO 05/11/2018 https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198
https://sapiens.agu.gov.br/documento/154688198 13/13 53. Diante de todo o exposto, entendemos, nos termos do que dispõe o art. 13, que a metodologia de cálculo prevista na Portaria Normativa nº 37/2017 aplica-se somente aos cursos e estágios iniciados a partir de 22 de setembro de 2017. Assim, caso o curso, ou o estágio, tenha se iniciado anteriormente a 22 de setembro de 2017, ainda que se prolongue até período posterior a 22 de setembro de 2017, os termos da Portaria Normativa nº 37/2017 não incidem de nenhuma forma, nem sequer de forma híbrida, por expressa ausência de subsunção de tal fato à norma contida no art. 13 da Portaria Normativa nº 37, de 13 de setembro de 2017. 54. Consideramos que tendo em vista que, nos termos do art. 3º, inciso IX e XI, da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001, a diária visa cobrir, dentre outras, as despesas com pousada e alimentação, e que a ajuda de custo visa cobrir também as despesas com instalação, aliado ao fato de que § 2º do art. 5º da Portaria Normativa nº 37/2017 dispõe que não devem ser incluídos no cálculo dos fatores de custo para a indenização devida pelo ex-militar os itens referentes a alimentação e alojamento, conclui-se que as diárias e as ajudas de custo conferidas a militares para participarem de cursos no território nacional não merecem ser indenizadas pelo militar que se desligou das Forças Armadas. 55. Consideramos também, que as diárias e as ajudas de custo recebidas em virtude de curso ou estágio no exterior, por possuírem natureza indenizatória, não merecem ser indenizadas pelo militar egresso das Forças Armadas, salvo na estrita hipótese de que trata a alínea "b" do item 14 do Anexo A da Portaria Normativa nº 37/2017, que exige que as despesas com diárias e passagens em viagens de instrução realizadas durante o curso ou estágio no exterior sejam indenizadas. 56. Entendemos, por fim, que a transferência para a reserva não remunerada do praça que tenha realizado curso ou estágio no exterior de duração superior a seis meses, sem haver decorrido três anos de seu término, não dará ensejo ao dever de indenizar despesas feitas pela União para a realização desse curso ou estágio. 57. Assim, caso seja aprovado o presente parecer, cientifique-se as doutas COJAER, COJAEX, COJAMAR e SEPESD - Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto sobre seu conteúdo. À consideração superior. Brasília, 02 de agosto de 2018. (Assinado eletronicamente) JULIANA GOMES FALLEIROS CAVALHEIRO ADVOGADA DA UNIÃO

DESPACHO n. 02505/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU NUP: 67050.000736/2018-09 INTERESSADOS: ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA - EMAER ASSUNTOS: ASSESSORAMENTO ESPECIALIZADO À ATIVIDADE JURÍDICA Aprovo o documento em anexo. Brasília, 01 de novembro de 2018. BRUNO CORREIA CARDOSO ADVOGADO DA UNIÃO COORDENADOR-GERAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO E MILITAR.

DESPACHO n. 02526/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU NUP: 67050.000736/2018-09 INTERESSADOS: ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA - EMAER ASSUNTOS: ASSESSORAMENTO ESPECIALIZADO À ATIVIDADE JURÍDICA Aprovo o parecer jurídico em anexo. Brasília, 05 de novembro de 2018. IDERVANIO DA SILVA COSTA Consultor Jurídico do Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA

CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECÍFICAS

PORTARIA CAE Nº 110/ARC, DE 4 DE JUNHO DE 2019

O COMANDANTE DO CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECÍFICAS, usando da competência que lhe foi delegada em Decreto presidencial, de 25 de outubro de 2018, publicado na seção 2 do Diário Oficial da União nº 207, de 26 de outubro de 2018, em conformidade com o inciso XIX, do artigo 47, do RCA 12-1/2019 - Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA), e tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 17/CAE/2018, resolve:

Art. 1º Aplicar sanção à empresa UNIFABRIC DO BRASIL COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.958.726/0001-83, na modalidade de multa, com base no inciso II, do Artigo 87, da Lei nº 8.666/93. A aplicação da sanção se dá em razão do descumprimento da cláusula 8ª do Contrato nº 041/GAL-SDAB/2018, de 16 de julho de 2018, no que se refere à obrigação da contratada em cumprir o prazo contratual de entrega da 1ª e 2ª etapa dos itens 32 - Casaco com forro e capuz camuflado; 38 - Gandola Camuflada; 39 - Jaqueta Masculina Azul-Aeronáutica com Forro Removível; 41 - Jaqueta Masculina Branca com Forro removível, infringindo, assim, especialmente, o disposto nos Subitens 10.7, 10.12, 10.12.1 e 10.12.4 do item 10 do TR nº 002/AB1/2017, além das subcláusulas 11.3.1, 11.3.2 e 11.3.3 da Cláusula Décima-Primeira do contrato supracitado.

Art. 2º Determinar o recolhimento, por intermédio de emissão de GRU, usando o Código de Recolhimento (22053-1), a ordem de R$ 12.974,14 (doze mil novecentos e setenta e quatro reais e quatorze centavos), face as irregularidades cometidas, observando-se, por fim, que, a despeito da notificação encaminhada à contratada, por intermédio do Ofício Externo nº 17/ARC/12567, de 2 de abril de 2019, do CAE, não foi apresentada defesa prévia nestes autos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brig Ar LUIZ RICARDO DE SOUZA NASCIMENTO

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

CONSULTA PÚBLICA N° 1, DE 10 DE JUNHO DE 2019

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL torna pública, nos termos do artigo 31 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da proposta de regulamentação da lei 12.608/2012, ora conduzida na Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, nos autos do Processo SEI n° 59000.012741/2019-02.

Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico dag.sedec@mdr.gov.br.

O Departamento de Articulação e Gestão da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional (DAG/SEDEC/MDR), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

ATOS DE 4 DE JUNHO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 74, de 1º/10/2018, torna público que o DIRETOR DA ÁREA DE REGULAÇÃO, OSCAR CORDEIRO NETTO, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir outorga de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 1.122 - JOAO BRAGA DO COUTO, Rio Doce, Município de SÃO JOSÉ DO GOIABAL/MG, irrigação.

Nº 1.123 - EMBARE INDUSTRIAS ALIMENTICIAS S/A, Rio São Francisco, Município de LAGOA DA PRATA/MG, indústria.

Nº 1.124 - GUARATINGUETA SANEAMENTO S/A, Rio Paraíba do Sul, Município de GUARATINGUETÁ/SP, esgotamento sanitário.

Nº 1.125 - GUARATINGUETA SANEAMENTO S/A, Rio Paraíba do Sul, Município de GUARATINGUETÁ/SP, esgotamento sanitário.

Nº 1.126 - ILSON LONGUINHOS QUEIROZ, UHE Água Vermelha, Município de ITAPAGIPE/MG, irrigação.

Nº 1.127 - ILSON LONGUINHOS QUEIROZ, UHE Água Vermelha, Município de ITAPAGIPE/MG, irrigação.

Nº 1.128 - LUCIA ANDREIA DA SILVA, rio Parnaíba, Município de SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO/MA, irrigação.

Nº 1.129 - BENEDITO CANDIDO RAMALHO, Rio Piranhas, Município de SÃO BENTO/PB, irrigação.

Nº 1.130 - BENEDITO APARECIDO PEDROSO, Rio Camanducaia, Município de ITAPEVA/MG, outras.

Nº 1.131 - FUNDACAO BRADESCO, Barragem Justina, Município de PINHEIRO/MA, consumo humano.

Nº 1.132 - MARIA DE LOURDES PRADO DA SILVA - ME, Rio Moji-Guaçu, Município de OURO FINO/MG, mineração.

Nº 1.133 - HECTOR SALAZAR PRUDENCIO EIRELI, Rio Bezerra, Município de ARRAIAS/TO, mineração.

Nº 1.134 - AREAL DOIS IRMAOS LTDA - ME, Rio Pomba, Município de LEOPOLDINA/MG, mineração.

Nº 1.135 - RICARDO ZANCHETT, Rio Urucuia, Município de ARINOS/MG, irrigação.

Nº 1.136 - ADAILTON DAS NEVES CASTRO, Rio Carinhanha, Município de FEIRA DA MATA/BA, irrigação.

Nº 1.137 - BI EMPRESA DE ESTUDOS ENERGETICOS S/A, PEDRO PONTUAL MARLETTI e RICARDO JERONIMO PEREIRA REGO JUNIOR, Rio São Francisco, Município de JUAZEIRO/BA, outras.

Nº 1.138 - LUIZ ANTONIO CARLOTO FILHO, Rio Uruguai, Município de SÃO BORJA/RS, irrigação.

Nº 1.139 - Podium Engenharia Ltda, Lagoa Mundaú, Município de COQUEIRO SECO/AL, esgotamento sanitário.

Nº 1.140 - MUNICIPIO DE SAO JOSE DO BARREIRO, Rio Formoso, Município de SÃO JOSÉ DO BARREIRO/SP, esgotamento sanitário.

Nº 1.141 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL, Rio Mundaú, Município de RIO LARGO/AL, esgotamento sanitário.

Nº 1.142 - ALAN MARTINS TRINDADE, ALEXANDRE MARTINS TRINDADE e GILBERTO TRINDADE, UHE Água Vermelha, Município de RIOLÂNDIA/SP, irrigação.

Nº 1.143 - J&F FLORESTA AGROPECUARIA LTDA, Rio Paranã, Município de IACIARA/GO, irrigação.

Nº 1.144 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO, Rio Parnaíba, Município de SÃO BERNARDO/MA, abastecimento público.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

ATO Nº 1.145, DE 5 DE JUNHO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3°, inciso I, da Resolução ANA nº 74, de 01/10/2018, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 747ª Reunião Ordinária, realizada em 3 de junho de 2019, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir a outorga de direito de uso de recursos hídricos a:

Jose Ilton Cardoso Da Silva, Açude do Cocorobó, Município de Canudos/BA, irrigação.

O inteiro teor da Outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

ATOS DE 7 DE JUNHO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 74, de 1º/10/2018, torna público que o DIRETOR DA ÁREA DE REGULAÇÃO, OSCAR CORDEIRO NETTO, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 1.146 - Goiás Indústria e Comércio de Rações e Peixes Ltda - ME, UHE São Simão, Município de Gouvelândia/GO, aquicultura.

Nº 1.157 - Valdir Jose Pilon e Edithe Maria Fighera Pilon, rio Negro, Município de Hulha Negra/RS, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

ATOS DE 7 DE JUNHO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 74, de 1º/10/2018, torna público que o DIRETOR DA ÁREA DE REGULAÇÃO, OSCAR CORDEIRO NETTO, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir outorga preventiva de uso de recursos hídricos à:

Nº 1.147 - Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP/MAPA, UHE José Ermírio de Moraes/Água Vermelha, Município de Itapagipe/MG, aquicultura.

Nº 1.148 - Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP/MAPA, UHE José Ermírio de Moraes/Água Vermelha, Município de Mira Estrela/SP, aquicultura.

Nº 1.149 - Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP/MAPA, UHE José Ermírio de Moraes/Água Vermelha, Município de Paulo de Faria/SP, aquicultura.

Nº 1.150 - Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP/MAPA, UHE José Ermírio de Moraes/Água Vermelha, Município de Riolândia/SP, aquicultura.

Nº 1.151 - Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP/MAPA, UHE José Ermírio de Moraes/Água Vermelha, Município de Paulo de Faria/SP, aquicultura.

Nº 1.152 - Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP/MAPA, UHE José Ermírio de Moraes/Água Vermelha, Município de Riolândia/SP, aquicultura.

Nº 1.153 - Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP/MAPA, UHE José Ermírio de Moraes/Água Vermelha, Município de Paulo de Faria/SP, aquicultura.

Nº 1.154 - Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP/MAPA, UHE José Ermírio de Moraes/Água Vermelha, Município de Riolândia/SP, aquicultura.

Nº 1.155 - Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP/MAPA, UHE Rosana, Município de Euclides da Cunha/SP, aquicultura.

Nº 1.156 - Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP/MAPA, UHE Rosana, Município de Teodoro Sampaio/SP, aquicultura.

O inteiro teor das Outorgas Preventivas, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

ATOS DE 7 DE JUNHO DE 2019

O SUPERINTENDENTE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º da Resolução ANA nº 74, de 01/10/2018, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e 1.941, de 30/10/2017, resolveu indeferir os pedidos de outorga de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 1.158 - VALDIVINONUNES MORAIS, rio Araguaia, Município de CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA, aquicultura.

Nº 1.159 - SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO, rio Paraíba do Sul, Município de CRUZEIRO/SP, esgotamento sanitário.

Nº 1.160 - JOSE ERALDO DA COSTA, UHE Marechal Mascarenhas de Moraes, Município de CÁSSIA/MG, consumo humano.

Nº 1.161 - MAURI ANTUNES CALDEIRA JÚNIOR, Açude do Estreito, Município de Urandi/BA, irrigação.

Nº 1.162 - VANDA MARIA MASCARENHAS BRITO, Açude Morrinhos, Município de Poções/BA, irrigação.

Nº 1.163 - RENATA MASCARENHAS SANTOS, Açude Morrinhos, Município de Poções/BA, irrigação.

Nº 1.164 - HIGINO FLAVIO DE FREITAS RAMOS, UHE Luis Eduardo Magalhães, Município de PALMAS/TO, consumo humano.

O inteiro teor dos Indeferimentos de Outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 278, DE 6 DE JUNHO DE 2019. (*)

Reabre ao Orçamento de Investimento para 2019 crédito especial no valor total de R$ 15.000.000,00 em favor de Furnas Centrais Elétricas S.A. e de R$ 100.000.000,00 em favor da Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron, para os fins que especifica.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista a autorização contida no art. 52 da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, e a delegação de competência de que trata o inciso III do art. 1º do Decreto nº 9.702, de 8 de fevereiro de 2019, resolve:

Art. 1º Fica reaberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019) crédito especial, para atender à programação constante do Anexo a esta Portaria:

I - em favor de Furnas Centrais Elétricas S.A., no valor total de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), aberto pela Lei nº 13.759, de 17 de dezembro de 2018; e

II - em favor da Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron, no valor total de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), aberto pela Lei nº 13.765, de 17 de dezembro de 2018.

Art. 2º Os recursos necessários à reabertura dos créditos de que trata o art. 1º desta Portaria decorrem de repasses do Tesouro Nacional para aumento do Patrimônio Líquido e de geração própria de recursos, conforme demonstrado no Quadro Síntese por Receita constante do Anexo a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

ANEXO	Reabertura de Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO	
05- Defesa Nacional	100.000.000
25- Energia	15.000.000
TOTAL GERAL	115.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO	
122- Administração Geral	100.000.000
752- Energia Elétrica	15.000.000
TOTAL GERAL	115.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
05- Defesa Nacional	100.000.000
122- Administração Geral	100.000.000
25- Energia	15.000.000
752- Energia Elétrica	15.000.000
TOTAL GERAL	115.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	100.000.000
2033- Energia Elétrica	15.000.000
TOTAL GERAL	115.000.000
QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO	
32000- Ministério de Minas e Energia	15.000.000
52000- Ministério da Defesa	100.000.000
TOTAL GERAL	115.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS	
495- Recursos do Orçamento de Investimento	115.000.000
TOTAL GERAL	115.000.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	115.000.000
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	15.000.000
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	15.000.000
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	100.000.000
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	100.000.000
6.2.1.1.00.00 - Direto	100.000.000
TOTAL GERAL	115.000.000
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	15.000.000
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	100.000.000
ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia	
ANEXO	Reabertura de Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO	
25 - Energia	15.000.000
TOTAL GERAL	15.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO	
752 - Energia Elétrica	15.000.000
TOTAL GERAL	15.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
25 - Energia	15.000.000
752- Energia Elétrica	15.000.000
TOTAL GERAL	15.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
2033 - Energia Elétrica	15.000.000
TOTAL GERAL	15.000.000
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	
32228 - FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	15.000.000
TOTAL GERAL	15.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS	
495 - Recursos do Orçamento de Investimento	15.000.000
TOTAL GERAL	15.000.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	15.000.000
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	15.000.000
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	15.000.000
TOTAL GERAL	15.000.000
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	15.000.000
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0
ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia	
UNIDADE: 32228 - FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	
ANEXO	Reabertura de Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO	
25 - Energia	15.000.000
TOTAL GERAL	15.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO	
752 - Energia Elétrica	15.000.000
TOTAL GERAL	15.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
25 - Energia	15.000.000
752- Energia Elétrica	15.000.000
TOTAL GERAL	15.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
2033 - Energia Elétrica	15.000.000
TOTAL GERAL	15.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS	
495 - Recursos do Orçamento de Investimento	15.000.000
TOTAL GERAL	15.000.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	15.000.000
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	15.000.000
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	15.000.000
TOTAL GERAL	15.000.000
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	15.000.000
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia	
UNIDADE: 32228 - FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	
ANEXO	Reabertura de Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2033	Energia Elétrica								15.000.000
		PROJETOS							
25 752	2033 15S0	Implantação de sistemas de geração de energia elétrica utilizando fonte fotovoltáica em geração distribuída - fase 1							15.000.000
25 752	2033 15S0 0001	Implantação de sistemas de geração de energia elétrica utilizando fonte fotovoltáica em geração distribuída - fase 1 - Nacional							15.000.000
		Sistema implantado (percentual de execução física): 1	I	4-INV	4	90	0	495	15.000.000

TOTAL - INVESTIMENTOS	15.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa	
ANEXO	Reabertura de Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO	
05 - Defesa Nacional	100.000.000
TOTAL GERAL	100.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO	
122 - Administração Geral	100.000.000
TOTAL GERAL	100.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
05 - Defesa Nacional	100.000.000
122- Administração Geral	100.000.000
TOTAL GERAL	100.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	100.000.000
TOTAL GERAL	100.000.000
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	
52231 - Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	100.000.000
TOTAL GERAL	100.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS	
495 - Recursos do Orçamento de Investimento	100.000.000
TOTAL GERAL	100.000.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	100.000.000
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	100.000.000
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	100.000.000
6.2.1.1.00.00 - Direto	100.000.000
TOTAL GERAL	100.000.000
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	100.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa	
UNIDADE: 52231 - Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	
ANEXO	Reabertura de Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO	
05 - Defesa Nacional	100.000.000
TOTAL GERAL	100.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO	
122 - Administração Geral	100.000.000
TOTAL GERAL	100.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
05 - Defesa Nacional	100.000.000
122- Administração Geral	100.000.000
TOTAL GERAL	100.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	100.000.000
TOTAL GERAL	100.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS	
495 - Recursos do Orçamento de Investimento	100.000.000
TOTAL GERAL	100.000.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	100.000.000
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	100.000.000
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	100.000.000
6.2.1.1.00.00 - Direto	100.000.000
TOTAL GERAL	100.000.000
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	100.000.000
ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa	
UNIDADE: 52231 - Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	
ANEXO	Reabertura de Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0807		Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais							100.000.000
		PROJETOS							
05 122	0807 15S3	Obtenção de Navio de Apoio Antártico							100.000.000
05 122	0807 15S3 0001	Obtenção de Navio de Apoio Antártico - Nacional							100.000.000
			I	4-INV	2	90	0	495	100.000.000

TOTAL - INVESTIMENTOS	100.000.000

(*) Republicada por ter saído com incorreção no original publicado no Diário Oficial da união de 10 de junho de 2019, Seção 1, página 13.

CÂMARA DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

RETIFICAÇÃO

Na Pauta de 25 e 26 de junho de 2019, publicada no D.O.U nº 110, de 10/06/2019, seção 1, página 13, onde se lê: "...8) Processo nº 44011.00209/2016-95...", leia-se: "...8) Processo nº 44011.000209/2016-95...". Onde se lê: "...11) Processo nº 44011.002357/2018-14; Auto de Infração nº; ...", leia-se: "...11) Processo nº 44011.002357/2018-14; Auto de Infração nº 19/2018/PREVIC; ...". Onde se lê: "...13) Processo n° 44011.006936/2017-47...; ...Entidade: FUSESC - Fundação Codesc de Seguridade Social; ...", leia-se: "...13) Processo n° 44011.006936/2017-47...; ...Entidade: ELETROCEEE - Fundação CEEE de Seguridade Social; ...".

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

EXTRATO DE ATA DA 1.130ª SESSÃO REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2019

Às quinze horas e quinze minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e dezenove, na sala de reuniões do Conselho Monetário Nacional, localizada no sexto andar do Edifício-Sede do Ministério da Economia, em Brasília, teve início a milésima centésima trigésima sessão do Conselho Monetário Nacional, sob a presidência do Ministro da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, e com a presença dos Srs. Waldery Rodrigues Júnior, Secretário Especial de Fazenda, e Roberto de Oliveira Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil.

Assuntos apreciados:

Voto 8/2019-CMN - Dispõe sobre a exigência de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) na concessão de financiamentos rurais a empreendimentos de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) enquadrados nos Grupos "A" e "A/C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Decisão: aprovado.

Voto 9/2019-CMN - Assuntos do Presidente, assuntos de Administração, Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos, assuntos de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução e assuntos de Relacionamento Institucional e Cidadania - Altera o Regimento Interno do Banco Central do Brasil. Decisão: aprovado.

Voto 10/2019-CMN - Assuntos de Regulação, assuntos de Fiscalização e assuntos de Política Econômica - Propõe alterar a regulamentação sobre o registro do capital estrangeiro no Banco Central do Brasil para adequar a norma ao novo sistema informatizado de registros de capitais estrangeiros no País, Módulo Registro de Operações Financeiras (RDE-ROF), compreendendo: (i) recebimento antecipado de exportação de longo prazo; (ii) financiamento externo; (iii) arrendamento mercantil financeiro externo; (iv) royalties, serviços técnicos e assemelhados, arrendamento mercantil operacional externo, aluguel e afretamento; e (v) garantias prestadas por organismos internacionais. Decisão: aprovado.

Voto 11/2019-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe edição de resolução que dispõe sobre as operações de microcrédito, inclusive as de microcrédito produtivo orientado, realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e sobre o direcionamento de recursos para essas operações. Decisão: aprovado.

Voto 12/2019-CMN - Assuntos de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução - Encaminha proposta de edição de decreto presidencial reconhecendo como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital da ED&F Man Capital Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Decisão: aprovado.

Voto 13/2019-CMN - Assuntos de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução - Encaminha proposta de edição de decreto presidencial reconhecendo como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital da Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e do Banco Investcred Unibanco S.A. e autoriza a alteração no controle acionário do referido banco para ingresso da Casino, Guichard-Perrachon S.A. Decisão: aprovado.

Voto 14/2019-CMN - Assuntos de Política Econômica - Encaminha a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2019 e para o ano de 2019. Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

DESPACHO DE 7 DE JUNHO DE 2019

Processo 17944.109202/2018-04
Interessado: Município de Camaçari (BA)
Assunto: Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Município de Camaçari (BA) e a Corporação Andina de Fomento - CAF, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Integração e Desenvolvimento Urbano, Social e Ambiental do Município de Camaçari (BA)".

Despacho: Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e considerando a Medida Provisória nº 870, de 1 de janeiro de 2019, o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, o art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, a Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, e a permissão contida na Resolução nº 5, de 23 de abril de 2019, também daquela Casa Legislativa, publicada no Diário Oficial da União de 24 de abril de 2019, no uso da competência que me confere o art. 2º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, do Ministro de Estado da Economia, certifico o cumprimento das condições necessárias à concessão da garantia da União, podendo ser celebrado o contrato de garantia entre a União e a Corporação Andina de Fomento - CAF, observadas as formalidades de praxe.

WALDERY RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Especial

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/PMPF Nº 14, DE 10 DE JUNHO DE 2019

Altera o Ato COTEPE/PMPF 13/19, que divulga o preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento do CONFAZ, considerando o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, e

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria de Fazenda do Estado do RIO GRANDE DO NORTE por meio de mensagem eletrônica do dia 10.06.2019, registrada no processo SEI nº 12004.100619/2019-81, fica alterado o Ato COTEPE/PMPF 13/19, de 7 de junho de 2019, na linha referente à unidade federada supracitada:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL												
UF	GAC	GAP	DIESEL S10	ÓLEO DIESEL	GLP (P13)	GLP	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL	
	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ kg)	(R$/ kg)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)	(R$/ Kg)
RN	**4,6420	7,3900	**3,8550	**3,7260	*5,4190	*5,4190	-	**3,7320	**3,5660	-	1,6900	1,6900

Notas Explicativas:
a) * valores alterados de PMPF; e
b) ** valores alterados de PMPF que apresentam redução

BRUNO PESSANHA NEGRIS

DESPACHO Nº 34, DE 10 DE JUNHO DE 2019

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF-ECF.

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que a Secretaria Executiva do CONFAZ recebeu dos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS os seguintes laudos de análise funcional das empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas:

I - Não constatado "não conformidade":

a) Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Módula Software Ltda Rua Prefeito Dib Cherem, 2349, Capoeiras Florianópolis/SC CEP: 88.090-090	85.305.431/0001-19	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UNS0062019 Nome: MÓDULA PDV Versão: 5.14.0 Código MD5: f23a0d021aa7473754c7cc90aacc42a5 ModulaPDV Data do término da análise: 06/06/2019

b) Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - UNOCHAPECÓ

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Ajg Ludwig Desenvolvimento de Software Ltda Rua Hélio dos Anjos Ortiz, 121, Centro São Miguel do Oeste/SC CEP: 89.900-000	17.078.780/0001-95	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UNO3172019 Nome: GLUK Versão: 6.6.0.0 Código MD5: DAF8BCFAE7E130B8D440B72D5B86C9D8 Data do término da análise: 04/06/2019

c) Instituto Filadélfia de Londrina - UNIFIL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Terasoft Sistemas em Informática Ltda - ME Av. Madre Leonia Milito, 1377, Bela Suica Londrina/PR CEP: 86.050-270	09.020.312/0001-31	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: IFL0072019 Nome: SysPAF Versão: 4.5 Código MD5: 9a4ab88587ec24f05ce32cb941b908be Data do término da análise: 14/05/2019

d) Universidade Federal de Goiás - UFG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
SANTRI Sistemas Ltda Av. C-255, 270, Sala 521, Setor Nova Suíça Goiânia/GO CEP: 74.280-010	07.506.327/0001-89	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UFG0022018R01 Nome: Santri-ADM Versão: 2.0 Código MD5: 07e77680ddce7fabc170d6ce2968fb2e *ADM Data do término da análise: 24/08/2018

BRUNO PESSANHA NEGRIS

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

SECRETARIA DE TRABALHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 86, DE 6 DE JUNHO DE 2019

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE MINAS GERAIS no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 415, de 23 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 89 de 10 de maio de 2019, e

Considerando a localização geográfica e acesso aos municípios do Estado de Minas Gerais;

Considerando os aspectos da área de fiscalização do trabalho, da área de atendimento e da área administrativa, resolve:

Art. 1º - Constituir circunscrição dos municípios do Estado de Minas Gerais vinculados à Superintendência Regional do Trabalho no Estado de Minas Gerais e Gerências Regionais do Trabalho no Estado de Minas Gerais, na forma do Anexo a esta Portaria

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO CARLOS GONTIJO DE AMORIM

ANEXO

1	BARÃO DE COCAIS
2	BELO HORIZONTE
3	BOM JESUS DO AMPARO
4	CAETÉ
5	CATAS ALTAS
6	CONFINS
7	JABOTICATUBAS
8	LAGOA SANTA
9	NOVA UNIÃO
10	SABARÁ
11	SANTA BÁRBARA
12	SANTA LUZIA
13	SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO
14	SÃO JOSÉ DA LAPA
15	TAQUARAÇU DE MINAS
16	VESPASIANO

Gerências Regionais:

1. BETIM

1	BETIM
2	BONFIM
3	BRUMADINHO
4	CARMÓPOLIS DE MINAS
5	CRUCILÂNDIA
6	ESMERALDAS
7	FLORESTAL
8	IGARAPÉ
9	ITAGUARA
10	ITATIAIUÇU
11	JUATUBA
12	MÁRIO CAMPOS
13	MATEUS LEME
14	PASSA TEMPO
15	PIEDADE DOS GERAIS
16	PIRACEMA
17	RIO MANSO
18	SÃO JOAQUIM DE BICAS

2. CONSELHEIRO LAFAIETE

1	ALFREDO VASCONCELOS
2	ALTO RIO DOCE
3	BARROSO
4	BELO VALE
5	CAPELA NOVA
6	CARANAÍBA
7	CARANDAÍ
8	CASA GRANDE
9	CATAS ALTAS DA NORUEGA
10	CIPOTANEA
11	CONCEICAO DA BARRA DE MINAS
12	CONGONHAS
13	CONSELHEIRO LAFAIETE
14	CORONEL XAVIER CHAVES
15	CRISTIANO OTONI
16	DESTERRO DE ENTRE RIOS
17	DESTERRO DO MELO
18	DORES DE CAMPOS
19	ENTRE RIOS DE MINAS
20	ITABIRITO
21	ITAVERAVA
22	JECEABA
23	LAGOA DOURADA
24	LAMIM
25	MADRE DE DEUS DE MINAS
26	MARIANA
27	MOEDA
28	OURO BRANCO
29	OURO PRETO
30	PIEDADE DO RIO GRANDE
31	PIRANGA

32	PRADOS
33	QUELUZITO
34	RESENDE COSTA
35	RESSAQUINHA
36	RIO ESPERA
37	RITÁPOLIS
38	SANTA CRUZ DE MINAS
39	SANTAN A DOS MONTES
40	SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ
41	SÃO JOÃO DEL REI
42	SÃO TIAGO
43	SENHORA DE OLIVEIRA
44	SENHORA DOS REMÉDIOS
45	TIRADENTES

3. CONTAGEM

1	CONTAGEM
2	IBIRITÉ
3	NOVA LIMA
4	RAPOSOS
5	RIBEIRÃO DAS NEVES
6	RIO ACIMA
7	SARZEDO

4. DIVINÓPOLIS

1	ABAETÉ
2	ARAÚJOS
3	ARCOS
4	BAMBUÍ
5	BOM DESPACHO
6	CAMACHO
7	CANDEIAS
8	CAPITÓLIO
9	CARMO DA MATA
10	CARMO DO CAJURU
11	CLÁUDIO
12	CONCEIÇÃO DO PARÁ
13	CÓRREGO DANTA
14	CÓRREGO FUNDO
15	DIVINÓPOLIS
16	DORESÓPOLIS
17	FORMIGA
18	IGARATINGA
19	IGUATAMA
20	ITAPECERICA
21	ITAÚNA
22	JAPARAÍBA
23	LAGOA DA PRATA
24	LEANDRO FERREIRA
25	LUZ
26	MEDEIROS
27	MOEMA
28	NOVA SERRANA
29	OLIVEIRA
30	ONÇA DE PITANGUI
31	PAINEIRAS
32	PAINS
33	PARÁ DE MINAS
34	PEDRA DO INDAIÁ
35	PEQUI
36	PERDIGÃO
37	PIMENTA
38	PITANGUI
39	PIUMHI
40	SANTO ANTONIO DO MONTE
41	SÃO FRANCISCO DE PAULA
42	SÃO GONÇALO DO PARÁ
43	SÃO JOSÉ DA VARGINHA
44	SÃO ROQUE DE MINAS
45	SÃO SEBASTIÃO DO OESTE
46	TAPIRAÍ
47	VARGEM BONITA

5. GOVERNADOR VALADARES

1	AIMORÉS
2	ALPERCATA
3	ALVARENGA
4	ALVORADA DE MINAS
5	BOM JESUS DO GALHO
6	CANTAGALO
7	CAPITÃO ANDRADE
8	CARATINGA
9	CENTRAL DE MINAS
10	CONSELHEIRO PENA
11	COROACI
12	CUPARAQUE
13	DIVINO DAS LARANJEIRAS
14	DIVINOLÂNDIA DE MINAS
15	DOM CAVATI
16	DOM JOAQUIM
17	ENGENHEIRO CALDAS
18	FERNANDES TOURINHO
19	FREI INOCÊNCIO
20	FREI LAGONEGRO
21	GALILÉIA
22	GOIABEIRA
23	GONZAGA
24	GOVERNADOR VALADARES
25	GUANHÃES
26	IMBÉ DE MINAS
27	INHAPIM
28	IPANEMA
29	ITABIRINHA
30	ITANHOMI
31	ITUETA
32	JAMPRUCA
33	JOSÉ RAYDAN
34	MANTENA
35	MARILAC
36	MATERLÂNDIA
37	MATHIAS LOBATO
38	MENDES PIMENTEL
39	MUTUM
40	NACIP RAYDAN
41	NOVA BELÉM
42	NOVA MÓDICA
43	PAULISTAS
44	PEÇANHA
45	PERIQUITO
46	PIEDADE DE CARATINGA
47	POCRANE
48	RESPLENDOR
49	RIO VERMELHO
50	SABINÓPOLIS
51	SANTA BÁRBARA DO LESTE
52	SANTA EFIGÊNIA DE MINAS
53	SANTA RITA DE MINAS
54	SANTA RITA DO ITUETO
55	SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ
56	SÃO DOMINGOS DAS DORES
57	SÃO FÉLIX DE MINAS
58	SÃO GERALDO DA PIEDADE
59	SÃO GERALDO DO BAIXIO
60	SÃO JOÃO DO MANTENINHA
61	SÃO JOÃO EVANGELISTA
62	SÃO JOSÉ DO DIVINO
63	SÃO JOSÉ DA SAFIRA
64	SÃO SEBASTIÃO DO ANTA
65	SARDOÁ
66	SENHORA DO PORTO
67	SERRA AZUL DE MINAS
68	SERRO
69	SOBRÁLIA
70	TARUMIRIM
71	TAPARUBA
72	TUMIRITINGA
73	UBAPORANGA
74	VIRGINÓPOLIS
75	VIRGOLÂNDIA

6. IPATINGA

1	AÇUCENA
2	ANTÔNIO DIAS
3	BELA VISTA DE MINAS
4	BELO ORIENTE
5	BRAÚNAS
6	BUGRE
7	CARMÉSIA
8	CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO
9	CORONEL FABRICIANO
10	CÓRREGO NOVO
11	DIONÍSIO
12	DORES DE GUANHÃES
13	ENTRE FOLHAS
14	FERROS
15	IAPU
16	IPABA
17	IPATINGA
18	ITABIRA
19	ITAMBÉ DO MATO DENTRO
20	JAGUARAÇU
21	JOANÉSIA
22	JOÃO MONLEVADE
23	MARLIÉRIA
24	MESQUITA
25	MORRO DO PILAR
26	NAQUE
27	NOVA ERA
28	PASSABÉM
29	PINGO-D'ÁGUA
30	RIO PIRACICABA
31	SANTA BÁRBARA DO LESTE
32	SANTA MARIA DE ITABIRA
33	SANTANA DO PARAÍSO
34	SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO
35	SÃO DOMINGOS DO PRATA
36	SÃO JOÃO DO ORIENTE
37	SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO
38	TIMÓTEO
39	VARGEM ALEGRE

7. JUIZ DE FORA

1	ALÉM PARAIBA
2	ANDRELÂNDIA
3	ANTÔNIO CARLOS

4	ARACITABA
5	ARANTINA
6	ARGIRITA
7	ASTOLFO DUTRA
8	BARÃO DO MONTE ALTO
9	BARBACENA
10	BELMIRO BRAGA
11	BIAS FORTES
12	BICAS
13	BOCAINA DE MINAS
14	BOM JARDIM DE MINAS
15	BRÁS PIRES
16	CARVALHOS
17	CATAGUASES
18	CHÁCARA
19	CHIADOR
20	CORONEL PACHECO
21	DESCOBERTO
22	DIVINÉSIA
23	DONA EUZÉBIA
24	DORES DO TURVO
25	ESTRELA DALVA
26	EWBANK DA CÂMARA
27	GOIANÁ
28	GUARANI
29	GUARARÁ
30	GUIDOVAL
31	GUIRICEMA
32	IBERTIOGA
33	ITAMARATI DE MINAS
34	JUIZ DE FORA
35	LARANJAL
36	LEOPOLDINA
37	LIBERDADE
38	LIMA DUARTE
39	MAR DE ESPANHA
40	MARIPÁ DE MINAS
41	MATIAS BARBOSA
42	MERCÊS
43	MIRAÍ
44	OLARIA
45	OLIVEIRA FORTES
46	PAIVA
47	PALMA
48	PASSA-VINTE
49	PEDRO TEIXEIRA
50	PEQUERI
51	PIAU
52	PIRAPETINGA
53	PIRAÚBA
54	RECREIO
55	RIO NOVO
56	RIO POMBA
57	RIO PRETO
58	ROCHEDO DE MINAS
59	RODEIRO
60	SANTA BÁRBARA DO MONTE VERDE
61	SANTA BÁRBARA DO TUGURIO
62	SANTA RITA DE IBITIPOCA
63	SANTA RITA DE JACUTINGA
64	SANTANA DE CATAGUASES
65	SANTANA DO DESERTO
66	SANTANA DO GARAMBÉU
67	SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO
68	SANTOS DUMONT
69	SÃO JOÃO NEPOMUCENO
70	SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE
71	SENADOR CORTES
72	SERRANOS
73	SILVEIRÂNIA
74	SIMÃO PEREIRA
75	TABULEIRO
76	TOCANTINS
77	UBÁ
78	VISCONDE DO RIO BRANCO
79	VOLTA GRANDE

8. MONTES CLAROS

1	BERIZAL
2	BOCAIÚVA
3	BONITO DE MINAS
4	BOTUMIRIM
5	BRASÍLIA DE MINAS
6	BUENÓPOLIS
7	BURITIZEIRO
8	CAMPO AZUL
9	CAPITÃO ENÉAS
10	CARBONITA
11	CATUTI
12	CLARO DOS POÇÕES
13	CÔNEGO MARINHO
14	CORAÇÃO DE JESUS
15	COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS
16	CRISTÁLIA
17	DIAMANTINA
18	ENGENHEIRO NAVARRO
19	ESPINOSA
20	FELICIO DOS SANTOS
21	FRANCISCO DUMONT
22	FRANCISCO SÁ
23	FRUTA DE LEITE
24	GAMELEIRAS
25	GLAUCILÂNDIA
26	GRÃO MOGOL
27	GUARACIAMA
28	IBIAÍ
29	IBIRACATU
30	ICARAÍ DE MINAS
31	INDAIABIRA
32	ITACAMBIRA
33	ITACARAMBI
34	ITAMARANDIBA
35	JAÍBA
36	JANAÚBA
37	JANUÁRIA
38	JAPONVAR
39	JEQUITAÍ
40	JOAQUIM FELÍCIO
41	JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
42	JOSENÓPOLIS
43	JURAMENTO
44	JUVENÍLIA
45	LAGOA DOS PATOS
46	LASSANCE
47	LEME DO PRADO
48	LONTRA
49	LUISLÂNDIA
50	MAMONAS
51	MANGA
52	MATIAS CARDOSO
53	MATO VERDE
54	MIRABELA
55	MIRAVÂNIA
56	MONTALVÂNIA
57	MONTE AZUL
58	MONTES CLAROS
59	MONTEZUMA
60	NINHEIRA
61	NOVA PORTEIRINHA
62	NOVORIZONTE
63	OLHOS-D'ÁGUA
64	PADRE CARVALHO
65	PAI PEDRO
66	PATIS
67	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
68	PIRAPORA
69	PONTO CHIQUE
70	PORTEIRINHA
71	RIACHO DOS MACHADOS
72	RIO PARDO DE MINAS
73	RUBELITA
74	SALINAS
75	SANTA CRUZ DE SALINAS
76	SANTO ANTÔNIO DO RETIRO
77	SÃO FRANCISCO
78	SÃO GONÇALO DO RIO PRETO
79	SÃO JOÃO DA LAGOA
80	SÃO JOÃO DA PONTE
81	SÃO JOÃO DAS MISSÕES
82	SÃO JOÃO DO PACUÍ
83	SÃO JOÃO DO PARAÍSO
84	SENADOR MODESTINO GONÇALVES
85	SERRANÓPOLIS DE MINAS
86	TAIOBEIRAS
87	UBAÍ
88	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO
89	VÁRZEA DA PALMA
90	VARZELÂNDIA
91	VERDELÂNDIA

9. PARACATU

1	ARINOS
2	BONFINÓPOLIS DE MINAS
3	BRASILÂNDIA DE MINAS
4	BURITIS
5	CABECEIRA GRANDE
6	CHAPADA GAÚCHA
7	DOM BOSCO
8	FORMOSO
9	GUARDA-MOR
10	JOÃO PINHEIRO
11	NATALÂNDIA
12	PARACATU
13	PINTÓPOLIS
14	RIACHINHO
15	SANTA FÉ DE MINAS
16	SÃO ROMÃO
17	UNAÍ
18	URUANA DE MINAS
19	URUCUIA

10. PATOS DE MINAS

1	ABADIA DOS DOURADOS
2	ARAPUÁ
3	BIQUINHAS
4	CARMO DO PARANAÍBA
5	CEDRO DO ABAETÉ
6	COROMANDEL
7	CRUZEIRO DA FORTALEZA
8	DORES DO INDAIÁ
9	ESTRELA DO INDAIÁ
10	GUIMARÂNIA
11	LAGAMAR
12	LAGOA FORMOSA
13	LAGOA GRANDE
14	MATUTINA
15	MORADA NOVA DE MINAS
16	PATOS DE MINAS
17	PATROCÍNIO
18	PRESIDENTE OLEGÁRIO
19	RIO PARANAÍBA
20	SANTA ROSA DA SERRA
21	SÃO GONÇALO DO ABAETÉ
22	SÃO GOTARDO
23	SERRA DA SAUDADE
24	SERRA DO SALITRE
25	TIROS
26	VARJÃO DE MINAS
27	VAZANTE

11. POÇOS DE CALDAS

1	ALPINÓPOLIS
2	ALTEROSA
3	ANDRADAS
4	ARCEBURGO
5	BANDEIRA DO SUL
6	BOM JESUS DA PENHA
7	BOTELHOS
8	CABO VERDE
9	CALDAS
10	CAMPESTRE
11	CAPETINGA
12	CARMO DO RIO CLARO
13	CARVALHÓPOLIS
14	CÁSSIA
15	CLARAVAL
16	CONCEICÇÃO DA APARECIDA
17	DELFINÓPOLIS
18	DIVISA NOVA
19	FORTALEZA DE MINAS
20	GUARANÉSIA
21	GUAXUPÉ
22	IBIRACI
23	IBITIÚRA DE MINAS
24	ITAMOGI
25	ITAÚ DE MINAS
26	JACUI
27	JURUAIA
28	MACHADO
29	MONTE BELO
30	MONTE SANTO DE MINAS
31	MUZAMBINHO
32	NOVA RESENDE
33	PASSOS
34	POÇOS DE CALDAS
35	PRATÁPOLIS
36	SANTA RITA DE CALDAS
37	SÃO JOÃO BATISTA DO GLORIA
38	SÃO JOSÉ DA BARRA
39	SÃO PEDRO DA UNIAO
40	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO
41	SÃO TOMÁS DE AQUINO
42	SERRANIA

12. PONTE NOVA

1	ABRE CAMPO
2	ACAIACA
3	ALTO CAPARAÓ
4	ALTO JEQUITIBÁ
5	ALVINÓPOLIS
6	AMPARO DA SERRA
7	ANTÔNIO PRADO DE MINAS
8	ARAPONGA
9	BARRA LONGA
10	CAIANA
11	CAJURI
12	CANÃA
13	CAPARAÓ
14	CAPUTIRA
15	CARANGOLA
16	CHALÉ
17	COIMBRA
18	CONCEIÇÃO DE IPANEMA
19	DIOGO DE VASCONCELOS
20	DIVINO
21	DOM SILVÉRIO
22	DURANDE
23	ERVÁLIA
24	ESPERA FELIZ
25	EUGENÓPOLIS
26	FARIA LEMOS
27	FERVEDOURO
28	GUARACIABA
29	JEQUERI
30	LAJINHA
31	LUISBURGO
32	MANHUAÇU
33	MANHUMIRIM
34	MARTINS SOARES
35	MATIPÓ
36	MIRADOURO
37	MURIAÉ
38	ORATÓRIOS
39	ORIZÂNIA
40	PATROCÍNIO DO MURIAÉ
41	PAULA CÂNDIDO
42	PEDRA BONITA
43	PEDRA DO ANTA
44	PEDRA DOURADA
45	PIEDADE DE PONTE NOVA
46	PONTE NOVA
47	PORTO FIRME
48	PRESIDENTE BERNARDES
49	RAUL SOARES
50	REDUTO
51	RIO CASCA
52	RIO DOCE
53	ROSÁRIO DA LIMEIRA
54	SANTA CRUZ DO ESCALVADO
55	SANTA MARGARIDA
56	SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
57	SÃO GERALDO
58	SANTANA DO MANHAÇU
59	SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA
60	SÃO JOÃO DO MANHUAÇU
61	SÃO JOSÉ DO GOIABAL
62	SÃO JOSÉ DO MANTIMENTO
63	SÃO MIGUEL DO ANTA
64	SÃO PEDRO DOS FERROS
65	SEM-PEIXE
66	SENADOR FIRMINO
67	SERICITA
68	SIMONÉSIA
69	TEIXEIRAS
70	TOMBOS
71	URUCÂNIA
72	VERMELHO NOVO
73	VIÇOSA
74	VIEIRAS

13. POUSO ALEGRE

1	ALBERTINA
2	BOM REPOUSO
3	BORDA DA MATA
4	BRASÓPOLIS
5	BUENO BRANDÃO
6	CACHOEIRA DE MINAS
7	CAMANDUCAIA
8	CAMBUÍ
9	CAREAÇUU
10	CARMO DE MINAS
11	CONCEIÇÃO DAS PEDRAS
12	CONCEIÇÃO DOS OUROS
13	CONGONHAL
14	CONSOLAÇÃO
15	CÓRREGO DO BOM JESUS
16	CRISTINA
17	DELFIM MOREIRA
18	DOM VIÇOSO
19	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
20	ESTIVA
21	EXTREMA
22	GONÇALVES
23	HELIODORA
24	INCONFIDENTES
25	IPUIÚNA
26	ITAJUBÁ
27	ITAMONTE
28	ITANHANDU
29	ITAPEVA
30	JACUTINGA
31	JESUÂNIA
32	LAMBARI
33	MARIA DA FÉ
34	MARMELÓPOLIS
35	MONTE SIÃO
36	MUNHOZ
37	NATÉRCIA
38	OLÍMPIO NORONHA
39	OURO FINO
40	PARAISÓPOLIS
41	PASSA QUATRO
42	PEDRALVA
43	PIRANGUÇU
44	PIRANGUINHO
45	POÇO FUNDO
46	POUSO ALEGRE
47	POUSO ALTO
48	SANTA RITA DO SAPUCAÍ
49	SÃO JOÃO DA MATA
50	SÃO JOSÉ DO ALEGRE
51	SÃO LOURENÇO
52	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
53	SAO SEBASTIÃO DO RIO VERDE
54	SAPUCAÍ-MIRIM
55	SENADOR AMARAL
56	SENADOR JOSE BENTO
57	SILVIANÓPOLIS
58	TOCOS DO MOJI

59	TOLEDO
60	TURVOLÂNDIA
61	VIRGÍNIA
62	WENCESLAU BRAZ

14. SETE LAGOAS

1	ARAÇAÍ
2	AUGUSTO DE LIMA
3	BALDIM
4	CACHOEIRA DA PRATA
5	CAETANÓPOLIS
6	CAPIM BRANCO
7	CONGONHAS DO NORTE
8	CORDISBURGO
9	CORINTO
10	CURVELO
11	DATAS
12	FELIXLÂNDIA
13	FORTUNA DE MINAS
14	FUNILÂNDIA
15	GOUVEIA
16	INHAÚMA
17	INIMUTABA
18	JEQUITIBÁ
19	MARAVILHAS
20	MARTINHO CAMPOS
21	MATOZINHOS
22	MONJOLOS
23	MORRO DA GARÇA
24	PAPAGAIOS
25	PARAOPEBA
26	PEDRO LEOPOLDO
27	POMPÉU
28	PRESIDENTE JUSCELINO
29	PRESIDENTE KUBTSCHEK
30	PRUDENTE DE MORAIS
31	QUARTEL GERAL
32	SANTANA DE PIRAPAMA
33	SANTANA DO RIACHO
34	SANTO HIPÓLITO
35	SETE LAGOAS
36	TRÊS MARIAS

15. TEÓFILO OTONI

1	ÁGUA BOA
2	ÁGUAS FORMOSAS
3	ÁGUAS VERMELHAS
4	ALMENARA
5	ANGELÂNDIA
6	ARAÇUAÍ
7	ARICANDUVA
8	ATALÉIA
9	BANDEIRA
10	BERILO
11	BERTÓPOLIS
12	CACHOEIRA DE PAJEÚ
13	CAMPANÁRIO
14	CAPELINHA
15	CARAÍ
16	CARLOS CHAGAS
17	CATUJI
18	CHAPADA DO NORTE
19	COLUNA
20	COMERCINHO
21	CORONEL MURTA
22	CRISÓLITA
23	CURRAL DE DENTRO
24	DIVISA ALEGRE
25	DIVISÓPOLIS
26	FELISBURGO
27	FRANCISCO BADARÓ
28	FRANCISCÓPOLIS
29	FREI GASPAR
30	FRONTEIRA DOS VALES
31	ITAIPÉ
32	ITAMBACURI
33	ITAOBIM
34	ITINGA
35	JACINTO
36	JENIPAPO DE MINAS
37	JEQUITINHONHA
38	JOAÍMA
39	JORDÂNIA
40	LADAINHA
41	MACHACALIS
42	MALACACHETA
43	MATA VERDE
44	MEDINA
45	MINAS NOVAS
46	MONTE FORMOSO
47	NANUQUE
48	NOVO CRUZEIRO
49	NOVO ORIENTE DE MINAS
50	OURO VERDE DE MINAS
51	PADRE PARAÍSO
52	PALMÓPOLIS
53	PAVÃO
54	PEDRA AZUL
55	PESCADOR
56	PONTO DOS VOLANTES
57	POTÉ
58	RIO DO PRADO
59	RUBIM
60	SALTO DA DIVISA
61	SANTA HELENA DE MINAS
62	SANTA MARIA DO SALTO
63	SANTA MARIA DO SUAÇUÍ
64	SANTO ANTÔNIO DO JACINTO
65	SÂO JOSÉ DO JACURI
66	SÃO PEDRO DO SUAÇUÍ
67	SÃO SEBASTIÃO DO MARANHÃO
68	SERRA DOS AIMORÉS
69	SETUBINHA
70	TEÓFILO OTONI
71	TURMALINA
72	UMBURATIBA
73	VEREDINHA
74	VIRGEM DA LAPA

16. UBERABA

1	ÁGUA COMPRIDA
2	ARAXÁ
3	CAMPO FLORIDO
4	CAMPOS ALTOS
5	CARNEIRINHO
6	COMENDADOR GOMES
7	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS
8	CONQUISTA
9	DELTA
10	FRONTEIRA
11	FRUTAL
12	IBIÁ
13	ITAPAGIPE
14	ITURAMA
15	LIMEIRA DO OESTE
16	PERDIZES
17	PIRAJUBA
18	PLANURA
19	PRATINHA
20	SACRAMENTO
21	SÃO FRANCISCO DE SALES
22	TAPIRA
23	UBERABA
24	UNIÃO DE MINAS
25	VERÍSSIMO

17. UBERLÂNDIA

1	ARAGUARI
2	ARAPORÃ
3	CACHOEIRA DOURADA
4	CAMPINA VERDE
5	CANÁPOLIS
6	CAPINÓPOLIS
7	CASCALHO RICO
8	CENTRALINA
9	DOURADOQUARA
10	ESTRELA DO SUL
11	GRUPIARA
12	GURINHATÃ
13	INDIANÓPOLIS
14	IPIAÇU
15	IRAÍ DE MINAS
16	ITUIUTABA
17	MONTE ALEGRE DE MINAS
18	MONTE CARMELO
19	NOVA PONTE
20	PEDRINOPOLIS
21	PRATA
22	ROMARIA
23	SANTA JULIANA
24	SANTA VITÓRIA
25	TUPACIGUARA
26	UBERLÂNDIA

18. VARGINHA

1	AGUANIL
2	AIURUOCA
3	ALAGOA
4	ALFENAS
5	AREADO
6	BAEPENDI
7	BOA ESPERANCA
8	BOM SUCESSO
9	CAMBUQUIRA
10	CAMPANHA
11	CAMPO BELO
12	CAMPO DO MEIO
13	CAMPOS GERAIS
14	CANA VERDE
15	CARMO DA CACHOEIRA
16	CARRANCAS
17	CAXAMBU
18	CONCEIÇÃO DO RIO VERDE
19	COQUEIRAL
20	CORDISLÂNDIA
21	CRISTAIS
22	CRUZÍLIA

23	ELÓI MENDES
24	FAMA
25	GUAPÉ
26	IBITURUNA
27	IJACI
28	ILICÍNEA
29	INGAÍ
30	ITITINGA
31	ITUMIRIM
32	LAVRAS
33	LUMINÁRIAS
34	MINDURI
35	MONSENHOR PAULO
36	NAZARENO
37	NEPOMUCENO
38	PARAGUAÇU
39	PERDÕES
40	RIBEIRÃO VERMELHO
41	SANTANA DA VARGEM
42	SANTANA DO JACARÉ
43	SANTO ANTONIO DO AMPARO
44	SÃO BENTO ABADE
45	SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ
46	SÃO TOMÉ DAS LETRAS
47	SÃO VICENTE DEMINAS
48	SERITINGA
49	SOLEDADE DE MINAS
50	TRÊS CORAÇÕES
51	TRÊS PONTAS
52	VARGINHA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 10 DE JUNHO DE 2019

Declara a inaptidão de inscrição perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA - BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, e com fundamento no disposto no inciso II do artigo 41 e no § 2º do artigo 43 da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de dezembro de 2018, e alteração posterior, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica de nº 17.757.886/0001-15, em nome da pessoa jurídica Metalplast - Recuperadora de Metais e Plásticos Ltda, com fundamento no disposto no inciso II do artigo 41 e no inciso II do artigo 43 da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, e alteração posterior, observado o que consta do processo administrativo nº 10530.726247/2019-33.

Art. 2º Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela pessoa jurídica, a partir da data de publicação do presente Ato Declaratório Executivo, com fundamento no disposto no artigo 48 da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, e alteração posterior.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SAMUEL PEREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 10 DE JUNHO DE 2019

Declara nulidade de ato cadastral perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA - BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, e com fundamento no disposto no § 1º do artigo 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de dezembro de 2018, e alteração posterior, declara:

Art. 1º Nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica de nº 30.983.421/0001-40, em nome da pessoa jurídica Carlos Eduardo Barbosa Lemos 12425214534, com fundamento no disposto no inciso II do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, e alteração posterior, observado o que consta do processo administrativo nº 10530.732267/2018-62.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo.

SAMUEL PEREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 10 DE JUNHO DE 2019

Declara nulidade de ato cadastral perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA - BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, e com fundamento no disposto no § 1º do artigo 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de dezembro de 2018, e alteração posterior, declara:

Art. 1º Nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica de nº 15.118.972/0001-52, em nome da pessoa jurídica Seneilde Nunes 03934325564, com fundamento no disposto no inciso II do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, e alteração posterior, observado o que consta do processo administrativo nº 10530.722674/2017-81.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo.

SAMUEL PEREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 353, DE 7 DE JUNHO DE 2019

Subdelega competência aos dirigentes das Unidades administrativas locais da 8º RF que administram mercadorias apreendidas.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 8º REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 335 e 340 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 a 15 da Lei nº 9.784/1999, arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentados pelo s Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979 e pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, e ainda o previsto no art. 43, inciso III e § 1º, da Portaria RFB nº 3010, de 29 de junho de 2011, com as redações dadas pelas Portaria RFB nº 78, de 18 de janeiro de 2016, e Portaria RFB nº 334, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada aos dirigentes das Unidades administrativas locais da 8ª RF que administram mercadorias apreendidas as competências para as destinações previstas no § 1º do art. 43 da Portaria RFB nº 3010, de 29 de junho de 2011, no âmbito de suas respectivas circunscrições, sem prejuízo da possibilidade de atender órgãos públicos e entidades não circunscritas.

Art. 2º Ficam designados para a apreciação e autorização do atendimento de solicitações de mercadorias apreendidas, de que trata o § 4º do art. 37 da Portaria RFB nº 3010, de 29 de junho de 2011:

I - os Superintendentes Adjuntos, no âmbito da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal, observado disposto no § 5º do art. 37 da Portaria RFB nº 3010, de 29 de junho de 2011;

II - os dirigentes das unidades administrativas locais que administram mercadorias apreendidas, nos casos previstos no artigo anterior.

Art. 3º Fica revogada a Portaria SRRF08 nº 136, de 15 de agosto de 2011, publicada no D.O.U. de 23 de agosto de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 7 DE JUNHO DE 2019

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), art. 1º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANALISE TRIBUTÁRIA (SEORT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS-SP, no uso das atribuições prescritas no art. 295, II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 23 de dezembro de 2010, com base no art. 1º, III, da Portaria de delegação de competência da DRF/Campinas Nº 22, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23/02/2011, tendo em vista o disposto no art.11 da Instrução Normativa SRF 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, considerando o que consta do processo nº 10830.724169/2019-58, resolve:

Art. 1º Habilitar, ATÉ O PRAZO PREVISTO NA PORTARIA N° 082/SPE DE 01/04/2019 do Ministério de Minas e Energia, a saber, 22/03/2024, a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, para execução do Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, relativo ao Lote 3 do Leilão nº 04/2018-ANEEL, compreendendo:

I - Primeiro e segundo circuito da Linha de Campos 2 - Mutum, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de duzentos e trinta e nove quilômetros, com origem na Subestação Campos 2 e término na Subestação Mutum; e

II - Entradas de linha, interligações de barramentos, reatores e conexões, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

EMPRESA: EKTT 4 SERVICOS DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA SPE S.A.

CNPJ: 28.439.049/0001-64;

NOME DO PROJETO: Lote 3 do Leilão nº 04/2018-ANEEL (Contrato de Concessão nº 03/2019-ANEEL, celebrado em 22 de março de 2019).

ATO AUTORIZATIVO: Edital do Leilão nº 04/2018-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.001144/2019-97.

PRAZO DO CONTRATO: 22 de março de 2024

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia Elétrica.

Art. 2º A referida habilitação é válida apenas o Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, correspondente ao Lote 3 do Leilão nº 04/2018-ANEEL.

Art. 3º Nos casos de aquisição com suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto Nº 6.144/2007:

I - o número da portaria que aprovou o projeto: Portaria MME nº 082, de 01/04/2019, e;

II - o número do ato declaratório que concedeu a habilitação à empresa adquirente, e conforme o caso, a expressão:

a - "Venda de bens efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS", art. 3º da Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007; ou

b - "Venda de serviços efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS", art. 4º da Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

Art. 4º A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5º da Lei nº 11.488/2007, com redação dada pela Medida Provisória nº 472/2009.

Art. 5º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação, art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 6º A ausência da solicitação de que trata o art. 4º sujeita a pessoa jurídica à multa prevista no art. 57, inciso I, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, parágrafo único do art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SCAFI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 7 DE JUNHO DE 2019

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), art. 1º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANALISE TRIBUTÁRIA (SEORT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS-SP, no uso das atribuições prescritas no art. 295, II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 23 de dezembro de 2010, com base no art. 1º, III, da Portaria de

delegação de competência da DRF/Campinas Nº 22, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23/02/2011, tendo em vista o disposto no art.11 da Instrução Normativa SRF 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, considerando o que consta do processo nº 10830.724172/2019-71, resolve:

Art. 1º Habilitar, ATÉ O PRAZO PREVISTO NA PORTARIA N° 081/SPE DE 01/04/2019 do Ministério de Minas e Energia, a saber, 22/03/2024, a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, para execução do Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, relativo ao Lote 1 do Leilão nº 04/2018-ANEEL, compreendendo:

I - Linha de Transmissão Areia - Joinville Sul, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de duzentos e noventa e dois quilômetros, com origem na Subestação Areia e término na Subestação Joinville Sul;

II - Linha de Transmissão Joinville Sul - Itajaí 2, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de oitenta e dois quilômetros, com origem na Subestação Joinville Sul e término na Subestação Itajaí 2;

III - Linha de Transmissão Itajaí 2 - Biguaçu, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de sessenta e três quilômetros, com origem na Subestação Itajaí 2 e término na Subestação Biguaçu;

IV - primeiro circuito da Linha de Transmissão Itajaí - Itajaí 2, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de dez quilômetros, com origem na Subestação Itajaí e término na Subestação Itajaí 2;

V - segundo circuito da Linha de Transmissão Itajaí - Itajaí 2, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de dez quilômetros, com origem na Subestação Itajaí e término na Subestação Itajaí 2;

VI - primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão Rio do Sul - Indaial, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de cinquenta e um quilômetros, com origem na Subestação Rio do Sul e término na Subestação Indaial;

VII - primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão Indaial - Gaspar 2, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de cinquenta e sete quilômetros, com origem na Subestação Indaial e término na Subestação Gaspar 2;

VIII - Subestação Joinville Sul 525/230/138 kV, com três bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por dez unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada;

IX - Subestação Itajaí 2, 525/230/138 kV, com dois bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por sete unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada;

X - Subestação Jaraguá do Sul 230/138 kV, 2 x 225 MVA;

XI - Subestação Indaial 230/138 kV, 2 x 225 MVA;

XII - Pátio novo em 525 kV na Subestação Gaspar 2, 525/230 kV, com dois bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por sete unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva;

XIII - conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, reatores e conexões, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

XIV - Trecho de Linha de Transmissão em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de trinta e nove quilômetros, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 525 kV Curitiba - Blumenau e a Subestação Joinville Sul, as entradas de linha correspondentes na Subestação Joinville Sul;

XV - Trecho de Linha de Transmissão em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de quarenta e três quilômetros, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 525 kV Curitiba Leste - Blumenau e a Subestação Joinville Sul, as entradas de linha correspondentes na Subestação Joinville Sul;

XVI - Trecho de Linha de Transmissão em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de vinte e três quilômetros, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 525 kV Curitiba - Blumenau e a Subestação Gaspar 2, as entradas de linha correspondentes na Subestação Gaspar 2;

XVII - Trecho de Linha de Transmissão em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de sete quilômetros, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 525 kV Blumenau - Biguaçu e a Subestação Gaspar 2, as entradas de linha correspondentes na Subestação Gaspar 2;

XVIII - Trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de cinco quilômetros e quinhentos metros, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Blumenau - Joinville Norte e a Subestação Joinville Sul, as entradas de linha correspondentes na Subestação Joinville Sul;

XIX - Trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de cinco quilômetros e quinhentos metros, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Blumenau - Joinville e a Subestação Joinville Sul, as entradas de linha correspondentes na Subestação Joinville Sul;

XX - Trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de treze quilômetros, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Joinville - Joinville Norte e a Subestação Joinville Sul, as entradas de linha correspondentes na Subestação Joinville Sul;

XXI - Trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de trinta e oito quilômetros, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Blumenau - Joinville Norte e a Subestação Jaraguá do Sul, as entradas de linha correspondentes na Subestação Jaraguá do Sul;

XXII - Trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de trinta e oito quilômetros, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Blumenau - Joinville e a Subestação Jaraguá do Sul, as entradas de linha correspondentes na Subestação Jaraguá do Sul;

XXIII - Trecho de Linha de Transmissão em 138 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de dois quilômetros e quatrocentos metros, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 138 kV Camboriú Morro do Boi - Itajaí e a Subestação Itajaí 2, as entradas de linha correspondentes na Subestação Itajaí 2;

XXIV - Trecho de Linha de Transmissão em 138 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de dois quilômetros e quatrocentos metros, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 138 kV Itajaí Fazenda - Itajaí e a Subestação Itajaí 2, as entradas de linha correspondentes na Subestação Itajaí 2; e

XXV - aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das Subestações Curitiba, Curitiba Leste, Blumenau, Biguaçu, Joinville, Joinville Norte, Camboriú Morro do Boi, Itajaí e Itajaí Fazenda.

EMPRESA: EKTT 11 SERVICOS DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA SPE S.A.

CNPJ: 28.443.452/0001-67;

NOME DO PROJETO: Lote 1 do Leilão nº 04/2018-ANEEL (Contrato de Concessão nº 01/2019-ANEEL, celebrado em 22 de março de 2019).

ATO AUTORIZATIVO: Edital do Leilão nº 04/2018- ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.001142/2019-06.

PRAZO DO CONTRATO: 22 de março de 2024

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia Elétrica.

Art. 2º A referida habilitação é válida apenas o Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, correspondente ao Lote 1 do Leilão nº 04/2018-ANEEL.

Art. 3º Nos casos de aquisição com suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto Nº 6.144/2007:

I - o número da portaria que aprovou o projeto: Portaria MME nº 081, de 01/04/2019, e;

II - o número do ato declaratório que concedeu a habilitação à empresa adquirente, e conforme o caso, a expressão:

a - "Venda de bens efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS", art. 3º da Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007; ou

b - "Venda de serviços efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS", art. 4º da Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

Art. 4º A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5º da Lei nº 11.488/2007, com redação dada pela Medida Provisória nº 472/2009.

Art. 5º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação, art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 6º A ausência da solicitação de que trata o art. 4º sujeita a pessoa jurídica à multa prevista no art. 57, inciso I, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, parágrafo único do art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SCAFI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 7 DE JUNHO DE 2019

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), art. 1º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANALISE TRIBUTÁRIA (SEORT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS-SP, no uso das atribuições prescritas no art. 295, II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 23 de dezembro de 2010, com base no art. 1º, III, da Portaria de delegação de competência da DRF/Campinas Nº 22, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23/02/2011, tendo em vista o disposto no art.11 da Instrução Normativa SRF 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, considerando o que consta do processo nº 10830.724171/2019-27, resolve:

Art. 1º Habilitar, ATÉ O PRAZO PREVISTO NA PORTARIA N° 087/SPE DE 01/04/2019 do Ministério de Minas e Energia, a saber, 22/03/2024, a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, para execução do Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, relativo ao Lote 14 do Leilão nº 04/2018-ANEEL, compreendendo:

I - Terceiro circuito da Linha de Transmissão Povo Novo - Guaíba 3, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de duzentos e quarenta e cinco quilômetros e setecentos metros, com origem na Subestação Povo Novo e término na Subestação Guaíba 3;

II - Primeiro circuito da Linha de Transmissão Capivari do Sul - Siderópolis 2, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de duzentos e cinquenta e um quilômetros e quinhentos metros, com origem na Subestação Capivari do Sul e término na Subestação Siderópolis 2;

III - Segundo circuito da Linha de Transmissão Livramento 3 - Santa Maria 3, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de duzentos e quarenta e quatro quilômetros e quinhentos metros, com origem na Subestação Livramento 3 e término na Subestação Santa Maria 3;

IV - Segundo circuito da Linha de Transmissão Siderópolis 2 - Forquilhinha, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de vinte e sete quilômetros e seiscentos metros, com origem na Subestação Siderópolis 2 e término na Subestação Forquilhinha;

V - Compensador Síncrono na Subestação Marmeleiro, em 525 kV, -90/+150 Mvar;

VI - Compensador Síncrono na Subestação Livramento 3, em 230 kV, -90/+150 Mvar; e

VII - conexões de unidades de compensação de reativos, entradas de linha, interligações de barramentos, reatores e conexões, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

EMPRESA: EKTT 5 SERVICOS DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA SPE S.A.

CNPJ: 28.439.014/0001-25;

NOME DO PROJETO: Lote 14 do Leilão nº 04/2018-ANEEL (Contrato de Concessão nº 14/2019-ANEEL, celebrado em 22 de março de 2019).

ATO AUTORIZATIVO: Edital do Leilão nº 04/2018-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.001145/2019-31.

PRAZO DO CONTRATO: 22 de março de 2024

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia Elétrica.

Art. 2º A referida habilitação é válida apenas o Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, correspondente ao Lote 14 do Leilão nº 04/2018-ANEEL.

Art. 3º Nos casos de aquisição com suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto Nº 6.144/2007:

I - o número da portaria que aprovou o projeto: Portaria MME nº 087, de 01/04/2019, e;

II - o número do ato declaratório que concedeu a habilitação à empresa adquirente, e conforme o caso, a expressão:

a - "Venda de bens efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS", art. 3º da Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007; ou

b - "Venda de serviços efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS", art. 4º da Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

Art. 4º A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5º da Lei nº 11.488/2007, com redação dada pela Medida Provisória nº 472/2009.

Art. 5º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação, art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 6º A ausência da solicitação de que trata o art. 4º sujeita a pessoa jurídica à multa prevista no art. 57, inciso I, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, parágrafo único do art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SCAFI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 7 DE JUNHO DE 2019

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), art. 1º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANALISE TRIBUTÁRIA (SEORT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS-SP, no uso das atribuições prescritas no art. 295, II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 23 de dezembro de 2010, com base no art. 1º, III, da Portaria de

delegação de competência da DRF/Campinas Nº 22, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23/02/2011, tendo em vista o disposto no art.11 da Instrução Normativa SRF 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, considerando o que consta do processo nº 10830.724170/2019-82, resolve:

Art. 1º Habilitar, ATÉ O PRAZO PREVISTO NA PORTARIA N° 084/SPE DE 01/04/2019 do Ministério de Minas e Energia, a saber, 22/03/2024, a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, para execução do Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, relativo ao Lote 2 do Leilão nº 04/2018-ANEEL, compreendendo:

I - Primeiro e segundo circuito da Linha de Transmissão Terminal Rio - Lagos, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de duzentos e vinte e sete quilômetros, com origem na Subestação Terminal Rio e término na Subestação Lagos;

II - Primeiro e segundo circuito da Linha de Transmissão Lagos - Campos 2, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de cento e um quilômetros, com origem na Subestação Lagos e término na Subestação Campos 2;

III - Subestação Campos 2, 500 kV;

IV - novo Pátio de 500 kV na Subestação Lagos; e

V - Entradas de linha, interligações de barramentos, reatores e conexões, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

EMPRESA: EKTT 3 SERVICOS DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA SPE S.A.

CNPJ: 28.438.913/0001-03;

NOME DO PROJETO: Lote 2 do Leilão nº 04/2018-ANEEL (Contrato de Concessão nº 02/2019-ANEEL, celebrado em 22 de março de 2019).

ATO AUTORIZATIVO: Edital do Leilão nº 04/2018- ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.001143/2019-42.

PRAZO DO CONTRATO: 22 de março de 2024

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia Elétrica.

Art. 2º A referida habilitação é válida apenas o Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, correspondente ao Lote 2 do Leilão nº 04/2018-ANEEL.

Art. 3º Nos casos de aquisição com suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto Nº 6.144/2007:

I - o número da portaria que aprovou o projeto: Portaria MME nº 082, de 01/04/2019, e;

II - o número do ato declaratório que concedeu a habilitação à empresa adquirente, e conforme o caso, a expressão:

a - "Venda de bens efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS", art. 3º da Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007; ou

b - "Venda de serviços efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS", art. 4º da Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

Art. 4º A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5º da Lei nº 11.488/2007, com redação dada pela Medida Provisória nº 472/2009.

Art. 5º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação, art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 6º A ausência da solicitação de que trata o art. 4º sujeita a pessoa jurídica à multa prevista no art. 57, inciso I, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, parágrafo único do art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SCAFI

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO

EQUIPE

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 7 DE JUNHO DE 2019

O CHEFE SUBSTITUTO DA EQUIPE DE EXPEDIENTE DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º da Portaria DEFIS/SPO nº 107, de 08 de Maio de 2018 publicada no Diário Oficial da União de 10 de Maio de 2018, com as alterações contidas nos artigos 1º e 2º da Portaria DEFIS/SPO Nº 122 de 26 de Julho de 2018 e da Portaria DEFIS/SPO nº 045 de 03 de Junho de 2019, DOU de 06/06/2019 de delegação de competências, considerando o disposto na Lei Nº11.945 de 04 de Junho de 2009 e na Instrução Normativa RFB n° 1817 de 20 de Julho de 2018, resolve:

Nº 7 - Cancelar, a pedido, o Registro Especial de IMPORTADOR -IP 08190/00161 concedido pelo ADE Nº 0298/2010 DE 10/05/2010, publicado no DOU em 13/05/2010, PROCESSO 11610.004684/2002-27, para a empresa EDITORA FROTA LTDA inscrita no CNPJ nº 04.592.576/0001-46 , com endereço à Av. Professor Alfonso Bovero, 430 - conj.20 - Sumaré - CEP 01254-000 conforme solicitação do Contribuinte por meio do e-dossiê Nº10010.095914/0519-18 .

Nº 8 - Cancelar, a pedido, o Registro Especial de USUÁRIO UP 08190/00368 concedido pelo ADE Nº 0281/2010 DE 10/05/2010, publicado no DOU em 13/05/2010,PROCESSO 11610.004684/2002-27, para a empresa EDITORA FROTA LTDA inscrita no CNPJ nº 04.592.576/0001-46 , com endereço à Av. Professor Alfonso Bovero, 430 - conj.20 - Sumaré - CEP 01254-000 conforme solicitação do Contribuinte por meio do e-dossiê Nº10010.095914/0519-18 .

ROGERIO JOSE NUNES FERREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 4 DE JUNHO DE 2019

Não habilita a pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU-SC, em observância ao disposto no art. 14, § 2º, inciso I, e art. 19, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e considerando o que consta do Parecer nº 7 /2019 (fls. 71/83) do Dossiê Digital de Atendimento nº 10100.005988/0718-06, declara:

Art. 1º Não habilitada a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533/2015.

Nome Empresarial: LATICÍNIOS SCHOTTEN LTDA.
CNPJ: 03.975.140/0001-73
Edital de Aprovação de Projeto emitido pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no Diário Oficial da União nº 117, de 20 de junho de 2018, Seção 3, Pág. 10.
Período de vigência do Projeto: 01/02/2018 a 31/01/2021.

Art. 2º Fica ciente a contribuinte que deve adotar os procedimentos constantes do artigo 20, incisos I, II e III, e parágrafos, da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 05/11/2015, conforme assim transcrito:

"Art. 20 No caso de indeferimento da habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, a pessoa jurídica deverá:

I - apurar, na forma prevista no inciso II do caput do art. 5º, os créditos presumidos relativos às operações ocorridas na vigência da habilitação provisória, observado o disposto nos incisos II e III do caput deste artigo;

fl.1/2

II - caso tenha utilizado os créditos presumidos apurados na vigência da habilitação provisória na forma prevista no inciso I do caput do art. 5º para desconto da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins devidas, para compensação com outros tributos ou para ressarcimento em dinheiro, recolher, no prazo de 30 (trinta) dias do indeferimento, o valor utilizado indevidamente, acrescido de juros de mora;

III - caso não tenha utilizado os créditos presumidos apurados na vigência da habilitação provisória na forma prevista no inciso I do caput do art. 5º para os fins citados no inciso II do caput deste artigo, estornar o montante de créditos presumidos apurados indevidamente do saldo acumulado.

§ 1º Para efeitos do disposto nos incisos II e III do caput, o valor de créditos presumidos apurados indevidamente corresponde à diferença entre os valores dos créditos presumidos apurados na forma prevista nos incisos I e II do caput do art. 5º.

§ 2º A falta de recolhimento do valor utilizado indevidamente para fins de desconto da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins devidas no prazo estabelecido no inciso II do caput, acarreta o lançamento de ofício do crédito tributário, com os acréscimos cabíveis.

§3º Os pedidos de ressarcimento deferidos e as declarações de compensação homologadas serão objeto de revisão de ofício pela RFB.

§4º O disposto no inciso II do caput e no § 3º não afasta a aplicação da multa isolada de que tratam os §§ 17 e 18 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996, além de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANIEL CARLOS

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 7 DE JUNHO DE 2019

Enquadra veículos em "Ex" da TIPI.

O COORDENADOR-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-1) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.734, de 01 de setembro de 2017, e ainda o que consta do processo nº 10010.004126/0118-81, declara:

Art. 1º Os veículos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumprem as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.40.90 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO MOMBELLI

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: Microônibus Volare ACCESS E 9150 Versão: Microônibus Volare ACCESS E 9150 Capacidade de transporte: 32 (trinta e duas) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: Elétrico
Cilindradas: 180KW / Volume interno do habitáculo = 35,87 m³ Marca : VOLARE Marca/Fabricante: VOLARE/SAN MARINO ÔNIBUS LTDA Ano/modelo: 2018/2018

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 7 DE JUNHO DE 2019

Enquadra veículos em "Ex" da TIPI.

O COORDENADOR-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-1) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.734, de 01 de setembro de 2017, e ainda o que consta do processo nº 10010.044108/1117-12, declara:

Art. 1º Os veículos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumprem as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.40.90 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO MOMBELLI

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: Microônibus Volare 5700 ACCESS EE 9150 Versão: Microônibus Volare 5700 ACCESS EE 9150 Capacidade de transporte: 31 (trinta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: Eletrônica
Cilindradas: 180KW / Volume interno do habitáculo = 33,80 m³ Marca : MARCOPOLO Marca/Fabricante: MARCOPOLO/MARCOPOLO S/A Ano/modelo: 2017/2017

Nome do veículo: Ônibus Urbano Torino G7 Low Entry Versão: Ônibus Urbano Torino G7 Low Entry Capacidade de transporte: 37 (trinta e sete) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: Eletrônica

Cilindradas: 1000cm³ / Volume interno do habitáculo = 55,00 m³ Marca : MARCOPOLO Marca/Fabricante: MARCOPOLO/MARCOPOLO S/A Ano/modelo: 2017/2017

Nome do veículo: Ônibus Rodoviário Viaggio/Paradiso G7 1050 Versão: Ônibus Rodoviário Viaggio/Paradiso G7 1050 Capacidade de transporte: 46 (quarenta e seis) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: Eletrônica
Cilindradas: 300KW / Volume interno do habitáculo = 55,00 m³ Marca : MARCOPOLO Marca/Fabricante: MARCOPOLO/MARCOPOLO S/A Ano/modelo: 2017/2017

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 7 DE JUNHO DE 2019

Enquadra veículos em "Ex" da TIPI.

O COORDENADOR-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-1) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.734, de 01 de setembro de 2017, e ainda o que consta do processo nº 10010.044124/1117-05, declara:

Art. 1º Os veículos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumprem as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.20.00 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO MOMBELLI

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: Ônibus Urbano Viale BRT Versão: Ônibus Urbano Viale BRT Capacidade de transporte: 31 (trinta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: Eletrônica - motor híbrido diesel e elétrico
Cilindradas: 4746 cm³/161KW(215cv) / Volume interno do habitáculo = 65,00 m³ Marca : MARCOPOLO Marca/Fabricante: MARCOPOLO/MARCOPOLO S/A Ano/modelo: 2017/2017

Nome do veículo: Ônibus Urbano Viale BRS Versão: Ônibus Urbano Viale BRS Capacidade de transporte: 38 (trinta e oito) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: Eletrônica - motor híbrido diesel e elétrico
Cilindradas: 4746 cm³/161KW(215cv) / Volume interno do habitáculo = 63,50 m³ Marca : MARCOPOLO Marca/Fabricante: MARCOPOLO/MARCOPOLO S/A Ano/modelo: 2017/2017

Nome do veículo: Ônibus Urbano Viale DD Sunny Versão: Ônibus Urbano Viale DD Sunny Capacidade de transporte: 72 (setenta e duas) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: Eletrônica - motor híbrido diesel e elétrico
Cilindradas: 4746 cm³/161KW(215cv) / Volume interno do habitáculo = 78,50 m³ Marca : MARCOPOLO Marca/Fabricante: MARCOPOLO/MARCOPOLO S/A Ano/modelo: 2017/2017

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 172, DE 31 DE MAIO DE 2019

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

CONVENÇÃO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO. BRASIL E ITÁLIA. PROFESSOR. ISENÇÃO.

Pessoa física com residência fiscal no Brasil, que a convite da Itália ou de uma universidade , estabelecimento de ensino superior, escola, museu ou outra instituição cultural da Itália, ou que cumprindo um programa oficial de intercâmbio cultural, permanecer na Itália por um período não superior a dois anos e com o único fim de lecionar, proferir conferências ou realizar pesquisas em tais instituições, será isenta de impostos na Itália no que concerne à remuneração que receber em consequência dessa atividade, no entanto, quanto à tributação no Brasil, incidirá o IRPF sobre esses rendimentos, mesmo que não transferidos para o Brasil, enquanto a pessoa física permanecer como residente no Brasil.

Dispositivos Legais: Decreto nº 85.985, de 6 de maio de 1981, arts. 4º e 20; Instrução Normativa SRF nº 208, de 27 de setembro de 2002, arts. 1º, 2º, inciso V e 16; Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, art. 53, inciso II; Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional - CTN), arts. 97, inciso VI; 175, inciso I, e 176.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 173, DE 31 DE MAIO DE 2019

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA. RECEITA BRUTA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. CONTRIBUIÇÃO DESTINADA AO SENAR. VENDA DE GRÃOS E GADO. EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO.

A receita da venda de grãos a outro produtor rural pessoa física sem que se caracterize como venda de sementes a produtor rural que a utilize no plantio ou que se dedique ao comércio de sementes e seja registrada no MAPA deve integrar a base de cálculo da contribuição do empregador rural pessoa física e do segurado especial.

A partir de 18 de abril de 2018, a receita da venda de gado pelo próprio produtor rural para outro produtor rural que o utilize diretamente para cria e recria não deve integrar a base de cálculo da contribuição do empregador rural pessoa física e do segurado especial.

A exclusão da base de cálculo para efeito da contribuição previdenciária de que trata o § 12 do art. 25 da Lei nº 8.212, de 1991, não é aplicável à contribuição destinada ao Senar.

Dispositivos Legais: Lei 8.212, de 1991, art. 25, caput, incisos I e II, §§ 3º e 12; Lei nº 9.528, de 1997, art. 6º; SC Cosit nº 18, de 2019.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 174, DE 31 DE MAIO DE 2019

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMPRESA EXCLUÍDA DA INCIDÊNCIA DA CPRB. CONTRIBUIÇÃO SOBRE A FOLHA. DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. CÁLCULO PROPORCIONAL.

A empresa excluída da incidência da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) desde setembro de 2018, por força da Lei nº 13.670, de 2018, deve calcular a contribuição previdenciária incidente sobre o décimo terceiro salário de forma proporcional ao período de incidência da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.543, de 2011, art. 9º, § 3º; Lei nº 13.670, de 2018, arts. 11 e 12; Instrução Normativa RFB nº 1.436, de 2013, art. 10.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 183, DE 31 DE MAIO DE 2019

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. INSUMO. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. UNIFORME.

O Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Recurso Especial nº 1.221.170/PR, no âmbito da sistemática do art. 543-C do CPC (art. 1.036 do CPC/2015), delimitou o conceito de insumo, para fins de apuração de créditos decorrentes da sistemática não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep.

Em razão do disposto no art. 19 da Lei nº 10.522, de 2002, na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014, e na Nota SEI nº 63/2018/CRJ/PGACET/PGFN-MF, a RFB encontra-se vinculada ao referido entendimento.

Os equipamentos de proteção individual (EPI) fornecidos a trabalhadores alocados pela pessoa jurídica nas atividades de produção de bens ou de prestação de serviços podem ser considerados insumos, para fins de apuração de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep.

Os uniformes fornecidos aos empregados não podem ser considerados insumos, para fins de apuração de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep.

A hipótese legal de apuração de crédito da Contribuição para o PIS/Pasep relativa a uniformes encontra-se prevista somente para a pessoa jurídica que explore as atividades de prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, inciso II; Lei nº 10.522, de 2002, art. 19; Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 17 de dezembro de 2018.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. INSUMO. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. UNIFORME.

O Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Recurso Especial nº 1.221.170/PR, no âmbito da sistemática do art. 543-C do CPC (art. 1.036 do CPC/2015), delimitou o conceito de insumo, para fins de apuração de créditos decorrentes da sistemática não cumulativa da Cofins.

Em razão do disposto no art. 19 da Lei nº 10.522, de 2002, na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014, e na Nota SEI nº 63/2018/CRJ/PGACET/PGFN-MF, a RFB encontra-se vinculada ao referido entendimento.

Os equipamentos de proteção individual (EPI) fornecidos a trabalhadores alocados pela pessoa jurídica nas atividades de produção de bens ou de prestação de serviços podem ser considerados insumos, para fins de apuração de créditos da Cofins.

Os uniformes fornecidos aos empregados não podem ser considerados insumos, para fins de apuração de créditos da Cofins.

A hipótese legal de apuração de crédito da Cofins relativa a uniformes encontra-se prevista somente para a pessoa jurídica que explore as atividades de prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, inciso II; Lei nº 10.522, de 2002, art. 19; Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 17 de dezembro de 2018.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 186, DE 3 DE JUNHO DE 2019

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO. AGENTE DE INTEGRAÇÃO. ESTÁGIO. RETENÇÃO.

A pessoa jurídica que concede o estágio é a fonte pagadora e, consequentemente, será a responsável pela retenção e recolhimento do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte e pelo cumprimento de eventuais obrigações acessórias decorrentes de tal evento, como preenchimento e transmissão da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf).

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), arts. 45, parágrafo único, 121 a 123 e 128; Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, art. 7º; Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, arts. 5º, 9º, 12, 15 e 16; Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, arts. 36, 681 e 775; Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, art. 22, § 1º; Instrução Normativa RFB nº 1.836, de 3 de outubro de 2018, arts. 2º, inciso I, e 4º.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES

DESPACHO DE 10 DE JUNHO DE 2019

Processo Administrativo Sancionador CVM Nº 6/2016
COMPERJ
Objeto: Apuração de eventuais irregularidades relacionadas à possível inobservância de deveres fiduciários de administradores da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras no que concerne à Construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ.
Assunto: Pedido de Prorrogação de Prazo para Apresentação de Defesa.

Acusados	Advogados
Almir Guilherme Barbassa	Nelson Laks Eizirik OAB/RJ 38.730
Antônio Palocci Filho	José Roberto Manesco OAB/SP 61.471
César Acosta Rech	Não constituiu advogado
Dilma Vana Rousseff	Walfrido Jorge Warde Jr. OAB/SP 139.503
Fábio Colletti Barbosa	Celso Cintra Mori OAB/SP 23.639
Francisco Roberto de Albuquerque	Não constituiu advogado
Guido Mantega	Não constituiu advogado
Guilherme de Oliveira Estrella	Nelson Laks Eizirik OAB/RJ 38.730
Jorge Gerdau Johannpeter	Não constituiu advogado
José Sérgio Gabrielli de Azevedo	Não constituiu advogado
Josué Christiano Gomes da Silva	Não constituiu advogado

Luciano Galvão Coutinho	Não constituiu advogado
Marcio Pereira Zimmermann	Não constituiu advogado
Marcus Pereira Aucélio	Alexei Santana Bonamin OAB/SP 175.418
Maria das Graças Silva Foster	Carlos Roberto Siqueira Castro OAB/ DF 20.015
Maria Lúcia de Oliveira Falcón	Não constituiu advogado
Marisete Fátima Dadald Pereira	Não constituiu advogado
Miriam Aparecida Belchior	Não constituiu advogado
Nelson Rocha Augusto	Marcelo Fernandez Trindade OAB/ RJ 67.729
Nestor Cunat Cervero	Murilo Varasquim OAB/ PR 41.918
Paulo José dos Reis Souza	Não constituiu advogado
Paulo Roberto Costa	João Mestieri OAB/RJ 13.645
Renato de Souza Duque	Não constituiu advogado
Sergio Franklin Quintella	Francisco Antunes Maciel Müssnich OAB/RJ 28.717
Silas Rondeau Cavalcante Silva	Não constituiu advogado
Silvio Sinedino Pinheiro	Maria Lucia Cantidiano OAB/RJ 33.754
Túlio Luiz Zamin	Luis Renato Ferreira da Silva OAB/RS 24.321

Trata-se de pedido de prorrogação do prazo para apresentação de Defesa, formulado por Dilma Vana Rousseff, acusada nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 12/07/2019, para todos os acusados no processo.

CARLOS GUILHERME DE PAULA AGUIAR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO Nº 17.155, DE 24 DE MAIO DE 2019

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela:

Por decisão administrativa, a autorização concedida a PERIMETER ADMINISTRACAO DE RECURSOS LTDA, CNPJ nº 04.654.272, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 17.193, DE 7 DE JUNHO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS torna público que, nesta data, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 591, de 11 de agosto de 2009, e com fundamento no artigo 9º, §1º, incisos III e IV, combinado com os artigos 15 e 16 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e considerando que:

a. restou evidenciada a existência de indícios de que a empresa LITEFOREX INVESTMENTS LIMITED, por meio da página "www.liteforex.br.com" e de redes sociais na rede mundial de computadores, efetua a captação irregular de clientes para a realização de operações no denominado mercado Forex (Foreign Exchange);

b. as operações realizadas no mercado Forex envolvem negociações com pares de moedas estrangeiras, revelando a existência de instrumentos financeiros por meio dos quais são transacionadas taxas de câmbio;

c. as características acima referidas amoldam-se à definição de contrato derivativo e, por conseguinte, ao conceito legal de valor mobiliário, conforme disposto no inciso VIII do art. 2º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976; declarou:

I - aos participantes do mercado de valores mobiliários e o público em geral que a empresa LITEFOREX INVESTMENTS LIMITED não está autorizada por esta Autarquia a captar clientes residentes no Brasil, por não integrar o sistema de distribuição previsto no art. 15 da Lei nº 6.385, de 1976, e determina à referida empresa a imediata suspensão da veiculação de qualquer oferta pública de oportunidades de investimento no denominado mercado Forex, de forma direta ou indireta, inclusive por meio da página "www.liteforex.br.com" ou de qualquer outra forma de conexão à rede mundial de computadores, alertando que a não observância da presente determinação a sujeitará à imposição de multa cominatória diária, no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), sem prejuízo da responsabilidade pelas infrações já cometidas antes da publicação deste Ato Declaratório, com a imposição da penalidade cabível, nos termos do art. 11° da Lei nº 6.385, de 1976, após o regular processo administrativo sancionador; e

II - que este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 284, DE 10 DE JUNHO DE 2019

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE e TECNOLOGIA - Inmetro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo § 3º do art. 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto nos incisos II e III do artigo 3º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e alterações introduzidas pela Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011, no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental do Inmetro, aprovado pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e pela alínea "a" do subitem 4.1 das Diretrizes para Execução das Atividades de Metrologia Legal no País, aprovadas pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

Considerando que é necessário definir claramente a forma de indicação do conteúdo nominal em pescados congelados pré-medidos ou préembalados, glaciados ou não, a fim de garantir a defesa do consumidor e a justa concorrência; e

Considerando que se faz necessário estipular um prazo para adequação dos fabricantes deste produto, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento Técnico Metrológico (RTM), disponível no sítio www.inmetro.gov.br/legislacao, estabelecendo a forma de expressar o conteúdo nominal para os pescados congelados pré-medidos ou pré-embalados com conteúdo nominal desigual.

Art. 2º Os produtos com data de fabricação até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação desta portaria que se encontram em desacordo com o Regulamento Técnico Metrológico podem ser comercializados até o escoamento total dos pontos de venda.

Art. 3º Os produtos com data de fabricação após 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação desta portaria somente podem ser comercializados em conformidade com o Regulamento Técnico Metrológico.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELA FLÔRES FURTADO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 471, DE 6 DE JUNHO DE 2019

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.007158/2017-11, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio da patrocinadora MORRO DO NIQUEL LTDA., CNPJ nº 52.039.500/0001-30, do Plano de Aposentadoria Suplementar, CNPB nº 1988.0001-65, administrado pela Fundambras Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 477, DE 7 DE JUNHO DE 2019

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.003489/2018-55, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada vazia das instituidoras Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sicoob Unimais Centro Leste Paulista - Sicoob Unimais Centro Leste Paulista, CNPJ nº 01.259.518/0001-07; Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde, Empresários, Pequenos Empresários, Microempresários e Microempreendedores, CNPJ nº 71.698.674/0001-50; Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde do Sudeste Paulista Ltda. - Sicoob Unimais Sudeste Paulista, CNPJ nº 05.608.957/0001-39; e Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e demais Profissionais da Saúde da Região Centro Paulista - Sicoob Unimais Centro Paulista, CNPJ nº 71.988.653/0001-79, do Plano de Benefícios Previdenciários - CNPB nº 2016.0019-92, administrado pela Quanta Previdência Unicred.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CIRCULAR Nº 587, DE 10 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre regras e critérios para a elaboração e a comercialização de planos de seguro do ramo Fiança Locatícia.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 36, alíneas "b" e "c", do Decreto-Lei n° 73, de 21 de novembro de 1966 e considerando o que consta no Processo SUSEP n° 15414.619344/2018-30. resolve:

Art. 1º Estabelecer regras e critérios para a elaboração e a comercialização de planos de seguro do ramo Fiança Locatícia.

Art. 2º O seguro fiança locatícia destina-se a garantir o pagamento de indenização, ao segurado, pelos prejuízos que venha a sofrer em decorrência do inadimplemento das obrigações contratuais do locatário previstas no contrato de locação do imóvel, de acordo com as coberturas contratadas e limites da apólice.

§ 1º A cobertura de falta de pagamento de alugueis é a cobertura básica do plano de seguro fiança locatícia, sendo de contratação obrigatória.

§ 2º O plano de seguro fiança locatícia poderá prever outras coberturas para garantir as demais obrigações do locatário previstas no contrato de locação, as quais serão de contratação facultativa, respeitado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 3º, mediante pagamento de prêmio adicional.

Art. 3º O seguro fiança locatícia é um contrato acessório ao contrato de locação.

§ 1º O seguro fiança locatícia deve respeitar as cláusulas do contrato de locação e sua legislação específica, principalmente, no que diz respeito às obrigações do locatário que devem ser garantidas.

§ 2º As obrigações do locatário serão garantidas através da contratação da cobertura básica, mencionada no §1º do art. 2º, em conjunto com as coberturas adicionais, mencionadas no §2º do art. 2º, necessárias para atendimento ao disposto no parágrafo anterior.

§ 3º O atendimento ao disposto no § 1º deste artigo é de responsabilidade da seguradora e do corretor de seguros, se houver.

Art. 4º Para fins desta Circular, define-se como:

I - segurado: locador do imóvel, conforme definido no contrato de locação coberto pelo contrato de fiança locatícia;

II - garantido: locatário do imóvel, conforme definido no contrato de locação coberto pelo contrato de fiança locatícia;

III - expectativa de sinistro: período compreendido entre a 1º (primeira) inadimplência do garantido e a caracterização de sinistro;

IV - sinistro: inadimplência das obrigações do garantido, cobertas pelo seguro, caracterizado nos termos desta circular.

Art. 5º O seguro fiança locatícia aplica-se apenas a cobertura de riscos oriundos dos contratos de locação de imóveis em território brasileiro.

Art. 6º O seguro fiança locatícia poderá ser contratado mediante apólice individual ou apólice coletiva.

Parágrafo único. Para fins dessa norma, quando se tratar de apólice coletiva, todos os dispositivos relacionados à apólice aplicam-se ao certificado individual.

Art. 7º A seguradora e o corretor de seguros, se houver, devem ser definidos mediante acordo entre segurado e garantido.

Art. 8º A apólice deverá conter em seu frontispício, além das informações mínimas exigidas por normativo específico, a identificação do garantido, o percentual e o valor da remuneração do estipulante, se houver.

Art. 9º A seguradora e o corretor de seguros, se houver, deverão informar o percentual e o valor da comissão de corretagem aplicados à apólice, sempre que estes forem solicitados pelo garantido ou pelo segurado.

Art. 10. A seguradora deverá encaminhar cópia da apólice ao segurado e ao garantido, através dos meios legais permitidos.

Art. 11. É vedada a contratação de mais de um seguro fiança locatícia cobrindo o mesmo contrato de locação.

Art. 12. Da proposta e das Condições Gerais do plano de seguro fiança locatícia deverão constar, em destaque, as seguintes informações:

I - "O seguro fiança locatícia é destinado à garantia dos prejuízos sofridos pelo locador em função de inadimplência do locatário";

II - "O seguro fiança locatícia não isenta o locatário de nenhuma obrigação prevista no contrato de locação";

III - "O prêmio é a contrapartida paga à seguradora para que esta assuma os riscos de inadimplência do garantido, o qual não será retornado ao locatário ao final da vigência da apólice";

IV - "A falta de pagamento dos prêmios poderá acarretar o ajuste do prazo de vigência da apólice, a suspensão da cobertura ou até o cancelamento da apólice. O segurado visando manter a cobertura original da apólice poderá realizar o pagamento dos prêmios inadimplidos"; e

V - "O segurado ou o garantido poderão solicitar, a qualquer tempo, que a seguradora ou o corretor de seguros, se houver, informe o percentual e o valor da comissão de corretagem aplicada à apólice".

Art. 13. O prazo de vigência do contrato de seguro fiança locatícia é o mesmo do respectivo contrato de locação.

§ 1º Na hipótese de prorrogação do contrato de locação por prazo indeterminado, ou por força de ato normativo, a cobertura do seguro somente persistirá mediante análise do risco e aceitação de nova proposta por parte da seguradora.

§ 2º Caso a seguradora aceite a proposta mencionada no parágrafo anterior, a apólice será renovada pelo prazo estipulado entre segurado e garantido, com possibilidade de renovações posteriores, na forma da legislação vigente.

§ 3º As renovações posteriores mencionadas no parágrafo anterior também dependerão de análise de risco e aceitação de nova proposta por parte da seguradora.

Art. 14. Se ocorrer o término antecipado do contrato de locação, a apólice será cancelada, a partir dessa data.

§ 1º Exceto no caso de sinistro, o valor do prêmio pago proporcional ao prazo a decorrer deverá ser devolvido ao responsável pelo pagamento do prêmio

§ 2º Caso segurado e garantido tenham pago parcelas do prêmio, a devolução do prêmio deverá ocorrer de forma proporcional ao prêmio pago por cada uma das partes.

§ 3º Tanto o segurado quanto o garantido poderão comunicar à seguradora o término antecipado do contrato de locação, desde que apresente documento comprobatório.

Art. 15. Os limites da apólice correspondem ao valor máximo de responsabilidade assumido pela seguradora, pela apólice (Limite Máximo de Garantia - LMG) e por cobertura contratada (Limite Máximo de Cobertura - LMI).

Parágrafo único. Os limites da apólice serão definidos mediante acordo entre segurado e garantido e em consonância com o contrato de locação.

Art. 16. Os limites e prêmios deverão ser atualizados pelo mesmo índice e periodicidade definidos no contrato de locação, devendo ser emitido o respectivo endosso.

Art. 17 A seguradora deve deixar claro, nas Condições Contratuais, as regras e procedimentos a serem adotados no caso de alterações efetuadas no contrato de locação.

§ 1º A apólice deverá acompanhar todas as alterações previamente estabelecidas no contrato de locação, devendo ser emitido o respectivo endosso.

§ 2º A apólice poderá acompanhar as alterações posteriormente efetuadas no contrato de locação, desde que haja o aceite pela seguradora, devendo ser emitido o respectivo endosso.

§ 3º Os critérios de recálculo do prêmio devem ser objetivamente fixados nas Condições Contratuais e justificados na Nota Técnica Atuarial.

Art. 18 A apólice somente poderá ser alterada com a concordância expressa do segurado e do garantido, ressalvadas as situações descritas no art. 16 e no §1º do art. 17 desta Circular.

Art. 19. A forma de contratação do seguro fiança locatícia é primeiro risco absoluto.

Art. 20. O garantido é o responsável pelo pagamento do prêmio do seguro.

§ 1º A seguradora deverá comunicar ao segurado a falta de pagamento de qualquer parcela do prêmio.

§ 2º O segurado poderá efetuar o pagamento dos prêmios, na hipótese de inadimplência do garantido, para manter a cobertura do seguro.

§ 3º A seguradora deve deixar claro, nas Condições Contratuais, os critérios e procedimentos a serem adotados pelo segurado para a manutenção da cobertura mencionada no parágrafo anterior.

Art. 21. Iniciada a expectativa de sinistro, a seguradora poderá prever o pagamento de adiantamentos ao segurado, correspondentes aos valores inadimplidos, até que o sinistro seja caracterizado.

§ 1º A seguradora deverá definir claramente os critérios para concessão do adiantamento.

§ 2º O segurado obriga-se a devolver à seguradora qualquer valor de adiantamento recebido indevidamente ou em excesso.

§ 3º A concessão de adiantamentos não significa reconhecimento por parte da seguradora da existência de cobertura.

Art. 22. Para as hipóteses em que o garantido não efetue o pagamento do aluguel e/ou encargos legais no prazo fixado no contrato de locação, a seguradora não poderá estabelecer um prazo máximo para que o segurado promova a competente medida judicial.

Art. 23. O sinistro estará caracterizado:

I - pela decretação do despejo; ou

II - pelo abandono do imóvel; ou

III - pela entrega amigável das chaves.

§ 1º Caracterizado o sinistro, considera-se como data do sinistro a data do início do período de expectativa de sinistro, a qual corresponde à primeira inadimplência do garantido.

§ 2º A caracterização ou comunicação do sinistro ocorridas fora do prazo de vigência da apólice não são fatos que justifiquem a negativa do sinistro.

Art. 24. A indenização será calculada com base nos prejuízos verificados até a data:

I - determinada na sentença decretatória para a desocupação voluntária do imóvel, ou a data da desocupação voluntária do imóvel, se esta ocorrer primeiro, no caso de decretação do despejo;

II - em que o segurado foi imitido na posse do imóvel, no caso de abandono do imóvel;

III - do recibo de entrega das chaves, no caso de entrega amigável das mesmas.

Art. 25. Quando contratada cobertura para danos físicos ao imóvel e em caso de divergências sobre a avaliação dos danos ao imóvel, a seguradora deverá propor ao segurado, por meio de correspondência escrita ou outro meio legal permitido, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da contestação por parte do interessado, a designação de um perito independente.

Parágrafo único. O perito independente será pago, em partes iguais, pelo segurado e pela seguradora.

Art. 26. Além das disposições desta Circular, os contratos, planos e demais operações de seguro fiança locatícia deverão observar a legislação e a regulamentação em vigor, quando não colidirem com a presente norma.

Art. 27. As sociedades seguradoras não poderão comercializar novos contratos de seguro fiança locatícia, em desacordo com as disposições desta Circular, após 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação.

§ 1º Os planos atualmente em comercialização deverão ser substituídos por novos planos, já adaptados a esta Circular, até a data prevista no caput, mediante a abertura de novo processo administrativo.

§ 2º Após a data prevista no caput, todos os processos de seguro fiança locatícia com data de abertura anterior à data de publicação desta Circular serão automaticamente encerrados e arquivados.

§ 3º A partir da publicação desta Circular, novos planos submetidos à análise já deverão estar adaptados às suas disposições.

Art. 28. Os contratos de seguro fiança locatícia em vigor que estejam em desacordo com as disposições desta Circular somente poderão vigorar até o término de vigência do respectivo contrato de locação.

Art. 29. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Circular SUSEP nº 347/2007.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

PORTARIA Nº 7.381, DE 10 DE JUNHO DE 2019

A Superintendente da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012; a Portaria nº 35; de 8 de fevereiro de 2018; considerando as disposições contidas nos art. 1º ao 5º da Portaria n 10, de 17 de janeiro de 2018, ambas do Ministério da Economia, e consoante os artigos 11 ao 17 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e Portaria SUSEP nº 7.371, de 29 de maio de 2019, resolve:

Art. 1º Fica delegada a competência aos Diretores para, no âmbito das suas respectivas áreas de atuação, autorizar a concessão de diárias, passagens e locomoção a servidores e colaboradores eventuais da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Art. 2º Fica delegada a competência ao Chefe de Gabinete do Superintendente da SUSEP para autorizar a concessão de diárias, passagens e locomoção a servidores e colaboradores eventuais da SUSEP lotados nas unidades vinculadas ao Superintendente.

Art. 3º Fica delegada a competência à Chefe de Gabinete para autorizar viagem à serviço e emissão de bilhete de passagem aérea dos Diretores, Superintendente e Procurador-Chefe, com prazo inferior ao previsto no art.5º, parágrafo único da Portaria nº 10, de 17 de janeiro de 2019, do Ministério da Economia.

Parágrafo único. Fica delegada a competência à Chefe de Gabinete para autorizar viagens e emissão de bilhete de passagem aérea de servidores que acompanharem ou representarem as autoridades elencadas no caput, com prazo inferior ao previsto no art.5º, parágrafo único da Portaria nº 10, de 17 de janeiro de 2019, do Ministério da Economia.

Art. 4º Ficam convalidados os atos de autorização de concessão de diárias e passagens aos servidores e colaboradores eventuais da SUSEP proferidos desde 22 de março de 2019.

Art. 5º Revogam-se os atos contrários.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

CNPJ 33.657.248/0004-21 e NIRE Nº 5350000037-2

ATA DA 8ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 7 DE JUNHO DE 2019
(Lavrada sob a forma de sumário, conforme facultado pelo parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976)

1.DATA, LOCAL E HORA: Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 07 de junho de 2019, às 10h30, no Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 9, torre C, 12º andar CEP 70308-200 Brasília - DF. 2. QUÓRUM e CONVOCAÇÃO: Estava presente a Senhora Liana do Rêgo Motta Veloso, Procuradora da Fazenda Nacional, representando a União Federal, designada pela Portaria n° 128, de 07.02.2019, conforme atesta o registro e a assinatura no Livro de Presença de Acionistas, convocada por meio do Edital de Convocação de 30 de maio de 2019. A Assembleia foi presidida pelo Diretor do BNDES, Henrique Bastos Rocha, designado pela Portaria PRESI n° 110/2019-BNDES, de 31 de maio de 2019. Presente também o integrante do Conselho Fiscal do BNDES, Cláudio de Azevedo Costa. 3. MESA: Presidente da Assembleia: Henrique Bastos Rocha; Representante da União: Liana do Rêgo Motta Veloso; Integrante do Conselho Fiscal: Cláudio de Azevedo Costa; Secretária: Isamara Seabra. 4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) eleição do Sr. Eduardo Garcia de Araujo Jorge, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade n.º 07227093-7 IFP, inscrito no CPF/MF sob n.º 960.797.897-87, para o cargo de Conselheiro Fiscal Titular do BNDES, na vaga de indicação do Ministério da Economia, em substituição à Sra. Christianne Dias Ferreira, com prazo de atuação até 20 de setembro de 2020, indicado nos termos do Ofício SEI nº 34/2019/SEST-CONSELHOS-ME, de 16 de abril de 2019, objeto de manifestação favorável pelo Comitê de Elegibilidade do BNDES, conforme Ata da sua Quadragésima Sexta Reunião, realizada em 02 de maio de 2019; (ii) eleição do Sr. Fabio Almeida Abrahão, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade n.º 11424666-3 IFP, inscrito no CPF/MF sob n.º 082.343.597-03, para o cargo de Conselheiro Fiscal Titular do BNDES, na vaga de indicação do Ministério da Economia, em substituição ao Sr. Claudio Azevedo Costa, com prazo de atuação até 06 de junho de 2021, indicado nos termos do Ofício SEI Nº 76/2019/SEST-CONSELHOS-ME, de 24 de abril de 2019, objeto de manifestação favorável pelo Comitê de Elegibilidade do BNDES, conforme Ata da sua Quadragésima Sétima Reunião, realizada em 02 de maio de 2019; (iii) eleição do Sr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade n.º 717184 IFP, inscrito no CPF/MF sob n.º 036.473.587-20, para o cargo de Conselheiro de Administração do BNDES, na vaga de indicação do Ministério da Economia, em substituição ao Sr. George Alberto de Aguiar Soares, com prazo de gestão unificado até 26 de fevereiro de 2020, indicado nos termos do Ofício SEI Nº 97/2019/SEST-CONSELHOS-ME, de 26 de abril de 2019, objeto de manifestação favorável pelo Comitê de Elegibilidade do BNDES, conforme Ata da sua Quadragésima Oitava Reunião, realizada em 09 de maio de 2019; (iv) eleição do Sr. Waldery Rodrigues Junior, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n° 45043282 SSP/CE, inscrito no CPF n° 357.025.913-72, para o cargo de Conselheiro de Administração do BNDES, na vaga não ocupada de indicação do Ministério da Economia, com prazo de gestão unificado até 26 de fevereiro de 2020, indicado nos termos do Ofício SEI N° 83/20I9/SEST-CONSELHOS-ME, de 25 de abril de 2019, objeto de manifestação favorável pelo Comitê de Elegibilidade do BNDES, conforme Ata da sua Quadragésima Oitava Reunião, realizada em 09 de maio de 2019; (v) eleição do Sr. Alexandre Assolini Mota, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade n° 25651469-0 SP, inscrito no CPF n° 161.690.928-58, para o cargo de Conselheiro de Administração do BNDES, como membro independente, em substituição ao Sr. Walter Baere de Araújo Filho, com prazo de gestão unificado até 26 de fevereiro de 2020, indicado nos termos do Ofício SEI N° 84/2019/SEST-CONSELHOS-ME, de 25 de abril de 2019, objeto de manifestação favorável pelo Comitê de Elegibilidade do BNDES, conforme Ata da sua Quadragésima Nona Reunião, realizada em 15 de maio de 2019; e (vi) alteração do artigo 18, caput, do Estatuto Social do BNDES. 5. DELIBERAÇÃO: Com base no despacho do Sr. Esteves Pedro Colnago Junior, Secretário Especial de Fazenda Substituto, (Processo SEI n°10951.101724/2019-01), a União votou pela eleição dos Conselheiros Fiscais mencionados nos itens (I) e (II) e dos Conselheiros de Administração mencionados nos itens (III), (IV) e (V) da Ordem do Dia, nos termos das Atas do Comitê de Elegibilidade. Em relação ao item (VI), a União votou pela aprovação da alteração do artigo 18, caput, do Estatuto Social do BNDES, que passará a ter a seguinte redação: Art. 18. O BNDES será administrado por uma Diretoria composta pelo Presidente e por 8 (oito) Diretores, todos eleitos pelo Conselho de Administração, e demissíveis ad nutum. Fica determinado à Diretoria do BNDES que promova a efetiva compensação dos custos decorrentes da alteração estatutária aprovada na presente Assembleia, mediante a extinção das 42 funções de confiança constantes da Nota Técnica nº 81/2019/CGGOV/DEGOV/SEST/SEDD-ME, de 30 de maio de 2019, da SEST, com a ratificação pelo Conselho de Administração da extinção das mencionadas funções de confiança no prazo de até 30 (trinta) dias. A União votou, ainda, pela fixação do limite da remuneração global a ser paga aos administradores, no período compreendido entre abril de 2019 e março de 2020, em até R$ 22.098.856,01 (vinte e dois milhões, noventa e oito mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e um centavo). O Conselho de Administração deverá aprovar a remuneração dos diretores, observados os limites autorizados pela SEST, na Nota Técnica SEI nº 81/2019/CGGOV/DEGOV/SEST/SEDD-ME. 6. ENCERRAMENTO: Esgotada a ordem do dia e como ninguém mais fez uso da palavra, foram encerrados os

trabalhos e lavrada esta Ata, a qual, lida e aprovada, recebe as assinaturas da mesa e da totalidade dos presentes. Desta Ata serão extraídas cópias autênticas para os fins legais.

HENRIQUE BASTOS ROCHA
Presidente da Mesa

LIANA DO RÊGO MOTTA VELOSO
Representante da União

CLÁUDIO DE AZEVEDO COSTA
Representante do Conselho Fiscal

ISAMARA SEABRA
Secretária

CNPJ N.º: 00.383.281/0002-90 e NIRE N.º: 53300002371

ATA DA 11ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 7 DE JUNHO DE 2019
(Lavrada sob a forma de sumário, conforme facultado pelo parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976)

1. DATA, LOCAL E HORA: Em 07 de junho de 2019, na sede da BNDESPAR, localizada no Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul, Quadra 9, Torre C, 12º andar, Sala 1201, Asa Sul, CEP 70.308-200, Brasília, DF, às 11:30 horas. 2. QUORUM: Estava presente, representando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, acionista único da BNDES PARTICIPAÇÕES S.A - BNDESPAR, Juliana Calixto Pereira, conforme Decisão da Diretoria n.º 350/2019-BNDES, de 28 de maio de 2019, e procuração emitida pelo Presidente da BNDES e de suas subsidiárias, Joaquim Vieira Ferreira Levy, na mesma data. A Assembleia foi presidida pelo Diretor da BNDESPAR, Henrique Bastos Rocha, designado pela Portaria PRESI n° 43/2019 - BNDESPAR, de 03 de junho de 2019. Estavam presentes, ainda, em Brasília, DF, a Sra. Mariângela Fialek, na condição de representante do Conselho Fiscal da BNDESPAR, conforme assinaturas apostas no "Livro de Presença". 3. CONVOCAÇÃO: Com fulcro no disposto no artigo 124, parágrafo quarto, da Lei n.º 6.404/1976, as formalidades de convocação encontram-se sanadas em razão da presença do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Acionista Único, detentor da totalidade do capital social da subsidiária BNDES PARTICIPAÇÕES S/A. - BNDESPAR. 4. MESA: Presidente da Assembleia: Henrique Bastos Rocha. Representante do BNDES: Juliana Calixto Pereira. Membro do Conselho Fiscal: Mariângela Fialek. Secretária: Isamara Seabra. 5. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) a alteração do art. 17, caput, bem como a exclusão dos incisos I e II do mesmo artigo do Estatuto Social da BNDESPAR; (ii) a destituição do Sr. José Franco Medeiros de Morais, membro efetivo do Conselho Fiscal da BNDESPAR, e do Sr. Adriano Pereira de Paula, membro suplente do Conselho Fiscal da BNDESPAR; e (iii) a eleição da Sra. Pricilla Maria Santana como membro efetivo do Conselho Fiscal da BNDESPAR e do Sr. Bruno Ramos Mangualde como membro suplente do Conselho Fiscal da BNDESPAR, ambos indicados pelo Ministério da Economia; e (iv) a retificação do disposto na Ata da Primeira Assembleia Geral Ordinária da BNDESPAR e na Ata da Décima Assembleia Geral Extraordinária da BNDESPAR, ambas realizadas no dia 30 de abril de 2019, a fim de que passe a constar em ambas que o Sr. Luis Eduardo Salem, integrante do Conselho Fiscal da companhia, participou por videoconferência do escritório do BNDES em São Paulo. 6. DELIBERAÇÃO: Considerando que: (i) as regras estatutárias vigentes determinam que todos os membros da Diretoria da BNDESPAR sejam necessariamente diretores do BNDES; (ii) a alteração no Estatuto do BNDES, autorizada pela Nota Técnica SEI nº 81/2019/CGGOV/DEGOV/SEST/SEDD-ME e aprovada na Oitava Assembleia Geral Extraordinária do BNDES; a manifestação favorável do Conselho de Administração da BNDESPAR sobre a matéria em pauta, conforme disposto na Decisão CA n.º 06/2019 - BNDESPAR, de 29 de março de 2019; e o fato de que não há qualquer aumento de despesa, à medida que os diretores da BNDESPAR não fazem jus à remuneração de qualquer natureza, fica aprovada a exclusão dos incisos I e II do artigo 17 e a alteração do caput do mesmo artigo do Estatuto Social da BNDESPAR, que passa a conter a seguinte redação: "Art. 17. A BNDESPAR será administrada por uma Diretoria composta pelo Presidente, que será o Presidente do Acionista Único - BNDES e por 8 (oito) diretores, todos integrantes da Diretoria do BNDES, eleitos pelo Conselho de Administração da BNDESPAR, e demissíveis a qualquer tempo." Ademais, foi aprovada a destituição do Sr. José Franco Medeiros de Morais, membro efetivo do Conselho Fiscal da BNDESPAR, e do Sr. Adriano Pereira de Paula, membro suplente do Conselho Fiscal da BNDESPAR; bem como a eleição da Sra. Pricilla Maria Santana como membro efetivo do Conselho Fiscal da BNDESPAR e do Sr. Bruno Ramos Mangualde como membro suplente do Conselho Fiscal da BNDESPAR, ambos indicados pelo Ministério da Economia, nos termos das atas do Comitê de Elegibilidade. Por fim, foi aprovada a retificação do disposto na Ata da Primeira Assembleia Geral Ordinária da BNDESPAR e na Ata da Décima Assembleia Geral Extraordinária da BNDESPAR, ambas realizadas no dia 30 de abril de 2019, a fim de que passe a constar em ambas que o Sr. Luis Eduardo Salem, integrante do Conselho Fiscal da companhia, participou por videoconferência do escritório do BNDES em São Paulo. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Décima Primeira Assembleia Geral Extraordinária e deliberada a lavratura da Ata

HENRIQUE BASTOS ROCHA
Presidente da Mesa

JULIANA CALIXTO PEREIRA
Representante do BNDES

MARIÂNGELA FIALEK
Representante do Conselho Fiscal

ISAMARA SEABRA
Secretária

CNPJ nº 33.660.564/0001-00 e NIRE nº 33.3.0004877-4

ATA DA 6ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 7 DE JUNHO DE 2019
(Lavrada sob a forma de sumário, conforme facultado pelo parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976)

1. DATA, LOCAL E HORA: Em 07 de junho de 2019, na sede da FINAME, localizada no Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul, Quadra 9, Torre C, 12º andar, Sala 1201, Asa Sul, CEP 70.308-200, Brasília, DF, às 12:15 horas. 2. QUORUM: Estava presente, representando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, acionista único da FINAME, Juliana Calixto Pereira, conforme Decisão da Diretoria nº 351/2019-BNDES, de 28 de maio de 2019, e procuração emitida pelo Presidente do BNDES e de suas subsidiárias, Joaquim Vieira Ferreira Levy, na mesma data. A Assembleia foi presidida pelo Diretor da FINAME, Henrique Bastos Rocha, designado pela Portaria PRESI n° 04/2019-FINAME, de 03 de junho de 2019. Participou por videoconferência de Porto Alegre-RS, ainda, o Sr. Luiz Eduardo Mastalir Machado, representante do Conselho Fiscal da FINAME, conforme assinatura apostas no "Livro de Presença". 3. CONVOCAÇÃO: Com fulcro no disposto no artigo 124, parágrafo quarto, da Lei n.º 6.404/1976, as formalidades de convocação encontram-se sanadas em razão da presença do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Acionista Único, detentor da totalidade do capital social da subsidiária FINAME. 4. MESA: Presidente da Assembleia: Henrique Bastos Rocha. Representante do BNDES: Juliana Calixto Pereira. Membro do Conselho Fiscal: Luiz Eduardo Mastalir Machado. Secretária: Isamara Seabra. 5. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a alteração do art. 15, caput, bem como a exclusão dos incisos I e II do mesmo artigo do Estatuto Social da FINAME. 6. DELIBERAÇÃO: Considerando que: (i) as regras estatutárias vigentes determinam que todos os membros da Diretoria da FINAME sejam necessariamente diretores do BNDES; (ii) a alteração no Estatuto do BNDES, autorizada pela Nota Técnica SEI nº 81/2019/CGGOV/DEGOV/SEST/SEDD-ME e aprovada na Oitava Assembleia Geral Extraordinária do BNDES; a manifestação favorável do Conselho de Administração da FINAME sobre a matéria em pauta, conforme disposto na Decisão CA n.º 06/2019 - FINAME, de 29 de março de 2019; e o fato de que não há qualquer aumento de despesa, à medida que os diretores da FINAME não fazem jus à remuneração de qualquer natureza, fica aprovada a exclusão dos incisos I e II do artigo 15, e a alteração do caput do mesmo artigo do Estatuto Social da FINAME, o qual passa a ter a seguinte redação: "Art. 15. A FINAME será administrada por uma Diretoria, composta pelo Presidente, que será o Presidente do Acionista Único - BNDES, e por 8 (oito) diretores, todos integrantes da Diretoria do BNDES, eleitos pelo Conselho de Administração da FINAME, e demissíveis a qualquer tempo." Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sexta Assembleia Geral Extraordinária e deliberada a lavratura da Ata.

HENRIQUE BASTOS ROCHA
Presidente da Mesa

JULIANA CALIXTO PEREIRA
Representante do BNDES

LUIZ EDUARDO MASTALIR MACHADO
Representante do Conselho Fiscal

ISAMARA SEABRA
Secretária

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 10 DE MAIO DE 2019

Regula, nos termos do § 3° do art. 8° da Resolução CNE/CES n° 7, de 11 de novembro de 2017, a emissão de diplomas dos programas institucionais de pós-graduação stricto sensu da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap.

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Enap, de acordo com suas competências que lhe confere o Estatuto aprovado pelo Decreto n° 9.680, de 2 janeiro de 2019, e CONSIDERANDO os termos do § 3° do art. 8° da Resolução CNE/CES n° 7, de 11 de novembro de 2017; os termos das Portarias MEC n° 1095, de 25 de outubro de 2018 e n° 554, de 11 de março de 2019; os valores da publicidade e da transparência; o constante dos autos do processo n° 04600.001515/2019-37; e a deliberação tomada em sua Reunião Ordinária n° 3, de 12 de abril de 2019, resolve:

CAPÍTULO 1 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Para os fins desta Resolução, considera-se a Enap uma Instituição de Educação Superior que oferta programas institucionais de pós-graduação stricto sensu, podendo, nos termos da Resolução n° 7, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, de 2017, emitir diplomas para os concluintes dos cursos deste nível.

Art. 2º Constituem programas institucionais de pós-graduação stricto sensu os cursos de mestrado e doutorado regulares, pertencentes ao Sistema Nacional de Pós-Graduação, avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, submetidos à deliberação pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CES/CNE - e homologados pelo Ministro da Educação.

Art. 3º Caberá à Enap o registro e a guarda permanente dos diplomas dos programas institucionais de pós-graduação stricto sensu.

CAPÍTULO 2 - DOS REQUISITOS PARA A EMISSÃO DO HISTÓRICO ESCOLAR E DO DIPLOMA

Art. 4º O processo de registro de diploma deverá ser instruído com documentos indispensáveis que garantam autenticidade, segurança, validade e eficácia dos atos jurídicos a serem produzidos.

Art. 5º O Histórico Escolar do curso, documento obrigatório para emissão e registro de diplomas, deverá conter, pelo menos, as seguintes informações, tomando-se por referência o Parecer CNE/CES n° 379, de 8 de dezembro de 2004 e OFÍCIO-CIRCULAR N° 122 - GAB/SETEC/MEC, de 16 de julho de 2009:

I - nome do campus, com endereço completo;
II - nome completo do aluno e número de matrícula;
III - nacionalidade, estado e cidade de nascimento;
IV - sexo;
V - número do documento de Identidade - com Órgão e Estado;
VI - número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
VII - título de eleitor;
VIII - data de nascimento;
IX - filiação;
X - nome do curso;
XI - forma de ingresso;
XII - situação Acadêmica;
XIII - atividades complementares;
XIV - componentes curriculares cursados com aproveitamento (período, disciplina, nota/conceito, frequência e carga horária);
XV - carga horária total do curso em horas;
XVI - título conferido;
XVII - dados do exame de proficiência em língua; e
XVIII - dados da Dissertação e defesa;

Art. 6º A emissão do diploma aos discentes que completaram os programas institucionais de pós-graduação stricto sensu da Enap dependerá da comprovação administrativa dos seguintes itens:

I - histórico escolar em que conste que o discente tenha completado todos os créditos definidos no regulamento específico de cada programa institucional;
II - ata da defesa do trabalho de conclusão de curso;
III - depósito da versão final do trabalho de conclusão de curso na Biblioteca da Enap; e
IV - requerimento para a emissão de diploma.

Art. 7º A Enap deverá manter banco de informações de registro de diplomas, a ser disponibilizado no sítio eletrônico da Escola, com os seguintes dados para consulta pública:

I - nome do aluno diplomado;
II - seis dígitos centrais do CPF do aluno diplomado;
III - nome e código CAPES do curso;
IV - data de ingresso no curso;
V - data de conclusão do curso;
VI - data da expedição do diploma;
VII - data do registro do diploma;
VIII - identificação do número da expedição;
IX - identificação do número do registro; e
X - data de publicação das informações do registro do diploma em Boletim Interno da Escola.

Art. 8º As solicitações para emissão de diploma dos programas institucionais de pós-graduação stricto sensu deverão ser instruídas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), devendo constar no processo o histórico escolar definitivo, a ata de defesa do trabalho de conclusão de curso e a comprovação do depósito da versão final do trabalho de conclusão de curso na Biblioteca da Enap.

CAPÍTULO 3 - DO DIPLOMA

Art. 9º A Enap emitirá e registrará os diplomas decorrentes de conclusão de cursos de pós-graduação stricto sensu por meio digital, nos termos desta Resolução.

§ 1º O diploma em meio digital é aquele que tem sua existência, sua emissão e seu armazenamento inteiramente no meio digital, e cuja validade jurídica é presumida mediante a assinatura com certificação digital e carimbo de tempo na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, conforme os parâmetros do Padrão Brasileiro de Assinaturas Digitais - PBAD e o uso dos demais dispositivos fixados nesta Resolução.

§ 2º O diploma em meio digital deve ser emitido, registrado e preservado em ambiente computacional que garanta:

I - validação a qualquer tempo;

II - interoperabilidade entre sistemas;

III - atualização tecnológica da segurança; e

IV - possibilidade de múltiplas assinaturas em um mesmo documento.

§ 3º O diploma em meio digital deverá ter sua preservação assegurada por meio de procedimentos e tecnologias que permitam verificar, a qualquer tempo, sua validade jurídica em todo território nacional, garantindo permanentemente sua legalidade, autenticidade, integridade, confiabilidade, disponibilidade, rastreabilidade, irretratabilidade, privacidade e interoperabilidade.

§ 4º Os signatários do diploma em meio digital serão os mesmos estabelecidos pela Enap para o diploma em meio físico, exigindo-se de todos a assinatura digital com certificado ICP-Brasil tipo A3 ou superior.

§ 5º A Enap deverá dispor de um certificado digital institucional para realizar a assinatura digital como IES emissora e registradora, no que couber.

§ 6º Fica dispensada a assinatura digital do diplomado.

Art. 10. Os requisitos técnicos para emissão do diploma em meio digital são os constantes da Portaria MEC nº 554, de 2019, e suas eventuais atualizações.

Art. 11. A emissão e o registro do diploma em meio digital não ensejam a cobrança de qualquer taxa aos diplomados.

§ 1º A Enap cobrará taxa administrativa no caso de o discente solicitar a impressão em meio físico da representação visual do diploma em meio digital para fins de apresentação decorativa, com utilização de papel ou tratamento gráfico especiais.

§ 2º O valor da taxa mencionada no § 1° será definida anualmente e publicada em ato próprio desta Escola.

Art. 12. Constarão no anverso dos Diplomas dos programas institucionais de pós-graduação stricto sensu as informações especificadas abaixo:

I - Selo Nacional (Brasão da República Federativa do Brasil);

II - Escola Nacional de Administração Pública

III - nome do programa institucional de pós-graduação stricto sensu;

IV - titulação conferida de acordo com o art. 1° da Lei n° 12.605, de 3 de abril de 2012;

V - nome completo do diplomado;

VI - nacionalidade;

VII -data, município e estado de nascimento;

VIII - cidade, e data de emissão do Diploma;

IX - assinatura do diplomado;

X - assinatura do Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação; e

XI - assinatura do Presidente da ENAP.

Parágrafo único. O modelo para o anverso dos Diplomas consta no Anexo I desta Resolução.

Art. 13. No verso dos Diplomas dos programas institucionais de pós-graduação stricto sensu, serão apresentadas as informações a seguir:

I - ato autorizativo, com esta indicação: "Curso autorizado pela _____ [Resolução, Portaria ou outro instrumento], de ___/___/_____ do Conselho Nacional de Educação.

II - apresentação do título do trabalho de conclusão de curso defendido e da subárea abrangida, da nota ou conceito obtido e do nome do orientador;

III - Diploma expedido pela Secretaria Escolar da Fundação Escola Nacional de Administração Pública, em ____/____/___ e assinatura;

IV - campo para citação legal e registro do Diploma, em texto assim formulado: "Registro com validade em todo o território nacional, conforme a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 36-D", e a Lei n° 11.892, de 29 de dezembro de 2008, art. 2°, § 3°, sob o processo n° _____, do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)"; e

V - local, data e assinatura da chefia da Secretaria Escolar.

Parágrafo único. O modelo para o verso dos Diplomas consta no Anexo II desta Resolução.

CAPÍTULO 4 - DO PROCESSO DE EMISSÃO DE DIPLOMAS E DAS RESPONSABILIDADES

Art. 14. Cabe à Coordenação-Geral de Pós-Graduação Stricto Sensu iniciar o processo de emissão de diploma, encaminhando-o para a Secretaria Escolar.

Art. 15. Cabe à Secretaria Escolar providenciar o andamento do processo, o registro e a guarda dos diplomas emitidos.

§ 1º O modelo para o Livro de Registro de Diplomas consta do Anexo III desta Resolução.

§ 2º O modelo de Termo de Responsabilidade para Instrução do Processo de Expedição do Diploma consta do Anexo IV desta Resolução.

§ 3º O modelo de Extrato das Informações sobre o Registro de Diplomas no Boletim Interno consta do Anexo V desta Resolução.

Art. 16. O processo de emissão e registro dos diplomas dos programas institucionais de pós-graduação stricto sensu da Enap obedecerá ao seguinte fluxo:

I - o interessado, depois de concluídas todas as etapas de sua formação, requererá na Coordenação-Geral de Pós-Graduação Stricto Sensu, por meio de formulário próprio, a expedição de Diploma;

II - o responsável pela recepção abrirá o processo de emissão e registro de Diploma no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), anexará a documentação do art. 5° desta Resolução, e providenciará o envio da documentação para a Secretaria Escolar;

III - a Secretaria Escolar conferirá toda a documentação e encaminhará o processo com os documentos especificados no art. 5° desta Resolução;

IV - a Secretaria Escolar emitirá, registrará e encaminhará o diploma para assinatura do Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação e da Presidente da ENAP;

V - a Secretaria Escolar conferirá a assinatura eletrônica do diploma; e

VI - a Secretaria Escolar disponibilizará o diploma ao pós-graduado, por meio da assinatura da folha de recibo, que deverá ser anexada no processo do SEI.

CAPÍTULO 5 - DA EMISSÃO DE SEGUNDA VIA (EM MEIO DIGITAL E EM MEIO FÍSICO)

Art. 17. A segunda via dos diplomas em meio digital será emitida sem qualquer custo ao titular, nas seguintes situações:

I - se houver alteração de nome do titular, em função de casamento, separação ou qualquer outra situação geradora da alteração;

II - para a correção de erros de redação ou registro no original; ou

III - quando houver extravio do original, comprovado por denúncia junto à Polícia Civil ou órgão equivalente.

Art. 18. Para a emissão de segunda via do diploma de programa institucional de pós-graduação stricto sensu em meio físico (impresso), será cobrada uma taxa administrativa, a ser definida anualmente e publicada em ato próprio desta Escola.

Art. 19. A expressão "Segunda Via" deve ser anotada no verso do diploma, em meio digital ou em meio impresso, no campo de registro.

Art. 20. A Segunda Via será expedida com os dados do original, atualizando-se as informações solicitadas, bem como outras referências que não sejam mais condizentes com a realidade do momento da expedição da primeira via do documento.

Art. 21. A Segunda Via receberá o número do registro anterior, com todas as informações atualizadas.

Art. 22. Exige-se, para a expedição de Segunda Via, a apresentação do requerimento do interessado e documento que comprove umas das situações descritas no art. 17 desta Resolução.

Art. 23. Os prazos e procedimentos para emissão, registro e expedição da Segunda Via, em meio digital e em meio físico, são os mesmos concedidos quanto aos originais.

CAPÍTULO 6 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Os diplomas conterão a flexão de gênero correspondente ao sexo dos titulares na certificação, na indicação de grau e título conferidos, de acordo com o que estabelece o artigo 1° da Lei 12.605, de 3 de abril de 2012.

Art. 25. Os processos para emissão e registro de diplomas só poderão ser encaminhados com toda a documentação exigida, sob pena de devolução, nos casos de não conformidade.

Art. 26. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Enap, ouvida a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Art. 27. O presente regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

DIOGO G. R. COSTA
Presidente do Conselho

ANEXO I - MODELO DO ANVERSO DOS DIPLOMAS

(Selo nacional) REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Enap

O(A) PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Enap, Escola de Governo vinculada ao Ministério da Economia - ME, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de ....., na data de ....., confere o título de ..... a [nome do(a) aluno(a)], nacionalidade ....., natural de ....., nascido(a) em ....., portador(a) da Cédula de Identidade ....., (órgão e estado de emissão), e outorga-lhe o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Local e data

(Documento digitalmente assinado)

Nome do(a) Diretor(a) de Pesquisa e Pós-Graduação Nome do(a) Presidente da Enap

Nome do diplomado

ANEXO II - MODELO DO VERSO DOS DIPLOMAS

Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap.

CNPJ n°:

Ato de autorização de funcionamento do curso: Portaria n° ....., de ___/___/___, DOU n°....., Seção ...., pág. ....., de ___/___/___.

Nome do Curso: .....

Diploma registrado sob o n° ....., Livro ....., fls. ....., em ___/___/___, por delegação de competência do

Ministério da Educação, nos termos da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Resolução CNE/CES n° 7, de 11 de novembro de 2017.

Processo n° .....

Local e data:

Assinatura do responsável pelo registro do diploma: (nome, cargo e ato de delegação)

ANEXO III - MODELO PARA O LIVRO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

Registro n°_____ Livro _____ Folha _____ Processo n°_____

Nome do diplomado: _____

Data de nascimento:_____

Natural de: _____ UF:_____

Nacionalidade:_____

Documento de identificação:_____ Órgão emissor: _____ UF:_____ Data de expedição: _____ UF _____

Curso: _____

Portaria de autorização:_____ Data (DOU):_____

Título ou grau conferido:_____

Data de conclusão do curso: _____

Data da colação de grau: _____

Data da expedição do diploma: _____ Nº de série do diploma:_____ Data de registro: _____

Nome do responsável pelo registro:_____ CPF ou matrícula: _____

Assinatura do dirigente máximo ou do responsável formalmente designado com a indicação do ato de delegação respectivo:

Campo de observação:

ANEXO IV - MODELO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA

Termo de Responsabilidade

Atesto para os devidos fins de direito, a regularidade dos procedimentos realizados para a expedição do Diploma do aluno _____, constantes do processo SEI n°_____, na forma da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, do Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e da Portaria do Ministério da Educação n° _____, de ___/___/___, publicada no DOU n° ____, Seção ___, pág. ___, de ___/___/___.

Local e data

Nome do responsável

Cargo ou função

CPF ou matrícula

Ato ou portaria de delegação ou designação

ANEXO V - MODELO DE EXTRATO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O REGISTRO DE DIPLOMAS NO BOLETIM INTERNO

EXTRATO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC n° [NN], de [dd] de [mmmmmmmmm] de [aaaa], esta Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap informa que foram registrados nn [por extenso] diplomas no período de __/__/____ a __/__/____, nos seguintes livros de registro e sequências numéricas: [livro 1 - registros n1 a nx]; [livro 2 - registros n1 a nx]

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 10 DE JUNHO DE 2019

Processo nº: 71000.058339/2010-23
Interessado: Associação Beneficente de Senhoras São Francisco de Assis
Assunto: Cumprimento de decisão judicial, em sede de tutela antecipada.

Decisão: Vistos os autos do processo em referência, de acordo com o Parecer SEI nº 2/2019/DIDE1/PDF/PRFN4/PGFN-ME, de 15 de março de 2019, da Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região, e com a Nota nº 00855/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 12 de abril de 2019, da Consultoria Jurídica Junto ao Ministério da Educação, e em cumprimento à tutela antecipada concedida na Ação Ordinária nº 5071027-19.2018.4.04.7100/RS, em curso na 14ª Vara Federal de Porto Alegre - RS, suspendo os efeitos do Despacho Ministerial de 23 de agosto de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2018, e da Portaria nº 128, de 20 de fevereiro de 2017, Item 22 do Anexo I, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicada no Diário Oficial da União de 21 de fevereiro de 2017, e determino a reanálise do pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS da entidade, com base no artigo 14 do Código Tributário Nacional, tudo enquanto viger a decisão judicial.

ABRAHAM WEINTRAUB
Ministro

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MEC nº 575, de 13 de março de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 14 de março de 2019, Seção 1, página 35, onde se lê: "...Rua Demócrito de Souza Filho, 452, Bairro Madalena, no município de Recife...", Leia-se: "...Avenida Caxangá, 990, Bairro Madalena, no município de Recife...".

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MEC nº 958, de 14 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de setembro de 2018, Seção 1, página 14, onde se lê: "...Rua Doutor Pedrosa, nº 55, centro, no Município de Curitiba...", Leia-se: "...Rua Itajubá, 673, Bairro Portão, no Município de Curitiba, CEP 81070-190...".

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RETIFICAÇÃO

Na Súmula referente à Reunião Ordinária de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 3/6/2019, Seção 1, pág. 36-37, no Parecer CNE/CES 299/2019, pág. 37, onde se lê: "Thiago Guimarães Marmund", leia-se: "Tiago Guimarães Marmund ".

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 263, DE 6 DE JUNHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 20/2019/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada nos autos processo nº 23123.001932/2010-69, resolve:

Art.1º Julgar improcedente a revisão administrativa no processo nº 23123.001932/2010-69, instaurada pela Portaria nº 711, de 26 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 29/10/2018 e MANTER o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, da Fundação Educacional Serra dos Órgãos - FESO, com sede em Teresópolis/RJ, CNPJ nº 32.190.092/0001-06, deferido nos autos do processo nº 23123.001932/2010-69, pela Portaria nº 273, de 19 de abril de 2018, DOU de 20/04/2018, para o período de 03/05/2010 a 02/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ATAIDE ALVES

PORTARIA Nº 264, DE 7 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre a aplicação de penalidade de suspensão temporária de ingresso de novos estudantes no Curso de Medicina (código e-MEC nº 50662) do Centro Universitário de Caratinga - UNEC (código e-MEC nº 3966), que é mantido pela Fundação Educacional de Caratinga - FUNEC (código e-MEC nº 384), CNPJ nº 19.325.547/0001-95. Processo administrativo de supervisão nº 23000.007591/2012-93.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 02/01/2019, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, e a Portaria MEC nº 315 de 04/04/2018, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 66/2019/CGSOTÉCNICOS/DISUP/SERES, determina:

i. A aplicação da penalidade de suspensão temporária de ingresso de novos estudantes no Curso de Medicina (código e-MEC nº 50662) do Centro Universitário de Caratinga - UNEC (código e-MEC nº 3966), que é mantido pela Fundação Educacional de Caratinga - FUNEC (código e-MEC nº 384), CNPJ nº 19.325.547/0001-95; que deverá ter início no dia 01/01/2020 e término no dia 31/12/2020, nos termos do art. 73, alínea f do inciso II do Decreto nº 9.235, de 2017.

ii. O cumprimento de suspensão temporária de ingresso de novos estudantes no Curso de Medicina da UNEC (código e-MEC nº 50662) deverá alcançar toda e qualquer forma de ingresso, seja por vestibular, outros processos seletivos ou por transferências. Em nenhuma hipótese poderá utilizar das vagas totais anuais, segundo seu ato autorizativo, neste ano e nem nos anos subsequentes, sendo descontínuo o ingresso de novas matrículas neste ano. A IES, votará a ofertar, em conformidade com o ato autorizativo, as 40 (quarenta) vagas totais e anuais nos anos subsequentes.

iii. Da aplicação da penalidade que terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2020. A IES fica autorizada a promover processo seletivo para o calendário de 2021 e suas devidas divulgações necessárias para a execução das provas.

iv. Da vigência das medidas cautelares administrativas aplicadas pela Portaria nº 145/2019 (Doc. SEI nº 1486197), da suspensão de ingresso de novos alunos no Curso de Medicina da UNEC (código e-MEC nº 50662), que perderão todos os seus efeitos após a entrada da vigência da presente penalidade.

ATAIDE ALVES

PORTARIA Nº 266, DE 10 DE JUNHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019; tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; as Portarias MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações; os processos SEI nº 00732.001416/2018-18 e nº 23000.038619/2018-20; e a Nota Técnica nº 145/2019-CGFP/DIREG/SERES/SERES, resolve:

Art. 1° Fica parcialmente deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato de renovação de reconhecimento, para o curso de graduação em Medicina (86356), bacharelado, ministrado pela Faculdade Brasileira - Multivix Vitória (1244), no município de Vitória/ES, mantida pela Empresa Brasileira de Ensino Pesquisa e Extensão S.A. - EMBRAE (832).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 80 (oitenta) para 128 (cento e vinte e oito).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ATAIDE ALVES

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº 234, de 3 de dezembro de 2014, Seção 1, página 18, na Portaria SERES nº 740, de 2 de dezembro de 2014, onde se lê: "145 (cento e quarenta e cinco)", leia-se: "130 (cento e trinta)", conforme Nota Técnica nº 173/2019/CGFPR/DIREG/SERES/SERES. Processo SEI nº 23000.028660/2016-26.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

PORTARIAS DE 6 DE JUNHO DE 2019

O Reitor da UFG, tendo em vista o que consta na Portaria nº 450/MP, de 06/11/2002, no Decreto nº 6.944 de 21/08/2009, resolve:

Nº 3.186 - Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Nível 1, Área: Anatomia Vegetal, realizado pela UAE Ciências Biológicas da Regional Jataí, objeto do Edital nº 18, publicado no D.O.U. de 12/04/2018, homologado através do Edital nº 234, publicado no D.O.U. de 06/07/2018, seção 3, pág. 217.(Processo nº 23070.002849/2018-27)

Nº 3.189 - Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Nível 1, Área: Anatomia Humana e Neuroanatomia Funcional, realizado pela UAE Ciências Biológicas da Regional Jataí, objeto do Edital nº 18, publicado no D.O.U. de 12/04/2018, homologado através do Edital nº 155, publicado no D.O.U. de 26/06/2018, seção 3, pág. 79.(Processo nº 23070.003011/2018-51)

EDWARD MADUREIRA BRASIL

PORTARIA Nº 3.211, DE 7 DE JUNHO DE 2019

O Reitor da UFG, tendo em vista o que consta na Portaria nº 450/MP, de 06/11/2002, no Decreto nº 6.944 de 21/08/2009 e do Processo nº 23070.012622/2017-17, resolve:

Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Nível 1, Área: Administração Geral, realizado pela UAE/Gestão de Negócios - Regional Catalão, objeto do Edital nº 17, publicado no D.O.U. de 12/04/2018, homologado através do Edital nº 240, publicado no D.O.U. de 06/07/2018, seção 3, pág. 217.

EDWARD MADUREIRA BRASIL

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIAS DE 6 DE JUNHO DE 2019

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições conferidas por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 16.6.2017, resolve:

Nº 1.909 - Art. 1º Homologar o resultado do processo seletivo objeto do Edital nº 039, de 26/04/2019, publicado no D.O.U. em 29/04/2019, retificado no DOU em 03/05/2019, 17/05/2019 e 21/05/2019, considerando os limites previstos no Anexo II do Decreto nº 9.739 de 28/03/2019, conforme segue:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Lista*	Candidato	Classificação
ICB	Biologia Celular e Histologia	Assistente A, Nível 1/ 40h	AC	SAMARA SILVA DE SOUZA	1º

*AC: Ampla Concorrência, PCD: Pessoa com deficiência.

Art. 2º. Estabelecer que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União, prorrogável por igual período no interesse da Instituição e mediante iniciativa da Unidade Acadêmica.

Nº 1.910 - Art. 1º. Prorrogar por 1 (um) ano, a validade do Processo Seletivo Simplificado para contratação de professor substituto, objeto do Edital nº 045, de 22/05/18, publicado no D.O.U. em 23/05/2018, retificado no DOU em 24/05/2018, 28/05/2018, 29/05/2018 e 06/06/2018, nos seguintes termos:

Unidade	Área de Conhecimento	Portaria de Homologação nº	Prazo de validade (inicial)	Prazo de validade (final)
Instituto de Ciências Biológicas	Botânica	Portaria GR 1.433 de 02/07/2018, publicada no DOU em 06/07/2018	06/07/2019	06/07/2020

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PORTARIA Nº 3.753, DE 7 DE JUNHO DE 2019

A Reitora da Universidade Federal de São Carlos, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe foram conferidas pelo art. 4º do Estatuto da FUFSCar, aprovado pela Portaria MEC nº 1161, de 04/07/1991, publicada no DOU de 05/07/1991 e pelo art. 27 do Estatuto da UFSCar, aprovado pela Portaria SESu/MEC nº 984, de 29/11/2007, publicada no DOU de 30/11/2007, considerando o Ofício nº 091/2019/ProEx, de 24/05/2019, resolve:

Remanejar as seguintes Funções Gratificadas:

- FG-3 atribuída ao Núcleo UFSCar-Município/ProEx para Serviço de o Acompanhamento de Processos e Certificações, da Pró-Reitoria de Extensão, a partir de 24/05/2019;

- FG-2 atribuída ao Departamento de Administração, Finanças e Contratos/ProEx para o Núcleo UFSCar-Município, da Pró-Reitoria de Extensão, a partir de 24/05/2019.

WANDA APARECIDA MACHADO HOFFMANN

Ministério da Infraestrutura

COMISSÃO NACIONAL DE AUTORIDADES AEROPORTUÁRIAS

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 7 DE JUNHO DE 2019

Aprova o Manual de Planejamento do Setor de Aviação Civil para a Copa América de Futebol 2019.

A COMISSÃO NACIONAL DE AUTORIDADES AEROPORTUÁRIAS - CONAERO, no exercício da competência prevista no artigo 3º, inciso III, do Decreto nº 7.554, de 15 de agosto de 2011, e tendo em vista o disposto no artigo 39, inciso IV, do Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Planejamento do Setor de Aviação Civil para a Copa América de Futebol 2019 constante dos autos do processo administrativo nº 50000.047677/2018-17.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO SAMPAIO
Coordenador

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 2.237, DE 28 DE MAIO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 50000.019858/2019-34, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa AMB PLACAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.695.898/0001-56, localizada na RUA JOSÉ DUDA, Nº 36, Bairro Cajuru, Curitiba - PR, CEP: 82.970-140, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

PORTARIA Nº 2.239, DE 28 DE MAIO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 50000.026135/2019-91, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa CASA DE PLACAS SANTO ESTEVÃO LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 33.550.157/0001-40, localizada na Av Getúlio Vargas, s/n, bairro Centro, Santo Estevão - BA, CEP: 44.190-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

PORTARIA Nº 2.240, DE 28 DE MAIO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 50000.018546/2019-11, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa EMPLACADORA DE VEICULOS MASTER PLACAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.690.614/0001-39, localizada na Rua G, nº 19, Conjunto JOMAFA, Bairro BRASÍLIA, FEIRA DE SANTANA/BA - CEP: 44.089-152, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

PORTARIA Nº 2.254, DE 28 DE MAIO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 50000.026732/2019-16, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa AUTO PLACAS REGIONAL LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 33.614.275/0001-74, localizada na Rua Conselheiro Zacarias, nº 751, Bairro Centro, Pitanga - PR, CEP: 85.200-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

PORTARIA Nº 2.255, DE 28 DE MAIO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 50000.024617/2019-15, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa ITAPLAK PLACAS AUTOMOTIVAS LTDA registrada sob o CNPJ 33.499.010/0001-72 localizada na Rua dois, numero 80, Terreo Lado A, Bairro Jardim Primavera, Itabuna - BA, CEP: 45.608-834, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

PORTARIA Nº 2.257, DE 28 DE MAIO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 50000.019705/2019-97, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa COMERCIO DE PLACAS BRUMADO LTDA registrada sob o CNPJ 33.166.220/0001-49, localizada na Rua Antonio Fransisco da Silva, Casa 14 A, Bairro do Tanque, Brumado - BA, Cep: 46.100-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

PORTARIA Nº 2.258, DE 28 DE MAIO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 50000.027104/2019-58, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa SERTANÓPOLIS COMÉRCIO DE PLACAS VEICULAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 33.487.848/0001-46, localizada na Rua Luiz Deliberador, nº 197, Sala 01/02, Bairro Centro, Sertanópolis - PR, CEP: 86.170-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

PORTARIA Nº 2.259, DE 28 DE MAIO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 50000.027115/2019-38, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa AUTO PLACAS TERRA BOA LTDA, inscrita no CNPJ nº 33.434.811/0001-50, localizada na Rua Guardiana, nº 55, Bairro Centro, Terra Boa - PR, CEP: 87.240-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

PORTARIA Nº 2.261, DE 28 DE MAIO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 50000.019526/2019-50, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PATRICIA GONCALVES AGUIAR - ME inscrita no CNPJ nº 32.758.204/0001-82, localizada Rua THOMAS FLORES, 299, Sala 01, Centro, Encruzilhada do Sul, RS, CEP: 96.610-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

PORTARIA Nº 2.272, DE 29 DE MAIO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 50000.019594/2019-19, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa C A RIBEIRO DOS SANTOS E CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 33.204.093/0001-25, localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 409, térreo, Bairro Centro, Itapetinga - BA, CEP: 45.700-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

PORTARIA Nº 2.306, DE 31 DE MAIO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 50000.028001/2019-13, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa WELMA MARIA DA SILVA PLACAS AUTOMOTIVAS EIRELI, registrada sob o CNPJ 33.720.230/0001-84, localizada na Avenida Luiz Eduardo Magalhães, 55, Bairro Pindorama, Conceição do Coite - BA, CEP: 48.730-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

PORTARIA Nº 2.307, DE 31 DE MAIO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 50000.027254/2019-61, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa JP INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 33.493.793/0001-87, localizada na Avenida Francisco Araujo Souza, nº 582, Bairro Centro, Tucano - BA, CEP: 48.790-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

PORTARIA Nº 2.319, DE 31 DE MAIO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 50000.023619/2019-89, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PLACAS CAMARGO LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.218.034/0002-99, localizada na Rua Vinte e Cinco de Julho, 440, sala 02, bairro Centenário, Sapiranga - RS, Cep: 93.800-368, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

PORTARIA Nº 2.320, DE 31 DE MAIO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 50000.028414/2019-90, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa 4 RODAS COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 33.550.174/0001-87, localizada na Rua Conselheiro Pedro Luiz, nº 682, sala 102, primeiro andar, bairro Rio Vermelho, Salvador - BA, CEP: 41.950-610, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

PORTARIA Nº 2.321, DE 31 DE MAIO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 50000.023186/2019-61, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa RAFAEL FERNANDES MATIAS - ME (MATIAS PLACAS) inscrita no CNPJ nº 18.513.670/0001-77, localizada na Rua Antonio Araujo, 169, Bairro Madureira, Conceição do Coité - BA, Cep: 48.730-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

PORTARIA Nº 2.340, DE 3 DE JUNHO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 50000.027449/2019-10, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa O RAFAELA CASSIM ALABI - PLACAS, inscrita no CNPJ nº 33.398.601/0001-53, localizada na Rua Santos Dumont, nº 311, Bairro Centro, Faxinal - PR, CEP: 86.840-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 1.682, DE 31 DE MAIO DE 2019

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(vi) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1.260, de 24 de abril de 2019, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.004945/2018-83, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, o médico Dr. Joviniano Francisco da Silva Neto, CRM/BA 18144, MC 212, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Avenida Otávio dos Santos, nº 227, sala 913, Recreio, Vitória da Conquista (BA), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67).

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 6.952, DE 7 DE JUNHO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.006954/2019-38 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 578-ANTAQ, de 19 de agosto de 2009, de titularidade da empresa DINIZ NAVEGAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.246.314/0001-67, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 14º Termo Aditivo, em virtude da exclusão de embarcação do esquema operacional autorizado.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
UNIDADE REGIONAL DE BELÉM-PA

DESPACHO Nº 15, DE 6 DE MARÇO DE 2019

Processo nº 50300.008297/2018-82. Fiscalizada: IDEVALDO SARGES RAMOS, CNPJ nº 34.880.252/0001-74. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 1.283,90 (mil e duzentos e oitenta e três reais e noventa centavos), pelo cometimento da infração capitulada no inciso XXIV do art. 20 da Resolução n° 912/2007-ANTAQ.

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO
Chefe

UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO-RJ

DESPACHO Nº 13, DE 25 DE MARÇO DE 2019

Processo nº 50300.002032/2018-71. Fiscalizada: EQUIPEMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA, CNPJ nº 11.051.603/0001-39. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de advertência, pelo cometimento da infração prevista no inciso IV do art. 23 da Resolução nº 2.920/2013-ANTAQ.

ALEXANDRE PALMIERI FLORAMBEL
Chefe

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 11, DE 7 DE JUNHO DE 2019

A DIRETORA PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da Empresa, resolve:

I- Homologar o Pregão Eletrônico CDP nº 07/2019, realizado no dia 09.05.2019 (Processo Licitatório nº 928/2018), tendo como objeto contratação de serviços de assistência à saúde, os quais serão prestados aos usuários indicados pela Companhia Docas do Pará-CDP(empregados ativos do quadro permanente, empregados extra quadro, empregados requisitados, cedidos, inativos e seus dependentes legais) doravante denominados beneficiários, estimados em 1.120 (um mil cento e vinte) usuários beneficiários, compreendendo o atendimento em âmbito nacional, pelo período de até 05(cinco) anos, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

II- Adjudicar, em consequência, vencedoras da referida Licitação à empresa UNIMED BELÉM COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, CNPJ Nº 04.201.372/0001-37, pelo valor global de R$ 5.677.632,72 (cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil, seiscentos e trinta e dois reais e setenta e dois centavos), negociado, enquanto o valor mensal de R$473.136,06 (quatrocentos e setenta e três mil, cento e trinta e seis reais e seis centavos), negociado;

III- Encaminhar à DIRAFI para emissão de Ordem de Compra, consoante legislação vigente;

IV- Após III, encaminhar à GEJURI para elaboração do instrumento correspondente;

V- Determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

MARIA HELENA MOSCOSO DA SILVA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 7 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas pessoas físicas e jurídicas reguladas pelo Coaf, na forma do §1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para cumprimento de sanções impostas nos termos da Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019; e para as comunicações de que trata o art. 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, relacionadas a terrorismo e seu financiamento.

O Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 9º do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 9.663, de 1º de janeiro de 2019, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.640, de 26 de dezembro de 2005, que promulgou a Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 9 de dezembro de 1999, e na Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas - CSNU, torna público que o Plenário do Conselho, em sessão realizada nos dias 8 e 9 de maio de 2019, com base no § 1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, resolveu:

Art. 1º Esta Resolução estabelece orientações a serem observadas pelas pessoas físicas e jurídicas que exercem as atividades listadas no artigo 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e que são sujeitas à regulação do Coaf, no cumprimento da Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a aplicação imediata de sanções, incluída a indisponibilidade de ativos, impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), ou por designações de seus comitês de sanções, por requerimento de autoridade central estrangeira, e por eventuais designações nacionais de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados.

§1º As orientações estabelecidas nesta Resolução são complementares às demais normas do Coaf.

§2º É vedado às pessoas de que trata o caput descumprir, por ação ou omissão, sanções impostas por resoluções do CSNU ou por designações de seus comitês de sanções, em benefício de pessoas naturais, pessoas jurídicas, ou entidades sancionadas, inclusive para disponibilizar ativos, direta ou indiretamente, em favor dessas pessoas ou entidades.

Art. 2º As pessoas de que trata o art. 1º devem:

I - implantar procedimentos e controles internos para a identificação, entre seus clientes, de pessoas físicas, de pessoas jurídicas ou de entidades submetidas às sanções de que trata de Lei nº 13.810, de 2019; e

II - adotar ações de treinamento de empregados para a execução das medidas instituídas por esta norma.

Art. 3º No cumprimento das sanções de que trata o art. 1º, as pessoas nele referidas providenciarão, sem demora e sem aviso prévio aos sancionados, na forma da Lei nº 13.810, de 2019, a indisponibilidade de ativos de titularidade, direta ou indireta, de pessoas físicas, de pessoas jurídicas ou de entidades submetidas àquelas sanções.

§1º Devem ser imediatamente comunicadas ao Coaf e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública:

I - a indisponibilidade de ativos de que trata o caput e eventuais tentativas de transferência dos ativos; e

II - a existência de ativos sujeitos às sanções e as eventuais razões que constituam impedimento para a não adoção da indisponibilidade de ativos, se for o caso.

§2º Também será objeto de comunicação imediata ao Coaf a decisão judicial que determine a liberação total ou parcial dos ativos (que estavam) indisponíveis.

Art. 4º As pessoas de que trata o art. 1º, em observância ao disposto no art. 11, inciso I, da Lei nº 9.613, 1998, devem comunicar ao Coaf, sem demora e sem aviso prévio aos sancionados, independentemente do valor, as operações realizadas, os serviços prestados, ou propostas para sua realização, que:

I - envolvam as pessoas que perpetrem ou intentem perpetrar atos terroristas ou deles participem ou facilitem o seu cometimento, ou as entidades pertencentes ou controladas, direta ou indiretamente, por essas pessoas, bem como por pessoas e entidades atuando em seu nome ou sob seu comando;

II - possam constituir-se em sérios indícios dos atos de financiamento ao terrorismo, previstos na Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo, internalizada no ordenamento jurídico nacional por meio do Decreto nº 5.640, de 26 de dezembro de 2005;

III - possam constituir-se em sérios indícios dos crimes previstos na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016.

Art. 5º As comunicações de que tratam os arts. 3º e 4º devem ser efetuadas em meio eletrônico pelo sítio do Coaf.

Parágrafo único. As informações fornecidas ao Coaf serão protegidas por sigilo.

Art. 6º As pessoas de que trata o art. 1º, bem como os seus administradores, que deixarem de cumprir as obrigações desta Resolução, sujeitam-se às sanções previstas no art. 12 da Lei nº 9.613, de 1998, na forma do disposto no Decreto nº 9.663, de 1º de janeiro de 2019.

Art. 7º O Coaf indicará em seu sítio na internet acesso à lista de pessoas sujeitas às sanções de que trata a Lei nº 13.810, de 2019.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO LEONEL DE OLIVEIRA LIMA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 452ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2019

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP reuniram-se no Salão Negro do Edifício Sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em Brasília-DF. Compareceram: o Presidente, Cesar Mecchi Morales; e os seguintes membros: Aldovandro Fragoso Modesto Chaves; Aléssio Aldenucci Junior; Airton Vieira; Ariovaldo Toledo Penteado Junior; Danilo Pereira Junior; Eduardo Lino Bueno Fagundes; Mágino Alves Barbosa Filho; Paulo Eduardo de Almeida Sorci; Gilmar Bortolotto; Márcio Schiefler Fontes; Mágino Alves Barbosa Filho; Paulo Eduardo de Almeida Sorci; Pedro Eurico de Barros e Silva; Pery Francisco de Barros e Silva; Roberto Costa Bivar; Rodrigo Sanchez Rios; Vilobaldo Adelídio de Carvalho; Walter Nunes da Silva Junior; Wilson Salles Damazio. Justificaram a ausência os seguintes membros: o 1º Vice-Presidente Fernando Pastorelo Kfouri;; Arthur Correa da Silva Neto; Carlos Eduardo Sodré; José Barroso Filho; Otávio Augusto de Almeida Toledo; Roberto Teixeira Pinto Porto. Estiveram presentes os seguintes convidados: Fabiano Bordignon-DEPEN/MJSP; Wellington de Urzêda mota-DGAP/GO; Deborah Sales-ASCOM; Juciane da Silva-DEPEN; Cintia Rangel Assumpção-ONSP/DEPEN. O presidente iniciou a reunião apresentando as atas da 450ª e 451ª Reunião Ordinária do CNPCP, sendo aprovadas pelo Plenário. Importante esclarecer que a reunião foi acompanhada também pelo Diretor-Geral do DEPEN, Dr. Fabiano Bordignon, e pelo Diretor-Geral de Administração Penitenciária de Goiás, Wellington de Urzêda Mota. O Conselheiro Aldovandro Fragoso sugeriu inserir o Conselheiro Pedro Eurico na Comissão de Assuntos Legislativos. Em seguida, o presidente designou o Conselheiro Paulo Sorci na comissão do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciaria. Tais designações foram aprovadas pelo Plenário. O Conselheiro Paulo Sorci apresentou os resultados da visita dos membros do Tribunal de Justiça de São Paulo junto ao Estado de Minas Gerais para conhecer a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Penal - TJMG/SEEU. Em seguida, o Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, Dr. Fabiano Bordignon, explanou que o DEPEN assinou três Termos de Cooperação junto ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ, dentre eles a comunicação entre o SISDEPEN e o SEEU do CNJ, no sentido de obter a interoperabilidade entre ambos os sistemas e angariar dados mais fidedignos acerca do sistema carcerário nacional. O Diretor-Geral do DEPEN reiterou também a contribuição fundamental dos Entes da Federação em fornecer os dados primários sobre a população prisional do respectivo Estado para subsidiar o SISDEPEN. Após amplo debate entre os Conselheiros, o Plenário prosseguirá ao tema em momento vindouro. Em sequência, o Diretor-Geral do DEPEN introduziu o item de pauta acerca das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - APACs da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC, sistema alternativo de privação de liberdade com custos baixos. O Diretor-Geral solicitou a possibilidade do CNPCP avaliar proposta de diretriz de arquitetura e engenharia, de forma exclusiva, próprias para as APACs, tendo em vista que o DEPEN tem desenvolvido projetos para construção e reformas para essa espécie de estabelecimento prisional, ampliando a disponibilidade de vagas. O Diretor-Geral do DEPEN esclareceu, ainda, que o referido projeto foi encaminhado para a Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça e Segurança Pública para análise. O Diretor-Geral do DEPEN manifestou também preocupação acerca do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, doravante a redução de recursos destinados para o referido fundo, impactando na construção e reforma de obras vindouras. O Conselheiro Pedro Eurico e o Conselheiro Aldovandro Fragoso sugeriram que o CNPCP se manifestasse acerca dos recursos oriundos angariados da Operação da Lava Jato que sejam destinados também para o FUNPEN. Para tanto, sugeriram encaminhar para o Supremo Tribunal Federal - STF e para a Procuradoria-Geral da República - PGR para apreciação da matéria. O presidente e o Conselheiro Airton se abstiveram de votar tal proposta. Em continuidade aos itens de pauta, o Conselheiro Pery Shikida apresentou os resultados da pesquisa intitulada "Análise da execução penal envolvendo crimes econômicos no Paraná cuja pena privativa de liberdade foi substituída por prestação de serviços e/ou pecuniária". Após a apresentação, o Plenário enalteceu os trabalhos de pesquisa do Conselheiro. O Conselheiro Marcio Schiefler sugeriu que, na próxima reunião, os membros da Comissão do Plano Nacional desembarcassem em Brasília no dia anterior para concretizar as informações prévias acerca da minuta do próximo plano nacional. O Conselheiro Vilobaldo Carvalho defende a fiscalização dos Conselhos Penitenciários Estaduais junto aos Estados sobre a aplicação dos recursos para construção e reforma de estabelecimentos penais oriundos do FUNPEN. O Conselheiro Eduardo Fagundes apresentou, para conhecimento, a Resolução n. 222, de 8 de abril de 2019, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que regulamenta o procedimento para o exercício do controle hierárquico do Corregedor-Geral da Justiça sobre os atos administrativos praticados pelos juízes da execução penal concernentes à corregedoria dos presídios. Na seara do assunto, o Conselheiro Marcio Schiefler manifestou sobre a possibilidade do CNPCP se debruçar sobre a matéria referente à transferência interestadual de presos. Após discussão sobre a Resolução n. 222 TJPR, o Plenário apresentou ciência da matéria. O Conselheiro Danilo Pereira manifestou que os processos acessados via SEI sejam disponibilizados para os conselheiros de forma diversa como "usuário externo", no sentido de facilitar o trâmite processual. O Conselheiro Walter Nunes recomendou que a expedição de mandado de prisão ou alvará de soltura nos sistemas estaduais e federais prisionais fossem realizados por meio do Banco Nacional de Mandado de Prisão II, do Conselho Nacional de Justiça. O Conselheiro Aldovadro Fragoso apresentou desagravo acerca das notícias veiculadas maldosamente nas mídias contra o Conselheiro Damázio, sendo aprovado tal sugestão pelo Plenário. Por fim, a próxima reunião do CNPCP foi agendada para o dia seis de junho, em Brasília-DF. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por Jefferson Alves Lopes, analista do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP..

CESAR MECCHI MORALES
Presidente do Conselho

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 3.009, DE 17 DE MAIO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/32480 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TERMOMECANICA SAO PAULO S/A, CNPJ nº 59.106.666/0001-71 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.127, DE 23 DE MAIO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/27368 - DPF/CCM/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUPERMERCADOS MANENTTI LTDA, CNPJ nº 79.837.688/0001-19 para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 1143/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.247, DE 29 DE MAIO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/33926 - DPF/JVE/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA BOM JESUS/IELUSC, CNPJ nº 84.685.163/0001-45 para atuar em Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.326, DE 3 DE JUNHO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/34317 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO CONJUNTO COMERCIAL SHOPPING VIA CATARINA, CNPJ nº 12.202.724/0001-05 para atuar em Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.327, DE 3 DE JUNHO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/36242 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IHC SÃO PAULO HOTELARIA LTDA, CNPJ nº 09.604.474/0001-17 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.343, DE 3 DE JUNHO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/39417 - DELESP/DREX/SR/PF/MS, resolve:

Conceder autorização à empresa RONDAI SEGURANÇA LTDA EPP, CNPJ nº 10.398.803/0001-08, sediada no Mato Grosso do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1000 (uma mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.348, DE 4 DE JUNHO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/21805 - DPF/CXS/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EPAVI SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.314.494/0001-32, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 978/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.354, DE 4 DE JUNHO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/34524 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NORDESTE CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 09.461.393/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1204/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.357, DE 4 DE JUNHO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/36335 - DPF/VDC/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO SHOPPING CONQUISTA SUL, CNPJ nº 08.086.149/0001-47 para atuar na Bahia.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.368, DE 4 DE JUNHO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/40044 - DPF/VRA/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE AGENTES PATRIMONIAIS LTDA, CNPJ nº 86.704.418/0001-03, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Pistolas calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.377, DE 5 DE JUNHO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/32317 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RESOLV VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 06.085.164/0002-26, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1247/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.378, DE 5 DE JUNHO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/32339 - DPF/RPO/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COOPERATIVA DOS PLANTADORES DE CANA DO OESTE DO ESTADO DE SAO PAULO, CNPJ nº 71.320.915/0001-22 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1256/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.382, DE 5 DE JUNHO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/35683 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa PARTNER SECURITY SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 12.817.803/0004-65, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Da empresa cedente PRESSSEG SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 08.818.229/0001-40:

55 (cinquenta e cinco) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

330 (trezentas e trinta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.386, DE 5 DE JUNHO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/36888 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização, à empresa BRIGADA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 08.831.037/0001-73, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada na Bahia.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.395, DE 5 DE JUNHO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/40219 - DPF/JVE/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa EMBRASP EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 03.130.750/0001-76, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

600 (seiscentas) Munições calibre 38

120 (cento e vinte) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.400, DE 5 DE JUNHO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/41274 - DPF/PDE/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa SECVIG ACADEMIA DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 07.970.040/0001-05, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1990 (uma mil e novecentas e noventa) Munições calibre .380

1200 (uma mil e duzentas) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.405, DE 6 DE JUNHO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/21504 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa G4S VANGUARDA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 47.190.129/0011-45, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 803/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.409, DE 6 DE JUNHO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/38122 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa ULTRAMEGA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - EPP, CNPJ nº 21.596.736/0001-44, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Carabina calibre 38

1 (um) Revólver calibre 38

48 (quarenta e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.412, DE 6 DE JUNHO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/41718 - DPF/ANS/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa DEFENSIVA F. FREITAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 16.649.674/0001-51, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

58 (cinquenta e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 388, DE 6 DE JUNHO DE 2019

A SECRETÁRIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 14 da Portaria no 442, de 24 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.008022/2011-00, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, OLAMUYIMA JUNIOR SHOBOWALE ou OLAMUYIMWA JUNIOR SHOBOWALE, de nacionalidade nigeriana, filho de Tawa Shobowale e de Murani Shobowale, nascido na Nigéria, em 27 de outubro de 1970, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 16 (dezesseis) anos, a partir de sua saída.

MARIA HILDA MARSIAJ PINTO

PORTARIA Nº 390, DE 7 DE JUNHO DE 2019

A SECRETÁRIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 14 da Portaria no 442, de 24 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.006644/2017-81, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, PAULINO BARRERA PADILLA, de nacionalidade boliviana, filho de Feliz Barrera e de Eduarda Padilla, nascido em Santa Cruz de la Sierra, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 22 de junho de 1987, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

MARIA HILDA MARSIAJ PINTO

PORTARIA Nº 391, DE 7 DE JUNHO DE 2019

A SECRETÁRIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 14 da Portaria no 442, de 24 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.077788/2017-20, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MATHAPELO SIKO, de nacionalidade sul-africana, filha de David Siko e de Emily Siko, nascida em Johannesburg, na República da África do Sul, em 4 de março de 1992, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses, a partir de sua saída.

MARIA HILDA MARSIAJ PINTO

PORTARIA Nº 392, DE 7 DE JUNHO DE 2019

A SECRETÁRIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 14 da Portaria no 442, de 24 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.006646/2017-70, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ADOLFO MARTINEZ ROMERO, de nacionalidade boliviana, filho de Adolfo Martinez Chabarria e de Rosa Romero, nascido no Estado Plurinacional da Bolívia, em 31 de janeiro de 1991, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

MARIA HILDA MARSIAJ PINTO

PORTARIAS DE 7 DE JUNHO DE 2019

A SECRETÁRIA NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018: resolve:

Nº 389 - Conceder a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

OLUWASEYI MICHALE ABII - G103827-K, natural da Nigéria, nascido em 09 de janeiro de 2012, filho de Abbey Jones e de Nkiru Loriane Abii, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.012278/2017-15).

Nº 393 - Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AHMAD MAHMOUD ASSAD - Y045624-B, natural do Líbano, nascido em 15 de novembro de 1959, filho de Mahmoud Assad e de Amine Moussa, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08389.005102/2017-72);

ANGEL CRESPO COCA - V010276-1, natural da Bolívia, nascido em 21 de fevereiro de 1951, filho de German Crespo Argote e de Salome Coca Guarayo, residente no Estado de Minas gerais (Processo n° 08354.000230/2018-16) e

SAMIRA MOHAMAD HANDOUS - V767871-L, natural do Líbano, nascida em 18 de maio de 1980, filha de Mohamad Handous e de Fatme Amiri, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08389.012850/2017-10).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 394 - Conceder a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

AUDIFER DIAS FERNANDES CANCAO - G434439-M, natural de Guiné-Bissau, nascido em 25 de fevereiro de 2015, filho de Augusto Dias Fernandes Cancao e de Anastasia Gomes Muge, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.055391/2018-68).

Nº 395 - Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

MARIA MARGARIDA RAMOS PIRES - V821956-N, natural de Portugal, nascida em 22 de março de 1978, filha de Joaquim Pedro Lopes Pires e de Maria Cristina da Conceição Ramos Pires, residente no Estado da Bahia (Processo n° 08260.000387/2017-00) e

SAMORI DA SILVA - V577667-S, natural da Guiné-Bissau, nascido em 20 de fevereiro de 1988, filho de Armando da Silva e de Ana Sa, residente no Estado do Ceará (Processo n° 08270.020542/2017-87).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

MARIA HILDA MARSIAJ PINTO

PORTARIA Nº 398, DE 7 DE JUNHO DE 2019

A SECRETÁRIA NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018: resolve:

Declarar a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, § 4o, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma do Art. 249 do Decreto nº 9.199/2017:

BRUNA PEREIRA DE SOUZA, nascida em 08 de abril de 1993, filha de Fernando Lanzer Pereira de Souza e de Jussara Nunes Pereira de Souza, adquirindo nacionalidade Holandesa (Processo n° 08018.001502/2019-99);

CYNTHIA ANDRÉA DO NASCIMENTO LIMA, que passou a assinar CYNTHIA ANDRÉA LIMA VERBEEKE, nascida em 16 de dezembro de 1982, filha de Jorge Farias de Lima e de Rosangela de Nazaré do Nascimento Lima, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo n° 08000.016074/2019-98);

JOSETE FERREIRA DA CUNHA, nascida em 21 de agosto de 1960, filha de Isabel Ferreira da Cunha, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo n° 08000.016068/2019-31);

MARCO ANDRE MATTOS DE CARVALHO, nascido em 17 de outubro de 1970, filho de Paulo Emílio Rodrigues de Carvalho e de Maria Izabel Mattos de Carvalho, adquirindo a nacionalidade estadunidense (Processo n° 08000.016722/2019-14);

MARINA DOS SANTOS COSTA, nascida em 09 de novembro de 1979, filha de Francisco Eugenio da Costa e de Maria Deuzimar dos Santos Costa, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo n° 08000.020621/2019-30) e

PRISCILLA ROBERTA TAVARES LEITE CAMARGO, nascida em 26 de setembro de 1980, filha de Wilson Roberto Camargo e de Véra Lúcia Velozo Tavares Leite Camargo, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo n° 08018.001346/2019-66).

MARIA HILDA MARSIAJ PINTO

DESPACHOS

Despacho nº 1.826/2019/GAB-Senajus/SENAJUS
Assunto: Arquivamento de Igualdade
Interessado: DAVID LOURENÇO PIRES
Processo: 08000.036713/2018-51

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, ARQUIVO o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigências, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 1.828/2019/GAB-Senajus/SENAJUS
Assunto: Arquivamento de Igualdade
Interessado: ANDRE FILIPE NUNES MONTEIRO
Processo: 08000.045577/2018-90

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, ARQUIVO o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigências, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 1.829/2019/GAB-Senajus/SENAJUS
Assunto: Arquivamento de Igualdade
Interessado: NOE PLACIDO VICENTE
Processo: 08000.000548/2019-80

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, ARQUIVO o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigências, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 1.830/2019/GAB-Senajus/SENAJUS
Assunto: Arquivamento de Igualdade
Interessado: LUIS MANUEL ROLAO ALFERES
Processo: 08505.049215/2018-97

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, ARQUIVO o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigências, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 1.831/2019/GAB-Senajus/SENAJUS
Assunto: Arquivamento de Igualdade
Interessado: CELESTE DE ALMEIDA ESTEVES
Processo: 08000.008176/2019-30

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, ARQUIVO o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigências, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99.

MARIA HILDA MARSIAJ PINTO
Secretária

DESPACHOS

Despacho nº 1.899/2019/GAB-Senajus/SENAJUS
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: IKRAM UR REHMAN
Processo: 08270.009244/2017-36

No uso da competência a mim delegada por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, indefiro o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou saber se comunicar em língua portuguesa, nos termos do inciso III do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 1.900/2019/GAB-Senajus/SENAJUS
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: ADIL FAROOQ
Processo: 08260.006403/2015-06

No uso da competência a mim delegada por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, indefiro o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou saber se comunicar em língua portuguesa e também não comprovou ter residência em território nacional pelo prazo previsto em lei, nos termos do Art. 65, incisos II e III c/c Art. 66, inciso III, da Lei nº 13.445/2017.

MARIA HILDA MARSIAJ PINTO
Secretária

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHO Nº 1.182, DE 7 DE JUNHO DE 2019

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 16 do Anexo I do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016, resolve:

Tornar pública a PERDA da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de ofício, da entidade social INSTITUTO CONEXÕES SUSTENTÁVEIS, com sede em Belém - PA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.980.503/0001-24, conforme Nota Técnica nº 37/2019/DPJ/CPJ/CGAJUD/DPJUS/SENAJUS aprovada pelo Despacho nº 352/2019/CGAJUD/DPJUS/SENAJUS. De acordo com art. 59, da Lei nº 9.784, de 1999, o prazo para interposição de recurso administrativo é de dez (10) dias. Quanto ao acervo patrimonial disponível, a entidade deverá observar o disposto no art. 4º da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08000.008978/2019-40.

ANNALINA CAVICCHIOLO TRIGO

COORDENAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA Nº 79, DE 7 DE JUNHO DE 2019

A Coordenadora de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:
Show Musical: MP. B - BANDA ZIL - ZIL AO VIVO - DVD (Brasil - 2017)
Produtor(es): Globo Comunicação e Participações S.A
Diretor(es): Fernando Youg Brasileiro
Distribuidor(es): SOM LIVRE
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08000.016835/2019-10
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Filme: O AMIGO DO REI (Brasil - 2018)
Produtor(es): Cine D`Elia
Diretor(es): André D`Elia
Distribuidor(es): O2 Produções Artística e Cinematográfica Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.017831/2019-41
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

Filme: DO AMOR (Brasil - 2000)
Produtor(es): Cinerama Filmes-CF Ltda
Diretor(es): Gisella Callas
Distribuidor(es): Cinerama Filmes - CF Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.018517/2019-85
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

Trailer: ANNABELLE 3 - DE VOLTA PARA CASA - TRAILER 2F4 (ANNABELLE COMES HOME, Estados Unidos da América - 2019)
Produtor(es): Warner Bros (South) Inc.
Diretor(es): Gary Dauberman
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Suspense/Terror
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Medo
Processo: 08000.021522/2019-75
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

Trailer: O PINTASSILGO (THE GOLDFINCH, Estados Unidos da América - 2019)
Produtor(es): Warner Bros (South) Inc.
Diretor(es): John Crowley
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08000.021523/2019-10
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

Trailer: RAINHAS DO CRIME (THE KITCHEN, Estados Unidos da América - 2019)
Produtor(es): Warner Bros (South) Inc.
Diretor(es): Andrea Berloff
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08000.021524/2019-64
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

Filme: TOY STORY 4 (Estados Unidos da América - 2019)
Produtor(es): Pixar Animation Studios
Diretor(es): Josh Cooley
Distribuidor(es): THE WALT DISNEY COMPANY (BRASIL) LTDA..
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Animação/Aventura
Tipo de Material Analisado: Exibição Cinema Digital
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08000.021525/2019-17
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

Trailer: MIDSOMMAR - O MAL NÃO ESPERA A NOITE - TRAILER 2 (MIDSOMMAR, Estados Unidos da América - 2019)
Produtor(es): Patrik Andersson/Lars Knudsen
Diretor(es): Ari Aster
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Suspense/Terror
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08000.022051/2019-12
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

Filme: PATRULHA CANINA - SUPERFILHOTES - VERSÃO OFICIAL (PAW PATROL - MIGHTY PUPS, Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Nickelodeon
Diretor(es): Charles E. Bastien
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Aventura/Infantil
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08000.022061/2019-58
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

Conjunto de Episódios: CHUTEIRA PRETA (Brasil - 2019)
Episódio(s): 1 A 13
Produtor(es): Accorde Filmes Ltda
Diretor(es): Paulo Nascimento
Distribuidor(es): ACCORDE FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000548/2019-09
Requerente: ACCORDE FILMES LTDA

Filme: ENTRE MUNDOS: VIDA E OBRA DE HELENA ANTIPOFF (Brasil - 2019)
Produtor(es): Ana Amélia Arantes
Diretor(es): Guilherme Reis
Distribuidor(es): POSTURA DIGITAL
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência
Processo: 08017.000553/2019-11
Requerente: GUILHERME FRANKLIN REIS - ME

Filme: FILHAS DO SOL (GIRLS OF THE SUN, França - 2018)
Produtor(es): Wild Bunch
Diretor(es): Eva Husson
Distribuidor(es): CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000570/2019-41
Requerente: CALIFORNIA FILMES

Série: BRINQUEDONAUTAS (Brasil - 2019)
Episódio(s): 1 A 13
Produtor(es): Iluminuras Estúdio de Animação Ltda.
Diretor(es): Andrei Miralha
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Animação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000614/2019-32
Requerente: ILUMINURAS ESTÚDIO DE ANIMAÇÃO LTDA

Trailer: DIVINO AMOR (Brasil - 2018)
Produtor(es): Rachel Daisy Ellis
Diretor(es): Gabriel Mascaro
Distribuidor(es): VITRINE FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000626/2019-67
Requerente: VITRINE FILMES

PATRÍCIA GRASSI OSÓRIO

PORTARIA Nº 80, DE 7 DE JUNHO DE 2019

A Coordenadora de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:
Título: COLHEITA FRIA (COLD HARVEST, Estados Unidos da América - 2014)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Detetive/Histórico/Fantasia/Ficção/Científica/Sobrenatural/Terror
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas e Violência
Processo: 08017.000592/2019-19
Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA. ME

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro.

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

PATRÍCIA GRASSI OSÓRIO

PORTARIA Nº 81, DE 7 DE JUNHO DE 2019

A Coordenadora de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:
Título: WOLFENSTEIN: CYBERPILOT (Estados Unidos da América - 2019)
Produtor(es): BETHESDA SOFTWORKS
Distribuidor(es): NC GAMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Ação/Tiro em Primeira Pessoa/VR
Plataforma: PlayStation 4/Computador
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000572/2019-30
Requerente: BETHESDA SOFTWORKS

PATRÍCIA GRASSI OSÓRIO

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 10 DE JUNHO DE 2019

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 2° da Portaria nº 115, de 20 de março de 2019, nos termos do art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784/99, em consonância com a Nota Técnica n.º 155/2019/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (8939756), resolve:

Indeferir o Recurso Administrativo n.° 46000.001345/2016-57 interposto pelo SECJAG - SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE JAGUARÃO, CNPJ 90.962.382/0001-27, em face da decisão do arquivamento do seu pedido de alteração estatutária n° 46218.007150/2012-41, exarada no Diário Oficial da União - DOU de 22/02/2016, Seção I, n° 34, pág 70, mantendo-se assim a decisão contida na Nota Técnica n° 188/2016/CGRS/SRT/MTPS com respaldo no art. 27, I da Portaria 326/2013 c/c art. 26, I da Portaria 501/2019.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 2° da Portaria nº 115, de 20 de março de 2019, nos termos do art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784/99, em consonância com a Nota Técnica n.º 154/2019/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (8934769), resolve:

Indeferir o Recurso Administrativo n.° 46000.005846/2017-93, interposto pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - SEMAPI, CNPJ: 91.345.231/0001-92 em face da publicação do deferimento da alteração estatutária n° 46218.003235/2012-51, de interesse do Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito do Estado Rio Grande do Sul, CNPJ 92.939.933/0001-67, mantendo-se os termos da Nota Técnica n° 803/2017/CGRS/SRT/MTb, publicada no Diário Oficial da União-DOU, em 21/07/2017 Seção 1, n°139, pág. 205, com respaldo no art. 25, II, da Portaria 326/2013 c/c o art. 25, inciso II da Portaria 501/2019.

ALEXANDRE RABELO PATURY

COORDENAÇÃO DE TÉCNICA DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 10 DE JUNHO DE 2019

O Coordenador de Técnica de Registro Sindical, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º da Portaria n.º 115/2019 e com fundamento na Nota Técnica n.º 455/2019/DARS/CTRS/CGRS/DPJUS/SENAJUS/MJ (SEI 8897006), resolve:

Deferir o registro sindical ao SINDICATO DOS HOTÉIS, MEIOS DE HOSPEDAGEM E GASTRONOMIA DE TELÊMACO BORBA E REGIÃO, CNPJ 19.035.239/0001-25, Processo 46319.000208/2014-50, para representar a Categoria Econômica de Hotéis, Apart-Hotéis, Flats, Fast Food, Restaurantes, Bares, Motéis, Hospedarias, Casas de Cômodos, Pensões, Gastronomia, Churrascarias, Lanchonetes, Cafés, Sorveterias, Pastelarias, Confeitarias, Quiosque, Traillers, Casa de Chá, Buffet, Meios de Hospedagem, Pizzarias e Empresas que Comercializam Alimentação Preparada no Varejo diretamente aos clientes, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Imbaú, Ortigueira e Telêmaco Borba, Estado do Paraná, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 501/2019.

Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve:

Anotar a representação da seguinte entidade: SINDICATO DOS HOTÉIS, REST., BARES E SIMILARES DE LONDRINA, CNPJ 78.029.774/0001-32, Processo 46293.002321/2005-14, excluindo o município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná/PR, nos termos do art. 28 da Portaria 501/2019.

O Coordenador de Técnica de Registro Sindical, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º da Portaria n.º 115/2019, com fundamento na Nota Técnica n.º 462/2019/DARS/CTRS/CGRS/DPJUS/SENAJUS/MJ (8905500), resolve:

Arquivar o pedido de alteração estatutária n.º 46000.012842/2005-28, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco - MG, CNPJ 25.217.647/0001-09, nos termos do inciso I do art. 26 c/c o art. 42 da Portaria 501/2019.

O Coordenador de Técnica de Registro Sindical, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º da Portaria n.º 115/2019, com fundamento na Nota Técnica n.º 465/2019/DARS/CTRS/CGRS/DPJUS/SENAJUS/MJ (8916169), resolve:

Arquivar o pedido de registro sindical n.º 46211.004555.2014-50 (SC16224), de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Autarquias e Aposentados do Município de Santa de Caldas, CNPJ: 13.632.804/0001-55, nos termos do art. 27, inciso I, da Portaria n° 326/2013 c/c o art. 26, inciso I, da Portaria n° 501/2019.

O Coordenador de Técnica de Registro Sindical, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º da Portaria n.º 115/2019, com fundamento na Nota Técnica n.º 437/2019/DARS/CTRS/CGRS/DPJUS/SENAJUS/MJ (SEI 8865057), resolve:

Arquivar o pedido de alteração estatutária n.º 46218.012592/2014-71, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar de Barros Cassal-RS, CNPJ 97.507.438/0001-00, nos termos do art. 27, inciso IV, da Portaria 326/2013 c/c o art. 26, inciso I, da Portaria 501/2019.

O Coordenador de Técnica de Registro Sindical, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º da Portaria n.º 115/2019, com fundamento na Nota Técnica n.º 445/2019/DARS/CTRS/CGRS/DPJUS/SENAJUS/MJ (SEI 8877137), resolve:

Publicar o pedido de alteração estatutária n.º 46205.020913/2014-51, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Senador Pompeu-CE, CNPJ n.º 05.674.213/0001-12, para representação da Categoria Profissional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares: aqueles que, ativos ou aposentados. proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto-Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no município de Senador Pompeu, Estado do Ceará/CE, nos termos dos arts. 18 e 19 da Portaria 501/2019, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador de Técnica de Registro Sindical, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º da Portaria n.º 115/2019 e com fundamento na Nota Técnica n.º 436/2019/DARS/CTRS/CGRS/DPJUS/SENAJUS/MJ (SEI 8864279), resolve:

Deferir o Registro de Alteração Estatutária ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Jati - CE, CNPJ 07.413.222/0001-85, Processo 46205.022723.2014.78, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a 2 (dois) módulos rurais, nos termos do Decreto-Lei 1.166/1971, com abrangência Municipal e base territorial no município de Jati, Estado do Ceará/CE, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 501/2019.

O Coordenador de Técnica de Registro Sindical, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º da Portaria n.º 115/2019, com fundamento na Nota Técnica n.º 465/2019/DARS/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (8924339), resolve:

Indeferir o pedido de registro sindical n.º 46311.000255/2014-73 (SC15919), de interesse do SINTEESPLAN - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino e no Serviço Público Municipal de Lajeado Novo/MA, CNPJ: 07.889.459/0001-37, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria n° 326/2013, combinado com o art. 26, inciso I, da Portaria n° 501/2019.

O Coordenador de Técnica de Registro Sindical, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, da Portaria n.º 115/2019, com fundamento na Nota Técnica n.º 407/2019/DARS/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (8843843), resolve:

Deferir o registro sindical ao Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Profissionais Artesanais do Município de Uarini/AM, CNPJ 20.637.768/0001-88, Processo 46202.012098/2014-86 (SC16325), para representar a Categoria Profissional dos pescadores e pescadoras artesanais que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, com abrangência municipal e base territorial no município de Uarini , no Estado do Amazonas/AM, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 501/2019.

Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve:

Anotar a representação da seguinte entidade:

A) SINDPESCA-AM - Sindicato dos Pescadores no Estado do Amazonas, CNPJ 09.578.613/0001-85, Processo L017 P015 A1946; excluindo de sua base territorial o município de Uarini, do Estado do Amazonas , nos termos do art. 28 da Portaria 501/2019.

LUIZ FERNANDO FAVARO BUSNARDO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 4, DE 7 DE JUNHO DE 2019

Processo Administrativo nº 08700.007938/2016-41 (ref. Apartado de Acesso Restrito nº 08700.007939/2016-95). Representante: Cade ex officio.
Representados: Cláudio Hernan Siracusano e Takayoshi Matsunaga. Advogados: Leonardo Maniglia Duarte e Levi Veríssimo.

Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica nº 42/2019/CGAA6/SGA2/SG/CADE, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 196, §1º, do Regimento Interno do Cade, decido pelo encaminhamento dos presentes autos ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, opinando-se pelo: (i) arquivamento do presente Processo Administrativo em relação ao Representado Takayoshi Matsunaga, em razão da insuficiência de provas de infração contra a ordem econômica; e (ii) arquivamento do presente Processo Administrativo em relação ao Representado Cláudio Siracusano, desde que atendidas todas as condições estabelecidas no Termos de Compromisso de Cessação por ele celebrado, conforme dispõe o art. 85, §4º da Lei nº 12.529/2011.

Ao Protocolo.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHO Nº 15, DE 10 DE JUNHO DE 2019

Inquérito Administrativo nº 08700.004909/2014-65. Representante: CADE ex officio. Representados: Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.; Aliança Administradora de Benefícios de Saúde Ltda.; Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico; Central Operadora Norte/Nordeste Sociedade Cooperativa; Unimed Rio - Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda.; Unimed Porto Alegre Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.; Unimed Grande Florianópolis - Cooperativa de Trabalho Médico; Unimed Jundiaí - Cooperativa de Trabalho Médico; Unimed São José do Rio Preto - Cooperativa de Trabalho Médico; Unimed Norte Fluminense Cooperativa de Trabalho Médico; Unimed Cascavel - Cooperativa de Trabalho Médico; e Unimed Santa Catarina - Federação Estadual das Cooperativas Médicas. Advogados/Representantes Legais: Bárbara Rosenberg e outros (Qualicorp e Aliança), Solon de Sá Benevides e outros (Unimed Norte/Nordeste e Central Operadora Norte/Nordeste), Afonso Maselli (Unimed Rio), Juliano Maranhão e outros (Unimed Porto Alegre), Claiton Becker (Unimed Grande Florianópolis), Bruna Giollo (Unimed Jundiaí), Frederico Fleury (Unimed São José do Rio Preto), Renata Tostes (Unimed Norte Fluminense), Danilo Galletto (Unimed Cascavel) e Paulo Morínigo e outros (Unimed Santa Catarina).

Acolho a Nota Técnica nº 26/2019/CGAA2/SGA1/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pelo arquivamento do presente feito pela ausência de indícios de infração à ordem econômica constantes dos autos.

Ao setor processual.

KENYS MENEZES MACHADO
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHO Nº 16, DE 7 DE JUNHO DE 2019

Autos nº 08700.003388/2018-52. Representante: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero. Representado: Atos Livraria e Papelaria EIRELI EPP; Drogaria Furtado Ltda. ME; Ana Proneli Bremm de Castro ME; DPM de Castilho Cafeteria e Informática. EPP; Marilza Tomaz Pereira Cabeleireiros ME; Lopes & Pereira Ltda. ME; Maria Izabel Lopes Pereira; Rose Lopes Pereira; Eduardo Bremm de Castro; Eduardo Bremm de Castro Júnior; Giullian Pereira da Costa; Jair Varela de Castilho; Ana Proneli Bremm de Castro; Marilza Tomaz Pereira.

Acolho a Nota Técnica nº 02/2019/CGAA9/SGA2/SG/CADE (SEI nº 0603609) e integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação, nos termos do artigo 50, §1º, da Lei nº 9.784/99. Em face dos fundamentos apontados na referida Nota Técnica, decido: (i) pela instauração de Processo Administrativo para Imposição de Sanções Administrativas, nos termos dos artigos 13, inciso V e 69 e seguintes, da Lei nº 12.529/11 c/c o artigo 186 e seguintes do Regimento Interno do Cade, em face dos Representados: Atos Livraria e Papelaria EIRELI EPP; Drogaria Furtado Ltda. ME; Ana Proneli Bremm de Castro ME; DPM de Castilho Cafeteria e Informática. EPP; Marilza Tomaz Pereira Cabeleireiros ME; Lopes & Pereira Ltda. ME; Maria Izabel Lopes Pereira; Rose Lopes Pereira; Eduardo Bremm de Castro; Eduardo Bremm de Castro Júnior; Giullian Pereira da Costa; Jair Varela de Castilho; Ana Proneli Bremm de Castro; Marilza Tomaz Pereira.

O presente visa a apuração de infrações à ordem econômica tipificadas no artigo 36, inciso I e §3º, inciso I, alínea d, da Lei nº 12.529/11; (ii) pela notificação dos Representados, para que apresentem no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste despacho, sob pena de indeferimento: 1) sua defesa; 2) a especificação e justificativas das provas que desejam produzir; e 3) a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, nos termos do artigo 70 da Lei nº 12.529/11. Esses pedidos serão analisados pela Superintendência-Geral e as testemunhas serão ouvidas na sede do Cade, conforme artigo 195 e parágrafos seguintes, do Regimento Interno do Cade.

Ao Protocolo para providências.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHOS DE 7 DE JUNHO DE 2019

Nº 734 - Ato de Concentração nº 08700.002688/2019-03. Requerentes: Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. e Banco Inter S.A. Advogados: Bruno Drago, Fernanda Harari Dayan, Renata Arcoverde e outros.

Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 738 - Ato de Concentração nº 08700.001962/2019-19. Requerentes: Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A. e Delivery Center Holding S.A. Advogados: Ana Carolina de Carvalho, Maria Eugênia Novis e Mariana Fontoura da Rosa.

Decido pela aprovação sem restrições.

KENYS MENEZES MACHADO
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHOS DE 10 DE JUNHO DE 2019

Nº 735 - Ato de Concentração nº 08700.002564/2019-10. Requerentes: Cocamar Máquinas Ltda. e Horizon Comercial Agrícola Ltda. Advogados: Cintia Eliane Meyer, Rodrigo Takeo Sakai e outros.

Decido pela aprovação sem restrições.

N° 739 - Processo Administrativo nº 08700.005969/2018-29. Representante: Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública Representados: Conselho Federal de Medicina e Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo Advogados: Adriana Teixeira da Trindade Ferreira e Olga Codorniz Campello Carneiro.

Tendo em vista a Nota Técnica nº 34/2019/CGAA2/SGA1/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pela preclusão do direito do Cremesp de produzir prova testemunhal. Registro a condição de revel do CFM por não ter apresentado defesa no prazo legal e a possibilidade das partes apresentar prova documental até o encerramento da instrução processual, nos termos do art. 195, §5º, do Regimento interno do Cade. Ao Setor Processual.

Nº 752 - Ato de Concentração nº 08700.002754/2019-37. Requerentes: Mardisa Veículos S.A e Dical Diesel Campos S.A. Advogados: Daniel Mesquita e Roberto de Castro Pimenta.

Decido pela aprovação sem restrições

Nº 757 - Ato de Concentração nº 08700.002611/2019-25. Requerentes: BV Empreendimentos e Participações S.A., Imobiliária 506 do Brasil Projetos Imobiliários Ltda. e Vitacon 50 Desenvolvimento Imobiliário SPE S.A. Advogados: Renata Fonseca Zuccolo Giannella e Raphaela Boffe Palma.

Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 758 - Ato de Concentração nº 08700.002817/2019-55. Requerentes: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e Repsol Sinopec Brasil S.A. Advogados: Alex Azevedo Messedar, Ana Paula Mioni Acuy, Pablo Luis Gay Ger e outros.

Decido pela aprovação sem restrições.

KENYS MENEZES MACHADO
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHO N° 736, DE 7 DE JUNHO DE 2019

Processo nº 08700.001885/2017-35 (Apartado Restrito nº 08700.000030/2013-63). Representante: Cade Ex - Officio. Representados: Allsan Engenharia e Administração Ltda., Associação Brasil Medição, Construtora Incorporadora Santa Teresa, Emissão S/A, Enorsul Serviços em Saneamento Ltda, Floripark Energia Ltda, FR Incorporadora Ltda, GMF Gestão de Medição e Faturamento Ltda, HR Serviço de Leitura e Entrega de Contas de Energia Ltda, Job Engenharia e Serviços Ltda, Lotus Serviços Técnicos Ltda, RDN Serviços Ltda, Sanear Engenharia e Construção Ltda, Selleta Serviços Ltda, Sociedade Civil de Saneamento, Strategos Engenharia Informática e Consultoria Ltda, TCM Serviços de Limpeza e Conservação, Toltec Engenharia e Construção Ltda, Afonso Rosseto Junior, Alberto Gaston Sosa Quiles, Alexandra Helena de Souza Raña, Ana Paula Conceição Cruz, Ângelo Pereira, Cláudio de Sena Martins, Dimitrius Anastase Tzortzis, Douglas Ricardo Baltazar Campos, Fabiana Borges Hauck, Jakson Ferreira Lima, João Artur Rassi, Joaquim Carvalho Motta Junior, Luiz Renato Pereira, Mário César Campos, Moisés Ruberval Ferraz Filho, Natanael Silva Pessoa, Nelson José Malgueiro Filho, Ney Marcondes Baltazar Campos, Paulo José Debatin da Silveira, Reginaldo Fagundes Barbosa, Renato Guimarães da Silveira, Reynaldo Costa Filho, Roberto Martignago, Sandra Rosa Maglio Silva, Sebastião Cristovam, Waldecir Colombini. Advogados: Theo Felipe de Esquerdo, Aroldo Joaquim Camilo Filho, Carolina Cepera Moreira Xavier, Sander Ananias Helvecio, Fabiola Carolina Lisboa Cammarota Abreu, Marcelo Vieira de Campos, Rodrigo Pozzi Borba da Silva, Joaquim Lemus Pereira, Rafael Rocha de Macedo, Joyce Ruiz Rodrigues Alves, Maria Tereza do Couto Perez Rufino, Braz Martins Neto, Martileide Vieira Perroti, Estevão Prado de Oliveira Carvalho, Claudio de Abreu, Eric Hadmann Jasper, Roselle Adriane Sóglio, Luiz Antonio Santos de Oliveira, Aureliano Pernetta Caron, Eduardo Leandro de Queiroz e Souza, Fabio José de Almeida de Araújo, Marlon Charles Bertol e outros.

Acolho a Nota Técnica nº 51/2019/CGAA8 (SEI 0624089)), e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação.

Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, decido:

a) pelo indeferimento do pedido de reagendamento de oitivas de testemunhas formulado pela Representada Construtora Santa Teresa;

b) pelo deferimento do pedido da Representada Ana Paula Conceição Cruz, para reagendar sua oitiva para o dia 5/7/2019, às 9h30.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 129, DE 7 DE JUNHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º , inciso II da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º , § 2º , e 4º , § 1º , do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 492, de 12 de setembro de 2014, e o que consta no Processo nº 48360.000083/2019-92, resolve:

Art. 1º Definir o novo montante de garantia física de energia da Usina Termelétrica denominada UTE Marlim Azul, registrada sob o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UTE.GN.RJ.032211-3.01, na forma dos Anexos I e II à presente Portaria.

§ 1º O montante de garantia física de energia da UTE Marlim Azul é determinado nas Barras de Saída dos Geradores.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, o consumo interno da Usina e as perdas na Rede Elétrica deverão ser abatidos do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia definido nesta Portaria poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 130, DE 10 DE JUNHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000357/2019-00. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Leo Silveira VI Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.222.320/0001-82. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Leo Silveira 1, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.037830-5.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.741, de 9 de abril de 2019, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2019.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 131, DE 10 DE JUNHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000356/2019-57. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Leo Silveira VI Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.222.320/0001-82. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Leo Silveira 2, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.037831-3.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.742, de 9 de abril de 2019, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2019.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 132, DE 10 DE JUNHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000359/2019-91. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Leo Silveira I Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.321.803/0001-71. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Leo Silveira 3, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.037832-1.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.743, de 9 de abril de 2019, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2019.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 133, DE 10 DE JUNHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000366/2019-92. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Leo Silveira V Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.345.569/0001-12. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Leo Silveira 9, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.037838-0.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.749, de 9 de abril de 2019, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2019.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 134, DE 10 DE JUNHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000363/2019-59. Interessada: Usina De Energia Fotovoltaica Leo Silveira IV Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.345.445/0001-37. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Leo Silveira 8, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.037837-2.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.748, de 09 de abril de 2019, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2019.

REIVE BARROS DOS SANTOS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

PORTARIA Nº 5.808, DE 4 DE JUNHO DE 2019

Estabelece a Estrutura de funcionamento interno da Superintendência de Regulação Econômica e Estudos do Mercado no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 16 do Regimento Interno da ANEEL, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n° 48500.002629/2019-06, resolve:

Art. 1º. Estabelecer a Estrutura com o funcionamento interno da Superintendência de Regulação Econômica e Estudos do Mercado (SRM), por meio das seguintes Coordenações, sem prejuízo das demais atribuições de competência da unidade:

I - Regulação de Mercado, responsável por instruir os processos relacionados a normatização do Mercado de Energia Elétrica;

II - Avaliação de Regulação de Mercado, responsável por instruir os processos relacionados ao acompanhamento do Mercado de Energia Elétrica;

III - Regulação Econômica, responsável por instruir os processos relacionados a normatização dos aspectos econômicos dos serviços de energia elétrica e do Mercado de Energia Elétrica;

IV - Avaliação de Regulação Econômica, responsável por instruir os processos relacionados ao acompanhamento dos aspectos econômicos dos serviços de energia elétrica e do Mercado de Energia Elétrica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 1.577, DE 4 DE JUNHO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002703/2015-52, decide por (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. em face ao Auto de Infração nº 22/2018, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, para, no mérito, negar-lhe provimento; e (ii) manter a penalidade de multa no valor de R$ 7.044.455,81 (sete milhões, quarenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e um centavos) aplicada em sede de juízo de reconsideração pela SFE, nos termos do Despacho nº 319, de 8 de fevereiro de 2019.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na íntegra e resumo dos Despachos nº 591, nº 592 e nº 593, todos de 27 de fevereiro de 2019, publicados no DOU de 6 de março de 2019, seção 1, página 72, v. 157, nº. 44, onde se lê: "(i) a Potência Instalada de 30.000 kW para 28.774 kW; (ii) a Potência Líquida para 28.774 kW", leia-se: "(i) a Potência Instalada de 30.000 kW para 27.000 kW; (ii) a Potência Líquida para 26.874 kW". A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 1.668, DE 7 DE JUNHO DE 2019

Processo nº: 48500.004982/2018-31. Interessada: Energisa S.A. Decisão: estabelecer os valores devidos a Energisa S.A. pela elaboração do relatório R3, com referência em maio de 2019, relativos ao estudo R1 EPE-DEE-RE-009/2019-rev.2 - "Integração de Cruzeiro do Sul e Feijó ao Sistema Interligado Nacional", utilizados no Leilão de Transmissão, de acordo Resolução nº 594/2013, constantes da tabela anexa ao Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 1.646, DE 6 DE JUNHO DE 2019

Processo nº 48500.000258/2019-10. Interessadas: São João Transmissora de Energia S.A. e São Pedro Transmissora de Energia S.A. Decisão: anuir à prorrogação do prazo estabelecido no Despacho nº 472, de 15 de fevereiro de 2019, em adicionais 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de 19 de junho de 2019, para implementação da operação de transferência de controle societário direto das empresas Interessadas. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.666, DE 7 DE JUNHO DE 2019

Processo nº 48500.001875/2019-32. Interessadas: CPFL Paulista - Companhia Paulista de Força e Luz, CPFL Piratininga - Companhia Piratininga de Força e Luz, CPFL Santa Cruz - Companhia Jaguari de Energia e RGE - RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. Decisão: Anuir previamente à celebração de contrato de abertura de crédito mútuo, a ser firmado entre as Interessadas e sua parte relacionada, State Grid Brazil Participações S.A., na forma da minuta apresentada. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO Nº 1.656, DE 7 DE JUNHO DE 2019

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005895/2018-00, decide: (i) indeferir o pleito da Triângulo Mineiro Transmissora S.A. - TMT; e (ii) manter aplicada a Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI decorrente do desligamento ocorrido em 30 de julho de 2018 da LT 500 kV Marimbondo II / Assis.

TITO RICARDO VAZ DA COSTA

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 100/2019

Fase de Requerimento de Lavra
Retificação de despacho(1388)
815.589/2002-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA SANTA ANA LTDA EPP - Publicado DOU de 25/02/2019, Relação n° 13/2019, Seção I, pág. - Onde se lê: "...Validade: 07/02/2019", Leia-se: "...Validade: 07/02/2020"

Fase de Concessão de Lavra
Retificação de despacho(1389)
815.488/2002-AMVN INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA - Publicado DOU de 18/02/2019, Relação n° 3/2019, Seção I, pág. - Onde se lê: "...Embalalagens retornáveis..." , Leia-se: "...Embalagens descartáveis..."

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
Relação nº 101/2019

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito despacho publicado.(1864)
868.103/2001-PETROTEC - PETRÓLEO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.- DOU de 24/02/2006
868.105/2001-PETROTEC - PETRÓLEO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.- DOU de 24/02/2006

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
Relação nº 102/2019

Fase de Requerimento de Lavra
Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)
878.069/2013- TECNOTELHA INDUSTRIAL LTDA

TASSO MENDONÇA JUNIOR
Diretor- Geral
Substituto

DESPACHO
Relação nº 103/2019

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
826.582/2001-MINERADORA E DISTRIBUIDORA DE ÁGUA MINERAL SÃO JOSÉ LTDA

Fase de Disponibilidade
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO habilitados:(2086)
832.700/2010- Braspedras Comércio Importação e Exportação Ltda; Itaporé Mineração Ltda.ME;Nadson Torres Sarmento ME; Gil Mineração Ltda.; A G Poerrout Comércio Atacadista de Minérios ME.; Mival Mineração Vale do Rio Tijuca Ltda; Granfélix Mineração Indústria e Comércio Ltda.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

DESPACHO
Relação nº 67/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
820.673/1998-EMPRESA DE MINERAÇÃO E ARTEFATOS DE CIMENTO JBS LTDA EPP- ALVARÁ N° 9082 Publicado DOU de 07/10/1998- Onde se lê:''... delimitada por um polígono que tem um vértice a 2.421m, no rumo verdadeiro de 48º46'SW, do ponto de Coordenadas Geográficas: Lat 23º22'44,3'' S e Long 46º11'02'' W e os lados a partir...'', Leia-se:''... delimitada por polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): -23°23'28''769/-46°12'03''413; -23°23'37''870/-46°12'03''413;-23°23'37''870/ -46°12'03''448; -23°23'37''870/-46°12'03''765;-23°23'37''220/-46°12'03''765 ...''
820.203/1999-EDUARDO BARBOUR JÚNIOR-ALVARÁ N° 114 Publicado DOU de 13/01/2017- Onde se lê:''... numa área de 938,28 ha...'', Leia-se:''... numa área de 888,36 ha...''
820.438/2006-JORGE BOBATTO JUNIOR-ALVARÁ N° 3231 Publicado DOU de 19/06/2012- Onde se lê:''... numa área de 989,53 ha...'', Leia-se:''... numa área de 889,6 ha...''
820.449/2011-JOSÉ CLAUDENIR FIORAMONTE-ALVARÁ N° 2248 Publicado DOU de 27/04/2012- Onde se lê:''... numa área de 623,54 ha...'', Leia-se:''... numa área de 611,1 ha...''
864.534/2011-ANANIAS PONCE LACERDA NETO-ALVARÁ N° 10.444 Publicado DOU de 16/10/2013- Onde se lê:''... numa área de 2943,09 ha...'', Leia-se:''... numa área de 2913,15 ha...''
820.471/2016-COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO-ALVARÁ N° 5176 Publicado DOU de 06/07/2017- Onde se lê:''... numa área de 991,83ha...'', Leia-se:''... numa área de 974,43 ha...''
820.524/2016-VAL ROCHA ENGENHARIA LTDA-ALVARÁ N° 5195 Publicado DOU de 06/07/2017- Onde se lê:''... numa área de 165,5 ha...'', Leia-se:''... numa área de 49,07 ha...''
820.613/2016-CLAUDINEI MARINHO CORAINI-ALVARÁ N° 7697 Publicado DOU de 18/10/2017- Onde se lê:''... numa área de 323,86 ha...'', Leia-se:''... numa área de 284,33 ha...''

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 95/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
3442/2019-850.231/2019-VINICIUS FURQUIM FERREIRA-
3443/2019-850.232/2019-VINICIUS FURQUIM FERREIRA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3444/2019-851.203/2016-DANIEL GEYERHAHN GARCIA-
3445/2019-850.110/2018-JOEL ANTONIO FECCHIO-
3446/2019-850.118/2018-DANIEL GEYERHAHN GARCIA-
3447/2019-850.789/2018-SBM SISTEMA BRASILEIRO DE MINÉRIOS LTDA EPP-
3448/2019-850.790/2018-SBM SISTEMA BRASILEIRO DE MINÉRIOS LTDA EPP-
3449/2019-851.022/2018-AÇAÍ MINERAÇÃO LTDA-
3450/2019-851.070/2018-WILMAR CIPRIANO SILVA-
3451/2019-850.066/2019-ANDONEY BARBOSA ALVES-
3452/2019-850.072/2019-F J C SOUSA SERVICOS TOPOGRAFICO-
3453/2019-850.171/2019-NEIMAN PARÁ MINERAIS E METAIS LTDA-
3454/2019-850.212/2019-R.G.D EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS EIRELI-
3455/2019-850.220/2019-R.G.D EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS EIRELI-
3456/2019-850.222/2019-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A-
3457/2019-850.223/2019-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A-
3458/2019-850.227/2019-GOLDMEN PARTICIPAÇÕES E HOLDING LTDA-
3459/2019-850.228/2019-GOLDMEN PARTICIPAÇÕES E HOLDING LTDA-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 96/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
3460/2019-864.302/2018-F. R. RODRIGUES ME "DRAGA DO PORTUGUÊS"-
3461/2019-864.050/2019-RAFAEL BRAGA SILVA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3462/2019-864.058/2017-MARCOS CORREIA DA SILVA-
3463/2019-864.236/2018-WALID EL KOURY DAOUD-
3464/2019-864.303/2018-VARLENI ROSA VIEIRA-
3465/2019-864.308/2018-BOLT MINERAÇÃO LTDA-
3466/2019-864.031/2019-ITAPOROROCA BRITAS LTDA ME-
3467/2019-864.042/2019-MARIA DAGMAR NUNES BRITO RODRIGUES-
3468/2019-864.044/2019-AUROSTAR MINERAÇÃO E EXPLORAÇÃO LTDA.-
3469/2019-864.048/2019-KENSANA DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 99/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3470/2019-868.185/2018-RAUL SARAIVA SANTOS-
3471/2019-868.188/2018-DUARTE E BENITES COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA ME-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO
Relação nº 98/2019

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
866.083/2016-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA - PLG N°41/2019 - Prazo 05 anos
866.166/2016-MARCIO NASCIMENTO - PLG N°42/2019 - Prazo 05 anos
866.167/2016-MARCIO NASCIMENTO - PLG N°43/2019 - Prazo 05 anos
866.462/2016-RIDALECIO DE SOUZA - PLG N°44/2019 - Prazo 05 anos
866.794/2016-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO - PLG N°45/2019 - Prazo 05 anos
866.932/2016-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA - PLG N°46/2019 - Prazo 05 anos
866.108/2017-VALDIVINO CAVALCANTE DE MATOS - PLG N°47/2019 - Prazo 05 anos
866.109/2017-VALDIVINO CAVALCANTE DE MATOS - PLG N°48/2019 - Prazo 05 anos
866.559/2017-JOSÉ SEIXAS DA SILVA - PLG N°49/2019 - Prazo 05 anos
866.560/2017-JOSÉ SEIXAS DA SILVA - PLG N°50/2019 - Prazo 05 anos
867.138/2017-ALVIR ROBERTO WEBER - PLG N°51/2019 - Prazo 05 anos
866.492/2018-MARCIO NASCIMENTO - PLG N°52/2019 - Prazo 05 anos
866.493/2018-MARCIO NASCIMENTO - PLG N°53/2019 - Prazo 05 anos
866.494/2018-MARCIO NASCIMENTO - PLG N°54/2019 - Prazo 05 anos
866.495/2018-MARCIO NASCIMENTO - PLG N°55/2019 - Prazo 05 anos
866.496/2018-MARCIO NASCIMENTO - PLG N°56/2019 - Prazo 05 anos
866.497/2018-MARCIO NASCIMENTO - PLG N°57/2019 - Prazo 05 anos
866.498/2018-MARCIO NASCIMENTO - PLG N°58/2019 - Prazo 05 anos
866.499/2018-MARCIO NASCIMENTO - PLG N°59/2019 - Prazo 05 anos
866.500/2018-MARCIO NASCIMENTO - PLG N°60/2019 - Prazo 05 anos
866.501/2018-MARCIO NASCIMENTO - PLG N°61/2019 - Prazo 05 anos

JOSÉ ANTONIO ALVES DOS SANTOS
Superintendente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
Relação nº 49/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
868.248/2014-DUPLAN CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.172/2018-MAURICIO CAMPOS DE JESUS-OF. N°252/2019
868.173/2018-MAURICIO CAMPOS DE JESUS-OF. N°252/2019
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
868.052/2018-ITALIVIO COELHO NETO

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
807.204/1971-VETORIAL MINERAÇÃO S A- AI N° 001.065/2019-ANM/MS
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
966.001/1993-HORII AGROINDUSTRIAL DE MINÉRIOS LTDA- AI Nº 414/2018 - 415/2018 - 416/2018 - 417/2018 - 418/2018 - 419/2018 - 420/2018 - 421/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
966.001/1993-HORII AGROINDUSTRIAL DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°248/2019

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
866.987/1991-MINERPAN EMPRESA DE RECURSOS MINERAIS EIRELI-OF. N°255/2019 - 256/2019
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
866.217/1987-IRMÃOS BENZI LTDA EPP- Registro de Licença N° 182/1987/12º DISTRITO - Vencimento em 24/04/2022
868.276/2010-AREEIRO CAMPO GRANDE LTDA EPP- Registro de Licença N° 1/2011 - Vencimento em 05/04/2023
868.291/2015-ALEXANDRE VILHALVA DUARTE- Registro de Licença N° 17/2016 - Vencimento em 15/02/2028
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
868.291/2015-ALEXANDRE VILHALVA DUARTE- Cessionário:F. DE A. ANDRADE ME-CNPJ 28.831.649/0001-73- Registro de Licença N° 17/2016- Vencimento da Licença: 06/12/2018
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
868.123/2011-PORTO DE AREIA SANTO ANTONIO LTDA EPP
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
868.090/2015-DEPOSITO DE AREIA CAMAPUA LTDA ME-OF. N°221.44.017/2019

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 50/2019

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
868.089/2018-SAMOEL NAVARRO-Registro de Licença N° 8/2019 - Vencimento em 09/07/2023

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO
Relação nº 46/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Aceita defesa apresentada(241)
890.275/2014-PEDRO JORGE DUARTE BARRETO
890.075/2017-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
890.506/2006-O.C. CARDOSO FILHO EXTRAÇÃO DE ARGILA - AI N°9/2019
890.193/2008-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A - AI N°34/2019
890.394/2008-INDUSTRIA CERÂMICA TRÊS IRMÃOS LTDA ME - AI N°26/2019
890.800/2011-MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO AREAL DO NATIVIM LTDA - AI N°8/2019
890.880/2011-AREAL SITIO DA PEDRA LTDA - ME - AI N°24/2019
890.041/2012-INDÚSTRIA DE CERÂMICA ALVES RANGEL LTDA ME - AI N°17/2019
890.231/2012-CERAMICA INDEPENDENCIA LTDA ME - AI N°13/2019
890.246/2012-CERÂMICA BASTOS CRESPO LTDA EPP - AI N°16/2019
890.428/2012-D.J.C.DOS SANTOS MINERAÇÃO ME - AI N°27/2019
890.450/2012-A. S. RODRIGUES CERÂMICA ME - AI N°6/2019
890.736/2012-CERÂMICA HENRIQUES ARÊAS LTDA ME - AI N°31/2019
890.826/2012-CERAMICA PEDRO XAVIER NUNES LTDA - AI N°15/2019
890.198/2013-MARPAV CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA - AI N°40/2019
890.346/2013-AGRO INDUSTRIAL DUASANNAS LTDA ME - AI N°21/2019
890.453/2013-INDÚSTRIA CERÂMICA DO COLÉGIO LTDA - AI N°23/2019
890.075/2014-CERAMICA UNIÃO DE CAMPOS LTDA - AI N°20/2019
890.148/2014-CERÂMICA PORTO VELHO LTDA. - AI N°4/2019
890.850/2014-LIMA & LIMA GRANITOS LTDA ME - AI N°2/2019
Determina arquivamento Auto de infração(1872)
890.075/2014-CERAMICA UNIÃO DE CAMPOS LTDA- AI N°431/2018
890.075/2017-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME- AI N°340/2018

MARCOS ANTONIO SOARES MONTEIRO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 47/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
890.226/2006-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA. EPP. -Alvará N°5581/2018
890.410/2009-FERROUS RESOURCES DO BRASIL SA -Alvará N°9399/2015
890.041/2010-DAMIÃO PERES DE SOUZA -Alvará N°12964/2010
890.223/2011-MORAES E VIDAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA DE NEGÓCIOS LTDA. -Alvará N°5204/2014
890.224/2011-MORAES E VIDAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA DE NEGÓCIOS LTDA. -Alvará N°5210/2014
890.225/2011-MORAES E VIDAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA DE NEGÓCIOS LTDA. -Alvará N°5206/2014
890.226/2011-MORAES E VIDAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA DE NEGÓCIOS LTDA. -Alvará N°5207/2014
890.227/2011-MORAES E VIDAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA DE NEGÓCIOS LTDA. -Alvará N°5208/2014
890.228/2011-MORAES E VIDAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA DE NEGÓCIOS LTDA. -Alvará N°5209/2014
890.915/2011-MINERAÇÃO AGUAPEI LTDA. -Alvará N°5740/2018
890.398/2012-FERNANDO FELIS GUEDES -Alvará N°92/2013
890.456/2012-CLEIDE MALAFAIA TORRES -Alvará N°6976/2014
890.726/2012-ALFA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA -Alvará N°6734/2017
890.302/2013-JOACIR DE OLIVEIRA THOMAZ -Alvará N°6654/2016
890.735/2013-LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A. -Alvará N°10647/2016
890.736/2013-LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A. -Alvará N°10648/2016
890.426/2014-ELIO MOREIRA DA CUNHA -Alvará N°9321/2014
890.427/2014-ELIO MOREIRA DA CUNHA -Alvará N°9322/2014
890.448/2014-GEOMONTE GEOLOGIA E DESMONTES LTDA -Alvará N°6626/2016
890.699/2014-VISÃO HORIZONTE CONSULTORIA LTDA ME -Alvará N°10664/2016
890.818/2014-GEOMONTE GEOLOGIA E DESMONTES LTDA -Alvará N°3667/2015
890.889/2014-F.N. 40 TERRAPLENAGEM LTDA - EPP -Alvará N°4607/2016
890.099/2015-RIO BONITO TRES VALES BIOENERGIA LTDA EPP -Alvará N°13379/2016
890.469/2015-CADAL AGROPECUARIA LTDA ME -Alvará N°5707/2018
890.478/2015-CLAUDIO HUMBERTO PINHEIRO RAMALHO -Alvará N°8951/2018
890.481/2015-EMPESA EMPRESA PERNAMBUCANA DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. -Alvará N°4609/2016
890.013/2016-QUERÊNCIA FABRICAÇÃO DE ÁGUAS LTDA -Alvará N°7103/2017
890.380/2016-VITÓRIA MINING MINERAÇÃO, IMP. E EXP. LTDA -Alvará N°1648/2017
890.035/2017-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME -Alvará N°4082/2017
890.051/2017-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME -Alvará N°4146/2017
890.021/2018-NICOMEDES MARTINS RAMOS -Alvará N°4347/2018
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
890.226/2006-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA. EPP.-AI N°105/2019
890.223/2011-MORAES E VIDAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA DE NEGÓCIOS LTDA.-AI N°110/2019
890.224/2011-MORAES E VIDAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA DE NEGÓCIOS LTDA.-AI N°113/2019
890.227/2011-MORAES E VIDAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA DE NEGÓCIOS LTDA.-AI N°112/2019
890.228/2011-MORAES E VIDAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA DE NEGÓCIOS LTDA.-AI N°111/2019
890.426/2014-ELIO MOREIRA DA CUNHA-AI N°107/2019
890.427/2014-ELIO MOREIRA DA CUNHA-AI N°109/2019
890.818/2014-GEOMONTE GEOLOGIA E DESMONTES LTDA-AI N°108/2019
890.889/2014-F.N. 40 TERRAPLENAGEM LTDA - EPP-AI N°103/2019
890.099/2015-RIO BONITO TRES VALES BIOENERGIA LTDA EPP-AI N°104/2019
890.481/2015-EMPESA EMPRESA PERNAMBUCANA DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.-AI N°106/2019
890.013/2016-QUERÊNCIA FABRICAÇÃO DE ÁGUAS LTDA-AI N°102/2019

MARCOS ANTONIO SOARES MONTEIRO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
Relação nº 46/2019

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
848.347/2014-MARIA JOSERE CABRAL DE MOURA BEZERRA PAZ ME-Registro de Licença N° 10/2019 - Vencimento em 03/11/2034
848.243/2018-CARLOS ALBERTO COSTA BARBOSA-Registro de Licença N° 11/2019 - Vencimento em 22/08/2019

MARCOS ANTONIO CABRAL CARNEIRO LEAO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 47/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
848.066/2019-J & R MINERACAO LTDA.-OF. N°260/2019
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.191/2006-MHAG SERVIÇOS E MINERAÇÃO S.A.-OF. N°305/2019
848.068/2008-MHAG SERVIÇOS E MINERAÇÃO S.A.-OF. N°317/2019
848.367/2010-EMPROGEO LTDA-OF. N°237/2019
848.733/2010-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°322/2019
848.238/2015-SERRA NORTE GRANITOS EIRELI-OF. N°249/2019
848.041/2016-VALDERI JERÔNIMO DA SILVA-OF. N°325/2019-ANM/RN/SEFAM
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
848.520/2007-MHAG SERVIÇOS E MINERAÇÃO S.A.- Área de 1.984,00ha para 1.719,34ha-MINÉRIO DE FERRO-JUCURUTU/RN
848.521/2007-MHAG SERVIÇOS E MINERAÇÃO S.A.- Área de 1.984,00ha para 1.767,90ha-MINÉRIO DE FERRO-JUCURUTU/RN
848.522/2007-MHAG SERVIÇOS E MINERAÇÃO S.A.- Área de 1.984,00ha para 1.569,07 ha-MINÉRIO DE FERRO-FLORÂNEA/RN
848.523/2007-MHAG SERVIÇOS E MINERAÇÃO S.A.- Área de 1.887,13ha para 1.524,99ha-MINÉRIO DE FERRO-FLORÂNEA/RN
848.077/2010-ARÃO SILVA DE PAIVA- Área de 1943,85 para 761,61-Xisto (uso agrícola); Feldpsato; Berilo; Esmeralda-Alexandria; Marcelino Vieira; Tenente Ananias/RN
848.250/2014-DOUGLAS GUEDES DE FREITAS- Área de 975,01 para 758,26-Calcário e Granito-Jardim do Seridó; Ouro Branco/RN

848.296/2015-SERRA NORTE GRANITOS EIRELI- Área de 871,20 ha para 563,78 ha-XISTO E PEGMATITO-EQUADOR E JUNCO DO SERIDÓ/RN/PB
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
848.045/2009-MHAG SERVIÇOS E MINERAÇÃO S.A.-MINÉRIO DE FERRO-JUCURUTU/RN
848.013/2016-MINERAÇÃO SERRA BRANCA EIRELI ME-Areia-São Pedro do Potengi/RN
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
848.208/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
848.355/2011-DANTAS, GURGEL & CIA LTDA
848.192/2014-JOSÉ FRANCELINO JUNIOR
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
848.093/2013-CRUSADER DO NORDESTE MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°1055/2014
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
848.281/2014-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°13.830/2015
848.011/2015-CRUSADER DO NORDESTE MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°6937/2015
848.055/2015-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°14.106/2015
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
848.152/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
848.008/2008-JÂNIO EMANUEL DA NÓBREGA-OF. N°259/2019

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.769/2010-MINERAÇÃO CRISTAL LTDA-OF. N°247/2019
848.298/2014-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-OF. N°265/2019
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
848.687/2010-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°264/2019-60 dias
848.732/2010-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°263/2019-60 dias
848.746/2010-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°235/2019-60 dias
848.397/2012-P J DE CARVALHO POLI-OF. N°267/2019-180 dias
848.313/2013-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°226/2019-180 dias
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
848.532/2010-THOR NORDESTE GRANITOS LTDA-ACARI/RN, CRUZETA/RN, SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN - Guia n° 07/19-GR/RN-36.450ton-Granito (ornamental)- Validade:12/08/2021
848.272/2014-SOBERANO MINERACAO-EQUADOR/RN, PARELHAS/RN - Guia n° 08/19-GR/RN-27.720toneladas-Granito (ornamental)- Validade:28/03/2021

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
848.462/2008-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°315/2019-SEFAM/ANM/RN
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
848.239/2003-P J DE CARVALHO POLI-OF. N°221.44.027/2018/RN/-SEFAM/ANM/RN
848.194/2009-P J DE CARVALHO POLI-OF. N°221.44.027/2018/RN/-SEFAM/ANM/RN

Fase de Licenciamento
Aprova Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(707)
840.621/1979-MINERAÇÃO E AGREGADOS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
840.621/1979-MINERAÇÃO E AGREGADOS LTDA-OF. N°221.44.012/2019-SFAM/ANM/RN
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
850.625/1978-CAMPEL CONSTRUÇÕES E MÁQUINAS PESADAS- AI N°47/2019
850.626/1978-CAMPEL CONSTRUÇÕES E MÁQUINAS PESADAS- AI N°46/2019
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
840.621/1979-MINERAÇÃO E AGREGADOS LTDA-OF. N°221.44.020/2019-SFAM/ANM/RN

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
848.082/2019-J. T. MARTINS ESCAVAÇÕES ME-OF. N°326/2019-GERÊNCIA/ANM/RN

MARCOS ANTONIO CABRAL CARNEIRO LEAO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 49/2019

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito Auto de Infração(608)
808.438/1974-Votorantim Cimentos N Ne S A- AI N°198/2015; 221/2017; 222/2015; 246/2015; 221/2017
Torna sem efeito exigência(659)
808.438/1974-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°221.44.505/2015-DOU de 05/10/2015

Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
848.242/2009-MINERAÇÃO VITÓRIA LTDA - Publicado DOU de 20/10/2015, Relação n° 196/2015, Seção 1, pág. 46- Onde se lê: "...848.242/2009-Mineração Vitória Ltda.-Área de 798,42 ha para 508,70 ha..."; Leia-se: "..."...848.242/2009-Mineração Vitória Ltda.-Área de 798,42 ha para 692,48 ha-Xisto-Município de São Tomé-RN..."

MARCOS ANTONIO CABRAL CARNEIRO LEAO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE BAHIA

DESPACHO
Relação nº 38/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
870.324/2015-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL- AI N°846/2019
870.327/2015-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL- AI N°845/2019
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
874.626/2011-RICARDO BASTOS PERES-AI N°844/2019

CLAUDIA MARTINEZ MAIA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 61/2019

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
000.737/1940-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.- AI N° 853/2019, 854/2019,855/2019, 856/2019, 857/2019,858/2019, 859/2019, 860/2019, 861/2019,862/2019 e 863/2019

CLAUDIA MARTINEZ MAIA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 69/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
860.569/2013-VALE DO ITIQUIRA AGREGADOS MINERAIS LTDA- Alvará n°7.855/2013 - Cessionario:860.306/2019-Radiolog Logística e Gestão de Publicidade Ltda- CPF ou CNPJ 10.889.401/0001-06
861.252/2016-JOAO FRANCISCO SOUZA RODRIGUES- Alvará n°3.907/2017 - Cessionario:860.296/19, 860.297/19, 860.298/19 e 860.299/19-Jofege Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 86.924.701/0001-32
861.253/2016-JOAO FRANCISCO SOUZA RODRIGUES- Alvará n°3.908/2017 - Cessionario:860.289/19, 860.290/19, 860.291/19, 860.292/19, 860.293/19, 860.294/19 e 860.295/19-Jofege Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 86.924.701/0001-32
860.058/2017-RIO GRANITO LTDA- Alvará n°5.252/2017 - Cessionario:860.267/2019-Mineração Pirineus Ltda- CPF ou CNPJ 37.588.415/0001-38
860.690/2018-PATRÍCIA LINHARES MENDES- Alvará n°9.144/2018 - Cessionario:860.265/2019-Atlantis Construtora S.A.- CPF ou CNPJ 02.563.505/0001-90
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
861.786/2011-SELMA ALVES DE LELES SILVA- Cessionário:Proferro Mineradora Eireli- CPF ou CNPJ 32.877.982/0001-90- Alvará n°8.132/2015
860.213/2013-ZANDER MACHADO XAVIER- Cessionário:Areialto Extração, Comércio e Trasnsporte de Areia Ltda- CPF ou CNPJ 00.114.258/0001-19- Alvará n°3.597/2013
861.003/2015-ANDRÉ LUIZ DE DEUS MACIEL- Cessionário:Stracta Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.219.604/0001-02- Alvará n°1.870/2019
860.404/2016-ANDRÉ LUIZ DE DEUS MACIEL- Cessionário:Stracta Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.219.604/0001-02- Alvará n°1.871/2019

Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
861.898/2013-VETTEL ENGENHARIA & MINERAÇÃO LTDA- Alvará n° 2.501/2014 - Cessionário: Extração Goiana de Areia Ouro Branco Ltda- CNPJ 08.543.443/0001-30
860.237/2015-PLANALTO TRANSPORTADORA LTDA- Alvará n° 7.168/2016 - Cessionário: Ciplan Cimento Planalto S.A.- CNPJ 00.057.240/0001-22

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Relação nº 25/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(186)
886.143/2017-VALDIR ALVES PEREIRA
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
886.013/2000-PEDREIRA E EXTRAÇÃO FORTALEZA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-PORTO VELHO/RO - Guia n° 03/2019-50.000toneladas-Granito - brita-Validade:29/03/2022
886.095/2018-METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A-ITAPUÃ DO OESTE/RO - Guia n° 04 e 05/2019-150 e 300toneladas-columbita/cassiterita-Validade:07/06/2020 e 07/06/2020
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
886.013/2000-PEDREIRA E EXTRAÇÃO FORTALEZA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-GRANITO-PORTO VELHO/RO

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
886.194/2013-VANDEIR GROSSELLI TELLES-Registro de Licença N° 01/2019 - Vencimento em 13/08/2028
886.052/2017-CENTRAIS ELÉTRICAS CESAR FILHO LTDA.-Registro de Licença N° 002/2019 - Vencimento em indeterminado
Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)
886.295/2013-VALTER RAINOLDO GOEBEL
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
886.333/2011-JOÃO JOSE FERNANDES DE OLIVEIRA-OF. N°394/2019
886.131/2013-C. R. M. GADELHA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO ME-OF. N°395/2019
886.131/2013-C. R. M. GADELHA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO ME-OF. N°395/2019
886.180/2013-C. R. M. GADELHA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO ME-OF. N°396/2019
886.308/2013-NINKE & NINK LTDA-OF. N°399/2019
886.438/2013-TERRA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA ME.-OF. N°400/2019
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
886.451/2011-VANESSA PEREIRA HONORATO
886.039/2012-L.M. CONSTRUTORA LTDA
886.203/2012-HUGO WALDEMAR FREY NETO
886.369/2012-DPZ COMERCIO, SERVIÇO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
886.220/2013-REAL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI EPP
886.332/2013-J.F. DE ANDRADE & CIA LTDA EPP
886.333/2013-ANDRADE MARCELLO LTDA
886.478/2013-RICARDO LOPES PESSÔA SILVA
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
886.033/2019-VALDIR ALVES PEREIRA

JOAQUIM RIBEIRO NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO
Relação nº 67/2019

Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
820.316/1981-EXTRAÇÃO DE AREI RESSACA LTDA. EPP-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.
820.221/1995-MINERAÇÃO MOGI GUAÇU LTDA EPP-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.
820.862/1995-TUTE MINERAÇÃO LTDA-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.
820.863/1995-TUTE MINERAÇÃO LTDA-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.
821.051/1995-USJ MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

821.499/1999-USJ MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.129/2003-IMOBILIÁRIA PARAMIRIM S.A.-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.619/2004-CERÂMICA SAVANE LTDA-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.667/2004-MINERAÇÃO ARAGUAIA LTDA EPP-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.207/2005-PANORAMA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES PRÉ FABRICADAS LTDA-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.303/2005-CERÂMICA ALFAGRÊS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.628/2005-PANORAMA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES PRÉ FABRICADAS LTDA-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.629/2005-PANORAMA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES PRÉ FABRICADAS LTDA-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.119/2006-IMOBILIÁRIA PARAMIRIM S.A.-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.168/2007-CERÂMICA CITY LTDA-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.444/2007-SÃO MARTINHO S.A.-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.535/2007-SÃO MARTINHO S.A.-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.869/2007-PEDREIRA UNIÃO DO SALTO LTDA EPP-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.026/2008-SÃO MARTINHO S.A.-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.954/2008-IMOBILIÁRIA PARAMIRIM S.A.-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.722/2009-PEDREIRA MOGIANA LTDA-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.723/2009-PEDREIRA MOGIANA LTDA-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.162/2011-OLARIA IRMÃOS GONÇALVES LTDA ME-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.342/2011-PANORAMA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES PRÉ FABRICADAS LTDA-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.399/2011-MINERAÇÃO ALFAGRES LTDA-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.803/2012-IMOBILIÁRIA PARAMIRIM S.A.-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

821.260/2012-MINERADORA TAMOIOS LTDA.-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

821.261/2012-MINERADORA TAMOIOS LTDA.-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

821.262/2012-MINERADORA TAMOIOS LTDA.-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

821.263/2012-MINERADORA TAMOIOS LTDA.-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.741/2016-MINERAÇÃO MOGI GUAÇU LTDA EPP-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

Fase de Requerimento de Licenciamento
Despacho publicado(1153)

821.192/2014-J.E GIMENES EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.493/2016-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA SERRA AZUL LTDA-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.574/2018-COMERCIAL DE AREIA E PEDRA MARIAN EIRELI-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.580/2018-COMERCIAL DE AREIA E PEDRA MARIAN EIRELI-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

820.581/2018-COMERCIAL DE AREIA E PEDRA MARIAN EIRELI-Atesto a tempestividade da juntada apresentada no dia 06/06/2019, impossibilitada de ter sido efetuada em 05/06/2019 devido ao corte de energia elétrica programado pela Concessionária Eletropaulo, que obrigou a suspensão das atividades do Setor de Protocolo da ANM/GER/SP.

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO
Relação nº 18/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
826.517/2018-JOSÉ CAETANO FERREIRA
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
826.523/2018-CLEUDETE DOS SANTOS
826.531/2018-MATEUS DE AZEVEDO
826.002/2019-INDUSTRIAS BRASILEIRAS DE ARTIGOS REFRATÁRIOS IBAR LTDA.
826.014/2019-BRF ENGENHARIA DE OBRAS LTDA.
826.018/2019-DITZEL & SANCHES LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.048/2019-MAAHS COMÉRCIO DE AREIA E BRITA EIRELI-OF. N°556/2019/ANM/PR
826.050/2019-MAAHS COMÉRCIO DE AREIA E BRITA EIRELI-OF. N°561/2019/ANM/PR
826.051/2019-MAAHS COMÉRCIO DE AREIA E BRITA EIRELI-OF. N°562/2019/ANM/PR

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
826.171/2017-MINERAÇÃO NOVA LONDRINA LTDA- Alvará n°6717/2017 - Cessionario:826.089/2019-Vilmar Pasquali & Cia Ltda Epp- CPF ou CNPJ 95.402.590/0001-95
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(186)
826.506/2016-WILLIAM CANHA BOMFIM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.404/2018-ETR COMÉRCIO DE AREIA LTDA-OF. N°365/2019
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
826.875/2011-ADELAR BALESTRIN
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
826.559/2016-MINERAÇÃO E PESQUISA BRASILEIRA LTDA.-ALVARÁ N°1947/2017

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.297/2010-PEDREIRA UBIRATÃ LTDA-OF. N°526/2019
826.225/2015-L&D MINERADORA EIRELI-OF. N°527/2019
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
826.364/2006-J.M.TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA.-OF. N°225/2017/DGTM/DNPM-PR-60 dias
826.171/2007-HOBI S A MINERAÇÃO DE AREIA E CONCRETO-OF. N°588/2013/DGTM/DNPM-PR-60 dias
826.019/2008-HOBI S A MINERAÇÃO DE AREIA E CONCRETO-OF. N°553/2013/DGTM/DNPM-PR-60 dias
826.022/2008-HOBI S A MINERAÇÃO DE AREIA E CONCRETO-OF. N°584/2013/DGTM/DNPM-PR-60 dias
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
826.023/2009-BOLESLAU WESGUEBER ME-ITARARÉ/SP, SENGÉS/PR - Guia n° 25/2019-50.000ton/ano-Areia- Validade:18/12/2021
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
826.103/1995-MINERAÇÃO FLORESTA DE GUAÍRA LTDA
826.104/1995-MINERAÇÃO FLORESTA DE GUAÍRA LTDA
826.105/1995-MINERAÇÃO FLORESTA DE GUAÍRA LTDA
826.106/1995-MINERAÇÃO FLORESTA DE GUAÍRA LTDA
826.107/1995-MINERAÇÃO FLORESTA DE GUAÍRA LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
826.030/2011-MINERAÇÃO PARANAI LTDA- Alvará n° 5833/2011 - Cessionário: Areal Tijuco Extração e Comércio de Areia Ltda Me- CNPJ 58.497.975/0001-57
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
826.121/2005-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°551/2019/SEFAM/AMN-PR
826.122/2005-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°553/2019/SEFAM/AMN-PR
826.303/2005-JOSÉ IRINEU WOLLNER (F.I.)-OF. N°535/2019/SEFAM/AMN-PR
826.327/2005-COMPACTA MINERADORA LTDA-OF. N°530/2019/SEFAM/AMN-PR
826.396/2005-AREIAL RESSACA LTDA-OF. N°531/2019/SEFAM/AMN-PR
826.432/2005-HOBI S A MINERAÇÃO DE AREIA E CONCRETO-OF. N°529/2019/SEFAM/AMN-PR
826.742/2005-PALOTINENSE BRITAS E AREIAS LTDA EPP-OF. N°536/2019/SEFAM/AMN-PR
826.752/2005-CUNHAMAIS TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES EIRELI ME-OF. N°537/2019/SEFAM/AMN-PR
826.364/2006-J.M.TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA.-OF. N°469/2019/SEFAM/ANM-PR
826.400/2006-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°528/2019/SEFAM/AMN-PR
826.510/2006-LUCIANO FERREIRA DE BARROS FIRMA INDIVIDUAL-OF. N°521/2019/SEFAM/AMN-PR
826.641/2006-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°520/2019/SEFAM/AMN-PR

826.662/2006-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°517/2019/SEFAM/ANM-PR
826.128/2007-ITAJARA MINÉRIOS LTDA-OF. N°467/2019/SEFAM/ANM-PR
826.171/2007-HOBI S A MINERAÇÃO DE AREIA E CONCRETO-OF. N°466/2019/SEFAM/ANM-PR
826.083/2012-HOBI S A MINERAÇÃO DE AREIA E CONCRETO-OF. N°519/2019/SEFAM/ANM-PR

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
826.245/1997-TERRA RICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIOS E FERTILIZANTES DE SOLO LTDA.- AI N° 83/2019
826.933/2001-MINERADORA FAZENDA CANAÃ LTDA.- AI N° 84/2019
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
926.301/2007-ITAJARA MINÉRIOS LTDA-OF. N°565/2019
926.301/2007-ITAJARA MINÉRIOS LTDA-OF. N°555/2019

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
826.167/1989-P. C. LOPES -EPP- Registro de Licença N° 163/PR - Vencimento em 19/03/2022
826.170/1989-P. C. LOPES -EPP- Registro de Licença N° 164/1992/PR - Vencimento em 04/04/2021
826.170/1992-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Registro de Licença N° 380/13°DS - DNPM/PR - Vencimento em 16/01/2029
826.197/2014-J. D. BARRIM JUNIOR CASCALHO EIRELI- Registro de Licença N° 48/2014/DNPM/PR - Vencimento em 10/05/2022
826.534/2014-MATIAS ZAZULA ME- Registro de Licença N° 53/2015 - Vencimento em 07/05/2024
826.767/2016-KLABIN S.A- Registro de Licença N° 07/2019/DNPM/PR - Vencimento em 25/04/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
826.656/2017-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL SEREIA LTDA. ME-OF. N°381/2019/ANM/PR
826.515/2018-AGROSEPAC MINERAÇÃO LTDA-OF. N°396/2019/ANM/PR
826.550/2018-KLEYTON GIOVANNI BALAN LOPES ME-OF. N°395/2019/ANM/PR
826.022/2019-JOÃO THIAGO BERNAL MARTINS-OF. N°394/2019/ANM/PR
826.023/2019-LLJ TRANSPORTES, EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS E TERRAPLENAGENS LTDA ME.-OF. N°392/2019/ANM/PR
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
826.020/2019-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
826.536/2018-AGROSEPAC MINERAÇÃO LTDA

CARLOS ALBERTO DIETER
Gerente

DESPACHO
Relação nº 22/2019

Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
826.563/2013-RTB GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA. - Publicado DOU de 11/07/2016, Relação n° 59/2016, Seção 1, pág. 123- ONDE SE LÊ: "(...) APROVO o Relatório de Pesquisa tempestivamente apresentado de Quartzito, (...)" LEIA-SE: "(...) APROVO o Relatório de Pesquisa tempestivamente apresentado de Areia, (...)"
826.096/2015-RTB GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA. - Publicado DOU de 11/07/2016, Relação n° 59/2016, Seção 1, pág. 123- ONDE SE LÊ: "(...) APROVO o Relatório de Pesquisa tempestivamente apresentado de Quartzito, (...)" LEIA-SE: "(...) APROVO o Relatório de Pesquisa tempestivamente apresentado de Areia, (...)"

CARLOS ALBERTO DIETER
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO V NO ESTADO DO AMAPÁ

DESPACHO
Relação nº 22/2019

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
802.239/1978-MINERAÇÃO VILA NOVA LTDA-OF. N°39/2019
858.233/1997-ZAMAPÁ MINERAÇÃO S.A.-OF. N°051/2019
858.000/1999-IMPACTO COM. E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°48/2019
858.003/1999-IMPACTO COM. E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°48/2019
858.032/2003-JARI PRODUTOS E MATERIAIS DE MINERAÇÃO S.A.-OF. N°49/2019
858.078/2004-ZAMAPÁ MINERAÇÃO S.A.-OF. N°051/2004
858.078/2004-ZAMAPÁ MINERAÇÃO S.A.-OF. N°051/2019
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)
858.005/2003-JARI PRODUTOS E MATERIAIS DE MINERAÇÃO S.A.-OF. N°369/2009

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
858.089/2015-R G BATISTA ME-OF. N°43/2019
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
858.081/2016-CONSTRUTORA CHAVES LTDA EPP
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
858.014/2015-CALOS FERNANDES NETO
858.038/2018-F E RIBEIRO DE LIMA EPP
858.048/2018-RANGEL DA CRUZ ARAÚJO

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 23/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
858.047/2014-SMD RECURSOS NATURAIS LTDA.
858.009/2015-RENAN FIGUEIREDO RODRIGUES
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
858.056/2014-SMD RECURSOS NATURAIS LTDA.
858.045/2015-ADRIANA DA SILVA GERMANO
858.096/2016-J J MINERAÇÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
858.112/2007-SPG MINERAÇÃO S.A-OF. N°77/2019 e 76/2019
858.111/2011-ECOMETALS MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-OF. N°55/2019
858.051/2014-SMD RECURSOS NATURAIS LTDA.-OF. N°072/2019
858.052/2014-SMD RECURSOS NATURAIS LTDA.-OF. N°071/2019
858.053/2014-SMD RECURSOS NATURAIS LTDA.-OF. N°066/2019
858.054/2014-SMD RECURSOS NATURAIS LTDA.-OF. N°068/2019
858.055/2014-SMD RECURSOS NATURAIS LTDA.-OF. N°067/2019
858.062/2014-SMD RECURSOS NATURAIS LTDA.-OF. N°069/2019
858.063/2014-SMD RECURSOS NATURAIS LTDA.-OF. N°070/2019
858.064/2014-SMD RECURSOS NATURAIS LTDA.-OF. N°073/2019
858.083/2014-SMD RECURSOS NATURAIS LTDA.-OF. N°062/2019
858.083/2014-SMD RECURSOS NATURAIS LTDA.-OF. N°063/2019
858.087/2014-SMD RECURSOS NATURAIS LTDA.-OF. N°64/2019
858.089/2016-MILENE SILVA GOMES-OF. N°061/2019
858.091/2016-J J MINERAÇÃO LTDA-OF. N°057/2019
858.091/2016-J J MINERAÇÃO LTDA-OF. N°56/2019
858.092/2016-J J MINERAÇÃO LTDA-OF. N°52/2019
858.092/2016-J J MINERAÇÃO LTDA-OF. N°53/2019
858.045/2017-PAULO ANDRÉ DUNIN ZUPANSKI-OF. N°65/2019 e 74/2019
858.080/2017-QUANTUM TRADING LTDA-OF. N°75/2019 e 79/02019

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
858.033/2001-BRAZ FERROS MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°060/2019

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
858.075/2010-ZAMIN AMAPÁ MINERAÇÃO S.A.-OF. N°058/2019

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 790, DE 10 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis - PMQC e dá outras providências.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 6º do Regimento Interno e pelo art. 7º do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo n.º 48610.003541/2006-31 e as deliberações tomadas na 979ª Reunião de Diretoria, realizada em 5 de junho de 2019, resolve:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução institui o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC) e estabelece os requisitos para o credenciamento de laboratórios correlacionados.

§ 1º O Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC) consiste na coleta, transporte e realização de análises físico-químicas em amostras de combustíveis líquidos automotivos por laboratório credenciado na ANP e, quando couber, pelo Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas - CPT da Agência.

§ 2º Esta Resolução aplica-se às seguintes famílias de produtos:

I - etanol hidratado;

II - gasolina C; e

III - óleo diesel B.

Art. 2º Os resultados obtidos pelo PMQC serão utilizados para geração de indicadores da qualidade dos combustíveis líquidos automotivos comercializados no território nacional.

Parágrafo único. O PMQC não constituirá atividade de fiscalização com base na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e os resultados obtidos não poderão ser utilizados para fins de aplicação das sanções administrativas.

Art. 3º Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - bloco de monitoramento: conjunto de localidades objeto de monitoramento por um laboratório credenciado, podendo corresponder a uma ou mais Unidades da Federação (UF) ou a um conjunto de municípios de uma UF;

II - família de produtos: conjunto de diferentes tipos de um mesmo combustível contemplados no PMQC;

III - laboratório credenciado: laboratório escolhido pela ANP, mediante processo licitatório, para a execução do PMQC;

IV - região de monitoramento: qualquer subconjunto de um bloco de monitoramento, definido pelo laboratório credenciado em função da logística escolhida para a execução do PMQC, respeitados os critérios estabelecidos pela ANP em cada edital de licitação;

V - visita: comparecimento de representante do laboratório credenciado ao estabelecimento de distribuidor, revendedor varejista ou transportador-revendedor-retalhista (TRR) para coleta de amostras;

VI - base de distribuição: base individual ou compartilhada, cuja utilização envolva expedição de derivados de petróleo e biocombustíveis para clientes, ou carregamento rodoviário, nos termos da Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011, ou outra que venha a substitui-la;

VII - adimplente: situação do agente econômico que estiver quite com o pagamento do contrato firmado com o laboratório credenciado pela ANP para realização do PMQC em seu bloco de monitoramento;

VIII - inadimplente: situação do agente econômico que deixar de realizar o pagamento no tempo, forma ou valor estipulados no contrato firmado com o laboratório credenciado pela ANP para realização do PMQC em seu bloco de monitoramento;

IX - agente econômico: revendedor varejista de combustível, TRR e distribuidor de combustíveis automotivos líquidos;

X - coletor: pessoa física responsável pela coleta de amostras nos agentes econômicos;

XI - Manual de Procedimentos dos Programas de Monitoramento da Qualidade: documento que contém as diretrizes técnicas e operacionais para realização dos serviços contratados de coleta, transporte e análises físico-químicas de amostras de produtos; e

XII - programas interlaboratoriais: programas de comparação interlaboratorial conduzidos pela ANP com o objetivo de avaliar o desempenho, por parte dos laboratórios inscritos, nas análises físico-químicas.

CAPÍTULO II
DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DOS COMBUSTÍVEIS

Art. 4º Os agentes econômicos ficam obrigados a contratar laboratório credenciado, por bloco de monitoramento, para coletar, transportar e realizar análises físico-químicas em amostras de combustíveis líquidos automotivos, de acordo com as regras dos Capítulos IV e V.

§ 1º A contratação do laboratório credenciado não dispensará os agentes econômicos de adotarem outras medidas para assegurar a qualidade do combustível comercializado.

§ 2º O disposto no caput não se aplica aos blocos de monitoramento em que não houver laboratório credenciado.

Art. 5º O pagamento da contratação referida no art. 4º poderá ser assumido, mediante livre negociação, pelas distribuidoras, associações ou sindicatos, sem prejuízo da responsabilidade do agente monitorado, em caso de inadimplemento.

CAPÍTULO III
DOS LABORATÓRIOS CREDENCIADOS
Seção I
Do Credenciamento dos Laboratórios

Art. 6º A ANP realizará processo licitatório para a escolha de laboratório a ser credenciado, por bloco de monitoramento, cujas regras serão definidas em edital a ser divulgado pela imprensa oficial.

§ 1º Os blocos de monitoramento serão definidos pela ANP a cada processo licitatório.

§ 2º Será escolhido um laboratório independente por bloco de monitoramento.

§3º O preço dos serviços de coleta, transporte e análise de amostras de combustíveis serão determinados no processo licitatório, sendo único para todo o bloco de monitoramento.

Art. 7º Os agentes econômicos só poderão contratar o laboratório credenciado para o bloco de monitoramento que compreenda o município em que se localizem.

Art. 8º Os laboratórios escolhidos pela ANP, mediante procedimento licitatório, serão qualificados como laboratórios credenciados a partir da assinatura do Termo de Credenciamento de Laboratório para Execução do PMQC.

§ 1º O credenciamento dos laboratórios poderá ser renovado anualmente, até o limite de 60 meses.

§ 2º O Termo de Credenciamento de Laboratório para Execução do PMQC detalhará os requisitos e condições para execução das coletas, transporte e análises, as obrigações das partes e as hipóteses de perda do credenciamento definidas no Capítulo III, Seção II desta Resolução.

Art. 9º A ANP poderá realizar, a qualquer tempo, vistoria no laboratório licitante ou credenciado para a verificação das informações prestadas por meio da documentação exigida para o credenciamento.

§ 1º Durante a vistoria, o servidor da ANP poderá requerer a realização de análises de combustíveis em sua presença, com o objetivo de comprovar o atendimento aos requisitos constantes desta Resolução e às boas práticas laboratoriais.

§ 2º Para a manutenção do credenciamento, o laboratório ficará obrigado a participar, com obtenção de resultados satisfatórios, dos programas interlaboratoriais coordenados pela ANP.

Art. 10. O laboratório aprovado no processo de credenciamento terá o correspondente despacho publicado no Diário Oficial da União, e os respectivos ensaios e métodos habilitados serão divulgados na página da ANP na internet.

Seção II

Da Perda do Credenciamento do Laboratório

Art. 11. O laboratório credenciado perderá o seu credenciamento nos seguintes casos:

I - não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas do Termo de Credenciamento de Laboratório para Execução do PMQC, especificações, projetos ou prazos;

II - morosidade no cumprimento de cláusulas do Termo de Credenciamento de Laboratório para Execução do PMQC, levando a ANP a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço nos prazos estipulados;

III - atraso injustificado, superior a 90 dias, para o início dos serviços;

IV - paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à ANP;

V - subcontratação, total ou parcial, do objeto do credenciamento, não admitida no edital e no Termo de Credenciamento de Laboratório para Execução do PMQC;

VI - associação do laboratório com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no Termo de Credenciamento de Laboratório para Execução do PMQC;

VII - desatendimento às determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do credenciamento, assim como as de seus superiores;

VIII - cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas na forma do § 1º, art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

IX - decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

X - dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

XI - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução dos serviços;

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Diretoria Colegiada da ANP e exaradas no processo administrativo a que se refere o Termo de Credenciamento de Laboratório para Execução do PMQC;

XIII - descumprimento do disposto no inciso V, art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

XIV - ausência injustificada em programa interlaboratorial da ANP;

XV - apresentação de resultados insatisfatórios em mais de vinte e cinco por cento dos ensaios; ou

XVI - violação do dever de sigilo quanto ao sorteio, à data de realização de coletas, aos resultados das análises e às informações relativas ao ensaio de marcador.

§ 1º A perda do credenciamento será declarada, motivadamente, em processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º Nos casos de perda do credenciamento, os serviços pagos pelos agentes econômicos, e não realizados, deverão ser ressarcidos pelo laboratório descredenciado na forma e prazo previstos no contrato entre as partes.

§ 3º Excetuam-se ao inciso XVI os resultados das análises ao contratante do laboratório.

CAPÍTULO IV

DA COLETA E DO TRANSPORTE DE AMOSTRAS

Art. 12. Para fins de atendimento ao disposto nesta Resolução, somente o laboratório credenciado poderá realizar os serviços de coleta, transporte e análise de amostras de combustíveis no bloco de monitoramento determinado pela ANP.

§ 1º O laboratório credenciado não poderá ter vinculação, nem possuir em seu corpo administrativo ou social pessoas diretamente ligadas a produtores de combustíveis ou agentes econômicos ou instituições a eles vinculadas, tais como sindicatos e associações.

§ 2º Será facultado ao laboratório credenciado subcontratar, total ou parcialmente, o serviço de coleta e de transporte ao laboratório, desde que permaneça integralmente responsável pelos atos do subcontratado, o qual não poderá ter vínculo societário ou administrativo com os agentes econômicos.

§ 3º Ficam proibidas a coleta e o transporte das amostras pelo próprio revendedor varejista, TRR e distribuidor.

Art. 13. O contrato do PMQC entre o agente econômico e o laboratório credenciado deverá contemplar:

I - pelo menos uma visita por mês, para as bases de distribuição de combustíveis líquidos; e

II - pelo menos uma visita por semestre, para o revendedor varejista de combustíveis líquidos e TRR.

Parágrafo único. Os agentes econômicos poderão contratar análises com frequência maior do que a mínima estipulada nos incisos I e II.

Art. 14. O agente econômico não poderá recusar a coleta de amostras de combustíveis pelo laboratório credenciado ou subcontratado, durante a vigência de contrato com o laboratório credenciado.

Art. 15. A coleta e o transporte de amostras deverão ser realizados pelo laboratório credenciado na data determinada pela ANP, por meio de sorteio, seguindo as regras definidas em edital.

Parágrafo único. A data da coleta tem caráter sigiloso até a sua realização, não sendo permitido informá-la previamente ao agente econômico ou a terceiros.

Art. 16. Em cada visita, deverá ser coletada, no mínimo, uma amostra de cada família de produtos comercializada pelo agente econômico.

Parágrafo único. Os agentes econômicos ficam obrigados a apresentar a nota fiscal ou o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), referente à aquisição do combustível automotivo objeto de coleta, ao representante do laboratório credenciado no momento da visita.

Art. 17. Os laboratórios credenciados serão obrigados a observar as regras vigentes relacionadas com o transporte de produtos perigosos.

Art. 18. Os laboratórios credenciados deverão manter atualizada junto à ANP a relação de todos os coletores de amostras, bem como de toda a equipe técnica envolvida na prestação do serviço e dos subcontratados, conforme previsto no Termo de Credenciamento de Laboratório para Execução do PMQC.

§1º A ANP divulgará em seu sítio na internet a lista de laboratórios credenciados e subcontratados de cada bloco de monitoramento.

§2º No ato da coleta das amostras, os agentes coletores e toda a equipe técnica, inclusive os subcontratados, deverão, antecipada e obrigatoriamente, identificarem-se por meio de documentos pertinentes ao laboratório a que representam.

CAPÍTULO V

DAS ANÁLISES DAS AMOSTRAS COLETADAS

Art. 19. Os laboratórios credenciados serão obrigados a realizar as análises físico-químicas pelos métodos analíticos definidos no edital da licitação, em consonância com a legislação vigente.

CAPÍTULO VI

DO FLUXO E DA ABERTURA DOS DADOS

Art. 20. Os laboratórios credenciados deverão enviar para a ANP, por meio de correio eletrônico a ser indicado no edital da licitação, a lista das bases de distribuição, dos revendedores varejistas de combustíveis e dos TRR com contratos vigentes para o respectivo ano.

Parágrafo único. A lista deverá ser enviada em até 60 (sessenta) dias após o credenciamento, e atualizada mensalmente durante toda a vigência do Termo de Credenciamento de Laboratório para Execução do PMQC.

Art. 21. Os resultados das análises deverão ser encaminhados à ANP pelos laboratórios credenciados, na forma, prazos e metodologias estabelecidos no edital da licitação e no Termo de Credenciamento de Laboratório para Execução do PMQC.

Art. 22. Os agentes econômicos terão acesso aos resultados das análises de suas respectivas amostras, obtidos no PMQC, podendo divulgá-los.

Parágrafo único. Na divulgação, fica vedada a utilização de conteúdo publicitário que se utilize de expressões que induzam à conclusão do consumidor de que o resultado do monitoramento assegura, de forma continuada, a qualidade dos produtos comercializados pelo estabelecimento e que se traduz em garantia da ANP.

Art. 23. A ANP divulgará, em sua página na internet, os resultados das análises conformes, individualizados por agente econômico e, em boletim próprio, os resultados consolidados do PMQC.

§1º A cada semestre, agentes econômicos participantes do PMQC que tiverem apenas resultados conformes nesse período terão a sua identificação e a frequência das análises divulgadas com destaque no sítio da ANP.

§2º Igualmente, serão divulgados com destaque os agentes que se enquadrarem no disposto no parágrafo único do art. 13.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24. A coleta, transporte e análise de amostras no âmbito dos Programas de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC) e dos Lubrificantes (PMQL) serão realizadas pelo seu Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas - CPT, quando indicado pela ANP, e pelas instituições contratadas pela ANP para esse fim enquanto vigorarem os contratos celebrados anteriormente à data de publicação da presente Resolução.

Art. 25. A Portaria ANP nº 84, de 24 de maio de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º .....

III - comercializar óleo diesel e GLP exclusivamente com distribuidor que possua registro e autorização da ANP para exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados do petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos, adimplente com a contratação do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), e de distribuição de GLP, respectivamente." (NR)

Art. 26. A Portaria ANP nº 313, de 27 de dezembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

I - óleo diesel: com distribuidor de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel especificada ou autorizada pela ANP e outros combustíveis automotivos, desde que esteja adimplente com a contratação do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), com produtor, exceto produtor de biodiesel, com importador ou exportador de óleo diesel e biodiesel, todos definidos e autorizados pela ANP, ou com consumidor final; e

II - biodiesel: com distribuidor de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel especificada ou autorizada pela ANP e outros combustíveis automotivos, desde que adimplente com a contratação do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), com refinaria de petróleo, com produtor de biodiesel, com importador ou exportador de óleo diesel e biodiesel, todos definidos e autorizados pela ANP, ou com consumidor final." (NR)

Art. 27. A Portaria ANP nº 314, de 27 de dezembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

.....

§ 2º O Importador deverá comercializar o produto importado somente com distribuidoras de combustíveis automotivos adimplentes com a contratação do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), com produtores de gasolinas ou com importadores ou exportadores de gasolinas, todos autorizados pela ANP." (NR)

Art. 28. A Portaria ANP nº 317, de 27 de dezembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º Relativamente à atividade de comercialização de gasolina A, as CPQs não estão autorizadas a comercializar diretamente com distribuidor inadimplente com a contratação do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), nem com revendedor e consumidor final." (NR)

Art. 29. A Resolução ANP nº 8, de 6 de março de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 21.....

XV - contratar laboratório credenciado na sua região para a realização das análises da qualidade do óleo

diesel B, no âmbito do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC)."

Art. 30. A Resolução ANP nº 43, de 22 de dezembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º .....

.....

II - distribuidor autorizado pela ANP e adimplente com a contratação do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC);

....." (NR)

Art. 31. A Resolução ANP nº 16, de 10 de junho de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 18 .....

.....

IV - distribuidor de combustíveis automotivos líquidos inadimplente com a contratação do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC)." (NR)

Art. 32. A Resolução ANP nº 5, de 26 de janeiro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 16 .....

.....

III - .....

a) distribuidores de combustíveis adimplentes com a contratação do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC);

.....

IV - .....

a) distribuidores de combustíveis adimplentes com a contratação do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC);

....." (NR)

Art. 33. A Resolução ANP nº 30, de 6 de agosto de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 17 .....

.....

VI - distribuidor autorizado de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, mistura óleo diesel e biodiesel e outros combustíveis automotivos, desde que adimplente com a contratação do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), observada a regulamentação específica referente à aquisição de biodiesel necessária ao atendimento do percentual mínimo obrigatório de que trata a Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, e para comercialização e uso de biodiesel em quantidade superior ao percentual de adição obrigatória, conforme autorizado pelo art. 1º, incisos I, II e III, da Resolução CNPE nº 3, de 21 de setembro de 2015;"

....." (NR)

Art. 34. A Resolução ANP nº 41, de 5 de novembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

IV - o controle da qualidade dos combustíveis automotivos, referente aos ensaios para a análise das características descritas no Regulamento Técnico ANP nº 1/2007 da Resolução ANP nº 9, de 7 de março de 2007, ou outra que venha a substituí-la, em permanente adimplência com o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC).

....." (NR)

"Art. 6º .....

.....

I - .....

II - .....

e

III - comprovar a contratação do laboratório credenciado de sua região, no âmbito do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), para realização das análises físico-químicas indicativas da qualidade dos combustíveis líquidos revendidos." (NR)

"Art. 22 .....

.....

XXIII - contratar laboratório credenciado de sua região para realização das análises da qualidade, no âmbito do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC).

....." (NR)

Art. 35. A Resolução ANP nº 58, de 17 de outubro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 29 .....

.....

II - transportador-revendedor-retalhista - TRR, adimplente com a contratação do PMQC, autorizado pela ANP, observada a regulamentação pertinente;

.....

IV - revendedor varejista de combustíveis automotivos, adimplente com a contratação do PMQC, autorizado pela ANP, observada a regulamentação pertinente;

....." (NR)

"Art. 32. É vedada a comercialização de combustíveis líquidos com revendedor varejista que não esteja autorizado pela ANP, inadimplente com suas obrigações perante o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), ou que tenha optado por exibir a marca comercial de outro distribuidor, nos termos do art. 25 da Resolução ANP nº 41, de 5 de novembro de 2013, ou outra que venha a substitui-la, conforme informações disponibilizadas no endereço eletrônico da ANP, exceto no caso previsto no § 1º.

....." (NR)

"Art. 36 .....

.....

IV - a comercialização de combustíveis caso esteja inadimplente com suas obrigações perante o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC)." (NR)

"Art. 37 .....

.....

IV - garantir as especificações técnicas quanto à qualidade dos combustíveis líquidos, quando transportados sob sua responsabilidade ou quando armazenados em instalações próprias ou de terceiros sob sua responsabilidade, e contratar o laboratório credenciado de sua região, aderindo ao Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC);

....." (NR)

Art. 36. A Resolução ANP nº 24, de 19 de maio de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 13 .....

.....

IV - distribuidor de combustíveis líquidos inadimplente com a contratação do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC)." (NR)

Art. 37. A Resolução ANP nº 8, de 9 de fevereiro de 2011, manterá sua vigência, no que couber, até a implementação total do PMQC nos termos desta Resolução.

Parágrafo único. Nos Estados com contratos para execução do PMQC, a Resolução ANP nº 8, de 9 de fevereiro de 2011, que os embasa, manterá sua vigência, no que couber, até o termo final desses contratos, incluídas as eventuais prorrogações até o limite legal de 60 (sessenta) meses.

Art. 38. A ANP informará em seu sítio eletrônico o prazo para que os agentes econômicos de cada Bloco de Monitoramento contratem os laboratórios credenciados para a execução do PMQC.

Parágrafo único. O início de vigência da obrigação de contratar laboratório credenciado para a execução do PMQC ocorrerá de forma gradativa por Bloco de Monitoramento e observará, quando for o caso, o termo final dos contratos vigentes celebrados pela ANP.

Art. 39. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA
Diretor-Geral

DESPACHO Nº 441, DE 10 DE JUNHO DE 2019

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, com base na Resolução ANP nº 758, de 23 de novembro de 2018, e nas deliberações tomadas na 979ª Reunião de Diretoria, realizada em 5 de junho de 2019, torna público o credenciamento da empresa abaixo discriminada como firma inspetora para realizar a Certificação da Produção e da Importação Eficiente de Biocombustíveis no âmbito do RenovaBio instituído pela Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017.

Nº de Credenciamento	Razão Social	CNPJ	Processo
004	FUNDAÇÃO CARLOS ALBERTO VANZOLINI	62.145.750/0001-09	48610.207216/2019-61

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA
Diretor-Geral

DESPACHO Nº 442, DE 10 DE JUNHO DE 2019

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no "caput" do art. 8º e em seu inciso V, e no art. 53 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com base na Resolução ANP nº 16, de 10 de junho de 2010 e nas deliberações tomadas na 979ª Reunião de Diretoria, realizada em 5 de junho de 2019, tendo em vista o que consta no Processo ANP nº 48610.202215/2018-49, resolve:

Art. 1º Fica alterada a tabela constante do art. 1º da Autorização ANP nº 1.129, de 1 de novembro de 2018, que passa a vigorar da seguinte forma:

UF	Produto	Local	Volume de etanol (m³)
RJ	Etanol anidro combustível	REDUC	40.739
		Terminal Terrestre de VOLTA REDONDA	706
	Etanol hidratado combustível	REDUC	1.712
		Terminal Terrestre de VOLTA REDONDA	257
SP	Etanol anidro combustível	Terminal Terrestre de PAULÍNIA	7.705
		Terminal Terrestre de BARUERI	3.623
	Etanol hidratado combustível	Terminal Terrestre de GUARULHOS	5.861
		Terminal Terrestre de BARUERI	5.458
PR	Etanol anidro combustível	REPAR	2.248
SC	Etanol anidro combustível	Terminal Terrestre de FLORIANÓPOLIS (BIGUAÇU)	3.008
		Terminal Terrestre de JOINVILLE (GUARAMIRIM)	458
		Terminal Terrestre de ITAJAÍ	7.687
BA	Etanol anidro combustível	RLAM	430
MG	Etanol anidro combustível	REGAP	198
Total			80.090

Art. 2º Fica alterado o art. 2º, inciso I, da Autorização ANP nº 1.129, de 1 de novembro de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - a comercialização poderá ser feita apenas com distribuidor de combustíveis líquidos, produtor de etanol ou transportador dutoviário, autorizados pela ANP, e com empresa comercializadora de etanol, cadastrada na ANP;"

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA
Diretor-Geral

DESPACHO Nº 443, DE 10 DE JUNHO DE 2019

A DIRETORIA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, com fundamento nas Medidas Provisórias nº 838, de 30 de maio de 2018, e nº 847, de 31 de julho de 2018, na Lei nº 13.723, de 4 de outubro de 2018 e no Decreto nº 9.454, de 1º de agosto de 2018, de acordo com o Despacho ANP nº 931, de 7 de agosto de 2018, e com a Instrução Normativa ANP nº 15/2018, no que consta no processo nº 48610.203677/2018-83, e nas deliberações tomadas na 979ª Reunião de Diretoria, realizada em 5 de junho de 2019, torna público o seguinte ato:

Em cumprimento à decisão proferida pela 20ª Vara Federal Cível da SJDF (Processo nº 1005140-51.2019.4.01.3400), fica apurado, conforme apresentado na tabela abaixo, o valor devido a título de subvenção econômica ao óleo diesel à empresa RUSANT IMPORTADORA DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA referente às operações de comercialização realizadas durante o período de 01 de agosto a 08 de agosto de 2018, o qual integra o 1º Período da 3ª Fase, correspondente ao montante R$ 823.401,77 (oitocentos e vinte e três mil quatrocentos e um reais e setenta e sete centavos).

De acordo com o Parecer n. 00590/2019/PFANP/PGF/AGU, o pagamento do montante apurado dependerá da prolatação de sentença favorável à autora e desde que não obtida pela ANP efeito suspensivo à eventual apelação, bem como do pleno atendimento das exigências alusivas à regularidade fiscal do beneficiário dispostas em regulamento.

CNPJ do Beneficiário	Razão Social do Beneficiário	Subvenção (R$)
26.201.395/0001-84	Rusant Importadora de Produtos Químicos Ltda	R$ 823.401,77 (oitocentos e vinte e três mil quatrocentos e um reais e setenta e sete centavos)

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA
Diretor-Geral

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 402, DE 10 DE JUNHO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições na Resolução ANP n.º 777, de 5 de abril de 2019, e o que consta no processo nº 48610.210114/2019-22, autoriza a empresa UMD UPSTREAM MIDSTREAM DOWNSTREAM TRADING EIRELI, CNPJ nº 02.531.470/0001-07, a exercer a atividade de agente de comércio exterior.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 403, DE 10 DE JUNHO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições na Resolução ANP n.º 777, de 5 de abril de 2019, e o que consta no processo n.º 48610.205426/2018-33, autoriza a empresa MAXIEXPRESS INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS EIRELI, CNPJ nº 29.364.476/0001-93, a exercer a atividade de agente de comércio exterior.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 444, DE 10 DE JUNHO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base no Art. 7°, IV, da Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PE0030621	A. SA BARRETO	10.804.326/0001-25	48610.000932/2003-51
PR/RS0182753	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS RADAR LTDA	27.964.577/0001-70	48610.008554/2017-50
PR/RS0115663	ANALU DALLA CORT COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	14.742.689/0001-34	48610.007191/2012-21
PR/MT0003172	AUTO CENTER COMBUSTÍVEIS LTDA.	26.556.415/0001-30	48610.002318/2001-62

PR/SP0008540	AUTO POSTO ANDRADINA LTDA	45.043.536/0002-03	48610.006494/2001-73
PR/PA0115105	AUTO POSTO AVENIDA EIRELI	15.162.054/0001-20	48610.006797/2012-49
PR/SP0078388	AUTO POSTO CAMINHO DE MINAS LTDA.	10.796.002/0001-92	48610.014559/2009-10
PR/SC0132182	AUTO POSTO CONTINENTE LTDA	16.989.562/0001-40	48610.001199/2013-64
PR/AL0011947	AUTO POSTO GAMA EIRELI	03.890.661/0001-28	48610.008934/2001-27
PR/PR0194184	AUTO POSTO IGUATU EIRELI - EPP	07.725.356/0001-31	48610.002102/2006-11
PR/BA0184991	AUTO POSTO ITABELA LTDA	07.964.993/0002-41	48610.015234/2017-56
PR/PA0026777	AUTO POSTO JOVEM GALILEU EIRELI	03.267.956/0001-42	48610.008631/2002-95
PR/DF0188888	AUTO POSTO JR LTDA	07.338.640/0001-55	48610.005701/2005-12
PR/GO0017816	AUTO POSTO MAZAO LTDA	02.483.378/0001-19	48610.019156/2001-18
PR/ES0182456	AUTO POSTO MEGA EIRELI	05.995.076/0001-18	48610.000491/2005-51
PR/SC0019384	AUTO POSTO NOVA ERECHIM LTDA	02.272.175/0001-83	48610.014046/2001-43
PR/RS0091775	AUTO POSTO PARECI NOVO EIRELI	12.988.609/0001-08	48610.001750/2011-16
PR/ES0004185	AUTO POSTO PEISINO LTDA	39.624.929/0001-27	48610.003141/2001-11
PR/SP0165908	AUTO POSTO PORTAL DO OESTE PAULISTA LTDA	04.341.706/0002-59	48610.011291/2003-61
PR/PE0078620	AUTO POSTO RAUL LINS LTDA	02.524.863/0008-60	48610.015180/2009-19
PR/PR0171294	AUTO POSTO TANCREDO LTDA	05.405.296/0001-44	48610.004550/2004-88
PR/RN0169693	AUTO POSTRO JN LTDA - EPP	17.908.304/0001-54	48610.002598/2015-12
PR/PA0230522	COELHO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	09.388.647/0001-07	48610.006323/2008-11
PR/RS0018078	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS EFG LTDA	88.324.181/0001-52	48610.001652/2001-15
PR/RS0078523	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS J C COLOMBO LTDA.	05.280.463/0001-78	48610.014854/2009-68
PR/BA0148582	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS J V K LTDA - ME	18.102.561/0001-67	48610.012426/2013-87
PR/RS0004806	COMERCIO COMBUSTIVEIS WALDOMIRO A. MALLMANN LTDA	88.057.476/0001-00	48610.003455/2001-14
PR/MG0128106	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES 491 LTDA	07.769.106/0002-84	48610.014606/2012-12
PR/MG0063810	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS MAXIMINO LTDA.	10.499.519/0001-10	48610.015083/2008-45
PR/PR0126522	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS SANTA CRUZ LTDA - ME	11.080.166/0001-81	48610.013532/2012-05
PR/PR0100582	EXTRA MAIS COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	12.394.825/0001-17	48610.011133/2011-11
PR/PI0204080	F ESCORCIO DE ALMEIDA	04.682.151/0002-09	48610.011746/2006-91
PR/SP0196966	IRA SERTORI STELLA	07.653.238/0001-65	48610.005325/2006-21
PR/BA0144242	J C MACEDO DA SILVA - EPP	08.255.900/0001-91	48610.010169/2013-49
PR/MG0170223	KOV NEGOCIOS AUTOMOTIVOS E SERVIÇOS LTDA	03.898.960/0001-09	48610.003303/2004-64
PR/PE0140362	LCELS - DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS E GAS LTDA	15.028.554/0001-74	48610.007410/2013-52
PR/MA0166915	MERCADINHO CARONE LTDA.	35.120.369/0006-27	48610.000367/2004-11
PR/RS0216647	PAULO LUIZ ZANETTI DA SILVA	08.336.655/0001-47	48610.010831/2007-12
PR/PA0172286	PEDRO PAULO DE A. E SILVA JUNIOR COMBUSTIVEIS EIRELI	13.067.652/0002-76	48610.047899/2015-67
PR/RS0183219	PEDROTTI E CANALE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	24.765.118/0002-50	48610.010878/2017-58
PR/RJ0108763	POSTO DE GASOLINA TIJUCANO LTDA	14.334.149/0001-11	48610.002622/2012-62
PR/ES0003684	POSTO JOAO NEIVA LTDA	27.022.557/0001-80	48610.005165/2000-24
PR/SE0103203	POSTO LAMAR LTDA	03.561.140/0005-50	48610.013562/2011-22
PR/BA0080682	R CATARINO COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	06.252.160/0004-57	48610.002161/2010-66
PR/RN0217516	REDE IDEAL DE POSTOS LTDA.	08.754.803/0001-43	48610.011589/2007-11
PR/SP0003362	RIBEIRO DEZEM & CIA LTDA.	72.896.426/0001-86	48610.002525/2001-17
PR/PA0168977	S G DA SILVA MENESES	05.953.891/0001-14	48610.002256/2004-31
PR/RS0178072	SANDRO RODRIGO DE MATOS EIRELI - ME	21.660.566/0001-10	48610.011673/2016-17
PR/MA0229803	SERIGY COMBUSTIVEIS EIRELI	08.764.228/0001-60	48610.005980/2008-41
PR/MG0172905	SILVA E BALDOINO LTDA - EPP	23.033.348/0001-80	48610.011590/2015-39
PR/RS0168504	SIM REDE DE POSTOS LTDA	07.473.735/0108-10	48610.013876/2014-78
PR/BA0179252	VN COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	16.367.751/0002-61	48610.000044/2017-34
PR/PE0180916	W. P. COMBUSTIVEL LTDA - ME	24.814.887/0001-10	48610.004111/2017-90

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 445, DE 10 DE JUNHO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPMA0321946	A & L COMERCIO DE GLP LTDA	33.339.068/0001-59	48610.003074/2019-64
GLPRN0321896	A A DUARTE EMPREENDIMENTOS EIRELI	28.897.241/0001-02	48610.003495/2019-95
GLPAC0322013	A. L. VIANA COMERCIO & CONFECCOES EIRELI	13.129.946/0001-02	48610.003676/2019-11
GLPMS0321058	A. R. DOS SANTOS FILHO	17.183.505/0001-31	48610.002385/2019-14
GLPPE0321881	ALESON CICERO VIEIRA DE SA BENICIO	33.262.509/0001-61	48610.003644/2019-16
GLPMG0321890	ALESSANDRA FARIAS DA SILVA 01798208695	23.626.029/0001-89	48610.003655/2019-04
GLPPB0321063	ANTONIO PEREIRA DE OLIVEIRA	32.060.794/0001-75	48610.002770/2019-53
GLPBA0321229	BARRIGA COMERCIO DE GAS LIQUEFEITO LTDA	32.236.787/0001-81	48610.003326/2019-55
GLPPA0321948	BORGES & DUARTE COM. E DISTRIBUICAO DE BEBIDAS LTDA	08.686.481/0001-42	48610.013878/2018-91
GLPGO0321884	BRUNO DA SILVA AMORIM	30.994.998/0001-58	48610.003647/2019-50
GLPMG0321450	BRUNO SAYD OLIVEIRA	32.650.076/0001-59	48610.003534/2019-54
GLPSC0321266	CARVALHO COMERCIO DE GAS EIRELI	33.213.367/0001-42	48610.003381/2019-45
GLPPR0321433	CASA RURAL DE ORTIGUEIRA LTDA	03.677.039/0008-02	48610.003527/2019-52
GLPES0321439	CASTELO GAS EIRELI	32.965.038/0001-95	48610.003528/2019-05
GLPSC0321070	CIRLENE SILVA DOS SANTOS	31.366.005/0001-66	48610.003511/2019-40
GLPRS0321072	CLAIRETE DA SILVA	17.968.189/0001-03	48610.003319/2019-53
GLPPR0321917	CLAUDINEIA DE FRANCA MERCEARIA	26.932.175/0001-20	48610.003498/2019-29
GLPSP0321435	COMERCIAL VARJAO O REI DO GAS EIRELI	31.849.587/0001-31	48610.003555/2019-70
GLPPE0322023	CRISTIANO DE O. SILVA GAS	27.190.005/0001-80	48610.003028/2019-65
GLPMG0321870	CRISTINA HELENA DE FIGUEIREDO MARINHO	32.785.059/0001-29	48610.002548/2019-51
GLPPR0321246	CRUZEIRO COMERCIO DE AGUA E GAS LTDA	29.244.509/0001-61	48610.003408/2019-08
GLPMS0321900	D & M COMERCIO DE GAS LTDA	33.384.262/0001-56	48610.003492/2019-51
GLPPE0321932	D B DE OLIVEIRA FERRO COMERCIO DE GAS EIRELI	32.421.512/0001-18	48610.003565/2019-13
GLPRS0321235	DARLAN GUERRA PERES	23.107.990/0002-48	48610.003330/2019-13
GLPPR0321255	E DE LIMA RODRIGUES COMERCIO DE GLP	33.075.261/0001-20	48610.003418/2019-35
GLPTO0321301	ELIANE PINTO FONSECA EIRELI	32.729.770/0001-66	48610.003522/2019-20
GLPSE0321975	ERICO LUIS TEMOTEO SILVA	26.733.682/0001-35	48610.002899/2019-61
GLPPB0321458	F H P MARTINS	32.371.878/0001-20	48610.003459/2019-21
GLPMG0321902	FERNANDO IZAIAS DE SOUZA	13.696.904/0002-26	48610.003487/2019-49
GLPAM0321068	FIORI E FIORI LTDA	07.273.490/0001-49	48610.002395/2019-41
GLPCE0321924	FRANCISCA P DE SA ROSA	31.912.308/0001-37	48610.003449/2019-96
GLPAM0321915	FRANCISCO ALBUQUERQUE DE VASCONCELOS	08.426.824/0001-30	48610.003486/2019-02
GLPGO0321930	FRANCISCO ALVES MARTINS SOBRINHO	02.873.437/0001-65	48610.003478/2019-58
GLPSC0322015	FREITAS COMERCIO DE AGUA E GAS EIRELI	32.623.121/0001-86	48610.003269/2019-12
GLPSP0321233	FURLAN DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS LTDA	33.373.835/0001-46	48610.003328/2019-44
GLPMG0321285	G F CASTRO - GAS E AGUA EIRELI	32.346.051/0001-66	48610.003513/2019-39
GLPPA0321913	G L DA COSTA	30.613.534/0001-54	48610.001770/2019-36
GLPRJ0321967	GAS LEGAL BRASAO COMERCIO DE BOTIJAO DE GAS EIRELI	27.500.715/0001-60	48610.003665/2019-31
GLPAM0321054	GEORGIA CARLA SILVA DE QUEIROZ	30.835.158/0001-42	48610.000028/2019-11
GLPSP0321445	GLAYSON RODRIGUES DOS SANTOS	11.049.661/0002-09	48610.003531/2019-11
GLPAL0321888	GLEIDLANE VALENTIM DE LIMA FERNANDES	33.036.587/0001-48	48610.003652/2019-62
GLPSP0321061	GOMES & GOMES COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA	32.932.387/0001-00	48610.003136/2019-38
GLPMG0321963	GUILHERME DIVINO DE SOUZA JUNIOR	33.164.437/0001-10	48610.003664/2019-97
GLPRJ0321052	GUSTAVO E ANJOS COMERCIO DE GAS LTDA	29.576.682/0001-67	48610.003373/2019-07
GLPGO0321306	HIGO DOURADO DO NASCIMENTO	30.799.649/0001-85	48610.003552/2019-36
GLPSP0321934	HIPERGAZ COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA	30.861.772/0001-89	48610.003568/2019-49
GLPMG0321942	HUBNER LEITE MERCEARIA LTDA	08.517.702/0001-59	48610.003575/2019-41
GLPPA0321921	I AMARAL BORGES	32.693.171/0001-30	48610.003496/2019-30
GLPPE0321240	IMPERIO COMERCIO DE GAS DE COZINHA LTDA	32.754.084/0001-45	48610.002635/2019-16
GLPMA0322020	ISADORA C. DA SILVA SAMPAIO COMERCIO DE GAS ME	10.390.634/0003-13	48610.002333/2019-30
GLPPI0321981	J A C BORGES COMERCIO DE GAS	30.432.361/0001-78	48610.003673/2019-88
GLPAL0321936	J E DE LIMA	15.479.135/0001-59	48610.003573/2019-51
GLPMA0321960	J N DISTRIBUIDORA E TRANSPORTADORA LTDA	17.695.148/0001-90	48610.003650/2019-73
GLPRS0322011	J.C. FLORES DA COSTA	30.840.861/0001-49	48610.002375/2019-71
GLPDF0321952	JHULY DEPOSITO DE GAS EIRELI	26.106.466/0001-60	48610.003600/2019-96
GLPMG0321448	JOSELI DO CARMO SILVA	32.931.707/0001-08	48610.003533/2019-18
GLPPR0322009	JULIANA DE FATIMA DOS SANTOS COMERCIO DE GAS E AGUA	29.100.719/0001-86	48610.003674/2019-22
GLPSC0321193	JULIANE LUIZE MASKE COMERCIO DE GAS	32.849.538/0001-61	48610.003322/2019-77
GLPRS0321872	JULIO CESAR FREITAS MACHADO	94.260.346/0001-72	48610.002257/2019-62
GLPCE0321249	LEMOS SOUSA COMERCIO DE GLP LTDA	32.449.518/0001-01	48610.003412/2019-68
GLPMT0321269	LUANA TERRA DE OLIVEIRA	31.359.266/0001-59	48610.002383/2019-17
GLPMA0321259	LUZINETE CUTRIM ARAUJO	30.276.511/0001-00	48610.003416/2019-46
GLPSP0321277	M. ARAUJO MARQUES	32.959.982/0001-30	48610.002815/2019-90
GLPSP0321874	M. B. RESENDE CARDOSO	29.155.152/0002-26	48610.001642/2019-92
GLPMA0322018	M N COMERCIO E COMPANHIA LTDA	32.921.586/0001-13	48610.002904/2019-36
GLPAC0321898	M NASCIMENTO DA SILVA	11.011.304/0004-13	48610.003493/2019-04
GLPBA0321206	MANOELITO ALVES NUNES	31.442.683/0001-60	48610.003325/2019-19
GLPMG0321279	MATHEUS OLIVEIRA CAMPOLINA 08241697600	31.573.171/0001-33	48610.002484/2019-98
GLPSP0321911	MAURO GONCALVES DE MORAES	33.137.603/0001-99	48610.003161/2019-11
GLPSP0321892	MGA COMERCIO DE GAS EIRELI	18.317.804/0002-65	48610.002150/2019-14
GLPPI0322007	MOREIRA E ABREU DEPOSITO DE GLP LTDA	11.490.631/0001-52	48610.003208/2019-47
GLPMA0321261	NAELITON CARVALHO DOS SANTOS	31.746.465/0001-10	48610.003415/2019-00
GLPES0321294	NAILDO TAVARES	31.432.524/0001-85	48610.003545/2019-34
GLPRJ0321461	NASCENTE RIO 2018 COMERCIO DE AGUA E GAS ltda	31.493.235/0001-96	48610.003462/2019-45
GLPCE0321979	NATALIA DE SOUSA COSTA	32.318.353/0001-20	48610.003666/2019-86
GLPMT0321454	NEUZI FERREIRA ALVES	30.492.876/0001-63	48610.003455/2019-43
GLPPE0321443	NOBERTO JOSE DE MEDEIROS	29.482.535/0001-28	48610.003530/2019-76
GLPPB0321271	NOE ALVES MAIA	29.056.196/0002-07	48610.001928/2019-78
GLPPE0321972	O B A COMERCIO & UTILIDADES LTDA	05.921.738/0001-05	48610.001705/2019-19
GLPCE0321954	P & A COMERCIO DE GAS EIRELI	32.826.104/0001-46	48610.003604/2019-74
GLPRS0321940	PATRICIA DA ROSA	32.985.557/0001-15	48610.003574/2019-04
GLPMG0321272	PEDRO BARBOSA 10402308654	32.235.037/0001-95	48610.002927/2019-41
GLPAM0321056	PP COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	27.880.204/0002-00	48610.002740/2019-47
GLPCE0321894	RAIMUNDO CORDEIRO DE FREITAS	33.311.122/0001-58	48610.003557/2019-69
GLPPR0321908	RENATA CODO RABELLO VITOR	30.699.263/0001-00	48610.003519/2019-14
GLPBA0321251	RKE COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA	31.429.484/0001-12	48610.001997/2019-81
GLPPR0321938	ROBSON SCHEBELSKI	32.804.649/0001-51	48610.003570/2019-18
GLPPR0321238	RODRIGO BALHUK	24.528.020/0001-06	48610.003341/2019-01
GLPMG0321867	ROGERIO SILVA DEPOSITO DE GAS EIRELI	33.282.533/0001-62	48610.003420/2019-12
GLPCE0321904	S K COMERCIO DE GAS (GLP)LTDA	32.325.408/0001-20	48610.002809/2019-32
GLPBA0321243	SANDRO VEIGA COSTA	32.843.851/0001-92	48610.002632/2019-74
GLPPR0321441	SERGIO BERTO DA SILVA	18.317.458/0001-34	48610.003529/2019-41
GLPRS0321149	SILVANA QUANZ	25.268.016/0001-00	48610.002410/2019-51
GLPPR0322026	STALL & MACHADO COMERCIO DE GAS LTDA	32.017.997/0001-89	48610.002998/2019-43
GLPSC0321950	SUPERMERCADO CONRADO LTDA	32.804.433/0001-96	48610.001765/2019-23
GLPGO0321066	SUPERMERCADO PAULINO III LTDA	29.314.090/0001-77	48610.010462/2018-11
GLPSP0321926	T DA G A LEMES	33.128.298/0001-79	48610.003450/2019-11
GLPGO0321958	TEIXEIRA E SILVEIRA LTDA	31.565.136/0001-72	48610.003645/2019-61
GLPMG0321886	TELEGAS SILVA LTDA	28.737.911/0001-15	48610.003649/2019-49
GLPBA0321463	TOTAL GAS EIRELI	33.533.963/0001-00	48610.003463/2019-90
GLP/TO0246255	TV COMERCIO DE GLP LTDA-EPP	22.087.463/0002-56	48610.011835/2017-90
GLPSP0321231	UELITA AMARAES SILVA	22.140.418/0001-37	48610.003327/2019-08
GLPPR0321956	V. DE LIMA - COMERCIO DE GAS	31.763.433/0001-22	48610.003628/2019-23
GLPSC0321163	V. FRANZEN - BEBIDAS	31.847.250/0001-95	48610.001608/2019-18
GLPMS0321456	VALDERI BRITO DE FREITAS EIRELI	32.955.077/0001-01	48610.003456/2019-98
GLPPR0321263	VANDIR M DOS SANTOS COMERCIO	32.989.126/0001-27	48610.003419/2019-80
GLP/PR0246256	W ZAMBRUSKI GAS ME	27.281.417/0001-26	48610.005382/2017-62
GLPMS0321275	WELLINGTON JUNIOR MORAES AGUEIRO	24.090.158/0002-49	48610.002322/2019-50
GLPMS0321928	WENDY ZACARIAS TEIXEIRA	33.070.028/0002-35	48610.003477/2019-11
GLPMG0321906	WESLLEY SAMUEL MEDEIROS FONSECA	31.157.731/0001-79	48610.000056/2019-21
GLPGO0321944	WILLIAN HENRIQUE DE CARVALHO 03420923163	28.312.591/0001-51	48610.003576/2019-95

CEZAR CARAM ISSA

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 1.220, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2008.01.61082, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 44ª Sessão de Turma, realizada no dia 13 de abril de 2010, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por AMARO TOMAZ DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 063.830.334-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.221, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2008.01.61163, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 44ª Sessão de Turma, realizada no dia 13 de abril de 2010, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por DAVID LUIZ DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 555.020.327-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.222, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2008.01.61212, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 44ª Sessão de Turma, realizada no dia 13 de abril de 2010, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de EVERALDO DE SOUZA, filho de LUZIA MARIA DE SOUZA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.223, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2008.01.61294, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 44ª Sessão de Turma, realizada no dia 13 de abril de 2010, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ANTONIO FERNANDO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 052.061.204-30.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.224, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2008.01.62268, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 27 de julho de 2017, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por GILVAN FERNANDES DE ARAUJO MACEDO, inscrito no CPF sob o nº 312.844.857-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.225, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2009.01.65723, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 21ª Sessão de Turma da Caravana da Anistia, na cidade de Vitória/ES, realizada no dia 24 de setembro de 2010, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por NILTON BERNARDO SCOFIELD, inscrito no CPF sob o nº 252.571.707-44.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.226, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2009.01.63551, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de março de 2010, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSE CARLOS GOMES BOSSOIS, inscrito no CPF sob o nº 117.875.207-06.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.227, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2009.01.63473, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 17ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de julho de 2014, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de JOSÉ CORREIA SOUZA, filho de MARIA CORREIA DE SOUZA, formulado por LUCIA ARAUJO LIMA SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 344.355.495-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.228, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2008.01.63137, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 11 de fevereiro de 2010, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de COSMO LIRA DE OLIVEIRA, filho de SEVERINA LIRA DE OLIVEIRA, formulado por SEVERINA SILVA DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº 019.660.017-03.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.229, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.08035, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 129ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de novembro de 2007, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por HOMERO DORNELLES SCHIMITT, inscrito no CPF sob o nº 053.195.600-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.230, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.09064, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 67ª Sessão de Turma, realizada no dia 26 de agosto de 2009, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de LEUCLIDES SCHIRMBECH, filho de ALBERTINA SCHIRMBECH.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.231, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.13961, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por NELSON BIZZARRO JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 049.772.898-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.232, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.14207, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por PAULO ROBERTO SILVA FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 253.401.157-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.233, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.14129, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSINO GOULART DE MELO JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 547.735.808-44.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.234, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.14292, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por CRISTOVAO LEAO DA SILVA FILHO, inscrito no CPF sob o nº 063.353.494-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.235, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.14378, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por SEVERINO COSTA DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 052.931.114-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.236, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.14368, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de JOSÉ ALBINO QUESADA FERNANDES, filho de ILZA DO NASCIMENTO FERNANDES, formulado por ZENILDA MARIA DA COSTA QUESADA, inscrita no CPF sob o nº 255.512.727-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.237, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.14414, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por UBIRATAN JOSE CARNEIRO MARTINS, inscrito no CPF sob o nº 135.496.424-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.238, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.14429, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ODEVAL FRANCISCO BARBOSA, inscrito no CPF sob o nº 052.256.984-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.239, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.14437, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOAS FERREIRA DO NASCIMENTO, inscrito no CPF sob o nº 331.286.424-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.240, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.14605, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por WILSON COUTINHO MOREIRA, inscrito no CPF sob o nº 740.926.508-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.241, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.14830, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por BENEDITO JULIO, inscrito no CPF sob o nº 435.108.768-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.242, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.15193, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JORGE LUIS SOARES SANTANA, inscrito no CPF sob o nº 148.231.015-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.243, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.15060, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de ALFREDO RODRIGUES DA COSTA, filho de AURELINA MARIA DA CONCEIÇÃO, formulado por IVANIR CARDOSO DA COSTA, inscrita no CPF sob o nº 362.517.987-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.244, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.15075, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por DELSUC DE SOUZA PEDRA, inscrito no CPF sob o nº 061.904.725-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.245, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.15194, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ALFREDO VIEIRA LEMOS, inscrito no CPF sob o nº 101.521.565-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.246, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.15099, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ALMIR FRANCISCO DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 105.814.215-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.247, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.14979, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por FRANCISCO CARLOS RODRIGUES DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 065.945.948-50.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.248, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.15721, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por GERALDO EVANGELISTA CAUSIN, inscrito no CPF sob o nº 371.292.878-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.249, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.15779, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MANOEL DINO FILHO, inscrito no CPF sob o nº 037.932.904-25.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.250, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.15998, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de VALDENIR GOMES DA CUNHA, filho de NATALICE GOMES DA CUNHA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.251, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.15986, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de ALTEMON LOPES DA FONSECA, filho de MARIA MOREIRA DA FONSECA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.252, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.15990, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por NILSON VALDEVINO MULLER, inscrito no CPF sob o nº 096.363.909-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.253, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.15997, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por LOURIVAL COELHO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 125.732.801-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.254, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.16044, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por FRANCISCO CIDRACK ALBUQUERQUE DE MELO, inscrito no CPF sob o nº 219.194.613-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.255, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.16468, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por BONIFACIO JOSE BARBOSA, inscrito no CPF sob o nº 099.020.744-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.256, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.16453, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de ADELGICIO BATISTA, filho de IZOLINA BERNARDES BATISTA, formulado por MARIA AUXILIADORA BATISTA, inscrita no CPF sob o nº 319.306.031-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.257, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.16589, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por RAIMUNDO NONATO HOLANDA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 161.998.803-82.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.258, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.16650, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por LUIS CARLOS FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 035.984.718-82.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.259, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.16822, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSE LUIZ BRAGA PASSOS, inscrito no CPF sob o nº 074.580.705-44.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.260, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.16867, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JAKSON BRITO PEDREIRA, inscrito no CPF sob o nº 156.020.285-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.261, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.17068, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 24 de setembro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MANOEL PEREIRA NETO, inscrito no CPF sob o nº 167.859.753-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.262, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.17036, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por FRANCISCO DE ASSIS UCHOA FREITAS, inscrito no CPF sob o nº 111.484.463-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.263, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.17016, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de JOAO BATISTA PEREIRA, filho de RAIMUNDA MARIA DE SOUSA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.264, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.17030, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOAO VIONE DE SOUSA, inscrito no CPF sob o nº 042.889.713-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.265, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.19533, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JESUMA LOPES, inscrito no CPF sob o nº 125.046.371-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.266, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.16355, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de MARIO PEREIRA FILHO, filho de CELINA PIRES PEREIRA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.267, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.19803, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSE ENILSON ROMERO, inscrito no CPF sob o nº 181.493.911-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.268, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.19810, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOAQUIM CACERES, inscrito no CPF sob o nº 073.642.371-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.269, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.19822, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MARIO ORLANDO MANGELOT, inscrito no CPF sob o nº 238.250.491-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.270, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.19754, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 29 de outubro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ANTONIO TAMIARANA DE SA BARRETO SANTA ROSA, inscrito no CPF sob o nº 208.826.453-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.271, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.10883, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 24 de setembro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ELSENOR NATALICIO ROCHA, inscrito no CPF sob o nº 317.846.666-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.272, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.10881, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 24 de setembro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSE MARTINS DIOGO FILHO, inscrito no CPF sob o nº 137.841.706-25.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.273, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.10925, utilizando como razões para decidir os fundamentos

exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 24 de setembro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSE MARIA LOPES, inscrito no CPF sob o nº 163.260.406-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.274, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.10880, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 24 de setembro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por GERALDO PAULO DUARTE, inscrito no CPF sob o nº 489.402.836-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.275, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2005.01.50360, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 20 de junho de 2005, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por SERGIO SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 102.113.222-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.276, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.10906, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 24 de setembro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSE ABELARD SOARES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 681.650.306-63.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.277, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.10885, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 24 de setembro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ANTONIO VALTER SEGANTINE, inscrito no CPF sob o nº 133.715.336-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.278, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.10915, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 24 de setembro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MARIO LUCIO CAMPOS, inscrito no CPF sob o nº 140.799.416-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.279, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.10941, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 24 de setembro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ALBERTO ESTEVAM, inscrito no CPF sob o nº 162.447.706-25.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.280, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.10889, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Terceira Câmara, realizada no dia 24 de setembro de 2003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSE FAGUNDES DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 118.926.926-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.281, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2005.01.49384, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 131ª Sessão de Turma, realizada no dia 05 de dezembro de 2007, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de ANDRINO MARTINS, filho de OTILIA MARIA CLARINDA, formulado por CARMEN MARLI MARTINS BENDL, inscrita no CPF sob o nº 257.563.700-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.282, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2006.01.55683, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 51ª Sessão de Turma, realizada no dia 05 de maio de 2010, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MILTON DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 001.765.756-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.283, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2007.01.60202, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 20 de junho de 2013, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por FRANCISCO DE ASSIS AMARAL REZENDE, inscrito no CPF sob o nº 510.527.927-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.284, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2008.01.61237, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Turma, realizada no dia 10 de abril de 2014, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA DE ASSIS REZENDE, inscrita no CPF sob o nº 204.541.556-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.285, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2008.01.63253, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 25ª Sessão de Turma, realizada no dia 04 de julho de 2013, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de FRANCISCA FRANCINETE DOS SANTOS PERDIGAO, filha de CINOBRELINA GONÇALVES DOS SANTOS.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.286, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2009.01.65852, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 82ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de dezembro de 2010, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ERLY EUZEBIO DOS ANJOS, inscrito no CPF sob o nº 364.476.177-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.287, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2010.01.67711, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de março de 2013, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por CONSUELO SCHWAB, inscrita no CPF sob o nº 004.094.644-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.288, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2011.01.68522, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de julho de 2016, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por FERNANDO SIMOES SOUTO, inscrito no CPF sob o nº 125.793.197-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.289, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2006.01.53177, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 131ª Sessão de Turma, realizada no dia 05 de dezembro de 2007, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de ALVARO ANNIBAL LAUTENSCHLAGER, filho de GLORIA RODRIGUES LAUTENSCHLAGER, formulado por MARCO FABIO DA SILVA LAUTNSCHLAGER, inscrito no CPF sob o nº 022.695.389-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.290, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2012.01.70959, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de maio de 2013, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de MARIA CLEMENTINA COSTA DINIZ, filha de MARIA DE LIMA COSTA, formulado por NORIS COSTA DINIZ, inscrita no CPF sob o nº 086.453.438-86.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.291, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.37267, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 122ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de novembro de 2009, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por FRANCISCO DAS CHAGAS ARAGAO DA FROTA, inscrito no CPF sob o nº 370.543.687-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.292, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2004.01.39579, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na Sessão da Segunda Câmara, realizada no dia 23 de novembro de 2005, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MARIO RAMOS CRESPO, inscrito no CPF sob o nº 063.560.957-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.293, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2004.01.43740, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Turma, realizada no dia 04 de abril de 2013, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de JOSÉ PROCORO FILHO, filho de MARIA BEZERRA DE CARVALHO, formulado por EDILEUSA REGINA PROCORO SILVA, inscrita no CPF sob o nº 656.095.144-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.294, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2004.01.44282, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 10ª Sessão de Turma, realizada no dia 04 de abril de 2013, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ARTUR SILVA, inscrito no CPF sob o nº 302.114.337-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.295, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2004.01.48433, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 29ª Sessão de Turma, realizada no dia 15 de agosto de 2013, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOAO TEIXEIRA DO NASCIMENTO, inscrito no CPF sob o nº 322.487.097-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.296, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2005.01.51468, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 52ª Sessão de Turma, realizada no dia 18 de maio de 2010, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por UBIRAJARA FERREIRA DA COSTA, inscrito no CPF sob o nº 486.791.517-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.297, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2007.01.60006, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de maio de 2013, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por EVARISTO VITORINO SALDANHA, inscrito no CPF sob o nº 139.940.260-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.298, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2008.01.62760, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Turma, realizada no dia 04 de abril de 2013, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por SERGIO PINTO CHAVES, inscrito no CPF sob o nº 368.770.007-06.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.299, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2009.01.63931, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 18ª Sessão de Turma da Caravana da Anistia, na cidade de Natal/RN, realizada no dia 26 de agosto de 2010, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ANTONIO LUCIANO DE MELO, inscrito no CPF sob o nº 252.763.364-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.300, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de

março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2009.01.65021, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Turma, realizada no dia 04 de maio de 2012, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de CARLOS DIAS DE ARAÚJO, filho de MARIA EMILIANA DIAS DE ARAUJO, formulado por SERGIO DEL DUCA ARAUJO, inscrito no CPF sob o nº 154.975.770-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.301, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2010.01.68496, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de março de 2013, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MOISES CUNHA, inscrito no CPF sob o nº 130.213.117-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.302, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2014.01.74288, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de março de 2017, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ADILSON ALVES DOS REIS, inscrito no CPF sob o nº 161.628.116-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.303, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2004.01.39559, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 26ª Sessão de Turma, realizada no dia 11 de março de 2010, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de HUGO CITTON, filho de AIDE KURZEL CITTON, formulado por MARTA DOROTI CITTON DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 318.393.200-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.304, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2013.01.72158, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Turma, realizada no dia 10 de abril de 2014, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por FRANCISCO EDILBERTO FERNANDES DOS REIS, inscrito no CPF sob o nº 031.734.453-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.305, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.27129, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de março de 2013, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSE ENEAS DA COSTA, inscrito no CPF sob o nº 034.157.404-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.306, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2009.01.63911, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 21ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de setembro de 2018, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por PAULO EDUARDO COSTA FONSECA, inscrito no CPF sob o nº 510.154.807-30.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.307, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2011.01.70305, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 6ª Sessão de Turma, realizada no dia 21 de março de 2013, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ANTONIO ARGEMIRO DE OLIVEIRA SOBRINHO, inscrito no CPF sob o nº 413.712.674-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.308, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.26563, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 119ª Sessão de Turma, realizada no dia 18 de novembro de 2009, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JANDUAYLTON BORGES DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 336.743.617-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.309, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.28434, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 23ª Sessão de Turma, realizada no dia 04 de julho de 2007, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por NARCISO DE ALMEIDA PEREIRA NETO, inscrito no CPF sob o nº 137.855.833-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.310, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2004.01.37392, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 52ª Sessão de Turma, realizada no dia 18 de maio de 2010, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por VANITA PAVANI VIEIRA, inscrita no CPF sob o nº 720.980.747-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.311, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2004.01.39290, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 76ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de setembro de 2007, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MARIA ELISA VIEIRA MARTINS, inscrita no CPF sob o nº 073.770.961-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.312, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.29198, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 35ª Sessão de Turma, realizada no dia 03 de maio de 2006, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de ANTONIO GIOVANNI FRANZIN.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.313, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2004.01.45529, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 76ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de setembro de 2007, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de EVALDO TABAJARA DIAS DA SILVA, filho de ESMERALDA DIAS DA SILVA, formulado por VILMA ANDRADE DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 395.303.105-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.314, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2004.01.45803, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 43ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de abril de 2010, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MARIO FONSECA DE CASTRO, inscrito no CPF sob o nº 197.446.504-78.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.315, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2004.01.45978, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 33ª Sessão de Turma, realizada no dia 12 de julho de 2007, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de VICENTE DE PAULA ALENCAR, filho de MARIA ALBANISA NOGUEIRA MONTE DE ALENCAR.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.316, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2005.01.52134, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de março de 2008, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de WALTER DE BRITO FONTES, filho de NAIR DE BRITO FONTES, formulado por NEUZA MARIA DOS SANTOS FONTES, inscrita no CPF sob o nº 680.876.917-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.317, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2006.01.53149, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 71ª Sessão de Turma, realizada no dia 21 de setembro de 2010, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de ANTONIO NOGUEIRA LUCIO, filho de LUCINDA LUCIO.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.318, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2006.01.54623, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 50ª Sessão de Turma, realizada no dia 05 de maio de 2010, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por CELSO SOUZA DA SILVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 062.264.340-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.319, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e no artigo 35, da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019, publicada no DOU de 28 de março de 2019, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2011.01.69960, utilizando como razões para decidir os fundamentos exarados no parecer proferido pelo Conselho da Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de março de 2013, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSE MARIA GALVAO, inscrito no CPF sob o nº 152.169.859-72.

DAMARES REGINA ALVES

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.543, DE 10 DE JUNHO DE 2019

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) cautelar(es) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: G. C. S. MARLIERE ME - CNPJ: 07.821.768/0001-75
Produto - (Lote): TODOS (TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 0499869/19-3
Assunto: 70351 - MEDIDA CAUTELAR- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando o descumprimento da Resolução RDC nº 48, de 25 de outubro de 2013, que aprovou o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes, detectado durante inspeção sanitária realizada no período de 04/04/2019, e tendo em vista o previsto no art. 5º da citada resolução e no art. 7º e inciso I do art. 67 da Lei n.º 6.360/1976.
2. Empresa: Clínica Estética Fabiane Lacerda LTDA - CNPJ: 28377191000105
Produto - (Lote): ESSENTIAL OIL AROMATHERAPY(Todos);MIRERAL COMPLEX CLAREADOR ORTOGEN(Todos);ÁGUA TERMAL AROMÁTICA ORTOGEN - GERÂNIO(Todos);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 0504590/19-8
Assunto: 70351 - MEDIDA CAUTELAR- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Armazenamento, Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a fabricação do produto sem registro por empresa sem autorização de funcionamento para a fabricação infringindo os arts. 2º e 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.
3. Empresa: A M QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP - CNPJ: 07842762000184
Produto - (Lote): CLORO 65% DESINFETANTE PARA PISCINA(TODOS);SODA CÁUSTICA SUPER BRILHO(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 0503143/19-5
Assunto: 70351 - MEDIDA CAUTELAR- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Recolhimento
Motivação: Considerando a exposição à venda e a fabricação de produtos sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.
4. Empresa: EL QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS - CNPJ: 81.747.313/0001-00
Produto - (Lote): AGUA SANITÁRIA BRANQUEAR EL QUÍMICA(Lote 1-fab. 07-01-19; Lote 2-fab. 28-01-19; Lote 1- fab. 07-02-19; Lote 30- fab. 15-02-19); EL GRAX (Lotes 1a7- fab. 09,15,17,18,21,24 e 31-01-19; Lote 1-fab. 08-02-19; Lote 2-fab. 12-02-19);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 0503903/19-7
Assunto: 70351 - MEDIDA CAUTELAR- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Recolhimento
Motivação: Considerando a fabricação e comercialização de produtos sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 681, DE 6 DE JUNHO DE 2019

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos, em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 11 19 MG 06
II - denominação: IMOC Instituto Mineiro de Olhos Contagem LTDA
III - CNPJ: 08.408.723/0001-36
IV - CNES: 2154676
V - endereço: Avenida José Faria da Rocha, nº 2360, Bairro: Jardim Eldorado, Contagem/MG, CEP: 32.315-040.

RONDÔNIA

I - Nº do SNT 2 11 19 RO 01
II - denominação: Centro Materno Infantil Regina Pacis/ CMI Regina Pacis LTDA
III - CNPJ: 14.659.791/0001-70
IV - CNES: 2743590

V - endereço: Rua Joaquim Nabuco, nº2718, Bairro: São Cristovão, Porto Velho/RO, CEP: 76.804-074.

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 2 11 19 RJ 07
II - denominação: Hospital das Clinicas de Volta Redonda Centro Médico/ CFV Serviços Médicos LTDA
III - CNPJ: 30.154.062/0001-19
IV - CNES: 0026050
V - endereço: Rua 41 C, nº 160, Bairro: Vila Santa Cecilia, Volta Redonda/RJ, CEP: 27.255-430.

Art. 2° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 1 11 19 MG 10
II - responsável técnico: Gislaine Sanglard da Silva, oftalmologista, CRM 23907.

I - Nº do SNT: 1 11 19 MG 11
II - responsável técnico: Marcelo Carvalho Miranda, oftalmologista, CRM 30128.

I - Nº do SNT: 1 11 19 MG 12
II - responsável técnico: Lúcio Herculano Galvão Dantas, oftalmologista, CRM 15837.

I - Nº do SNT: 1 11 19 MG 13
II - responsável técnico: Evandro Ribeiro Diniz, oftalmologista, CRM 43950.

RONDÔNIA

I - Nº do SNT: 1 11 19 RO 01
II - responsável técnico: Solino Prado Assis, oftalmologista, CRM 1716.

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 1 11 19 RJ 16
II - responsável técnico: Fabiano da Silva Cesário, oftalmologista, CRM 52617883.
III - membro: Kleber Gustavo Guerra, oftalmologista, CRM 52793094.

Art. 3° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RIM: 24.08

ESPIRITO SANTO

I - Nº do SNT 2 01 01 ES 01
II - denominação: Hospital Meridional
III - CNPJ: 00.625.711/0001-51
IV - CNES: 2494450
V - endereço: Avenida Meridional, nº200, Bairro: Alto Lage, Cariacica/ES, CEP: 29.151-920.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 2 01 11 SP 06
II - denominação: Hospital Samaritano/ Esho Empresa de Serviços Hospitalares S A
III - CNPJ: 29.435.005/0099-32
IV - CNES: 2080818
V - endereço: Rua Cons Brotero, nº1486, Bairro: Higienopolis, São Paulo/SP, CEP: 01.232-010.

Art. 4° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

FÍGADO: 24.09

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 2 02 11 SP 08
II - denominação: Hospital Samaritano/ Esho Empresa de Serviços Hospitalares S A
III - CNPJ: 29.435.005/0099-32
IV - CNES: 2080818
V - endereço: Rua Cons Brotero, nº1486, Bairro: Higienopolis, São Paulo/SP, CEP: 01.232-010.

Art. 5° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

GOIÁS

I - Nº do SNT 2 11 04 GO 01
II - denominação: Instituto Panamericano da Visão
III - CNPJ: 00.819.694/0001-93
IV - CNES: 3123294
V - endereço: Avenida T8, nº 171, Bairro: Marista, Goiânia/GO, CEP: 74.150-060.

I - Nº do SNT: 2 11 07 GO 01
II - denominação: Hospital das Clínicas - UFG
III - CNPJ: 01.567.601/0002-24
IV - CNES: 2338424
V - endereço: Avenida Primeira Avenida, n° 545, Bairro: Leste Universitário, Goiânia/GO, CEP: 74.605-050.

I - Nº do SNT 2 11 17 GO 04
II - denominação: Vivace/ Angel e Nunes LTDA
III - CNPJ: 07.976.107/0001-19
IV - CNES: 6614795
V - endereço: Avenida Eurico Veloso do Carmo, nº 1500, Bairro: Centro, Rio Verde/GO, CEP: 75.901-290.

Art. 6° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim às equipes de saúde a seguir identificadas:

RIM: 24.08

ESPÍRITO SANTO

I - Nº do SNT: 1 01 00 ES 02
II - responsável técnico: Lauro Monteiro Vasconcellos Filho, nefrologista, CRM 1107;
III - membro: Carlos Alberto Casa Grande, urologista, CRM 5656;
IV - membro: Claudio Ferreira Borges, urologista, CRM 8248;
V - membro: Edgard Augusto Villas Boas, nefrologista, CRM 10818;
VI - membro: Élson Luiz Soriano, nefrologista, CRM 1971;
VII - membro: Fábio Auriemma, nefrologista, CRM 3730;
VIII - membro: Leandro Correa Leal , urologista, CRM 6787;
IX - membro: Sérgio Elias Gobbi, nefrologista, CRM 7563;
X - membro: Vinicius Bona Gracelli, urologista, CRM 8869;
XI - membro: Vinicius Bortoloti Peterle, nefrologista, CRM 9273;
XII - membro: Wesley de Souza, urologista, CRM 6003.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 01 11 SP 08
II - responsável técnico: Patrícia Malafronte, nefrologista, CRM 88310;
III - membro: José Carlos Costa Baptista da Silva, cirurgião geral, cirurgião vascular, urologista, CRM 29096;
IV - membro: Andréa Olivares Magalhães, nefrologista, CRM 85075;
V - membro: Raquel Cruzeiro de Siqueira, nefrologista, CRM 110209;
VI - membro: Maria Cristina Ribeiro de Castro, nefrologista, CRM 39428;
VII - membro: Irina Antunes, nefrologista, CRM 75350;
VIII - membro: Nara Leia Gelle de Oliveira, cirurgiã geral, cirurgiã vascular, CRM 104137;
IX - membro: Marcos Joaquim Castro, cirurgião geral, urologista, CRM 56073;
X - membro: Fábio Cabral Freitas Amaral, cirurgiã geral, cirurgiã vascular , CRM 109197;
XI - membro: Ruy Guilherme Rodrigues Cal, cirurgião cardiovascular e torácica, CRM 39996;
XII - membro: Carolina Steller Wagner Martins, nefrologista, CRM 139527;
XIII - membro: Camila Correa Penodo, cirurgiã pediátrica, CRM 172575.

I - Nº do SNT: 1 01 11 SP 06
II - responsável técnico: José Carlos Costa Baptista da Silva, cirurgião geral, cirurgião vascular, urologista, CRM 29096;
III - membro: Maria Fernanda Carvalho de Camargo, nefrologista pediátrica, CRM 75898;
IV - membro: Paulo Cesar Koch Nogueira, nefrologista pediátrico, CRM 39340;
V - membro: Luciana de Santis Feltran, nefrologista pediátrica, CRM 83482;
VI - membro: Camila Penteado Genzani, nefrologista pediátrica, CRM 107670;
VII - membro: Mariana Janiques Barcia Magalhães Fonseca, nefrologista pediátrica, CRM 130896;
VIII - membro: Fernando Kazuaki Hamamoto nefrologista pediátrico, CRM 128915;
IX - membro: Nara Leia Gelle de Oliveira, cirurgiã geral, CRM 104137;
X - membro: Fábio Cabral Freitas Amaral, cirurgiã geral, urologista , CRM 109197;
XI - membro: Marcos Joaquim Castro, cirurgiã geral, urologista, CRM 56073;
XII - membro: Ruy Guilherme Rodrigues Cal, cirurgião cardiovascular e torácico, CRM 39996;
XIII - membro: Keilla Mayumi Castelo Branco Uchoa, nefrologista pediátrica, CRM 143723;
XIV - membro: Pollyanna Santos Pacheco, nefrologista pediátrica, CRM 164795;
XV - membro: Karina de Melo Macedo, nefrologista pediátrica, CRM 142472;
XVI - membro: Camila Correa Penedo, cirurgiã pediátrica, CRM 172575;
XVII - membro: Eduardo Freitas Hatanaka, nefrologista pediátrico, CRM 140696.

I - Nº do SNT: 1 01 04 SP 34
II - responsável técnico: Paulo Sergio Luconi, nefrologista , CRM 43508;
III - membro: Claudio Santiago Melaragno, nefrologista, CRM 43488;
IV - membro: Waldere Tania da Silva, nefrologista, CRM 77317;
V - membro: Raquel Cruzeiro de Siqueira, nefrologista, CRM 110209;
VI - membro: Marcelo Perosa de Miranda, cirurgião geral, CRM 65380;
VII - membro: Marcos Joaquim de Castro, urologista, CRM 56073.

MARANHÃO

I - Nº do SNT: 1 01 99 MA 01
II - responsável técnico: Teresa Cristina Alves Ferreira, nefrologista, CRM 3363;
III - membro: Noélia Dias Carneiro Barros, nefrologista, CRM 5177;
IV - membro: Silvio Otoni Rosa Lopes Filho, nefrologista, CRM 4812;
V - membro: Soraya Maria da Rocha Froes, nefrologista, CRM 5366;
VI - membro: Camila Borgneth de Araújo Mouchereck, nefrologista, CRM 5348;
VII - membro: Hilton Sousa Guimarães Júnior, nefrologista, CRM 6116;
VIII - membro: Juliana Vieira Etz Faria, nefrologista, CRM 8941;
IX - membro: Katia Cronemberger Sousa, nefrologista, CRM 9189;
X - membro: Samira Shizuko Parreão Ol, nefrologista, CRM 6031;
XI - membro: Janeide Leonar Alves Siqueira, nefrologista, CRM 3751;
XII - membro: Ana Paula Nascimento Fernandes, nefrologista, CRM 5654;
XIII - membro: Erivaldo Sousa dos Santos, urologista, CRM 2225;
XIV - membro: José de Ribamar Rodrigues Calixto, urologista, CRM 2463;
XV - membro: Leonildo de Sousa Coelho, urologista, CRM 3723;
XVI - membro: Tereza Cristina Monteiro de Melo, urologista, CRM 3647;
XVII - membro: Giulliano Lopes de Moura, urologista, CRM 4169;
XVIII - membro: Antônio Sérgio Leite Minervino, urologista, CRM 5051;
XIX - membro: Vinícius de Oliveira Wallim, urologista, CRM 4704;
XX - membro: Jório Barros do Carmo, urologista, CRM 5448;
XXI - membro: Rodrigo Pinto Diniz, urologista, CRM 5131;
XXII - membro: Maick Lennyheverson Farias, urologista, CRM 5835;
XXIII - membro: Marcelo Costa Leite de Carvalho, urologista, CRM 4771;
XXIV - membro: Elimilson Alves Brandão, urologista, CRM 5002;
XXV - membro: Wildebert Aires de Sousa, urologista, CRM 5853;
XXVI - membro: Enedino Fontes da Silva Neto, cirurgião vascular, CRM 2444.

Art. 7° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado às equipes de saúde a seguir identificadas:

FÍGADO: 24.09

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 02 11 SP 18
II - responsável técnico: Marcos Túlio Martino Meniconi, cirurgião geral , CRM 49989;
III - membro: Cátia Rejania Ribeiro de Melo, hepatologista, CRM 67677;

IV - membro: Edilson Duarte dos Santos, cirurgião geral, CRM 63988;
V - membro: Carolina Frade Magalhães Girardi Pimentel, hepatologista, CRM 136100;
VI - membro: Fernando David Goehler, anestesiologista, CRM 66291;
VII - membro: Enis Donizetti Silva, anestesiologista, CRM 58650.

I - Nº do SNT: 1 02 11 SP 11
II - responsável técnico: Andre Ibrahim David, cirurgião geral , CRM 79868;
III - membro: Jorge Marcelo Padilla Mancero, cirurgião geral, , CRM 93396;
IV - membro: Gilberto Peron Junior, cirurgião geral, CRM 99176;
V - membro: Arnaldo Bernal Filho, cirurgião geral, CRM 119559;
VI - membro: Andre Gustavo Santos Pereira, cirurgião geral, CRM 134374;
VII - membro: Rogério Camargo Pinheiro Alves, hepatologista, CRM 98749;
VIII - membro: Felipe Sbrolini Borges, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 151140;
IX - membro: Tiago Emanuel de Souza, cirurgião do aparelho digestivo, CRM145172;
X - membro: Fernando David Goehler, anestesiologista, CRM 66291;
XI - membro: Enis Donizetti Silva, anestesiologista, CRM 58650.

Art. 8° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

GOIÁS

I - Nº do SNT: 1 11 04 GO 07
II - responsável técnico: Rodrigo Salustiano Correa e Silva, oftalmologista, CRM 9449;
III - membro: Eduardo Jorge, oftalmologista, CRM 4582;
IV - membro: Aclécio José Dias Pereira, oftalmologista, CRM 1316;
V - membro: Clausmir Zaneti Jacomini, oftalmologista, CRM 2427;
VI - membro: Darlan Rassi, oftalmologista, CRM 2159;
VII - membro: Eurípedes Figueiredo Alessandri, oftalmologista, CRM 3720;
VIII - membro: Miguel Gustavo Rosa da Rocha Canedo, oftalmologista, CRM 9615;
IX - membro: Paulo Ricardo de Oliveira, oftalmologista, CRM 1529;
X - membro: Ricardo Antônio Pereira, oftalmologista, CRM 5093;
XI - membro: Bruna Thomé Rassi, oftalmologista, CRM 11994;
XII - membro: Fernando Heitor de Paula, oftalmologista, CRM 11591;
XIII - membro: Tainá Oriente, oftalmologista, CRM 16781;
XIV - membro: Vinícius Borges Porfírio Pereira, oftalmologista, CRM 20621.

I - Nº do SNT: 1 11 17 GO 04
II - responsável técnico: Elcio Nunes de Souza Junior, oftalmologista, CRM 9079.

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 1 11 17 RJ 05
II - responsável técnico: Renato Ambrosio Junior, oftalmologista, CRM 52621072.

I - Nº do SNT: 1 11 17 RJ 06
II - responsável técnico: Renato Ambrosio Junior, oftalmologista, CRM 52621072.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 11 17 SP 20
II - responsável técnico: José Eduardo Pazim, oftalmologista, CRM 114540.

Art. 9º As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de quatro anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º, 7° e 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 682, DE 6 DE JUNHO DE 2019

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos, em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 12 17 PR 04
II - denominação: Instituto Policlínica de Pato Branco
III - CNPJ: 12.651.010/0001-76
IV - CNES: 0017868
V - endereço: Rua Pedro Ramires de Mello, nº 361, Bairro: Centro, Pato Branco/PR, CEP: 85.501-250

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético à equipe de saúde a seguir identificada:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

PARANÁ

I - Nº do SNT: 1 12 17 PR 03
II - responsável técnico: Edir Soccol Júnior, ortopedista e traumatologista, CRM 20903.

Art. 3º As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de um ano a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º, 7° e 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 683, DE 6 DE JUNHO DE 2019

Concede renovação de autorização a Banco de Tecido Ocular Humano.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução - RDC/ANVISA nº 55, de 11 de dezembro de 2015, bem como a licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária local; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Estado de Saúde bem como análise técnica da Secretaria de Atenção à Saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização ao Banco de Tecido Ocular Humano do estabelecimento de saúde a seguir identificado:

BANCO DE TECIDO OCULAR HUMANO: 24.13

PARANÁ

I - Nº do SNT 3 51 11 PR 03
II - Denominação: Banco de Olhos Regional de Londrina
III - CNPJ: 78.640.489/0003-15
IV - CNES: 2781859
V - Endereço: Avenida Robert Koch, n° 60, Bairro: Vila Operária, Londrina/PR, CEP: 86.038-440.

Art. 2º A renovação de autorização concedida por meio desta Portaria terá validade de quatro anos a contar desta publicação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 684, DE 6 DE JUNHO DE 2019

Renova a autorização e a habilitação de estabelecimento de saúde para realização dos exames de histocompatibilidade.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.312/GM/MS, de 30 de novembro de 2000, que estabelece as normas de cadastramento dos Laboratórios de Histocompatibilidade;

Considerando a Portaria nº 1.313/GM/MS, de 30 de novembro de 2000, que define os laboratórios que poderão ser cadastrados para realização dos exames de Histocompatibilidade;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a análise favorável da Secretaria de Estado da Saúde, em cujo âmbito de atuação se encontra o estabelecimento de saúde, resolve:

Art. 1º Fica renovada a autorização e a habilitação do estabelecimento de saúde a seguir, para realização dos exames de histocompatibilidade Tipo II, relacionados na Portaria nº 1.314/GM/MS, de 30 de novembro de 2000.

CÓDIGO: 24.18 - Exames de histocompatibilidade por meio de sorologia e/ou biologia molecular - Tipo II

AMAZONAS

RAZÃO SOCIAL	
Laboratório de Imunogenética da Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas (HEMOAM)	CNPJ: 63.678.320/0001-15 CNES: 2013274

Art. 2º Fica recadastrado o estabelecimento de saúde abaixo relacionado, para realização do exame de histocompatibilidade relativo à identificação de doador voluntário de medula óssea - 05.01.01.005-0 - Identificação de doador não aparentado de células-tronco hematopoéticas 1ª fase (por doador tipado).

CÓDIGO: 24.25 - Cadastramento de doadores voluntários de medula óssea e outros precursores hematopoéticos.

AMAZONAS

RAZÃO SOCIAL	
Laboratório de Imunogenética da Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas (HEMOAM)	CNPJ: 63.678.320/0001-15 CNES: 2013274

Art. 3º As renovações de autorização e os recadastramentos concedidos por meio desta Portaria terão validade de quatro anos, renováveis por períodos iguais e sucessivos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 685, DE 6 DE JUNHO DE 2019

Inclui membro em equipe de transplante.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos, em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 529/SAS/MS, de 26 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 88, de 9 de maio de 2019, Seção 1, páginas 79 e 80, os membros a seguir:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03

DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT 1 21 19 DF 06
II - membro: Fernando Sérgio Blumm Ferreira, hematologista e hemoterapeuta, CRM 11650.
III - membro: André Domingues Pereira, hematologista e hemoterapeuta, CRM 26217.

Art. 2º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 529/SAS/MS, de 26 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 88, de 9 de maio de 2019, Seção 1, páginas 79 e 80 o membro a seguir:

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT 1 21 19 DF 04
II - membro: Volney Assis Lara Vilela, hematologista e hemoterapeuta, CRM 15446.

Art. 3º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 1.673/SAS/MS, de 22 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 207, de 26 de outubro de 2018, Seção 1, página 60 e 61 os membros a seguir:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 12 18 SP 36
II - membro: Èder Ferreira Moreira, ortopedista e traumatologista, CRM 124458;
III - membro: Helton Hiroshi Hirata, ortopedista e traumatologista , CRM 66915;
IV - membro: Fernando Bento Cunha, ortopedista e traumatologista , CRM 135559;
V - membro: Marcelo Paulino Costa, ortopedista e traumatologista , CRM 151611;
VI - membro: Rafael Tormin Ortiz, ortopedista e traumatologista , CRM 129852;
VII - membro: Ricardo Fruschein Annichino, ortopedista e traumatologista , CRM 168076;
VIII - membro: Rodrigo Alves Beraldo, ortopedista e traumatologista , CRM 155154;
IX - membro: Thiago Folgosi Froes, ortopedista e traumatologista , CRM 129898;
X- membro: Velmor Toesca Badassim, ortopedista e traumatologista , CRM 155875.

Art. 4º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 1.630/SAS/MS, de 10 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 201, de 18 de outubro de 2018, Seção 1, página 41 os membros a seguir:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 12 18 PR 02
II - membro: João Said Sallum, ortopedista e traumatologista, CRM 5209;
III - membro: Frederico Fedatto, ortopedista e traumatologista , CRM 19980;
IV - membro: Lucienne Dobgenski Fedatto, ortopedista e traumatologista , CRM 17765.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 165, DE 7 DE MAIO DE 2019

Dispõe sobre o afastamento de Membros do Ministério Público do Trabalho do exercício de suas funções para frequentar cursos de aperfeiçoamento e estudos; para elaboração de monografias, dissertações, trabalhos e teses; para comparecer e ministrar seminários ou congressos, bem como integrar missões oficiais.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso do poder normativo que lhe confere o artigo 98, inciso I, caput, da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, tendo em vista o disposto nos artigos 88, inciso XII, 98, inciso X e 204, incisos I, II, III e V desta mesma Lei, e considerando o que consta do Procedimento Administrativo PGEA nº 20.02.0003.0000185/2017-67, resolve:

CAPÍTULO I

DAS ESPÉCIES DE AFASTAMENTOS PARA APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E ESTUDOS

Art. 1º Os afastamentos para aperfeiçoamento profissional e estudos podem ser:

I - para frequência em cursos de aperfeiçoamento e estudos, no país ou no exterior, por prazo não superior a 2 (dois) anos, prorrogável, no máximo, por igual período;

II - para comparecimento a seminários ou congressos, no país ou no exterior;

III - para ministrar cursos e seminários destinados ao aperfeiçoamento dos Membros da instituição;

IV - para elaboração de monografia, trabalho final de curso, dissertação ou tese;

V - para participar das atividades da grade regular da Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU, bem como daquelas organizadas internamente pelo Ministério Público do Trabalho, ou pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Parágrafo único. Os afastamentos previstos neste artigo podem ser classificados em:

a) de longa duração, assim considerados aqueles relacionados com cursos de pós-graduação stricto sensu, e/ou cuja necessidade de acompanhamento presencial ultrapasse os 90 (noventa) dias, bem como os afastamentos entre 91 (noventa e um) e 120 (cento e vinte) dias para elaboração de tese de doutoramento, na forma do art. 4º, parágrafo único, da presente Resolução;

b) de média duração, aqui compreendidos os cursos que não ultrapassem os 90 (noventa) dias de necessidade de acompanhamento presencial, bem como os afastamentos para elaboração de monografia no curso de pós-graduação lato sensu, para elaboração de dissertação ou trabalho final de curso de mestrado ou para elaboração de tese de doutoramento de até 90 (noventa) dias;

c) de curta duração assim compreendidos cursos, seminários ou congressos que não ultrapassem os 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO II

DOS AFASTAMENTOS DE MÉDIA E DE LONGA DURAÇÃO PARA FREQUENTAR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E ESTUDOS NO PAÍS OU NO EXTERIOR

Art. 2º O afastamento inicial poderá ser de até 2 (dois) anos, observadas as exigências do curso, podendo ser prorrogado, no máximo, por igual período, demonstrada a necessidade e o êxito das fases anteriores.

§ 1º - O Membro poderá requerer afastamento parcial para frequência de aulas em algum dia específico da semana, em local diverso do da lotação, caso em que a solicitação tramitará exclusivamente no gabinete do Procurador-geral do Trabalho, que analisará a razoabilidade do excepcional atendimento remoto.

§ 2º - O Procurador-geral do Trabalho, em atenção ao interesse público, poderá converter os afastamentos previstos e autorizados neste Capítulo em lotação provisória na unidade do local onde será realizado o curso, havendo Ofício disponível no destino.

§ 3º - Poderá ser concedido o afastamento de Membro para realizar pós-doutorado.

a) em caso de limitação do número de afastamentos, o deferimento deste pedido observará ordem de prioridade, não podendo exceder o número de 3 (três) liberações simultâneas;

b) a ordem de prioridade da alínea anterior privilegiará os afastamentos para curso de mestrado e de doutorado.

§ 4º - O procedimento para autorização e acompanhamento do afastamento para o pós-doutoramento observará, no que couber, as regras gerais e princípios para os demais previstos nesta Resolução, sem prejuízo de outros esclarecimentos acerca das atividades a serem desenvolvidas que o relator entender necessários.

Art. 3º O requerimento será endereçado ao Procurador-Geral, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do início do curso, salvo comprovada impossibilidade em fazê-lo, ou em casos em que o interessado iniciou seus estudos cumulativamente com as atividades institucionais, instruído com a documentação que comprove:

I - haver sido aceito para curso de pós-graduação stricto sensu ministrado no Brasil, devidamente reconhecido e recomendado pela CAPES;

II - haver sido aceito para curso de pós-graduação stricto sensu no exterior, que tenha chancela do órgão competente do País em que for ministrado;

III - o nome da instituição de ensino que oferece o curso, a sua natureza, regime e local de funcionamento, tempo de duração, com datas previstas para seu início, término, carga horária e programa;

IV - projeto elaborado pelo interessado, que exponha a pertinência do curso com as atribuições do Ministério Público e o roteiro a ser desenvolvido na elaboração de seu trabalho, dissertação ou tese indispensável à obtenção de título de pós-graduado;

V - Curriculum Vitae preenchido na plataforma Lattes;

VI - Certificação, pela Corregedoria do Ministério Público do Trabalho de estar o requerente no efetivo exercício das suas funções no âmbito do Ministério Público do Trabalho e regular com seus deveres funcionais; não ter sofrido sanção disciplinar de censura ou suspensão nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias anteriores à data do requerimento; não estar respondendo a processo-crime nem a inquérito ou processo administrativo; ter cumprido o estágio probatório;

VII - manifestação fundamentada do Chefe da Unidade respectiva quanto ao atendimento das necessidades do serviço.

§ 1º Os afastamentos somente serão concedidos se demonstrado o efetivo interesse do Ministério Público na sua realização.

§ 2º O Conselheiro Relator poderá indeferir o pedido insuficientemente instruído, quando o interessado, a tempo e modo, não o suprir mesmo notificado a tanto.

CAPÍTULO III

DO AFASTAMENTO PARA ELABORAÇÃO DE MONOGRAFIA, TRABALHO FINAL DE CURSO, DISSERTAÇÃO OU TESE

Art. 4º O Membro poderá pleitear afastamento por 1 (um) mês para elaboração de monografia no curso de pós-graduação lato sensu, por 2 (dois) meses para elaboração de dissertação ou trabalho de final no curso de mestrado, e por 3 (três) meses para elaboração de tese de doutorado, sempre que demonstrado o efetivo interesse do Ministério Público na sua realização e desde que não esgotado o período máximo previsto no art. 204 da LC 75/93.

Parágrafo único. Quando não se deu o afastamento para acompanhamento do curso, os prazos para elaboração de dissertação ou trabalho final do curso de mestrado, e para elaboração de tese de doutorado, poderão ser acrescidos de mais 30 (trinta) dias.

Art. 5º O requerimento previsto no artigo anterior deverá ser dirigido ao Procurador-Geral do Trabalho, também com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do respectivo início, salvo comprovada impossibilidade de fazê-lo, instruindo o pedido com os seguintes documentos:

I - estar matriculado em curso de especialização oferecido por instituições de ensino superior devidamente reconhecido, diretamente ou mediante convênio;

II - o nome da instituição de ensino, a natureza e o regulamento do curso;

III - projeto elaborado pelo interessado, que exponha a pertinência do curso com as atribuições do Ministério Público e o roteiro a ser desenvolvido na elaboração de sua tese, monografia, dissertação ou trabalho indispensável à obtenção da conclusão do curso, inclusive com indicação da data limite para depósito e defesa, quando houver;

IV - cronograma de elaboração do trabalho, instruído com a superação do percentual mínimo de frequência e da conclusão e aproveitamento acadêmico integral do requerente, ou a comprovação da necessidade do afastamento ocorrer antes de concluídas as disciplinas;

V - curriculum vitae preenchido na plataforma Lattes;

VI - certificação, pela Corregedoria do Ministério Público do Trabalho, de estar o requerente no efetivo exercício das suas funções e regular com seus deveres funcionais; de não ter sofrido sanção disciplinar de censura ou suspensão nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias anteriores à data do requerimento; de não estar respondendo a processo-crime nem a inquérito ou processo administrativo; de ter cumprido o estágio probatório;

VII - manifestação fundamentada do Chefe da Unidade respectiva quanto ao atendimento das necessidades do serviço.

Parágrafo único. Atender-se-á, no que couber, o disposto no art. 3º desta Resolução, sendo que, na hipótese de já ter sido concedido o afastamento para acompanhamento de curso, é dispensada nova apresentação dos documentos previstos neste artigo, a exceção daquele mencionado no inciso V.

CAPÍTULO IV

DOS AFASTAMENTOS DE CURTA DURAÇÃO

Art. 6º Os afastamentos de que trata o art. 204, inciso II, da Le i Orgânica do Ministério Público da União não poderão exceder a cinco dias e serão autorizados pelo Procurador-Geral do Trabalho.

Art. 7º O interessado deverá requerer a autorização ao Procurador-Geral do Trabalho com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo comprovada a impossibilidade de fazê-lo instruindo seu pedido com documentação que indique:

I - o nome da instituição que o oferece;

II - a natureza do evento, local de sua realização e programa a ser cumprido;

III - demonstração da pertinência do evento com as atividades desenvolvidas pelo interessado no Ministério Público do Trabalho.

Art. 8º O Procurador-Geral do Trabalho poderá determinar o pagamento de diárias ou o reembolso das despesas do Membro com hospedagem, optando pelo que for menos oneroso para os cofres públicos.

Art. 9º No interesse do serviço, o Procurador-Geral poderá limitar o número de afastamentos para o evento indicado.

Art. 10. Em caso de limitação do número de afastamentos ou havendo insuficiência de recursos para custeio das despesas de participação dos interessados, o deferimento dos pedidos observará o que segue:

I - o mais antigo na carreira, dentre os que não tenham sido beneficiados com afastamento para comparecer a seminários e congressos, observada a pertinência entre a temática do evento e sua área de atuação no Ministério Público;

II- o mais antigo na carreira, dentre os que não tenham sido beneficiados com afastamento para comparecer a seminários e congressos;

III - o mais antigo na carreira, dentre os que não tenha m sido beneficiados com afastamento para comparecer a seminários e congressos nos últimos seis meses, observada a pertinência entre a temática do evento e sua área de atuação do Ministério Público;

IV - o mais antigo na carreira, ainda que já tenha sido beneficiado com afastamento para comparecer a seminários e congressos nos últimos seis meses, observada a pertinência entre a temática do evento e sua área de atuação no Ministério Público;

V - o mais antigo na carreira, ainda que já tenha sido beneficiado com afastamento para comparecer a seminários e congressos nos últimos seis meses.

Art. 11. Ao reassumir suas funções no MPT, o beneficiário encaminhará ao Procurador-Geral comprovante de sua participação no evento, acompanhado de bilhete de passagem utilizado, se custeado pelos cofres públicos.

Art. 12. Tratando-se de afastamento para frequência a cursos, seminários ou congressos de curta duração promovidos pelo Ministério Público do Trabalho ou pela Escola Superior do Ministério Público da União, não se aplica o disposto nos artigos. 18 e 21 desta Resolução, sendo igualmente dispensada a oitiva do CSMPT.

CAPÍTULO V

DAS MISSÕES OFICIAIS E EVENTOS INTERNACIONAIS

Art. 13. Compete ao Procurador-Geral do Trabalho, e em seus impedimentos ao Vice- Procurador-Geral, a representação do Ministério Público do Trabalho em missões e eventos internacionais.

Parágrafo único. A participação de outros Membros do Ministério Público do Trabalho em missão ou evento no exterior ocorrerá mediante designação específica do Procurador-Geral do Trabalho, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho e observada a área de especialização, a experiência no tema e o domínio do idioma utilizado.

Art. 14. Cabe ao Membro apresentar ao Procurador-Geral do Trabalho, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do retorno da viagem internacional, relatório circunstanciado das ações desenvolvidas durante a missão ou evento oficial.

Parágrafo único. A não apresentação do relatório de missão implicará a devolução de valores eventualmente percebidos a título de diária s e passagens, bem como o impedimento do Membro ou servidor para outra viagem de representação internacional, até o adimplemento da respectiva falta.

Art. 15. A concessão de diárias e passagens para missões internacionais aos Membros observará preceituado na regulamentação vigente da matéria.

Art. 16. A participação dos Membros em missões ou eventos internacionais será divulgada no sítio eletrônico do Ministério Público do Trabalho, notadamente no portal da transparência, sendo os atos de autorização, que ensejarem afastamento do país, publicados no Diário Oficial da União, até a data do início da viagem ou de sua prorrogação, com indicação do nome do Membro, cargo, unidade de lotação, país de destino, período e a finalidade resumida da missão ou do evento, bem como das vantagens concedidas pertinentes ao custeio.

§ 1º- Se a manutenção do sigilo for necessária para o êxito de missão relacionada à atividade-fim da Instituição, a publicação será feita em extrato.

§ 2º- Nos casos de participação de Membro em atividades proporcionadas em organismos internacionais, vocacionados à cooperação ou integração, em nível global ou regional, a indicação do Procurador Geral do Trabalho preservará, caso aberto processo de seleção, a igualdade de condições entre os postulantes, bem como será assegurada a publicização das vantagens a serem concedidas para o custeio da missão. Em qualquer caso o respectivo procedimento administrativo a ser examinado pelo Conselho Superior será instruído com os documentos relacionados aos atos de cooperação, tais como convênios e convites dos organismos internacionais.

CAPÍTULO VI

DAS REGRAS GERAIS

Art. 17. As autorizações dos afastamentos do artigo 204 da Lei Complementar 75 serão concedidas pelo Procurador Geral do Trabalho, depois de ouvido o Conselho Superior, nos termos expressos de seu §1º, excetuando-se os períodos que não excederem 5 (cinco) dias.

Art. 18. A mudança de curso ou de instituição de ensino para qual o interessado teve autorização de afastamento motivará nova oitiva do Conselho Superior para sua autorização.

Art. 19. O Membro que interromper as atividades do afastamento sem justa causa, aferida pelo Conselho Superior, devolverá os valores recebidos, durante o período de afastamento, a título de subsídios e outras vantagens.

Art. 20. A posse em outro cargo público, salvo se acumulável com o exercício no Ministério Público, acarretará a imediata interrupção do afastamento concedido e a devolução dos valores recebidos a título de subsídios e outras vantagens, durante o período do afastamento, observado o disposto no art. 46 da lei 8.112/90.

Art. 21. Os afastamentos de que tratam os Capítulos II e III não poderão exceder, respectivamente, a 3% (três por cento) do total do quadro de Membros em exercício, devendo, também, obedecer à proporção de até 1 (um) afastamento para cada 10 (dez) Membros da Unidade, assim entendida a PGT, e as PRTs, e de no máximo 1 (um) Membro afastado, quando se tratar de PTM, observada a necessidade do serviço, e situações excepcionais, bem como o número máximo de 3 (três) doutores afastados para os fins do artigo 2º, §3º da presente Resolução.

§ 1º- O limitador percentual acima descrito também não se aplica aos cursos de média duração ministrados em Universidades estrangeiras, em convênio ou não com a ESMPU, limitados a 3 (três) semanas de duração, e tampouco aos demais cursos de curta duração realizados no Brasil ou exterior;

§ 2º - A Secretaria do Conselho Superior manterá o controle sobre o número de afastados, para os fins da observância do caput deste artigo, em articulação com o DRH/PGT, devendo expedir, automaticamente, certidão nos autos sobre o quantitativo de licenciados, que instruirá cada novo requerimento apresentado.

§ 3º- Em caso de os pedidos submetidos ao Conselho Superior superarem as vagas disponíveis, a preferência será fixada com observância dos seguintes critérios:

I - interesse do Ministério Público do Trabalho indicado pela correlação entre o conteúdo programático do curso, assim como da monografia final, dissertação ou tese a ser elaborada e as atividades institucionais em geral;

II - correlação entre o conteúdo programático do curso, assim como do trabalho, dissertação ou tese a ser elaborada e a atividade institucional exercida pelo requerente quando da apresentação do pedido;

III - o mais antigo na carreira, dentre os que não tenham sido anteriormente beneficiados com afastamento para o mesmo fim;

Art. 22. A autorização de afastamento ou a desistência manifestada pelo Membro serão publicados no Diário Oficial da União, registrados nos assentamentos funcionais do beneficiado e divulgados no portal da transparência.

Art. 23. O Membro do Ministério Público do Trabalho beneficiado com o afastamento previsto nesta Resolução deverá:

I - manifestar previamente sua concordância com as condições estipuladas para o afastamento;

II - arcar, com eventuais taxas de matrículas, anuidade s, transporte e materiais escolares;

III - dedicar-se exclusiva e integralmente ao curso ou à elaboração da dissertação ou tese, salvo expressa autorização do Conselho Superior;

IV - prestar informações relacionadas ao curso solicitadas pelo Conselho Superior;

V - encaminhar, trimestralmente, ao relator do processo junto ao Conselho Superior relatório da evolução dos seus estudos, com indicação do conteúdo programático das matérias cursadas, das menções obtidas, bem como cópia dos trabalhos realizados para aferição do cumprimento das condições e finalidades do afastamento;

VI - nos afastamentos com prazo igual ou inferior a 90 (noventa) dias, apresentar relatório ao término do período deferido;

VII - encaminhar ao Conselho Superior, no prazo de 6 (s eis) meses, contado do retorno à atividade no MPT, cópia do inteiro teor da respectiva dissertação ou tese e comprovação da sua apresentação, bem como histórico acadêmico ao final do curso;

VIII - encaminhar ao Conselho Superior, no prazo de 12 (doze) meses, contado do retorno à atividade no MPT, cópia do documento referente à outorga do respectivo título, ressalvado o comprovado atraso por parte da instituição de ensino em emitir o documento;

IX - encaminhar à Biblioteca do Ministério Público do Trabalho, para divulgação, pelo menos um exemplar do trabalho final, dissertação, o u tese aprovada, bem como uma via digitalizada contendo síntese de seu estudo para publicização no site institucional.

Art. 24. O Membro do Ministério Público do Trabalho beneficiado com o afastamento, nos termos do artigo anterior, poderá organizar evento a ter lugar, de preferência, no recinto da sua unidade, para exposição do conteúdo do trabalho elaborado durante o afastamento.

Art. 25. Durante o afastamento o beneficiado entrará em gozo de férias integrais dentro do recesso acadêmico previsto no respectivo ano, sendo o período computado para prazo de afastamento, vedada a suspensão, interrupção ou conversão em pecúnia.

Art. 26. Ao Membro do Ministério Público do Trabalho beneficiado com o afastamento previsto nesta Resolução não será concedida exoneração, aposentadoria ou licença para tratar de interesses particulares antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese de ressarcimento do que houver recebido a título de vencimentos e vantagens.

Art. 27. Em nenhuma hipótese, a soma dos períodos de afastamento para aperfeiçoamento profissional e/ou estudos, ao longo da carreira de Membro, poderá exceder a quatro anos.

Art. 28. O Procurador-Geral, mediante requerimento formulado pelo interessado, poderá fixar prazo de deslocamento para o beneficiado dos afastamentos previstos nesta Resolução, observados os parâmetros aplicados aos servidores civis da União e as peculiaridades de cada situação.

Art. 29. O Procurador-Geral do Trabalho, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, poderá determinar o cancelamento do afastamento autorizado caso verifique o descumprimento de qualquer das condições e finalidades estabelecidas nesta Resolução.

Art. 30. Ao autorizar os afastamentos de que trata esta Resolução, o Procurador-Geral do Trabalho indicará se ocorrerá com ônus, total ou parcial, ou sem ônus para o Ministério Público do Trabalho, fazendo, neste caso, sua especificação.

Art. 31. Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral do Trabalho, ouvido previamente o Conselho Superior.

Art. 32. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Resolução nº 75, de abril de 2008, do CSMPT.

RONALDO CURADO FLEURY
Presidente do Conselho

JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Conselheiro Vice-Presidente

JÚNIA SOARES NADER
Conselheira

ENEAS BAZZO TORRES
Conselheiro

MANOEL JORGE E SILVA NETO
Conselheiro

RICARDO JOSE MACEDO DE BRITTO PEREIRA
Conselheiro

ANDRÉ LUÍS SPIES
Conselheiro relator

EDELAMARE BARBOSA MELO
Conselheira revisora

LUIZ EDUARDO GUIMARÃES BOJART
Conselheiro Secretário

JOSE DE LIMA RAMOS PEREIRA
Conselheiro

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ESTATÍSTICA DO MÊS DE MAIO/2019

Procedimentos da Câmara de Coordenação e Revisão do MPT

I - PRODUTIVIDADE:

MEMBROS	RELATORES				
	Saldo anterior	Distribuição no mês	Concluso ao Relator	Devolvido no mês	Em poder do Membro
SANDRA LIA SIMÓN	109	244	25	152	226
ELIANE ARAQUE DOS SANTOS	87	244	31	331	31
ANDRÉA ISA RÍPOLI[1]	110	112	13	215	19
LUERCY LINO LOPES	40	316	25	380	1
ABIAEL FRANCO SANTOS	49	187	14	247	1
JÚNIA BONFANTE RAYMUNDO	104	313	24	343	98
JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA[2]	156	147	6	309	0
MÁRCIA CAMPOS DUARTE	47	314	33	393	1
DÉBORA MONTEIRO LOPES[3]	185	0	3	128	61
ANDRÉ LACERDA	342	349	12	515	188
VIRGINIA MARIA VEIGA DE SENNA	0	166	1	163	3
RODRIGO DE LACERDA CARELLI	49	4	7	59	1
CÉLIA REGINA CAMACHI STANDER	1	0	0	1	0
TOTAL	1279	2396	194	3236	630

Observação: Última distribuição - 27/5/2019 - segunda-feira.
1 - Licença nojo 19 a 26/5/2019 - Licença Prêmio 27/5 a 28/6/2019;
2 - Férias 20 a 29/5/2019 e 30/5 a 8/6/2019; e
3 - Férias 2 a 11/5/2019 e 13/5 a 11/6/2019.

II - SITUAÇÃO

Entrada de procedimentos no mês	2.581
Distribuição e redistribuição de procedimentos no mês	2.396
Total de procedimentos deliberados no mês	2.597
Procedimentos em diligência na Secretaria	253

Brasília/DF, 31 de maio de 2019.
SANDRA LIA SIMÓN
Subprocuradora-Geral do Trabalho
Coordenadora da Câmara

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA

PORTARIA Nº 42, DE 7 DE JUNHO DE 2019

O Promotor de Justiça Titular da Segunda Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística - PROURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, incisos III e IX, da Constituição Federal; artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; e artigos 11 e 22 da Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 66, de 17.10.2005, do CSMPDFT, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do Inquérito Civil Público - ICP;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever constitucional de promover as ações necessárias, no exercício de suas funções institucionais, para defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e, no presente caso, nos termos dos artigos 182 e 225, da CF de 1988, para proteção do ordenamento territorial e do meio ambiente natural e urbano, objetivando propiciar qualidade de vida aos moradores do Distrito Federal;

CONSIDERANDO a existência do Procedimento Preparatório no 08190.178716/18-36 em trâmite nesta Promotoria de Justiça tendo por objeto averiguar possíveis irregularidades na construção do posto de combustível localizado no Setor Habitacional Mangueiral, Avenida Mangueiral, Praça de Atividade 4, Lote 01, Região Administrativa de São Sebastião -DF;

CONSIDERANDO que o Parecer Técnico nº 069/2019 APMAG/SPD apontou constar dos autos apenas a Licença de Instalação n° 010/2014 (fls. 162/164), com 30 condicionantes elencadas e com prazo de vencimento já expirado, sendo sugerido o envio de ofício ao IBRAM para que informasse a situação atual do referido posto;

CONSIDERANDO que o IBRAM enviou resposta de fls. 178/186, na qual informa que consta Relatório de vistoria de habite-se Z8114315-RVH e Relatório de Ação Fiscal Z821784-REL, informando que ainda persistem 02 condicionantes, sendo que falta ao interessado apresentar nova aprovação do projeto referente a alteração detectada na cobertura ou adequação ao projeto existente para liberação de Laudo de Vistoria de Habite-se pela AGEFIS, favorável a expedição da carta de habite-se;

CONSIDERANDO que consta às fls. 189/198 novo ofício enviado pelo IBRAM na qual informa que está vigente a Licença de Operação n° 30/2017 - IBRAM até 20/09/2021;

CONSIDERANDO que consta pendente a expedição da liberação do laudo de vistoria de habite-se pela AGEFIS;

CONSIDERANDO a necessidade de prosseguimento das investigações encetadas nos autos do Procedimento Preparatório Preliminar - PP nº 08190.178716/18-36;, resolve:

Instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, mediante conversão do PP acima mencionado, determinando, de início, o seguinte:

1) autue-se a presente portaria, promovendo-se os registros necessários no Sistema de Acompanhamento dos Feitos e Requerimentos do MPDFT, com observância do disposto nos artigos 2º, 4º § 2º, e 13, parágrafo único, da Resolução nº 66, de 17.10.2011, do CSMPDFT;

2) comunique-se a instauração do presente procedimento ao(s) representante(s) e à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada;

3) publique-se a presente portaria, assim como os extratos referentes aos atos realizados, na forma do artigo 2º, inciso VII, da Resolução nº 66/2005.

MÁRCIO WAGNER VIEIRA ALBUQUERQUE
Promotor de Justiça Adjunto

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA

PORTARIA Nº 41, DE 5 DE JUNHO DE 2019

A Promotora de Justiça Titular da Quinta Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística - 5ª PROURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e artigos 11 e 22 da Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do Inquérito Civil Público - ICP;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 22 da Resolução CSMPDFT nº 90, de 14 de setembro de 2009, são atribuições das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística, entre outras:

II - zelar pela observância do contido na Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), na Lei Federal nº 6.766/79 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), na Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto das Cidades), no Plano de Ordenamento Territorial (PDOT), nos Planos Diretores Locais (PDLs) e nas demais normas relacionadas à ordem urbanística;

III - zelar pela correta utilização dos bens de uso comum do povo, tais como praças, áreas verdes ouinstitucionais e demais espaços públicos, promovendo as medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas cabíveis;

XIV - zelar pela legalidade e obediência às exigências das licenças urbanísticas determinadas por lei;

XVI - fiscalizar as entidades e os órgãos públicos do Distrito Federal responsáveis pela execução da política pública urbana, habitacional e de regularização fundiária, no que concerne à atividade-fim relacionada à área de sua atuação;

XX - instaurar e presidir o inquérito civil público, bem como o procedimento de investigação preliminar, para a defesa da ordem jurídica relativa à área de sua atuação;

XXIII - tomar dos interessados compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais nas matérias afetas às respectivas atribuições;

XXIV - expedir recomendações aos órgãos e entidades públicos e privados, com vista à observância da lei e dos princípios da Administração Pública, à prevenção de condutas lesivas à ordem jurídica, relativa à área de sua atuação e à efetividade dos serviços e atividades a ela relacionadas;

CONSIDERANDO que a distribuição de atribuições entre as Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística se dá de acordo com o estabelecido no Anexo I, Capítulo XIV da Resolução CSMPDFT nº 90, de 14 de setembro de 2009, o qual atribui à 5ª PROURB os "feitos judiciais e extrajudiciais relacionados às Regiões Administrativas do Núcleo Bandeirante, Guará, Lago Sul, Candangolândia, Park Way e Setor Complementar de Indústrias relativos à sua área de atuação";

CONSIDERANDO a reunião realizada nesta PROURB, no dia 8 de maio de 2019, com a participação da Promotora de Justiça Laís Cerqueira Silva Figueira, da 5ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística, da Promotora de Justiça Cíntia Costa da Silva, da 2ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos, e do Promotor de Justiça Gladson Raeff Rocha Viana, da 1ª Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri do Guará, em que se discutiu a frequente reclamação de moradores contra a perturbação do sossego provocada por estabelecimentos comerciais do tipo bar, na Região Administrativa do Guará, bem como o aumento da criminalidade nos arredores desses estabelecimentos, que, na maioria das vezes funcionam à margem da lei;

CONSIDERANDO o relato de que na região do CAVE/Guará há excesso de barulho produzido por bares e até por boate, ocupantes de área pública, e que no Juizado Especial Criminal daquela circunscrição tramitam vários processos de perturbação da tranquilidade envolvendo esse tipo de atividade;

CONSIDERANDO o relato de que levantamento realizado pela 1ª Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri do Guará apontou o aumento da criminalidade e, em especial, da prática de crimes violentos, na região do CAVE/Guará, em decorrência da instalação irregular de vários bares naquela localidade;

CONSIDERANDO que a partir do referido estudo, a 2ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos, a 1ª Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri do Guará e a 6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, em conjunto, ajuizaram a Ação Civil Pública nº 0704165- 62.2019.8.07.0018 visando à remoção de vários quiosques instalados no CAVE/Guará, por se tratar de área vizinha ao Parque Ezechias Heringer;

CONSIDERANDO a necessidade do Ministério Público prosseguir com ações que reduzam o horário de funcionamento de bares, desestimulem a ocupação irregular de área pública por esse tipo de estabelecimento, sobretudo aqueles que pretendam executar som mecânico ou ao vivo, bem como que restabeleçam o sossego dos moradores vizinhos a áreas comerciais;

CONSIDERANDO a proposta de atuação conjunta entre a 5ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística, a 2ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos e a 1ª Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri do Guará, visando à convocação de donos de bares e comércios similares da Região Administrativa do Guará, a fim de firmarem termo de ajustamento de conduta (TAC) para reduzir o impacto negativo de suas atividades junto à comunidade local;

CONSIDERANDO os documentos apresentados pelo Promotor de Justiça Gladson Raeff Rocha Viana, da 1ª Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri do Guará, relativamente ao empreendimento denominado Santo Boteco, em funcionamento na QI 31, Bloco A, lojas 26 e 27, Guará II/DF, consistentes no certificado de licenciamento da empresa emitido pelo Sistema RLE, em registros de ocorrências policiais por perturbação do sossego alheio, em reclamações registradas no Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal, na notificação da AGEFIS pelo exercício de atividade de música não licenciada e, por fim, no auto de infração ambiental lavrado pelo IBRAM no dia 15/04/2019;, resolve:

Instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com a finalidade compatibilizar o exercício da atividade comercial desenvolvida pelo bar denominado "Santo Boteco", em funcionamento na QI 31, Bloco A, lojas 26 e 27, na Região Administrativa do Guará/DF, com o interesse público, determinando que sejam adotadas, de imediato, as seguintes providências:

1) autuar a presente portaria e os documentos que a instruem, promovendo-se os registros necessários no Sistema de Acompanhamento dos Feitos e Requerimentos do MPDFT;

2) comunicar a instauração do presente feito à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada, enviando cópia desta portaria;

3) publicar a presente portaria, assim como os extratos referentes aos atos realizados, na forma do artigo 2º, inciso VII da Resolução nº 66/2005;

4) proceder ao controle do prazo previsto no artigo 13-A da referida resolução - 1 (um) ano - informando sobre a eventual necessidade de prorrogação do referido prazo com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

5) enviar os autos à Assessoria Técnica da PROURB para análise do certificado de licenciamento da empresa e sua conformidade com as normas urbanísticas, bem como para apresentação de propostas visando à compatibilização da atividade desenvolvida pelo bar com os interesses dos moradores da região.

LAÍS CERQUEIRA SILVA FIGUEIRA

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 6, DE 29 DE MAIO DE 2019
(Sessão Extraordinária Reservada do Plenário)

Presidência: Ministro José Mucio Monteiro
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Marcelo Martins Pimentel
Subsecretária do Plenário: AUFC Lorena Medeiros Bastos Corrêa

Às 17 horas e 46 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes e Bruno Dantas, dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira, bem como da Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes, por motivo de férias, o Ministro Vital do Rêgo e o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos públicos das atas, de acordo com a Resolução 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet (www.tcu.gov.br).

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 1244 a 1249.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os acórdãos de nºs 1250 a 1255.

ACOMPANHAMENTO DE JULGAMENTO DE PROCESSO

Na apreciação do processo TC-026.478/2015-3, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, nos termos do parágrafo único do art. 97 do Regimento Interno, foi autorizada a presença na Sala das Sessões dos Drs. Murilo Muraro Fracari e Guilherme Lopes Mair, representantes legais da Caixa Econômica Federal.

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo dos respectivos processos, tornaram-se públicos os acórdãos de nºs 1244 a 1248, 1251 e 1253.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Os acórdãos de nºs 1244 a 1248, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os acórdãos de nºs 1251 e 1253, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

RELAÇÃO Nº 16/2019 - Plenário
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 1244/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, da Lei 8.443/92, c/c arts. 1º, inciso XXIV, 15, inciso I, alínea "p", 143, inciso V, alínea "a", 234, 235, 236, §1º, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente denúncia, em face do preenchimento de seus requisitos de admissibilidade; considerá-la improcedente, e indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo denunciante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção, retirando-se a chancela de sigilo aposta aos autos, de acordo com o pronunciamento da unidade técnica às Peças 5 e 6.

1. Processo TC-006.269/2019-2 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Comando Logístico do Exército
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. dar ciência da presente deliberação ao Comando Logístico do Exército e ao denunciante, arquivando-se em seguida o processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 1245/2019 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de tegColegiado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, 43, inciso I, e 53 da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso II, 235 e 237, do Regimento Interno do TCU, conhecer da denúncia a seguir indicada e considerá-la prejudicada tendo em vista que o exame das questões denunciadas já está sendo realizado pelo órgão concedente (FNDE/MEC), bem como acompanhado pelo MPF e Poder Judiciário e, não há, no atual momento, qualquer providência a ser adotada pelo TCU, determinando-se o arquivamento do feito, após o envio de cópia desta deliberação ao denunciante, ao MEC e ao FNDE; bem como encaminhar cópia integral do processo ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com vistas a subsidiar o exercício por esse órgão, na qualidade de concedente, das competências de fiscalização originária dos recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

1. Processo TC-010.824/2018-9 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de São Paulo (Sec-SP).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1246/2019 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso XVI, e 53 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234 e 235, todos do Regimento Interno, em não conhecer da presente denúncia, ante a inexistência dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 235 do RI/TCU, retirar-lhe a chancela de sigilo, bem como determinar o seu arquivamento, devendo-se dar ciência desta deliberação ao denunciante e à Prefeitura do Município de Mauá.

1. Processo TC-011.968/2018-4 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mauá - SP

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de São Paulo (Sec-SP).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 13/2019 - Plenário
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 1247/2019 - TCU - Plenário

Considerando que a irregularidade relatada foi apresentada pelo denunciante em julho de 2015 (TC 016.626/2015-0) e em abril de 2018 (TC 011.772/2018-2), tendo sido analisada a questão dos níveis de acordo salarial por ocasião da segunda denúncia (Acórdão 1.645/2018-TCU-Plenário, Relator Ministro José Múcio Monteiro);

Considerando que o denunciante não agregou informações ou documentos que pudessem ensejar nova apreciação da matéria;

Considerando que o pleito se assemelha a recurso, constando declaração expressa sobre a insatisfação com a decisão (elemento volitivo) e os motivos dessa insatisfação (elemento de razão ou descritivo);

Considerando que o interesse recursal não pode ser manifestado por meio da apresentação de uma nova denúncia;

Considerando que, nos termos da Resolução-TCU 292/2018, que alterou a Resolução-TCU 259/2014, a fim de resguardar o sigilo e a proteção do denunciante, o documento original da denúncia, bem como qualquer outro documento no qual conste sua identificação, serão juntados ao processo como peças sigilosas, classificadas quanto à confidencialidade como informação pessoal, à luz da Lei 12.527/2011;

Considerando, ainda, que a reclassificação do processo de denúncia como público, após a decisão definitiva, não alcança as peças que contenham a identificação do denunciante, as quais permanecem classificadas como informação pessoal e delas não se concederá vista ou cópia durante o prazo de vigência da restrição, salvo nas hipóteses legais;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, e 53, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234 e 235, todos do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente denúncia, por não atender aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014; levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014; e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 8), ao denunciante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.858/2019-0 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992 c/c art. 31 da Lei 12.527/2011)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992 c/c art. 31 da Lei 12.527/2011)

1.3. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.; Superintendência Nacional de Previdência Complementar

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência e da Assistência Social (SecexPrevi).

1.7. Representação legal: Tatiana Zuma Pereira (120.831/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1248/2019 - TCU - Plenário

Considerando se tratar de denúncia autuada como representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Caixa Econômica Federal, relacionadas ao Edital de Venda Direta Caixa 035/2018 - CPVE/AS;

Considerando a alegação do denunciante de que o imóvel no qual exerce a posse foi vendido a terceiros pela Empresa Gestora de Ativos - Emgea;

Considerando que resta consolidado o entendimento de que não se insere nas competências desta Corte de Contas o patrocínio de interesses privados, como evidencia a alteração regimental do art. 276, com vistas a substituir a expressão "direito alheio" por "interesse público", apto a ensejar a atuação do TCU, cuja tutela deverá ser pleiteada nas instâncias ordinárias do poder judiciário;

Considerando que, nos termos da Resolução-TCU 292/2018, que alterou a Resolução-TCU 259/2014, a fim de resguardar o sigilo e a proteção do denunciante, o documento original da denúncia, bem como qualquer outro documento no qual conste sua identificação, serão juntados ao processo como peças sigilosas, classificadas quanto à confidencialidade como informação pessoal, à luz da Lei 12.527/2011;

Considerando, ainda, que a reclassificação do processo de denúncia como público, após a decisão definitiva, não alcança as peças que contenham a identificação do denunciante, as quais permanecem classificadas como informação pessoal e delas não se concederá vista ou cópia durante o prazo de vigência da restrição, salvo nas hipóteses legais;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, e 53, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234 e 235, todos do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente denúncia, por não atender aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014; levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014; e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 20), ao denunciante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.692/2019-0 (DENÚNCIA)

1.1. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1251/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 030.070/2013-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Agravo (Denúncia).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, **caput**, da Lei n. 8.443/1992).

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, **caput**, da Lei n. 8.443/1992).

3.3. Recorrente: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis 3ª Região (RS).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria do TCU no Estado do Rio Grande do Sul (SEC-RS).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Agravo interposto pelo Sr. Luiz Alcides Capoani contra Despacho de peça 73, que não conheceu do Pedido de Reexame interposto contra os termos do Acórdão 1.626/2017 - TCU - Plenário, porque além de intempestivo não agregou fatos novos que justificassem seu exame;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, Extraordinária Reservada ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do Agravo, com fundamento nos art. 289 do Regimento Interno/TCU c/c o art. 52, §2º, da Resolução/TCU 259/2014, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar o processo à Secretaria de Recursos, para que dê ciência da presente deliberação ao interessado e arquivar os autos.

10. Ata n° 6/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/5/2019 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1251-06/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1253/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.222/2018-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Denúncia

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Denúncia sobre fatos que se referem a uma disputa familiar pelos bens deixados em herança pelo pai adotivo do denunciante.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer a presente documentação como Denúncia, por ausência dos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

9.2. informar ao denunciante que o conteúdo desta deliberação poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.3. encaminhar cópia integral do processo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco;

9.4. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 235, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, e do art. 105 da Resolução - TCU 259/2014.

10. Ata n° 6/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/5/2019 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1253-06/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

SIGILO DE PROCESSOS

Foi mantido o sigilo dos acórdãos proferidos nos seguintes processos:

Acórdão nº 1249, adotado no processo TC-031.683/2017-7, constante da Relação nº 14 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho;

Acórdão nº 1250, adotado no processo TC-026.478/2015-3, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

Acórdão nº 1252, adotado no processo TC-041.071/2018-2, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

Acórdão nº 1254, adotado no processo TC-036.463/2018-3, cuja relatora é a Ministro Ana Arraes; e

Acórdão nº 1255, adotado no processo TC-027.354/2018-0, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro.

Os acórdãos de nº 1250, 1252, 1254 e 1255, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram, constam do Anexo II desta Ata, que será arquivado eletronicamente na Secretaria das Sessões.

ENCERRAMENTO

A Presidência encerrou a sessão às 17 horas e 57 minutos, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

LORENA MEDEIROS BASTOS CORRÊA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 5 de junho de 2019.

JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente

ATA Nº 17, DE 22 DE MAIO DE 2019
(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidência: Ministro José Mucio Monteiro
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Marcelo Martins Pimentel
Subsecretária do Plenário: AUFC Lorena Medeiros Bastos Corrêa

À hora regimental, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes e Bruno Dantas, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira, bem como da Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausente o Ministro Vital do Rêgo, por motivo de férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 16, referente à sessão ordinária realizada em 15 de maio de 2019 (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet (www.tcu.gov.br).

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata):

Da Presidência:

Notícia de que foi inserida no planejamento da Segecex para o ano em curso, ação para possibilitar o uso das soluções dos programas ALICE (Análise de Licitações e Editais) e SAO (Sistema de Análise de Orçamentos) na fiscalização de obras paralisadas, especificamente quanto à possibilidade de criação de novas tipologias de análise e de integração dos dois sistemas.

Registro de que foi implantada a Pesquisa Integrada no Portal do TCU.

Convite para o ato de celebração da Páscoa, que será realizado pelo Bispo Auxiliar de Brasília, Dom Marcony Vinicius Ferreira, no dia 30 de maio, às 17 horas, no Auditório do Anexo III - Térreo.

Da Ministra Ana Arraes:

Realizada pela Corregedoria, no período de 18/03 a 30/04/2019, inspeção ordinária na Secretaria de Recursos, em conformidade com o disposto no Plano de Correições e Inspeções do 1º semestre de 2019.

Do Ministro Bruno Dantas:

Submete à apreciação do Plenário, nos termos do § 3º do art. 5º da Resolução-TCU 142/2001, o alerta endereçado ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional, expedido monocraticamente no processo TC-005.345/2019-7, que trata de acompanhamento bimestral da execução orçamentária relativa ao ano de 2019. Aprovado.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 1141 a 1165.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-002.048/2014-0, TC-016.727/2010-0, TC- 034.201/2016-5, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-012.621/2016-1, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, a pedido do revisor (119), Ministro Aroldo Cedraz;

TC-026.039/2010-9, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-041.925/2018-1, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-034.554/2018-1, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;

TC-002.222/2007-5, TC-005.283/2019-1, TC-016.607/2015-5, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas; e

TC-020.042/2018-3, TC-024.946/2017-6 e TC-026.335/2018-2, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo TC-007.275/2014-5, cujo relator é o Ministro José Mucio Monteiro, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Bruno Dantas. Já votou o relator. O Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, primeiro revisor, apresentou voto divergente, no que foi acompanhado pelo Ministro Augusto Nardes e pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Vital do Rêgo. O relatório, os votos e as minutas de Acórdão constam do Anexo IV desta Ata.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-025.919/2017-2, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, o Dr. Cid Arruda Aragão declinou de produzir sustentação oral em nome da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Na apreciação do processo TC-040.374/2018-1, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, o Dr. Guilherme Lopes Mair declinou de produzir sustentação oral em nome da Caixa Econômica Federal. O referido representante legal solicitou a palavra para esclarecimento de matéria de fato, nos termos do § 8º do art. 168 do RITCU, o que foi autorizado pelo relator.

Na apreciação do processo TC-016.586/2016-6, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, os Srs. Luiz Roberto Leite Fonseca e Alfredo Galvão da Silva Júnior não compareceram para produzir sustentação oral em seus próprios nomes. O pedido de realização de sustentação oral formulado pelo Dr. Thomas Lindolfo de Barros Tavares, em nome de TRD Serviços e Administração Ltda, anteriormente denominada TRL Serviços Especializados em Gestão Empresarial e Logística Ltda., foi indeferido, nos termos do art. 168, caput, do Regimento Interno, por não ser o peticionário parte interessada no processo.

Na apreciação do processo TC-019.083/2015-7, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, o Sr. Milton Costa Ferreira produziu sustentação oral em seu próprio nome.

PROSSEGUIMENTOS DE VOTAÇÃO

Nos termos do art. 119, § 3º, do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-006.134/2012-2 (Ata nº 48/2018), cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues e revisor o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

Nos termos do art. 119, § 3º, do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-007.275/2014-5 (Ata nº 44/2018), cujo relator é o Ministro José Mucio Monteiro e revisor o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa. Retomada a votação, houve novo pedido de vista, nos termos do artigo 119, formulado pelo Ministro Bruno Dantas.

Nos termos do art. 119, § 3º, do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-008.684/2018-9 (Ata nº 11/2019), cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, primeiro revisor o Ministro Vital do Rêgo e segundo revisor o Ministro Bruno Dantas. O Ministro-Substituto Weder de Oliveira apresentou voto divergente que foi vencido, restando vencedora a proposta do relator, que acolheu sugestões do Ministro Bruno Dantas.

Nos termos do art. 119, § 3º, do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-003.330/2015-0 (Ata nº 32/2018), cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz e revisores os Ministros Augusto Nardes e Bruno Dantas. O Ministro Walton Alencar Rodrigues apresentou voto divergente, tendo sido acompanhado pelo Ministro Benjamin Zymler, que foi vencido, restando vencedora a proposta do relator, que acolheu sugestões do Ministro Bruno Dantas.

ATO NORMATIVO APROVADO (v. inteiro teor no Anexo II desta Ata)

TC-004.977/2019-0 - Relator Ministro Benjamin Zymler.

RESOLUÇÃO TCU Nº 310, DE 15 DE MAIO DE 2019 - "Altera os arts. 112 e 120 e revoga os arts. 119 e 122 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, aprovado pela Resolução TCU nº 155/2002, alterado pela Resolução TCU nº 246/2011."

CONVOCAÇÃO DE MINISTRO-SUBSTITUTO

Na apreciação do processo TC-016.991/2015-0, os Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho foram convocados para substituir os Ministros Augusto Nardes e Aroldo Cedraz, respectivamente, para manter o quórum mínimo exigido, em função de declaração de impedimento no processo.

Na apreciação dos processos TC-010.577/2017-3 e 043.535/2018-6, os Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho, nos termos do art. 55, inciso II, alínea 'a', do Regimento Interno, foram convocados em função do quórum mínimo exigido.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os acórdãos de nºs 1140 e 1166 a 1199.

ACÓRDÃOS APROVADOS

Os acórdãos de nºs 1141 a 1165, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os acórdãos de nºs 1140 e 1166 a 1199, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 1140/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 040.374/2018-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: Representação com pedido de medida cautelar
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:
8.1. Ricardo Pagliari Levy (155.566/OAB-SP) e outros, representando Companhia Brasileira de Soluções e Serviços.
8.2. Michael Ogawa (130.671/OAB-SP) e outros, representando VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda.
8.3. Roberto Augusto Nunes Franciscon (57.807/OAB-DF), representando Instituto Nacional de Defesa Em Processo Administrativo - Indepad.
8.4. Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal.
8.5. Rafael Parodi Ferraresso (223018-E/OAB-SP) e outros, representando Policard Systems e Serviços S/A.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, acerca de possíveis irregularidades que teriam ocorrido no Pregão Eletrônico 86/7066-2018-Gilog/BR, que tem por objeto contratar empresa para a prestação de serviços de fornecimento de meios de pagamento de auxílio alimentação, auxílio refeição e auxílio cesta alimentação a empregados, ex-empregados, aposentados e pensionistas da Caixa.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. no mérito, considerar a presente representação parcialmente procedente;
9.2.revogar a medida cautelar anteriormente concedida, tendo em vista a superveniência do perigo da demora reverso, a fim de autorizar o prosseguimento do Pregão Eletrônico 86/7066-2018-Gilog/BR;
9.3. determinar à Caixa, com fulcro no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que:
9.3.1. abstenha-se de prorrogar o contrato decorrente do Pregão Eletrônico 86/7066-2018-Gilog/BR;
9.3.2. apresente ao TCU, no prazo de noventa dias, estudos que demonstrem a vantajosidade da realização de licitação para prestação de serviços de fornecimento de meios de pagamento de auxílio alimentação, em lote único, em termos comparativos com a opção de parcelamento do objeto em quantos lotes forem viáveis, conforme previsto no art. 32, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, a fim de subsidiar a próxima licitação para o mesmo objeto;
9.4. indeferir, com fulcro no art. 146 do RI/TCU, os pedidos formulados pelas empresas VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda. e Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo), de serem consideradas como partes interessadas, autorizando, no entano, caso requeiram, vista e cópia às peças não sigilosas dos presentes autos;
9.5. informar à Caixa e às empresas VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda. e Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo) que o conteúdo do presente Acórdão poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;
9.6.arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1140-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

RELAÇÃO Nº 15/2019 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 1141/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso III, 234, 235, 236 e 237, do Regimento Interno/TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer da denúncia por não preencher os requisitos de admissibilidade, retirar a chancela de sigilo oposta aos autos, exceto quanto à identificação do denunciante, e determinar o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.985/2019-2 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Instituto de Biologia do Exército
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 14/2019 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 1142/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 44, §2º, da Lei 8.443/1992, quanto ao processo a seguir relacionado, em fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.833/2016-6 (INDISPONIBILIDADE DE BENS)
1.1. Interessado: Construtora Queiroz Galvão S. A. (33.412.792/0001-60)
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOpe).
1.5. Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108) e outros, representando Construtora Queiroz Galvão S. A.; Alfredo Manoel Ramiro Basto de Barros Costa (OAB/PE 1480-A), representando Nivaldo Rodrigues Machado Filho; Cézar Augusto Cacho Casanova (OAB/PE 19.360), representando Márcio Galuppo, Ruy Humberto Godoy de Mesquita, Solange Firmino Godoy de Mesquita e Rosa Maria Honorato Moury Fernandes; Gláucia Maria Pessoa Rosas (OAB/PE 45601), representando Márcio Vinícius Magalhães Dardenne.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. não prorrogar a medida cautelar de indisponibilidade de bens da empresa Construtora Queiroz Galvão S.A. (33.412.792/0001-60) de que trata os Acórdãos 2.733/2017-Plenário e 296/2018-Plenário;
1.6.2. apensar os presentes autos ao TC 026.840/2016-2;
1.6.3. dar ciência desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 1143/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, e 243 do Regimento Interno, em considerar cumprida a determinação inserta no item 9.3 do Acórdão 423/2018-Plenário e em autorizar o apensamento deste processo ao TC-016.592/2017-4, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.709/2018-0 (MONITORAMENTO - AUDITORIA)
1.1. Responsável: Nelson Antonio de Souza (153.095.253-00)
1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 16/2019 - Plenário
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 1144/2019 - TCU - Plenário

Tratam os autos de auditoria de conformidade realizada pela Secretaria do TCU no Estado do Espírito Santo (SEC-ES) nas Secretarias de Saúde de alguns municípios daquele estado - Barra de São Francisco, Itapemirim, Sooretama e Serra -, integrante de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), na modalidade relatórios individualizados, cujo objetivo foi avaliar a aquisição de medicamentos que ocorreram de forma centralizada pelo Ministério da Saúde (MS) e as realizadas pelas Secretarias de Saúde selecionadas, mediante a transferências de recursos federais;

Considerando os diversos achados de auditoria pela equipe técnica da SEC-ES com referência à aquisição de medicamentos daquelas municipalidades e que, entre esses achados, encontram-se alguns com indícios de dano ao erário;

Considerando a grande quantidade de achados, bem como o grande número de responsáveis constantes da proposta de encaminhamento da SEC-RN;

Considerando a necessidade de demonstração individualizada da conduta, da culpabilidade e do nexo de causalidade de cada responsável, caso este venha a ser responsabilizado por esta Corte de Contas;

Considerando os princípios da racionalidade administrativa e da razoável duração do processo, de maneira que a unidade técnica deve analisar individualmente as futuras respostas desses responsáveis, bem como a possibilidade de responsabilização deles;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 10, § 1º, 12, incisos I e II, 47, da Lei 8.443/1992 c/c arts. 202, incisos I e II, 237 e 246 do Regimento Interno do TCU, em adotar as medidas propostas pela SEC-ES, no relatório de fiscalização (peça 139, item 206).

1. Processo TC-018.124/2018-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Alex Wingler Lucas (031.996.767-07); Alexandre Marim Vieira (053.933.797-81); Altair Jose Borges (075.639.547-08); Arlindo Melo (421.130.087-34); Aureliano Ferreira de Souza (602.641.366-91); Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda (67.729.178/0004-91); Distribuidora de Medicamentos Brasil Miracema Ltda (03.946.428/0001-10); Drogaria Girassol Ltda (05.292.565/0001-03); Erika Helena Lesqueves Galante (068.474.547-09); Esmael Nunes Loureiro (558.238.317-49); Felipe Ayub Fernandes (087.726.347-74); Gilcilene Morozini (135.064.257-65); Gina Guimaraes de Oliveira (098.475.867-48); Iuri Barbosa Santiago (147.732.517-43); Joana D Arc Alves Vilela (874.486.617-87); Joao Paulo da Silva (056.274.927-67); Luciano Ferreira Maciel (113.117.287-67); Luciano Henrique Sordine Pereira (002.950.257-86); Luciano de Paiva Alves (578.260.057-87); Maciel Ferreira Couto (031.620.557-50); Marcio Lopes Porto (043.762.847-77); Medical Farma Produtos Farmacêuticos Ltda (05.343.026/0001-56); Michele Barros Gusmao Bissoli (135.231.077-50); Mirela Sossai Zerbone Soares (085.323.157-55); Noromed Distribuidora de Medicamentos e Materiais Hospitalares Ltda (12.391.412/0001-89); Romero Cordeiro (459.007.606-34); Ronildo Hilario Gomes (940.938.737-04); Thales Moreno Geao (663.502.477-87); Valmir Fanti (303.655.707-53); Whester Junior Faria Matos (009.656.127-08)
1.2. Entidades: Ministério da Saúde (vinculador); Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Espírito Santo; Munícipio de Barra de São Francisco/ES, Município de Itapemirim/ES, Município de Sooretama/ES e Município de Serra/ES.
1.3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de TCU no Estado do Espírito Santo (SEC-ES).
1.7. Representação legal: não há
1.8. Medidas propostas: conforme subitem 206 da peça 139.

ACÓRDÃO Nº 1145/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU c/c arts. 70 e 71 da Constituição Federal/1988, em não conhecer a presente documentação como representação, visto não estarem presentes os requisitos de admissibilidade previstos, consequentemente indeferir o pedido de medida cautelar, e em determinar seu arquivamento, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 235, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, e do art. 105 da Resolução - TCU 259/2014, após ciência do teor desta deliberação ao representante.

1. Processo TC-008.345/2019-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Machado - MG
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal:
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1146/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade e, consequentemente, indeferir o pedido de adoção de medida cautelar, promovendo, em seguida o arquivamento dos autos, após dar ciência desta deliberação à Prefeitura Municipal de Mundo Novo/BA e à empresa representante.

1. Processo TC-009.200/2019-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mundo Novo - BA
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.5. Representação legal: Elias Ferreira da Silva Junior e outros, representando Jw - Construcao e Servicos de Locacao Ltda - Me.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1147/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, inciso VII e parágrafo único e 250, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, e ainda de conformidade com a proposta da unidade técnica (peça 6), em conhecer da Representação para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de medida cautelar formulado pelo representante, ante a inexistência dos pressupostos necessários a sua concessão, sem prejuízo das seguintes providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-009.619/2019-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Estação Naval do Rio Grande
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Dar ciência desta deliberação à Estação Naval do Rio Negro e ao representante;
1.6.2. Arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 1148/2019 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados e relacionados estes autos de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 4/2018 do extinto Ministério da Integração Nacional (MI), atual Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), que tem por objeto a contratação de serviços de suporte à infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI), compreendendo o planejamento, implantação e operação de central de serviços para o atendimento às demandas de TI dos usuários do ministério, suporte técnico telefônico remoto, presencial e especializado, serviço de monitoração (NOC), serviços especializados de 3º nível de operação e sustentação de infraestrutura, por intermédio de ferramentas de gestão dos serviços de atendimento ao usuário e gestão de monitoração, conforme as práticas preconizadas pelo modelo *Information Technology Infrastructure Library* (ITIL), de acordo com especificações do edital e termo de referência (peça 7, p. 1).

Considerando que o objeto do Pregão Eletrônico 4/2018 do MI foi adjudicado à empresa Central IT Tecnologia da Informação Ltda. em 7/6/2018 e a homologação do certame ocorreu na mesma data;

Considerando que o contrato decorrente do Pregão Eletrônico 4/2018 do MI foi assinado em 14/6/2018 - Contrato 14/2018 (cópia do extrato de publicação no Diário Oficial da União e do contrato à peça 12);

Considerando que a análise da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti/TCU) das manifestações do Ministério e da empresa Central IT em resposta às oitivas promovidas pelo Tribunal concluiu pela procedência parcial da representação, haja vista ter restado comprovado que diversas irregularidades e falhas graves ocorreram no planejamento e na realização do Pregão Eletrônico 4/2018;

Considerando que o contrato com a empresa Central IT Tecnologia da Informação Ltda. já está em andamento e a eventual anulação da licitação e de todos atos dela resultantes, inclusive do contrato firmado, é contrária ao interesse público, pois a anulação poderia causar a descontinuidade dos serviços prestados ao MI e, consequentemente, a indisponibilidade de serviços prestados pelo órgão, e resultar em prejuízos ainda maiores à administração e ao próprio interesse público;

Considerando que a proposta de mérito da unidade técnica especializada foi no sentido de que o Tribunal determinasse ao MI a não renovação do contrato com a empresa Central IT (Contrato 14/2018) e que fosse dada ciência ao órgão das irregularidades identificadas;

Considerando que a proposta da Sefti foi integralmente acolhida, resultando no Acórdão 2.545/2018-TCU-Plenário, de minha relatoria, prolatado em 7/11/2018 (peça 42);

Considerando que a Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), órgão que sucedeu ao MI, encaminhou em 12/4/2019 ofício solicitando ao TCU autorização para a renovação excepcional do contrato em andamento com a empresa Central IT (Contrato 14/2018), pelo período de tempo necessário ao adequado planejamento e realização de nova licitação, em face das justificativas apresentadas às peças 51 e 52 e de cronograma de trabalho elaborado pelo órgão (peça 52, p. 1-2);

Considerando que a Sefti concluiu que as justificativas e estimativas apresentadas pelo MDR para renovação excepcional do Contrato 14/2018 merecem acolhimento, pois a necessidade de tal renovação é decorrente de fatores externos ao órgão;

Considerando que não se vislumbra prejuízo de ordem financeira à Administração Pública na renovação excepcional do Contrato 14/2018, pois, como se verifica na instrução de peça 39, os preços praticados no contrato que está em execução se submeteram à competitividade da licitação, observando-se que a empresa representante e a licitante vencedora ofertaram valores finais praticamente idênticos e que houve redução do preço por parte da contratada, após negociação (peça 39, p. 1);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento princípio constitucional da eficiência, nos arts. 143, inciso III, e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 56 e 57), em deferir a solicitação formulada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) no que se refere o item 1.7.1 do Acórdão 2.545/2018-TCU-Plenário, ficando o órgão autorizado a renovar, excepcionalmente, até o dia 31/12/2019, o Contrato 14/2018, firmado entre o órgão e a empresa Central IT Tecnologia da Informação Ltda., devendo o instrumento de renovação prever cláusula resolutiva condicionada à formalização da avença que vier a resultar da nova licitação que se encontra em planejamento no órgão para a mesma finalidade, e em determinar a adoção da providência descrita no subitem 1.7 desta deliberação, sem prejuízo de enviar cópia deste acórdão e da instrução técnica da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti/TCU) (peça 56) à representante, Fivetech Tecnologia Ltda., à empresa Central IT Tecnologia da Informação Ltda. e ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR);

1. Processo TC-019.915/2018-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Central IT Tecnologia da Informação Ltda. (07.171.299/0001-96).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), órgão que sucedeu ao Ministério da Integração Nacional (extinto).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

1.6. Representação legal: Leonardo Siade Manzan (16.687/OAB-DF) e outros, representando Fivetech Tecnologia Aplicada Ltda.; Mariana Kaawa Yammine de Almeida Barros (37488/OAB-DF) e outros, representando Central IT Tecnologia da Informação Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), em face das irregularidades identificadas no Pregão Eletrônico 4/2018 do Ministério da Integração Nacional (MI), que comunique a este Tribunal o início da fase externa da nova licitação elaborada pelo órgão para dar atendimento ao item 1.7.1 do Acórdão 2.545/2018-TCU-Plenário;

RELAÇÃO Nº 13/2019 - Plenário
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 1149/2019 - TCU - Plenário

VISTO, relacionado e discutido este Pedido de Reexame em Representação, interposto pelo Estado do Amapá, representado pelo Subprocurador-Geral do Estado, contra o Acórdão 151/2019-TCU-Plenário - (Peça 28), item recorrido *Caput* e 1.6.1.

Considerando que além de intempestivo, não são apresentados fatos novos que possam suplantar a intempestividade do recurso.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 48, parágrafo único, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 143, IV "b" e 277, II, do RI/TCU; em:

a) não conhecer do pedido de reexame interposto por Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Amapá, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 285, caput e §2º, e 286, parágrafo único, do RI/TCU;

b) dar ciência ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados do teor desta decisão, encaminhando-lhes cópia.

1. Processo TC-000.505/2018-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Recorrente: Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Amapá

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Amapá

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas

1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1150/2019 - TCU - Plenário

Considerando a manifestação da unidade técnica lavrada nos seguintes termos:

"Objeto

Contratação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, de forma contínua e por demanda, com fornecimento de materiais, peças e componentes, nos imóveis da Gerência Executiva do INSS em Caxias do Sul/RS e respectivas unidades vinculadas (peça 3, p. 1-2).

Representante *Instituto Nacional de Defesa em Processo Administrativo - Indepad*		CNPJ 29.479.242/0001-91
Há pedido de Sustentação Oral? *Não*		Procuração Roberto Augusto Nunes Franciscon, OAB/DF 57.807 (peça 2)
Modalidade *Pregão Eletrônico*	Número 02/2018	Critério de Julgamento Menor preço global
Vigência *12 meses, prorrogáveis até o limite de 60 meses (peça 3, p. 23-24)*	Valor Contratado R$ 696.833,80 (peça 8, p. 1)	

Fase do Certame

O Contrato 53/2018 foi assinado em 18/12/2018 (peça 8)

B. Alegações do Representante

1. O representante alega, em suma, que:

a) *as empresas AIE ENG AUTOMAÇÃO MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA EIRELI ME, CNPJ 22.297.312/0001-41, e ENERGIZA ENGENHARIA EIRELI ME, CNPJ 17.856.676/0001-84, estariam fraudando procedimentos licitatórios devido à existência de vínculos entre elas. A primeira irregularidade diria respeito à existência de vínculo do engenheiro Leonardo de Araújo Ferreira como responsável técnico das duas empresas. A segunda irregularidade estaria consubstanciada no vínculo do engenheiro Isanio Raposo Soares, que seria responsável técnico da empresa AIE e proprietário da empresa Energiza. Acrescenta que haveria vedação à participação de ambas empresas em procedimentos licitatórios e que a participação de ambas caracterizaria fraude e prejuízo à competividade dos certames em razão da utilização da prática conhecida como coelho (peça 1, p 1-6); e*

b) *a empresa ENERGIZA ENGENHARIA EIRELI ME estaria se declarando microempresa visando à obtenção de tratamento diferenciado em licitações quando, na verdade, não possuiria essa condição. A empresa possuiria diversos contratos e, no ano de 2017, teria obtido faturamento de R$ 4.133.389,33, o que superaria, em muito, o limite de R$ 360.000,00. Como exemplo, cita o Pregão Eletrônico 02/2018 da Gerência Executiva do INSS em Caxias do Sul/RS, no qual a empresa teria se sagrado vencedora descumprido termos da legislação e do edital, especialmente os itens 6.15 e 6.16. Acrescenta passagens doutrinárias sobre o tema e registra posicionamento jurisprudencial deste Tribunal e de órgãos judiciários para reforçar que haveria irregularidade patente e que a consequência necessária seria a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade (peça 1, p 6-25).*

2. *A partir desses argumentos, solicita a adoção de medida cautelar para inabilitar referidas empresas pelo período de cincos anos, medida que, no seu entender, deve ser confirmada quando da análise do mérito (peça 1, p. 26).*

C. Exame de Admissibilidade

Legitimidade do Autor	
O representante possui legitimidade para representar ao Tribunal? (Fundamento: art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237 do Regimento Interno/TCU)	Sim
Redação em Linguagem Compreensível	
A representação está redigida em linguagem clara e objetiva, contém nome legível, qualificação e endereço do representante? (Fundamento: art. 235 do Regimento Interno/TCU)	Sim
Indício Concernente à Irregularidade ou Ilegalidade	
A representação encontra-se acompanhada do indício concernente à irregularidade ou ilegalidade apontada pelo autor? (Fundamento: art. 235 do Regimento Interno/TCU)	Sim
Competência do TCU	
A representação trata de matéria de competência do TCU? (Fundamento: art. 235 do Regimento Interno/TCU)	Sim
Interesse Público	
Os argumentos do autor indicam a possibilidade de existência de interesse público, caso restem comprovadas as supostas irregularidades apontadas na peça inicial. (Fundamento: art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014)	Sim

Conclusão quanto ao Exame de Admissibilidade

3. A representação em tela não veio acompanhada de indícios suficientes concernentes às irregularidades apontadas pelo autor.

4. Apesar de a peça inicial fazer referência a diversos documentos que evidenciariam as supostas irregularidades, não se verifica a existência de tais comprovantes nos autos, especialmente no que se refere à suposta participação das duas empresas em licitações com o intuito de fraudá-las. Os documentos apresentados pelo representante se restringem a demonstrar o vínculo dos profissionais com as duas empresas mencionadas (peça 9, p.1-24); a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE da empresa Energiza - (peça 9, p 24-25) e o edital do Pregão Eletrônico 02/2018 da Gerência Executiva do INSS em Caxias do Sul - RS- (peça 9, p. 27-57).

5. *Ademais, observa-se que o representante não se insurge contra licitações específicas, apresentando alegações sobre possíveis fraudes cometidas pelas empresas AIE e Energiza, sem mencionar, entretanto, em quais licitações os fatos teriam ocorrido. Ainda assim, com o intuito de se verificar a plausibilidade das alegações, procedeu-se à consulta nas bases de dados deste Tribunal de uma amostra de licitações em que as empresas participaram e em sequer uma delas se verificou a alegada participação das aludidas empresas conjuntamente.*

6. Apenas em relação ao suposto enquadramento indevido da empresa Energiza como microempresa é que o representante indica, como exemplo, o Pregão Eletrônico 02/2018 da Gerência Executiva do INSS em Caxias do Sul/RS.

7. *Dessa forma, a análise a seguir tem por referência exclusivamente o referido certame.*

8. Quanto à suposta irregularidade na existência de vínculos profissionais e societários entre a AIE e a Energiza, que estariam participando indevidamente de licitações, procedeu-se à consulta da ata do Pregão Eletrônico 02/2018 (peça 4) na qual se verificou que a empresa AIE sequer participou da disputa. Afasta-se, dessa forma, qualquer indício de irregularidade sobre esse ponto uma vez inexistente menção a quaisquer outras licitações em que a possível fraude teria ocorrido.

9. Quanto ao alegado enquadramento indevido como microempresa, também se procedeu à juntada de documentos aos autos para análise dessa possível ocorrência. O primeiro

documento (peça 5), obtido no sistema Comprasnet, indica que a Energiza se declarou empresa de pequeno porte ou microempresa, enquanto a declaração à peça 6, p. 6, indica expressamente a declaração como microempresa subscrita pelo seu representante legal. Por fim, extrai-se do documento à peça 7 que a receita bruta da empresa no exercício de 2017 foi, de fato, de R$ 4.133.389,33.

10. A partir desses documentos, se observa que a empresa Energiza seria enquadrada como empresa de pequeno porte apesar de se declarar como microempresa.

11. O art. 3º, caput, I e II, da LC 123/2006 define como microempresa (ME) a empresa que, em cada ano-calendário, auferir receita bruta igual ou inferior à R$ 360.000,00, e como

empresa de pequeno porte (EPP) aquela que, em cada ano-calendário, auferir receita bruta superior à R$ 360.000,00 e igual ou inferior a R$ 3.600.000,00, valor que foi aumentado para R$ 4.800.000,00, a partir de 1º/1/2018 (LC 155/2016).

12. Como a sessão do pregão eletrônico em questão foi realizada em 19/11/2018, já estava vigente a regra que majorava o limite superior de enquadramento como empresa de pequeno porte para R$ 4.800.000,00. Como o último resultado apurado, em 2017, evidenciava o faturamento de R$ 4.133.389,33, a empresa Energiza deveria ser considerada empresa de pequeno porte quando da realização do certame.

13. Assim, a possível irregularidade estaria consubstanciada nesse enquadramento indevido. Ocorre que esse fato, por si só, não se reveste de força suficiente para macular a

condução do certame sob análise.

14. Não é possível afirmar se a declaração indevida decorreu de erro ou de ato intencional por parte da empresa Energiza. Independentemente disso, o que se verifica é que, caso a empresa tivesse se declarado como empresa de pequeno porte, não haveria motivos para a alteração do resultado do Pregão Eletrônico 02/2018.

15. O que normalmente se verifica, e é rotineiramente combatido e sancionado por este Tribunal, é a situação de empresas que se declaram como de pequeno porte ou microempresas, sem de fato o serem, com o intuito de se beneficiarem do tratamento diferenciado em procedimentos licitatórios estabelecido pela mencionada LC 123/2006.

16. O caso concreto é distinto. A empresa Energiza, no momento do certame, era uma empresa de pequeno porte, a qual poderia, se fosse o caso, obter o devido tratamento diferenciado. Se a declaração da empresa a indicasse como empresa de pequeno porte, a situação fática não se alteraria, pois, para os fins de obtenção de tratamento diferenciado em licitações, a legislação não faz distinção entre microempresas e empresas de pequeno porte. Assim, não há indícios de que mencionada declaração tenha resultado ou sequer pudesse ter resultado em qualquer favorecimento indevido à empresa Energiza.

17. Registre-se, ainda, que a fase competitiva do certame foi concluída sem necessidade da etapa de desempate que configura o referido tratamento diferenciado às microempresas e

empresas de pequeno porte. Assim, tal prerrogativa não foi sequer, na prática, utilizada pela Energiza no certame em comento.

18. Conclui-se, então, que o representante não apresentou elementos bastantes das supostas fraudes perpetradas pelas empresas AIE e Energiza. Além disso, não se verifica a possibilidade de concessão de medida cautelar para aplicação de sanção de inabilitação às empresas, consoante o pedido do representante.

19. Nesse sentido, ausentes os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, a representação não deve ser conhecida.

D. Pedido de Ingresso aos Autos e de Sustentação Oral	
Há pedido de ingresso aos autos?	Não
Há pedido de sustentação oral?	Não
E. Processos Conexos e Apensos	
Há processos conexos noticiando possíveis irregularidades na contratação ora em análise?	Não
Há processos apensos?	Não

F. Proposta de Encaminhamento

20. Em virtude do exposto, propõe-se:

20.1. *não conhecer a presente documentação como representação, visto não estarem presentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;*

20.2. *informar ao representante que o conteúdo da deliberação que vier a ser proferida poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e*

20.3. *arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 235, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, e do art. 105 da Resolução - TCU 259/2014."*

Acolho a proposta da unidade nos termos do seguinte acórdão:

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 143, 237, VII e 250, II do Regimento Interno/TCU, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação, visto não estarem presentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) informar ao representante que o conteúdo desta deliberação poderá ser consultada no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

c) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 235, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, e do art. 105 da Resolução - TCU 259/2014

1. Processo TC-007.918/2019-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Instituto Nacional de Defesa em Processo Administrativo - Indepad

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS em Caxias do Sul/RS

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Roberto Augusto Nunes Franciscon (OAB/DF 57.807)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1151/2019 - TCU - Plenário

Considerando a manifestação da unidade técnica lavrada nos seguintes termos:

1. "Cuidam os autos de representação a respeito de possíveis irregularidades na execução de obra para construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de São José do Povo/MT, referente ao Contrato 71/2014.

HISTÓRICO

2. A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE/MT) recebeu denúncia, por meio do sistema online, registrada sob o chamando 1085/2018 (peça 8), datada de 30/5/2018, protocolizado anonimamente. O denunciante informou, em apertada síntese, os seguintes fatos:

a) por meio de aditivo foi realizado pagamento por fundação rasa (radier), já na 4ª medição houve o pagamento por fundação profunda (estacas de concreto). Relata, entretanto, que na data da 4ª medição, a fundação já estava completamente coberta, e que não foi apresentado nenhuma foto das estacas fincadas no terreno brejoso;

b) foi utilizado telhado metálico, em vez do telhado cerâmico, que estava projetado e licitado. Relata que na 4ª medição houve a alteração do tipo de estrutura da cobertura, que era de madeira, e foi alterada para metálica, sem nenhuma justificativa;

c) por fim, questiona se a construção da cisterna, o sistema de coleta e bombeamento da água de reuso seguiu o projeto aprovado pelo Ministério da Saúde.

3. A Secretaria de Controle Externo de Obras e Serviços de Engenharia (Secex-Obras) do TCE/MT, por meio do Sistema Geo-Obras/TCE-MT, constatou que o Contrato 71/2014, decorrente da Concorrência 13/2014, referia-se a recursos federais, no valor de R$ 408.000,00, oriundo do Ministério da Saúde. A Secex-Obras sugeriu o encaminhamento da comunicação de irregularidade ao TCU.

4. Nessa toada, o Ministério Público de Contas, por meio do Parecer 2.000/2018, manifestou-se pela extinção do processo sem julgamento de mérito, com ciência à Prefeitura Municipal de São José do Povo/MT e remessa dos autos à esta Corte de Contas.

5. O Conselheiro Luiz Carlos Pereira, por meio de decisão singular, acolheu o Parecer Ministerial, e extinguiu, sem julgamento de mérito, a Comunicação de Irregularidade e determinou o envio dos autos ao TCU, nos termos do §2º do artigo 205 da Resolução 14/2007 do TCE/MT.

EXAME DE ADMISSIBILIDADE

6. Inicialmente, deve-se registrar que a representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU, haja vista a matéria ser de competência do Tribunal, referir-se a responsável sujeito a sua jurisdição, estar redigida em linguagem clara e objetiva, conter nome legível, qualificação e endereço do representante, bem como encontrar-se acompanhada do indício concernente à irregularidade ou ilegalidade.

7. Além disso, o TCE/MT possui legitimidade para representar ao Tribunal, consoante disposto no inciso IV do art. 237 do RI/TCU.

8. Dessa forma, a representação poderá ser apurada, para fins de comprovar a sua procedência, nos termos do art. 234, § 2º, segunda parte, do Regimento Interno do TCU, aplicável às representações de acordo com o parágrafo único do art. 237 do mesmo RI/TCU.

EXAME TÉCNICO

9. Esclarece-se, inicialmente, que em consulta ao Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (Sismob) do Ministério da Saúde - MS (peça 14), constatou-se que a referida construção pertence ao Programa "Requalifica UBS", sob nº da proposta 11345.3660001/13-003. A consulta aponta a execução de 84% da obra, e previa conclusão em 23/3/2019, com pagamentos de duas parcelas de R$ 81.600,00 e R$ 244.800,00, ocorridas em 13/1/2014 e 30/9/2015, respectivamente.

10. Outro ponto, foi de que o denunciante descreveu as possíveis irregularidades, tendo informado que anexou fotografias à Comunicação de Irregularidades que comprovariam os fatos denunciados. Entretanto, a Secex-Obras informou no seu relatório a ausência de registro fotográfico. Dito isso, passa-se a análise do "Exame Sumário", conforme Resolução TCU 259/2014.

11. De acordo com o art. 106 da Resolução TCU 259/2014, considerados preenchidos os requisitos de admissibilidade, deve-se proceder ao exame sumário acerca do risco para a unidade jurisdicionada, da materialidade e relevância dos fatos noticiados, observando as premissas da Instrução Normativa (IN) TCU 63/2010.

12. No tocante à materialidade das informações apresentadas, embora o valor da obra apresente alta materialidade (R$ 595.492,89), tendo por base o valor de R$ 100.000,00 estabelecido pelo TCU para a instauração de TCE (IN TCU 76/2016), estima-se que as supostas irregularidades não reflitam um montante significativo. Sublinha-se que o valor inicial da obra foi de R$ 407.989,48, e posteriormente, aditado e apostilado os valores de R$ 101.982,93 e R$ 85.520,48, respectivamente.

13. Acerca do risco, à luz dos princípios da eficiência e celeridade, entende-se que a apuração do órgão concedente tem mais impactos positivos, possibilitando a identificação de outras irregularidades, não noticiadas nos presentes autos.

14. Quanto à relevância, está presente, pois o possível pagamento por serviços não executados e a possível alteração unilateral do projeto licitado causa, em tese, prejuízo aos cofres públicos e ofende os princípios que regem a Administração Pública. Entretanto, a fiscalização pari passu do órgão concedente se mostra mais eficiente e efetiva na mitigação das irregularidades dos serviços executados.

15. Ao analisar a documentação encaminhada, observou-se que o denunciante detinha conhecimento da execução da mencionada obra, o que demonstra, em tese, a veracidade das informações. Relatou que houve pagamento indevido na 4ª medição (fundação profunda), e alteração da estrutura da cobertura de madeira por telhado metálico. Porém, não apresentou evidência dos fatos relatos (registro fotográfico, planilhas de medição).

16. A falta de evidências das irregularidades apontadas na execução do contrato, e o fato de que a obra não está concluída, como demonstrado em consulta ao Sismob, entende-se, por conseguinte, que o exame das contas do dito repasse de recursos estão, ainda, na alçada do órgão repassador.

17. Ressalta-se que a jurisprudência desta Corte de Contas, entende que a responsabilidade primária pela fiscalização da correta aplicação dos recursos federais transferidos a Estados e Municípios compete ao órgão ou entidade concedente, tendo lugar a ação do TCU, em regra, após a devida atuação do repassador evitando-se duplicidade de esforços e supressão de responsabilidades, consoante os Acórdãos TCU 362/2015- Plenário, TCU 364/2015- Plenário e 516/2015-2ª Câmara, todos da Relatoria do Ministro Substituto Marcos Bemquerer.

18. Considerando que o contrato em tela previa a conclusão em 23/3/2019, e que cabe ao órgão concedente a fiscalização inicial da regular execução dos recursos repassados, com a consequente entrega do produto constante no plano de trabalho, e a fim de evitar a duplicidade de esforços e, principalmente, com vistas a otimizar as ações de controle, propõe-se que seja determinado ao Ministério da Saúde (MS) que exerça sua fiscalização primária sobre os fatos noticiados na presente representação, informando ao Tribunal sobre as conclusões da apuração em conjunto com a prestação de contas final.

CONCLUSÃO

19. Em face do expendido, considera-se que a representação deve ser conhecida tendo em vista o atendimento aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, IV, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 103, §1º, da Resolução TCU 259/2014.

20. Propõe-se que seja determinado ao Ministério da Saúde (MS) que exerça sua fiscalização primária sobre os fatos noticiados na presente representação relacionadas, principalmente, ao pagamento por serviços não executados (fundação profunda - estacas de concreto), e alteração do tipo de estrutura da cobertura, sem justificativa, informando a esta Corte de Contas sobre as conclusões da apuração juntamente com o parecer conclusivo da prestação de contas parcial dos recursos repassados.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

21. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) determinar ao Ministério da Saúde , com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, que exerça sua função fiscalizatória primária com vistas à apuração de possíveis irregularidades relacionadas, principalmente, ao pagamento por serviços não executados (fundação profunda - estacas de concreto), e alteração do tipo de estrutura da cobertura, sem justificativa, informando ao Tribunal no prazo de sessenta dias, a contar da ciência *desta deliberação, sobre as conclusões da apuração juntamente com o parecer conclusivo da prestação de contas parcial dos recursos até o momento repassados;*

c) encaminhar cópia dos autos ao Ministério da Saúde;

d) sobrestar, com fundamento no art. 10, § 1º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 157, caput, e art. 201, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal, o julgamento de mérito do presente processo até o momento da comprovação das medidas adotadas pelo Ministério da Saúde (MS) ou até expirado o prazo para comprovação junto a esta Corte da adoção das medidas cabíveis; e

e) determinar à SecexSaúde que monitore o cumprimento da presente determinação nestes autos."

Acolho a proposta da unidade nos termos do seguinte acórdão:

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 143, 237, VII e 250, II do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) determinar ao Ministério da Saúde , com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, apure possíveis irregularidades relacionadas, principalmente, ao pagamento por serviços não executados (fundação profunda - estacas de concreto), e alteração do tipo de estrutura da cobertura, sem justificativa, informando ao Tribunal no prazo de sessenta dias, a contar da ciência desta deliberação, sobre as conclusões da apuração juntamente com o parecer conclusivo da prestação de contas parcial dos recursos até o momento repassados;

c) encaminhar cópia dos autos ao Ministério da Saúde;

d) sobrestar, com fundamento no art. 10, § 1º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 157, caput, e art. 201, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal, o julgamento de mérito do presente processo até o momento da comprovação das medidas adotadas pelo Ministério da Saúde (MS) ou até expirado o prazo para comprovação junto a esta Corte da adoção das medidas cabíveis; e

e) determinar à SecexSaúde que monitore o cumprimento da presente determinação nestes autos.

1. Processo TC-026.958/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE/MT)

1.2. Órgão/Entidade: Município de São José do Povo - MT

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1152/2019 - TCU - Plenário

Considerando a manifestação da unidade técnica lavrada nos seguintes termos:

"1. Cuidam os autos de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Caixa Participações S.A. (CaixaPar), relacionadas com investimentos no Banco Panamericano S.A. (Banco Pan). A CaixaPar é uma subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, criada com base na Lei 11.908, de 3 de março de 2009, com o objetivo de ampliar a participação da Caixa na intermediação de recursos e negócios financeiros, por meio de aquisição de participações acionárias de empresas sediadas no Brasil.

PROCESSOS CONEXOS

2. TC 002.665/2011-5: acompanhamento que resultou em relatório de auditoria com enfoque na aquisição de participação acionária no Banco Panamericano S.A. pela CaixaPar, a partir da autorização concedida pela Lei 11.908/2009. Os achados da auditoria foram apreciados no Acórdão 1.005/2012 - Plenário, quando se determinou a realização de novo acompanhamento para:

> avaliação das atividades desenvolvidas no âmbito da Caixa relacionadas ao Acordo de Cooperação Operacional com o Banco Panamericano, em especial a verificação dos resultados financeiros das operações e da efetividade dos mecanismos de controle previstos; e
>
> avaliação das ações desenvolvidas pela Caixapar para acompanhar os resultados do investimento mantido no Banco Panamericano, em especial a eventual ocorrência dos riscos identificados neste trabalho e as medidas adotadas para mitigar seus efeitos.

3. TC 015.358/2012-7: auditoria para verificar se a carteira de crédito do Banco Pan, adquirida pela caixa no ano de 2011, conforme estipulado no Acordo de Cooperação Operacional (ACO), estava em conformidade com critérios mínimos exigidos pela Caixa. O mérito da fiscalização foi apreciado pelo Acórdão 2557/2015 - TCU - Plenário, que determinou a realização de novo acompanhamento para:

> verificação dos resultados financeiros das operações decorrentes do Acordo de Cooperação Operacional firmado entre a Caixa Econômica Federal e Banco Panamericano (subitem 9.5.1 do Ac. 1.005/2012-P);
>
> avaliação das ações desenvolvidas pela Caixapar para acompanhar os resultados do investimento mantido no Banco Panamericano (atual Banco Pan), em especial quanto aos riscos identificados na auditoria versada no Acórdão 1.005/2012-Plenário (relacionados à divisão de poderes societários entre a Caixapar e o Banco BTG Pactual no controle do Banco Panamericano) e as medidas adotadas para mitigar seus efeitos.

4. TC 011.470/2016-0: acompanhamento, decorrente do Acórdão 2557/2015 - TCU - Plenário, com o objetivo de verificar a regularidade de atos referentes à aquisição parcial da carteira de crédito do Banco Panamericano, realizada pela Caixa em 2011 e 2012, bem como de avaliar a conformidade da operação com o Acordo de Cooperação Operacional (ACO) celebrado entre Banco Pan, a Caixa Econômica Federal e o Banco BTG Pactual; e os critérios mínimos exigidos pela Caixa. O mérito foi deliberado por meio do Acórdão 1903/2016 - TCU - Plenário, o qual determinou:

Converter o presente processo do tipo acompanhamento (Acom) para processo de fiscalização do tipo relatório de acompanhamento (Racom);

Autorizar a realização de fiscalização de conformidade, com fundamento no inciso I do art. 249 e art. 241 do RI/TCU, na Caixa Econômica Federal e na Caixa Participações S.A., com vistas a examinar os atos referenciados no item 9.4 do Acórdão 2.557/2015-TCU-P, quais sejam, resultados financeiros das operações decorrentes do Acordo de Cooperação Operacional firmado entre a Caixa Econômica Federal e Banco Panamericano e ações desenvolvidas pela Caixapar para acompanhar os resultados do investimento mantido no Banco Panamericano (atual Banco Pan), em especial quanto aos riscos identificados na auditoria versada no Acórdão 1.005/2012-Plenário (relacionados à divisão de poderes societários entre a Caixapar e o Banco BTG Pactual no controle do Banco Panamericano) e as medidas adotadas para mitigar seus efeitos.

5. TC 005.591/2018-0: processo de fiscalização do tipo relatório de acompanhamento, decorrente do Acórdão 1903/2016 - TCU - Plenário, com o objetivo de analisar os resultados financeiros das operações decorrentes do Acordo de Cooperação Operacional firmado entre a Caixa Econômica Federal e Banco Pan e as ações desenvolvidas pela CaixaPar para acompanhar os resultados dos investimentos mantido no Banco Pan. O Relatório de Auditoria se encontra concluído e, atualmente, o processo está pendente de deliberação com o Relator.

EXAME DE ADMISSIBILIDADE

6. Reitera-se o exame de admissibilidade realizado na peça 8, registrando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 c/c inciso VI, do art. 237 do Regimento Interno do TCU.

HISTÓRICO

7. Esta representação foi autuada pela Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazenda) em 10 de outubro de 2014, em decorrência dos trabalhos de fiscalização que vinham sendo efetuados e com o objetivo de analisar possíveis irregularidades ocorridas na CaixaPar relacionadas com os investimentos no Banco Pan. A Representação foi conhecida e autorizada em 13 de outubro de 2014, mediante despacho arrolado à peça 11.

8. O contexto das operações envolvendo CaixaPar e Banco Pan pode ser assim resumido, de forma sumária: em dezembro de 2009, a CaixaPar comprou do Grupo Silvio Santos parte da participação no Banco Pan, de modo que o Grupo Silvio Santos e CaixaPar passaram a deter o capital do BancoPan. Posteriormente, em novembro de 2010, o Banco Central identificou o comprometimento da situação econômico-financeira do Banco Pan.

9. Esse comprometimento foi decorrente de descobertas, pelo Banco Central, de fraudes na contabilidade do Banco Pan, que resultou em ação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, as quais apuraram crimes como formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta e crimes financeiros, como o "caixa dois". Os principais mecanismos utilizados para fraudar foram manter como ativos as carteiras de crédito vendidas a outros bancos e duplicação de registros de carteiras do Pan, medidas que inflavam os resultados do banco.

10. No início de 2011, o Banco BTG Pactual adquiriu a participação do Grupo Silvio Santos no Banco Pan. Assim, a CaixaPar e o Banco BTG Pactual passaram a deter o capital do Banco Pan. Neste mesmo ano (2011), a CaixaPar e o Banco BTG Pactual celebraram Acordo de Acionistas, o qual determinava as regras de compartilhamento do controle do Banco Pan. Além disso, a CaixaPar e o Banco Pan firmaram Acordo de Cooperação Operacional, em que constou os seguintes compromissos da CaixaPar junto ao Banco Pan: adquirir direitos creditórios sem coobrigação do Banco Pan sempre que esse desejasse cedê-los e realizar operações de Depósito Interfinanceiro (CDI) com o Banco Pan.

11. Nos anos seguintes, em função de dificuldades operacionais do Banco Pan e em função de suas estratégias, foram realizados diversos aumentos de capital no Banco Pan, sendo que parte dos aportes foram realizados pela CaixaPar. Apesar dos investimentos, os resultados obtidos pela Caixa a título de equivalência patrimonial foram deficitários em 2012 e 2013. Em julho de 2014, a Administração do Banco Pan propôs mais um aumento do capital social no valor de até R$ 1,5 bilhão e essa proposta, à época, estava marcada para ser deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária do Banco Pan no dia 13 de outubro de 2014.

12. Foi nesse contexto que a SecexFazenda, no dia 10 de outubro de 2014, autuou a presente Representação.

EXAME TÉCNICO SUMÁRIO

13. Para apurar a ocorrência de irregularidades nos investimentos da CaixaPar no Banco Pan, conforme proposto nestas Representação, o procedimento necessário consistia em verificar a legalidade dos investimentos, além da regularidade do Acordo de Acionista pactuado entre a CaixaPar e Banco PTG Pactual e do Acordo de Cooperação Operacional firmado entre CaixaPar e Banco Pan, bem como a evolução do Banco Pan no desenvolvimento de suas atividades.

14. Esses procedimentos foram executados no bojo do processo de fiscalização do TC 005.591/2018-0 que absorveu, no momento da execução dos trabalhos, o conteúdo e informações desta Representação.

15. No âmbito do TC 005.591/2018-0, esta unidade técnica concluiu o Relatório de Fiscalização, o qual apresentou o seguinte escopo: analisar os resultados financeiros das operações decorrentes do Acordo de Cooperação Operacional (ACO) firmado entre a Caixa Econômica Federal e Banco Pan; e analisar as ações desenvolvidas pela CaixaPar para acompanhar os resultados dos investimentos mantido no Banco Pan, em especial quanto às fontes de riscos identificadas na auditoria versada no Acórdão 1.005/2012-Plenário (relacionados à divisão de poderes societários entre a CaixaPar e o Banco BTG Pactual no controle do Banco Pan S.A.), bem como as medidas adotadas para mitigar seus efeitos.

16. Um dos achados de auditoria está relacionado à presente Representação e diz respeito ao resultado financeiro negativo para os investimentos da CaixaPar mantidos no BancoPan. Dessa forma, entende-se que o objeto da presente Representação está sendo integralmente atendido por meio dessa fiscalização, de modo que será proposto o apensamento deste processo ao TC 005.591/2018-0, ainda em andamento - inclusive para não incorrer em eventual bis in idem em penalidades ou providências tomadas no desenrolar daquele processo conexo.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

17. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

18. apensar os presentes autos ao TC 005.591/2018-0, na forma prevista no art. 40 da Resolução - TCU 259/2014."

Acolho a proposta da unidade nos termos do seguinte acórdão:

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V "a", do Regimento Interno/TCU, em apensar os presentes autos ao TC 005.591/2018-0 (Relator Ministro Aroldo Cedraz), atualmente na SecexFazenda, na forma prevista no art. 40 da Resolução - TCU 259/2014.

1. Processo TC-027.835/2014-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: SecexFazenda

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal/MF - Caixa e Caixa Participações S.A. - CaixaPar.

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.6. Representação legal: Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Adam Luiz Alves Barra (19.786/OAB-DF), representando Caixa Participações S.a. e Caixa Econômica Federal.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1153/2019 - TCU - Plenário

Considerando a manifestação da unidade técnica lavrada nos seguintes termos: "INTRODUÇÃO

22. Cuidam os autos de representação feita pela empresa Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli (CNPJ 21.550.873/0001-48) a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 1/2018, do tipo menor preço e realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - TRT/MG.

23. O pregão tem por objeto (peça 1, p. 30):

Registro de Preços para eventual contratação de licenças, créditos PSO e serviços de subscrição e suporte técnico da suíte de virtualização VMware, por um período de 12 (doze) meses e renovável por iguais períodos, para utilização pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e pelos respectivos participantes do sistema de registro de preços, nos termos deste Edital e seus anexos.

3. Segundo o sítio *http://brainwork.com.br/2016/06/27/conceitos-do-vmware-nsx/, o VMWARE NSX é:*

(...) uma plataforma de virtualização de redes que segue o mesmo modelo já usado para a virtualização de servidores.

Com a virtualização de servidores, uma camada de abstração de software (hypervisor) reproduz os atributos de um servidor físico (CPU, RAM, disco, NIC) em software. Da mesma forma, na virtualização de rede, o equivalente funcional de um hypervisor reproduz o conjunto de serviços de rede (SWITCHING, ROTEAMENTO, FIREWALL, qOs E BALANCEAMENTO DE CARGA) EM SOFTWARE.

Como resultado9, estes serviços podem ser criados e fornecidos rapidamente, sem a necessidade de alterações no mundo físico.

4. Segundo a representante, o TRT/MG realizou, inicialmente, cotação de preços junto às empresas IT-One Tecnologia da Informação Ltda., CPF - Consultoria, Planejamento e Desenvolvimento de Sistemas Ltda., bem foi utilizada 2 (duas) Atas de Registro de Preço. As duas atas utilizadas tiveram como vencedoras a empresa Arrow e a DCL Brasil Distribuidora Ltda.

5. A Weltsolutions esclarece que, apesar do valor vultoso do Pregão 1/2018, somente 3 (três) empresas cadastraram suas propostas de preço no sistema: a própria representante, a Arrow e a Decision Serviços de Tecnologia da Informação Ltda.

6. Ainda segundo a representante, no dia da abertura do processo licitatório (29/01/2018), a empresa Decision desistiu de participar do pregão, permanecendo na licitação apenas a representante e a empresa Arrow.

7. Ato contínuo, a representante Weltsolutions apresentou o menor preço e enviou os documentos relativos à habilitação, sendo, por fim, declarada vencedora, momento em que a empresa Arrow apresentou recurso administrativo requerendo a desclassificação da representante sob o argumento de incapacidade da representante em fornecer todos os produtos licitados. A Arrow solicitou, ainda, que o TRT/MG realizasse diligência junto o fabricante VMware, para verificar se a Weltsolutions tinha a competência necessária para comercializar todos os itens do edital.

8. Subsequentemente, em síntese, a Weltsolutions foi desclassificada, pela não apresentação de um certificação que, segundo a mesma, não foi exigida no edital, e a Arrow foi convocada para dar continuidade ao processo licitatório.

9. Em 17/04/2018, a Arrow foi chamada pelo pregoeiro, Sr. Vitor Soares, para negociação e, segundo a representante, "demorou 64 (sessenta e quatro) dias, findando em fracasso" (peça 1, p. 3). A representante informa que, após a troca do pregoeiro, assim que foi "chamada pela nova pregoeira, atendeu de pronto às solicitações de reuniões presenciais".

10. O que se verifica é que a representante insurge-se contra a exigência de certificação que não constava do edital (peça 1, p. 1-45) e que ocasionou a sua desclassificação.

11. A representante finaliza, considerando os fatos narrados na peça inicial, solicitando que "sejam tomadas as providências cabíveis pelo Tribunal de Contas da União" e que seja considerada como "Interessada" no presente processo.

12. Cabe registrar que o objeto da representação diz respeito à denúncias em relação ao Pregão 1/2018, realizado pelo TRT/MG e que, compulsando os autos, verifica-se que a licitação, de fato, restou fracassada, conforme descrito no Despacho DTIV/314/2018 (peça 4, p. 313).

EXAME DE ADMISSIBILIDADE

13. Inicialmente, deve-se registrar que a representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU, haja vista a matéria ser de competência do Tribunal, referir-se a responsável sujeito a sua jurisdição, estar redigida em linguagem clara e objetiva, conter nome legível, qualificação e endereço do representante, bem como encontrar-se acompanhada de suficientes indícios concernentes à irregularidade ou ilegalidade.

14. Além disso, a empresa possui legitimidade para representar ao Tribunal, consoante disposto no inciso VII do art. 237 do RI/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993.

15. Ainda, conforme dispõe o art. 103, § 1º, in fine, da Resolução - TCU 259/2014, verifica-se a existência do interesse público no trato da suposta irregularidade/ilegalidade, pois a desclassificação de licitante por critérios não previstos no edital poderia, em tese, não selecionar a proposta mais vantajosa para a administração.

16. Dessa forma, a representação poderá ser conhecida, para fins de comprovar a sua procedência, nos termos do art. 234, § 2º, segunda parte, do Regimento Interno do TCU, aplicável às representações de acordo com o parágrafo único do art. 237 do mesmo RI/TCU.

EXAME TÉCNICO

17. A sessão de lances, conforme previsto no edital, realizou-se no dia 29/01/2018 (peça 1, p. 211), às 09:41:31h (peça 1, p. 353), finalizando após cinco minutos e tendo como menor proposta a ofertada pela WeltSolutions, no valor de R$ 32.498.000,00.

18. No dia 31/01/2018, a WeltSolutions enviou por e-mail a proposta e os documentos solicitados em tempo hábil, segundo o sistema (peça 1, p. 353).

19. No dia 06/02/2018 (peça 1, p. 354) a documentação ainda encontrava-se em fase de "análise preliminar pelos setores competentes do TRT3" e em 08/02/2018 (peça 1, p. 354) o pregoeiro informa que:

Em 07/02/2018 foram solicitadas diligências para correção de cálculos e esclarecimento de informações. O prazo para resposta finda no dia 09/02/2018. A sessão ficará suspensa até 13h do dia 15/02/2018, salvo para envio de simples notificações.

20. Em 09/03/2018 (peça 1, p. 354) há informação do pregoeiro de que as diligências foram cumpridas tempestivamente e os documentos permaneciam sob análise técnica, até que em 01/03/2018 (peça 1, p. 354) é noticiado que a documentação foi aprovada pelo setor técnico.

21. O TRT/MG anunciou que iria realizar verificações quanto à inexistência de sobrepreço na licitação, com suspensão da sessão até às 13h do dia 07/03/2018 e anúncio do vencedor nessa mesma data.

22. No dia 07/03/2018, a empresa Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda anunciou a intenção de interpor recurso (peça 1, p. 354), protocolando a peça em 12/03/2018, informando que a Weltsolutions não atendeu o item 3.1 do edital, já que não tinha capacidade de comercializar os produtos objeto da licitação em tela, que são de propriedade do fabricante VMWARE Inc.:

O que ocorreu é que a comissão de licitação não tomou conhecimento por essa empresa Arrematante, que eles (Weltsolutions) não possuem capacidade de comercializar e fornecer todos os produtos licitados por essa administração, descumprindo assim o item 3.1 do edital, conforme demonstraremos abaixo:

Os produtos ora licitados nesse processo, são de propriedade do fabricante Mundial VMWare Inc. e sua comercialização no Brasil devem seguir a Política de Canais e acordos comerciais mundiais entre os seus revendedores e distribuidores, no qual, o licitante WELTSOLUTIONS está descumprindo ofertando produtos que ele não pode comercializar (...)

(...)

Diante do exposto, solicitamos que a empresa WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO seja DESCLASSIFICADA por não atendimento ao item 3.1 do edital, e ainda que comprove através de diligência solicitada pelo TRT 3ª Região ao fabricante VMWare, possuir competência necessária a comercializar todos os itens do edital em epígrafe.

23. A Weltsolutions apresentou, em 14/03/2018, contrarrazões (peça 1, p. 336-339) onde sustenta que "possui total e plena capacidade de comercializar e fornecer todos os produtos licitados" (peça 1, p. 337) e que apresentou todas as certificações que foram solicitadas pelo TRT/MG.

24. Ainda nas contrarrazões, a Weltsolutions informa que o TRT/MG realizou diligência junto a VMWare, que confirmou que a Weltsolutions estava apta para comercializar os produtos licitados (peça 1, p. 338):

12. Não por outro motivo que este órgão, através da SEIT promoveu diligência junto a VMWARE - fabricante dos produtos e responsável pelos seus canais de vendas -, que confirmou que a RECORRIDA possui toda a certificação necessária para a comercialização de todos os produtos licitados.

25. De fato, na análise do recurso (peça 1, p. 341-343), realizada em 16/03/2018, o Sr. Victor Emílio Feital Soares, pregoeiro e responsável pela apreciação do recurso, informa que o Secretário de Infraestrutura Tecnológica (SEIT) do TRT/MG já havia realizado diligência, mediante o Ofício N. SEIT/002/2018, junto ao fabricante dos programas (VMWare) em 06/02/2018 (peça 1, p. 366-368).

26. A referida diligência questionava ao fabricante se a empresa Weltsolutions era um canal de vendas credenciada pela VMware (peça 1, p. 366):

Assim a partir do exposto, pergunto se a empresa Welt Solutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli-ME Ltda CNPJ 21.550.873/0001-48 é um canal de vendas credenciada pela VMWARE para comercializar sua linha de produtos, e se a mesma se encontra apta a fornecer todos os itens presentes no referido processo licitatório dentro dos quantitativos registrados, conforme tabela a seguir (...)

27. Com a resposta (peça 1, p. 625) à diligência retrocitada (peça 1, p. 366) e com o parecer do Secretário de Infraestrutura Tecnológica do TRT/MG (peça 1, p. 306-309), a análise do recurso (peça 1, p. 341-343) feita pelo pregoeiro, Sr. Victor Emílio Feital Soares, concluiu que a Weltsolutions tem a autorização para comercializar os produtos e licenças objeto do pregão em tela:

Assim, verifica-se, inicialmente, que a comercialização do licenciamento pode ser restringida pelo titular da propriedade dos softwares às empresas que atendam às suas políticas de distribuição.

Atento a tal fato, o Secretário de Infraestrutura Tecnológica do TRT3 empreendeu diligência junto ao fabricante dos programas, concluindo pela afirmação da capacidade técnica da licitante Weltsolutions, conforme parecer autuado sob nº e-PAD 740-2018-17. Cita-se:

'Em 28/02/18, recebemos a resposta final da Vmware, em cujo conteúdo temos:

Referente ao Ofício SEIT/002/2018, após análises internas, informamos que a empresa Welt Solutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli-ME Ltda, CNPJ 21.550.873/0001-48, possui a competência de Network Virtualization e portanto habilitada a comercializar as soluções NSX. Informamos ainda que no dia 07 de fevereiro, quando endereçamos o e-mail abaixo, tal empresa não tinha tal competência ativa e na ocasião não estava habilitada, porém no dia 11 de fevereiro, a competência requerida foi adquirida o habilitando neste momento.

A partir do exposto, estamos então habilitando tecnicamente a empresa Welt Solutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli-ME Ltda a prosseguir no certame. (Grifou-se).'

Como se vê, a empresa proprietária dos programas a serem licenciados manifesto expressamente que a licitante Weltsolutions possui autorização para comercializar seus produtos e licenças. Destarte, ficam absolutamente afastados os argumentos apresentados pela recorrente.

28. Assim, o TRT/MG finaliza a análise conhecendo do recurso para, no mérito, julgá-lo improcedente (peça 1, p. 343):

Pelos fundamentos acima expostos resolve o pregoeiro, conhecer do recurso interposto pela licitante Arrow ECS Brasil Distribuidora LTDA, por tempestivo, e, no mérito, s.m.j, propor seja julgado improcedente, mantida a decisão que declarou vencedora a empresa Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação EIRELI, submetendo à apreciação superior em grau de recurso hierárquico.

29. Em que pese o pregoeiro, Sr. Victor Emílio Feital Soares, ter julgado improcedente o recurso da Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda. (peça1, p. 343-344), verifica-se a emissão de um parecer jurídico (peça 1, p. 427-445).

30. Referido parecer ressalta que a resposta da VMWARE (peça 1, p. 625) à diligência efetuada pelo TRT/MG (peça 1, p. 366) é clara ao informar que no dia 07/02/2018 a Welt Solutions não tinha a competência de Network Viirtualization, habilitação esta que só foi adquirida no dia 11/02/2018 (peça 1, p. 625):

31. De fato, assiste razão ao parecer jurídico do TRT/MG (peça 1, p. 427-445), pois, conforme já dito anteriormente, a própria fabricante dos programas, VMWARE, informou (peça 1, p. 379), em 07/02/2018, que a WeltSolutions não estava habilitada para comercializar o software "VMware NSX Enterprise versão ou superior para um processador (socket)":

Em resposta ao ofício recebido e citado acima, informamos que, dentre as licenças relacionadas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO 01/2018 PROCESSO -e-PAD 740/2018 (DTIC), é solicitada licença de uso do software VMware NSX Enterprise versão ou superior para um processador (socket).

Cumpre-nos informar que a revenda WeltSolutions Welt Solutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli-ME Ltda CNPJ 21.550.873/0001-48 não possui a certificação Network Virtualization, necessária para a comercialização do produto acima referenciado.

Para todos os outros itens da marca VMware relacionados no Edital supra-citado, não existe nenhum impedimento para a WeltSolutions para a comercialização dos mesmos.

Ressaltamos que tal informação é relevante pois, possuímos certificações e competências em nosso Programa de Canais que permeiam as soluções, visando garantir conhecimento técnico mínimo e know-how para suportarem nossos clientes em projetos e soluções mais complexas.

Colocamo-nos à disposição para qualquer outro esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,
Henrique Vasconcelos Brito
Enterprise Account Manager
hbrito@vmware.com
+55 31 9 8406-5809

32. A habilitação da Weltsolutions ocorreu, segundo a própria fabricante, VMWARE, em 11/02/2018 (peça 1, p. 625):

Referente ao Ofício SEIT/002/2018, após análises internas, informamos que a empresa Welt Solutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli-ME Ltda, CNPJ 21.550.873/0001-48, possui a competência de Network Virtualization e portanto habilitada a comercializar as soluções NSX.

Informamos ainda que no dia 07 de fevereiro, quando endereçamos o e-mail abaixo, tal empresa não tinha tal competência ativa e na ocasião não estava habilitada, porém no dia 11 de fevereiro, a competência requerida foi adquirida o habilitando neste momento.

Pedimos desculpas por qualquer inconveniente e nos colocamos à disposição.

Grato,
Henrique V. Brito | Territory Account Manager
hbrito@vmware.com | + 55 31 98406-5809

33. Assim, verifica-se que em 29/01/2018 a disputa do lote foi encerrada e o pregoeiro informou que em 31/01/2018 a WeltSolutions enviou a proposta e os documentos solicitados, "em tempo hábil" (peça 1, p. 353).

34. O que se conclui, dos fatos cronologicamente narrados acima, é que a Weltsolutions apresentou a proposta com o menor preço, foi chamada para apresentar os documentos de habilitação (31/01/2018) e quando o TRT/MG analisou os referidos documentos, verificou, mediante diligência feita à VMWARE, que a WeltSolutions não estava habilitada para comercializar o produto objeto da licitação (peça 1, p. 379), pois não possuía a certificação Network Virtualization, fato que só veio a ocorrer em 11/02/2018 (peça 1, p. 625).

35. Em face da primeira mensagem da VMWARE (07/02/2018), informando que a Weltsolutions não estava autorizada a comercializar o programa, a Arrow ingressou com recurso (07/03/2018) sem levar em consideração que a segunda mensagem da VMWARE (28/02/2018) já informava que a Weltsolutions já estava habilitada (a partir de 11/02/2018).

36. Foi por conta da habilitação da Weltsolutions, ocorrida em 11/02/2018, que o pregoeiro, Sr. Victor Emílio Feital Soares, julgou improcedente o recurso da Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda. (peça1, p. 343-344).

37. Já o parecer jurídico (06/04/2018), considerou apenas a primeira mensagem da VMWARE, que considerava a Weltsolutions como não habilitada para comercializar o programa e encaminhou parecer ao Diretor-Geral do TRT/MG com proposta de provimento do recurso da Arrow e convocação da segunda colocada:

Desse modo, submeto o processo licitatório à consideração de V.Sª, para análise da conveniência e oportunidade de:

a) conhecer das razões de Defesa apresentadas pela Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda. e, no mérito, prover o recurso, para reformar a decisão recorrida (doc. 740-2018-21; p. 970), tendo em vista a incapacidade da licitante Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação em comercializar todo o objeto licitado no momento de avaliação dos documentos enviados.

b) determinar o retorno dos autos à SELC para: (a) prosseguimento do certame, convocando a segunda colocada na licitação para análise de documentação e negociação do preço ofertado; e, (b) manifestação acerca de eventual incidência de sanção a ser aplicada à empresa Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação (art. 28 do Decreto nº 5.450/2005).

À consideração superior.

Belo Horizonte, 06 de abril de 2018.

38. Houve manifestação favorável do Diretor-Geral (peça 1, p. 447) de modo que a WeltSolutions foi desclassificada e a Arrow foi chamada para apresentar a documentação de habilitação, na condição de ter apresentado a segunda melhor proposta.

39. Entende-se que o TRT/MG deveria, antes de ter chamado a segunda colocada, ter realizado nova diligência, certificando-se de que a segunda mensagem da VMWARE, o qual informava que a Weltsolutions estava, a partir de 11/02/2018, de fato habilitada para comercializar o programa, com espeque no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, razão pela qual propõe-se a realização de ciência ao TRT/MG.

40. Por conta de outro problema, preço de alguns itens acima do valor de referência do TRT/MG, a empresa Arrow também foi desclassificada (peça 1, p. 289):

A primeira, WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eirelli, foi desclassificada pelo fato de não ter comprovado, em momento oportuno, que detinha todas as condições de participação necessárias para sua classificação. A empresa recorreu desta decisão e, em sede recursal, tal posicionamento foi mantido pela Administração.

A segunda, Arrow ECS Brasil Distribuidora, foi desclassificada porque, apesar de o valor global de sua proposta estar abaixo do nosso preço de referência, a empresa não conseguiu ajustar o valor de alguns itens isolados ao valor estimado pelo Regional. Após sucessivas tentativas de negociação, a licitante se negou a abaixar o preço dos referidos itens de modo a atender ao Tribunal.

41. Assim, com a desclassificação das duas únicas empresas participantes da licitação, o pregão restou fracassado (peça 4, p. 292):

E, certo é que a proposta da WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eirelli - ME não atendeu ÀS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, AO PASSO QUE A PROPOSTA DA Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda, apresentou sobrepreço em todos os itens que seriam objeto de aquisição imediata, ficando acima do valor máximo fixado por este Regional (constante descrito na tabela elaborada pela Secretaria de Licitações e Contratos - doc. Nº 740-2018-52, p. 1.092).

Feitos este relato do procedimento licitatório, conclui-se que foram observados os requisitos legais pertinente, mas cujos deslindes ensejaram o fracasso do certame, nos termos acima expostos.

À vista do exposto, submeto o processo licitatório à consideração de V.Sª, para análise da conveniência e oportunidade de encaminhá-lo ao Exmo. Desembargado Presidente deste Regional, propondo:

a) a ratificação da decisão da Pregoeira, que declarou fracassado o Lote único do certame (doc. Nº 740-2018-87, p. 1378);

b) a autorização do registro do fracasso do certame no sistema eletrônico do Banco do Brasil S/A, consoante ajuste firmado entre este Tribunal e aquela instituição;

c) a determinação do encaminhamento dos autos à SELC para lançamento do ato no sistema eletrônico e demais providências pertinentes, os termos da Lei nº 8.666/93 e 10.520/2002 e dos Decretos nos 5.450 e 7.892/13;

d) a determinação do encaminhamento dos autos à Diretoria de Orçamento e Finanças para ciência do fracasso do certame e adoção das medidas cabíveis; e

e) a determinação do encaminhamento dos autos à DTIC para, em sendo o caso, adotar as medidas que reputar oportunas visando à aquisição dos bens objetos do certame.

42. Portanto, com o fracasso da licitação, houve a perda de objeto da representação. Entretanto, verifica-se impropriedade na conduta do TRT/MG quanto à ausência de credenciamento por parte da empresa WeltSolutions.

43. A empresa Weltsolutions poderia ter sido convocada por conta de sua habilitação em 11/02/2018, evitando a realização de uma nova licitação, o que certamente prejudica o desenvolvimento das atividades do TRT/MG.

44. Entretanto, entende-se que a convocação da segunda colocada, empresa Arrow, foi feita como forma de evitar problemas futuros, haja vista que, em 07/02/2018, a empresa Weltsolutions não estava credenciada para comercializar o programa.

45. Com o fracasso da licitação, não houve prejuízo ou dano ao erário, optando o TRT/MG pela realização de uma nova licitação

46. Assim, o documento constante da peça 1 deve ser conhecido como representação, por preencher os requisitos previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno/TCU c/c o art. 113, § 1º, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014.

47. Por fim, conforme solicitado pela representante, propõe-se o ingresso da mesma como interessada nos autos.

48. Considerando que a representante se insurge contra a sua inabilitação do Pregão Eletrônico 1/2018, realizada de forma equivocada pelo TRT/MG, ao considerar apenas a primeira mensagem da fabricante VMWARE (que inabilitava a representante, em 07/02/2018) sem levar em conta a segunda mensagem (que habilitava a Weltsolutions, em 11/02/2018).

Considerando que tal fato não causou dano ao erário,

Considerando, todavia, que o TRT/MG deliberou pela realização de novo procedimento licitatório, tendo em vista o fracasso do Pregão 001/2018,

Considerando que apesar do certame não ter sido aproveitado, verifica-se impropriedade na desclassificação da representante, a qual entende-se que deva ser levada ao conhecimento do TRT/MG, mediante a ciência da mesma,

Considerando que, em face do fracasso da licitação, houve a perda de objeto da representação,

Propõe-se que a Representação deva ser conhecida para, no mérito, considerá-la prejudicada, em face da perda de objeto ocorrida com o fracasso do Pregão 001/2018.

ENCAMINHAMENTO

49. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

49.1 conhecer da representação, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, e parágrafo único, do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la prejudicada, em face da perda de objeto ocorrida com o fracasso do Pregão 001/2018;

49.2 deferir o pedido de ingresso da representante como interessado nos autos;

49.3 dar ciência ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT/MG) sobre a seguinte impropriedade:

a) inabilitação da empresa Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli (CNPJ 21.550.873/0001-48) sem certificar-se de fato, se a mesma não podia comercializar o produto objeto do Pregão 001/2018, conforme disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993;

49.4 dar ciência do acórdão que vier a ser proferido ao representante e ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT/MG), destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço eletrônico *www.tcu.gov.br/acordaos e que, caso tenham interesse, o Tribunal pode encaminhar-lhes cópia desses documentos sem quaisquer custos para V. Sas.;*

49.5 arquivar este processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal."

Acolho a proposta da unidade nos termos do seguinte acórdão:

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 143, 237, VII e 250, II do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da representação, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, e parágrafo único, do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la prejudicada, em face da perda de objeto ocorrida com o fracasso do Pregão 001/2018;

b) deferir o pedido de ingresso da representante como interessado nos autos;

c) dar ciência ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT/MG) sobre a impropriedade referente à inabilitação da empresa Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli (CNPJ 21.550.873/0001-48) sem certificar-se de fato, se a mesma não podia comercializar o produto objeto do Pregão 001/2018, conforme disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993;

d) dar ciência deste Acórdão ao representante e ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT/MG), destacando que a deliberação ora encaminhada pode ser acessada por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que, caso tenham interesse, o Tribunal pode encaminhar-lhes cópia desses documentos sem quaisquer custos para V. Sas.;

e) arquivar este processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

1. Processo TC-040.795/2018-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli (CNPJ 21.550.873/0001-48).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de Minas Gerais (Sec-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 16/2019 - Plenário
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 1154/2019 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, em expedir quitação aos Srs. Evandro Bessa de Lima Filho, Mancio Lima Cordeiro, Milton Barbosa Cordeiro e Walter Raimundo Lima Franco, ante o recolhimento integral das multas que lhes foram aplicadas; e em dar ciência desta deliberação aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Quitação relativa ao Acórdão 3.126/2012-Plenário, alterado pelo Acórdão 763/2015-Plenário.

Evandro Bessa de Lima Filho (CPF 021.431.947-49)
Valor original da multa: R$ 10.000,00 Data de origem da multa: 8/4/2015
Valor total recolhido: R$ 11.381,81 Data do pagamento (última parcela): 29/4/2016

Mancio Lima Cordeiro (CPF 045.734.472-53)
Valor original da multa: R$ 10.000,00 Data de origem da multa: 8/4/2015
Valor total recolhido: R$ 11.387,15 Data do pagamento (última parcela): 27/12/2017

Milton Barbosa Cordeiro (CPF 026.480.672-72)
Valor original da multa: R$ 10.000,00 Data de origem da multa: 8/4/2015
Valor total recolhido: R$ 11.271,19 Data do pagamento (última parcela): 28/4/2017

Walter Raimundo Lima Franco (CPF 081.806.282-72)
Valor original da multa: R$ 5.000,00 Data de origem da multa: 8/4/2015
Valor total recolhido: R$ 5.708,44 Data do pagamento (última parcela): 2/5/2018

1.Processo TC-036.116/2016-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Responsáveis: Evandro Bessa de Lima Filho (CPF 021.431.947-49); Mancio Lima Cordeiro (CPF 045.734.472-53); Milton Barbosa Cordeiro (CPF 026.480.674-72); Walter Raimundo Lima Franco (CPF 081.806.282-72)

1.3. Unidade: Banco da Amazônia S.A.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1155/2019 - TCU - Plenário

Vistos estes autos de representação da empresa Pronto Construções Ltda., apontando possíveis irregularidades ocorridas na condução do Pregão Eletrônico 15.688/2018, das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), para contratação de serviços de roço manual, limpeza mecanizada, poda e corte seletivo de vegetação nas faixas de servidão das linhas de transmissão de 230 kV e 500 kV, de propriedade da Eletronorte, com fornecimento de equipamentos, máquinas, implementos e ferramentas.

Considerando que a representante alegou, em suma, que: a) foi desclassificada de forma arbitrária, porque apresentou atestado de capacidade técnica que foi julgado insuficiente para comprovar a experiência profissional para a execução do serviço de roço manual, mecanizado e poda em faixa de servidão de linha de transmissão de 230 kV e 500 kV, decisão contestada pela empresa, e b) o tempo foi insuficiente para a contestação das respostas do pregoeiro;

considerando que o exame da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog demonstrou o seguinte:

(i) a proposta desclassificada da representante Pronto Construções Ltda., no valor de R$ 509.999,99, foi superior à proposta declarada vencedora, negociada no valor de R$ 505.000,00, com a empresa KPO Serviços de Jardinagem Ltda., não evidenciando dano aos cofres da Eletronorte;

(ii) o atestado de capacidade técnica apresentado pela representante não permitiu à Eletronorte conferir se o licitante possuía conhecimento técnico específico para a execução dos serviços em faixas de servidão de linhas de transmissão de alta tensão, observando cuidados com os componentes das linhas de transmissão, distâncias de segurança, formato de roçagem, dentre outros, uma vez que referido atestado comprovou "serviços de jardinagem e não de roçagem em faixa de servidão de uma linha de transmissão energizada";

(iii) "deve-se reconhecer que a redação dos itens 7.3, "e", e 7.8 do edital (peça 1, p. 22-23), referentes à exigência do "Atestado de Capacitação Técnica", apesar de fazerem referência ao objeto licitado, que trata de serviços de roçagem e poda em faixas de servidão das linhas de transmissão de 230 kV e de 500 kV (EHV), não são claros quanto às especificidades e riscos decorrentes da execução do objeto, podendo induzir ao entendimento que tais serviços seriam semelhantes à outros da mesma natureza, mas realizados em situações diversas, sem os mesmos riscos e peculiaridades, circunstância que compromete os princípios do julgamento objetivo e da transparência pública, conforme, decidido, por exemplo, no Acórdão 5559/2017-TCU-2ª Câmara (relator: Ministro Augusto Nardes)";

(iv) no tocante ao suposto tempo insuficiente para contestação da representante, a Selog apontou que antes da abertura da sessão pública do pregão os interessados tiveram quinze dias úteis para questionar e até mesmo impugnar o edital, além do prazo de recurso utilizado pelo próprio representante, sendo que após a sua desclassificação, o representante teve direito à interposição do recurso que foi analisado e julgado pela comissão competente;

(v) a Eletronorte, no campo das contratações públicas, é regida, precipuamente, pela Lei 13.303/2016 e por seu regulamento de licitações e contratos, que, no caso, afasta a incidência, justamente, dos prazos de esclarecimentos indicados na Lei do Pregão, conforme art. 39, item 7;

(vi) não estão presentes os requisitos para a concessão da medida cautelar pleiteada pela representante, posto que a impropriedade/falha antes descrita no item (iii) não goza de gravidade que comprometa o certame e não há elementos que demonstrem prejuízo ao interesse público; a ata decorrente do certame já foi assinada e não há indícios de dano aos cofres da Eletronorte;

considerando que, nesse contexto, é oportuna a expedição de ciência à Eletronorte para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outra impropriedade/falha semelhante à apontada no item (iii);

considerando que o Tribunal de Contas da União tem por missão constitucional a defesa do interesse público e não do interesse privado;

considerando, finalmente, o disposto no inciso III, do art. 143, do Regimento Interno deste Tribunal;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 87, §2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 235, 237, inciso VII, e art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, art. 7º da Resolução TCU 265/2014, em:

a) conhecer desta representação e considerá-la parcialmente procedente;

b) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar;

c) expedir a ciência elencada adiante;

d) dar ciência desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica à peça 9, às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte) e à empresa Pronto Construções Ltda. e;

e) arquivar o presente processo.

1.Processo TC-008.189/2019-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1 Classe de assunto: VII.

1.2. Representante: Pronto Construções Ltda. (CNPJ 04.641.909/0001-80)

1.3. Unidade: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Dar ciência às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. sobre a seguinte impropriedade/falha, identificada no Edital do Pregão Eletrônico 15.688/2018, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outra semelhante:

1.8.1. a redação dos itens 7.3, "e", e 7.8, do edital, referente à exigência de atestado de capacitação técnica, pode induzir os interessados a acreditarem que os serviços licitados eram semelhantes a outros de mesma natureza, mas realizados em situações diversas, sem os mesmos riscos e peculiaridades do objeto licitado, circunstância em desacordo com os princípios do julgamento objetivo e da transparência pública.

RELAÇÃO Nº 11/2019 - Plenário
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 1156/2019 - TCU - Plenário

Considerando que se trata de representação, com pedido de adoção de medida cautelar inaudita altera parte, a respeito de possíveis irregularidades relacionadas à Tomada de Preços 02/2019, realizada pela Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, cujo objeto é descrito como "Seleção de empresa de engenharia, para execução de obra de implantação do sistema de abastecimento de água nos assentamentos: P.A. [Projeto de Assentamento] Tamboril e P.A. Santo Idelfonso no município de Novo São Joaquim - MT".

Considerando que, ao contrário do que sugere a representante, o regime de empreitada por preço global adotado pelo edital em comento não impede a realização de alterações contratuais, desde que justificados e respeitados os limites definidos pela legislação e jurisprudência aplicáveis;

Considerando que, apesar de alterações e atrasos ocorrerem em obras custeadas tanto com recursos públicos como privados, os argumentos da representante no sentido da inviabilidade de alterações contratuais carecem de substância que indique que, no empreendimento em comento, esses eventos venham a representar riscos relevantes para justificar suspensão ou nulidade do processo licitatório;

Considerando que o certame veicula objeto com valor total estimado inferior a R$ 1 milhão e não envolve inovação ou grande complexidade técnica, de forma que não resta evidenciada que a vedação de formação de consórcios, imposta pela administração licitante, possa representar prejuízos efetivos para a competitividade da Tomada de Preços 02/2019;

Considerando que, embora a abrangência dos efeitos da suspensão temporária de que trata o art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 seja limitada ao órgão ou entidade contratante, em nenhum momento a representante demonstrou ter sido prejudicada pela cláusula que trata da suspensão de licitar e nem tampouco expressou seu entendimento de que esse dispositivo tenha representado real restrição à competitividade do certame, limitando-se a discutir abstratamente a norma;

Considerando que a solicitação de cadastros na tomada de preços encontra expresso amparo no art. 34 da Lei 8.666/93, e que observada a relação dos documentos do item 5.5.1 do edital sob análise, a unidade instrutora não identificou qualquer exigência que exorbite os dispositivos legais dispostos pelos arts. 27 a 31 da mesma lei ou que possa representar restrição à competitividade de certame;

Considerando que o certame tem por objeto empreendimento de baixa materialidade e que não houve demonstração de indícios de restrição de competitividade;

Considerando que as alegações e documentos juntados aos autos não demonstram a configuração de infração a norma legal, tampouco malversação de recursos públicos ou dano ao erário, aptos a clamar pela atuação do TCU;

Considerando, finalmente, que a ausência do *fumus boni iuris* conduz à não adoção de medida cautelar;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente; indeferir por consequência a medida cautelar pleiteada e em comunicar a presente deliberação à unidade jurisdicionada e ao representante, junto com a instrução (peça 6), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.224/2019-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim - MT
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 10/2019 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 1157/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVII, e § 2º, c/c arts. 1º, inciso XXV, 15, alínea "o", 143, inciso V, alínea "a", 264 e 265 todos do Regimento Interno, e arts. 115 e 117 da Resolução TCU nº 191/2006, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da consulta, ante o não preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos para a espécie, conforme o pronunciamento da unidade técnica às peças 4 a 6, arquivando-se os autos, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação à Presidência do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da Bahia, unidade responsável pela formulação da consulta.

1. Processo TC-043.013/2018-0 (CONSULTA)
1.1. Unidade: Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da Bahia.
1.1. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.2. Representante do Ministério Público: não atuou
1.3. Unidade Técnica: Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (SecexTrab).
1.4. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1158/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso XXIV, 15, inciso I, alínea "p", 234 e 235, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da denúncia e arquivá-la, conforme sugerido pela unidade técnica (peças 07/09), sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar a matéria novamente em processo distinto caso presentes motivos que justifiquem a medida.

1. Processo TC-005.644/2018-6 (DENÚNCIA)
1.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55 da Lei 8.443/1992)
1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Serra/ES
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dar conhecimento deste acórdão ao denunciante, informando-lhe que a regularidade das operações de crédito de entes subnacionais tendo como garantia a vinculação de recursos dos fundos de participação dos estados e municípios vem sendo analisada por esta Corte no TC-005.218/2018-7, ficando o exame de operações de crédito efetuadas nesses moldes, com base no Parecer 2/2018/Gab/CGU/AGU, como a noticiada nestes autos, sujeito às condições a serem estabelecidas na decisão de mérito que será proferida naquele processo.

ACÓRDÃO Nº 1159/2019 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Município de Aragarças/GO, na contratação de locação de imóvel pertencente à Câmara de Dirigentes Lojistas de Barra do Garças, Aragarças e Pontal do Araguaia - CDL, com recursos federais oriundos do FNAS, para as instalações e oferta de serviços socioassistenciais do Piso Básico Fixo (Centro de Referência de Assistência Social e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - CRAS/PAIF e SCFV);

Considerando que o denunciante noticia, em síntese, que o contrato afronta o princípio da legalidade, da supremacia do interesse público sobre o privado, da moralidade e da eficiência, pois o ex-procurador municipal, Sr. Luiz Paulo Gonsalves de Resende, é membro honorário da CDL e atuou na campanha eleitoral do prefeito; o imóvel locado possui o nome do ex-procurador em sua fachada; o prédio encontrava-se abandonado e impróprio para a prestação de serviços sociais; houve pagamento antecipado do valor total da locação após dez dias da assinatura do contrato, para custear a reforma do imóvel; a dispensa foi realizada sem avaliação prévia por corretor e sem orçamentos de outros imóveis; a prefeitura possuía imóveis desocupados; o contrato pode estar com valor elevado;

Considerando que a denúncia preenche os requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie;

Considerando que pesquisa realizada pela unidade técnica em sites da internet não localizou imóveis disponíveis no Município de Aragarças/GO, o que indica a escassez de oferta de imóveis privados capazes de atender aos interesses da Administração;

Considerando o entendimento da unidade técnica de que a escolha do imóvel locado e o valor de locação encontram-se dentro do razoável para realização das atividades e atendimento às finalidades do CRAS/PAIF e SCFV, próximo ao Centro Político Administrativo, de fácil acesso e bem localizado;

Considerando que o valor contratado (R$ 59.920,00 para um período de trinta meses, correspondente a R$ 1.997,33 mensal) decorreu do oferecimento de desconto para pagamento à vista, possibilitando efetuar o investimento para as adequações pretendidas pela secretaria, e, segundo depoimento prestado por corretor de imóveis na Câmara Municipal de Vereadores, é inferior ao valor de mercado;

Considerando a conclusão da unidade técnica de que não procede a alegação de irregularidade quanto ao pagamento antecipado no referido contrato de locação do imóvel da CDL, amparado em parecer jurídico no sentido de que atendeu à exceção prevista no art. 40, XIV, alínea "d", da Lei 8.666/1993, que prevê a possibilidade de antecipação de pagamento no caso de concessão de desconto;

Considerando que não foram apresentados elementos comprobatórios em relação às demais ocorrências relatadas, inexistindo evidência nos autos de forma a constituir fortes indícios de irregularidades;

Considerando que, para a unidade técnica, a única falha identificada no processo de Dispensa de Licitação 10/2018 foi a ausência da avaliação prévia formal do valor do imóvel, podendo ser considerada, no caso concreto, de caráter formal, diante da indicação de ausência de prejuízo;

Considerando a análise uníssona promovida pela Selog (peças 9-10),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente denúncia, tendo em vista o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU e no § 1º do art. 103 da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) dar ciência deste acórdão, bem como da instrução da unidade técnica que o fundamenta (peça 9), ao denunciante e ao Município de Aragarças/GO;

c) dar publicidade ao presente acórdão; e

d) arquivar os autos, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-006.771/2019-0 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Aragarças/GO
1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: não há
1.8. Dar ciência à Prefeitura Municipal de Aragarças/GO, para adoção de medidas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes, que a ausência de avaliação prévia do valor de locação do imóvel, como ocorreu no processo de Dispensa de Licitação 10/2018, contraria o disposto no art. 24, inciso X, da Lei 8.666/1993 e o enunciado que acompanha o Acórdão 5948/2014 - 2ª Câmara.

RELAÇÃO Nº 11/2019 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 1160/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 234, 235 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de prestar a seguinte informação, bem assim de encaminhar cópia desta deliberação ao denunciante e à Superintendência da Caixa Econômica Federal no Rio Grande do Norte - Gigov/Natal juntamente com cópia da peça 3, para ciência das possíveis irregularidades envolvendo a execução do Contrato de Repasse 14927/2015 e adoção das medidas cabíveis, de acordo com o parecer da SecexDesenvolvimento:

1. Processo TC-007.851/2019-7 (DENÚNCIA)
1.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Órgão/Entidade: Município de Caiçara do Rio do Vento/RN.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico - SecexDesenvolvimento.
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Informar:
1.7.1. informar ao interessado que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU.

ACÓRDÃO Nº 1161/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 234 e 235 do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la improcedente, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de enviar cópia desta deliberação ao denunciante e ao 7º Depósito de Suprimento do Comando do Exército, de acordo com o parecer emitido pela Selog:

1. Processo TC-029.205/2018-2 (DENÚNCIA)
1.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Órgão/Entidade: 7º Depósito de Suprimento do Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 13/2019 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 1162/2019 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de denúncia apócrifa sobre falhas perpetradas, no Estado do Rio de Janeiro, pela Fundação CECIERJ, ao ofertar os cursos para Jovens e Adultos na modalidade à distância, com os recursos federais do Fundeb, em afronta, contudo, às normas vigentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), quando prevê o uso, exclusivamente, da modalidade presencial.

Considerando que, por ser apócrifa, a presente denúncia não poderia ser conhecida pelo TCU, já que não atenderia aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RITCU;

Conhecendo que, se viesse acompanhada dos necessários indícios de irregularidade, a unidade técnica poderia formular a subsequente representação para aprofundar a investigação sobre as supostas falhas, nos termos do art. 237, VI, do RITCU;

Considerando, porém, que o Estado do Rio de Janeiro não receberia a complementação da União em favor do Fundeb, nos termos do art. 4º da Lei nº 11.494, de 2007, pois o valor per capita estadual utilizado na distribuição dos recursos do fundo ao Estado Fluminense seria superior ao valor mínimo nacional por aluno-ano, no respectivo segmento da educação básica;

Considerando, dessa forma, que, a despeito de o expediente recebido (Peça nº 1) versar sobre o Fundeb, a situação apresentada não desafiaria a competência do TCU, ante a suscitada ausência de recursos federais;

Considerando, contudo, que, para preservar a efetividade do controle financeiro, mostra-se indicado o envio, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), da cópia dos presentes autos, para ciência e eventuais providências cabíveis;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 234, 235, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em não conhecer da presente denúncia, já que não atendidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RITCU, e prolatar as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.426/2018-1 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: Anônimo.

1.2. Entidade: Estado do Rio de Janeiro - Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEducação).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar que a SecexEducação adote as seguintes medidas:

1.7.1. envie a cópia integral do presente processo, aí incluída a cópia do presente Acórdão e do parecer da unidade técnica, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para ciência e eventuais providências; e

1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 1163/2019 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de denúncia anônima sobre as seguintes falhas:

(i) a World Partners Soluções em Informática Ltda. - ME não se encontraria, desde 31/12/2016, como optante do Simples Nacional, em face da consulta realizada na Receita Federal, apesar de ter registrado, em licitações eletrônicas, o status de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), exercendo indevidamente, assim, o direito de obter o correspondente tratamento diferenciado;

(ii) a aludida empresa, com o porte de ME-EPP, terminou a fase de lances na margem de desempate, durante o Pregão 21/2018 promovido pela Marinha, mas foi prejudicada por ter sido impedida de exercer o seu direito, ressaltando que a condição de ME e EPP consiste em declaração eletrônica realizada voluntariamente pela licitante;

(iii) o balanço da referida empresa (Peça nº 1) demonstraria o faturamento de R$ 4.630.984,35 em 2017; e

iv) a aludida empresa declarou não se enquadrar como ME-EPP, no Pregão Eletrônico 55/2018 (julho de 2018) conduzido pelo Grupamento de Apoio às Unidades do Sistema de Controle do Espaço Aéreo, demonstrando que ela estaria ciente da sua condição de "*não optante do Simples*" e não poderia ser beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006;

Considerando que não se mostraria adequada a alegação do denunciante no sentido de a World Partners Soluções em Informática Ltda. - ME, não se encontrar mais, desde 31/12/2016, como optante do Simples Nacional, em face da consulta realizada na Receita Federal, já que as ME e EPP têm a faculdade de aderir, ou não, ao Simples Nacional, não se confundindo a natureza jurídica da empresa com a sua eventual opção pelo Simples, como condição para se beneficiar do tratamento favorecido em licitações;

Considerando que as empresas enquadradas nas definições trazidas pela Lei Complementar nº 123, de 2006, sem incidirem nas vedações do art. 3º, § 4º, dessa lei complementar podem usufruir do tratamento diferenciado ali previsto, a despeito de serem, ou não, optantes pelo Simples;

Considerando que, por esse prisma, o art. 3º-B foi acrescido à referida Lei Complementar nº 123, de 2006, pela Lei Complementar nº 147, de 2014, nos seguintes termos:

"*Art. 3o-B. Os dispositivos desta Lei Complementar, com exceção dos dispostos no Capítulo IV, são aplicáveis a todas as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas pelos incisos I e II do caput e § 4o do art. 3o, ainda que não enquadradas no regime tributário do Simples Nacional, por vedação ou por opção*";

Considerando, dessa forma, que a referida alegação não se constituiria como prova de a empresa ter se registrado indevidamente como ME ou EPP nas aludidas licitações eletrônicas, devendo os órgãos federais atentarem para a necessidade de avaliar o grau de faturamento para o correspondente enquadramento no tratamento favorecido;

Considerando que, a despeito de o referido balanço demonstrar o faturamento de R$ 4.630.984,35 em 2017, a Lei Complementar nº 123, de 2006, foi alterada pela Lei Complementar nº 155, de 2016, passando a enquadrar como EPP a empresa com receita bruta inferior a R$ 4.800.000,00;

Considerando, ainda, que, no Pregão Eletrônico 55/2018 em julho de 2018, ao declarar que não se enquadraria como ME-EPP, a referida empresa poderia apenas estar ciente que, a partir dessa data, ela não mais seria beneficiada pela LC nº 123, de 2006, não tendo sido informada, na peça inicial, a subsistência de nenhuma licitação posterior com a eventual declaração da aludida empresa como ME-EPP;

Considerando, enfim, que, por não conter o nome do denunciante, nem, tampouco, os indícios de irregularidade, a presente denúncia não merece ser conhecida pelo TCU, já que não cumpriria os requisitos previstos no art. 235 do RITCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 234, 235, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em não conhecer da presente denúncia, já que não atendidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RITCU, e prolatar as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.827/2019-5 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: apócrifo.

1.2. Órgãos: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica e Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7.1. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado de cópias do parecer da unidade técnica, ao Ministério da Defesa, para ciência e eventuais providências, devendo atentar para a necessidade de avaliar o grau de faturamento da World Partners Soluções em Informática Ltda. - ME para o correspondente enquadramento no tratamento favorecido fixado pela Lei Complementar nº 123, de 2006, e pela Lei Complementar nº 147, de 2014; e

1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 1164/2019 - TCU - Plenário

Considerando que, após a análise do feito, a unidade técnica se manifestou nos seguintes termos:

"(...) *Instrução Inicial de Representação com Pedido de Cautelar*

A. Identificação do Processo	
TC 009.623/2019-1	Mérito (representação improcedente).

Unidade Jurisdicionada	*Uasg*
Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina	200370

Objeto

Administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva, de forma continuada, junto à rede de oficinas credenciadas, centros automotivos e concessionárias autorizadas, com fornecimento de peças e acessórios originais para itens de segurança e possibilidade de fornecimento de peças e acessórios paralelos para itens de acabamento, mediante autorização da administração, e transporte por guincho, por meio de sistema informatizado e integrado para gestão. O objeto está dividido em três grupos, com três itens cada. Os Grupos 1 e 2 dizem respeito à manutenção de viaturas e embarcações, respectivamente, para a Polícia Federal em Santa Catarina. O Grupo 3 tem por objeto a manutenção de viaturas para a Polícia Federal do Rio Grande do Sul (peça 5, p. 1-2).

Representante	*CNPJ*
Trivale Administração Ltda.	00.604.122/0001-97
Há pedido de Sustentação Oral?	*Procuração*
Não.	Peças 2 e 8.

Modalidade	*Número do Certame*	*Critério de Julgamento*
Pregão Eletrônico para Registro de Preços	Pregão Eletrônico 5/2019	Menor preço por item

Vigência	*Valor Estimado*
Do contrato: vinte meses (peça 3, p. 13)	R$ 1.995.863,28 (peça 6, p. 2-3).

Fase do Certame

De acordo com as informações disponíveis no Portal de Compras Governamentais, o Grupo 1 do Pregão Eletrônico 5/2019 foi homologado em 7/5/2019 e os Grupos 2 e 3 aguardam adjudicação (peça 10).

O pregoeiro acrescentou, em reposta a e-mail desta Unidade enviado consoante Memorando-Circular Segecex 16/2012, que os Grupos 2 e 3 do certame encontram-se em fase de análise de recurso, cuja decisão será proferida em 17/5/2019, data igualmente prevista para conclusão do certame e assinatura do contrato (peça 9, p. 1).

B. Alegações do Representante

1. O representante alega, em suma, que sua proposta para os Grupos 2 e 3 foi indevidamente desclassificada pelo pregoeiro, sob o argumento de que foi apresentada em desconformidade com os itens 7.1.1 e 7.1.2 do edital. O representante afirma ter seguido o modelo contido no termo de referência anexo ao edital no que tange aos preços unitários, taxas de administração e taxas de desconto.

C. Exame de Admissibilidade

Legitimidade do Autor

O representante possui legitimidade para representar ao Tribunal? (Fundamento: art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237 do Regimento Interno/TCU)	Sim

Redação em Linguagem Compreensível

A representação está redigida em linguagem clara e objetiva, contém nome legível, qualificação e endereço do representante? (Fundamento: art. 235 do Regimento Interno/TCU)	Sim

Indício Concernente à Irregularidade ou Ilegalidade

A representação encontra-se acompanhada do indício concernente à irregularidade ou ilegalidade apontada pelo autor? (Fundamento: art. 235 do Regimento Interno/TCU)	Sim

Competência do TCU

A representação trata de matéria de competência do TCU? (Fundamento: art. 235 do Regimento Interno/TCU)	Sim

Interesse Público

Os argumentos do autor indicam a possibilidade de existência de interesse público, caso restem comprovadas as supostas irregularidades apontadas na peça inicial. (Fundamento: art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014)	Sim

Análise quanto ao interesse público*: Confirmadas as alegações do representante, há potencial risco de dano ao erário, em razão da possibilidade de não ser selecionada a proposta mais vantajosa obtida no certame.*

Conclusão quanto ao Exame de Admissibilidade

2. *Presentes todos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, a representação deve ser conhecida.*

D. Medida Cautelar - Avaliação dos Pressupostos

Perigo da Demora

O contrato/a ata decorrente do certame já foi assinado(a)?	Não
Há decisão judicial ou administrativa, sem especificação de prazo, para suspender o andamento do processo licitatório ou a contratação?	Não há informação

Análise*:*

3. *Está configurado o pressuposto do perigo da demora em razão da proximidade da data prevista para a conclusão do certame (prevista para o dia 17/5/2019) e, consequentemente, da assinatura das atas de registro de preços dele decorrente.*

Perigo da Demora Reverso

O serviço/bem é essencial ao funcionamento das atividades do órgão/entidade?	Sim
O órgão ou entidade está coberto contratualmente pelo serviço com razoável vigência (há a possibilidade de voltar a fase ou refazer o certame, a depender da consequência da concessão de cautelar no caso concreto) ou admite prorrogação excepcional?	Não há informação
Caso haja a possibilidade de manutenção do contrato com a atual prestadora dos serviços, as condições dessa contratação seriam melhores (menor preço e atendimento satisfatório) que o que se está em vias de contratar?	Não há informação

Análise*:*

4. *Indagado acerca do impacto para a Administração decorrente de eventual paralisação do procedimento licitatório pelo TCU, o pregoeiro destacou que, no momento, o órgão está sem contrato vigente para a manutenção das embarcações da Polícia Federal em Santa Catarina, que é o objeto do Grupo 2 do Pregão Eletrônico 5/2019, mas não explicitou a situação contratual atual dos serviços objetos dos Grupos 1 e 3 (manutenção preventiva e corretiva de viaturas para a Polícia Federal em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente) - peça 9, p. 1.*

5. *Assim, somente se pode afirmar que não está configurado o pressuposto do perigo da demora reverso quanto ao objeto do Grupo 1 do certame, que não foi questionado pela representante e já foi inclusive homologado.*

6. *Quanto aos Grupos 2 e 3, está configurado o perigo da demora reverso, dada a essencialidade de viaturas e embarcações para a realização de operações a cargo da Polícia Federal e a ausência de cobertura contratual para a manutenção preventiva de embarcações, como informado pelo pregoeiro.*

Plausibilidade Jurídica

O órgão/entidade está sujeito aos normativos supostamente infringidos?	Sim
Há plausibilidade nas alegações do representante?	Não
Há indício de sobrepreço ou superfaturamento?	Não há informação
Há grave risco de lesão ao erário, inexecução ou execução insatisfatória do objeto?	Não

Conclusão quanto à necessidade de adoção de medida cautelar*:*

7. *A empresa Trivale Administração Ltda. apresentou o melhor lance para os Grupos 2 e 3 e foi instada a apresentar suas propostas atualizadas. Assim, enviou as respectivas propostas às 11:24:43 e 11:25:21, conforme Ata do Pregão Eletrônico 5/2019 (peça 10, p. 9 e 11).*

8. *Em seguida, o pregoeiro informou que as taxas constantes das propostas estavam em desacordo com o item 9.3.1 do Termo de Referência e feriam o item 7.1.2 do Edital. Em vista disso, solicitou a correção das propostas, tenho a empresa respondido, então, que estava fazendo as correções.*

9. *O exame das propostas da empresa Trivale Administração Ltda. mostra que a taxa de desconto informada no corpo do texto era de 0,001%, (e de 0,0001% na tabela), embora o cálculo feito em conformidade com o item 9.3.1 do Termo de Referência resultasse em taxa de desconto de 13,85% e 8,56% para os Grupos 2 e 3, respectivamente, como assinalado pelo pregoeiro (peça 9, p. 4 e 6, e peça 10, p. 9). Transcrevemos, abaixo, as mensagens extraídas da Ata do Pregão Eletrônico 5/2019:*

Data

Mensagem

Sistema
02/05/2019 11:24:43
Senhor Pregoeiro, o fornecedor TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA, CNPJ/CPF: 00.604.122/0001-97, enviou o anexo para o grupo G2.

Sistema
02/05/2019 11:25:21
Senhor Pregoeiro, o fornecedor TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA, CNPJ/CPF: 00.604.122/0001-97, enviou o anexo para o grupo G3.

(...)
(...)
(...)

Pregoeiro
02/05/2019 11:39:29
Para TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA - Senhor representante, a proposta encaminhada não apresenta a taxa correta em consonância ao que dispõe o Item 9.3.1 do TR, ferindo o Item 7.1.2 do Edital.

Pregoeiro
02/05/2019 11:42:11
Para TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA - Solicitamos, a devida correção da Proposta, informando, por oportuno, que deva constar no documento o correto valor da taxa proposta, qual seja: 13,85% de desconto para o Grupo 2 e 8,56% para o Grupo 3.

00.604.122/0001-97
02/05/2019 11:44:58
Estamos corrigindo

10. *Às 11:48:37, o pregoeiro suspendeu o certame para intervalo de almoço e avisou que retornaria às 13:30, horário em que também se encerraria o prazo para apresentação das propostas corrigidas.*

11. *Nesse ínterim, a Trivale Administração Ltda. enviou novas propostas para os Grupos 2 e 3 às 12:10:09 e 12:10:26, respectivamente.*

12. *O pregoeiro analisou novamente as propostas da empresa e, às 12:45:11, verificou nova inconsistência.*

13. *Como se pode ver às páginas 10 e 12 da peça 9, as novas propostas encaminhadas pela Trivale Administração Ltda. mantêm a referência à taxa de desconto de 0,001% no corpo do texto (e de 0,0001% na tabela), tendo a licitante se limitado a inserir, na tabela, uma coluna com as taxas mencionadas pelo pregoeiro (peça 9, p. 10 e 12).*

14. *Em vista disso, o pregoeiro solicitou mais uma vez que a empresa Trivale Administração Ltda. fizesse a retificação de sua proposta (peça 10, p. 9).*

Data

Mensagem

Pregoeiro
02/05/2019 11:48:37
Para TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA - Considerando o intervalo do horário comercial/almoço, suspenderemos o certame e retornaremos as 13h30 (horário de Brasília). Fica prorrogado o prazo para a Licitante de melhor preço do Grupo 1 e 2, para encaminhamento da proposta corrigida, até as 13h30.

(...)
(...)
(...)

Sistema
02/05/2019 12:10:09
Senhor Pregoeiro, o fornecedor TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA, CNPJ/CPF: 00.604.122/0001-97, enviou o anexo para o grupo G2.

Sistema
02/05/2019 12:10:26
Senhor Pregoeiro, o fornecedor TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA, CNPJ/CPF: 00.604.122/0001-97, enviou o anexo para o grupo G2.

Pregoeiro
02/05/2019 12:45:11
Para TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA - Senhor representante, analisando novamente sua proposta, verificamos partes do texto constando "0,0001%" de desconto, não representando o lance ofertado. Favor retificar o documento (sem a necessidade de enviar novamente todos os documentos - fls. 7-78), no prazo estabelecido anteriormente.

15. *A empresa, contudo, não enviou a proposta retificada, mesmo após o envio de mensagens do sistema solicitando a referida documentação.*

16. *Diante da ausência de manifestação da empresa Trivale Administração Ltda., o sistema enviou mensagens à segunda colocada no certame solicitando, às 13:57:52 e 13:58:01, o envio de suas propostas para os grupos 2 e 3.*

Data

Mensagem

Sistema
02/05/2019 12:45:52
Senhor fornecedor TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA, CNPJ/CPF: 00.604.122/0001-97, solicito o envio do anexo referente ao grupo G2.

Sistema
02/05/2019 12:46:01
Senhor fornecedor TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA, CNPJ/CPF: 00.604.122/0001-97, solicito o envio do anexo referente ao grupo G3.

(...)
(...)
(...)

Sistema
02/05/2019 13:57:52
Senhor fornecedor JMK SERVICOS S.A., CNPJ/CPF: 79.587.119/0001-62, solicito o envio do anexo referente ao grupo G3.

Sistema
02/05/2019 13:58:01
Senhor fornecedor JMK SERVICOS S.A., CNPJ/CPF: 79.587.119/0001-62, solicito o envio do anexo referente ao grupo G2.

17. *Não procede, portanto, a alegação da empresa Trivale Administração Ltda. de que sua proposta foi indevidamente desclassificada, uma vez que o pregoeiro ofereceu três oportunidades para que a licitante apresentasse proposta com valores e percentuais coerentes. Não pode ser aceito, igualmente, o argumento de que se trata de irregularidade mínima, haja vista o que dispõe o item 9 do Termo de Referência "Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta", que demanda a definição correta da taxa de administração ou desconto, na hipótese de taxa de administração negativa (peça 5, p. 14). Cumpre ressaltar que os argumentos da representante foram analisados pelo pregoeiro, em sede recurso, que propôs o seu não provimento, bem como a adjudicação e homologação do certame (peça 9, p. 14-15).*

18. *Por fim, cabe registrar que a diferença entre os valores da proposta da empresa Trivale Administração Ltda. (R$ 358.958,33 para o Grupo 2 e R$ 639.970,56 para o Grupo 3) e da segunda colocada, JMK Serviços S.A. (R$ 366.880,00 para o Grupo 2 e R$ 641.388,00 para o Grupo 3), monta a R$ 9.336,11 (peça 9, p. 10 e 12, peça 10, p. 1 e 13).*

19. *Ante todo o exposto, está afastado o pressuposto da plausibilidade jurídica uma vez que não procede a alegação da representante de que sua proposta foi indevidamente desclassificada.*

20. *Feitas essas considerações, propõe-se indeferir o pedido de medida cautelar, uma vez ausente o pressuposto da plausibilidade jurídica, essencial para sua concessão.*

E. Impacto dos Encaminhamentos Propostos	
Haverá impacto relevante no órgão e/ou na sociedade, decorrente dos encaminhamentos propostos?	Não
F. Pedido de Ingresso aos Autos e de Sustentação Oral	
Há pedido de ingresso aos autos?	Não
Há pedido de sustentação oral?	*Não*
G. Processos Conexos e Apensos	
Há processos conexos noticiando possíveis irregularidades na contratação ora em análise?	Não
Há processos apensos?	Não
H. Proposta de Encaminhamento	

21. Em virtude do exposto, propõe-se:

21.1. *conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;*

21.2. *no mérito, considerar a presente representação improcedente;*

21.3. *indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção;*

21.4. *informar à Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina e ao representante que o conteúdo da deliberação que vier a ser proferida poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e*

21.5. *arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno deste Tribunal.*"

Considerando, enfim, que o TCU deve acolher a aludida proposta da unidade técnica;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la improcedente, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos nos autos, dando por prejudicado o pedido de cautelar suspensiva formulado pela ora representante, e prolatar as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.623/2019-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Trivale Administração Ltda. (CNPJ 00.604.122/0001-97).

1.2. Órgão: Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina - MJSP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Wanderley Romano Donadel (OAB/MG 78.870) representando a Trivale Administração Ltda.

1.7. Determinar que a Selog adote as seguintes medidas:

1.7.1. dê ciência deste Acórdão à representante e à Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina (MJSP), nos termos do art. 169, § 1º, do Regimento Interno do TCU, informando-lhes que o conteúdo do acórdão pode ser consultado em www.tcu.gov.br; e

1.7.2. arquive os presentes autos.

RELAÇÃO Nº 10/2019 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 1165/2019 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, considerando o parecer emitido nos autos pela unidade instrutiva, no sentido de que seja feita a correção, mediante apostilamento, com fundamento no art. 143, V, 'd', do RI/TCU c/c a Súmula TCU 145, ante a constatação de inexatidão material, ACORDAM, por unanimidade, em retificar o acórdão 2953/2016-TCU-Plenário, de modo a incluir o subitem de deliberação 9.6. com a seguinte redação: "autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações.", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado.

1. Processo TC-003.130/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: André Luiz Bravim (025.512.842-87); João Teodoro da Silva (157.714.079-68).

1.2. Interessado: Incorp Technology Informática Ltda - Epp (41.069.964/0001-73).

1.3. Entidade: Conselho Federal de Corretores de Imóveis.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.7. Representação legal: Katia Vieira do Vale (OAB/DF 11.737) e outros, representando Conselho Federal de Corretores de Imóveis e João Teodoro da Silva.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1166/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.919/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Relatório de Auditoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Agência Nacional de Energia Elétrica (02.270.669/0001-29).

3.2. Recorrente: Agência Nacional de Energia Elétrica (02.270.669/0001-29).

4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Energia Elétrica; Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; Empresa de Pesquisa Energética; Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação legal:

8.1. Estefânia Torres Gomes da Silva e outros, representando Agência Nacional de Energia Elétrica.

8.2.Vitor Sarmento de Mello (102720/OAB-RJ) e outros, representando Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interpostos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em face do Acórdão nº 582/2018-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 com fundamento no art. 32 da Lei nº 8.443/92, combinado com o art. 286 do Regimento Interno do TCU, conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, alterando o conteúdo do subitem 9.1 do Acórdão nº 582/2018-TCU-Plenário, que passa a ter a seguinte redação:

9.1 recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com fundamento no art. 250, III, do RI/TCU, que, no prazo de 180 dias, caso tenham na indução de uma resposta no consumo de energia elétrica um

dos objetivos de fato do Sistema de Bandeiras Tarifárias, adotem medidas voltadas a garantir sua eficácia e efetividade, aferindo os resultados alcançados e definindo metas qualitativas ou quantitativas; bem como promovam o monitoramento periódico do referido Sistema no que tange especificamente a esse objetivo, completando o ciclo da política pública, conforme definido no Guia de Avaliação de Políticas Públicas da Casa Civil da Presidência da República;

9.2 tornar insubsistente o subitem 9.2.2 do Acórdão nº 582/2018-TCU-Plenário;

9.3 dar ciência dessa deliberação à recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1166-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1167/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.977/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não há.
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo administrativo que tem por objeto anteprojeto de resolução elaborada pela Presidência deste Tribunal com o objetivo de alterar a sistemática dos pedidos de vista de processos em julgamento no Tribunal, com destaque para o estabelecimento da vista coletiva entre os Ministros e representante do Ministério Público, além de prazo rígido para devolução do processo à pauta,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. aprovar o projeto de resolução em anexo;

9.2. encaminhar o texto da resolução aprovada à Seses, determinando-se à referida unidade técnica a adoção das providências cabíveis para a sua implementação;

9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1167-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1168/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.162/2010-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: Embargos de Declaração (Recurso de Revisão)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional (extinta) (03.353.358/0001-96)

3.2. Responsáveis: Construtora R. Alexandre Ltda. - Me (01.834.496/0001-61); Francisco Junior Lopes Tavares (302.151.293-34); Geoplan S/c Ltda. (06.573.992/0001-22); Pedro Teixeira Cidade (091.149.393-04); Sol Nascente Serviços e Construções Ltda. - Me (03.821.922/0001-58)

3.3. Recorrente: Construtora R. Alexandre Ltda. - Me (01.834.496/0001-61).

4. Entidade: Município de Caridade - CE.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Construtora R. Alexandre Ltda. - Me em desfavor do Acórdão 1862/2018 - Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pela Construtora R. Alexandre Ltda. - Me para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e à Procuradoria da República no Estado do Ceará.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1168-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1169/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.358/2015-6.

1.1. Apenso: 003.469/2015-8

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em tomada de contas especial

3. Responsáveis: Leda da Pureza Moreno (CPF 449.627.205-97) e Associação do Núcleo da Mulher (CNPJ 02.878.503/0001-90)

3.3. Recorrente: Leda da Pureza Moreno (449.627.205-97).

4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo - MTur
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Sanzio C. Peixoto (OAB/BA 27.480) e Eloi Lucas Silva Mota (OAB/BA 50.876), representando Leda da Pureza Moreno.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 817/2017- Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, dar-lhe provimento parcial de forma a tornar insubsistentes os subitens 9.2. e 9.3. do Acórdão 817/2017-Plenário e:

9.1.1. julgar irregulares as contas da sra. Leda da Pureza Moreno e da Associação do Núcleo da Mulher, condenando-as, solidariamente, ao pagamento da quantia abaixo relacionada, abatendo-se a quantia já devolvida, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir das datas correspondentes até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, nos termos dos arts. 1°, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992:

DATA	VALOR (R$)
9/3/2010	R$ 217.875,00
14/6/2011	(R$ 2.223,93) - Crédito

9.1.2. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que as responsáveis de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.1.3. aplicar às responsáveis abaixo arroladas, individualmente, a pena de multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, de acordo com os valores indicados:

Responsável	Valor (R$)
sra. Leda da Pureza Moreno	60.000,00
Associação do Núcleo da Mulher	60.000,00

9.1.4. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que as responsáveis de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do RI/TCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas, quando pagas após seu vencimento, monetariamente, desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. dar ciência deste acórdão à recorrente e à Procuradoria da República no Estado da Bahia.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1169-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1170/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.981/2018-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados: Viasat Brasil Serviços de Comunicações Ltda. (CNPJ 27.001.440/0001-10) e Viasat Inc. (CNPJ 11.092.132/0001-07).
4. Entidade: Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
8. Representação legal:

8.1. Nayara Luiza de Souza e outros, representando Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras

8.2. Heloísa Figueiredo Ferraz (344.764/OAB-SP) e outros, representando a empresa Viasat Inc.

8.3. Lucas de Moraes Cassiano Sant Anna (234.707/OAB-SP) e outros, representando a empresa Viasat Brasil Serviços de Comunicações Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do monitoramento das determinações exaradas no Acórdão 2.488/2018 - Plenário, proferido quando do julgamento de representação formulada pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, Comunicações e Mineração (SeinfraCOM), devido à existência de possíveis irregularidades na celebração do acordo de parceria celebrado pela empresa estatal Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) e pela empresa estadunidense Viasat Inc., por meio de sua representante no Brasil, a empresa Viasat Brasil Serviços de Comunicações Ltda. (Viasat), visando estabelecer o compartilhamento de receita de capacidade satelital decorrente do uso de partes da carga útil da banda Ka do Satélite Geoestacionário de Defesa e de Comunicações Estratégicas (SGDC),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso II, 41, caput, e 43, I, da Lei 8.443/1992 e 250, III, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar cumpridas as determinações constantes dos itens 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.4.1, 9.4.2, 9.4.3, 9.4.4, 9.5.1 e 9.6 do Acórdão 2.488/2018 - Plenário;

9.2.considerar parcialmente cumpridas as determinações constantes dos itens 9.2.1 e 9.5.2 do Acórdão 2.488/2018 - Plenário;

9.3.recomendar à Telebras que:

9.3.1. nas futuras ativações de sites de clientes Telebras, no âmbito do acordo de parceria associado ao SGDC, busque planejar a distribuição dos pontos a serem implantados de modo a otimizar as roteirizações, evitando que trajetos semelhantes necessitem ser percorridos em mais de uma oportunidade em virtude de dificuldades de agendamento em estabelecimentos contíguos;

9.3.2. avalie, junto à Viasat, a viabilidade de excluir dos cálculos a margem de lucro adicional conferida à empresa estrangeira, no percentual de 9,3% incidente sobre o fornecimento e a instalação de equipamentos pela parceira, considerando que os respectivos custos e remunerações já estariam abarcados em outras rubricas do plano de negócios;

9.3.3. na elaboração de planos de negócio futuros, utilize, como referência, dados de empresas típicas do setor, no intuito de evitar que sejam incorporadas aos estudos eventuais particularidades relativas à eficiência de uma determinada empresa, o que pode causar distorções nas estimativas de parâmetros e custos;

9.3.4. monitore a execução dos contratos associados ao SGDC, especialmente o cronograma de ativações e desativações, com vistas a minimizar o período em que antenas VSAT permaneçam inativas;

9.3.5. avalie, junto à Viasat, a viabilidade de estabelecer padrões de desempenho financeiro que vigorem pelo período restante do contrato, a partir do terceiro ano, refletindo a utilização da capacidade satelital conferida àquela empresa;

9.3.6. insira no contrato a previsão de reajuste pela inflação da cláusula de desempenho financeiro;

9.4. determinar, com fulcro nos arts. 43, I, da Lei 8.443/1992 e 250, II, do Regimento Interno do TCU, à Telebras que, no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhe a este Tribunal um plano de ação para implementar as recomendações descritas no item

9.3 e respectivos subitens deste acórdão, especificando as medidas que serão adotadas, os respectivos prazos e responsáveis ou apresentando as justificativas que considerar cabíveis para a não implementação dessas recomendações;

9.5. dar ciência deste acórdão à Telebras; à Viasat Brasil; à Viasat Inc.; à Procuradora-Geral da República; ao Supremo Tribunal Federal; à 1ª Vara Federal da Justiça do Amazonas; à Casa Civil da Presidência da República; ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; à Controladoria Geral da União; à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal; à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados e ao Sindisat;

9.6. encerrar o presente processo, com fulcro no art. 169, V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1170-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1171/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 040.725/2018-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional
3. Solicitante: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados
4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. prorrogar por noventa dias o prazo para atendimento da presente solicitação do Congresso Nacional, com fulcro no art. 15, § 2º, da Resolução TCU 215/2008;
9.2. dar ciência desta deliberação à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados; e
9.3. restituir o processo à SecexSaúde, para as providências a seu cargo.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1171-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1172/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.586/2016-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Representação).
3. Recorrentes: Luiz Roberto Leite Fonseca (440.952.013-04); Alfredo Galvão da Silva Junior (029.902.234-01); JMT Serviços de Locação de Mão de Obra Ltda. (07.442.731/0001-36).
4. Entidade: Município do Natal - RN.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).
8. Representação legal: Valeska Fernanda da Câmara Linhares (9042/OAB-RN), representando JMT Serviços de Locação de Mão de Obra Ltda; Fernando Pinheiro de Sá e Benevides (9444/OAB-RN), representando a Prefeitura Municipal do Natal - RN.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação em cuja etapa processual se apreciam pedidos de reexame interpostos por JMT Serviços e Locação de Mão de Obra Ltda., Alfredo Galvão da Silva Junior e Luiz Roberto Leite Fonseca, contra o Acórdão 1.842/2017-TCU-Plenário, integrado pela rejeição de embargos declaratórios (Acórdão 2.547/2017-TCU-Plenário);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos por Luiz Roberto Leite Fonseca, Alfredo Galvão da Silva Junior e JMT Serviços de Locação de Mão de Obra Ltda. por atenderem aos requisitos de admissibilidade constantes do art. 48 da Lei 8.443/1992;
9.1.1. negar provimento ao recurso interposto por Luiz Roberto Leite Fonseca;
9.1.2 dar provimento ao recurso de Alfredo Galvão da Silva Junior para:
9.1.2.1. acolher as suas razões de justificativas;
9.1.2.2. tornar sem efeito a multa aplicada no item 9.5 do Acórdão 1.842/2017-TCU-Plenário, no que lhe diz respeito;
9.1.2.3. revogar os itens 9.6 e 9.7 do Acórdão 1.842/2017-TCU-Plenário;
9.1.3 dar provimento ao recurso de JMT Serviços de Locação de Mão de Obra Ltda. para:
9.1.3.1. acolher as suas razões de justificativas;
9.1.3.2. tornar sem efeito a multa aplicada no item 9.5 do Acórdão 1.842/2017-TCU-Plenário, no que lhe diz respeito;
9.1.3.3. revogar o item 9.8 do Acórdão 1.842/2017-TCU-Plenário;
9.2. comunicar esta decisão aos recorrentes, ao município do Natal/RN, e à Procuradoria da República do Estado no Rio Grande do Norte.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1172-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1173/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.083/2015-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Recorrentes: Carlos Alberto da Silva (104.797.948-98); Janaína Cristina Machado Pinto Amazonas (725.652.921-04); e Milton Costa Ferreira (405.171.529-91)
4. Órgão: Ministério do Turismo.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria do TCU no Estado de Mato Grosso (Sec-MT).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam recursos de reconsideração interpostos por Carlos Alberto da Silva, Janaína Cristina Machado Pinto Amazonas e Milton Costa Ferreira em face do Acórdão 495/2017-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares as contas dos recorrentes, imputando-lhes a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285, caput e §2º, do Regimento Interno do TCU, não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Janaína Cristina Machado Pinto Amazonas;
9.2. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao recurso de reconsideração interpostos por Carlos Alberto da Silva;
9.3. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e dar provimento ao recurso de reconsideração interposto por Milton Costa Ferreira para julgar regulares com ressalva as contas do recorrente e tornar sem efeito a multa que lhe foi cominada pelo item 9.3 do Acórdão 495/2017-TCU-Plenário;
9.4. dar ciência deste acórdão aos recorrentes.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1173-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1174/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.258/2018-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência e da Assistência Social (SecexPrevi).
8. Representação legal: Allan Lúcio Sathler e outros, representando Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional realizada na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, realizada no período de 06.08.2018 a 31.08.2018, tendo por objetivo avaliar o grau de auditabilidade da referida Secretaria, a fim de identificar os riscos e impactos do atual estágio de transparência da administração tributária e propor melhorias aos processos;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. Determinar ao Ministério da Economia, com fundamento no art. 43, I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 250, inciso II, do RITCU, que elabore e apresente a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, plano de ação com vistas a corrigir os problemas e mitigar os riscos identificados neste relatório, a fim de harmonizar a preservação do sigilo fiscal com a necessidade de controle interno e externo do sistema tributário nacional, preservando o núcleo essencial dos princípios constitucionais envolvidos, contendo, para cada uma das determinações emitidas no presente Acórdão, no mínimo, as ações necessárias, os responsáveis e os prazos previstos para implementação.
9.2. Determinar ao Ministério da Economia, com fundamento no art. 43, I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 250, inciso II, do RITCU, que:
9.2.1. adote, por ocasião da elaboração do Plano de Auditabilidade, as boas práticas nacionais, considerando as apresentadas pela auditoria independente do Sistema Financeiro Nacional, e internacionais, considerando as apresentadas pela auditoria das EFS sobre as administrações tributárias nos Estados Democráticos de Direito;
9.2.2. avalie a legalidade da Portaria RFB 3.541/2011, que aprovou o Manual do Sigilo Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil, especialmente em relação aos itens 7.5 e 7.19, por realizarem limitação incompatível com as competências constitucionais e legais da CGU e do TCU, no exercício do controle interno e externo da administração pública;
9.2.3. estabeleça, partindo do princípio da coerência do sistema, e tendo em vista os princípios basilares que dão suporte a organização estatal, conforme disposto no Parecer PGFN/PGA 980/2004, os parâmetros de análise do compartilhamento de informações sigilosas, diferenciando-o da quebra de sigilo fiscal;
9.2.4. estabeleça, considerando as boas práticas internacionais de compartilhamento de informações para fins não tributários e as recomendações da Enccla, a sistematização, operacionalização e padronização do compartilhamento de informações fiscais em meio eletrônico, de forma estruturada, para os órgãos de fiscalização, controle, investigação e persecução penal, preservadas as restrições de divulgação vigentes e a integridade das informações;
9.2.5. atualize o Plano de Dados Abertos, considerando os preceitos da Política de Dados Abertos e da Política de Governança Digital, a fim de implementar medidas concretas para o fornecimento de acesso aos dados públicos, de forma aberta, estruturada e legível por máquina, divulgando, dentre outros, a política de acesso às informações e as bases de dados disponíveis;
9.3. Recomendar ao Ministério da Economia, com fundamento no art. 43, I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 250, inciso III, do RITCU, que:
9.3.1. classifique, considerando as determinações constantes da Lei de Acesso à Informação e o histórico das solicitações de acesso à informação demandadas pela sociedade, as bases de informação disponíveis, a fim de efetuar a divulgação ativa daquelas informações relevantes para o exercício do controle social;
9.3.2. estabeleça, considerando as determinações constantes da Lei de Acesso à Informação e tendo em vista que não se encontram sob a guarida do sigilo fiscal, conforme disposto no §3º do art. 198 do Código Tributário Nacional, a divulgação ativa de dados referentes às representações fiscais para fins penais, inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública e parcelamento ou moratória;
9.3.3. estabeleça, considerando as determinações constantes da Lei de Acesso à Informação e tendo em vista que não se encontram sob a guarida do sigilo fiscal, conforme disposto no Parecer PGFN/CAT 2.869/2007, a divulgação ativa de dados estatísticos, informações cadastrais, informações sobre débitos de pessoas jurídicas de direito público e informações sobre débitos não tributários inscritos em dívida ativa ou débitos tributários e não tributários já em fase de execução fiscal;
9.3.4. avalie, considerando as determinações constantes da Lei de Acesso à Informação e tendo em vista que não se encontram sob a guarida do sigilo fiscal, conforme disposto no Parecer PGFN/CDA 2.012/2012, a legalidade da Portaria RFB 2.344/2011, especialmente em relação aos §§ 1º e 2º do art. 2º, que proíbe a divulgação de informações cadastrais que permitam a identificação da composição societária e da regularidade fiscal do sujeito passivo, econômicas agregadas, relativas à representações fiscais para fins penais, inscrições em Dívida Ativa da Fazenda Pública e em parcelamento ou moratória;

9.3.5. avalie, considerando as determinações constantes da Lei de Acesso à Informação e tendo em vista que não está sob a guarida do sigilo fiscal, nem no plano normativo nem no plano fático, conforme disposto no Parecer PGFN/CAT 669/2015, a divulgação ativa dos processos administrativos fiscais;

9.3.6. estabeleça, considerando as determinações constantes da Lei de Acesso à Informação e tendo em vista que não se encontram sob a guarida do sigilo fiscal, conforme disposto no Parecer PGFN/CAT 1.479/2015, a divulgação ativa das notas fiscais eletrônicas cujos destinatários sejam órgãos e entidades da Administração Pública;

9.3.7. estabeleça, considerando as determinações constantes da Lei de Acesso à Informação e tendo em vista que não se encontram sob a guarida do sigilo fiscal, conforme disposto no Parecer PGFN/CAT 1.636/2014 e na Portaria RFB 1.384/2016, a divulgação ativa do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir), da Consulta da Declaração de Operações Imobiliárias (DOI), do Sistemas de controle de débitos de pessoas jurídicas de direito público, dos Sistemas de controle de débitos parcelados, e do Sistema de emissão de Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, respeitando o disposto no art. 31, § 1º, da Lei 12.527/2011;

9.3.8. estabeleça, considerando os Princípios Constitucionais da Transparência, da Isonomia e da Capacidade Contributiva, e as determinações constantes da Lei de Acesso à Informação e da Lei de Responsabilidade Fiscal, a divulgação ativa e individualizada dos Gastos Tributários em Bases Efetivas usufruídos pelos contribuintes;

9.3.9. estabeleça, em conjunto com o Serpro e a Dataprev, considerando as determinações previstas na Lei de Acesso às Informações, na LDO 2018 e nas Políticas de Dados Abertos e de Compartilhamento de Bases de Dados do governo federal, previstas nos Decretos 8.777/2016 e 8.789/2016, os mecanismos para acesso a dados de forma menos onerosa possível, a exemplo do modelo previsto no art. 4º da Portaria STI/MP 58/2016, diferenciando os custos de extração de dados brutos dos serviços de customização e de business intelligence;

9.3.10. avalie, considerando as determinações constitucionais da livre concorrência e da livre iniciativa, e determinações legais, constantes da Lei de Acesso à Informação e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a constitucionalidade e a legalidade da Portaria MF 457/2016 e da Portaria RFB 2.189/2017, que estabeleceram a venda de acesso para terceiros, pelo Serpro, de dados e informações constantes dos cadastros públicos a que tenha acesso;

9.3.11. estabeleça, considerando as determinações constantes da Lei de Acesso à Informação, a divulgação ativa da memória de cálculo e da descrição metodológica referente às estimativas apresentadas pela RFB, para subsidiar a análise dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas e a fiscalização da gestão fiscal; e

9.3.12. avalie, considerando as boas práticas internacionais de pesquisa estatística e a necessidade de fomentar a pesquisa científica de base empírica sobre a gestão pública prevista na Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, a possibilidade de uso dos registros administrativos custodiados pelos órgãos e unidades do Sistema Tributário Nacional, para fins de formulação e avaliação das políticas públicas nacionais.

9.4. Determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo - Segecex que, em face da necessidade de monitoramento do Plano de Ação de Auditabilidade do Sistema Tributário Nacional, oriente as unidades técnicas que realizem trabalhos de auditoria que necessitem de acesso às informações protegidas por sigilo fiscal, que comuniquem a realização da auditoria à Secretaria de Controle Externo da Previdência e Assistência Social, unidade responsável pela fiscalização da administração tributária, que deverá coordenar as ações e propor mecanismos para assegurar o sigilo fiscal e a auditabilidade do Sistema Tributário Nacional.

9.5. Orientar a SecexPrevidência no sentido de, em conjunto com a Secretaria de Gestão da Informação para o Controle Externo e demais unidades pertinentes da Segecex, manter contato com o Ministério da Economia e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, relativamente à operacionalização do acesso do TCU aos bancos de dados da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, assim como no que concerne ao compartilhamento desses bancos de dados com esta Corte de Contas, dando ciência ao relator de todas as providências sobre o assunto.

9.6. Orientar a Secretaria-Geral de Controle Externo que promova tratativas com o Ministério da Economia, a fim de que ministre o treinamento necessário para os Auditores Federais de Controle Externo do TCU, com vistas a facilitar o acesso aos bancos de dados assim como o seu compartilhamento, em relação aos bancos de dados custodiados pelo Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, pelo Serpro e pela Dataprev.

9.7. Encaminhar, para ciência e medidas cabíveis, cópia deste Acórdão:

9.7.1. ao Egrégio Supremo Tribunal Federal, com vistas a subsidiar a análise da Ação Cível Originária nº 3.150/DF e demais ações que envolvam sigilo fiscal, competências constitucionais dos Tribunais de Contas, direito tributário e estatísticas fiscais elaboradas pela administração tributária;

9.7.2. à Câmara dos Deputados, assim como à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com vistas a subsidiar o controle e a fiscalização da gestão fiscal e a análise dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas, de acordo com o previsto no § 3º, art. 4º e art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

9.7.3. ao Senado Federal, com vistas a subsidiar a avaliação da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, de acordo com o disposto no inciso XV, art. 52 da Constituição Federal, c/c os arts. 393-A a 393-F do Regimento Interno do Senado Federal;

9.7.4. à Procuradoria-Geral da República e à Advocacia-Geral da União, com vistas a subsidiar a instrução do processo nº 00400.003838/2008-16, que cuida do pedido de revisão da Nota Técnica nº 179/DENOR/CGU/AGU, que trata do poder do MPF de requisitar informações protegidas por sigilo fiscal diretamente à RFB, sem intermediação do Poder Judiciário;

9.7.5. ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com vistas a subsidiar o fortalecimento do compartilhamento de dados na Administração Pública Federal e o desenvolvimento de estratégias para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro;

9.7.6. à Procuradoria da República no Distrito Federal, com vistas a subsidiar a análise do Procedimento Preparatório nº 1.16.000.001692/2018-25, que trata da venda de dados públicos pelo Serpro; e

9.7.7. aos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, com vistas a subsidiar as auditorias de receitas e renúncias de receitas, de acordo com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução Atricon nº 6/2016.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1174-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1175/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.134/2012-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame em Representação

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Américo José Córdula Teixeira (048.602.538-17); Elaine Rodrigues Santos (719.876.736-20); Instituto Empreender (03.666.886/0001-03); Joana D´arc Gurgel Pereira (151.044.001-15); Marcelo Simon Manzatti (067.412.738-24)

3.2. Recorrentes: Américo José Córdula Teixeira (048.602.538-17); Marcelo Simon Manzatti (067.412.738-24).

4. Órgãos: Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural; Secretaria Executiva do Ministério da Cultura.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

8. Representação legal:

8.1. Roberto Chaves de Aguiar (21227/OAB-GO) e outros, representando Marcelo Simon Manzatti.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos por Américo José Córdula Teixeira e Marcelo Simon Manzatti contra o Acórdão 246/2015-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 286 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Américo José Córdula Teixeira para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. conhecer do pedido de reexame interposto por Marcelo Simon Manzatti para, no mérito, dar-lhe provimento parcial e reduzir o valor da multa que lhe foi aplicada pelo item 9.1 do Acórdão 246/2015-TCU-Plenário para R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

9.3. determinar que, no âmbito do TC-023.479/2018-3, seja analisada a existência de indícios de irregularidade quanto à majoração do valor e à inclusão de novos eventos no Termo de Parceria 1/2009, devendo a unidade técnica competente selecionar as peças destes autos necessárias à análise e anexá-las àquele processo;

9.4. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e à Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1175-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Revisor).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1176/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.613/2018-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Representação)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Consórcio Metrô Linha Leste Fortaleza (23.699.058/0001-70); Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado do Ceará (03.503.868/0001-00)

3.2. Recorrente: Consórcio Metrô Linha Leste Fortaleza (23.699.058/0001-70).

4. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Ceará.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

8. Representação legal:

8.1. Giuseppe Giamundo Neto (234.412/OAB-SP) e outros, representando Construtora Ferreira Guedes S. A.

8.2. Thiago de Castro Pinto Lopes (16272/OAB-CE) e outros, representando Consórcio Metrô Linha Leste Fortaleza.

8.3. Aline Saldanha de Lima Ferreira (12575/OAB-CE), representando Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo Consórcio Linha Leste do Metrô Fortaleza contra o Acórdão 1.316/2018-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 286 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência à Seinfra-CE de que eventuais indenizações e prejuízos motivados pela execução e ou pela rescisão do Contrato 18/Seinfra/2013, que venham a ser reconhecidos, não serão pagos com recursos federais, tendo em vista que não houve liberação de recursos federais para aquele Contrato;

9.3. juntar cópia desta deliberação ao TC 014.957/2018-3, que trata de representação formulada pela Construtora Queiroz Galvão S.A., com pedido de medida cautelar, em decorrência de irregularidades na Concorrência Pública 20180001/Seinfra/CCC, a fim de subsidiar a análise daqueles autos;

9.4. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente e à Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado do Ceará.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1176-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1177/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 003.330/2015-0.

2. Grupo I; Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Acompanhamento).

3. Recorrentes: Caixa Econômica Federal; CPM Braxis S/A. (65.599.953/0001-63) e Capgemini Latin America (12.561.847/0001-24).

4. Entidade: Caixa Participações S/A.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.

5.1. 1º Revisor: Ministro Augusto Nardes.

5.2. 2º Revisor: Ministro Bruno Dantas.

5.3. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Paula Cardoso Pires (OAB/DF 23.668); Gilberto Mendes Calasans Gomes (OAB/DF 43.391); Nathália Castro de Pina (não advogado) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos pela Caixa Econômica Federal e pelas empresas CPM Braxis S/A e Capgemini Latin America contra o Acórdão 1.220/2016-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame, uma vez presentes os requisitos previstos no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial para esclarecer que, nos termos do item 9.1 do

Acórdão 1.220/2016/TCU-Plenário, a Caixa deve apresentar plano de ação contemplando as medidas necessárias ao desfazimento dos atos relativos à aquisição de participação acionária na empresa CPM Braxis S/A, não havendo que se falar em anulação do negócio por determinação do TCU;

9.2. dar ciência aos recorrentes da presente deliberação.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1177-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (1º Revisor), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (2º Revisor).

13.2. Ministro que votou em 22/8/2018: Benjamin Zymler.

13.3. Ministros com voto vencido: Walton Alencar Rodrigues e Benjamin Zymler.

13.4. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.5. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.6. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.7. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1178/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.991/2015-0.

1.1. Apensos: 025.801/2017-1; 011.765/2012-7; 017.445/2016-7

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração em Pedido de Reexame (Acompanhamento)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Andrade Gutierrez Engenharia S/A (17.262.213/0001-94); Construtora Norberto Odebrecht S/A (15.102.288/0001-82); Construtora Queiroz Galvão S/A (33.412.792/0001-60); Construções e Comércio Camargo Correa S/A (61.522.512/0001-02); Empresa Brasileira de Engenharia S/A (33.247.271/0001-03); Othon Luiz Pinheiro da Silva (135.734.037-00); Techint Engenharia e Construção S/A (61.575.775/0001-80); UTC Engenharia S/A (44.023.661/0001-08)

3.2. Recorrentes: Construtora Queiroz Galvão S.A. (33.412.792/0001-60)

4. Entidade: Eletrobrás Termonuclear S.A.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva (manifestação oral).

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).

8. Representação legal:

8.1. Luis Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti (42.884/OAB-PE) e outros, representando Construtora Queiroz Galvão S A.

8.2. Ana Luiza Nascimento de Souza Polak (342.501/OAB-SP) e outros, representando Construtora Norberto Odebrecht S A.

8.3. Mateus Paulo Pereira Lima e outros, representando Construções e Comércio Camargo Correa S/A.

8.4. Marcelo Marques Galo e outros, representando Eletrobrás Termonuclear S.A.

8.5. Paulo Henrique Milanez de Souza e outros, representando U T C Engenharia S/a.

8.6. Luis Inacio Lucena Adams (29512/OAB-RJ) e outros, representando Techint Engenharia e Construcao S/A.

8.7. Joao Felipe Amaral Bobroff e outros, representando Empresa Brasileira de Engenharia S A.

8.8. Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (27.154/OAB-DF) e outros, representando Andrade Gutierrez Engenharia S/A e Construtora Norberto Odebrecht S/A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Construtora Queiroz Galvão S.A contra o Acórdão 580/2019 - Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Construtora Queiroz Galvão S.A, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e aos demais interessados;

9.3. alertar a recorrente que a oposição de novos embargos com fins protelatórios ensejará o conhecimento da peça como mera petição, sem efeito suspensivo, nos termos do art. 287, § 6º, do Regimento Interno deste Tribunal, e poderá ensejar a cominação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente à legislação interna desta Corte de Contas, consoante precedentes acolhidos pelo Plenário do Tribunal nos Acórdãos 593/2017 e 525/2018.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1178-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Bruno Dantas.

13.2. Ministros que alegaram impedimento na sessão: Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1179/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.906/2018-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Cast Informatica S/A (03.143.181/0001-01).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).

8. Representação legal:

8.1. Henrique Donato Rabelo (130511/OAB-MG) e outros, representando Cast Informatica S/A.

8.2. Albertina de Almeida Noberto (34654/OAB-DF) e outros, representando Basis Tecnologia da Informação S/A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de representação formulada pela empresa Basis Tecnologia da Informação S.A., CNPJ 11.777.162/0001-57, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Ministério da Saúde (MS), relacionadas com o Pregão Eletrônico (PE) 7/2018.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. ratificar o conhecimento da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade, e, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. determinar ao Ministério da Saúde, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, em face das irregularidades identificadas no Pregão Eletrônico 7/2018, que, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias:

9.2.1. empreenda os ajustes necessários nos estudos técnicos preliminares que serviram de base para a referida licitação, incorporando a estes, se cabível, as premissas levantadas pela unidade técnica deste Tribunal, as quais estão transcritas no relatório que fundamenta esta decisão e, após, pondere as vantagens e desvantagens de realizar uma nova licitação para a continuidade dos serviços prestados, em vez da prorrogação do Contrato 69/2018, celebrado com a empresa Cast Informática S.A., levando em consideração, para fundamentar sua conclusão, também, as avaliações dos indicadores dos níveis dos serviços prestados até então pela atual contratada;

9.2.2. informe a este Tribunal as medidas adotadas para cumprimento do item acima;

9.3. realizar a audiência do Sr. Paulo Cesar Kluge (CPF: 907.364.000-87), na condição de integrante requisitante da equipe de planejamento da contratação, do Sr. Elmo Raposo Oliveira (CPF: 512.598.691-72), na condição de integrante técnico da equipe de planejamento da contratação, e do Sr. Guilherme Telles Ribeiro (CPF: 763.083.247-87), na condição de Diretor do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - SUS, com fundamento no art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU, para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa por terem elaborado os estudos técnicos preliminares e o Termo de Referência do Pregão Eletrônico 7/2018 do Ministério da Saúde contendo os seguintes indícios de irregularidade:

9.3.1. justificativas insuficientes para os quantitativos estimados do serviço de sustentação de sistemas, métrica de mensuração e pagamento não vinculada aos resultados efetivamente entregues e falhas na definição dos mecanismos de gestão contratual, resultando em alto risco de danos ao Erário na execução do contrato, em afronta ao princípio da eficiência insculpido no caput do art. 37 da Constituição Federal, c/c o art. 6º, inciso IX, alíneas "e" e "f", e art. 7º, § 4º, da Lei 8.666/1993, c/c art. 2º, *caput* e parágrafo único, inciso VII, da Lei 9.784/1999 c/c art. 7º, inciso VIII, art. 16, inciso II, e art. 19, inciso IV, da IN MP/SLTI 4/2014 e à Súmula - TCU 269;

9.3.2. estimativa inadequada do quantitativo (percentual) da franquia e do preço de referência do serviço de sustentação de que trata o item 2 do lote 1 do pregão, sem análise de possíveis alternativas mais econômicas, elevando o risco de danos ao Erário durante a execução contratual, em afronta ao princípio da eficiência previsto no *caput* do art. 37 da Constituição Federal c/c o art. 6º, inciso IX, alínea "c" e art. 15, inciso V, da Lei 8.666/1993, c/c art. 2º, *caput* e parágrafo único, inciso VII, da Lei 9.784/1999 c/c art. 16, inciso II, e art. 19, inciso IV, da IN MP/SLTI 4/2014 e à Súmula - TCU 269;

9.4. dar ciência ao Ministério da Saúde, com fundamento no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, de que foi verificado no Pregão Eletrônico 7/2018 a exigência de comprovação, mediante atestados, de fornecimento de serviços envolvendo as seguintes combinações de tecnologias, o que tem o potencial de restringir a competitividade do certame, caracterizando ofensa ao inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal c/c o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 c/c art. 15 da Instrução Normativa MP/SLTI 4/2014, com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes:

9.4.1. desenvolvimento ou manutenção de sistemas utilizando autenticação *single sign on* com acesso a banco de dados Oracle (item 10.5.5.9.1.4.11 do Termo de Referência);

9.4.2. desenvolvimento ou manutenção de sistemas utilizando servidores de aplicação clusterizados com balanceamento de carga com acesso a banco de dados Oracle (item 10.5.5.9.1.4.13 do Termo de Referência);

9.4.3. desenvolvimento ou manutenção de *applet* de assinatura de documentos PDF com certificado digital e validade jurídica, aderente à ICP-Brasil em ambiente *web* com acesso a banco de dados Oracle (item 10.5.5.9.1.4.14 do Termo de Referência);

9.5. dar ciência do presente acórdão à representante, Basis Tecnologia da Informação S.A., à empresa Cast Informática S.A., ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Controle Externo da Saúde, deste Tribunal, unidade técnica responsável pela apreciação das contas do Ministério da Saúde;

9.6. determinar à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti) que se pronuncie sobre a adequabilidade dos preços contratados e sobre a qualidade dos indicadores previstos para mensurar os níveis de serviço prestado.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1179-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1180/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.311/2015-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Agência Nacional de Transportes Terrestres (04.898.488/0001-77) e Concessionária BR-040 S.A. (19.726.048/0001-00).

3.2. Responsáveis: Cristiano Della Giustina (979.329.220-20); Leonardo Villela de Simone Teixeira (060.479.316-26); Viviane Esse (206.461.918-61); e Wallace Vargas Roque (626.394.632-68).

4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodovias).

8. Representação legal:

8.1. Rachel Pedreira Dallagnol e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres.

8.2. Alexandre Aroeira Salles (28.108/OAB-DF) e outros, representando Concessionária BR-040 S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil deste Tribunal acerca de irregularidades praticados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), concernentes à 1ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio (TBP) do contrato de Concessão da Rodovia Federal BR-040/DF/GO/MG,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:

9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas por Cristiano Della Giustina, Leonardo Villela Teixeira e Viviane Esse;

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Wallace Vargas Roque;

9.4. aplicar a Wallace Vargas Roque a multa prevista no art. 58, incisos II e III, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido, até a data dos efetivos recolhimentos, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar o desconto da dívida na remuneração do servidor, observado o disposto no art. 46 da Lei 8.112/1990;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendidas as notificações e não seja possível o desconto determinado no subitem 9.4;

9.7. determinar à Agência Nacional de Transportes Terrestres, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que:

9.7.1. suprima, da tarifa básica de pedágio, os valores inseridos mediante estimativa de custo genérica a título de remunerar investimentos em retornos em nível que ainda não foram implantados;

9.7.2. revise, na tarifa básica de pedágio, os valores inseridos mediante estimativa de custo genérica a título de remunerar investimentos em retornos em nível que já foram implantados, com base nos projetos executivos;

9.8. dar ciência à Agência Nacional de Transportes Terrestres, com fundamento na Resolução-TCU 265/2014, das seguintes impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes:

9.8.1. a inclusão de investimentos em retornos em nível no contrato de concessão sem a apresentação de projetos e sem a adoção de cronograma compatível com a efetiva implantação das obras afronta os arts. 6º, caput, § 1º e 9º, § 4º; ambos da Lei 8.987/1995; o art. 2º, da Lei 9.784/1999; e o art. 3º, inciso I, da Resolução ANTT 4.339/2014;

9.8.2. a inclusão de investimentos no contrato de concessão sem avaliar a viabilidade técnica e econômica de sua execução, considerando-se o grau de inadimplência e insolvência contratual da concessionária, é medida que afronta os dispositivos legais que exigem capacidade de desempenho do serviço concedido (art. 2º, incisos II e III, da Lei 8.987/1995) e capacidade de assegurar a prestação de serviço adequado (art. 6º da Lei 8.987/1995), além de atentar contra os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade, da eficiência e da indisponibilidade do interesse público (art. 37, caput, CF/88; art. 20, II, "b", da Lei 10.233/01; art. 2º da Lei 9.784/99; art. 2º, II, "b" do Decreto 4.130/02);

9.8.3. a inclusão de investimentos para conservação/manutenção de retornos em nível sem a conclusão da sua implantação, e sem a observância da vida útil de projeto antes que novas intervenções estruturais sejam propostas é medida que atenta contra os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade, da eficiência, da indisponibilidade do interesse público e da motivação (art. 37, caput, CF/88; art. 20, II, "b", da Lei 10.233/01; art. 2º da Lei 9.784/99; art. 2º, II, "b" do Decreto 4.130/02; e que afronta o art. 2º, da Lei 9.784/1999);

9.8.4. o atraso na entrega das obras de duplicação em relação ao cronograma que orientou a formulação das propostas (duplicação integral em cinco anos) sem que ajustes tarifários relacionados à redução de encargos da concessionária para conservação/manutenção das novas pistas, cuja entrega foi postergada, afronta os arts. 6º, caput, § 1º e 9º, § 4º; ambos da Lei 8.987/1995; o art. 2º, da Lei 9.784/1999 e atenta contra os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade, da eficiência e da indisponibilidade do interesse público (art. 37, caput, CF/88; art. 20, II, "b", da Lei 10.233/01; art. 2º da Lei 9.784/99; art. 2º, II, "b" do Decreto 4.130/02);

9.9. dar ciência desta liberação aos responsáveis e aos interessados.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1180-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1181/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.061/2010-6.

1.1. Apenso: 016.451/2010-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Prefeitura Municipal de Bela Cruz - CE (07.566.045/0001-77).

3.2. Responsáveis: Antonio Keydson Morais Carvalho (024.780.553-09); Bruno Rogério Morais (011.926.193-66); Cesar Roberto Nascimento (390.108.303-06); Eliesio Rocha Adriano (576.699.458-34); Epb Construções e Incorporações Ltda. (07.023.889/0001-71); Francisco José Soeiro (445.561.363-34); Izabel Serviços e Construções Ltda. - Me (08.885.169/0001-88); Maria Nélia Helcias Moura Vasconcelos (362.460.503-87); Márcio Roney Mota Lima (739.512.773-00); Pedro Rogério Morais (064.893.988-00); Rogério Teixeira Cunha (034.244.303-82); S. C. Serviços e Locações de Veículos Ltda. (07.752.641/0001-41); Transmaster Locações de Veículos e Serviços de Limpeza Ltda. (07.702.124/0001-68); Ângela Célia Lima (445.580.903-15).

3.3. Embargante: Márcio Roney Mota Lima (739.512.773-00).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bela Cruz - CE.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal:

8.1. Jose Candido Lustosa Bittencourt de Albuquerque (4040/OAB-CE) e outros, representando Epb Construções e Incorporações Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelo Sr. Márcio Roney Mota Lima contra o Acórdão 107/2019-TCU-Plenário, prolatado em recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 834/2014-TCU-Plenário, de natureza condenatória,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, com fundamento nas razões expostas pelo relator e nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1181-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1182/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.422/2014-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: José Luiz de Souza Santos (CPF 301.277.507-20) e Município de Casimiro de Abreu - RJ (CNPJ 29.115.458/0001-78).

4. Entidade: Diretoria -Executiva do Fundo Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos oportunidade Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em desfavor do Sr. José Luiz de Souza Santos, ex-Secretário Municipal de Saúde de Casemiro de Abreu-RJ, em razão de pagamentos irregulares de procedimentos do Sia/Sus, com recursos repassados ao Ente municipal, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde, no exercício de 2007;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II e III, alínea b; 18; 19, Parágrafo Único; 23, incisos II e III, a e b; e 58 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas do Município de Casemiro de Abreu-RJ, dando-lhe quitação;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. José Luiz de Souza Santos;

9.3 aplicar ao Sr. José Luiz de Souza Santos a multa prevista no art. 58, inciso II da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268 do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, antecipadamente, caso seja requerido, o pagamento da dívida decorrente em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.6. encaminhar cópia da presente deliberação à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde-MS, ao Município de Casemiro de Abreu e ao Sr. José Luiz de Souza Santos.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1182-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1183/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 017.643/2016-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Representação).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: André Tadeu Bernardo de Sá (001.269.617-00); Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva (113.486.237-72).

3.2. Recorrente: André Tadeu Bernardo de Sá (001.269.617-00).

4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Câncer José de Alencar Gomes da Silva.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (41796/OAB-DF) e outros, representando André Tadeu Bernardo de Sá e Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva;

8.2. Jorge Luiz Silva Rocha (156945/OAB-RJ) e outros, representando FBC 2007 Participações Eireli.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto por André Tadeu Bernardo de Sá contra o Acórdão 858/2017-Plenário (retificado, para correção de erro material, pelo Acórdão 1390/2017-Plenário), o qual apreciou a Representação formulada por FBC 2007 Participações Eireli sobre irregularidades relativas ao Contrato 95/2014, celebrado com o Instituto Nacional do Câncer;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do Pedido de Reexame interposto por André Tadeu Bernardo de Sá para, no mérito, negar-lhe provimento e manter em seus exatos termos a deliberação recorrida;

9.2. dar ciência da presente deliberação ao recorrente, ao Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva e aos demais interessados.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1183-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1184/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.952/2018-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessado: Consórcio Mobilidade Urbana (18.183.108/0001-22), composto pelas empresas S.A. Paulista de Construções e Comércio (60.332.319/0001-46) e Construbase Engenharia Ltda. (62.445.838/0001-46)

4. Órgãos/Entidades: Caixa Econômica Federal; Ministério do Desenvolvimento Regional; Município de São Paulo/SP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

8. Representação legal:

8.1. Maria Paula de Oliveira Bianco (367.986/OAB-SP) e outros, representando Consórcio Mobilidade Urbana.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este relatório de auditoria, realizada no âmbito do Fiscobras 2018, nas obras do Sistema Viário de Apoio - Corredor Capão Redondo/Campo Limpo/Vila Sônia, localizado no município de São Paulo/SP,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Serviço de Informação de Fiscalização de Obras Públicas (Siob) que reclassifique:

9.1.1. de IGP para F/I os achados de sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado e duplicidade de serviços e de restrição à competitividade da licitação decorrente de adoção indevida de pré-qualificação e de critérios inadequados de habilitação e julgamento, apurados nos presentes autos;

9.1.2. de IGC para F/I o achado de projeto básico deficiente e desatualizado;

9.2. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que os indícios de irregularidades graves do tipo IG-P, apontados no Contrato 046/Siurb/13 e no Edital de Pré-qualificação 5/2012-SPObras, relativo aos serviços de elaboração de projeto executivo e execução das obras do Corredor Capão Redondo/Campo Limpo/Vila Sônia (São Paulo/SP), não mais se enquadram no inciso IV do § 1º do art. 112 da Lei 13.408/2016 (LDO 2017), tendo sua classificação sido alterada para F/I (art. 2°, inciso VII, da Resolução-TCU 280/2016), em função da rescisão do Contrato 046/Siurb/13;

9.3. com fundamento no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, dar ciência à Prefeitura Municipal de São Paulo, à Caixa Econômica Federal e ao Ministério do Desenvolvimento Regional, sobre a realização de licitação com cláusulas que desrespeitam a ampla competitividade, o que afronta o disposto no art. 3º da Lei 8.666/1993, e que a publicação de editais cujo orçamento-base possua preços unitários não aderentes aos referenciais de mercado, ofende aos arts. 3º, 4º, 5º e 6º do Decreto 7.983/2013, bem como acerca das seguintes irregularidades verificadas no Contrato 046/Siurb/13 e no Edital de Pré-qualificação 5/2012-SPObras, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

9.3.1. sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado no valor global de R$ 35.279.217,08, correspondente a 19,82% do valor total referencial e a 35,52% da amostra analisada, identificado no orçamento do Contrato 046/Siurb/13 - Corredor Capão Redondo/Campo Limpo/Vila Sônia, o que afronta o disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 6º do Decreto Federal 7.983/2013;

9.3.2. restrição à competitividade da licitação decorrente da adoção indevida de pré-qualificação, identificada no Edital de Pré-qualificação 5/2012-SPObras - Corredor Capão Redondo/Campo Limpo/Vila Sônia, o que afronta o art. 114 da Lei 8.666/1993 e o disposto na jurisprudência do TCU (cf. Acórdãos 2.005/2007-TCU-Plenário, 2.350/2007-TCU-Plenário, 1.223/2013-TCU-Plenário e 2.028/2006-TCU-1ª Câmara);

9.3.3. restrição à competitividade da licitação decorrente de critérios inadequados de habilitação e julgamento, os quais afrontam o disposto nos arts. 3º e 30 da Lei 8.666/1993 e o disposto na jurisprudência do TCU (cf. Súmulas TCU 275/2011 e 263/2011 e Acórdãos 1.636/2007, 2.359/2007, 1.237/2008, 2.150/2008, 2.882/2008, 1.733/2010, 222/2013, 1.023/2013, 1.223/2013, 1.998/2013, 2.373/2013, 602/2015 e 1.252/2016, todos do Plenário), sobretudo no que concerne a:

9.3.3.1. vedação a que uma mesma empresa seja contratada para mais de um empreendimento;

9.3.3.2. restrição à funcionalidade de obra nas exigências de habilitação técnico-operacional;

9.3.3.3. limitação de atestados para atender as exigências de habilitação técnico-operacional para contratos únicos ou simultâneos;

9.3.3.4. exigência de atestados de serviços de baixa complexidade;

9.3.3.5. utilização de critérios subjetivos de avaliação de metodologia de execução;

9.3.4. deficiências no projeto básico da obra, violando o art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993;

9.4. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério do Desenvolvimento Regional, à Caixa Econômica Federal, ao município de São Paulo/SP e ao Consórcio Mobilidade Urbana.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1184-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1185/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 020.822/2009-2.

1.1. Apensos: 015.479/2014-5; 015.482/2014-6; 015.481/2014-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: Zucatelli Empreendimentos Ltda. (01.241.313/0001-02).

4. Órgão: Secretaria de Estado da Saúde do Amapá

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Leonardo Victor Dantas da Cruz (40.720/OAB-DF) e outros, representando Zucatelli Empreendimentos Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos pela Zucatelli Empreendimentos Ltda. em face do Acórdão 2.553/2018-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal não conheceu do recurso de revisão por si interposto em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração;

9.2. dar ciência deste acórdão à embargante.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1185-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1186/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.280/2016-2.

1.1. Apensos: 027.227/2017-0; 010.661/2018-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Representação).

3. Interessado/Recorrente:

3.1. Interessado: Telefônica Brasil S.A. (02.558.157/0001-62).

3.2. Recorrente: Agência Nacional de Telecomunicações (02.030.715/0001-12).

4. Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

8. Representação legal: Mariana Félix Gonçalves de Mateus (014.317.451-70), Luiz Batista Gomes dos Santos Pereira (083.129.957-65), Varlone Batista Sampaio (699.097.171-15) e Daniel Andrade Fonseca (012.126.326-64), representando Agência Nacional de Telecomunicações.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em face do Acórdão 716/2019-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal monitorou o cumprimento das providências determinadas por meio do Acórdão 2.121/2017-TCU-Plenário, proferido em representação acerca de irregularidades na potencial celebração de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) pela Agência,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer e acolher os presentes embargos de declaração, atribuindo-lhes efeitos infringentes, para, em substituição ao subitem 9.2.5 do Acórdão 716/2019-TCU-Plenário:

9.1.1. determinar à Anatel, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que encaminhe a este Tribunal a minuta do próximo TAC cuja proposta final for aprovada por aquele colegiado, previamente à sua assinatura, acompanhada de elementos de fundamentação técnica que entender pertinentes; e

9.2. dar ciência desta decisão ao embargante.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1186-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1187/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.410/2016-7.

1.1. Apensos: 015.434/2018-4; 032.099/2017-7

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Solicitação do Congresso Nacional)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde) e Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pela Mesa da Câmara dos Deputados contra o Acórdão 2.444/2016-TCU-Plenário, que apreciou Solicitação do Congresso Nacional, no qual se requereu manifestação deste Tribunal acerca da possibilidade de celebração de contratos de gestão com organizações sociais por entes públicos na área de saúde, especialmente sobre a forma de contabilização dos pagamentos a título de fomento nos limites de gastos de pessoal previstos na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante os motivos expostos pelo Relator, em:

9.1. conhecer e acolher parcialmente os embargos de declaração, com fulcro nos arts. 32, II, e 34 da Lei 8.443/1992;

9.2. esclarecer à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal que o Acórdão 2.444/2016-Plenário não possui caráter normativo, nem constitui prejulgamento de tese;

9.3. declarar nulos os subitens 9.1.2. a 9.1.5 do Acórdão 2.444/2016-Plenário;

9.4. considerar prejudicados os pedidos da embargante contidos nas alíneas "c" e "d" do parágrafo 21 de sua peça recursal;

9.5. integrar o Acórdão 2.444/2016-Plenário para informar à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal que, de acordo com a 8ª e a 9ª edições do Manual de Demonstrativos Fiscais publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), bem como orientação contida na Portaria 233/2015 do Ministério da Economia, a parcela do pagamento referente à remuneração do pessoal que exerce a atividade fim do ente público nas organizações sociais deve ser incluída no total apurado para verificação dos limites de gastos com pessoal estipulados na Lei de Responsabilidade Fiscal, e que o cumprimento dessa orientação da STN poderá ser avaliado pelo TCU no âmbito dos processos de acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal;

9.6. dar ciência deste acórdão à embargante, ao Presidente do Senado Federal, à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e à Secretaria de Macroavaliação Governamental do TCU (Semag).

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1187-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1188/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.804/2015-5.

1.1. Apenso: 000.812/2016-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Denúncia).

3. Embargante: Cooperestrada Cooperativa de Transportes e Logística (16.616.292/0001-21).

4. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: Luciano Elias Reis (38.577/OAB-PR) e outros, representando Cooperestrada Cooperativa de Transportes e Logística.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Cooperestrada Cooperativa de Transportes e Logística em face do Acórdão 61/2019-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal, dentre outras medidas, aplicou-lhe a sanção prevista no art. 46 da Lei 8.443/1992, declarando-a inidônea para participar, por cinco anos, de licitações na Administração Pública Federal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração;

9.2. dar ciência deste acórdão à embargante.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1188-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1189/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.225/2017-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Fundação Nacional da Saúde (Funasa); Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Município de Igarapé do Meio/MA; Município de Matinha/MA; Município de Riachão/MA.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de fiscalização, realizada no âmbito da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) de Obras Paralisadas no Nordeste, que tem como escopo a verificação da regularidade de obras das áreas de saúde, educação e saneamento no Estado do Maranhão,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, quando da análise das prestações de contas dos termos de compromisso a seguir relacionados, apure os seguintes indícios de irregularidades constatados nesta fiscalização, comunicando ao TCU o resultado das análises, no prazo de 30 (trinta) dias após a sua conclusão:
9.1.1. Termo de Compromisso PAC 10.965/2014, Município de Igarapé do Meio/MA:
9.1.1.1. indícios de atuação como empresa de fachada da Construtora Alto da Fábrica Ltda., CNPJ 16.814335/0001-83, no âmbito do Contrato 16/2014 (item III.2 do Relatório de Fiscalização);
9.1.1.2. retirada na conta bancária sem comprovação da despesa, no valor de R$ 100,00, em 20/1/2015 (item III.3 do Relatório de Fiscalização);
9.1.1.3. pagamento antecipado à Construtora Alto da Fábrica Ltda., CNPJ 16.814335/0001-83, em face do descompasso entre a execução física e a execução financeira da obra, podendo ter ensejado o pagamento por serviços não executados (item III.5 do Relatório de Fiscalização);
9.1.2. Termo de Compromisso PAC 2 5.083/2013, Município de Matinha/MA:
9.1.2.1. indícios de atuação como empresa de fachada da Construtora Itamaraty Ltda., CNPJ 12.125.046/0001-16, no âmbito do Contrato 20/2013 (item III.2 do Relatório de Fiscalização);
9.1.2.2. retirada na conta bancária sem comprovação da despesa, no valor de R$ 102.900,00, em 20/11/2013 (item III.3 do Relatório de Fiscalização);
9.1.3. Termo de Compromisso PAC 2 5.571/2013, Município de Matinha/MA:
9.1.3.1. obra inacabada com 39% de execução, sem conservação e vigilância (item III.1 do Relatório de Fiscalização);
9.1.3.2. indícios de atuação como empresa de fachada da Construtora Itamaraty Ltda., CNPJ 12.125.046/0001-16, no âmbito do Contrato 21/2013 (item III.2 do Relatório de Fiscalização);
9.1.3.3. pagamento antecipado à Construtora Itamaraty Ltda., CNPJ 12.125.046/0001-16, em face do descompasso entre a execução física e a execução financeira da obra, podendo ter ensejado o pagamento por serviços não executados (item III.5 do Relatório de Fiscalização);
9.1.4. Termo de Compromisso PAR 17.409/2014, Município de Matinha/MA:
9.1.4.1. obra inacabada com 30% de execução, sem conservação e vigilância (item III.1 do Relatório de Fiscalização);
9.1.4.2. indícios de atuação como empresa de fachada da Construtora Itamaraty Ltda., CNPJ 12.125.046/0001-16, no âmbito do Contrato 001/2014 (item III.2 do Relatório de Fiscalização);
9.1.4.3. pagamento antecipado à Construtora Itamaraty Ltda., CNPJ 12.125.046/0001-16, em face do descompasso entre a execução física e a execução financeira da obra, podendo ter ensejado o pagamento por serviços não executados (item III.5 do Relatório de Fiscalização);
9.2. determinar à Fundação Nacional da Saúde (Funasa), com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, quando da análise das prestações de contas do Termo de Compromisso PAC 733/2011 (Siafi 669819), firmado pelo Município de Riachão/MA, apure os seguintes indícios de irregularidades constatados nesta fiscalização, comunicando ao TCU o resultado das análises, no prazo de 30 (trinta) dias após a sua conclusão:
9.2.1. obra inacabada do assentamento Sucupira, inexecução, em todas as localidades, dos subitens de serviço 3.21 (calçada externa com 0,40 de largura), 3.22 (portão de ferro de 2,00 x 1,00 m), 3.26.4 (cerca c/ 08 fios de arame farpado 16 BWG 4 a 4 com estacas), 3.26.5 (portão para pedestre em tudo de ferro galvanizado com 01 folha), 2.19 (análise físico-química e bacteriológica) e 2.20 (relatório final do poço) e inexecução, nos povoados Coco dos Neves e Tabuleirão, do subitem 3.35 (caixa d'água em fibra de vidro, capacidade 15.000 litros inc.), onde os reservatórios existentes têm capacidade de 10.000 litros (itens III.1 e III.6 do Relatório de Fiscalização);
9.2.2. pagamento indevido de tarifa bancária e "taxas de expediente", em desacordo com a cláusula quarta do termo de compromisso e com o art. 4º, parágrafo único, da Lei 11.578/2007 (item III.4 do Relatório de Fiscalização);
9.2.3. paralisação das obras e expiração do prazo de vigência do termo de compromisso sem a liberação da última parcela dos recursos pactuados, possivelmente em decorrência de atraso na análise da prestação de contas parcial (item III.7 do Relatório de Fiscalização);
9.2.4. não recolhimento do saldo remanescente da conta vinculada ao ajuste à Conta Única do Tesouro Nacional (item IV.1 do Relatório de Fiscalização);
9.3. determinar ao município de Riachão/MA, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 15 (quinze) dias, dê cumprimento ao disposto na Cláusula Terceira, alínea 'f', do TC PAC 733/2011 (Siafi 669819), recolhendo o saldo remanescente na conta vinculada ao ajuste à Conta Única do Tesouro Nacional, dando ciência desta providência ao TCU e à Funasa (item IV.1);
9.4. com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, ante a relevância social das obras em questão, recomendar ao município de:
9.4.1. Matinha/MA, que adote medidas administrativas, inclusive junto ao FNDE, para regularização e retomada da execução das obras objetos dos Termos de Compromisso PAR 17.409/2014 (Monte Cristo) e PAC 2 5.571/2013 (Preguiça II);
9.4.2. Riachão/MA, que adote medidas administrativas, inclusive junto à Funasa para, com recursos próprios e/ou mediante a habilitação em novo repasse de recursos federais, concluir as obras dos sistemas de distribuição de água nas localidades Pecuária, Estreito, Côco dos Neves, Tabuleirão, Sucupira e Alegre, objetos do Termo de Compromisso PAC 733/2011;
9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana que monitore as determinações contidas nos itens 9.1, 9.2 e 9.3 deste acórdão;
9.6. nos termos do art. 1º, inciso XVI, do Regimento Interno do TCU, dar ciência dos fatos apurados nesta fiscalização à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para adoção das providências que achar cabíveis, sobretudo quanto aos indícios de contratação de empresas de fachada, retiradas da conta bancária sem comprovação de despesa e pagamento antecipado por serviço não executado (itens III.2, III.3 e III.5 do Relatório de Fiscalização);
9.7. enviar cópia deste acórdão ao FNDE, à Funasa e aos municípios de Igarapé do Meio/MA, Matinha/MA e Riachão/MA.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1189-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1190/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 001.902/2019-9.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Representante: Mediphacos Indústrias Médicas S/A. (CNPJ 21.998.885/0001-30).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Prof. Edgard Santos da Ufba - Mec.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Selog.
8. Representação legal: Wanderley Romano Donadel (OAB/MG 78870), Givaldo Barbosa Macedo Junior (OAB/BA 30.250), Roberto Trigueiro Fontes (OAB/RJ 150.097), Lincoln Ricardo Simas Porto (OAB/SC 12.179) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação acerca de indícios de irregularidades no Pregão Eletrônico 48/2018, promovido pelo Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos da UFBA - MEC (HUPES), para registro de preços, tendo como objeto a eventual aquisição de lentes intraoculares para cirurgia oftálmica.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. referendar a medida cautelar adotada pelo relator por meio do despacho transcrito no relatório que precede este acórdão, com fulcro no art. 276, *caput* e § 1º, do RI/TCU;
9.2. dar ciência deste acórdão ao Hospital Prof. Edgard Santos da Ufba - Mec.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1190-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1191/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.588/2009-0.
1.1. Apensos: 021.064/2013-0; 007.162/2006-0; 005.509/2015-7; 029.159/2017-2; 013.257/2017-0; 007.983/2015-8; 034.626/2017-4; 034.580/2017-4; 034.422/2017-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Consórcio Construtor Metrosal (03.756.037/0001-32); Andrade Gutierrez Engenharia S/A (Construtora Andrade Gutierrez S/A) (17.262.213/0001-94); Construções e Comércio Camargo Correa S/A (61.522.512/0001-02); Siemens Aktiengesellschaft (Siemens AG) (pessoa jurídica constituída nos termos da legislação alemã); Carlos Von Beckerath Gordilho (002.366.915-20); Engevix Engenharia e Projetos S/A (00.103.582/0001-31); Flávio Mota Monteiro (635.036.208-00); Ivan Carlos Alves Barbosa (033.422.635-04); Janary Teixeira de Castro (163.535.875-20); João Luiz da Silva Dias (011.089.806-00); José Geraldo Araujo Teixeira (048.282.245-72); Luiz Alfredo Campos Quintanilha (341.754.907-87); Luiz Fernando Tavares Vilar (020.645.705-78); Luiz Otávio Ziza Mota Valadares (110.627.386-91); Luiz Roberto Castilho de Souza (307.616.707-34); Nestor Duarte Guimarães Neto (110.289.805-82); Noronha Engenharia S/A (33.451.311/0010-17); Paulo Antônio Santos Macedo (018.163.145-87); Pedro Antônio Dantas Costa Cruz (113.611.405-00); Siemens Ltda. (44.013.159/0001-16); Nestor Duarte Guimarães Neto (CPF 110.289.805-82), Pedro Antônio Dantas Costa Cruz (CPF 113.611.405-00); Ruy Sergio Nonato Marques (CPF 037.221.635-87), Alberto de Figueiredo Nunes Filho (CPF 312.700.777-91), e Sérgio Luiz da Silva Telles (CPF 537.023.017-04).
3.2. Recorrentes (embargantes): Construções e Comércio Camargo Correa S/A (61.522.512/0001-02); Andrade Gutierrez Engenharia S/A (17.262.213/0001-94); Siemens Aktiengesellschaft (05.721.156/0001-85); Luiz Otávio Ziza Mota Valadares (110.627.386-91).
4. Órgãos/Entidades: Companhia Brasileira de Trens Urbanos; Companhia de Transportes de Salvador.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal:
8.1. Daniel Vieira Bogéa Soares (34.311/OAB-DF) e outros, representando Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Andrade Gutierrez Engenharia S/A;
8.2. Míriam Lavocat (19.524/OAB-DF), Antônio Henrique Monteiro (222.808/OAB-SP) e outros, representando Siemens Aktiengesellschaft;
8.3. Andréia Barroso Gonçalves (103.200/OAB-MG) e outros, representando Luiz Otávio Ziza Mota Valadares.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A, Andrade Gutierrez Engenharia S/A, Siemens Aktiengesellschaft (SIEMENS AG), empresas integrantes do Consórcio Construtor Metrosal, e Luiz Otávio Ziza Mota Valadares, em face do Acórdão 2.861/2018 - TCU - Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões exposta pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A, Andrade Gutierrez Engenharia S/A, e Luiz Otávio Ziza Mota Valadares, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. conhecer dos embargos de declaração opostos por Siemens Aktiengesellschaft (SIEMENS AG) com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 e, no mérito:
9.2.1. rejeitar os embargos no tocante às omissões, contradições e obscuridades apontadas;
9.2.2. rejeitar os embargos no tocante ao suposto erro material relativo à inclusão, no item 3 do Acórdão 2.861/2018 - TCU - Plenário, da empresa Siemens Ltda.;
9.2.3. acolher os embargos de declaração quanto ao apontamento de erro material na indicação do advogado Antônio Henrique Monteiro (222808/OAB-SP) como representante da empresa Siemens Ltda., de modo a determinar a retificação do Acórdão 2.861/2018 - TCU - Plenário, de forma que onde se lê "8.1. Antônio Henrique Monteiro

(222808/OAB-SP) e outros, representando Siemens Ltda.", leia-se "8.1. Gustavo Franco Ferreira (236.811/OAB-SP), Pedro Paulo Wendel Gasparino (115.712/OAB-SP), Daniela Rodrigues Teixeira (13.121/OAB/DF) e outros (peças 459/460/461/462), representando Siemens Ltda.";

9.3. determinar à SeinfraPortoFerrovia que proceda aos ajustes necessários no sistema processual deste Tribunal, relativamente ao cadastro de advogados deste processo, de forma a excluir a vinculação porventura existente do advogado Antônio Henrique Monteiro, e demais advogados representantes exclusivamente da empresa Siemens AG, à empresa Siemens Ltda., procedendo-se a correta vinculação dos advogados representantes dessa empresa, de forma a que sejam evitados equívocos na geração de arquivos que busquem automaticamente os nomes dos representantes legais, como ocorre quando da geração de minutas de acórdão;

9.4. determinar a juntada de cópia deste acórdão e do Acórdão 2.861/2018 - Plenário ao TC-003.896/2009-2, dada a conexão da matéria ali tratada com o teor destes autos, bem como para que, a partir dos elementos apurados naqueles autos, possam ser produzidas as informações necessárias ao cumprimento do disposto nos subitens 9.7, *in fine* e 9.8 do Acórdão 2.861/2018 - Plenário, de interesse do Ministério Público/TCU e da Advocacia-Geral da União;

9.5. dar ciência deste acórdão aos embargantes, ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia à Superintendência da Polícia Federal no Estado da Bahia (IPL 1299/2010), bem como à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria da República no Estado da Bahia.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1191-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1192/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.449/2019-7.
2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Denúncia.
3. Denunciante: Identidade preservada (art. 55 da Lei 8.443/1992).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Selog.
8. Representação legal: Cláudio Renato do Canto Farag (OAB/DF 14.005); Carolina Bastos Lima Brum (OAB/RJ 135.073) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de de denúncia, com pedido de medida cautelar, noticiando irregularidade no Pregão Eletrônico 7002424322, promovido pela Petrobras S.A. para o fornecimento de vales alimentação/refeição, com vigência contratual de 1.095 dias e valor estimado em R$ 1.412.148.234,64.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro no art. 276, *caput* e § 1º, do RI/TCU, referendar a medida cautelar adotada pelo relator em 8/5/2019 por meio do despacho transcrito no relatório que precede este acórdão;
9.2. dar ciência deste acórdão à Petrobras S.A.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1192-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1193/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 014.184/2012-5.
1.1. Apensos: 028.564/2011-1; 002.785/2018-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrentes: Walter da Silva Jorge João (028.909.682-00); Edson Chigueru Taki (396.863.459-49); Lérida Maria dos Santos Vieira (450.617.344-91).
4. Entidade: Conselho Federal de Farmácia - CFF.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal:
8.1. Christianne da Silveira Santos e outros, representando Jaldo de Souza Santos.
8.2. Felipe Santos Vieira Nogueira (OAB/RO 5.743), representando Lérida Maria dos Santos Vieira.
8.3. Gustavo Beraldo Fabrício (OAB/DF 10.568) e outros, representando Conselho Federal de Farmácia e Walter da Silva Jorge João.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por Lérida Maria dos Santos Vieira, Walter da Silva Jorge João e Edson Chigueru Taki, então diretores do Conselho Federal de Farmácia (CFF), contra o Acórdão 600/2017-TCU-Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos, em razão de observar os requisitos de admissão tratados nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. notificar os recorrentes da presente decisão.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1193-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1194/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 024.990/2013-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Recuso de Reconsideração).
3. Recorrente: Josidan Góis Cunha (059.960.823-49).
4. Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Ceará.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Sérgio Rebouças (OAB/CE 18.383) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Josidan Góis Cunha, contra o Acórdão 2.727/2018-TCU-Plenário, que negou provimento a pedido de reexame interposto pelo mesmo responsável contra o Acórdão 2.400/2016-TCU-Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ante às razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, nos termos dos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do RITCU, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se inalterada a decisão recorrida;
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1194-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1195/2019 - TCU - Plenário

1. Processo 010.577/2017-3.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Representante: Secretaria do TCU no Estado de Roraima (Sec/RR).
4. Entidade: Universidade Federal de Roraima (UFRR).
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada pela então Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima, a partir de denúncia apócrifa acerca de cessão ilegal de professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR), com dedicação exclusiva, para o exercício de cargo de Secretário de Estado em Roraima, sendo trazidas informações acerca do descumprimento do subitem 1.7.1 Acórdão 1.940/2017 - Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 1º, inciso XVI, da Lei 8.443/1992, e no art. 1º, inciso XXVI, c/c o art. 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. nos termos do inciso II do artigo 250 do RI/TCU, determinar à Universidade Federal de Roraima que:
9.1.1. notifique o Governo do Estado de Roraima acerca do montante total a ser ressarcido em decorrência dos pagamentos efetuados indevidamente com recursos daquela entidade federal de ensino, relativos às remunerações do Sr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos no período de sua cessão para exercício do cargo de secretário estadual, consoante previsto no artigo 93 c/c o artigo 41 da Lei 8.112/1990;
9.1.2. caso o Governo do Estado de Roraima não comprove, em até sessenta dias a contar da ciência desta deliberação, a realização do ressarcimento a que se refere o subitem anterior deste Acórdão:
9.1.2.1. se o Sr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos ainda estiver cedido, reverta a cessão observando os termos do § 2º do artigo 10º c/c os §§ 2º e 3º do artigo 5º do Decreto 9.144/2017;
9.1.2.2. se for o caso, instaure e encaminhe a esta Corte de Contas a competente tomada de contas especial, conforme dispõe a Instrução Normativa TCU nº 71/2012;
9.2. determinar à SecexEduc que monitore o cumprimento das medidas contidas no item 9.1 supra;
9.3. dar ciência do teor deste acórdão à Controladoria-Geral da União no Estado de Roraima.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1195-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1196/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 043.535/2018-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Representação).
3. Recorrente: Departamento Regional do Sesi no Estado do Paraná (CNPJ 03.802.018/0001-03).
4. Entidade: Departamento Regional do Sesi no Estado do Paraná.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:
8.1. Robinson Zanini de Lima (122.505/OAB-SP), entre outros, representando a Truckvan Indústria e Comércio Ltda.;
8.2. Fernanda Amorim Sanna (222.866/OAB-SP), entre outros, representando a Athos Brasil Soluções em Unidades Móveis Ltda.; e
8.3. Marco Antônio Guimarães (22.427/OAB-PR), entre outros, representando o Departamento Regional do Sesi no Estado do Paraná - (Sesi-PR).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, no presente momento, de embargos de declaração opostos pelo Departamento Regional do Sesi no Estado do Paraná - (Sesi-PR) em face do Acórdão 801/2019 proferido pelo Plenário do TCU, diante da representação formulada pela Athos Brasil Soluções em Unidades Móveis Ltda. sobre possíveis irregularidades no Pregão Presencial nº 855/2018 conduzido pelo Sesi-PR sob o valor total de R$ 6.074.000,00 para o fornecimento de unidades móveis multifuncionais, aí incluídos os equipamentos, o mobiliário e os acessórios;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los; e
9.2. dar ciência da presente deliberação ao embargante, informando-o sobre a ausência de imediata desconstituição do pagamento já realizado no âmbito do Lote 1, ante o efeito ex nunc da aludida cautelar suspensiva, sem prejuízo do subsequente questionamento sobre o eventual superfaturamento porventura apurado nesse pagamento.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1196-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1197/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.443/2018-0
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Monitoramento
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Unidade: Ministério da Economia
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração)
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento da determinação constante do item 9.1 do Acórdão nº 811/2017-TCU-Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 1º, inciso II, 43, inciso I, da Lei 8.443/1992; 243 e 250, inciso II do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar não cumpridas as deliberações contidas no item 9.1 do Acórdão nº 811/2017-TCU-Plenário;
9.2. reiterar a determinação ao Ministério da Economia para que, no prazo de 120 dias, sob a articulação da Casa Civil da Presidência da República:
a) conceitue os termos "política nacional" e "plano nacional", defina seus respectivos conteúdos-padrão, natureza normativa e interconexão, e os correlacione com os demais instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA);
b) estabeleça, como requisitos para a formulação de planos nacionais, a necessidade de que contemplem responsáveis por sua implementação, prazo de vigência, metas e instrumentos de acompanhamento, de fiscalização e de medição de resultado;
9.3. dar conhecimento à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados do levantamento realizado pelo TCU no Plano Nacional de Segurança Pública, no âmbito do TC 020.481/2016-0, ressaltando a importância da tramitação do PL 9163/2017 para o aumento da efetividade na aplicação de recursos públicos em políticas públicas, encaminhando cópia do Acórdão nº 811/2017-TCU-Plenário, bem como do relatório e voto que o fundamentam.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1197-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1198/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 037.576/2018-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Agravo
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
3.3. Recorrente: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
4. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A..
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Mucio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de Agravo interposto contra Despacho do Relator à peça 9 destes autos, por meio do qual a documentação apresentada como Denúncia não foi conhecida, por não atender os requisitos de admissibilidade e pressupostos de legitimidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU, bem como no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro no art. 289 do RI/TCU, conhecer do Agravo interposto contra o Despacho à peça 9 destes autos para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência à agravante do teor do presente Acórdão;
9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1198-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1199/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 008.684/2018-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Desestatização.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCom).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de processo de acompanhamento do primeiro estágio do processo de promessa de cessão de direitos minerários de titularidade da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) no município de Palmeirópolis/TO, com obrigação de realização de pesquisa complementar mínima e opção de arrendamento, nos termos da Instrução Normativa/TCU 27, de 2/12/1998;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar, com fundamento no art. 258, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, que dentro do escopo delimitado na presente análise de 1º estágio de fiscalização regulamentado pela Instrução Normativa/TCU 27/1998, não foram detectadas irregularidades ou impropriedades que desaconselhem o regular prosseguimento do processo de cessão dos direitos minerários do projeto de Palmeirópolis/TO, sem prejuízo das recomendações e determinações feitas nos subitens 9.2, 9.3, 9.5 e 9.5 deste Acórdão;
9.2. com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16/7/1992, e no art. 250, inciso III, do Regimento Interno desta Corte de Contas, recomendar à CPRM que:
9.2.1 em consonância com o art. 5º da Lei 8.970, de 28/12/1994, e com os arts. 40, 54 e 55 da Lei 8.666, de 21/06/1993, contemple no edital de licitação, e respectivos anexos, referente ao complexo polimetálico de Palmeirópolis/TO, bem como nos futuros empreendimentos minerários que venham a ser licitados, cláusulas e/ou documentos com as seguintes finalidades:
9.2.1.1. identificar as responsabilidades das partes contratuais quanto à recuperação do passivo ambiental preexistente e à recuperação do passivo ambiental eventualmente causado durante as atividades de mineração, inclusive as fases de pesquisa complementar;
9.2.1.2. disponibilizar as informações sobre as propriedades preexistentes na área objeto da licitação e registradas no Sistema de Cadastro Ambiental Rural ou em sistema similar;
9.2.1.3. disponibilizar as informações existentes sobre o patrimônio histórico, cultural, natural e arqueológico brasileiro conhecido na área objeto da licitação;
9.2.1.4. estabelecer a obrigação de o promitente cessionário cumprir o disposto na Resolução 4, de 15/2/2019, da Agência Nacional de Mineração;
9.2.1.5. estabelecer a obrigação de o promitente cessionário cumprir o disposto nas Resoluções CONAMA 001/1986 e COEMA 007/2005;
9.2.1.6. estabelecer a obrigação de o promitente cessionário atender, sempre que possível, as recomendações oriundas do Comitê de Bacia em que estejam inseridas as áreas objeto da cessão, durante a fase de licenciamento ambiental;
9.2.2. em futuras cessões de direitos minerários:
9.2.2.1. avalie a conveniência e a oportunidade de utilizar método alternativo ao de fluxo de caixa descontado como fonte primária para tomada de decisão, quando houver pouco conhecimento geológico dos depósitos minerais e, consequentemente, pouca previsibilidade dos resultados econômico-financeiros do projeto;
9.2.2.2. mensure adequadamente o risco do objeto licitado, considerando as suas características particulares, de forma a conferir maior confiabilidade aos resultados do modelo econômico-financeiro adotado;
9.2.2.3. preveja cláusula de compartilhamento progressivo de ganhos extraordinários, advindos de fluxos de caixa muito superiores àqueles que deram ensejo às precificações dos ativos que vierem a ser alienados;
9.3. com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, e no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) que se articule com os Estados interessados, a fim de viabilizar a instituição do Comitê de Bacia do Rio Tocantins, com área de atuação contendo o Município de Palmeirópolis/TO;
9.4. determinar, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992:
9.4.1. à Agência Nacional de Mineração (ANM), com fulcro no art. 2º da Lei 13.575/2017, que envie ao Tribunal de Contas da União o parecer conclusivo, no prazo de 15 (quinze) dias após a manifestação da ANM, sobre o relatório final referente à pesquisa complementar do complexo polimetálico de Palmeirópolis/TO;
9.4.2. ao Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), com fulcro no art. 3º da Lei 858/1996, que envie ao Tribunal de Contas da União o parecer conclusivo, no prazo de 15 (quinze) dias após a manifestação do Naturatins, sobre os Estudos de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto do Meio-Ambiente referentes ao complexo polimetálico de Palmeirópolis/TO;
9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCom) e à Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental) que adotem, dentro de suas respectivas atribuições, as medidas de controle que porventura julgarem necessárias em relação às documentações de que trata os subitens 9.4.1 e 9.4.2 supra;
9.6. dar ciência desta deliberação à CPRM, à ANM, à Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, ao Ministério de Minas e Energia, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ao Instituto Natureza do Tocantins e à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos daquele ente federativo;
9.7. restituir os autos à SeinfraCom para que dê continuidade ao acompanhamento dos demais estágios desta desestatização, nos termos da Instrução Normativa/TCU 27/1998.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1199-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (2º Revisor).
13.2. Ministro que votou em 10/04/2019: Vital do Rêgo.
13.3. Ministro que não participou da votação: Augusto Nardes.
13.4. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.
13.5. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.6. Ministro-Substituto convocado com voto vencido: Weder de Oliveira.
13.7. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ENCERRAMENTO

A Presidência lembrou a realização de sessão extraordinária de caráter reservado no dia 29 de maio, a ser realizada após o encerramento da sessão ordinária, e, às 18 horas e 20 minutos, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

LORENA MEDEIROS BASTOS CORRÊA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 29 de maio de 2019.

JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente

ATA Nº 18, DE 22 DE MAIO DE 2019
(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidência: Ministro José Mucio Monteiro
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Marcelo Martins Pimentel
Subsecretária do Plenário: AUFC Lorena Medeiros Bastos Corrêa

À hora regimental, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes e Bruno Dantas, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira, bem como da Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União Cristina Machado da Costa e Silva.
Ausente o Ministro Vital do Rêgo, por motivo de férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 16, referente à sessão ordinária realizada em 15 de maio de 2019 (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet (www.tcu.gov.br).

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata):

Da Presidência:

Notícia de que foi inserida no planejamento da Segecex para o ano em curso, ação para possibilitar o uso das soluções dos programas ALICE (Análise de Licitações e Editais) e SAO (Sistema de Análise de Orçamentos) na fiscalização de obras paralisadas, especificamente quanto à possibilidade de criação de novas tipologias de análise e de integração dos dois sistemas.

Registro de que foi implantada a Pesquisa Integrada no Portal do TCU.

Convite para o ato de celebração da Páscoa, que será realizado pelo Bispo Auxiliar de Brasília, Dom Marcony Vinicius Ferreira, no dia 30 de maio, às 17 horas, no Auditório do Anexo III - Térreo.

Da Ministra Ana Arraes:

Realizada pela Corregedoria, no período de 18/03 a 30/04/2019, inspeção ordinária na Secretaria de Recursos, em conformidade com o disposto no Plano de Correições e Inspeções do 1º semestre de 2019.

Do Ministro Bruno Dantas:

Submete à apreciação do Plenário, nos termos do § 3º do art. 5º da Resolução-TCU 142/2001, o alerta endereçado ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional, expedido monocraticamente no processo TC-005.345/2019-7, que trata de acompanhamento bimestral da execução orçamentária relativa ao ano de 2019. Aprovado.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 1141 a 1165.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-002.048/2014-0, TC-016.727/2010-0, TC- 034.201/2016-5, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-012.621/2016-1, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, a pedido do revisor (119), Ministro Aroldo Cedraz;

TC-026.039/2010-9, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-041.925/2018-1, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-034.554/2018-1, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;

TC-002.222/2007-5, TC-005.283/2019-1, TC-016.607/2015-5, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas; e

TC-020.042/2018-3, TC-024.946/2017-6 e TC-026.335/2018-2, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo TC-007.275/2014-5, cujo relator é o Ministro José Mucio Monteiro, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Bruno Dantas. Já votou o relator. O Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, primeiro revisor, apresentou voto divergente, no que foi acompanhado pelo Ministro Augusto Nardes e pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Vital do Rêgo. O relatório, os votos e as minutas de Acórdão constam do Anexo IV desta Ata.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-025.919/2017-2, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, o Dr. Cid Arruda Aragão declinou de produzir sustentação oral em nome da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Na apreciação do processo TC-040.374/2018-1, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, o Dr. Guilherme Lopes Mair declinou de produzir sustentação oral em nome da Caixa Econômica Federal. O referido representante legal solicitou a palavra para esclarecimento de matéria de fato, nos termos do § 8º do art. 168 do RITCU, o que foi autorizado pelo relator.

Na apreciação do processo TC-016.586/2016-6, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, os Srs. Luiz Roberto Leite Fonseca e Alfredo Galvão da Silva Júnior não compareceram para produzir sustentação oral em seus próprios nomes. O pedido de realização de sustentação oral formulado pelo Dr. Thomas Lindolfo de Barros Tavares, em nome de TRD Serviços e Administração Ltda, anteriormente denominada TRL Serviços Especializados em Gestão Empresarial e Logística Ltda., foi indeferido, nos termos do art. 168, caput, do Regimento Interno, por não ser o peticionário parte interessada no processo.

Na apreciação do processo TC-019.083/2015-7, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, o Sr. Milton Costa Ferreira produziu sustentação oral em seu próprio nome.

PROSSEGUIMENTOS DE VOTAÇÃO

Nos termos do art. 119, § 3º, do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-006.134/2012-2 (Ata nº 48/2018), cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues e revisor o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

Nos termos do art. 119, § 3º, do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-007.275/2014-5 (Ata nº 44/2018), cujo relator é o Ministro José Mucio Monteiro e revisor o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa. Retomada a votação, houve novo pedido de vista, nos termos do artigo 119, formulado pelo Ministro Bruno Dantas.

Nos termos do art. 119, § 3º, do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-008.684/2018-9 (Ata nº 11/2019), cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, primeiro revisor o Ministro Vital do Rêgo e segundo revisor o Ministro Bruno Dantas. O Ministro-Substituto Weder de Oliveira apresentou voto divergente que foi vencido, restando vencedora a proposta do relator, que acolheu sugestões do Ministro Bruno Dantas.

Nos termos do art. 119, § 3º, do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-003.330/2015-0 (Ata nº 32/2018), cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz e revisores os Ministros Augusto Nardes e Bruno Dantas. O Ministro Walton Alencar Rodrigues apresentou voto divergente, tendo sido acompanhado pelo Ministro Benjamin Zymler, que foi vencido, restando vencedora a proposta do relator, que acolheu sugestões do Ministro Bruno Dantas.

ATO NORMATIVO APROVADO (v. inteiro teor no Anexo II desta Ata)

TC-004.977/2019-0 - Relator Ministro Benjamin Zymler.

RESOLUÇÃO TCU Nº 310, DE 15 DE MAIO DE 2019 - "Altera os arts. 112 e 120 e revoga os arts. 119 e 122 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, aprovado pela Resolução TCU nº 155/2002, alterado pela Resolução TCU nº 246/2011."

CONVOCAÇÃO DE MINISTRO-SUBSTITUTO

Na apreciação do processo TC-016.991/2015-0, os Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho foram convocados para substituir os Ministros Augusto Nardes e Aroldo Cedraz, respectivamente, para manter o quórum mínimo exigido, em função de declaração de impedimento no processo.

Na apreciação dos processos TC-010.577/2017-3 e 043.535/2018-6, os Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho, nos termos do art. 55, inciso II, alínea 'a', do Regimento Interno, foram convocados em função do quórum mínimo exigido.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os acórdãos de nºs 1140 e 1166 a 1199.

ACÓRDÃOS APROVADOS

Os acórdãos de nºs 1141 a 1165, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os acórdãos de nºs 1140 e 1166 a 1199, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 1140/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 040.374/2018-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: Representação com pedido de medida cautelar
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:
8.1. Ricardo Pagliari Levy (155.566/OAB-SP) e outros, representando Companhia Brasileira de Soluções e Serviços.
8.2. Michael Ogawa (130.671/OAB-SP) e outros, representando VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda.
8.3. Roberto Augusto Nunes Franciscon (57.807/OAB-DF), representando Instituto Nacional de Defesa Em Processo Administrativo - Indepad.
8.4. Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal.
8.5. Rafael Parodi Ferraresso (223018-E/OAB-SP) e outros, representando Policard Systems e Serviços S/A.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, acerca de possíveis irregularidades que teriam ocorrido no Pregão Eletrônico 86/7066-2018-Gilog/BR, que tem por objeto contratar empresa para a prestação de serviços de fornecimento de meios de pagamento de auxílio alimentação, auxílio refeição e auxílio cesta alimentação a empregados, ex-empregados, aposentados e pensionistas da Caixa.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. no mérito, considerar a presente representação parcialmente procedente;
9.2.revogar a medida cautelar anteriormente concedida, tendo em vista a superveniência do perigo da demora reverso, a fim de autorizar o prosseguimento do Pregão Eletrônico 86/7066-2018-Gilog/BR;
9.3. determinar à Caixa, com fulcro no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que:
9.3.1. abstenha-se de prorrogar o contrato decorrente do Pregão Eletrônico 86/7066-2018-Gilog/BR;
9.3.2. apresente ao TCU, no prazo de noventa dias, estudos que demonstrem a vantajosidade da realização de licitação para prestação de serviços de fornecimento de meios de pagamento de auxílio alimentação, em lote único, em termos comparativos com a opção de parcelamento do objeto em quantos lotes forem viáveis, conforme previsto no art. 32, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, a fim de subsidiar a próxima licitação para o mesmo objeto;
9.4. indeferir, com fulcro no art. 146 do RI/TCU, os pedidos formulados pelas empresas VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda. e Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo), de serem consideradas como partes interessadas, autorizando, no entano, caso requeiram, vista e cópia às peças não sigilosas dos presentes autos;
9.5. informar à Caixa e às empresas VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda. e Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo) que o conteúdo do presente Acórdão poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;
9.6.arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno/TCU.
10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1140-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

RELAÇÃO Nº 15/2019 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 1141/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso III, 234, 235, 236 e 237, do Regimento Interno/TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer da denúncia por não preencher os requisitos de admissibilidade, retirar a chancela de sigilo oposta aos autos, exceto quanto à identificação do denunciante, e determinar o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.985/2019-2 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Instituto de Biologia do Exército
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 14/2019 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 1142/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 44, §2º, da Lei 8.443/1992, quanto ao processo a seguir relacionado, em fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.833/2016-6 (INDISPONIBILIDADE DE BENS)
1.1. Interessado: Construtora Queiroz Galvão S. A. (33.412.792/0001-60)
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOpe).

1.5. Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108) e outros, representando Construtora Queiroz Galvão S. A.; Alfredo Manoel Ramiro Basto de Barros Costa (OAB/PE 1480-A), representando Nivaldo Rodrigues Machado Filho; Cézar Augusto Cacho Casanova (OAB/PE 19.360), representando Márcio Galuppo, Ruy Humberto Godoy de Mesquita, Solange Firmino Godoy de Mesquita e Rosa Maria Honorato Moury Fernandes; Gláucia Maria Pessoa Rosas (OAB/PE 45601), representando Márcio Vinícius Magalhães Dardenne.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. não prorrogar a medida cautelar de indisponibilidade de bens da empresa Construtora Queiroz Galvão S.A. (33.412.792/0001-60) de que trata os Acórdãos 2.733/2017-Plenário e 296/2018-Plenário;

1.6.2. apensar os presentes autos ao TC 026.840/2016-2;

1.6.3. dar ciência desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 1143/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, e 243 do Regimento Interno, em considerar cumprida a determinação inserta no item 9.3 do Acórdão 423/2018-Plenário e em autorizar o apensamento deste processo ao TC-016.592/2017-4, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.709/2018-0 (MONITORAMENTO - AUDITORIA)

1.1. Responsável: Nelson Antonio de Souza (153.095.253-00)

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 16/2019 - Plenário
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 1144/2019 - TCU - Plenário

Tratam os autos de auditoria de conformidade realizada pela Secretaria do TCU no Estado do Espírito Santo (SEC-ES) nas Secretarias de Saúde de alguns municípios daquele estado - Barra de São Francisco, Itapemirim, Sooretama e Serra -, integrante de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), na modalidade relatórios individualizados, cujo objetivo foi avaliar a aquisição de medicamentos que ocorreram de forma centralizada pelo Ministério da Saúde (MS) e as realizadas pelas Secretarias de Saúde selecionadas, mediante a transferências de recursos federais;

Considerando os diversos achados de auditoria pela equipe técnica da SEC-ES com referência à aquisição de medicamentos daquelas municipalidades e que, entre esses achados, encontram-se alguns com indícios de dano ao erário;

Considerando a grande quantidade de achados, bem como o grande número de responsáveis constantes da proposta de encaminhamento da SEC-RN;

Considerando a necessidade de demonstração individualizada da conduta, da culpabilidade e do nexo de causalidade de cada responsável, caso este venha a ser responsabilizado por esta Corte de Contas;

Considerando os princípios da racionalidade administrativa e da razoável duração do processo, de maneira que a unidade técnica deve analisar individualmente as futuras respostas desses responsáveis, bem como a possibilidade de responsabilização deles;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 10, § 1º, 12, incisos I e II, 47, da Lei 8.443/1992 c/c arts. 202, incisos I e II, 237 e 246 do Regimento Interno do TCU, em adotar as medidas propostas pela SEC-ES, no relatório de fiscalização (peça 139, item 206).

1. Processo TC-018.124/2018-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Alex Wingler Lucas (031.996.767-07); Alexandre Marim Vieira (053.933.797-81); Altair Jose Borges (075.639.547-08); Arlindo Melo (421.130.087-34); Aureliano Ferreira de Souza (602.641.366-91); Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda (67.729.178/0004-91); Distribuidora de Medicamentos Brasil Miracema Ltda (03.946.428/0001-10); Drogaria Girassol Ltda (05.292.565/0001-03); Erika Helena Lesqueves Galante (068.474.547-09); Esmael Nunes Loureiro (558.238.317-49); Felipe Ayub Fernandes (087.726.347-74); Gilcilene Morozini (135.064.257-65); Gina Guimaraes de Oliveira (098.475.867-48); Iuri Barbosa Santiago (147.732.517-43); Joana D Arc Alves Vilela (874.486.617-87); Joao Paulo da Silva (056.274.927-67); Luciano Ferreira Maciel (113.117.287-67); Luciano Henrique Sordine Pereira (002.950.257-86); Luciano de Paiva Alves (578.260.057-87); Maciel Ferreira Couto (031.620.557-50); Marcio Lopes Porto (043.762.847-77); Medical Farma Produtos Farmacêuticos Ltda (05.343.026/0001-56); Michele Barros Gusmao Bissoli (135.231.077-50); Mirela Sossai Zerbone Soares (085.323.157-55); Noromed Distribuidora de Medicamentos e Materiais Hospitalares Ltda (12.391.412/0001-89); Romero Cordeiro (459.007.606-34); Ronildo Hilario Gomes (940.938.737-04); Thales Moreno Geao (663.502.477-87); Valmir Fanti (303.655.707-53); Whester Junior Faria Matos (009.656.127-08)

1.2. Entidades: Ministério da Saúde (vinculador); Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Espírito Santo; Munícipio de Barra de São Francisco/ES, Município de Itapemirim/ES, Município de Sooretama/ES e Município de Serra/ES.

1.3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de TCU no Estado do Espírito Santo (SEC-ES).

1.7. Representação legal: não há

1.8. Medidas propostas: conforme subitem 206 da peça 139.

ACÓRDÃO Nº 1145/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU c/c arts. 70 e 71 da Constituição Federal/1988, em não conhecer a presente documentação como representação, visto não estarem presentes os requisitos de admissibilidade previstos, consequentemente indeferir o pedido de medida cautelar, e em determinar seu arquivamento, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 235, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, e do art. 105 da Resolução - TCU 259/2014, após ciência do teor desta deliberação ao representante.

1. Processo TC-008.345/2019-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Machado - MG

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal:

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1146/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade e, consequentemente, indeferir o pedido de adoção de medida cautelar, promovendo, em seguida o arquivamento dos autos, após dar ciência desta deliberação à Prefeitura Municipal de Mundo Novo/BA e à empresa representante.

1. Processo TC-009.200/2019-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mundo Novo - BA

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

1.5. Representação legal: Elias Ferreira da Silva Junior e outros, representando Jw - Construcao e Servicos de Locacao Ltda - Me.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1147/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, inciso VII e parágrafo único e 250, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, e ainda de conformidade com a proposta da unidade técnica (peça 6), em conhecer da Representação para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de medida cautelar formulado pelo representante, ante a inexistência dos pressupostos necessários a sua concessão, sem prejuízo das seguintes providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-009.619/2019-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Estação Naval do Rio Grande

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Dar ciência desta deliberação à Estação Naval do Rio Negro e ao representante;

1.6.2. Arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 1148/2019 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados e relacionados estes autos de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 4/2018 do extinto Ministério da Integração Nacional (MI), atual Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), que tem por objeto a contratação de serviços de suporte à infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI), compreendendo o planejamento, implantação e operação de central de serviços para o atendimento às demandas de TI dos usuários do ministério, suporte técnico telefônico remoto, presencial e especializado, serviço de monitoração (NOC), serviços especializados de 3º nível de operação e sustentação de infraestrutura, por intermédio de ferramentas de gestão dos serviços de atendimento ao usuário e gestão de monitoração, conforme as práticas preconizadas pelo modelo *Information Technology Infrastructure Library* (ITIL), de acordo com especificações do edital e termo de referência (peça 7, p. 1).

Considerando que o objeto do Pregão Eletrônico 4/2018 do MI foi adjudicado à empresa Central IT Tecnologia da Informação Ltda. em 7/6/2018 e a homologação do certame ocorreu na mesma data;

Considerando que o contrato decorrente do Pregão Eletrônico 4/2018 do MI foi assinado em 14/6/2018 - Contrato 14/2018 (cópia do extrato de publicação no Diário Oficial da União e do contrato à peça 12);

Considerando que a análise da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti/TCU) das manifestações do Ministério e da empresa Central IT em resposta às oitivas promovidas pelo Tribunal concluiu pela procedência parcial da representação, haja vista ter restado comprovado que diversas irregularidades e falhas graves ocorreram no planejamento e na realização do Pregão Eletrônico 4/2018;

Considerando que o contrato com a empresa Central IT Tecnologia da Informação Ltda. já está em andamento e a eventual anulação da licitação e de todos atos dela resultantes, inclusive do contrato firmado, é contrária ao interesse público, pois a anulação poderia causar a descontinuidade dos serviços prestados ao MI e, consequentemente, a indisponibilidade de serviços prestados pelo órgão, e resultar em prejuízos ainda maiores à administração e ao próprio interesse público;

Considerando que a proposta de mérito da unidade técnica especializada foi no sentido de que o Tribunal determinasse ao MI a não renovação do contrato com a empresa Central IT (Contrato 14/2018) e que fosse dada ciência ao órgão das irregularidades identificadas;

Considerando que a proposta da Sefti foi integralmente acolhida, resultando no Acórdão 2.545/2018-TCU-Plenário, de minha relatoria, prolatado em 7/11/2018 (peça 42);

Considerando que a Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), órgão que sucedeu ao MI, encaminhou em 12/4/2019 ofício solicitando ao TCU autorização para a renovação excepcional do contrato em andamento com a empresa Central IT (Contrato 14/2018), pelo período de tempo necessário ao adequado planejamento e realização de nova licitação, em face das justificativas apresentadas às peças 51 e 52 e de cronograma de trabalho elaborado pelo órgão (peça 52, p. 1-2);

Considerando que a Sefti concluiu que as justificativas e estimativas apresentadas pelo MDR para renovação excepcional do Contrato 14/2018 merecem acolhimento, pois a necessidade de tal renovação é decorrente de fatores externos ao órgão;

Considerando que não se vislumbra prejuízo de ordem financeira à Administração Pública na renovação excepcional do Contrato 14/2018, pois, como se verifica na instrução de peça 39, os preços praticados no contrato que está em execução se submeteram à competitividade da licitação, observando-se que a empresa representante e a licitante vencedora ofertaram valores finais praticamente idênticos e que houve redução do preço por parte da contratada, após negociação (peça 39, p. 1);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento princípio constitucional da eficiência, nos arts. 143, inciso III, e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 56 e 57), em deferir a solicitação formulada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) no que se refere o item 1.7.1 do Acórdão 2.545/2018-TCU-Plenário, ficando o órgão autorizado a renovar, excepcionalmente, até o dia 31/12/2019, o Contrato 14/2018, firmado entre o órgão e a empresa Central IT Tecnologia da Informação Ltda., devendo o instrumento de renovação prever cláusula resolutiva condicionada à formalização da avença que vier a resultar da nova licitação que se encontra em planejamento no órgão para a mesma finalidade, e em determinar a adoção da providência descrita no subitem 1.7 desta deliberação, sem prejuízo de enviar cópia deste acórdão e da instrução técnica da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti/TCU) (peça 56) à representante, Fivetech Tecnologia Ltda., à empresa Central IT Tecnologia da Informação Ltda. e ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR);

1. Processo TC-019.915/2018-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Central IT Tecnologia da Informação Ltda. (07.171.299/0001-96).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), órgão que sucedeu ao Ministério da Integração Nacional (extinto).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

1.6. Representação legal: Leonardo Siade Manzan (16.687/OAB-DF) e outros, representando Fivetech Tecnologia Aplicada Ltda.; Mariana Kaawa Yammine de Almeida Barros (37488/OAB-DF) e outros, representando Central IT Tecnologia da Informação Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), em face das irregularidades identificadas no Pregão Eletrônico 4/2018 do Ministério da Integração Nacional (MI), que comunique a este Tribunal o início da fase externa da nova licitação elaborada pelo órgão para dar atendimento ao item 1.7.1 do Acórdão 2.545/2018-TCU-Plenário;

RELAÇÃO Nº 13/2019 - Plenário
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 1149/2019 - TCU - Plenário

VISTO, relacionado e discutido este Pedido de Reexame em Representação, interposto pelo Estado do Amapá, representado pelo Subprocurador-Geral do Estado, contra o Acórdão 151/2019-TCU-Plenário - (Peça 28), item recorrido *Caput* e 1.6.1.

Considerando que além de intempestivo, não são apresentados fatos novos que possam suplantar a intempestividade do recurso.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 48, parágrafo único, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 143, IV "b" e 277, II, do RI/TCU; em:

a) não conhecer do pedido de reexame interposto por Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Amapá, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 285, caput e §2º, e 286, parágrafo único, do RI/TCU;

b) dar ciência ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados do teor desta decisão, encaminhando-lhes cópia.

1. Processo TC-000.505/2018-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Recorrente: Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Amapá
1.2. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Amapá
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas
1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1150/2019 - TCU - Plenário

Considerando a manifestação da unidade técnica lavrada nos seguintes termos:

"Objeto
Contratação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, de forma contínua e por demanda, com fornecimento de materiais, peças e componentes, nos imóveis da Gerência Executiva do INSS em Caxias do Sul/RS e respectivas unidades vinculadas (peça 3, p. 1-2).

Representante *Instituto Nacional de Defesa em Processo Administrativo - Indepad*		CNPJ 29.479.242/0001-91
Há pedido de Sustentação Oral? *Não*		Procuração Roberto Augusto Nunes Franciscon, OAB/DF 57.807 (peça 2)
Modalidade *Pregão Eletrônico*	Número 02/2018	Critério de Julgamento Menor preço global
Vigência *12 meses, prorrogáveis até o limite de 60 meses (peça 3, p. 23-24)*	Valor Contratado R$ 696.833,80 (peça 8, p. 1)	

Fase do Certame
O Contrato 53/2018 foi assinado em 18/12/2018 (peça 8)

B. Alegações do Representante

1. O representante alega, em suma, que:

a) *as empresas AIE ENG AUTOMAÇÃO MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA EIRELI ME, CNPJ 22.297.312/0001-41, e ENERGIZA ENGENHARIA EIRELI ME, CNPJ 17.856.676/0001-84, estariam fraudando procedimentos licitatórios devido à existência de vínculos entre elas. A primeira irregularidade diria respeito à existência de vínculo do engenheiro Leonardo de Araújo Ferreira como responsável técnico das duas empresas. A segunda irregularidade estaria consubstanciada no vínculo do engenheiro Isanio Raposo Soares, que seria responsável técnico da empresa AIE e proprietário da empresa Energiza. Acrescenta que haveria vedação à participação de ambas empresas em procedimentos licitatórios e que a participação de ambas caracterizaria fraude e prejuízo à competividade dos certames em razão da utilização da prática conhecida como coelho (peça 1, p 1-6); e*

b) *a empresa ENERGIZA ENGENHARIA EIRELI ME estaria se declarando microempresa visando à obtenção de tratamento diferenciado em licitações quando, na verdade, não possuiria essa condição. A empresa possuiria diversos contratos e, no ano de 2017, teria obtido faturamento de R$ 4.133.389,33, o que superaria, em muito, o limite de R$ 360.000,00. Como exemplo, cita o Pregão Eletrônico 02/2018 da Gerência Executiva do INSS em Caxias do Sul/RS, no qual a empresa teria se sagrado vencedora descumprido termos da legislação e do edital, especialmente os itens 6.15 e 6.16. Acrescenta passagens doutrinárias sobre o tema e registra posicionamento jurisprudencial deste Tribunal e de órgãos judiciários para reforçar que haveria irregularidade patente e que a consequência necessária seria a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade (peça 1, p 6-25).*

2. *A partir desses argumentos, solicita a adoção de medida cautelar para inabilitar referidas empresas pelo período de cincos anos, medida que, no seu entender, deve ser confirmada quando da análise do mérito (peça 1, p. 26).*

C. Exame de Admissibilidade

Legitimidade do Autor

O representante possui legitimidade para representar ao Tribunal? (Fundamento: art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237 do Regimento Interno/TCU)	Sim

Redação em Linguagem Compreensível

A representação está redigida em linguagem clara e objetiva, contém nome legível, qualificação e endereço do representante? (Fundamento: art. 235 do Regimento Interno/TCU)	Sim

Indício Concernente à Irregularidade ou Ilegalidade

A representação encontra-se acompanhada do indício concernente à irregularidade ou ilegalidade apontada pelo autor? (Fundamento: art. 235 do Regimento Interno/TCU)	Sim

Competência do TCU

A representação trata de matéria de competência do TCU? (Fundamento: art. 235 do Regimento Interno/TCU)	Sim

Interesse Público

Os argumentos do autor indicam a possibilidade de existência de interesse público, caso restem comprovadas as supostas irregularidades apontadas na peça inicial. (Fundamento: art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014)	Sim

Conclusão quanto ao Exame de Admissibilidade

3. A representação em tela não veio acompanhada de indícios suficientes concernentes às irregularidades apontadas pelo autor.
4. Apesar de a peça inicial fazer referência a diversos documentos que evidenciariam as supostas irregularidades, não se verifica a existência de tais comprovantes nos autos, especialmente no que se refere à suposta participação das duas empresas em licitações com o intuito de fraudá-las. Os documentos apresentados pelo representante se restringem a demonstrar o vínculo dos profissionais com as duas empresas mencionadas (peça 9, p.1-24); a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE da empresa Energiza - (peça 9, p 24-25) e o edital do Pregão Eletrônico 02/2018 da Gerência Executiva do INSS em Caxias do Sul - RS- (peça 9, p. 27-57).

5. *Ademais, observa-se que o representante não se insurge contra licitações específicas, apresentando alegações sobre possíveis fraudes cometidas pelas empresas AIE e Energiza, sem mencionar, entretanto, em quais licitações os fatos teriam ocorrido. Ainda assim, com o intuito de se verificar a plausibilidade das alegações, procedeu-se à consulta nas bases de dados deste Tribunal de uma amostra de licitações em que as empresas participaram e em sequer uma delas se verificou a alegada participação das aludidas empresas conjuntamente.*
6. Apenas em relação ao suposto enquadramento indevido da empresa Energiza como microempresa é que o representante indica, como exemplo, o Pregão Eletrônico 02/2018 da Gerência Executiva do INSS em Caxias do Sul/RS.
7. *Dessa forma, a análise a seguir tem por referência exclusivamente o referido certame.*
8. Quanto à suposta irregularidade na existência de vínculos profissionais e societários entre a AIE e a Energiza, que estariam participando indevidamente de licitações, procedeu-se à consulta da ata do Pregão Eletrônico 02/2018 (peça 4) na qual se verificou que a empresa AIE sequer participou da disputa. Afasta-se, dessa forma, qualquer indício de irregularidade sobre esse ponto uma vez inexistente menção a quaisquer outras licitações em que a possível fraude teria ocorrido.
9. Quanto ao alegado enquadramento indevido como microempresa, também se procedeu à juntada de documentos aos autos para análise dessa possível ocorrência. O primeiro *documento (peça 5), obtido no sistema Comprasnet, indica que a Energiza se declarou empresa de pequeno porte ou microempresa, enquanto a declaração à peça 6, p. 6, indica expressamente a declaração como microempresa subscrita pelo seu representante legal. Por fim, extrai-se do documento à peça 7 que a receita bruta da empresa no exercício de 2017 foi, de fato, de R$ 4.133.389,33.*
10. A partir desses documentos, se observa que a empresa Energiza seria enquadrada como empresa de pequeno porte apesar de se declarar como microempresa.
11. O art. 3º, caput, I e II, da LC 123/2006 define como microempresa (ME) a empresa que, em cada ano-calendário, auferir receita bruta igual ou inferior à R$ 360.000,00, e como *empresa de pequeno porte (EPP) aquela que, em cada ano-calendário, auferir receita bruta superior à R$ 360.000,00 e igual ou inferior a R$ 3.600.000,00, valor que foi aumentado para R$ 4.800.000,00, a partir de 1º/1/2018 (LC 155/2016).*
12. Como a sessão do pregão eletrônico em questão foi realizada em 19/11/2018, já estava vigente a regra que majorava o limite superior de enquadramento como empresa de pequeno porte para R$ 4.800.000,00. Como o último resultado apurado, em 2017, evidenciava o faturamento de R$ 4.133.389,33, a empresa Energiza deveria ser considerada empresa de pequeno porte quando da realização do certame.
13. Assim, a possível irregularidade estaria consubstanciada nesse enquadramento indevido. Ocorre que esse fato, por si só, não se reveste de força suficiente para macular a *condução do certame sob análise.*
14. Não é possível afirmar se a declaração indevida decorreu de erro ou de ato intencional por parte da empresa Energiza. Independentemente disso, o que se verifica é que, caso a empresa tivesse se declarado como empresa de pequeno porte, não haveria motivos para a alteração do resultado do Pregão Eletrônico 02/2018.
15. O que normalmente se verifica, e é rotineiramente combatido e sancionado por este Tribunal, é a situação de empresas que se declaram como de pequeno porte ou microempresas, sem de fato o serem, com o intuito de se beneficiarem do tratamento diferenciado em procedimentos licitatórios estabelecido pela mencionada LC 123/2006.
16. O caso concreto é distinto. A empresa Energiza, no momento do certame, era uma empresa de pequeno porte, a qual poderia, se fosse o caso, obter o devido tratamento diferenciado. Se a declaração da empresa a indicasse como empresa de pequeno porte, a situação fática não se alteraria, pois, para os fins de obtenção de tratamento diferenciado em licitações, a legislação não faz distinção entre microempresas e empresas de pequeno porte. Assim, não há indícios de que mencionada declaração tenha resultado ou sequer pudesse ter resultado em qualquer favorecimento indevido à empresa Energiza.
17. Registre-se, ainda, que a fase competitiva do certame foi concluída sem necessidade da etapa de desempate que configura o referido tratamento diferenciado às microempresas e
empresas de pequeno porte. Assim, tal prerrogativa não foi sequer, na prática, utilizada pela Energiza no certame em comento.
18. Conclui-se, então, que o representante não apresentou elementos bastantes das supostas fraudes perpetradas pelas empresas AIE e Energiza. Além disso, não se verifica a possibilidade de concessão de medida cautelar para aplicação de sanção de inabilitação às empresas, consoante o pedido do representante.
19. Nesse sentido, ausentes os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, a representação não deve ser conhecida.

D. Pedido de Ingresso aos Autos e de Sustentação Oral

Há pedido de ingresso aos autos?	Não
Há pedido de sustentação oral?	Não

E. Processos Conexos e Apensos

Há processos conexos noticiando possíveis irregularidades na contratação ora em análise?	Não
Há processos apensos?	Não

F. Proposta de Encaminhamento

20. Em virtude do exposto, propõe-se:

20.1. *não conhecer a presente documentação como representação, visto não estarem presentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;*

20.2. *informar ao representante que o conteúdo da deliberação que vier a ser proferida poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e*

20.3. *arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 235, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, e do art. 105 da Resolução - TCU 259/2014."*

Acolho a proposta da unidade nos termos do seguinte acórdão:

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 143, 237, VII e 250, II do Regimento Interno/TCU, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação, visto não estarem presentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) informar ao representante que o conteúdo desta deliberação poderá ser consultada no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

c) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 235, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, e do art. 105 da Resolução - TCU 259/2014

1. Processo TC-007.918/2019-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Instituto Nacional de Defesa em Processo Administrativo - Indepad
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS em Caxias do Sul/RS
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Roberto Augusto Nunes Franciscon (OAB/DF 57.807)
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1151/2019 - TCU - Plenário

Considerando a manifestação da unidade técnica lavrada nos seguintes termos:

1. "Cuidam os autos de representação a respeito de possíveis irregularidades na execução de obra para construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de São José do Povo/MT, referente ao Contrato 71/2014.

HISTÓRICO

2. A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE/MT) recebeu denúncia, por meio do sistema online, registrada sob o chamando 1085/2018 (peça 8), datada de 30/5/2018, protocolizado anonimamente. O denunciante informou, em apertada síntese, os seguintes fatos:

a) por meio de aditivo foi realizado pagamento por fundação rasa (radier), já na 4ª medição houve o pagamento por fundação profunda (estacas de concreto). Relata, entretanto, que na data da 4ª medição, a fundação já estava completamente coberta, e que não foi apresentado nenhuma foto das estacas fincadas no terreno brejoso;

b) foi utilizado telhado metálico, em vez do telhado cerâmico, que estava projetado e licitado. Relata que na 4ª medição houve a alteração do tipo de estrutura da cobertura, que era de madeira, e foi alterada para metálica, sem nenhuma justificativa;

c) por fim, questiona se a construção da cisterna, o sistema de coleta e bombeamento da água de reuso seguiu o projeto aprovado pelo Ministério da Saúde.

3. A Secretaria de Controle Externo de Obras e Serviços de Engenharia (Secex-Obras) do TCE/MT, por meio do Sistema Geo-Obras/TCE-MT, constatou que o Contrato 71/2014, decorrente da Concorrência 13/2014, referia-se a recursos federais, no valor de R$ 408.000,00, oriundo do Ministério da Saúde. A Secex-Obras sugeriu o encaminhamento da comunicação de irregularidade ao TCU.

4. Nessa toada, o Ministério Público de Contas, por meio do Parecer 2.000/2018, manifestou-se pela extinção do processo sem julgamento de mérito, com ciência à Prefeitura Municipal de São José do Povo/MT e remessa dos autos à esta Corte de Contas.

5. O Conselheiro Luiz Carlos Pereira, por meio de decisão singular, acolheu o Parecer Ministerial, e extinguiu, sem julgamento de mérito, a Comunicação de Irregularidade e determinou o envio dos autos ao TCU, nos termos do §2º do artigo 205 da Resolução 14/2007 do TCE/MT.

EXAME DE ADMISSIBILIDADE

6. Inicialmente, deve-se registrar que a representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU, haja vista a matéria ser de competência do Tribunal, referir-se a responsável sujeito a sua jurisdição, estar redigida em linguagem clara e objetiva, conter nome legível, qualificação e endereço do representante, bem como encontrar-se acompanhada do indício concernente à irregularidade ou ilegalidade.

7. Além disso, o TCE/MT possui legitimidade para representar ao Tribunal, consoante disposto no inciso IV do art. 237 do RI/TCU.

8. Dessa forma, a representação poderá ser apurada, para fins de comprovar a sua procedência, nos termos do art. 234, § 2º, segunda parte, do Regimento Interno do TCU, aplicável às representações de acordo com o parágrafo único do art. 237 do mesmo RI/TCU.

EXAME TÉCNICO

9. Esclarece-se, inicialmente, que em consulta ao Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (Sismob) do Ministério da Saúde - MS (peça 14), constatou-se que a referida construção pertence ao Programa "Requalifica UBS", sob nº da proposta 11345.3660001/13-003. A consulta aponta a execução de 84% da obra, e previa conclusão em 23/3/2019, com pagamentos de duas parcelas de R$ 81.600,00 e R$ 244.800,00, ocorridas em 13/1/2014 e 30/9/2015, respectivamente.

10. Outro ponto, foi de que o denunciante descreveu as possíveis irregularidades, tendo informado que anexou fotografias à Comunicação de Irregularidades que comprovariam os fatos denunciados. Entretanto, a Secex-Obras informou no seu relatório a ausência de registro fotográfico. Dito isso, passa-se a análise do "Exame Sumário", conforme Resolução TCU 259/2014.

11. De acordo com o art. 106 da Resolução TCU 259/2014, considerados preenchidos os requisitos de admissibilidade, deve-se proceder ao exame sumário acerca do risco para a unidade jurisdicionada, da materialidade e relevância dos fatos noticiados, observando as premissas da Instrução Normativa (IN) TCU 63/2010.

12. No tocante à materialidade das informações apresentadas, embora o valor da obra apresente alta materialidade (R$ 595.492,89), tendo por base o valor de R$ 100.000,00 estabelecido pelo TCU para a instauração de TCE (IN TCU 76/2016), estima-se que as supostas irregularidades não reflitam um montante significativo. Sublinha-se que o valor inicial da obra foi de R$ 407.989,48, e posteriormente, aditado e apostilado os valores de R$ 101.982,93 e R$ 85.520,48, respectivamente.

13. Acerca do risco, à luz dos princípios da eficiência e celeridade, entende-se que a apuração do órgão concedente tem mais impactos positivos, possibilitando a identificação de outras irregularidades, não noticiadas nos presentes autos.

14. Quanto à relevância, está presente, pois o possível pagamento por serviços não executados e a possível alteração unilateral do projeto licitado causa, em tese, prejuízo aos cofres públicos e ofende os princípios que regem a Administração Pública. Entretanto, a fiscalização pari passu do órgão concedente se mostra mais eficiente e efetiva na mitigação das irregularidades dos serviços executados.

15. Ao analisar a documentação encaminhada, observou-se que o denunciante detinha conhecimento da execução da mencionada obra, o que demonstra, em tese, a veracidade das informações. Relatou que houve pagamento indevido na 4ª medição (fundação profunda), e alteração da estrutura da cobertura de madeira por telhado metálico. Porém, não apresentou evidência dos fatos relatos (registro fotográfico, planilhas de medição).

16. A falta de evidências das irregularidades apontadas na execução do contrato, e o fato de que a obra não está concluída, como demonstrado em consulta ao Sismob, entende-se, por conseguinte, que o exame das contas do dito repasse de recursos estão, ainda, na alçada do órgão repassador.

17. Ressalta-se que a jurisprudência desta Corte de Contas, entende que a responsabilidade primária pela fiscalização da correta aplicação dos recursos federais transferidos a Estados e Municípios compete ao órgão ou entidade concedente, tendo lugar a ação do TCU, em regra, após a devida atuação do repassador evitando-se duplicidade de esforços e supressão de responsabilidades, consoante os Acórdãos TCU 362/2015- Plenário, TCU 364/2015- Plenário e 516/2015-2ª Câmara, todos da Relatoria do Ministro Substituto Marcos Bemquerer.

18. Considerando que o contrato em tela previa a conclusão em 23/3/2019, e que cabe ao órgão concedente a fiscalização inicial da regular execução dos recursos repassados, com a consequente entrega do produto constante no plano de trabalho, e a fim de evitar a duplicidade de esforços e, principalmente, com vistas a otimizar as ações de controle, propõe-se que seja determinado ao Ministério da Saúde (MS) que exerça sua fiscalização primária sobre os fatos noticiados na presente representação, informando ao Tribunal sobre as conclusões da apuração em conjunto com a prestação de contas final.

CONCLUSÃO

19. Em face do expendido, considera-se que a representação deve ser conhecida tendo em vista o atendimento aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, IV, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 103, §1º, da Resolução TCU 259/2014.

20. Propõe-se que seja determinado ao Ministério da Saúde (MS) que exerça sua fiscalização primária sobre os fatos noticiados na presente representação relacionadas, principalmente, ao pagamento por serviços não executados (fundação profunda - estacas de concreto), e alteração do tipo de estrutura da cobertura, sem justificativa, informando a esta Corte de Contas sobre as conclusões da apuração juntamente com o parecer conclusivo da prestação de contas parcial dos recursos repassados.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

21. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) determinar ao Ministério da Saúde , com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, que exerça sua função fiscalizatória primária com vistas à apuração de possíveis irregularidades relacionadas, principalmente, ao pagamento por serviços não executados (fundação profunda - estacas de concreto), e alteração do tipo de estrutura da cobertura, sem justificativa, informando ao Tribunal no prazo de sessenta dias, a contar da ciência *desta deliberação, sobre as conclusões da apuração juntamente com o parecer conclusivo da prestação de contas parcial dos recursos até o momento repassados;*

c) encaminhar cópia dos autos ao Ministério da Saúde;

d) sobrestar, com fundamento no art. 10, § 1º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 157, caput, e art. 201, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal, o julgamento de mérito do presente processo até o momento da comprovação das medidas adotadas pelo Ministério da Saúde (MS) ou até expirado o prazo para comprovação junto a esta Corte da adoção das medidas cabíveis; e

e) determinar à SecexSaúde que monitore o cumprimento da presente determinação nestes autos."

Acolho a proposta da unidade nos termos do seguinte acórdão:

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 143, 237, VII e 250, II do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) determinar ao Ministério da Saúde , com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, apure possíveis irregularidades relacionadas, principalmente, ao pagamento por serviços não executados (fundação profunda - estacas de concreto), e alteração do tipo de estrutura da cobertura, sem justificativa, informando ao Tribunal no prazo de sessenta dias, a contar da ciência desta deliberação, sobre as conclusões da apuração juntamente com o parecer conclusivo da prestação de contas parcial dos recursos até o momento repassados;

c) encaminhar cópia dos autos ao Ministério da Saúde;

d) sobrestar, com fundamento no art. 10, § 1º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 157, caput, e art. 201, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal, o julgamento de mérito do presente processo até o momento da comprovação das medidas adotadas pelo Ministério da Saúde (MS) ou até expirado o prazo para comprovação junto a esta Corte da adoção das medidas cabíveis; e

e) determinar à SecexSaúde que monitore o cumprimento da presente determinação nestes autos.

1. Processo TC-026.958/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE/MT)

1.2. Órgão/Entidade: Município de São José do Povo - MT

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1152/2019 - TCU - Plenário

Considerando a manifestação da unidade técnica lavrada nos seguintes termos:

"1. Cuidam os autos de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Caixa Participações S.A. (CaixaPar), relacionadas com investimentos no Banco Panamericano S.A. (Banco Pan). A CaixaPar é uma subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, criada com base na Lei 11.908, de 3 de março de 2009, com o objetivo de ampliar a participação da Caixa na intermediação de recursos e negócios financeiros, por meio de aquisição de participações acionárias de empresas sediadas no Brasil.

PROCESSOS CONEXOS

2. TC 002.665/2011-5: acompanhamento que resultou em relatório de auditoria com enfoque na aquisição de participação acionária no Banco Panamericano S.A. pela CaixaPar, a partir da autorização concedida pela Lei 11.908/2009. Os achados da auditoria foram apreciados no Acórdão 1.005/2012 - Plenário, quando se determinou a realização de novo acompanhamento para:

> avaliação das atividades desenvolvidas no âmbito da Caixa relacionadas ao Acordo de Cooperação Operacional com o Banco Panamericano, em especial a verificação dos resultados financeiros das operações e da efetividade dos mecanismos de controle previstos; e
>
> avaliação das ações desenvolvidas pela Caixapar para acompanhar os resultados do investimento mantido no Banco Panamericano, em especial a eventual ocorrência dos riscos identificados neste trabalho e as medidas adotadas para mitigar seus efeitos.

3. TC 015.358/2012-7: auditoria para verificar se a carteira de crédito do Banco Pan, adquirida pela caixa no ano de 2011, conforme estipulado no Acordo de Cooperação Operacional (ACO), estava em conformidade com critérios mínimos exigidos pela Caixa. O mérito da fiscalização foi apreciado pelo Acórdão 2557/2015 - TCU - Plenário, que determinou a realização de novo acompanhamento para:

> verificação dos resultados financeiros das operações decorrentes do Acordo de Cooperação Operacional firmado entre a Caixa Econômica Federal e Banco Panamericano (subitem 9.5.1 do Ac. 1.005/2012-P);
>
> avaliação das ações desenvolvidas pela Caixapar para acompanhar os resultados do investimento mantido no Banco Panamericano (atual Banco Pan), em especial quanto aos riscos identificados na auditoria versada no Acórdão 1.005/2012-Plenário (relacionados à divisão de poderes societários entre a Caixapar e o Banco BTG Pactual no controle do Banco Panamericano) e as medidas adotadas para mitigar seus efeitos.

4. TC 011.470/2016-0: acompanhamento, decorrente do Acórdão 2557/2015 - TCU - Plenário, com o objetivo de verificar a regularidade de atos referentes à aquisição parcial da carteira de crédito do Banco Panamericano, realizada pela Caixa em 2011 e 2012, bem como de avaliar a conformidade da operação com o Acordo de Cooperação Operacional (ACO) celebrado entre Banco Pan, a Caixa Econômica Federal e o Banco BTG Pactual; e os critérios mínimos exigidos pela Caixa. O mérito foi deliberado por meio do Acórdão 1903/2016 - TCU - Plenário, o qual determinou:

> Converter o presente processo do tipo acompanhamento (Acom) para processo de fiscalização do tipo relatório de acompanhamento (Racom);
>
> Autorizar a realização de fiscalização de conformidade, com fundamento no inciso I do art. 249 e art. 241 do RI/TCU, na Caixa Econômica Federal e na Caixa Participações S.A., com vistas a examinar os atos referenciados no item 9.4 do Acórdão 2.557/2015-TCU-P, quais sejam, resultados financeiros das operações decorrentes do Acordo de Cooperação Operacional firmado entre a Caixa Econômica Federal e Banco Panamericano e ações desenvolvidas pela Caixapar para acompanhar os resultados do investimento mantido no Banco Panamericano (atual Banco Pan), em especial quanto aos riscos identificados na auditoria versada no Acórdão 1.005/2012-Plenário (relacionados à divisão de poderes societários entre a Caixapar e o Banco BTG Pactual no controle do Banco Panamericano) e as medidas adotadas para mitigar seus efeitos.

5. TC 005.591/2018-0: processo de fiscalização do tipo relatório de acompanhamento, decorrente do Acórdão 1903/2016 - TCU - Plenário, com o objetivo de analisar os resultados financeiros das operações decorrentes do Acordo de

Cooperação Operacional firmado entre a Caixa Econômica Federal e Banco Pan e as ações desenvolvidas pela CaixaPar para acompanhar os resultados dos investimentos mantido no Banco Pan. O Relatório de Auditoria se encontra concluído e, atualmente, o processo está pendente de deliberação com o Relator.

EXAME DE ADMISSIBILIDADE

6. Reitera-se o exame de admissibilidade realizado na peça 8, registrando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 c/c inciso VI, do art. 237 do Regimento Interno do TCU.

HISTÓRICO

7. Esta representação foi autuada pela Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazenda) em 10 de outubro de 2014, em decorrência dos trabalhos de fiscalização que vinham sendo efetuados e com o objetivo de analisar possíveis irregularidades ocorridas na CaixaPar relacionadas com os investimentos no Banco Pan. A Representação foi conhecida e autorizada em 13 de outubro de 2014, mediante despacho arrolado à peça 11.

8. O contexto das operações envolvendo CaixaPar e Banco Pan pode ser assim resumido, de forma sumária: em dezembro de 2009, a CaixaPar comprou do Grupo Silvio Santos parte da participação no Banco Pan, de modo que o Grupo Silvio Santos e CaixaPar passaram a deter o capital do BancoPan. Posteriormente, em novembro de 2010, o Banco Central identificou o comprometimento da situação econômico-financeira do Banco Pan.

9. Esse comprometimento foi decorrente de descobertas, pelo Banco Central, de fraudes na contabilidade do Banco Pan, que resultou em ação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, as quais apuraram crimes como formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta e crimes financeiros, como o "caixa dois". Os principais mecanismos utilizados para fraudar foram manter como ativos as carteiras de crédito vendidas a outros bancos e duplicação de registros de carteiras do Pan, medidas que inflavam os resultados do banco.

10. No início de 2011, o Banco BTG Pactual adquiriu a participação do Grupo Silvio Santos no Banco Pan. Assim, a CaixaPar e o Banco BTG Pactual passaram a deter o capital do Banco Pan. Neste mesmo ano (2011), a CaixaPar e o Banco BTG Pactual celebraram Acordo de Acionistas, o qual determinava as regras de compartilhamento do controle do Banco Pan. Além disso, a CaixaPar e o Banco Pan firmaram Acordo de Cooperação Operacional, em que constou os seguintes compromissos da CaixaPar junto ao Banco Pan: adquirir direitos creditórios sem coobrigação do Banco Pan sempre que esse desejasse cedê-los e realizar operações de Depósito Interfinanceiro (CDI) com o Banco Pan.

11. Nos anos seguintes, em função de dificuldades operacionais do Banco Pan e em função de suas estratégias, foram realizados diversos aumentos de capital no Banco Pan, sendo que parte dos aportes foram realizados pela CaixaPar. Apesar dos investimentos, os resultados obtidos pela Caixa a título de equivalência patrimonial foram deficitários em 2012 e 2013. Em julho de 2014, a Administração do Banco Pan propôs mais um aumento do capital social no valor de até R$ 1,5 bilhão e essa proposta, à época, estava marcada para ser deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária do Banco Pan no dia 13 de outubro de 2014.

12. Foi nesse contexto que a SecexFazenda, no dia 10 de outubro de 2014, autuou a presente Representação.

EXAME TÉCNICO SUMÁRIO

13. Para apurar a ocorrência de irregularidades nos investimentos da CaixaPar no Banco Pan, conforme proposto nestas Representação, o procedimento necessário consistia em verificar a legalidade dos investimentos, além da regularidade do Acordo de Acionista pactuado entre a CaixaPar e Banco PTG Pactual e do Acordo de Cooperação Operacional firmado entre CaixaPar e Banco Pan, bem como a evolução do Banco Pan no desenvolvimento de suas atividades.

14. Esses procedimentos foram executados no bojo do processo de fiscalização do TC 005.591/2018-0 que absorveu, no momento da execução dos trabalhos, o conteúdo e informações desta Representação.

15. No âmbito do TC 005.591/2018-0, esta unidade técnica concluiu o Relatório de Fiscalização, o qual apresentou o seguinte escopo: analisar os resultados financeiros das operações decorrentes do Acordo de Cooperação Operacional (ACO) firmado entre a Caixa Econômica Federal e Banco Pan; e analisar as ações desenvolvidas pela CaixaPar para acompanhar os resultados dos investimentos mantido no Banco Pan, em especial quanto às fontes de riscos identificadas na auditoria versada no Acórdão 1.005/2012-Plenário (relacionados à divisão de poderes societários entre a CaixaPar e o Banco BTG Pactual no controle do Banco Pan S.A.), bem como as medidas adotadas para mitigar seus efeitos.

16. Um dos achados de auditoria está relacionado à presente Representação e diz respeito ao resultado financeiro negativo para os investimentos da CaixaPar mantidos no BancoPan. Dessa forma, entende-se que o objeto da presente Representação está sendo integralmente atendido por meio dessa fiscalização, de modo que será proposto o apensamento deste processo ao TC 005.591/2018-0, ainda em andamento - inclusive para não incorrer em eventual bis in idem em penalidades ou providências tomadas no desenrolar daquele processo conexo.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

17. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

18. apensar os presentes autos ao TC 005.591/2018-0, na forma prevista no art. 40 da Resolução - TCU 259/2014."

Acolho a proposta da unidade nos termos do seguinte acórdão:

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V "a", do Regimento Interno/TCU, em apensar os presentes autos ao TC 005.591/2018-0 (Relator Ministro Aroldo Cedraz), atualmente na SecexFazenda, na forma prevista no art. 40 da Resolução - TCU 259/2014.

1. Processo TC-027.835/2014-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: SecexFazenda

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal/MF - Caixa e Caixa Participações S.A. - CaixaPar.

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.6. Representação legal: Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Adam Luiz Alves Barra (19.786/OAB-DF), representando Caixa Participações S.a. e Caixa Econômica Federal.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1153/2019 - TCU - Plenário

Considerando a manifestação da unidade técnica lavrada nos seguintes termos:

"INTRODUÇÃO

22. Cuidam os autos de representação feita pela empresa Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli (CNPJ 21.550.873/0001-48) a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 1/2018, do tipo menor preço e realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - TRT/MG.

23. O pregão tem por objeto (peça 1, p. 30):

> Registro de Preços para eventual contratação de licenças, créditos PSO e serviços de subscrição e suporte técnico da suíte de virtualização VMware, por um período de 12 (doze) meses e renovável por iguais períodos, para utilização pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e pelos respectivos participantes do sistema de registro de preços, nos termos deste Edital e seus anexos.

3. Segundo o sítio *http://brainwork.com.br/2016/06/27/conceitos-do-vmware-nsx/, o VMWARE NSX é:*

> (...) uma plataforma de virtualização de redes que segue o mesmo modelo já usado para a virtualização de servidores.
>
> Com a virtualização de servidores, uma camada de abstração de software (hypervisor) reproduz os atributos de um servidor físico (CPU, RAM, disco, NIC) em software. Da mesma forma, na virtualização de rede, o equivalente funcional de um hypervisor reproduz o conjunto de serviços de rede (SWITCHING, ROTEAMENTO, FIREWALL, qOs E BALANCEAMENTO DE CARGA) EM SOFTWARE.
>
> Como resultado9, estes serviços podem ser criados e fornecidos rapidamente, sem a necessidade de alterações no mundo físico.

4. Segundo a representante, o TRT/MG realizou, inicialmente, cotação de preços junto às empresas IT-One Tecnologia da Informação Ltda., CPF - Consultoria, Planejamento e Desenvolvimento de Sistemas Ltda., bem foi utilizada 2 (duas) Atas de Registro de Preço. As duas atas utilizadas tiveram como vencedoras a empresa Arrow e a DCL Brasil Distribuidora Ltda.

5. A Weltsolutions esclarece que, apesar do valor vultoso do Pregão 1/2018, somente 3 (três) empresas cadastraram suas propostas de preço no sistema: a própria representante, a Arrow e a Decision Serviços de Tecnologia da Informação Ltda.

6. Ainda segundo a representante, no dia da abertura do processo licitatório (29/01/2018), a empresa Decision desistiu de participar do pregão, permanecendo na licitação apenas a representante e a empresa Arrow.

7. Ato contínuo, a representante Weltsolutions apresentou o menor preço e enviou os documentos relativos à habilitação, sendo, por fim, declarada vencedora, momento em que a empresa Arrow apresentou recurso administrativo requerendo a desclassificação da representante sob o argumento de incapacidade da representante em fornecer todos os produtos licitados. A Arrow solicitou, ainda, que o TRT/MG realizasse diligência junto o fabricante VMware, para verificar se a Weltsolutions tinha a competência necessária para comercializar todos os itens do edital.

8. Subsequentemente, em síntese, a Weltsolutions foi desclassificada, pela não apresentação de um certificação que, segundo a mesma, não foi exigida no edital, e a Arrow foi convocada para dar continuidade ao processo licitatório.

9. Em 17/04/2018, a Arrow foi chamada pelo pregoeiro, Sr. Vitor Soares, para negociação e, segundo a representante, "demorou 64 (sessenta e quatro) dias, findando em fracasso" (peça 1, p. 3). A representante informa que, após a troca do pregoeiro, assim que foi "chamada pela nova pregoeira, atendeu de pronto às solicitações de reuniões presenciais".

10. O que se verifica é que a representante insurge-se contra a exigência de certificação que não constava do edital (peça 1, p. 1-45) e que ocasionou a sua desclassificação.

11. A representante finaliza, considerando os fatos narrados na peça inicial, solicitando que "sejam tomadas as providências cabíveis pelo Tribunal de Contas da União" e que seja considerada como "Interessada" no presente processo.

12. Cabe registrar que o objeto da representação diz respeito à denúncias em relação ao Pregão 1/2018, realizado pelo TRT/MG e que, compulsando os autos, verifica-se que a licitação, de fato, restou fracassada, conforme descrito no Despacho DTIV/314/2018 (peça 4, p. 313).

EXAME DE ADMISSIBILIDADE

13. Inicialmente, deve-se registrar que a representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU, haja vista a matéria ser de competência do Tribunal, referir-se a responsável sujeito a sua jurisdição, estar redigida em linguagem clara e objetiva, conter nome legível, qualificação e endereço do representante, bem como encontrar-se acompanhada de suficientes indícios concernentes à irregularidade ou ilegalidade.

14. Além disso, a empresa possui legitimidade para representar ao Tribunal, consoante disposto no inciso VII do art. 237 do RI/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993.

15. Ainda, conforme dispõe o art. 103, § 1º, in fine, da Resolução - TCU 259/2014, verifica-se a existência do interesse público no trato da suposta irregularidade/ilegalidade, pois a desclassificação de licitante por critérios não previstos no edital poderia, em tese, não selecionar a proposta mais vantajosa para a administração.

16. Dessa forma, a representação poderá ser conhecida, para fins de comprovar a sua procedência, nos termos do art. 234, § 2º, segunda parte, do Regimento Interno do TCU, aplicável às representações de acordo com o parágrafo único do art. 237 do mesmo RI/TCU.

EXAME TÉCNICO

17. A sessão de lances, conforme previsto no edital, realizou-se no dia 29/01/2018 (peça 1, p. 211), às 09:41:31h (peça 1, p. 353), finalizando após cinco minutos e tendo como menor proposta a ofertada pela WeltSolutions, no valor de R$ 32.498.000,00.

18. No dia 31/01/2018, a WeltSolutions enviou por e-mail a proposta e os documentos solicitados em tempo hábil, segundo o sistema (peça 1, p. 353).

19. No dia 06/02/2018 (peça 1, p. 354) a documentação ainda encontrava-se em fase de "análise preliminar pelos setores competentes do TRT3" e em 08/02/2018 (peça 1, p. 354) o pregoeiro informa que:

> Em 07/02/2018 foram solicitadas diligências para correção de cálculos e esclarecimento de informações. O prazo para resposta finda no dia 09/02/2018. A sessão ficará suspensa até 13h do dia 15/02/2018, salvo para envio de simples notificações.

20. Em 09/03/2018 (peça 1, p. 354) há informação do pregoeiro de que as diligências foram cumpridas tempestivamente e os documentos permaneciam sob análise técnica, até que em 01/03/2018 (peça 1, p. 354) é noticiado que a documentação foi aprovada pelo setor técnico.

21. O TRT/MG anunciou que iria realizar verificações quanto à inexistência de sobrepreço na licitação, com suspensão da sessão até às 13h do dia 07/03/2018 e anúncio do vencedor nessa mesma data.

22. No dia 07/03/2018, a empresa Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda anunciou a intenção de interpor recurso (peça 1, p. 354), protocolando a peça em 12/03/2018, informando que a Weltsolutions não atendeu o item 3.1 do edital, já que não tinha capacidade de comercializar os produtos objeto da licitação em tela, que são de propriedade do fabricante VMWARE Inc.:

> O que ocorreu é que a comissão de licitação não tomou conhecimento por essa empresa Arrematante, que eles (Weltsolutions) não possuem capacidade de comercializar e fornecer todos os produtos licitados por essa administração, descumprindo assim o item 3.1 do edital, conforme demonstraremos abaixo:
>
> Os produtos ora licitados nesse processo, são de propriedade do fabricante Mundial VMWare Inc. e sua comercialização no Brasil devem seguir a Política de Canais e acordos comerciais mundiais entre os seus revendedores e distribuidores, no qual, o licitante WELTSOLUTIONS está descumprindo ofertando produtos que ele não pode comercializar (...)
>
> (...)
>
> Diante do exposto, solicitamos que a empresa WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO seja DESCLASSIFICADA por não atendimento ao item 3.1 do edital, e ainda que comprove através de diligência solicitada pelo TRT 3ª Região ao fabricante VMWare, possuir competência necessária a comercializar todos os itens do edital em epígrafe.

23. A Weltsolutions apresentou, em 14/03/2018, contrarrazões (peça 1, p. 336-339) onde sustenta que "possui total e plena capacidade de comercializar e fornecer todos os produtos licitados" (peça 1, p. 337) e que apresentou todas as certificações que foram solicitadas pelo TRT/MG.

24. Ainda nas contrarrazões, a Weltsolutions informa que o TRT/MG realizou diligência junto a VMWare, que confirmou que a Weltsolutions estava apta para comercializar os produtos licitados (peça 1, p. 338):

> 12. Não por outro motivo que este órgão, através da SEIT promoveu diligência junto a VMWARE - fabricante dos produtos e responsável pelos seus canais de vendas -, que confirmou que a RECORRIDA possui toda a certificação necessária para a comercialização de todos os produtos licitados.

25. De fato, na análise do recurso (peça 1, p. 341-343), realizada em 16/03/2018, o Sr. Victor Emílio Feital Soares, pregoeiro e responsável pela apreciação do recurso, informa que o Secretário de Infraestrutura Tecnológica (SEIT) do TRT/MG já havia realizado diligência, mediante o Ofício N. SEIT/002/2018, junto ao fabricante dos programas (VMWare) em 06/02/2018 (peça 1, p. 366-368).

26. A referida diligência questionava ao fabricante se a empresa Weltsolutions era um canal de vendas credenciada pela VMware (peça 1, p. 366):

> Assim a partir do exposto, pergunto se a empresa Welt Solutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli-ME Ltda CNPJ 21.550.873/0001-48 é um canal de vendas credenciada pela VMWARE para comercializar sua linha de produtos, e se a mesma se encontra apta a fornecer todos os itens presentes no referido processo licitatório dentro dos quantitativos registrados, conforme tabela a seguir (...)

27. Com a resposta (peça 1, p. 625) à diligência retrocitada (peça 1, p. 366) e com o parecer do Secretário de Infraestrutura Tecnológica do TRT/MG (peça 1, p. 306-309), a análise do recurso (peça 1, p. 341-343) feita pelo pregoeiro, Sr. Victor Emílio Feital Soares, concluiu que a Weltsolutions tem a autorização para comercializar os produtos e licenças objeto do pregão em tela:

> Assim, verifica-se, inicialmente, que a comercialização do licenciamento pode ser restringida pelo titular da propriedade dos softwares às empresas que atendam às suas políticas de distribuição.
>
> Atento a tal fato, o Secretário de Infraestrutura Tecnológica do TRT3 empreendeu diligência junto ao fabricante dos programas, concluindo pela afirmação da capacidade técnica da licitante Weltsolutions, conforme parecer autuado sob nº e-PAD 740-2018-17. Cita-se:
>
> 'Em 28/02/18, recebemos a resposta final da Vmware, em cujo conteúdo temos:
>
> Referente ao Ofício SEIT/002/2018, após análises internas, informamos que a empresa Welt Solutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli-ME Ltda, CNPJ 21.550.873/0001-48, possui a competência de Network Virtualization e portanto habilitada a comercializar as soluções NSX. Informamos ainda que no dia 07 de fevereiro, quando endereçamos o e-mail abaixo, tal empresa não tinha tal competência ativa e na ocasião não estava habilitada, porém no dia 11 de fevereiro, a competência requerida foi adquirida o habilitando neste momento.
>
> A partir do exposto, estamos então habilitando tecnicamente a empresa Welt Solutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli-ME Ltda a prosseguir no certame. (Grifou-se).'
>
> Como se vê, a empresa proprietária dos programas a serem licenciados manifesto expressamente que a licitante Weltsolutions possui autorização para comercializar seus produtos e licenças. Destarte, ficam absolutamente afastados os argumentos apresentados pela recorrente.

28. Assim, o TRT/MG finaliza a análise conhecendo do recurso para, no mérito, julgá-lo improcedente (peça 1, p. 343):

> Pelos fundamentos acima expostos resolve o pregoeiro, conhecer do recurso interposto pela licitante Arrow ECS Brasil Distribuidora LTDA, por tempestivo, e, no mérito, s.m.j, propor seja julgado improcedente, mantida a decisão que declarou vencedora a empresa Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação EIRELI, submetendo à apreciação superior em grau de recurso hierárquico.

29. Em que pese o pregoeiro, Sr. Victor Emílio Feital Soares, ter julgado improcedente o recurso da Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda. (peça1, p. 343-344), verifica-se a emissão de um parecer jurídico (peça 1, p. 427-445).

30. Referido parecer ressalta que a resposta da VMWARE (peça 1, p. 625) à diligência efetuada pelo TRT/MG (peça 1, p. 366) é clara ao informar que no dia 07/02/2018 a Welt Solutions não tinha a competência de Network Viirtualization, habilitação esta que só foi adquirida no dia 11/02/2018 (peça 1, p. 625):

31. De fato, assiste razão ao parecer jurídico do TRT/MG (peça 1, p. 427-445), pois, conforme já dito anteriormente, a própria fabricante dos programas, VMWARE, informou (peça 1, p. 379), em 07/02/2018, que a WeltSolutions não estava habilitada para comercializar o software "VMware NSX Enterprise versão ou superior para um processador (socket)":

> Em resposta ao ofício recebido e citado acima, informamos que, dentre as licenças relacionadas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO 01/2018 PROCESSO -e-PAD 740/2018 (DTIC), é solicitada licença de uso do software VMware NSX Enterprise versão ou superior para um processador (socket).
>
> Cumpre-nos informar que a revenda WeltSolutions Welt Solutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli-ME Ltda CNPJ 21.550.873/0001-48 não possui a certificação Network Virtualization, necessária para a comercialização do produto acima referenciado.
>
> Para todos os outros itens da marca VMware relacionados no Edital supra-citado, não existe nenhum impedimento para a WeltSolutions para a comercialização dos mesmos.
>
> Ressaltamos que tal informação é relevante pois, possuímos certificações e competências em nosso Programa de Canais que permeiam as soluções, visando garantir conhecimento técnico mínimo e know-how para suportarem nossos clientes em projetos e soluções mais complexas.
>
> Colocamo-nos à disposição para qualquer outro esclarecimento que se faça necessário.
>
> Atenciosamente,
> Henrique Vasconcelos Brito
> Enterprise Account Manager
> hbrito@vmware.com
> *+55 31 9 8406-5809*

32. A habilitação da Weltsolutions ocorreu, segundo a própria fabricante, VMWARE, em 11/02/2018 (peça 1, p. 625):

> Referente ao Ofício SEIT/002/2018, após análises internas, informamos que a empresa Welt Solutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli-ME Ltda, CNPJ 21.550.873/0001-48, possui a competência de Network Virtualization e portanto habilitada a comercializar as soluções NSX.
>
> Informamos ainda que no dia 07 de fevereiro, quando endereçamos o e-mail abaixo, tal empresa não tinha tal competência ativa e na ocasião não estava habilitada, porém no dia 11 de fevereiro, a competência requerida foi adquirida o habilitando neste momento.
>
> Pedimos desculpas por qualquer inconveniente e nos colocamos à disposição.
>
> Grato,
> Henrique V. Brito | Territory Account Manager
> hbrito@vmware.com | + 55 31 98406-5809

33. Assim, verifica-se que em 29/01/2018 a disputa do lote foi encerrada e o pregoeiro informou que em 31/01/2018 a WeltSolutions enviou a proposta e os documentos solicitados, "em tempo hábil" (peça 1, p. 353).

34. O que se conclui, dos fatos cronologicamente narrados acima, é que a Weltsolutions apresentou a proposta com o menor preço, foi chamada para apresentar os documentos de habilitação (31/01/2018) e quando o TRT/MG analisou os referidos documentos, verificou, mediante diligência feita à VMWARE, que a WeltSolutions não estava habilitada para comercializar o produto objeto da licitação (peça 1, p. 379), pois não possuía a certificação Network Virtualization, fato que só veio a ocorrer em 11/02/2018 (peça 1, p. 625).

35. Em face da primeira mensagem da VMWARE (07/02/2018), informando que a Weltsolutions não estava autorizada a comercializar o programa, a Arrow ingressou com recurso (07/03/2018) sem levar em consideração que a segunda mensagem da VMWARE (28/02/2018) já informava que a Weltsolutions já estava habilitada (a partir de 11/02/2018).

36. Foi por conta da habilitação da Weltsolutions, ocorrida em 11/02/2018, que o pregoeiro, Sr. Victor Emílio Feital Soares, julgou improcedente o recurso da Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda. (peça1, p. 343-344).

37. Já o parecer jurídico (06/04/2018), considerou apenas a primeira mensagem da VMWARE, que considerava a Weltsolutions como não habilitada para comercializar o programa e encaminhou parecer ao Diretor-Geral do TRT/MG com proposta de provimento do recurso da Arrow e convocação da segunda colocada:

> Desse modo, submeto o processo licitatório à consideração de V.Sª, para análise da conveniência e oportunidade de:
>
> a) conhecer das razões de Defesa apresentadas pela Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda. e, no mérito, prover o recurso, para reformar a decisão recorrida (doc. 740-2018-21; p. 970), tendo em vista a incapacidade da licitante Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação em comercializar todo o objeto licitado no momento de avaliação dos documentos enviados.
>
> b) determinar o retorno dos autos à SELC para: (a) prosseguimento do certame, convocando a segunda colocada na licitação para análise de documentação e negociação do preço ofertado; e, (b) manifestação acerca de eventual incidência de sanção a ser aplicada à empresa Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação (art. 28 do Decreto nº 5.450/2005).
>
> À consideração superior.
>
> Belo Horizonte, 06 de abril de 2018.

38. Houve manifestação favorável do Diretor-Geral (peça 1, p. 447) de modo que a WeltSolutions foi desclassificada e a Arrow foi chamada para apresentar a documentação de habilitação, na condição de ter apresentado a segunda melhor proposta.

39. Entende-se que o TRT/MG deveria, antes de ter chamado a segunda colocada, ter realizado nova diligência, certificando-se de que a segunda mensagem da VMWARE, o qual informava que a Weltsolutions estava, a partir de 11/02/2018, de fato habilitada para comercializar o programa, com espeque no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, razão pela qual propõe-se a realização de ciência ao TRT/MG.

40. Por conta de outro problema, preço de alguns itens acima do valor de referência do TRT/MG, a empresa Arrow também foi desclassificada (peça 1, p. 289):

> A primeira, WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eirelli, foi desclassificada pelo fato de não ter comprovado, em momento oportuno, que detinha todas as condições de participação necessárias para sua classificação. A empresa recorreu desta decisão e, em sede recursal, tal posicionamento foi mantido pela Administração.
>
> A segunda, Arrow ECS Brasil Distribuidora, foi desclassificada porque, apesar de o valor global de sua proposta estar abaixo do nosso preço de referência, a empresa não conseguiu ajustar o valor de alguns itens isolados ao valor estimado pelo Regional. Após sucessivas tentativas de negociação, a licitante se negou a abaixar o preço dos referidos itens de modo a atender ao Tribunal.

41. Assim, com a desclassificação das duas únicas empresas participantes da licitação, o pregão restou fracassado (peça 4, p. 292):

> E, certo é que a proposta da WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eirelli - ME não atendeu ÀS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, AO PASSO QUE A PROPOSTA DA Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda, apresentou sobrepreço em todos os itens que seriam objeto de aquisição imediata, ficando acima do valor máximo fixado por este Regional (constante descrito na tabela elaborada pela Secretaria de Licitações e Contratos - doc. Nº 740-2018-52, p. 1.092).
>
> Feitos este relato do procedimento licitatório, conclui-se que foram observados os requisitos legais pertinente, mas cujos deslindes ensejaram o fracasso do certame, nos termos acima expostos.
>
> À vista do exposto, submeto o processo licitatório à consideração de V.Sª, para análise da conveniência e oportunidade de encaminhá-lo ao Exmo. Desembargado Presidente deste Regional, propondo:
>
> a) a ratificação da decisão da Pregoeira, que declarou fracassado o Lote único do certame (doc. Nº 740-2018-87, p. 1378);
>
> b) a autorização do registro do fracasso do certame no sistema eletrônico do Banco do Brasil S/A, consoante ajuste firmado entre este Tribunal e aquela instituição;
>
> c) a determinação do encaminhamento dos autos à SELC para lançamento do ato no sistema eletrônico e demais providências pertinentes, os termos da Lei nº 8.666/93 e 10.520/2002 e dos Decretos nos 5.450 e 7.892/13;
>
> d) a determinação do encaminhamento dos autos à Diretoria de Orçamento e Finanças para ciência do fracasso do certame e adoção das medidas cabíveis; e
>
> e) a determinação do encaminhamento dos autos à DTIC para, em sendo o caso, adotar as medidas que reputar oportunas visando à aquisição dos bens objetos do certame.

42. Portanto, com o fracasso da licitação, houve a perda de objeto da representação. Entretanto, verifica-se impropriedade na conduta do TRT/MG quanto à ausência de credenciamento por parte da empresa WeltSolutions.

43. A empresa Weltsolutions poderia ter sido convocada por conta de sua habilitação em 11/02/2018, evitando a realização de uma nova licitação, o que certamente prejudica o desenvolvimento das atividades do TRT/MG.

44. Entretanto, entende-se que a convocação da segunda colocada, empresa Arrow, foi feita como forma de evitar problemas futuros, haja vista que, em 07/02/2018, a empresa Weltsolutions não estava credenciada para comercializar o programa.

45. Com o fracasso da licitação, não houve prejuízo ou dano ao erário, optando o TRT/MG pela realização de uma nova licitação

46. Assim, o documento constante da peça 1 deve ser conhecido como representação, por preencher os requisitos previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno/TCU c/c o art. 113, § 1º, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014.

47. Por fim, conforme solicitado pela representante, propõe-se o ingresso da mesma como interessada nos autos.

48. Considerando que a representante se insurge contra a sua inabilitação do Pregão Eletrônico 1/2018, realizada de forma equivocada pelo TRT/MG, ao considerar apenas a primeira mensagem da fabricante VMWARE (que inabilitava a representante, em 07/02/2018) sem levar em conta a segunda mensagem (que habilitava a Weltsolutions, em 11/02/2018).

Considerando que tal fato não causou dano ao erário,

Considerando, todavia, que o TRT/MG deliberou pela realização de novo procedimento licitatório, tendo em vista o fracasso do Pregão 001/2018,

Considerando que apesar do certame não ter sido aproveitado, verifica-se impropriedade na desclassificação da representante, a qual entende-se que deva ser levada ao conhecimento do TRT/MG, mediante a ciência da mesma,

Considerando que, em face do fracasso da licitação, houve a perda de objeto da representação,

Propõe-se que a Representação deva ser conhecida para, no mérito, considerá-la prejudicada, em face da perda de objeto ocorrida com o fracasso do Pregão 001/2018.

ENCAMINHAMENTO

49. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

49.1 conhecer da representação, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, e parágrafo único, do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la prejudicada, em face da perda de objeto ocorrida com o fracasso do Pregão 001/2018;

49.2 deferir o pedido de ingresso da representante como interessado nos autos;

49.3 dar ciência ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT/MG) sobre a seguinte impropriedade:

a) inabilitação da empresa Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli (CNPJ 21.550.873/0001-48) sem certificar-se de fato, se a mesma não podia comercializar o produto objeto do Pregão 001/2018, conforme disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993;

49.4 dar ciência do acórdão que vier a ser proferido ao representante e ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT/MG), destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço eletrônico *www.tcu.gov.br/acordaos e que, caso tenham interesse, o Tribunal pode encaminhar-lhes cópia desses documentos sem quaisquer custos para V. Sas.;*

49.5 arquivar este processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal."

Acolho a proposta da unidade nos termos do seguinte acórdão:

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 143, 237, VII e 250, II do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da representação, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, e parágrafo único, do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la prejudicada, em face da perda de objeto ocorrida com o fracasso do Pregão 001/2018;

b) deferir o pedido de ingresso da representante como interessado nos autos;

c) dar ciência ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT/MG) sobre a impropriedade referente à inabilitação da empresa Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli (CNPJ 21.550.873/0001-48) sem certificar-se de fato, se a mesma não podia comercializar o produto objeto do Pregão 001/2018, conforme disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993;

d) dar ciência deste Acórdão ao representante e ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT/MG), destacando que a deliberação ora encaminhada pode ser acessada por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que, caso tenham interesse, o Tribunal pode encaminhar-lhes cópia desses documentos sem quaisquer custos para V. Sas.;

e) arquivar este processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

1. Processo TC-040.795/2018-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli (CNPJ 21.550.873/0001-48).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de Minas Gerais (Sec-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 16/2019 - Plenário
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 1154/2019 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, em expedir quitação aos Srs. Evandro Bessa de Lima Filho, Mancio Lima Cordeiro, Milton Barbosa Cordeiro e Walter Raimundo Lima Franco, ante o recolhimento integral das multas que lhes foram aplicadas; e em dar ciência desta deliberação aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Quitação relativa ao Acórdão 3.126/2012-Plenário, alterado pelo Acórdão 763/2015-Plenário.

Evandro Bessa de Lima Filho (CPF 021.431.947-49)
Valor original da multa: R$ 10.000,00 Data de origem da multa: 8/4/2015
Valor total recolhido: R$ 11.381,81 Data do pagamento (última parcela): 29/4/2016

Mancio Lima Cordeiro (CPF 045.734.472-53)
Valor original da multa: R$ 10.000,00 Data de origem da multa: 8/4/2015
Valor total recolhido: R$ 11.387,15 Data do pagamento (última parcela): 27/12/2017

Milton Barbosa Cordeiro (CPF 026.480.672-72)
Valor original da multa: R$ 10.000,00 Data de origem da multa: 8/4/2015
Valor total recolhido: R$ 11.271,19 Data do pagamento (última parcela): 28/4/2017

Walter Raimundo Lima Franco (CPF 081.806.282-72)
Valor original da multa: R$ 5.000,00 Data de origem da multa: 8/4/2015
Valor total recolhido: R$ 5.708,44 Data do pagamento (última parcela): 2/5/2018

1.Processo TC-036.116/2016-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Responsáveis: Evandro Bessa de Lima Filho (CPF 021.431.947-49); Mancio Lima Cordeiro (CPF 045.734.472-53); Milton Barbosa Cordeiro (CPF 026.480.674-72); Walter Raimundo Lima Franco (CPF 081.806.282-72)

1.3. Unidade: Banco da Amazônia S.A.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1155/2019 - TCU - Plenário

Vistos estes autos de representação da empresa Pronto Construções Ltda., apontando possíveis irregularidades ocorridas na condução do Pregão Eletrônico 15.688/2018, das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), para contratação de serviços de roço manual, limpeza mecanizada, poda e corte seletivo de vegetação nas faixas de servidão das linhas de transmissão de 230 kV e 500 kV, de propriedade da Eletronorte, com fornecimento de equipamentos, máquinas, implementos e ferramentas.

Considerando que a representante alegou, em suma, que: a) foi desclassificada de forma arbitrária, porque apresentou atestado de capacidade técnica que foi julgado insuficiente para comprovar a experiência profissional para a execução do serviço de roço manual, mecanizado e poda em faixa de servidão de linha de transmissão de 230 kV e 500 kV, decisão contestada pela empresa, e b) o tempo foi insuficiente para a contestação das respostas do pregoeiro;

considerando que o exame da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog demonstrou o seguinte:

(i) a proposta desclassificada da representante Pronto Construções Ltda., no valor de R$ 509.999,99, foi superior à proposta declarada vencedora, negociada no valor de R$ 505.000,00, com a empresa KPO Serviços de Jardinagem Ltda., não evidenciando dano aos cofres da Eletronorte;

(ii) o atestado de capacidade técnica apresentado pela representante não permitiu à Eletronorte conferir se o licitante possuía conhecimento técnico específico para a execução dos serviços em faixas de servidão de linhas de transmissão de alta tensão, observando cuidados com os componentes das linhas de transmissão, distâncias de segurança, formato de roçagem, dentre outros, uma vez que referido atestado comprovou "serviços de jardinagem e não de roçagem em faixa de servidão de uma linha de transmissão energizada";

(iii) "deve-se reconhecer que a redação dos itens 7.3, "e", e 7.8 do edital (peça 1, p. 22-23), referentes à exigência do "Atestado de Capacitação Técnica", apesar de fazerem referência ao objeto licitado, que trata de serviços de roçagem e poda em faixas de servidão das linhas de transmissão de 230 kV e de 500 kV (EHV), não são claros quanto às especificidades e riscos decorrentes da execução do objeto, podendo induzir ao entendimento que tais serviços seriam semelhantes à outros da mesma natureza, mas realizados em situações diversas, sem os mesmos riscos e peculiaridades, circunstância que compromete os princípios do julgamento objetivo e da transparência pública, conforme, decidido, por exemplo, no Acórdão 5559/2017-TCU-2ª Câmara (relator: Ministro Augusto Nardes)";

(iv) no tocante ao suposto tempo insuficiente para contestação da representante, a Selog apontou que antes da abertura da sessão pública do pregão os interessados tiveram quinze dias úteis para questionar e até mesmo impugnar o edital, além do prazo de recurso utilizado pelo próprio representante, sendo que após a sua desclassificação, o representante teve direito à interposição do recurso que foi analisado e julgado pela comissão competente;

(v) a Eletronorte, no campo das contratações públicas, é regida, precipuamente, pela Lei 13.303/2016 e por seu regulamento de licitações e contratos, que, no caso, afasta a incidência, justamente, dos prazos de esclarecimentos indicados na Lei do Pregão, conforme art. 39, item 7;

(vi) não estão presentes os requisitos para a concessão da medida cautelar pleiteada pela representante, posto que a impropriedade/falha antes descrita no item (iii) não goza de gravidade que comprometa o certame e não há elementos que demonstrem prejuízo ao interesse público; a ata decorrente do certame já foi assinada e não há indícios de dano aos cofres da Eletronorte;

considerando que, nesse contexto, é oportuna a expedição de ciência à Eletronorte para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outra impropriedade/falha semelhante à apontada no item (iii);

considerando que o Tribunal de Contas da União tem por missão constitucional a defesa do interesse público e não do interesse privado;

considerando, finalmente, o disposto no inciso III, do art. 143, do Regimento Interno deste Tribunal;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 87, §2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 235, 237, inciso VII, e art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, art. 7º da Resolução TCU 265/2014, em:

a) conhecer desta representação e considerá-la parcialmente procedente;

b) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar;

c) expedir a ciência elencada adiante;

d) dar ciência desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica à peça 9, às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte) e à empresa Pronto Construções Ltda. e;

e) arquivar o presente processo.

1.Processo TC-008.189/2019-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1 Classe de assunto: VII.

1.2. Representante: Pronto Construções Ltda. (CNPJ 04.641.909/0001-80)

1.3. Unidade: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Dar ciência às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. sobre a seguinte impropriedade/falha, identificada no Edital do Pregão Eletrônico 15.688/2018, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outra semelhante:

1.8.1. a redação dos itens 7.3, "e", e 7.8, do edital, referente à exigência de atestado de capacitação técnica, pode induzir os interessados a acreditarem que os serviços licitados eram semelhantes a outros de mesma natureza, mas realizados em situações diversas, sem os mesmos riscos e peculiaridades do objeto licitado, circunstância em desacordo com os princípios do julgamento objetivo e da transparência pública.

RELAÇÃO Nº 11/2019 - Plenário
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 1156/2019 - TCU - Plenário

Considerando que se trata de representação, com pedido de adoção de medida cautelar inaudita altera parte, a respeito de possíveis irregularidades relacionadas à Tomada de Preços 02/2019, realizada pela Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, cujo objeto é descrito como "Seleção de empresa de engenharia, para execução de obra de implantação do sistema de abastecimento de água nos assentamentos: P.A. [Projeto de Assentamento] Tamboril e P.A. Santo Idelfonso no município de Novo São Joaquim - MT".

Considerando que, ao contrário do que sugere a representante, o regime de empreitada por preço global adotado pelo edital em comento não impede a realização de alterações contratuais, desde que justificados e respeitados os limites definidos pela legislação e jurisprudência aplicáveis;

Considerando que, apesar de alterações e atrasos ocorrerem em obras custeadas tanto com recursos públicos como privados, os argumentos da representante no sentido da inviabilidade de alterações contratuais carecem de substância que indique que, no empreendimento em comento, esses eventos venham a representar riscos relevantes para justificar suspensão ou nulidade do processo licitatório;

Considerando que o certame veicula objeto com valor total estimado inferior a R$ 1 milhão e não envolve inovação ou grande complexidade técnica, de forma que não resta evidenciada que a vedação de formação de consórcios, imposta pela administração licitante, possa representar prejuízos efetivos para a competitividade da Tomada de Preços 02/2019;

Considerando que, embora a abrangência dos efeitos da suspensão temporária de que trata o art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 seja limitada ao órgão ou entidade contratante, em nenhum momento a representante demonstrou ter sido prejudicada pela cláusula que trata da suspensão de licitar e nem tampouco expressou seu entendimento de que esse dispositivo tenha representado real restrição à competitividade do certame, limitando-se a discutir abstratamente a norma;

Considerando que a solicitação de cadastros na tomada de preços encontra expresso amparo no art. 34 da Lei 8.666/93, e que observada a relação dos documentos do item 5.5.1 do edital sob análise, a unidade instrutora não identificou qualquer exigência que exorbite os dispositivos legais dispostos pelos arts. 27 a 31 da mesma lei ou que possa representar restrição à competitividade de certame;

Considerando que o certame tem por objeto empreendimento de baixa materialidade e que não houve demonstração de indícios de restrição de competitividade;

Considerando que as alegações e documentos juntados aos autos não demonstram a configuração de infração a norma legal, tampouco malversação de recursos públicos ou dano ao erário, aptos a clamar pela atuação do TCU;

Considerando, finalmente, que a ausência do *fumus boni iuris* conduz à não adoção de medida cautelar;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente; indeferir por consequência a medida cautelar pleiteada e em comunicar a presente deliberação à unidade jurisdicionada e ao representante, junto com a instrução (peça 6), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.224/2019-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim - MT

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 10/2019 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 1157/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVII, e § 2º, c/c arts. 1º, inciso XXV, 15, alínea "o", 143, inciso V, alínea "a", 264 e 265 todos do Regimento Interno, e arts. 115 e 117 da Resolução TCU nº 191/2006, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da consulta, ante o não preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos para a espécie, conforme o pronunciamento da unidade técnica às peças 4 a 6, arquivando-se os autos, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação à Presidência do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da Bahia, unidade responsável pela formulação da consulta.

1. Processo TC-043.013/2018-0 (CONSULTA)

1.1. Unidade: Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da Bahia.

1.1. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou

1.3. Unidade Técnica: Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (SecexTrab).

1.4. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1158/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso XXIV, 15, inciso I, alínea "p", 234 e 235, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da denúncia e arquivá-la, conforme sugerido pela unidade técnica (peças 07/09), sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar a matéria novamente em processo distinto caso presentes motivos que justifiquem a medida.

1. Processo TC-005.644/2018-6 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55 da Lei 8.443/1992)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Serra/ES

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar conhecimento deste acórdão ao denunciante, informando-lhe que a regularidade das operações de crédito de entes subnacionais tendo como garantia a vinculação de recursos dos fundos de participação dos estados e municípios vem sendo analisada por esta Corte no TC-005.218/2018-7, ficando o exame de operações de crédito efetuadas nesses moldes, com base no Parecer 2/2018/Gab/CGU/AGU, como a noticiada nestes autos, sujeito às condições a serem estabelecidas na decisão de mérito que será proferida naquele processo.

ACÓRDÃO Nº 1159/2019 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Município de Aragarças/GO, na contratação de locação de imóvel pertencente à Câmara de Dirigentes Lojistas de Barra do Garças, Aragarças e Pontal do Araguaia - CDL, com recursos federais oriundos do FNAS, para as instalações e oferta de serviços socioassistenciais do Piso Básico Fixo (Centro de Referência de Assistência Social e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - CRAS/PAIF e SCFV);

Considerando que o denunciante noticia, em síntese, que o contrato afronta o princípio da legalidade, da supremacia do interesse público sobre o privado, da moralidade e da eficiência, pois o ex-procurador municipal, Sr. Luiz Paulo Gonsalves de Resende, é membro honorário da CDL e atuou na campanha eleitoral do prefeito; o imóvel locado possui o nome do ex-procurador em sua fachada; o prédio encontrava-se abandonado e impróprio para a prestação de serviços sociais; houve pagamento antecipado do valor total da locação após dez dias da assinatura do contrato, para custear a reforma do imóvel; a dispensa foi realizada sem avaliação prévia por corretor e sem orçamentos de outros imóveis; a prefeitura possuía imóveis desocupados; o contrato pode estar com valor elevado;

Considerando que a denúncia preenche os requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie;

Considerando que pesquisa realizada pela unidade técnica em sites da internet não localizou imóveis disponíveis no Município de Aragarças/GO, o que indica a escassez de oferta de imóveis privados capazes de atender aos interesses da Administração;

Considerando o entendimento da unidade técnica de que a escolha do imóvel locado e o valor de locação encontram-se dentro do razoável para realização das atividades e atendimento às finalidades do CRAS/PAIF e SCFV, próximo ao Centro Político Administrativo, de fácil acesso e bem localizado;

Considerando que o valor contratado (R$ 59.920,00 para um período de trinta meses, correspondente a R$ 1.997,33 mensal) decorreu do oferecimento de desconto para pagamento à vista, possibilitando efetuar o investimento para as adequações pretendidas pela secretaria, e, segundo depoimento prestado por corretor de imóveis na Câmara Municipal de Vereadores, é inferior ao valor de mercado;

Considerando a conclusão da unidade técnica de que não procede a alegação de irregularidade quanto ao pagamento antecipado no referido contrato de locação do imóvel da CDL, amparado em parecer jurídico no sentido de que atendeu à exceção prevista no art. 40, XIV, alínea "d", da Lei 8.666/1993, que prevê a possibilidade de antecipação de pagamento no caso de concessão de desconto;

Considerando que não foram apresentados elementos comprobatórios em relação às demais ocorrências relatadas, inexistindo evidência nos autos de forma a constituir fortes indícios de irregularidades;

Considerando que, para a unidade técnica, a única falha identificada no processo de Dispensa de Licitação 10/2018 foi a ausência da avaliação prévia formal do valor do imóvel, podendo ser considerada, no caso concreto, de caráter formal, diante da indicação de ausência de prejuízo;

Considerando a análise uníssona promovida pela Selog (peças 9-10),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente denúncia, tendo em vista o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU e no § 1º do art. 103 da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) dar ciência deste acórdão, bem como da instrução da unidade técnica que o fundamenta (peça 9), ao denunciante e ao Município de Aragarças/GO;

c) dar publicidade ao presente acórdão; e

d) arquivar os autos, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-006.771/2019-0 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Aragarças/GO

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.7. Representação legal: não há

1.8. Dar ciência à Prefeitura Municipal de Aragarças/GO, para adoção de medidas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes, que a ausência de avaliação prévia do valor de locação do imóvel, como ocorreu no processo de Dispensa de Licitação 10/2018, contraria o disposto no art. 24, inciso X, da Lei 8.666/1993 e o enunciado que acompanha o Acórdão 5948/2014 - 2ª Câmara.

RELAÇÃO Nº 11/2019 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 1160/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 234, 235 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de prestar a seguinte informação, bem assim de encaminhar cópia desta deliberação ao denunciante e à Superintendência da Caixa Econômica Federal no Rio Grande do Norte - Gigov/Natal juntamente com cópia da peça 3, para ciência das possíveis irregularidades envolvendo a execução do Contrato de Repasse 14927/2015 e adoção das medidas cabíveis, de acordo com o parecer da SecexDesenvolvimento:

1. Processo TC-007.851/2019-7 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Caiçara do Rio do Vento/RN.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico - SecexDesenvolvimento.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Informar:

1.7.1. informar ao interessado que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU.

ACÓRDÃO Nº 1161/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 234 e 235 do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la improcedente, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de enviar cópia desta deliberação ao denunciante e ao 7º Depósito de Suprimento do Comando do Exército, de acordo com o parecer emitido pela Selog:

1. Processo TC-029.205/2018-2 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Órgão/Entidade: 7º Depósito de Suprimento do Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 13/2019 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 1162/2019 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de denúncia apócrifa sobre falhas perpetradas, no Estado do Rio de Janeiro, pela Fundação CECIERJ, ao ofertar os cursos para Jovens e Adultos na modalidade à distância, com os recursos federais do Fundeb, em afronta, contudo, às normas vigentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), quando prevê o uso, exclusivamente, da modalidade presencial.

Considerando que, por ser apócrifa, a presente denúncia não poderia ser conhecida pelo TCU, já que não atenderia aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RITCU;

Conhecendo que, se viesse acompanhada dos necessários indícios de irregularidade, a unidade técnica poderia formular a subsequente representação para aprofundar a investigação sobre as supostas falhas, nos termos do art. 237, VI, do RITCU;

Considerando, porém, que o Estado do Rio de Janeiro não receberia a complementação da União em favor do Fundeb, nos termos do art. 4º da Lei nº 11.494, de 2007, pois o valor per capita estadual utilizado na distribuição dos recursos do fundo ao Estado Fluminense seria superior ao valor mínimo nacional por aluno-ano, no respectivo segmento da educação básica;

Considerando, dessa forma, que, a despeito de o expediente recebido (Peça nº 1) versar sobre o Fundeb, a situação apresentada não desafiaria a competência do TCU, ante a suscitada ausência de recursos federais;

Considerando, contudo, que, para preservar a efetividade do controle financeiro, mostra-se indicado o envio, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), da cópia dos presentes autos, para ciência e eventuais providências cabíveis;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 234, 235, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em não conhecer da presente denúncia, já que não atendidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RITCU, e prolatar as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.426/2018-1 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: Anônimo.

1.2. Entidade: Estado do Rio de Janeiro - Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEducação).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar que a SecexEducação adote as seguintes medidas:
1.7.1. envie a cópia integral do presente processo, aí incluída a cópia do presente Acórdão e do parecer da unidade técnica, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para ciência e eventuais providências; e
1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 1163/2019 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de denúncia anônima sobre as seguintes falhas:
(i) a World Partners Soluções em Informática Ltda. - ME não se encontraria, desde 31/12/2016, como optante do Simples Nacional, em face da consulta realizada na Receita Federal, apesar de ter registrado, em licitações eletrônicas, o status de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), exercendo indevidamente, assim, o direito de obter o correspondente tratamento diferenciado;
(ii) a aludida empresa, com o porte de ME-EPP, terminou a fase de lances na margem de desempate, durante o Pregão 21/2018 promovido pela Marinha, mas foi prejudicada por ter sido impedida de exercer o seu direito, ressaltando que a condição de ME e EPP consiste em declaração eletrônica realizada voluntariamente pela licitante;
(iii) o balanço da referida empresa (Peça nº 1) demonstraria o faturamento de R$ 4.630.984,35 em 2017; e
iv) a aludida empresa declarou não se enquadrar como ME-EPP, no Pregão Eletrônico 55/2018 (julho de 2018) conduzido pelo Grupamento de Apoio às Unidades do Sistema de Controle do Espaço Aéreo, demonstrando que ela estaria ciente da sua condição de "*não optante do Simples*" e não poderia ser beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006;
Considerando que não se mostraria adequada a alegação do denunciante no sentido de a World Partners Soluções em Informática Ltda. - ME, não se encontrar mais, desde 31/12/2016, como optante do Simples Nacional, em face da consulta realizada na Receita Federal, já que as ME e EPP têm a faculdade de aderir, ou não, ao Simples Nacional, não se confundindo a natureza jurídica da empresa com a sua eventual opção pelo Simples, como condição para se beneficiar do tratamento favorecido em licitações;
Considerando que as empresas enquadradas nas definições trazidas pela Lei Complementar nº 123, de 2006, sem incidirem nas vedações do art. 3º, § 4º, dessa lei complementar podem usufruir do tratamento diferenciado ali previsto, a despeito de serem, ou não, optantes pelo Simples;
Considerando que, por esse prisma, o art. 3º-B foi acrescido à referida Lei Complementar nº 123, de 2006, pela Lei Complementar nº 147, de 2014, nos seguintes termos:
"*Art. 3o-B. Os dispositivos desta Lei Complementar, com exceção dos dispostos no Capítulo IV, são aplicáveis a todas as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas pelos incisos I e II do caput e § 4o do art. 3o, ainda que não enquadradas no regime tributário do Simples Nacional, por vedação ou por opção*";
Considerando, dessa forma, que a referida alegação não se constituiria como prova de a empresa ter se registrado indevidamente como ME ou EPP nas aludidas licitações eletrônicas, devendo os órgãos federais atentarem para a necessidade de avaliar o grau de faturamento para o correspondente enquadramento no tratamento favorecido;
Considerando que, a despeito de o referido balanço demonstrar o faturamento de R$ 4.630.984,35 em 2017, a Lei Complementar nº 123, de 2006, foi alterada pela Lei Complementar nº 155, de 2016, passando a enquadrar como EPP a empresa com receita bruta inferior a R$ 4.800.000,00;
Considerando, ainda, que, no Pregão Eletrônico 55/2018 em julho de 2018, ao declarar que não se enquadraria como ME-EPP, a referida empresa poderia apenas estar ciente que, a partir dessa data, ela não mais seria beneficiada pela LC nº 123, de 2006, não tendo sido informada, na peça inicial, a subsistência de nenhuma licitação posterior com a eventual declaração da aludida empresa como ME-EPP;
Considerando, enfim, que, por não conter o nome do denunciante, nem, tampouco, os indícios de irregularidade, a presente denúncia não merece ser conhecida pelo TCU, já que não cumpriria os requisitos previstos no art. 235 do RITCU;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 234, 235, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em não conhecer da presente denúncia, já que não atendidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RITCU, e prolatar as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-006.827/2019-5 (DENÚNCIA)
1.1. Denunciante: apócrifo.
1.2. Órgãos: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica e Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: não há.
1.7.1. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado de cópias do parecer da unidade técnica, ao Ministério da Defesa, para ciência e eventuais providências, devendo atentar para a necessidade de avaliar o grau de faturamento da World Partners Soluções em Informática Ltda. - ME para o correspondente enquadramento no tratamento favorecido fixado pela Lei Complementar nº 123, de 2006, e pela Lei Complementar nº 147, de 2014; e
1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 1164/2019 - TCU - Plenário

Considerando que, após a análise do feito, a unidade técnica se manifestou nos seguintes termos:
"(...) *Instrução Inicial de Representação com Pedido de Cautelar*

A. Identificação do Processo		
TC 009.623/2019-1	Mérito (representação improcedente).	
Unidade Jurisdicionada *Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina*		*Uasg* 200370

Objeto
Administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva, de forma continuada, junto à rede de oficinas credenciadas, centros automotivos e concessionárias autorizadas, com fornecimento de peças e acessórios originais para itens de segurança e possibilidade de fornecimento de peças e acessórios paralelos para itens de acabamento, mediante autorização da administração, e transporte por guincho, por meio de sistema informatizado e integrado para gestão. O objeto está dividido em três grupos, com três itens cada. Os Grupos 1 e 2 dizem respeito à manutenção de viaturas e embarcações, respectivamente, para a Polícia Federal em Santa Catarina. O Grupo 3 tem por objeto a manutenção de viaturas para a Polícia Federal do Rio Grande do Sul (peça 5, p. 1-2).

Representante *Trivale Administração Ltda.*		*CNPJ* 00.604.122/0001-97
Há pedido de Sustentação Oral? *Não.*		*Procuração* Peças 2 e 8.
Modalidade *Pregão Eletrônico para Registro de Preços*	*Número do Certame* Pregão Eletrônico 5/2019	*Critério de Julgamento* Menor preço por item
Vigência *Do contrato: vinte meses (peça 3, p. 13)*	*Valor Estimado* R$ 1.995.863,28 (peça 6, p. 2-3).	

Fase do Certame
De acordo com as informações disponíveis no Portal de Compras Governamentais, o Grupo 1 do Pregão Eletrônico 5/2019 foi homologado em 7/5/2019 e os Grupos 2 e 3 aguardam adjudicação (peça 10).

O pregoeiro acrescentou, em reposta a e-mail desta Unidade enviado consoante Memorando-Circular Segecex 16/2012, que os Grupos 2 e 3 do certame encontram-se em fase de análise de recurso, cuja decisão será proferida em 17/5/2019, data igualmente prevista para conclusão do certame e assinatura do contrato (peça 9, p. 1).

B. Alegações do Representante

1. O representante alega, em suma, que sua proposta para os Grupos 2 e 3 foi indevidamente desclassificada pelo pregoeiro, sob o argumento de que foi apresentada em desconformidade com os itens 7.1.1 e 7.1.2 do edital. O representante afirma ter seguido o modelo contido no termo de referência anexo ao edital no que tange aos preços unitários, taxas de administração e taxas de desconto.

C. Exame de Admissibilidade

Legitimidade do Autor

O representante possui legitimidade para representar ao Tribunal? (Fundamento: art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237 do Regimento Interno/TCU)	Sim

Redação em Linguagem Compreensível

A representação está redigida em linguagem clara e objetiva, contém nome legível, qualificação e endereço do representante? (Fundamento: art. 235 do Regimento Interno/TCU)	Sim

Indício Concernente à Irregularidade ou Ilegalidade

A representação encontra-se acompanhada do indício concernente à irregularidade ou ilegalidade apontada pelo autor? (Fundamento: art. 235 do Regimento Interno/TCU)	Sim

Competência do TCU

A representação trata de matéria de competência do TCU? (Fundamento: art. 235 do Regimento Interno/TCU)	Sim

Interesse Público

Os argumentos do autor indicam a possibilidade de existência de interesse público, caso restem comprovadas as supostas irregularidades apontadas na peça inicial. (Fundamento: art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014)	Sim

Análise quanto ao interesse público*: Confirmadas as alegações do representante, há potencial risco de dano ao erário, em razão da possibilidade de não ser selecionada a proposta mais vantajosa obtida no certame.*

Conclusão quanto ao Exame de Admissibilidade

2. *Presentes todos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, a representação deve ser conhecida.*

D. Medida Cautelar - Avaliação dos Pressupostos

Perigo da Demora

O contrato/a ata decorrente do certame já foi assinado(a)?	Não
Há decisão judicial ou administrativa, sem especificação de prazo, para suspender o andamento do processo licitatório ou a contratação?	Não há informação

Análise*:*

3. *Está configurado o pressuposto do perigo da demora em razão da proximidade da data prevista para a conclusão do certame (prevista para o dia 17/5/2019) e, consequentemente, da assinatura das atas de registro de preços dele decorrente.*

Perigo da Demora Reverso

O serviço/bem é essencial ao funcionamento das atividades do órgão/entidade?	Sim
O órgão ou entidade está coberto contratualmente pelo serviço com razoável vigência (há a possibilidade de voltar a fase ou refazer o certame, a depender da consequência da concessão de cautelar no caso concreto) ou admite prorrogação excepcional?	Não há informação
Caso haja a possibilidade de manutenção do contrato com a atual prestadora dos serviços, as condições dessa contratação seriam melhores (menor preço e atendimento satisfatório) que o que se está em vias de contratar?	Não há informação

Análise*:*

4. *Indagado acerca do impacto para a Administração decorrente de eventual paralisação do procedimento licitatório pelo TCU, o pregoeiro destacou que, no momento, o órgão está sem contrato vigente para a manutenção das embarcações da Polícia Federal em Santa Catarina, que é o objeto do Grupo 2 do Pregão Eletrônico 5/2019, mas não explicitou a situação contratual atual dos serviços objetos dos Grupos 1 e 3 (manutenção preventiva e corretiva de viaturas para a Polícia Federal em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente) - peça 9, p. 1.*

5. *Assim, somente se pode afirmar que não está configurado o pressuposto do perigo da demora reverso quanto ao objeto do Grupo 1 do certame, que não foi questionado pela representante e já foi inclusive homologado.*

6. *Quanto aos Grupos 2 e 3, está configurado o perigo da demora reverso, dada a essencialidade de viaturas e embarcações para a realização de operações a cargo da Polícia Federal e a ausência de cobertura contratual para a manutenção preventiva de embarcações, como informado pelo pregoeiro.*

Plausibilidade Jurídica

O órgão/entidade está sujeito aos normativos supostamente infringidos?	Sim
Há plausibilidade nas alegações do representante?	Não
Há indício de sobrepreço ou superfaturamento?	Não há informação
Há grave risco de lesão ao erário, inexecução ou execução insatisfatória do objeto?	Não

Conclusão quanto à necessidade de adoção de medida cautelar*:*

7. *A empresa Trivale Administração Ltda. apresentou o melhor lance para os Grupos 2 e 3 e foi instada a apresentar suas propostas atualizadas. Assim, enviou as respectivas propostas às 11:24:43 e 11:25:21, conforme Ata do Pregão Eletrônico 5/2019 (peça 10, p. 9 e 11).*

8. *Em seguida, o pregoeiro informou que as taxas constantes das propostas estavam em desacordo com o item 9.3.1 do Termo de Referência e feriam o item 7.1.2 do Edital. Em vista disso, solicitou a correção das propostas, tenho a empresa respondido, então, que estava fazendo as correções.*

9. *O exame das propostas da empresa Trivale Administração Ltda. mostra que a taxa de desconto informada no corpo do texto era de 0,001%, (e de 0,0001% na tabela), embora o cálculo feito em conformidade com o item 9.3.1 do Termo de Referência resultasse em taxa de desconto de 13,85% e 8,56% para os Grupos 2 e 3, respectivamente, como assinalado pelo pregoeiro (peça 9, p. 4 e 6, e peça 10, p. 9). Transcrevemos, abaixo, as mensagens extraídas da Ata do Pregão Eletrônico 5/2019:*

Data
Mensagem

Sistema
02/05/2019 11:24:43
Senhor Pregoeiro, o fornecedor TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA, CNPJ/CPF: 00.604.122/0001-97, enviou o anexo para o grupo G2.

Sistema
02/05/2019 11:25:21
Senhor Pregoeiro, o fornecedor TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA, CNPJ/CPF: 00.604.122/0001-97, enviou o anexo para o grupo G3.

(...)
(...)
(...)

Pregoeiro
02/05/2019 11:39:29
Para TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA - Senhor representante, a proposta encaminhada não apresenta a taxa correta em consonância ao que dispõe o Item 9.3.1 do TR, ferindo o Item 7.1.2 do Edital.

Pregoeiro
02/05/2019 11:42:11
Para TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA - Solicitamos, a devida correção da Proposta, informando, por oportuno, que deva constar no documento o correto valor da taxa proposta, qual seja: 13,85% de desconto para o Grupo 2 e 8,56% para o Grupo 3.

00.604.122/0001-97
02/05/2019 11:44:58
Estamos corrigindo

10. *Às 11:48:37, o pregoeiro suspendeu o certame para intervalo de almoço e avisou que retornaria às 13:30, horário em que também se encerraria o prazo para apresentação das propostas corrigidas.*

11. *Nesse ínterim, a Trivale Administração Ltda. enviou novas propostas para os Grupos 2 e 3 às 12:10:09 e 12:10:26, respectivamente.*

12. *O pregoeiro analisou novamente as propostas da empresa e, às 12:45:11, verificou nova inconsistência.*

13. *Como se pode ver às páginas 10 e 12 da peça 9, as novas propostas encaminhadas pela Trivale Administração Ltda. mantêm a referência à taxa de desconto de 0,001% no corpo do texto (e de 0,0001% na tabela), tendo a licitante se limitado a inserir, na tabela, uma coluna com as taxas mencionadas pelo pregoeiro (peça 9, p. 10 e 12).*

14. *Em vista disso, o pregoeiro solicitou mais uma vez que a empresa Trivale Administração Ltda. fizesse a retificação de sua proposta (peça 10, p. 9).*

Data
Mensagem

Pregoeiro
02/05/2019 11:48:37
Para TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA - Considerando o intervalo do horário comercial/almoço, suspenderemos o certame e retornaremos as 13h30 (horário de Brasília). Fica prorrogado o prazo para a Licitante de melhor preço do Grupo 1 e 2, para encaminhamento da proposta corrigida, até as 13h30.

(...)
(...)
(...)

Sistema
02/05/2019 12:10:09
Senhor Pregoeiro, o fornecedor TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA, CNPJ/CPF: 00.604.122/0001-97, enviou o anexo para o grupo G2.

Sistema
02/05/2019 12:10:26
Senhor Pregoeiro, o fornecedor TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA, CNPJ/CPF: 00.604.122/0001-97, enviou o anexo para o grupo G2.

Pregoeiro
02/05/2019 12:45:11
Para TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA - Senhor representante, analisando novamente sua proposta, verificamos partes do texto constando "0,0001%" de desconto, não representando o lance ofertado. Favor retificar o documento (sem a necessidade de enviar novamente todos os documentos - fls. 7-78), no prazo estabelecido anteriormente.

15. *A empresa, contudo, não enviou a proposta retificada, mesmo após o envio de mensagens do sistema solicitando a referida documentação.*

16. *Diante da ausência de manifestação da empresa Trivale Administração Ltda., o sistema enviou mensagens à segunda colocada no certame solicitando, às 13:57:52 e 13:58:01, o envio de suas propostas para os grupos 2 e 3.*

Data
Mensagem

Sistema
02/05/2019 12:45:52
Senhor fornecedor TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA, CNPJ/CPF: 00.604.122/0001-97, solicito o envio do anexo referente ao grupo G2.

Sistema
02/05/2019 12:46:01
Senhor fornecedor TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA, CNPJ/CPF: 00.604.122/0001-97, solicito o envio do anexo referente ao grupo G3.

(...)
(...)
(...)

Sistema
02/05/2019 13:57:52
Senhor fornecedor JMK SERVICOS S.A., CNPJ/CPF: 79.587.119/0001-62, solicito o envio do anexo referente ao grupo G3.

Sistema
02/05/2019 13:58:01
Senhor fornecedor JMK SERVICOS S.A., CNPJ/CPF: 79.587.119/0001-62, solicito o envio do anexo referente ao grupo G2.

17. *Não procede, portanto, a alegação da empresa Trivale Administração Ltda. de que sua proposta foi indevidamente desclassificada, uma vez que o pregoeiro ofereceu três oportunidades para que a licitante apresentasse proposta com valores e percentuais coerentes. Não pode ser aceito, igualmente, o argumento de que se trata de irregularidade mínima, haja vista o que dispõe o item 9 do Termo de Referência "Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta", que demanda a definição correta da taxa de administração ou desconto, na hipótese de taxa de administração negativa (peça 5, p. 14). Cumpre ressaltar que os argumentos da representante foram analisados pelo pregoeiro, em sede recurso, que propôs o seu não provimento, bem como a adjudicação e homologação do certame (peça 9, p. 14-15).*

18. *Por fim, cabe registrar que a diferença entre os valores da proposta da empresa Trivale Administração Ltda. (R$ 358.958,33 para o Grupo 2 e R$ 639.970,56 para o Grupo 3) e da segunda colocada, JMK Serviços S.A. (R$ 366.880,00 para o Grupo 2 e R$ 641.388,00 para o Grupo 3), monta a R$ 9.336,11 (peça 9, p. 10 e 12, peça 10, p. 1 e 13).*

19. *Ante todo o exposto, está afastado o pressuposto da plausibilidade jurídica uma vez que não procede a alegação da representante de que sua proposta foi indevidamente desclassificada.*

20. *Feitas essas considerações, propõe-se indeferir o pedido de medida cautelar, uma vez ausente o pressuposto da plausibilidade jurídica, essencial para sua concessão.*

E. Impacto dos Encaminhamentos Propostos	
Haverá impacto relevante no órgão e/ou na sociedade, decorrente dos encaminhamentos propostos?	Não
F. Pedido de Ingresso aos Autos e de Sustentação Oral	
Há pedido de ingresso aos autos?	Não
Há pedido de sustentação oral?	*Não*
G. Processos Conexos e Apensos	
Há processos conexos noticiando possíveis irregularidades na contratação ora em análise?	Não
Há processos apensos?	Não
H. Proposta de Encaminhamento	

21. Em virtude do exposto, propõe-se:

21.1. *conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;*

21.2. *no mérito, considerar a presente representação improcedente;*

21.3. *indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção;*

21.4. *informar à Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina e ao representante que o conteúdo da deliberação que vier a ser proferida poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e*

21.5. *arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno deste Tribunal.*"

Considerando, enfim, que o TCU deve acolher a aludida proposta da unidade técnica;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la improcedente, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos nos autos, dando por prejudicado o pedido de cautelar suspensiva formulado pela ora representante, e prolatar as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.623/2019-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Trivale Administração Ltda. (CNPJ 00.604.122/0001-97).

1.2. Órgão: Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina - MJSP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Wanderley Romano Donadel (OAB/MG 78.870) representando a Trivale Administração Ltda.

1.7. Determinar que a Selog adote as seguintes medidas:

1.7.1. dê ciência deste Acórdão à representante e à Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina (MJSP), nos termos do art. 169, § 1º, do Regimento Interno do TCU, informando-lhes que o conteúdo do acórdão pode ser consultado em www.tcu.gov.br; e

1.7.2. arquive os presentes autos.

RELAÇÃO Nº 10/2019 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 1165/2019 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, considerando o parecer emitido nos autos pela unidade instrutiva, no sentido de que seja feita a correção, mediante apostilamento, com fundamento no art. 143, V, 'd', do RI/TCU c/c a Súmula TCU 145, ante a constatação de inexatidão material, ACORDAM, por unanimidade, em retificar o acórdão 2953/2016-TCU-Plenário, de modo a incluir o subitem de deliberação 9.6. com a seguinte redação: "autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações.", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado.

1. Processo TC-003.130/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: André Luiz Bravim (025.512.842-87); João Teodoro da Silva (157.714.079-68).

1.2. Interessado: Incorp Technology Informática Ltda - Epp (41.069.964/0001-73).

1.3. Entidade: Conselho Federal de Corretores de Imóveis.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.7. Representação legal: Katia Vieira do Vale (OAB/DF 11.737) e outros, representando Conselho Federal de Corretores de Imóveis e João Teodoro da Silva.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1166/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.919/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Relatório de Auditoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Agência Nacional de Energia Elétrica (02.270.669/0001-29).

3.2. Recorrente: Agência Nacional de Energia Elétrica (02.270.669/0001-29).

4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Energia Elétrica; Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; Empresa de Pesquisa Energética; Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação legal:

8.1. Estefânia Torres Gomes da Silva e outros, representando Agência Nacional de Energia Elétrica.

8.2.Vitor Sarmento de Mello (102720/OAB-RJ) e outros, representando Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interpostos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em face do Acórdão nº 582/2018-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 com fundamento no art. 32 da Lei nº 8.443/92, combinado com o art. 286 do Regimento Interno do TCU, conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, alterando o conteúdo do subitem 9.1 do Acórdão nº 582/2018-TCU-Plenário, que passa a ter a seguinte redação:

9.1 recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com fundamento no art. 250, III, do RI/TCU, que, no prazo de 180 dias, caso tenham na indução de uma resposta no consumo de energia elétrica um dos objetivos de fato do Sistema de Bandeiras Tarifárias, adotem medidas voltadas a garantir sua eficácia e efetividade, aferindo os resultados alcançados e definindo metas qualitativas ou quantitativas; bem como promovam o monitoramento periódico do referido Sistema no que tange especificamente a esse objetivo, completando o ciclo da política pública, conforme definido no Guia de Avaliação de Políticas Públicas da Casa Civil da Presidência da República;

9.2 tornar insubsistente o subitem 9.2.2 do Acórdão nº 582/2018-TCU-Plenário;

9.3 dar ciência dessa deliberação à recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1166-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1167/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.977/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não há.
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo administrativo que tem por objeto anteprojeto de resolução elaborada pela Presidência deste Tribunal com o objetivo de alterar a sistemática dos pedidos de vista de processos em julgamento no Tribunal, com destaque para o estabelecimento da vista coletiva entre os Ministros e representante do Ministério Público, além de prazo rígido para devolução do processo à pauta,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. aprovar o projeto de resolução em anexo;

9.2. encaminhar o texto da resolução aprovada à Seses, determinando-se à referida unidade técnica a adoção das providências cabíveis para a sua implementação;

9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1167-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1168/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.162/2010-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: Embargos de Declaração (Recurso de Revisão)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional (extinta) (03.353.358/0001-96)
3.2. Responsáveis: Construtora R. Alexandre Ltda. - Me (01.834.496/0001-61); Francisco Junior Lopes Tavares (302.151.293-34); Geoplan S/c Ltda. (06.573.992/0001-22); Pedro Teixeira Cidade (091.149.393-04); Sol Nascente Serviços e Construções Ltda. - Me (03.821.922/0001-58)
3.3. Recorrente: Construtora R. Alexandre Ltda. - Me (01.834.496/0001-61).
4. Entidade: Município de Caridade - CE.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Construtora R. Alexandre Ltda. - Me em desfavor do Acórdão 1862/2018 - Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pela Construtora R. Alexandre Ltda. - Me para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e à Procuradoria da República no Estado do Ceará.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1168-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1169/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.358/2015-6.
1.1. Apenso: 003.469/2015-8
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em tomada de contas especial
3. Responsáveis: Leda da Pureza Moreno (CPF 449.627.205-97) e Associação do Núcleo da Mulher (CNPJ 02.878.503/0001-90)
3.3. Recorrente: Leda da Pureza Moreno (449.627.205-97).
4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo - MTur
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Sanzio C. Peixoto (OAB/BA 27.480) e Eloi Lucas Silva Mota (OAB/BA 50.876), representando Leda da Pureza Moreno.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 817/2017- Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, dar-lhe provimento parcial de forma a tornar insubsistentes os subitens 9.2. e 9.3. do Acórdão 817/2017-Plenário e:

9.1.1. julgar irregulares as contas da sra. Leda da Pureza Moreno e da Associação do Núcleo da Mulher, condenando-as, solidariamente, ao pagamento da quantia abaixo relacionada, abatendo-se a quantia já devolvida, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir das datas correspondentes até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, nos termos dos arts. 1°, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992:

DATA	VALOR (R$)
9/3/2010	R$ 217.875,00
14/6/2011	(R$ 2.223,93) - Crédito

9.1.2. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que as responsáveis de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.1.3. aplicar às responsáveis abaixo arroladas, individualmente, a pena de multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, de acordo com os valores indicados:

Responsável	Valor (R$)
sra. Leda da Pureza Moreno	60.000,00
Associação do Núcleo da Mulher	60.000,00

9.1.4. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que as responsáveis de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do RI/TCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas, quando pagas após seu vencimento, monetariamente, desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. dar ciência deste acórdão à recorrente e à Procuradoria da República no Estado da Bahia.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1169-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1170/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.981/2018-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados: Viasat Brasil Serviços de Comunicações Ltda. (CNPJ 27.001.440/0001-10) e Viasat Inc. (CNPJ 11.092.132/0001-07).
4. Entidade: Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
8. Representação legal:
8.1. Nayara Luiza de Souza e outros, representando Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras
8.2. Heloísa Figueiredo Ferraz (344.764/OAB-SP) e outros, representando a empresa Viasat Inc.
8.3. Lucas de Moraes Cassiano Sant Anna (234.707/OAB-SP) e outros, representando a empresa Viasat Brasil Serviços de Comunicações Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do monitoramento das determinações exaradas no Acórdão 2.488/2018 - Plenário, proferido quando do julgamento de representação formulada pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, Comunicações e Mineração (SeinfraCOM), devido à existência de possíveis irregularidades na celebração do acordo de parceria celebrado pela empresa estatal Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) e pela empresa estadunidense Viasat Inc., por meio de sua representante no Brasil, a empresa Viasat Brasil Serviços de Comunicações Ltda. (Viasat), visando estabelecer o compartilhamento de receita de capacidade satelital decorrente do uso de partes da carga útil da banda Ka do Satélite Geoestacionário de Defesa e de Comunicações Estratégicas (SGDC),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso II, 41, caput, e 43, I, da Lei 8.443/1992 e 250, III, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar cumpridas as determinações constantes dos itens 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.4.1, 9.4.2, 9.4.3, 9.4.4, 9.5.1 e 9.6 do Acórdão 2.488/2018 - Plenário;

9.2.considerar parcialmente cumpridas as determinações constantes dos itens 9.2.1 e 9.5.2 do Acórdão 2.488/2018 - Plenário;

9.3.recomendar à Telebras que:

9.3.1. nas futuras ativações de sites de clientes Telebras, no âmbito do acordo de parceria associado ao SGDC, busque planejar a distribuição dos pontos a serem implantados de modo a otimizar as roteirizações, evitando que trajetos semelhantes necessitem ser percorridos em mais de uma oportunidade em virtude de dificuldades de agendamento em estabelecimentos contíguos;

9.3.2. avalie, junto à Viasat, a viabilidade de excluir dos cálculos a margem de lucro adicional conferida à empresa estrangeira, no percentual de 9,3% incidente sobre o fornecimento e a instalação de equipamentos pela parceira, considerando que os respectivos custos e remunerações já estariam abarcados em outras rubricas do plano de negócios;

9.3.3. na elaboração de planos de negócio futuros, utilize, como referência, dados de empresas típicas do setor, no intuito de evitar que sejam incorporadas aos estudos eventuais particularidades relativas à eficiência de uma determinada empresa, o que pode causar distorções nas estimativas de parâmetros e custos;

9.3.4. monitore a execução dos contratos associados ao SGDC, especialmente o cronograma de ativações e desativações, com vistas a minimizar o período em que antenas VSAT permaneçam inativas;

9.3.5. avalie, junto à Viasat, a viabilidade de estabelecer padrões de desempenho financeiro que vigorem pelo período restante do contrato, a partir do terceiro ano, refletindo a utilização da capacidade satelital conferida àquela empresa;

9.3.6. insira no contrato a previsão de reajuste pela inflação da cláusula de desempenho financeiro;

9.4. determinar, com fulcro nos arts. 43, I, da Lei 8.443/1992 e 250, II, do Regimento Interno do TCU, à Telebras que, no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhe a este Tribunal um plano de ação para implementar as recomendações descritas no item 9.3 e respectivos subitens deste acórdão, especificando as medidas que serão adotadas, os respectivos prazos e responsáveis ou apresentando as justificativas que considerar cabíveis para a não implementação dessas recomendações;

9.5. dar ciência deste acórdão à Telebras; à Viasat Brasil; à Viasat Inc.; à Procuradora-Geral da República; ao Supremo Tribunal Federal; à 1ª Vara Federal da Justiça do Amazonas; à Casa Civil da Presidência da República; ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; à Controladoria Geral da União; à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal; à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados e ao Sindisat;

9.6. encerrar o presente processo, com fulcro no art. 169, V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1170-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1171/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 040.725/2018-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional

3. Solicitante: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados

4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. prorrogar por noventa dias o prazo para atendimento da presente solicitação do Congresso Nacional, com fulcro no art. 15, § 2º, da Resolução TCU 215/2008;

9.2. dar ciência desta deliberação à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados; e

9.3. restituir o processo à SecexSaúde, para as providências a seu cargo.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1171-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1172/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.586/2016-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Representação).

3. Recorrentes: Luiz Roberto Leite Fonseca (440.952.013-04); Alfredo Galvão da Silva Junior (029.902.234-01); JMT Serviços de Locação de Mão de Obra Ltda. (07.442.731/0001-36).

4. Entidade: Município do Natal - RN.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

8. Representação legal: Valeska Fernanda da Câmara Linhares (9042/OAB-RN), representando JMT Serviços de Locação de Mão de Obra Ltda; Fernando Pinheiro de Sá e Benevides (9444/OAB-RN), representando a Prefeitura Municipal do Natal - RN.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação em cuja etapa processual se apreciam pedidos de reexame interpostos por JMT Serviços e Locação de Mão de Obra Ltda., Alfredo Galvão da Silva Junior e Luiz Roberto Leite Fonseca, contra o Acórdão 1.842/2017-TCU-Plenário, integrado pela rejeição de embargos declaratórios (Acórdão 2.547/2017-TCU-Plenário);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos por Luiz Roberto Leite Fonseca, Alfredo Galvão da Silva Junior e JMT Serviços de Locação de Mão de Obra Ltda. por atenderem aos requisitos de admissibilidade constantes do art. 48 da Lei 8.443/1992;

9.1.1. negar provimento ao recurso interposto por Luiz Roberto Leite Fonseca;

9.1.2 dar provimento ao recurso de Alfredo Galvão da Silva Junior para:

9.1.2.1. acolher as suas razões de justificativas;

9.1.2.2. tornar sem efeito a multa aplicada no item 9.5 do Acórdão 1.842/2017-TCU-Plenário, no que lhe diz respeito;

9.1.2.3. revogar os itens 9.6 e 9.7 do Acórdão 1.842/2017-TCU-Plenário;

9.1.3 dar provimento ao recurso de JMT Serviços de Locação de Mão de Obra Ltda. para:

9.1.3.1. acolher as suas razões de justificativas;

9.1.3.2. tornar sem efeito a multa aplicada no item 9.5 do Acórdão 1.842/2017-TCU-Plenário, no que lhe diz respeito;

9.1.3.3. revogar o item 9.8 do Acórdão 1.842/2017-TCU-Plenário;

9.2. comunicar esta decisão aos recorrentes, ao município do Natal/RN, e à Procuradoria da República do Estado no Rio Grande do Norte.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1172-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1173/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.083/2015-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Recorrentes: Carlos Alberto da Silva (104.797.948-98); Janaína Cristina Machado Pinto Amazonas (725.652.921-04); e Milton Costa Ferreira (405.171.529-91)

4. Órgão: Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Ribeiro Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria do TCU no Estado de Mato Grosso (Sec-MT).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam recursos de reconsideração interpostos por Carlos Alberto da Silva, Janaína Cristina Machado Pinto Amazonas e Milton Costa Ferreira em face do Acórdão 495/2017-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares as contas dos recorrentes, imputando-lhes a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285, caput e §2º, do Regimento Interno do TCU, não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Janaína Cristina Machado Pinto Amazonas;

9.2. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao recurso de reconsideração interpostos por Carlos Alberto da Silva;

9.3. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e dar provimento ao recurso de reconsideração interposto por Milton Costa Ferreira para julgar regulares com ressalva as contas do recorrente e tornar sem efeito a multa que lhe foi cominada pelo item 9.3 do Acórdão 495/2017-TCU-Plenário;

9.4. dar ciência deste acórdão aos recorrentes.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1173-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1174/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.258/2018-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência e da Assistência Social (SecexPrevi).

8. Representação legal: Allan Lúcio Sathler e outros, representando Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional realizada na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, realizada no período de 06.08.2018 a 31.08.2018, tendo por objetivo avaliar o grau de auditabilidade da referida Secretaria, a fim de identificar os riscos e impactos do atual estágio de transparência da administração tributária e propor melhorias aos processos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. Determinar ao Ministério da Economia, com fundamento no art. 43, I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 250, inciso II, do RITCU, que elabore e apresente a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, plano de ação com vistas a corrigir os problemas e mitigar os riscos identificados neste relatório, a fim de harmonizar a preservação do sigilo fiscal com a necessidade de controle interno e externo do sistema tributário nacional, preservando o núcleo essencial dos princípios constitucionais envolvidos, contendo, para cada uma das determinações emitidas no presente Acórdão, no mínimo, as ações necessárias, os responsáveis e os prazos previstos para implementação.

9.2. Determinar ao Ministério da Economia, com fundamento no art. 43, I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 250, inciso II, do RITCU, que:

9.2.1. adote, por ocasião da elaboração do Plano de Auditabilidade, as boas práticas nacionais, considerando as apresentadas pela auditoria independente do Sistema Financeiro Nacional, e internacionais, considerando as apresentadas pela auditoria das EFS sobre as administrações tributárias nos Estados Democráticos de Direito;

9.2.2. avalie a legalidade da Portaria RFB 3.541/2011, que aprovou o Manual do Sigilo Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil, especialmente em relação aos itens 7.5 e 7.19, por realizarem limitação incompatível com as competências constitucionais e legais da CGU e do TCU, no exercício do controle interno e externo da administração pública;

9.2.3. estabeleça, partindo do princípio da coerência do sistema, e tendo em vista os princípios basilares que dão suporte a organização estatal, conforme disposto no Parecer PGFN/PGA 980/2004, os parâmetros de análise do compartilhamento de informações sigilosas, diferenciando-o da quebra de sigilo fiscal;

9.2.4. estabeleça, considerando as boas práticas internacionais de compartilhamento de informações para fins não tributários e as recomendações da Enccla, a sistematização, operacionalização e padronização do compartilhamento de informações fiscais em meio eletrônico, de forma estruturada, para os órgãos de fiscalização, controle, investigação e persecução penal, preservadas as restrições de divulgação vigentes e a integridade das informações;

9.2.5. atualize o Plano de Dados Abertos, considerando os preceitos da Política de Dados Abertos e da Política de Governança Digital, a fim de implementar medidas concretas para o fornecimento de acesso aos dados públicos, de forma aberta, estruturada e legível por máquina, divulgando, dentre outros, a política de acesso às informações e as bases de dados disponíveis;

9.3. Recomendar ao Ministério da Economia, com fundamento no art. 43, I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 250, inciso III, do RITCU, que:

9.3.1. classifique, considerando as determinações constantes da Lei de Acesso à Informação e o histórico das solicitações de acesso à informação demandadas pela sociedade, as bases de informação disponíveis, a fim de efetuar a divulgação ativa daquelas informações relevantes para o exercício do controle social;

9.3.2. estabeleça, considerando as determinações constantes da Lei de Acesso à Informação e tendo em vista que não se encontram sob a guarida do sigilo fiscal, conforme disposto no §3º do art. 198 do Código Tributário Nacional, a divulgação ativa de dados referentes às representações fiscais para fins penais, inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública e parcelamento ou moratória;

9.3.3. estabeleça, considerando as determinações constantes da Lei de Acesso à Informação e tendo em vista que não se encontram sob a guarida do sigilo fiscal, conforme disposto no Parecer PGFN/CAT 2.869/2007, a divulgação ativa de dados estatísticos, informações cadastrais, informações sobre débitos de pessoas jurídicas de direito público e informações sobre débitos não tributários inscritos em dívida ativa ou débitos tributários e não tributários já em fase de execução fiscal;

9.3.4. avalie, considerando as determinações constantes da Lei de Acesso à Informação e tendo em vista que não se encontram sob a guarida do sigilo fiscal, conforme disposto no Parecer PGFN/CDA 2.012/2012, a legalidade da Portaria RFB 2.344/2011, especialmente em relação aos §§ 1º e 2º do art. 2º, que proíbe a divulgação de informações cadastrais que permitam a identificação da composição societária e da regularidade fiscal do sujeito passivo, econômicas agregadas, relativas à representações fiscais para fins penais, inscrições em Dívida Ativa da Fazenda Pública e em parcelamento ou moratória;

9.3.5. avalie, considerando as determinações constantes da Lei de Acesso à Informação e tendo em vista que não está sob a guarida do sigilo fiscal, nem no plano normativo nem no plano fático, conforme disposto no Parecer PGFN/CAT 669/2015, a divulgação ativa dos processos administrativos fiscais;

9.3.6. estabeleça, considerando as determinações constantes da Lei de Acesso à Informação e tendo em vista que não se encontram sob a guarida do sigilo fiscal, conforme disposto no Parecer PGFN/CAT 1.479/2015, a divulgação ativa das notas fiscais eletrônicas cujos destinatários sejam órgãos e entidades da Administração Pública;

9.3.7. estabeleça, considerando as determinações constantes da Lei de Acesso à Informação e tendo em vista que não se encontram sob a guarida do sigilo fiscal, conforme disposto no Parecer PGFN/CAT 1.636/2014 e na Portaria RFB 1.384/2016, a divulgação ativa do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir), da Consulta da Declaração de Operações Imobiliárias (DOI), do Sistemas de controle de débitos de pessoas jurídicas de direito público, dos Sistemas de controle de débitos parcelados, e do Sistema de emissão de Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, respeitando o disposto no art. 31, § 1º, da Lei 12.527/2011;

9.3.8. estabeleça, considerando os Princípios Constitucionais da Transparência, da Isonomia e da Capacidade Contributiva, e as determinações constantes da Lei de Acesso à Informação e da Lei de Responsabilidade Fiscal, a divulgação ativa e individualizada dos Gastos Tributários em Bases Efetivas usufruídos pelos contribuintes;

9.3.9. estabeleça, em conjunto com o Serpro e a Dataprev, considerando as determinações previstas na Lei de Acesso às Informações, na LDO 2018 e nas Políticas de Dados Abertos e de Compartilhamento de Bases de Dados do governo federal, previstas nos Decretos 8.777/2016 e 8.789/2016, os mecanismos para acesso a dados de forma menos onerosa possível, a exemplo do modelo previsto no art. 4º da Portaria STI/MP 58/2016, diferenciando os custos de extração de dados brutos dos serviços de customização e de business intelligence;

9.3.10. avalie, considerando as determinações constitucionais da livre concorrência e da livre iniciativa, e determinações legais, constantes da Lei de Acesso à Informação e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a constitucionalidade e a legalidade da Portaria MF 457/2016 e da Portaria RFB 2.189/2017, que estabeleceram a venda de acesso para terceiros, pelo Serpro, de dados e informações constantes dos cadastros públicos a que tenha acesso;

9.3.11. estabeleça, considerando as determinações constantes da Lei de Acesso à Informação, a divulgação ativa da memória de cálculo e da descrição metodológica referente às estimativas apresentadas pela RFB, para subsidiar a análise dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas e a fiscalização da gestão fiscal; e

9.3.12. avalie, considerando as boas práticas internacionais de pesquisa estatística e a necessidade de fomentar a pesquisa científica de base empírica sobre a gestão pública prevista na Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, a possibilidade de uso dos registros administrativos custodiados pelos órgãos e unidades do Sistema Tributário Nacional, para fins de formulação e avaliação das políticas públicas nacionais.

9.4. Determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo - Segecex que, em face da necessidade de monitoramento do Plano de Ação de Auditabilidade do Sistema Tributário Nacional, oriente as unidades técnicas que realizem trabalhos de auditoria que necessitem de acesso às informações protegidas por sigilo fiscal, que comuniquem a realização da auditoria à Secretaria de Controle Externo da Previdência e Assistência Social, unidade responsável pela fiscalização da administração tributária, que deverá coordenar as ações e propor mecanismos para assegurar o sigilo fiscal e a auditabilidade do Sistema Tributário Nacional.

9.5. Orientar a SecexPrevidência no sentido de, em conjunto com a Secretaria de Gestão da Informação para o Controle Externo e demais unidades pertinentes da Segecex, manter contato com o Ministério da Economia e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, relativamente à operacionalização do acesso do TCU aos bancos de dados da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, assim como no que concerne ao compartilhamento desses bancos de dados com esta Corte de Contas, dando ciência ao relator de todas as providências sobre o assunto.

9.6. Orientar a Secretaria-Geral de Controle Externo que promova tratativas com o Ministério da Economia, a fim de que ministre o treinamento necessário para os Auditores Federais de Controle Externo do TCU, com vistas a facilitar o acesso aos bancos de dados assim como o seu compartilhamento, em relação aos bancos de dados custodiados pelo Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, pelo Serpro e pela Dataprev.

9.7. Encaminhar, para ciência e medidas cabíveis, cópia deste Acórdão:

9.7.1. ao Egrégio Supremo Tribunal Federal, com vistas a subsidiar a análise da Ação Cível Originária nº 3.150/DF e demais ações que envolvam sigilo fiscal, competências constitucionais dos Tribunais de Contas, direito tributário e estatísticas fiscais elaboradas pela administração tributária;

9.7.2. à Câmara dos Deputados, assim como à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com vistas a subsidiar o controle e a fiscalização da gestão fiscal e a análise dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas, de acordo com o previsto no § 3º, art. 4º e art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

9.7.3. ao Senado Federal, com vistas a subsidiar a avaliação da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, de acordo com o disposto no inciso XV, art. 52 da Constituição Federal, c/c os arts. 393-A a 393-F do Regimento Interno do Senado Federal;

9.7.4. à Procuradoria-Geral da República e à Advocacia-Geral da União, com vistas a subsidiar a instrução do processo nº 00400.003838/2008-16, que cuida do pedido de revisão da Nota Técnica nº 179/DENOR/CGU/AGU, que trata do poder do MPF de requisitar informações protegidas por sigilo fiscal diretamente à RFB, sem intermediação do Poder Judiciário;

9.7.5. ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com vistas a subsidiar o fortalecimento do compartilhamento de dados na Administração Pública Federal e o desenvolvimento de estratégias para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro;

9.7.6. à Procuradoria da República no Distrito Federal, com vistas a subsidiar a análise do Procedimento Preparatório nº 1.16.000.001692/2018-25, que trata da venda de dados públicos pelo Serpro; e

9.7.7. aos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, com vistas a subsidiar as auditorias de receitas e renúncias de receitas, de acordo com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução Atricon nº 6/2016.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1174-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1175/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.134/2012-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame em Representação
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Américo José Córdula Teixeira (048.602.538-17); Elaine Rodrigues Santos (719.876.736-20); Instituto Empreender (03.666.886/0001-03); Joana D´arc Gurgel Pereira (151.044.001-15); Marcelo Simon Manzatti (067.412.738-24)
3.2. Recorrentes: Américo José Córdula Teixeira (048.602.538-17); Marcelo Simon Manzatti (067.412.738-24).
4. Órgãos: Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural; Secretaria Executiva do Ministério da Cultura.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
8. Representação legal:
8.1. Roberto Chaves de Aguiar (21227/OAB-GO) e outros, representando Marcelo Simon Manzatti.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos por Américo José Córdula Teixeira e Marcelo Simon Manzatti contra o Acórdão 246/2015-TCU-Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 286 do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Américo José Córdula Teixeira para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. conhecer do pedido de reexame interposto por Marcelo Simon Manzatti para, no mérito, dar-lhe provimento parcial e reduzir o valor da multa que lhe foi aplicada pelo item 9.1 do Acórdão 246/2015-TCU-Plenário para R$ 20.000,00 (vinte mil reais);
9.3. determinar que, no âmbito do TC-023.479/2018-3, seja analisada a existência de indícios de irregularidade quanto à majoração do valor e à inclusão de novos eventos no Termo de Parceria 1/2009, devendo a unidade técnica competente selecionar as peças destes autos necessárias à análise e anexá-las àquele processo;
9.4. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e à Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1175-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Revisor).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1176/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.613/2018-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Representação)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Consórcio Metrô Linha Leste Fortaleza (23.699.058/0001-70); Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado do Ceará (03.503.868/0001-00)
3.2. Recorrente: Consórcio Metrô Linha Leste Fortaleza (23.699.058/0001-70).
4. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Ceará.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).
8. Representação legal:
8.1. Giuseppe Giamundo Neto (234.412/OAB-SP) e outros, representando Construtora Ferreira Guedes S. A.
8.2. Thiago de Castro Pinto Lopes (16272/OAB-CE) e outros, representando Consórcio Metrô Linha Leste Fortaleza.
8.3. Aline Saldanha de Lima Ferreira (12575/OAB-CE), representando Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo Consórcio Linha Leste do Metrô Fortaleza contra o Acórdão 1.316/2018-Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 286 do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência à Seinfra-CE de que eventuais indenizações e prejuízos motivados pela execução e ou pela rescisão do Contrato 18/Seinfra/2013, que venham a ser reconhecidos, não serão pagos com recursos federais, tendo em vista que não houve liberação de recursos federais para aquele Contrato;
9.3. juntar cópia desta deliberação ao TC 014.957/2018-3, que trata de representação formulada pela Construtora Queiroz Galvão S.A., com pedido de medida cautelar, em decorrência de irregularidades na Concorrência Pública 20180001/Seinfra/CCC, a fim de subsidiar a análise daqueles autos;
9.4. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente e à Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado do Ceará.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1176-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1177/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 003.330/2015-0.
2. Grupo I; Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Acompanhamento).
3. Recorrentes: Caixa Econômica Federal; CPM Braxis S/A. (65.599.953/0001-63) e Capgemini Latin America (12.561.847/0001-24).
4. Entidade: Caixa Participações S/A.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
5.1. 1º Revisor: Ministro Augusto Nardes.
5.2. 2º Revisor: Ministro Bruno Dantas.
5.3. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Paula Cardoso Pires (OAB/DF 23.668); Gilberto Mendes Calasans Gomes (OAB/DF 43.391); Nathália Castro de Pina (não advogado) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos pela Caixa Econômica Federal e pelas empresas CPM Braxis S/A e Capgemini Latin America contra o Acórdão 1.220/2016-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame, uma vez presentes os requisitos previstos no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial para esclarecer que, nos termos do item 9.1 do Acórdão 1.220/2016/TCU-Plenário, a Caixa deve apresentar plano de ação contemplando as medidas necessárias ao desfazimento dos atos relativos à aquisição de participação acionária na empresa CPM Braxis S/A, não havendo que se falar em anulação do negócio por determinação do TCU;

9.2. dar ciência aos recorrentes da presente deliberação.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1177-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (1º Revisor), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (2º Revisor).

13.2. Ministro que votou em 22/8/2018: Benjamin Zymler.

13.3. Ministros com voto vencido: Walton Alencar Rodrigues e Benjamin Zymler.

13.4. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.5. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.6. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.7. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1178/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.991/2015-0.

1.1. Apensos: 025.801/2017-1; 011.765/2012-7; 017.445/2016-7

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração em Pedido de Reexame (Acompanhamento)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Andrade Gutierrez Engenharia S/A (17.262.213/0001-94); Construtora Norberto Odebrecht S/A (15.102.288/0001-82); Construtora Queiroz Galvão S/A (33.412.792/0001-60); Construções e Comércio Camargo Correa S/A (61.522.512/0001-02); Empresa Brasileira de Engenharia S/A (33.247.271/0001-03); Othon Luiz Pinheiro da Silva (135.734.037-00); Techint Engenharia e Construção S/A (61.575.775/0001-80); UTC Engenharia S/A (44.023.661/0001-08)

3.2. Recorrentes: Construtora Queiroz Galvão S.A. (33.412.792/0001-60)

4. Entidade: Eletrobrás Termonuclear S.A.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva (manifestação oral).

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).

8. Representação legal:

8.1. Luis Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti (42.884/OAB-PE) e outros, representando Construtora Queiroz Galvão S A.

8.2. Ana Luiza Nascimento de Souza Polak (342.501/OAB-SP) e outros, representando Construtora Norberto Odebrecht S A.

8.3. Mateus Paulo Pereira Lima e outros, representando Construções e Comércio Camargo Correa S/A.

8.4. Marcelo Marques Galo e outros, representando Eletrobrás Termonuclear S.A.

8.5. Paulo Henrique Milanez de Souza e outros, representando U T C Engenharia S/a.

8.6. Luis Inacio Lucena Adams (29512/OAB-RJ) e outros, representando Techint Engenharia e Construcao S/A.

8.7. Joao Felipe Amaral Bobroff e outros, representando Empresa Brasileira de Engenharia S A.

8.8. Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (27.154/OAB-DF) e outros, representando Andrade Gutierrez Engenharia S/A e Construtora Norberto Odebrecht S/A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Construtora Queiroz Galvão S.A contra o Acórdão 580/2019 - Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Construtora Queiroz Galvão S.A, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e aos demais interessados;

9.3. alertar a recorrente que a oposição de novos embargos com fins protelatórios ensejará o conhecimento da peça como mera petição, sem efeito suspensivo, nos termos do art. 287, § 6º, do Regimento Interno deste Tribunal, e poderá ensejar a cominação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente à legislação interna desta Corte de Contas, consoante precedentes acolhidos pelo Plenário do Tribunal nos Acórdãos 593/2017 e 525/2018.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1178-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Bruno Dantas.

13.2. Ministros que alegaram impedimento na sessão: Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1179/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.906/2018-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Cast Informatica S/A (03.143.181/0001-01).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).

8. Representação legal:

8.1. Henrique Donato Rabelo (130511/OAB-MG) e outros, representando Cast Informatica S/A.

8.2. Albertina de Almeida Noberto (34654/OAB-DF) e outros, representando Basis Tecnologia da Informação S/A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de representação formulada pela empresa Basis Tecnologia da Informação S.A., CNPJ 11.777.162/0001-57, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Ministério da Saúde (MS), relacionadas com o Pregão Eletrônico (PE) 7/2018.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. ratificar o conhecimento da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade, e, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. determinar ao Ministério da Saúde, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, em face das irregularidades identificadas no Pregão Eletrônico 7/2018, que, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias:

9.2.1. empreenda os ajustes necessários nos estudos técnicos preliminares que serviram de base para a referida licitação, incorporando a estes, se cabível, as premissas levantadas pela unidade técnica deste Tribunal, as quais estão transcritas no relatório que fundamenta esta decisão e, após, pondere as vantagens e desvantagens de realizar uma nova licitação para a continuidade dos serviços prestados, em vez da prorrogação do Contrato 69/2018, celebrado com a empresa Cast Informática S.A., levando em consideração, para fundamentar sua conclusão, também, as avaliações dos indicadores dos níveis dos serviços prestados até então pela atual contratada;

9.2.2. informe a este Tribunal as medidas adotadas para cumprimento do item acima;

9.3. realizar a audiência do Sr. Paulo Cesar Kluge (CPF: 907.364.000-87), na condição de integrante requisitante da equipe de planejamento da contratação, do Sr. Elmo Raposo Oliveira (CPF: 512.598.691-72), na condição de integrante técnico da equipe de planejamento da contratação, e do Sr. Guilherme Telles Ribeiro (CPF: 763.083.247-87), na condição de Diretor do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - SUS, com fundamento no art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU, para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa por terem elaborado os estudos técnicos preliminares e o Termo de Referência do Pregão Eletrônico 7/2018 do Ministério da Saúde contendo os seguintes indícios de irregularidade:

9.3.1. justificativas insuficientes para os quantitativos estimados do serviço de sustentação de sistemas, métrica de mensuração e pagamento não vinculada aos resultados efetivamente entregues e falhas na definição dos mecanismos de gestão contratual, resultando em alto risco de danos ao Erário na execução do contrato, em afronta ao princípio da eficiência insculpido no caput do art. 37 da Constituição Federal, c/c o art. 6º, inciso IX, alíneas "e" e "f", e art. 7º, § 4º, da Lei 8.666/1993, c/c art. 2º, *caput* e parágrafo único, inciso VII, da Lei 9.784/1999 c/c art. 7º, inciso VIII, art. 16, inciso II, e art. 19, inciso IV, da IN MP/SLTI 4/2014 e à Súmula - TCU 269;

9.3.2. estimativa inadequada do quantitativo (percentual) da franquia e do preço de referência do serviço de sustentação de que trata o item 2 do lote 1 do pregão, sem análise de possíveis alternativas mais econômicas, elevando o risco de danos ao Erário durante a execução contratual, em afronta ao princípio da eficiência previsto no *caput* do art. 37 da Constituição Federal c/c o art. 6º, inciso IX, alínea "c" e art. 15, inciso V, da Lei 8.666/1993, c/c art. 2º, *caput* e parágrafo único, inciso VII, da Lei 9.784/1999 c/c art. 16, inciso II, e art. 19, inciso IV, da IN MP/SLTI 4/2014 e à Súmula - TCU 269;

9.4. dar ciência ao Ministério da Saúde, com fundamento no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, de que foi verificado no Pregão Eletrônico 7/2018 a exigência de comprovação, mediante atestados, de fornecimento de serviços envolvendo as seguintes combinações de tecnologias, o que tem o potencial de restringir a competitividade do certame, caracterizando ofensa ao inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal c/c o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 c/c art. 15 da Instrução Normativa MP/SLTI 4/2014, com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes:

9.4.1. desenvolvimento ou manutenção de sistemas utilizando autenticação *single sign on* com acesso a banco de dados Oracle (item 10.5.5.9.1.4.11 do Termo de Referência);

9.4.2. desenvolvimento ou manutenção de sistemas utilizando servidores de aplicação clusterizados com balanceamento de carga com acesso a banco de dados Oracle (item 10.5.5.9.1.4.13 do Termo de Referência);

9.4.3. desenvolvimento ou manutenção de *applet* de assinatura de documentos PDF com certificado digital e validade jurídica, aderente à ICP-Brasil em ambiente *web* com acesso a banco de dados Oracle (item 10.5.5.9.1.4.14 do Termo de Referência);

9.5. dar ciência do presente acórdão à representante, Basis Tecnologia da Informação S.A., à empresa Cast Informática S.A., ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Controle Externo da Saúde, deste Tribunal, unidade técnica responsável pela apreciação das contas do Ministério da Saúde;

9.6. determinar à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti) que se pronuncie sobre a adequabilidade dos preços contratados e sobre a qualidade dos indicadores previstos para mensurar os níveis de serviço prestado.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1179-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1180/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.311/2015-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Agência Nacional de Transportes Terrestres (04.898.488/0001-77) e Concessionária BR-040 S.A. (19.726.048/0001-00).

3.2. Responsáveis: Cristiano Della Giustina (979.329.220-20); Leonardo Villela de Simone Teixeira (060.479.316-26); Viviane Esse (206.461.918-61); e Wallace Vargas Roque (626.394.632-68).

4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodovias).

8. Representação legal:

8.1. Rachel Pedreira Dallagnol e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres.

8.2. Alexandre Aroeira Salles (28.108/OAB-DF) e outros, representando Concessionária BR-040 S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil deste Tribunal acerca de irregularidades praticados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), concernentes à 1ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio (TBP) do contrato de Concessão da Rodovia Federal BR-040/DF/GO/MG,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:

9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas por Cristiano Della Giustina, Leonardo Villela Teixeira e Viviane Esse;

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Wallace Vargas Roque;

9.4. aplicar a Wallace Vargas Roque a multa prevista no art. 58, incisos II e III, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido, até a data dos efetivos recolhimentos, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar o desconto da dívida na remuneração do servidor, observado o disposto no art. 46 da Lei 8.112/1990;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendidas as notificações e não seja possível o desconto determinado no subitem 9.4;

9.7. determinar à Agência Nacional de Transportes Terrestres, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que:

9.7.1. suprima, da tarifa básica de pedágio, os valores inseridos mediante estimativa de custo genérica a título de remunerar investimentos em retornos em nível que ainda não foram implantados;

9.7.2. revise, na tarifa básica de pedágio, os valores inseridos mediante estimativa de custo genérica a título de remunerar investimentos em retornos em nível que já foram implantados, com base nos projetos executivos;

9.8. dar ciência à Agência Nacional de Transportes Terrestres, com fundamento na Resolução-TCU 265/2014, das seguintes impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes:

9.8.1. a inclusão de investimentos em retornos em nível no contrato de concessão sem a apresentação de projetos e sem a adoção de cronograma compatível com a efetiva implantação das obras afronta os arts. 6º, caput, § 1º e 9º, § 4º; ambos da Lei 8.987/1995; o art. 2º, da Lei 9.784/1999; e o art. 3º, inciso I, da Resolução ANTT 4.339/2014;

9.8.2. a inclusão de investimentos no contrato de concessão sem avaliar a viabilidade técnica e econômica de sua execução, considerando-se o grau de inadimplência e insolvência contratual da concessionária, é medida que afronta os dispositivos legais que exigem capacidade de desempenho do serviço concedido (art. 2º, incisos II e III, da Lei 8.987/1995) e capacidade de assegurar a prestação de serviço adequado (art. 6º da Lei 8.987/1995), além de atentar contra os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade, da eficiência e da indisponibilidade do interesse público (art. 37, caput, CF/88; art. 20, II, "b", da Lei 10.233/01; art. 2º da Lei 9.784/99; art. 2º, II, "b" do Decreto 4.130/02);

9.8.3. a inclusão de investimentos para conservação/manutenção de retornos em nível sem a conclusão da sua implantação, e sem a observância da vida útil de projeto antes que novas intervenções estruturais sejam propostas é medida que atenta contra os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade, da eficiência, da indisponibilidade do interesse público e da motivação (art. 37, caput, CF/88; art. 20, II, "b", da Lei 10.233/01; art. 2º da Lei 9.784/99; art. 2º, II, "b" do Decreto 4.130/02; e que afronta o art. 2º, da Lei 9.784/1999);

9.8.4. o atraso na entrega das obras de duplicação em relação ao cronograma que orientou a formulação das propostas (duplicação integral em cinco anos) sem que ajustes tarifários relacionados à redução de encargos da concessionária para conservação/manutenção das novas pistas, cuja entrega foi postergada, afronta os arts. 6º, caput, § 1º e 9º, § 4º; ambos da Lei 8.987/1995; o art. 2º, da Lei 9.784/1999 e atenta contra os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade, da eficiência e da indisponibilidade do interesse público (art. 37, caput, CF/88; art. 20, II, "b", da Lei 10.233/01; art. 2º da Lei 9.784/99; art. 2º, II, "b" do Decreto 4.130/02);

9.9. dar ciência desta liberação aos responsáveis e aos interessados.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1180-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1181/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.061/2010-6.

1.1. Apenso: 016.451/2010-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Prefeitura Municipal de Bela Cruz - CE (07.566.045/0001-77).

3.2. Responsáveis: Antonio Keydson Morais Carvalho (024.780.553-09); Bruno Rogério Morais (011.926.193-66); Cesar Roberto Nascimento (390.108.303-06); Eliesio Rocha Adriano (576.699.458-34); Epb Construções e Incorporações Ltda. (07.023.889/0001-71); Francisco José Soeiro (445.561.363-34); Izabel Serviços e Construções Ltda. - Me (08.885.169/0001-88); Maria Nélia Helcias Moura Vasconcelos (362.460.503-87); Márcio Roney Mota Lima (739.512.773-00); Pedro Rogério Morais (064.893.988-00); Rogério Teixeira Cunha (034.244.303-82); S. C. Serviços e Locações de Veículos Ltda. (07.752.641/0001-41); Transmaster Locações de Veículos e Serviços de Limpeza Ltda. (07.702.124/0001-68); Ângela Célia Lima (445.580.903-15).

3.3. Embargante: Márcio Roney Mota Lima (739.512.773-00).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bela Cruz - CE.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal:

8.1. Jose Candido Lustosa Bittencourt de Albuquerque (4040/OAB-CE) e outros, representando Epb Construções e Incorporações Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelo Sr. Márcio Roney Mota Lima contra o Acórdão 107/2019-TCU-Plenário, prolatado em recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 834/2014-TCU-Plenário, de natureza condenatória,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, com fundamento nas razões expostas pelo relator e nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1181-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1182/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.422/2014-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: José Luiz de Souza Santos (CPF 301.277.507-20) e Município de Casimiro de Abreu - RJ (CNPJ 29.115.458/0001-78).

4. Entidade: Diretoria -Executiva do Fundo Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos oportunidade Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em desfavor do Sr. José Luiz de Souza Santos, ex-Secretário Municipal de Saúde de Casemiro de Abreu-RJ, em razão de pagamentos irregulares de procedimentos do Sia/Sus, com recursos repassados ao Ente municipal, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde, no exercício de 2007;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II e III, alínea b; 18; 19, Parágrafo Único; 23, incisos II e III, a e b; e 58 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas do Município de Casemiro de Abreu-RJ, dando-lhe quitação;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. José Luiz de Souza Santos;

9.3 aplicar ao Sr. José Luiz de Souza Santos a multa prevista no art. 58, inciso II da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268 do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, antecipadamente, caso seja requerido, o pagamento da dívida decorrente em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.6. encaminhar cópia da presente deliberação à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde-MS, ao Município de Casemiro de Abreu e ao Sr. José Luiz de Souza Santos.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1182-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1183/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 017.643/2016-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Representação).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: André Tadeu Bernardo de Sá (001.269.617-00); Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva (113.486.237-72).

3.2. Recorrente: André Tadeu Bernardo de Sá (001.269.617-00).

4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Câncer José de Alencar Gomes da Silva.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (41796/OAB-DF) e outros, representando André Tadeu Bernardo de Sá e Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva;

8.2. Jorge Luiz Silva Rocha (156945/OAB-RJ) e outros, representando FBC 2007 Participações Eireli.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto por André Tadeu Bernardo de Sá contra o Acórdão 858/2017-Plenário (retificado, para correção de erro material, pelo Acórdão 1390/2017-Plenário), o qual apreciou a Representação formulada por FBC 2007 Participações Eireli sobre irregularidades relativas ao Contrato 95/2014, celebrado com o Instituto Nacional do Câncer;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do Pedido de Reexame interposto por André Tadeu Bernardo de Sá para, no mérito, negar-lhe provimento e manter em seus exatos termos a deliberação recorrida;

9.2. dar ciência da presente deliberação ao recorrente, ao Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva e aos demais interessados.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1183-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1184/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.952/2018-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessado: Consórcio Mobilidade Urbana (18.183.108/0001-22), composto pelas empresas S.A. Paulista de Construções e Comércio (60.332.319/0001-46) e Construbase Engenharia Ltda. (62.445.838/0001-46)

4. Órgãos/Entidades: Caixa Econômica Federal; Ministério do Desenvolvimento Regional; Município de São Paulo/SP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

8. Representação legal:

8.1. Maria Paula de Oliveira Bianco (367.986/OAB-SP) e outros, representando Consórcio Mobilidade Urbana.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este relatório de auditoria, realizada no âmbito do Fiscobras 2018, nas obras do Sistema Viário de Apoio - Corredor Capão Redondo/Campo Limpo/Vila Sônia, localizado no município de São Paulo/SP,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Serviço de Informação de Fiscalização de Obras Públicas (Siob) que reclassifique:

9.1.1. de IGP para F/I os achados de sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado e duplicidade de serviços e de restrição à competitividade da licitação decorrente de adoção indevida de pré-qualificação e de critérios inadequados de habilitação e julgamento, apurados nos presentes autos;

9.1.2. de IGC para F/I o achado de projeto básico deficiente e desatualizado;

9.2. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que os indícios de irregularidades graves do tipo IG-P, apontados no Contrato 046/Siurb/13 e no Edital de Pré-qualificação 5/2012-SPObras, relativo aos serviços de elaboração de projeto executivo e execução das obras do Corredor Capão Redondo/Campo Limpo/Vila Sônia (São Paulo/SP), não mais se enquadram no inciso IV do § 1º do art. 112 da Lei 13.408/2016 (LDO 2017), tendo sua classificação sido alterada para F/I (art. 2°, inciso VII, da Resolução-TCU 280/2016), em função da rescisão do Contrato 046/Siurb/13;

9.3. com fundamento no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, dar ciência à Prefeitura Municipal de São Paulo, à Caixa Econômica Federal e ao Ministério do Desenvolvimento Regional, sobre a realização de licitação com cláusulas que desrespeitam a ampla competitividade, o que afronta o disposto no art. 3º da Lei 8.666/1993, e que a publicação de editais cujo orçamento-base possua preços unitários não aderentes aos referenciais de mercado, ofende aos arts. 3º, 4º, 5º e 6º do Decreto 7.983/2013, bem como acerca das seguintes irregularidades verificadas no Contrato 046/Siurb/13 e no Edital de Pré-qualificação 5/2012-SPObras, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

9.3.1. sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado no valor global de R$ 35.279.217,08, correspondente a 19,82% do valor total referencial e a 35,52% da amostra analisada, identificado no orçamento do Contrato 046/Siurb/13 - Corredor Capão Redondo/Campo Limpo/Vila Sônia, o que afronta o disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 6º do Decreto Federal 7.983/2013;

9.3.2. restrição à competitividade da licitação decorrente da adoção indevida de pré-qualificação, identificada no Edital de Pré-qualificação 5/2012-SPObras - Corredor Capão Redondo/Campo Limpo/Vila Sônia, o que afronta o art. 114 da Lei 8.666/1993 e o disposto na jurisprudência do TCU (cf. Acórdãos 2.005/2007-TCU-Plenário, 2.350/2007-TCU-Plenário, 1.223/2013-TCU-Plenário e 2.028/2006-TCU-1ª Câmara);

9.3.3. restrição à competitividade da licitação decorrente de critérios inadequados de habilitação e julgamento, os quais afrontam o disposto nos arts. 3º e 30 da Lei 8.666/1993 e o disposto na jurisprudência do TCU (cf. Súmulas TCU 275/2011 e 263/2011 e Acórdãos 1.636/2007, 2.359/2007, 1.237/2008, 2.150/2008, 2.882/2008, 1.733/2010, 222/2013, 1.023/2013, 1.223/2013, 1.998/2013, 2.373/2013, 602/2015 e 1.252/2016, todos do Plenário), sobretudo no que concerne a:

9.3.3.1. vedação a que uma mesma empresa seja contratada para mais de um empreendimento;

9.3.3.2. restrição à funcionalidade de obra nas exigências de habilitação técnico-operacional;

9.3.3.3. limitação de atestados para atender as exigências de habilitação técnico-operacional para contratos únicos ou simultâneos;

9.3.3.4. exigência de atestados de serviços de baixa complexidade;

9.3.3.5. utilização de critérios subjetivos de avaliação de metodologia de execução;

9.3.4. deficiências no projeto básico da obra, violando o art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993;

9.4. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério do Desenvolvimento Regional, à Caixa Econômica Federal, ao município de São Paulo/SP e ao Consórcio Mobilidade Urbana.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1184-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1185/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 020.822/2009-2.

1.1. Apensos: 015.479/2014-5; 015.482/2014-6; 015.481/2014-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: Zucatelli Empreendimentos Ltda. (01.241.313/0001-02).

4. Órgão: Secretaria de Estado da Saúde do Amapá

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Leonardo Victor Dantas da Cruz (40.720/OAB-DF) e outros, representando Zucatelli Empreendimentos Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos pela Zucatelli Empreendimentos Ltda. em face do Acórdão 2.553/2018-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal não conheceu do recurso de revisão por si interposto em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração;

9.2. dar ciência deste acórdão à embargante.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1185-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1186/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.280/2016-2.

1.1. Apensos: 027.227/2017-0; 010.661/2018-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Representação).

3. Interessado/Recorrente:

3.1. Interessado: Telefônica Brasil S.A. (02.558.157/0001-62).

3.2. Recorrente: Agência Nacional de Telecomunicações (02.030.715/0001-12).

4. Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

8. Representação legal: Mariana Félix Gonçalves de Mateus (014.317.451-70), Luiz Batista Gomes dos Santos Pereira (083.129.957-65), Varlone Batista Sampaio (699.097.171-15) e Daniel Andrade Fonseca (012.126.326-64), representando Agência Nacional de Telecomunicações.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em face do Acórdão 716/2019-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal monitorou o cumprimento das providências determinadas por meio do Acórdão 2.121/2017-TCU-Plenário, proferido em representação acerca de irregularidades na potencial celebração de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) pela Agência,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer e acolher os presentes embargos de declaração, atribuindo-lhes efeitos infringentes, para, em substituição ao subitem 9.2.5 do Acórdão 716/2019-TCU-Plenário:

9.1.1. determinar à Anatel, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que encaminhe a este Tribunal a minuta do próximo TAC cuja proposta final for aprovada por aquele colegiado, previamente à sua assinatura, acompanhada de elementos de fundamentação técnica que entender pertinentes; e

9.2. dar ciência desta decisão ao embargante.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1186-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1187/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.410/2016-7.

1.1. Apensos: 015.434/2018-4; 032.099/2017-7

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Solicitação do Congresso Nacional)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde) e Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pela Mesa da Câmara dos Deputados contra o Acórdão 2.444/2016-TCU-Plenário, que apreciou Solicitação do Congresso Nacional, no qual se requereu manifestação deste Tribunal acerca da possibilidade de celebração de contratos de gestão com organizações sociais por entes públicos na área de saúde, especialmente sobre a forma de contabilização dos pagamentos a título de fomento nos limites de gastos de pessoal previstos na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante os motivos expostos pelo Relator, em:

9.1. conhecer e acolher parcialmente os embargos de declaração, com fulcro nos arts. 32, II, e 34 da Lei 8.443/1992;

9.2. esclarecer à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal que o Acórdão 2.444/2016-Plenário não possui caráter normativo, nem constitui prejulgamento de tese;

9.3. declarar nulos os subitens 9.1.2. a 9.1.5 do Acórdão 2.444/2016-Plenário;

9.4. considerar prejudicados os pedidos da embargante contidos nas alíneas "c" e "d" do parágrafo 21 de sua peça recursal;

9.5. integrar o Acórdão 2.444/2016-Plenário para informar à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal que, de acordo com a 8ª e a 9ª edições do Manual de Demonstrativos Fiscais publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), bem como orientação contida na Portaria 233/2015 do Ministério da Economia, a parcela do pagamento referente à remuneração do pessoal que exerce a atividade fim do ente público nas organizações sociais deve ser incluída no total apurado para verificação dos limites de gastos com pessoal estipulados na Lei de Responsabilidade Fiscal, e que o cumprimento dessa orientação da STN poderá ser avaliado pelo TCU no âmbito dos processos de acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal;

9.6. dar ciência deste acórdão à embargante, ao Presidente do Senado Federal, à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e à Secretaria de Macroavaliação Governamental do TCU (Semag).

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1187-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1188/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.804/2015-5.

1.1. Apenso: 000.812/2016-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Denúncia).

3. Embargante: Cooperestrada Cooperativa de Transportes e Logística (16.616.292/0001-21).

4. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: Luciano Elias Reis (38.577/OAB-PR) e outros, representando Cooperestrada Cooperativa de Transportes e Logística.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Cooperestrada Cooperativa de Transportes e Logística em face do Acórdão 61/2019-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal, dentre outras medidas, aplicou-lhe a sanção prevista no art. 46 da Lei 8.443/1992, declarando-a inidônea para participar, por cinco anos, de licitações na Administração Pública Federal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração;

9.2. dar ciência deste acórdão à embargante.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1188-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1189/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.225/2017-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Fundação Nacional da Saúde (Funasa); Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Município de Igarapé do Meio/MA; Município de Matinha/MA; Município de Riachão/MA.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de fiscalização, realizada no âmbito da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) de Obras Paralisadas no Nordeste, que tem como escopo a verificação da regularidade de obras das áreas de saúde, educação e saneamento no Estado do Maranhão,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, quando da análise das prestações de contas dos termos de compromisso a seguir relacionados, apure os seguintes indícios de irregularidades constatados nesta fiscalização, comunicando ao TCU o resultado das análises, no prazo de 30 (trinta) dias após a sua conclusão:
9.1.1. Termo de Compromisso PAC 10.965/2014, Município de Igarapé do Meio/MA:
9.1.1.1. indícios de atuação como empresa de fachada da Construtora Alto da Fábrica Ltda., CNPJ 16.814335/0001-83, no âmbito do Contrato 16/2014 (item III.2 do Relatório de Fiscalização);
9.1.1.2. retirada na conta bancária sem comprovação da despesa, no valor de R$ 100,00, em 20/1/2015 (item III.3 do Relatório de Fiscalização);
9.1.1.3. pagamento antecipado à Construtora Alto da Fábrica Ltda., CNPJ 16.814335/0001-83, em face do descompasso entre a execução física e a execução financeira da obra, podendo ter ensejado o pagamento por serviços não executados (item III.5 do Relatório de Fiscalização);
9.1.2. Termo de Compromisso PAC 2 5.083/2013, Município de Matinha/MA:
9.1.2.1. indícios de atuação como empresa de fachada da Construtora Itamaraty Ltda., CNPJ 12.125.046/0001-16, no âmbito do Contrato 20/2013 (item III.2 do Relatório de Fiscalização);
9.1.2.2. retirada na conta bancária sem comprovação da despesa, no valor de R$ 102.900,00, em 20/11/2013 (item III.3 do Relatório de Fiscalização);
9.1.3. Termo de Compromisso PAC 2 5.571/2013, Município de Matinha/MA:
9.1.3.1. obra inacabada com 39% de execução, sem conservação e vigilância (item III.1 do Relatório de Fiscalização);
9.1.3.2. indícios de atuação como empresa de fachada da Construtora Itamaraty Ltda., CNPJ 12.125.046/0001-16, no âmbito do Contrato 21/2013 (item III.2 do Relatório de Fiscalização);
9.1.3.3. pagamento antecipado à Construtora Itamaraty Ltda., CNPJ 12.125.046/0001-16, em face do descompasso entre a execução física e a execução financeira da obra, podendo ter ensejado o pagamento por serviços não executados (item III.5 do Relatório de Fiscalização);
9.1.4. Termo de Compromisso PAR 17.409/2014, Município de Matinha/MA:
9.1.4.1. obra inacabada com 30% de execução, sem conservação e vigilância (item III.1 do Relatório de Fiscalização);
9.1.4.2. indícios de atuação como empresa de fachada da Construtora Itamaraty Ltda., CNPJ 12.125.046/0001-16, no âmbito do Contrato 001/2014 (item III.2 do Relatório de Fiscalização);
9.1.4.3. pagamento antecipado à Construtora Itamaraty Ltda., CNPJ 12.125.046/0001-16, em face do descompasso entre a execução física e a execução financeira da obra, podendo ter ensejado o pagamento por serviços não executados (item III.5 do Relatório de Fiscalização);
9.2. determinar à Fundação Nacional da Saúde (Funasa), com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, quando da análise das prestações de contas do Termo de Compromisso PAC 733/2011 (Siafi 669819), firmado pelo Município de Riachão/MA, apure os seguintes indícios de irregularidades constatados nesta fiscalização, comunicando ao TCU o resultado das análises, no prazo de 30 (trinta) dias após a sua conclusão:
9.2.1. obra inacabada do assentamento Sucupira, inexecução, em todas as localidades, dos subitens de serviço 3.21 (calçada externa com 0,40 de largura), 3.22 (portão de ferro de 2,00 x 1,00 m), 3.26.4 (cerca c/ 08 fios de arame farpado 16 BWG 4 a 4 com estacas), 3.26.5 (portão para pedestre em tudo de ferro galvanizado com 01 folha), 2.19 (análise físico-química e bacteriológica) e 2.20 (relatório final do poço) e inexecução, nos povoados Coco dos Neves e Tabuleirão, do subitem 3.35 (caixa d'água em fibra de vidro, capacidade 15.000 litros inc.), onde os reservatórios existentes têm capacidade de 10.000 litros (itens III.1 e III.6 do Relatório de Fiscalização);
9.2.2. pagamento indevido de tarifa bancária e "taxas de expediente", em desacordo com a cláusula quarta do termo de compromisso e com o art. 4º, parágrafo único, da Lei 11.578/2007 (item III.4 do Relatório de Fiscalização);
9.2.3. paralisação das obras e expiração do prazo de vigência do termo de compromisso sem a liberação da última parcela dos recursos pactuados, possivelmente em decorrência de atraso na análise da prestação de contas parcial (item III.7 do Relatório de Fiscalização);
9.2.4. não recolhimento do saldo remanescente da conta vinculada ao ajuste à Conta Única do Tesouro Nacional (item IV.1 do Relatório de Fiscalização);
9.3. determinar ao município de Riachão/MA, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 15 (quinze) dias, dê cumprimento ao disposto na Cláusula Terceira, alínea 'f', do TC PAC 733/2011 (Siafi 669819), recolhendo o saldo remanescente na conta vinculada ao ajuste à Conta Única do Tesouro Nacional, dando ciência desta providência ao TCU e à Funasa (item IV.1);
9.4. com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, ante a relevância social das obras em questão, recomendar ao município de:
9.4.1. Matinha/MA, que adote medidas administrativas, inclusive junto ao FNDE, para regularização e retomada da execução das obras objetos dos Termos de Compromisso PAR 17.409/2014 (Monte Cristo) e PAC 2 5.571/2013 (Preguiça II);
9.4.2. Riachão/MA, que adote medidas administrativas, inclusive junto à Funasa para, com recursos próprios e/ou mediante a habilitação em novo repasse de recursos federais, concluir as obras dos sistemas de distribuição de água nas localidades Pecuária, Estreito, Côco dos Neves, Tabuleirão, Sucupira e Alegre, objetos do Termo de Compromisso PAC 733/2011;
9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana que monitore as determinações contidas nos itens 9.1, 9.2 e 9.3 deste acórdão;
9.6. nos termos do art. 1º, inciso XVI, do Regimento Interno do TCU, dar ciência dos fatos apurados nesta fiscalização à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para adoção das providências que achar cabíveis, sobretudo quanto aos indícios de contratação de empresas de fachada, retiradas da conta bancária sem comprovação de despesa e pagamento antecipado por serviço não executado (itens III.2, III.3 e III.5 do Relatório de Fiscalização);
9.7. enviar cópia deste acórdão ao FNDE, à Funasa e aos municípios de Igarapé do Meio/MA, Matinha/MA e Riachão/MA.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1189-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1190/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 001.902/2019-9.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Representante: Mediphacos Indústrias Médicas S/A. (CNPJ 21.998.885/0001-30).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Prof. Edgard Santos da Ufba - Mec.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Selog.
8. Representação legal: Wanderley Romano Donadel (OAB/MG 78870), Givaldo Barbosa Macedo Junior (OAB/BA 30.250), Roberto Trigueiro Fontes (OAB/RJ 150.097), Lincoln Ricardo Simas Porto (OAB/SC 12.179) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação acerca de indícios de irregularidades no Pregão Eletrônico 48/2018, promovido pelo Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos da UFBA - MEC (HUPES), para registro de preços, tendo como objeto a eventual aquisição de lentes intraoculares para cirurgia oftálmica.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. referendar a medida cautelar adotada pelo relator por meio do despacho transcrito no relatório que precede este acórdão, com fulcro no art. 276, *caput* e § 1º, do RI/TCU;
9.2. dar ciência deste acórdão ao Hospital Prof. Edgard Santos da Ufba - Mec.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1190-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1191/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.588/2009-0.
1.1. Apensos: 021.064/2013-0; 007.162/2006-0; 005.509/2015-7; 029.159/2017-2; 013.257/2017-0; 007.983/2015-8; 034.626/2017-4; 034.580/2017-4; 034.422/2017-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Consórcio Construtor Metrosal (03.756.037/0001-32); Andrade Gutierrez Engenharia S/A (Construtora Andrade Gutierrez S/A) (17.262.213/0001-94); Construções e Comércio Camargo Correa S/A (61.522.512/0001-02); Siemens Aktiengesellschaft (Siemens AG) (pessoa jurídica constituída nos termos da legislação alemã); Carlos Von Beckerath Gordilho (002.366.915-20); Engevix Engenharia e Projetos S/A (00.103.582/0001-31); Flávio Mota Monteiro (635.036.208-00); Ivan Carlos Alves Barbosa (033.422.635-04); Janary Teixeira de Castro (163.535.875-20); João Luiz da Silva Dias (011.089.806-00); José Geraldo Araujo Teixeira (048.282.245-72); Luiz Alfredo Campos Quintanilha (341.754.907-87); Luiz Fernando Tavares Vilar (020.645.705-78); Luiz Otávio Ziza Mota Valadares (110.627.386-91); Luiz Roberto Castilho de Souza (307.616.707-34); Nestor Duarte Guimarães Neto (110.289.805-82); Noronha Engenharia S/A (33.451.311/0010-17); Paulo Antônio Santos Macedo (018.163.145-87); Pedro Antônio Dantas Costa Cruz (113.611.405-00); Siemens Ltda. (44.013.159/0001-16); Nestor Duarte Guimarães Neto (CPF 110.289.805-82), Pedro Antônio Dantas Costa Cruz (CPF 113.611.405-00); Ruy Sergio Nonato Marques (CPF 037.221.635-87), Alberto de Figueiredo Nunes Filho (CPF 312.700.777-91), e Sérgio Luiz da Silva Telles (CPF 537.023.017-04).
3.2. Recorrentes (embargantes): Construções e Comércio Camargo Correa S/A (61.522.512/0001-02); Andrade Gutierrez Engenharia S/A (17.262.213/0001-94); Siemens Aktiengesellschaft (05.721.156/0001-85); Luiz Otávio Ziza Mota Valadares (110.627.386-91).
4. Órgãos/Entidades: Companhia Brasileira de Trens Urbanos; Companhia de Transportes de Salvador.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal:
8.1. Daniel Vieira Bogéa Soares (34.311/OAB-DF) e outros, representando Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Andrade Gutierrez Engenharia S/A;
8.2. Míriam Lavocat (19.524/OAB-DF), Antônio Henrique Monteiro (222.808/OAB-SP) e outros, representando Siemens Aktiengesellschaft;
8.3. Andréia Barroso Gonçalves (103.200/OAB-MG) e outros, representando Luiz Otávio Ziza Mota Valadares.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A, Andrade Gutierrez Engenharia S/A, Siemens Aktiengesellschaft (SIEMENS AG), empresas integrantes do Consórcio Construtor Metrosal, e Luiz Otávio Ziza Mota Valadares, em face do Acórdão 2.861/2018 - TCU - Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões exposta pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A, Andrade Gutierrez Engenharia S/A, e Luiz Otávio Ziza Mota Valadares, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. conhecer dos embargos de declaração opostos por Siemens Aktiengesellschaft (SIEMENS AG) com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 e, no mérito:
9.2.1. rejeitar os embargos no tocante às omissões, contradições e obscuridades apontadas;

9.2.2. rejeitar os embargos no tocante ao suposto erro material relativo à inclusão, no item 3 do Acórdão 2.861/2018 - TCU - Plenário, da empresa Siemens Ltda.;

9.2.3. acolher os embargos de declaração quanto ao apontamento de erro material na indicação do advogado Antônio Henrique Monteiro (222808/OAB-SP) como representante da empresa Siemens Ltda., de modo a determinar a retificação do Acórdão 2.861/2018 - TCU - Plenário, de forma que onde se lê "8.1. Antônio Henrique Monteiro (222808/OAB-SP) e outros, representando Siemens Ltda.", leia-se "8.1. Gustavo Franco Ferreira (236.811/OAB-SP), Pedro Paulo Wendel Gasparino (115.712/OAB-SP), Daniela Rodrigues Teixeira (13.121/OAB/DF) e outros (peças 459/460/461/462), representando Siemens Ltda.";

9.3. determinar à SeinfraPortoFerrovia que proceda aos ajustes necessários no sistema processual deste Tribunal, relativamente ao cadastro de advogados deste processo, de forma a excluir a vinculação porventura existente do advogado Antônio Henrique Monteiro, e demais advogados representantes exclusivamente da empresa Siemens AG, à empresa Siemens Ltda., procedendo-se a correta vinculação dos advogados representantes dessa empresa, de forma a que sejam evitados equívocos na geração de arquivos que busquem automaticamente os nomes dos representantes legais, como ocorre quando da geração de minutas de acórdão;

9.4. determinar a juntada de cópia deste acórdão e do Acórdão 2.861/2018 - Plenário ao TC-003.896/2009-2, dada a conexão da matéria ali tratada com o teor destes autos, bem como para que, a partir dos elementos apurados naqueles autos, possam ser produzidas as informações necessárias ao cumprimento do disposto nos subitens 9.7, *in fine* e 9.8 do Acórdão 2.861/2018 - Plenário, de interesse do Ministério Público/TCU e da Advocacia-Geral da União;

9.5. dar ciência deste acórdão aos embargantes, ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia à Superintendência da Polícia Federal no Estado da Bahia (IPL 1299/2010), bem como à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria da República no Estado da Bahia.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1191-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1192/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.449/2019-7.
2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Denúncia.
3. Denunciante: Identidade preservada (art. 55 da Lei 8.443/1992).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Selog.
8. Representação legal: Cláudio Renato do Canto Farag (OAB/DF 14.005); Carolina Bastos Lima Brum (OAB/RJ 135.073) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de de denúncia, com pedido de medida cautelar, noticiando irregularidade no Pregão Eletrônico 7002424322, promovido pela Petrobras S.A. para o fornecimento de vales alimentação/refeição, com vigência contratual de 1.095 dias e valor estimado em R$ 1.412.148.234,64.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro no art. 276, *caput* e § 1º, do RI/TCU, referendar a medida cautelar adotada pelo relator em 8/5/2019 por meio do despacho transcrito no relatório que precede este acórdão;
9.2. dar ciência deste acórdão à Petrobras S.A.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1192-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1193/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 014.184/2012-5.
1.1. Apensos: 028.564/2011-1; 002.785/2018-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrentes: Walter da Silva Jorge João (028.909.682-00); Edson Chigueru Taki (396.863.459-49); Lérida Maria dos Santos Vieira (450.617.344-91).
4. Entidade: Conselho Federal de Farmácia - CFF.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal:
8.1. Christianne da Silveira Santos e outros, representando Jaldo de Souza Santos.
8.2. Felipe Santos Vieira Nogueira (OAB/RO 5.743), representando Lérida Maria dos Santos Vieira.
8.3. Gustavo Beraldo Fabrício (OAB/DF 10.568) e outros, representando Conselho Federal de Farmácia e Walter da Silva Jorge João.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por Lérida Maria dos Santos Vieira, Walter da Silva Jorge João e Edson Chigueru Taki, então diretores do Conselho Federal de Farmácia (CFF), contra o Acórdão 600/2017-TCU-Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos, em razão de observar os requisitos de admissão tratados nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. notificar os recorrentes da presente decisão.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1193-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1194/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 024.990/2013-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Recuso de Reconsideração).
3. Recorrente: Josidan Góis Cunha (059.960.823-49).
4. Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Ceará.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Sérgio Rebouças (OAB/CE 18.383) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Josidan Góis Cunha, contra o Acórdão 2.727/2018-TCU-Plenário, que negou provimento a pedido de reexame interposto pelo mesmo responsável contra o Acórdão 2.400/2016-TCU-Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ante às razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, nos termos dos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do RITCU, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se inalterada a decisão recorrida;
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1194-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1195/2019 - TCU - Plenário

1. Processo 010.577/2017-3.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Representante: Secretaria do TCU no Estado de Roraima (Sec/RR).
4. Entidade: Universidade Federal de Roraima (UFRR).
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada pela então Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima, a partir de denúncia apócrifa acerca de cessão ilegal de professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR), com dedicação exclusiva, para o exercício de cargo de Secretário de Estado em Roraima, sendo trazidas informações acerca do descumprimento do subitem 1.7.1 Acórdão 1.940/2017 - Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 1º, inciso XVI, da Lei 8.443/1992, e no art. 1º, inciso XXVI, c/c o art. 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. nos termos do inciso II do artigo 250 do RI/TCU, determinar à Universidade Federal de Roraima que:
9.1.1. notifique o Governo do Estado de Roraima acerca do montante total a ser ressarcido em decorrência dos pagamentos efetuados indevidamente com recursos daquela entidade federal de ensino, relativos às remunerações do Sr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos no período de sua cessão para exercício do cargo de secretário estadual, consoante previsto no artigo 93 c/c o artigo 41 da Lei 8.112/1990;
9.1.2. caso o Governo do Estado de Roraima não comprove, em até sessenta dias a contar da ciência desta deliberação, a realização do ressarcimento a que se refere o subitem anterior deste Acórdão:
9.1.2.1. se o Sr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos ainda estiver cedido, reverta a cessão observando os termos do § 2º do artigo 10º c/c os §§ 2º e 3º do artigo 5º do Decreto 9.144/2017;
9.1.2.2. se for o caso, instaure e encaminhe a esta Corte de Contas a competente tomada de contas especial, conforme dispõe a Instrução Normativa TCU nº 71/2012;
9.2. determinar à SecexEduc que monitore o cumprimento das medidas contidas no item 9.1 supra;
9.3. dar ciência do teor deste acórdão à Controladoria-Geral da União no Estado de Roraima.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1195-17/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1196/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 043.535/2018-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Representação).
3. Recorrente: Departamento Regional do Sesi no Estado do Paraná (CNPJ 03.802.018/0001-03).
4. Entidade: Departamento Regional do Sesi no Estado do Paraná.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:
8.1. Robinson Zanini de Lima (122.505/OAB-SP), entre outros, representando a Truckvan Indústria e Comércio Ltda.;
8.2. Fernanda Amorim Sanna (222.866/OAB-SP), entre outros, representando a Athos Brasil Soluções em Unidades Móveis Ltda.; e
8.3. Marco Antônio Guimarães (22.427/OAB-PR), entre outros, representando o Departamento Regional do Sesi no Estado do Paraná - (Sesi-PR).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, no presente momento, de embargos de declaração opostos pelo Departamento Regional do Sesi no Estado do Paraná - (Sesi-PR) em face do Acórdão 801/2019 proferido pelo Plenário do TCU, diante da representação formulada pela Athos Brasil Soluções em Unidades Móveis Ltda. sobre possíveis irregularidades no Pregão Presencial nº 855/2018 conduzido pelo Sesi-PR sob o valor total de R$ 6.074.000,00 para o fornecimento de unidades móveis multifuncionais, aí incluídos os equipamentos, o mobiliário e os acessórios;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência da presente deliberação ao embargante, informando-o sobre a ausência de imediata desconstituição do pagamento já realizado no âmbito do Lote 1, ante o efeito ex nunc da aludida cautelar suspensiva, sem prejuízo do subsequente questionamento sobre o eventual superfaturamento porventura apurado nesse pagamento.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1196-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1197/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.443/2018-0
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Monitoramento
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Unidade: Ministério da Economia
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração)
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento da determinação constante do item 9.1 do Acórdão nº 811/2017-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 1º, inciso II, 43, inciso I, da Lei 8.443/1992; 243 e 250, inciso II do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar não cumpridas as deliberações contidas no item 9.1 do Acórdão nº 811/2017-TCU-Plenário;

9.2. reiterar a determinação ao Ministério da Economia para que, no prazo de 120 dias, sob a articulação da Casa Civil da Presidência da República:

a) conceitue os termos "política nacional" e "plano nacional", defina seus respectivos conteúdos-padrão, natureza normativa e interconexão, e os correlacione com os demais instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA);

b) estabeleça, como requisitos para a formulação de planos nacionais, a necessidade de que contemplem responsáveis por sua implementação, prazo de vigência, metas e instrumentos de acompanhamento, de fiscalização e de medição de resultado;

9.3. dar conhecimento à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados do levantamento realizado pelo TCU no Plano Nacional de Segurança Pública, no âmbito do TC 020.481/2016-0, ressaltando a importância da tramitação do PL 9163/2017 para o aumento da efetividade na aplicação de recursos públicos em políticas públicas, encaminhando cópia do Acórdão nº 811/2017-TCU-Plenário, bem como do relatório e voto que o fundamentam.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1197-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1198/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 037.576/2018-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Agravo
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

3.3. Recorrente: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A..
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Mucio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de Agravo interposto contra Despacho do Relator à peça 9 destes autos, por meio do qual a documentação apresentada como Denúncia não foi conhecida, por não atender os requisitos de admissibilidade e pressupostos de legitimidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU, bem como no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 289 do RI/TCU, conhecer do Agravo interposto contra o Despacho à peça 9 destes autos para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência à agravante do teor do presente Acórdão;

9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1198-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1199/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 008.684/2018-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Desestatização.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCom).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de processo de acompanhamento do primeiro estágio do processo de promessa de cessão de direitos minerários de titularidade da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) no município de Palmeirópolis/TO, com obrigação de realização de pesquisa complementar mínima e opção de arrendamento, nos termos da Instrução Normativa/TCU 27, de 2/12/1998;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar, com fundamento no art. 258, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, que dentro do escopo delimitado na presente análise de 1º estágio de fiscalização regulamentado pela Instrução Normativa/TCU 27/1998, não foram detectadas irregularidades ou impropriedades que desaconselhem o regular prosseguimento do processo de cessão dos direitos minerários do projeto de Palmeirópolis/TO, sem prejuízo das recomendações e determinações feitas nos subitens 9.2, 9.3, 9.5 e 9.5 deste Acórdão;

9.2. com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16/7/1992, e no art. 250, inciso III, do Regimento Interno desta Corte de Contas, recomendar à CPRM que:

9.2.1 em consonância com o art. 5º da Lei 8.970, de 28/12/1994, e com os arts. 40, 54 e 55 da Lei 8.666, de 21/06/1993, contemple no edital de licitação, e respectivos anexos, referente ao complexo polimetálico de Palmeirópolis/TO, bem como nos futuros empreendimentos minerários que venham a ser licitados, cláusulas e/ou documentos com as seguintes finalidades:

9.2.1.1. identificar as responsabilidades das partes contratuais quanto à recuperação do passivo ambiental preexistente e à recuperação do passivo ambiental eventualmente causado durante as atividades de mineração, inclusive as fases de pesquisa complementar;

9.2.1.2. disponibilizar as informações sobre as propriedades preexistentes na área objeto da licitação e registradas no Sistema de Cadastro Ambiental Rural ou em sistema similar;

9.2.1.3. disponibilizar as informações existentes sobre o patrimônio histórico, cultural, natural e arqueológico brasileiro conhecido na área objeto da licitação;

9.2.1.4. estabelecer a obrigação de o promitente cessionário cumprir o disposto na Resolução 4, de 15/2/2019, da Agência Nacional de Mineração;

9.2.1.5. estabelecer a obrigação de o promitente cessionário cumprir o disposto nas Resoluções CONAMA 001/1986 e COEMA 007/2005;

9.2.1.6. estabelecer a obrigação de o promitente cessionário atender, sempre que possível, as recomendações oriundas do Comitê de Bacia em que estejam inseridas as áreas objeto da cessão, durante a fase de licenciamento ambiental;

9.2.2. em futuras cessões de direitos minerários:

9.2.2.1. avalie a conveniência e a oportunidade de utilizar método alternativo ao de fluxo de caixa descontado como fonte primária para tomada de decisão, quando houver pouco conhecimento geológico dos depósitos minerais e, consequentemente, pouca previsibilidade dos resultados econômico-financeiros do projeto;

9.2.2.2. mensure adequadamente o risco do objeto licitado, considerando as suas características particulares, de forma a conferir maior confiabilidade aos resultados do modelo econômico-financeiro adotado;

9.2.2.3. preveja cláusula de compartilhamento progressivo de ganhos extraordinários, advindos de fluxos de caixa muito superiores àqueles que deram ensejo às precificações dos ativos que vierem a ser alienados;

9.3. com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, e no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) que se articule com os Estados interessados, a fim de viabilizar a instituição do Comitê de Bacia do Rio Tocantins, com área de atuação contendo o Município de Palmeirópolis/TO;

9.4. determinar, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992:

9.4.1. à Agência Nacional de Mineração (ANM), com fulcro no art. 2º da Lei 13.575/2017, que envie ao Tribunal de Contas da União o parecer conclusivo, no prazo de 15 (quinze) dias após a manifestação da ANM, sobre o relatório final referente à pesquisa complementar do complexo polimetálico de Palmeirópolis/TO;

9.4.2. ao Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), com fulcro no art. 3º da Lei 858/1996, que envie ao Tribunal de Contas da União o parecer conclusivo, no prazo de 15 (quinze) dias após a manifestação do Naturatins, sobre os Estudos de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto do Meio-Ambiente referentes ao complexo polimetálico de Palmeirópolis/TO;

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCom) e à Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental) que adotem, dentro de suas respectivas atribuições, as medidas de controle que porventura julgarem necessárias em relação às documentações de que trata os subitens 9.4.1 e 9.4.2 supra;

9.6. dar ciência desta deliberação à CPRM, à ANM, à Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, ao Ministério de Minas e Energia, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ao Instituto Natureza do Tocantins e à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos daquele ente federativo;

9.7. restituir os autos à SeinfraCom para que dê continuidade ao acompanhamento dos demais estágios desta desestatização, nos termos da Instrução Normativa/TCU 27/1998.

10. Ata n° 17/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/5/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1199-17/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e Bruno Dantas (2º Revisor).

13.2. Ministro que votou em 10/04/2019: Vital do Rêgo.

13.3. Ministro que não participou da votação: Augusto Nardes.

13.4. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.5. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.6. Ministro-Substituto convocado com voto vencido: Weder de Oliveira.

13.7. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ENCERRAMENTO

A Presidência lembrou a realização de sessão extraordinária de caráter reservado no dia 29 de maio, a ser realizada após o encerramento da sessão ordinária, e, às 18 horas e 20 minutos, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

LORENA MEDEIROS BASTOS CORRÊA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 29 de maio de 2019.

JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 437, DE 6 DE JUNHO DE 2019

Abre crédito suplementar em favor de Tribunais Regionais Eleitorais no valor que especifica.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 47 da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018; no item "1", alínea "d", inciso III do caput do art. 4º da Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, e no Procedimento Administrativo SEI nº 2019.00.000005105-4, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor de Tribunais Regionais Eleitorais no valor de R$ 2.665.246,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, duzentos e quarenta e seis reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 2.665.246,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, duzentos e quarenta e seis reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. ROSA WEBER

ANEXO I

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							200.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							200.000
02 122	0570 20GP 0023	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Ceará							200.000
			F	3	2	90	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							130.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							130.000
02 122	0570 20GP 0052	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Goiás							130.000
			F	4	2	90	0	100	130.000
TOTAL - FISCAL									130.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									130.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.582.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							1.582.000
02 122	0570 20GP 0026	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco							1.582.000
			F	4	2	90	0	100	1.582.000
TOTAL - FISCAL									1.582.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.582.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							353.246
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							353.246
02 122	0570 20GP 0033	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio de Janeiro							353.246
			F	3	2	90	0	100	353.246
TOTAL - FISCAL									353.246
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									353.246

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							400.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							400.000
02 122	0570 20GP 0014	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Roraima							400.000
			F	4	2	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							200.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							200.000
02 122	0570 20GP 0023	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Ceará							200.000
			F	4	2	90	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							130.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							130.000
02 122	0570 20GP 0052	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Goiás							130.000
			F	3	2	90	0	100	130.000
TOTAL - FISCAL									130.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									130.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.582.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							1.582.000
02 122	0570 20GP 0026	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco							1.582.000
			F	3	2	90	0	100	1.582.000
TOTAL - FISCAL									1.582.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.582.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							353.246
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							353.246
02 122	0570 20GP 0033	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio de Janeiro							353.246
			F	4	2	90	0	100	353.246
TOTAL - FISCAL									353.246
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									353.246

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							400.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							400.000
02 122	0570 20GP 0014	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Roraima							400.000
			F	3	2	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 528, DE 1º DE MARÇO DE 2019(*)

Dispõe sobre a alteração e a inclusão de dispositivos da Resolução CJF n. 3, de 10 de março de 2008.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo n. 0000567-69.2019.4.90.8000, na sessão realizada em 25 de fevereiro de 2019, resolve:

Art. 1º Alterar a redação do capítulo II e dos artigos 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24, da Resolução n. 3, de 10 de março de 2008, publicada no Diário Oficial da União, de 13 de março de 2008, Seção I, p. 84, na forma a seguir:

Capítulo II

Da Carteira de Identidade Funcional

"Art. 13. A carteira de identidade funcional tem validade em todo o território nacional para fins de identificação do servidor, nos termos da Lei n. 12.774, de 28 de dezembro de 2012." (NR)

"Art. 14. Será emitida carteira de identidade funcional a servidor da Justiça Federal que se enquadrar nas seguintes situações:

I - ocupante de cargo efetivo;

II - removido;

III - ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a Administração Pública;

IV - em exercício provisório no órgão;

V - requisitado;

VI - aposentado." (NR)

"Art. 15. A carteira de identidade funcional obedece aos modelos constantes nos Anexos I ao V desta resolução e tem as seguintes características/campos, de preenchimento obrigatório:

I - gerais:

a) material policarbonato ou similar;

b) dimensões aproximadas de 85,6 x 54 mm;

c) fundo azul;

d) bandeira brasileira estilizada;

e) impressão dos dados variáveis a laser.

II - no anverso:

a) símbolo do brasão da República Federativa do Brasil;

b) inscrições "República Federativa do Brasil" e "Poder Judiciário da União", na cor preta, na parte superior central;

c) logomarca da Justiça Federal e nome do órgão a que se vincula o servidor, na cor preta, canto superior esquerdo;

d) frase "Carteira de Identidade Funcional";

e) fotografia com, no mínimo 2cm x 2cm, digitalizada, no canto inferior direito;

f) inserção dos seguintes dados em letras maiúsculas, quando for o caso:

1. nome completo do identificado;
2. indicação do cargo/função;
3. número do registro funcional;
4. data do exercício no órgão ou da aposentadoria no cargo;
5. data de emissão da carteira.

g) espaço para assinatura digitalizada do identificado na parte inferior, no centro, à esquerda.

III - no verso:

a) inserção dos seguintes dados em letras maiúsculas, quando for o caso:

1. filiação;
2. nacionalidade;
3. naturalidade;
4. data de nascimento;
5. número da cédula de identidade, órgão expedidor e data de sua emissão;
6. número do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
7. tipo sanguíneo/fator RH;
8. situação funcional.

b) espaço para assinatura digitalizada do responsável pela emissão da carteira, na parte inferior, ao centro;

c) indicação do cargo da autoridade que assina a carteira, abaixo do espaço para sua assinatura;

d) os dizeres "FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI N. 12.774/2012", na cor preta, na borda superior, ao centro;

e) a indicação do número da via.

§ 1º A quantidade máxima de caracteres a serem inseridos nos campos variáveis poderá sofrer limitação, facultando-se abreviar os sobrenomes, se necessário.

§ 2º Para fins de inserção nas carteiras de identidade funcional, são considerados órgãos integrantes da Justiça Federal: o Conselho da Justiça Federal, os Tribunais Regionais Federais e as Seções Judiciárias.

§ 3º Aos ocupantes do cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, cujas atribuições estejam relacionadas às funções de segurança, será conferida, em destaque, a denominação 'Agente de Segurança Judiciária', para fins de identificação funcional.

§ 4º Na hipótese do cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, será conferida a denominação 'Oficial de Justiça Avaliador Federal' e os dizeres 'Passe livre em transporte coletivo' (art. 43 da Lei n. 5.010, de 30/6/1966)". (NR)

"Art. 16. A carteira de identidade funcional será devolvida à unidade de recursos humanos nos casos de desligamento definitivo.

Parágrafo único. Considera-se 'desligamento', para efeito deste artigo, vacância, demissão, falecimento, exoneração de cargo em comissão de servidor sem vínculo efetivo com a Administração Pública, redistribuição, remoção ou retorno ao órgão de origem de servidor removido, requisitado ou em exercício provisório." (NR)

"Art. 17. A entrega da carteira de identidade funcional ao servidor será feita mediante confirmação dos dados nela constantes." (NR)

"Art. 18. A primeira via da carteira de identidade funcional será emitida sem custo para o identificado." (NR)

"Art. 19. Nos casos de perda, furto ou roubo da carteira de identidade funcional, o servidor apresentará boletim de ocorrência policial à unidade de recursos humanos do órgão emissor." (NR).

"Art. 20. Será fornecida nova via da carteira de identidade funcional, que deverá ser identificada com número equivalente ao de versões solicitadas, nas seguintes hipóteses:

I - alteração de dados pessoais ou funcionais;

II - defeito originário;

III - furto ou roubo da via anterior;

IV - perda ou extravio;

V - dano ou mau estado de conservação.

§ 1º Para emissão de nova via da carteira de identidade funcional, nas situações previstas nos incisos IV e V deste artigo, a critério do Conselho da Justiça Federal, do Tribunal Regional Federal ou da Seção Judiciária, poderá ser cobrado o valor correspondente ao custo de uma nova expedição, a ser descontado em folha de pagamento.

§ 2º A emissão de nova via da carteira de identidade funcional, nas situações previstas nos incisos I, II e V deste artigo, será condicionada à devolução da via anterior." (NR).

"Art. 21. Os dados constantes na carteira de identidade funcional serão extraídos dos assentamentos funcionais dos servidores."

Parágrafo único. É dever do servidor atualizar seus dados cadastrais nos prazos determinados pela Administração, sendo vedada sua recusa conforme art. 117, inciso XIX, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990." (NR)

"Art. 22. São competentes para emitir a carteira de identidade funcional o Conselho da Justiça Federal, os Tribunais Regionais Federais e as Seções Judiciárias." (NR)

"Art. 23. Os procedimentos necessários à emissão e ao recolhimento da carteira de identidade funcional ficam a cargo das áreas de recursos humanos do Conselho da Justiça Federal, dos Tribunais Regionais Federais e das Seções Judiciárias." (NR)

"Art. 24. O Conselho da Justiça Federal, os Tribunais Regionais Federais e as Seções Judiciárias promoverão as ações necessárias à implementação do disposto nesta Resolução, no prazo máximo de um ano." (NR)

Art. 2º Incluir o art. 15-A na Resolução n. 3, de 10 de março de 2008, na forma a seguir:

"Art. 15-A. Serão incorporados à carteira de identidade funcional os seguintes elementos de segurança:

I - fundo numismático;

II - fundo com tinta invisível reativo à fonte de luz ultravioleta;

III - imagem fantasma com a fotografia do titular;

IV - relevo táctil;

V - código de barras ou QR Code;

VI - chip de contato ou de aproximação, apto à certificação digital e quaisquer outras funções a serem definidas no âmbito do Conselho da Justiça Federal e dos Tribunais Regionais Federais.

Parágrafo único. Os elementos de segurança de que tratam os incisos V e VI deste artigo poderão ser dispensados no momento da contratação, quando sua aplicação se mostrar tecnicamente ou economicamente inviável." (NR).

Art. 3º Os Anexos I a V da Resolução n. 3, de 10 de março de 2008, passam a ser os constantes desta resolução.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

(*) Republicado por ter saído no D.O.U, de 7 de março de 2019, Seção 1, página 51, com incorreção no original.

JUSTIÇA FEDERAL
5ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA NO RIO GRANDE DO NORTE
DIRETORIA DO FORO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

DECISÃO DE 5 DE JUNHO DE 2019

PA 0962-57.2018.4.05.7100

A Diretora da Secretaria Administrativa, no uso de suas atribuições legais:

Considerando os fatos narrados pela ASCOM e pela Direção do NFP acostados aos autos (docs. 0954615, 0954632 e 0962564);

Considerando as atribuições fixadas no art. 4º, inc. III e IV, da Resolução nº 079/2009 - CJF;

Considerando a designação e, o TRF 5º Região por meio do Ato nº 103, de 27 de março de 2019;

Considerando a delegação de atribuição contida no artigo 1º, inciso II, alínea "b", da Portaria nº 132/2018-DF; decide:

1. Anular, por força no art. 49 da Lei 8.666/93 e da Súmula 473 - STF, a decisão de "cancelamento" da Nota de Empenho 2018NE000380, de 03 de maio de 2018 (0487958), tendo em vista a nulidade absoluta identificada na instrução processual do procedimento de rescisão contratual.

2. Reconhecer o direito subjetivo do particular contratado em receber o valor contratual, referente à inscrição da servidora ANNA RUTH DANTAS DE SALES, no XIV CONBRASCOM 2018, realizado em Cuiabá/MT no período de 20 a 22 de junho de 2018, independe da efetiva participação da servidora no evento, em caráter indenizatório.

3. Determinar, em consequência, o novo empenhamento da despesa, no valor de R$ 605,00 (seiscentos e cinco reais) em favor da empresa FORUM NACIONAL DE COMUNICACAO E JUSTICA, CNPJ 05.569.714/0001-39, à conta do orçamento de despesas de exercícios anteriores, para fins de indenização do particular.

4. Determinar à Direção do NFP que seja emitido comunicado circular interno esclarecendo objetivamente a todos os procedimentos de alteração, prorrogação e/ou rescisão contratual, inclusive com a indicação de que jamais poderão ser formalizados tais incidentes contratuais sem emissão prévia de parecer técnico da SLC desta Casa, no sentido de evitar a ocorrência de erros dessa natureza, sob pena de responsabilização.

5. Determinar, por fim, à SLC que realize a devida publicação da presente decisão no DOU, por força do disposto no art. 109, da Lei 8.666/93, e do princípio constitucional da publicidade.

KATIUSCIA DE AZEVEDO BARBOSA SANTOS

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 514, DE 7 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre intervenção no Conselho Regional de Biologia da 2ª Região e dá outras providências.

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, de acordo com as competências previstas no Regimento do CFBio;

Considerando que compete ao Conselho Federal de Biologia, na condição de órgão maior do Sistema CFBio/CRBios, zelar por este sistema nos moldes da legislação federal de regência;

Considerando que os Conselhos Federal e Regionais de Biologia constituem em seu conjunto uma Autarquia, a teor da Lei nº 6.684/79 e Decreto nº 88.438/83, cabendo ao CFBio adotar as providências legais e regimentais para garantir o cumprimento das finalidades legais da Autarquia;

Considerando o flagrante desrespeito ao princípio da hierarquia institucional pelo Conselho Regional de Biologia da 2ª Região, o qual norteia o Sistema CFBio/CRBios, bem como a evidente anormalidade administrativa por este enfrentada, retratada pelo Ofício CRBio-02 RJ/ES nº 055/2019 - ASSDIR/PRES, o qual comunica e ratifica a decisão da Comissão Eleitoral do CRBio-02 voltada à anulação e cancelamento do processo eleitoral criado pela Resolução CFBio nº 484, de 05 de outubro de 2018, com base no art. 37 da Instrução Eleitoral nesta espelhada, em detrimento do novo Calendário Eleitoral do Conselho Regional de Biologia da 2ª Região, fixado em sede do item 1.2. Calendário Eleitoral do CRBio-02 - alterado, da Ata da 348ª Sessão Plenária Ordinária do CFBio, realizada em 12/04/2019, o qual garantiu cumprimento as r. decisões judiciais exaradas pelos Excelentíssimos Srs. Juízes Federais, Drs. Dimitri Vasconcelos Wanderley e Fabrício Fernandes de Castro, respectivamente, nos autos da Ação pelo Procedimento Comum com pedido de Tutela Cautelar de Urgência Antecedente, processo nº 5007611-80.2019.4.02.5101/RJ, onde figura como autor o Sr. Elson Simões de Paiva e como réu o Conselho Federal de Biologia - CFBio, em curso perante a 19ª Vara Federal do Rio de

Janeiro, aquelas datadas de 12/03/2019 e de 15/04/2019; a primeira, a qual antecipou parcialmente a tutela em favor do Sr. Elson Simões de Paiva para determinar, in litteris: "Tendo isso em conta, defiro parcialmente o pedido liminar tão somente suspender o processo eleitoral para a escolha dos conselheiros do Conselho Regional de Biologia, bem como para estabelecer o prazo inicial de 30 dias para que o Conselho Federal de Biologia instaure e conclua o procedimento administrativo de intervenção, com a apuração dos fatos imputados, restabelecendo assim a normalidade administrativa e financeira da entidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.", bem como a segunda decisão, a qual possui clareza meridiana ao precisar, in litteris: "2- Considerando a conclusão da intervenção federal em 11 de abril de 2019 (evento 29 - Anexo 3), e a informação do réu de que o certame eleitoral já foi retomado, a princípio, não restou caracterizado o descumprimento da decisão pela qual o pedido de antecipação de tutela foi concedido. Desse modo, a meu ver, a alegação de descumprimento da liminar resta preclusa, haja vista o próprio término do processo de intervenção no Conselho Regional de Biologia e a retomada do certame eleitoral.", tendo inclusive precisado que: "O réu informou que cumpriu a decisão judicial e requereu a juntada dos Relatórios Finais da Intervenção Federal, previstos na Resolução nº 499/2019 do CFBio, precisando que a suspensão das eleições do CRBio-02 e a conclusão da intervenção federal se deram no dia 11/04/2019 (quinta-feira), inclusive aquele certame eleitoral sendo retomado a partir da presente data do ponto em que se encontrava a teor da Decisão da Diretoria do CFBio, já constante dos autos datada do dia 12/03/2019 (evento 29).", diga-se, com a intimação regular do Autor, Sr. Elson Simões de Paiva - Conselheiro Regional Vice-Presidente que retomou suas atividades na Diretoria no Conselho Regional de Biologia da 2ª Região em 12/04/2019 -, aquela datada de 25/04/2019 e, ainda, face às irregularidades apuradas em relação ao Conselho Regional de Biologia da 2ª Região, diante do flagrante desrespeito por este Regional ao princípio da hierarquia institucional, além de ter infringido os princípios insculpidos no caput do art. 37, CF, em especial da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência, aos quais se vincula a teor do previsto no § 1º do art. 6º da Lei Federal nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, e ainda do disposto no art. 1º da Lei Federal nº 7.017, de 30 de agosto de 1982, tudo conforme deliberado na 6ª Sessão Plenária Extraordinária do CFBio, realizada no dia 30 de janeiro de 2019;

Considerando que a r. decisão judicial, datada de 15/04/2019, conforme precisado e transcrito no Considerando acima, não condicionou a continuidade das eleições no Conselho Regional de Biologia da 2ª Região ao prévio exercício do direito de defesa do autor, Sr. Elson Simões de Paiva, e demais Conselheiros da então gestão do referido Regional, aí incluído o seu então Presidente, Sr. Marcos Loureiro Madureira, no âmbito dos relatórios administrativos, financeiros e anexos a eles vinculados já acostados naqueles autos - aí entenda-se o então Presidente do CRBio-02 que assina o Ofício CRBio-02 RJ/ES nº 055/2019 - ASSDIR/PRES, o qual comunica, ratifica e informa a decisão da Comissão Eleitoral do CRBio-02 voltada à anulação e cancelamento do processo eleitoral criado pela Resolução CFBio nº 484, de 05 de outubro de 2018, com base no art. 37 da Instrução Eleitoral nesta espelhada, diga-se, situação esta ponderada e expressamente afastada pelo Excelentíssimos Sr. Juiz Federal, Dr. Fabrício Fernandes de Castro, com afirmativa expressa em sede da r. decisão judicial, datada de 15/04/2019, de que o Conselho Federal de Biologia - CFBio garantiu pleno cumprimento a r. decisão judicial, datada de 12/03/2019, inclusive por representarem aqueles relatórios administrativos e financeiros da então Comissão Interventora Federal, bem como seus anexos, já juntados àquele feito judicial, apenas a fase preliminar de apuração das irregularidades, as quais desaguaram na pretérita e concluída intervenção federal no CRBio-02, vale dizer, esta também respaldada pelas r. decisões judiciais aludidas no primeiro Considerando acima, em sua forma e conteúdo, ao menos até o presente momento naqueles autos;

Considerando que os mandatos do autor da ação judicial descrita no primeiro Considerando acima, Sr. Elson Simões de Paiva, então Vice-Presidente do Conselho Regional de Biologia da 2ª Região, bem como dos demais Conselheiros da então gestão do referido Regional, aí incluído o seu então Presidente, Sr. Marcos Loureiro Madureira, o qual exarou aquela decisão administrativa voltada à anulação e cancelamento do processo eleitoral criado pela Resolução CFBio nº 484, de 05 de outubro de 2018, esgotou-se em 07/05/2019, conforme espelha a Resolução CFBio nº 484, de 05 de outubro de 2018, a qual disciplina as eleições no CRBio-02, não podem se elastecer indefinidamente ao longo do tempo, como o querem aqueles Conselheiros Regionais, em detrimento da legalidade e legitimidade do seu período de duração a teor da Resolução CFBio nº 484, de 05 de outubro de 2018, bem como da Instrução Eleitoral nesta espelhada, sob pena de evidente violação aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência insculpidos no caput do art. 37, CF, inclusive tendo o Ofício CRBio-02 RJ/ES nº 055/2019 - ASSDIR/PRES, o qual comunica e ratifica a decisão da Comissão Eleitoral do CRBio-02 voltada à anulação e cancelamento do processo eleitoral criado pela Resolução CFBio nº 484, de 05 de outubro de 2018, com base no art. 37 da Instrução Eleitoral nesta espelhada, simplesmente desrespeitado não só o novo Calendário Eleitoral do Conselho Regional de Biologia da 2ª Região, fixado em sede do item 1.2. Calendário Eleitoral do CRBio-02 - alterado, da Ata da 348ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 12/04/2019, bem como as decisões judiciais exaradas pelos Excelentíssimos Srs. Juízes Federais, Drs. Dimitri Vasconcelos Wanderley e Fabrício Fernandes de Castro, respectivamente, nos autos da Ação pelo Procedimento Comum com pedido de Tutela Cautelar de Urgência Antecedente, processo nº 5007611-80.2019.4.02.5101/RJ, onde figura como autor o Sr. Elson Simões de Paiva e como réu o Conselho Federal de Biologia - CFBio, em curso perante a 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro, aquelas datadas de 12/03/2019 e de 15/04/2019, respectivamente, inclusive vencidos aqueles mandatos em 07/05/2019;

Considerando o princípio da razoabilidade/proporcionalidade, princípio com sedes materiae no inciso LIV do art. 5º, CF, tendo o Conselho Regional de Biologia da 2ª Região na hipótese claramente se afastado da normalidade administrativa, da legalidade e da própria legitimação para o exercício das funções pelos seus atuais Conselheiros Regionais, passando ao largo da garantia da efetividade e do princípio da hierarquia institucional, além de ter infringido os princípios insculpidos no caput do art. 37, CF, em especial da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, aos quais se vincula por sua natureza jurídica de autarquia federal inserida no âmbito da Administração Pública Federal Direta a teor do previsto no § 1º do art. 6º da Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, e ainda do disposto no art. 1º da Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982, inclusive descumprindo expressamente as r. decisões judiciais descritas nos Considerandos acima ao arbitrariamente anular e cancelar o processo eleitoral, insubordinando-se hierarquicamente ao ignorar o novo Calendário Eleitoral do CRBio-02, fixado em sede do item 1.2. Calendário Eleitoral do CRBio-02 - alterado, da Ata da 348ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Biologia - CFBio, realizada em 12/04/2019, sendo flagrante a gravidade das irregularidades apuradas mostrando-se necessária a intervenção plena e não apenas parcial no referido Conselho Regional, inclusive constatado no Parecer do Conselheiro Federal Relator manifestado e aprovado na Ata da 7ª Sessão Plenária Extraordinária do Conselho Federal de Biologia - CFBio, datada de 13/05/2019;

Considerando as repercussões e efeitos da nova r. decisão judicial prolatada pelo Excelentíssimo Sr. Juiz Federal, Dr. Fabrício Fernandes de Castro, datada de 28/5/2019, às 18h34min52seg, constante dos autos da Ação pelo Procedimento Comum com pedido de Tutela de Urgência, processo nº 5032865-55.2019.4.02.5101, o qual corre em apenso a Ação pelo Procedimento Comum com pedido de Tutela Cautelar de Urgência Antecedente, processo nº 5007611-80.2019.4.02.5101/RJ, onde contende com o Sr. Elson Simões de Paiva, ambas em curso perante a 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro, a qual determina, in litteris: "Assim sendo, considerando o decidido no próprio âmbito do Conselho Federal de Biologia na referida Sessão Plenária, deve ser deferido em parte o pedido DE TUTELA DE URGÊNCIA da parte autora apenas para determinar que as eleições para os membros do Conselho Regional de Biologia da 2ª Região sejam realizadas em obediência ao prazo de 36 dias contados a partir da publicação daquela Resolução (13/05/2019), ficando desde logo designada a data para a eleição no dia 19 de junho próximo, ao que deve ser dada a divulgação regular pelo Conselho Regional de Biologia da 2ª Região. Intime-se a parte ré (Conselho Federal de Biologia), por carta precatória, com urgência, para cumprimento. Intime-se, ainda, o Conselho Regional de Biologia da 2ª Região, com urgência para ciência da presente decisão.";

Considerando os princípios insculpidos no caput do artigo 37, CF, em especial da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, aos quais se vincula o Sistema CFBio/CRBios, por sua natureza jurídica de autarquia federal inserida no âmbito da Administração Pública Federal Direta a teor do previsto no § 1º do artigo 6º da Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, e ainda do disposto no artigo 1º da Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982, inclusive o cumprimento expresso das r. decisões judiciais descrita nos "Considerandos" acima recomendando a necessária continuidade da intervenção plena e não apenas parcial no referido Conselho Regional, afastando-se a iminente possibilidade de descontinuidade do processo eleitoral, realizando a Comissão Interventora Federal as Eleições no CRBio-02, garantindo a sua regularidade, transparência e eficácia a bom termo por todas as suas etapas até a posse dos novos Conselheiros, inclusive com a votação eletrônica (eleição) ocorrendo de 19/06/2019 a 24/06/2019 e a posse dos novos Conselheiros eleitos sendo realizada às 10h do dia 11/07/2019, dando cumprimento ao judicialmente determinado;

Considerando o disposto no art. 7º e seus parágrafos, do Regimento do Conselho Federal de Biologia - CFBio, este com publicidade externa conferida pela Resolução CFBio nº 481, de 10 de agosto de 2018, publicada no DOU de 18 de outubro de 2018, Seção 1;

Considerando as deliberações tomadas pelo Plenário do Conselho Federal de Biologia, constantes da Ata da 7ª Sessão Plenária Extraordinária, realizada no dia 13 de maio de 2019;

Considerando a necessidade de fiel cumprimento da legislação e das normas aplicáveis, bem como das decisões do Plenário do CFBio; e

Considerando o aprovado na 8ª Sessão Plenária Extraordinária do CFBio, realizada em 07 de junho de 2019; resolve:

Art. 1º Decretar a intervenção plena no Conselho Regional de Biologia da 2ª Região, a partir da publicação desta Resolução no DOU, para fazer cumprir a legislação federal e as normas de regência, além das deliberações do Conselho Federal de Biologia - CFBio, em especial as constantes da Ata da 8ª Sessão Plenária Extraordinária do Conselho Federal de Biologia - CFBio, realizada no dia 07 de junho de 2019, afastando-se a iminente possibilidade de descontinuidade do processo eleitoral, realizando inclusive a Comissão Interventora Federal as Eleições no Conselho Regional de Biologia da 2ª Região, garantindo-lhe sua regularidade, legalidade, transparência e eficácia a bom termo por todas as suas etapas até a posse dos novos Conselheiros, quando esta intervenção federal será concluída nos termos § 2º do artigo 2º abaixo, obedecendo-se para tanto os ritos, prazos e protocolos descritos nas normas legais e regimentais de regência, bem como as r. decisões judiciais exaradas pelos Excelentíssimos Srs. Juízes Federais, Drs. Dimitri Vasconcelos Wanderley e Fabrício Fernandes de Castro, respectivamente, nos autos da Ação pelo Procedimento Comum com pedido de Tutela Cautelar de Urgência Antecedente, processo nº 5007611-80.2019.4.02.5101/RJ, bem como nos autos da Ação pelo Procedimento Comum com pedido de Tutela de Urgência, processo nº 5032865-55.2019.4.02.5101, onde figuram como autor o Sr. Elson Simões de Paiva e como réu o Conselho Federal de Biologia - CFBio, as quais encontram-se apensadas por prevenção judicial reconhecida, ambas em curso perante a 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro, aquelas r. decisões datadas de 12/03/2019, de 15/04/2019 e de 28/05/2019, inclusive com a votação eletrônica (eleição) ocorrendo de 19/06/2019 a 24/06/2019 e a posse dos novos Conselheiros eleitos sendo realizada às 10h do dia 11/07/2019, dando cumprimento ao judicialmente determinado pela última r. decisão anteriormente apontada; com a nomeação de Comissão Interventora, composta pelos três membros descritos no § 1º do art. 2º abaixo, respondendo essa por todos os atos pertinentes àquele Conselho.

Art. 2º Instituir e dar posse à Comissão Interventora, investida de plenos poderes para administração e representação do Conselho Regional de Biologia da 2ª Região perante entidades privadas e órgãos públicos dos poderes federal, estadual e municipal, inclusive junto às instituições financeiras, podendo praticar todos os atos de gestão administrativa e financeira e adoção das medidas necessárias ao saneamento das irregularidades que ensejaram a intervenção e de outras porventura constatadas, admitir, demitir e exonerar empregados, celebrar e rescindir contratos, movimentar e encerrar contas bancárias existentes em nome da entidade, assinar, requisitar e endossar cheques, depositar, sacar, transferir valores, abrir novas contas em instituição bancária e encerrá-las, nomear e destituir assessores, constituir Comissões e/ou Grupos de Trabalho, assinar orçamentos, balancetes e prestações de contas, autorizar despesas necessárias ao funcionamento do órgão e para cumprimento dos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, devendo administrar o Conselho Regional de Biologia da 2ª Região; além de garantir continuidade ao processo eleitoral em curso, revisando, retificando, anulando e cancelando decisões pretéritas que o cancelaram ou o prejudicaram; realizando as Eleições no Conselho Regional de Biologia da 2ª Região com regularidade, legalidade, transparência e eficácia a bom termo por todas as suas etapas até a posse dos novos Conselheiros.

§ 1º Ficam nomeados os seguintes membros para comporem a Comissão Interventora:

a) Presidente: Wlademir João Tadei - CRBio 01742/01-D;

b) Secretário: César Rogério Leal do Amaral - CRBio 96444/02-D;

c) Tesoureira: Fátima Cristina Inácio de Araújo - CRBio 03868/02-D.

§ 2º A Comissão Interventora terá o prazo de 30 dias, contados da publicação da presente Resolução no DOU, na forma prevista pelo § 2º do art. 7º do Regimento do Conselho Federal de Biologia - CFBio, para o encerramento de seus trabalhos, inclusive por aquele coincidir com o novo Calendário Eleitoral do Conselho Regional de Biologia da 2ª Região, fixado em sede do item 1.2. Calendário Eleitoral do CRBio-02 - alterado, da Ata da 348ª Sessão Plenária Ordinária do CFBio, realizada em 12/04/2019; alterado em sede do item 2) Calendário Eleitoral do CRBio-02 - alterado, da Ata da 7ª Sessão Plenária Extraordinária do CFBio, realizada em 13/05/2019; alterado em sede da parte final do item 4) Calendário Eleitoral do CRBio-02 - alterado, da Ata da 8ª Sessão Plenária Extraordinária do CFBio, realizada em 07/06/2019, os quais garantiram cumprimento as r. decisões judiciais exaradas pelos Excelentíssimos Srs. Juízes Federais, Drs. Dimitri Vasconcelos Wanderley e Fabrício Fernandes de Castro, respectivamente, nos autos da Ação pelo Procedimento Comum com pedido de Tutela Cautelar de Urgência Antecedente, processo nº 5007611-80.2019.4.02.5101/RJ, bem como nos autos da Ação pelo Procedimento Comum com pedido de Tutela de Urgência, processo nº 5032865-55.2019.4.02.5101, onde figuram como autor o Sr. Elson Simões de Paiva e como réu o Conselho Federal de Biologia - CFBio, as quais encontram-se apensadas por prevenção judicial reconhecida, ambas em curso perante a 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro, aquelas r. decisões datadas de 12/03/2019, de 15/04/2019 e de 28/05/2019, inclusive com a votação eletrônica (eleição) ocorrendo de 19/06/2019 a 24/06/2019 e a posse dos novos Conselheiros eleitos sendo realizada às 10h do dia 11/07/2019, dando cumprimento ao judicialmente determinado pela última r. decisão anteriormente apontada.

Art. 3º Durante o período de intervenção ficam suspensas todas as atividades e competências regimentais do Plenário e da Diretoria do CRBio-02, bem como das Comissões Permanentes, Técnicas e Temporárias, que serão assumidas pela Comissão Interventora, garantindo assim, a normalidade administrativa, a obediência ao princípio da hierarquia institucional e a continuidade dos serviços prestados.

§ 1º Aplicam-se, durante a intervenção, as normas contidas no Regimento do CFBio, delegando-se à Comissão Interventora, no que for aplicável, as competências previstas no Título II do Regimento do Conselho Federal de Biologia - CFBio.

§ 2º Ficam mantidas a Comissão Eleitoral, designada pela Portaria CRBio-02 nº 02, de 15 de maio de 2019, e a Comissão de Formação e Aperfeiçoamento Profissional - CFAP, designada pela Portaria CRBio-02 nº 03, de 15 de maio de 2019.

§ 3º Compete à Comissão Interventora analisar, retificar e eventualmente convalidar os atos ordinários e de mero expediente praticados pela então Diretoria do Conselho Regional de Biologia da 2ª Região, desde que não sejam irregulares ou ilegais.

Art. 4º Fica determinado aos membros da Comissão Interventora, criada por esta Resolução, que produzam ao final do período de intervenção federal, este fixado no § 2º do art. 2º acima, um Relatório administrativo e outro financeiro, em até 15 dias úteis do final do período de intervenção, contendo:

I - a descrição das atividades administrativas e das decisões tomadas;

II - a relação completa dos pagamentos e recebimentos do período em que responderam pelo Conselho Regional de Biologia da 2ª Região.

Art. 5º Ficam mantidos a Instrução Eleitoral e o Calendário Eleitoral fixados pela Resolução CFBio nº 484, datada de 05 de outubro de 2018, publicada no DOU de 06 de novembro de 2018, Seção 1, pág. 77, com as alterações nela introduzidas pelo novo Calendário Eleitoral do Conselho Regional de Biologia da 2ª Região, fixado em sede do item 1.2. Calendário Eleitoral do CRBio-02 - alterado, da Ata da 348ª Sessão Plenária Ordinária do CFBio, realizada em 12/04/2019; alterado em sede do item 2) Calendário Eleitoral do CRBio-02 - alterado, da Ata da 7ª Sessão Plenária Extraordinária do CFBio, realizada em 13/05/2019; alterado em sede da parte final do item 4) Calendário Eleitoral do CRBio-02 - alterado, da Ata da 8ª Sessão Plenária Extraordinária do CFBio, realizada em 07/06/2019, os quais garantiram cumprimento as r. decisões judiciais exaradas pelos Excelentíssimos Srs. Juízes Federais, Drs. Dimitri Vasconcelos Wanderley e Fabrício Fernandes de Castro, respectivamente, nos autos da Ação pelo Procedimento Comum com pedido de Tutela Cautelar de Urgência Antecedente, processo nº 5007611-80.2019.4.02.5101/RJ, bem como nos autos da Ação pelo Procedimento Comum com pedido de Tutela de Urgência, processo nº 5032865-55.2019.4.02.5101, onde figuram como autor o Sr. Elson Simões de Paiva e como réu o Conselho Federal de Biologia - CFBio, as quais encontram-se apensadas por prevenção judicial reconhecida, ambas em curso perante a 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro, aquelas r. decisões datadas de 12/03/2019, de 15/04/2019 e de 28/05/2019, inclusive com a votação eletrônica (eleição) ocorrendo de 19/06/2019 a 24/06/2019 e a posse dos novos Conselheiros eleitos sendo realizada às 10h do dia 11/07/2019, dando cumprimento ao judicialmente determinado pela última r. decisão anteriormente apontada, inclusive com a realização regular das eleições nela convocadas para a escolha dos novos membros do Conselho Regional de Biologia da 2ª Região, adotando todas as providências cabíveis para a sua efetivação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WLADEMIR JOÃO TADEI
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS DE 6 DE JUNHO DE 2019

RECURSO EM INTERDIÇÃO CAUTELAR

RECURSO EM INTERDIÇÃO CAUTELAR CFM Nº 0002/2019 - ORIGEM: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO (PROCESSO Nº 14.374-662/18). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo recorrente, mantendo a decisão do Conselho de origem, de INTERDIÇÃO CAUTELAR DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL, prevista na Resolução CFM nº 2.145/2016, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 16 de maio de 2019 (data do julgamento). CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente; DILZA TERESINHA AMBRÓS RIBEIRO, Relatora.

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 2209/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 9.627-071/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL", prevista na letra "e" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 45, 55, 69, 110 e 116 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 17, 30, 87 e 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 25 de abril de 2019. (data do julgamento) CLÁUDIO BANDUÍNO SOUTO FRANZEN, Presidente; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 10720/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 67/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2018. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUÍS HENRIQUE MASCARENHAS MOREIRA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 10972/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (Sindicância nº 40/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2018. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUÍS HENRIQUE MASCARENHAS MOREIRA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 11007/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (Sindicância nº 15/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de novembro de 2018. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUÍS HENRIQUE MASCARENHAS MOREIRA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 13182/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 206.874/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de novembro de 2018. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUÍS HENRIQUE MASCARENHAS MOREIRA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 13188/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 68.907/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de novembro de 2018. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUÍS HENRIQUE MASCARENHAS MOREIRA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9652/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 9201/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 12256/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Sindicância nº 363/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 37/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Sindicância nº 38/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. DORIMAR DOS SANTOS BARBOSA, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 44/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Sindicância nº 117/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 27 de março de 2019. NORBERTO JOSÉ DA SILVA NETO, Presidente da Sessão; LIA CRUZ VAZ DA COSTA DAMASIO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 63/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 11448/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de março de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; RUY YUKIMATSU TANIGAWA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 85/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Sindicância nº 30/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 27 de março de 2019. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; ADRIANA SCAVUZZI CARNEIRO DA CUNHA, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 104/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 32.887/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de março de 2019. PAULO ANTONIO DE MATTOS GOUVEA, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 114/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 103.848/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. NORBERTO JOSÉ DA SILVA NETO, Presidente da Sessão; PEDRO EDUARDO NADER FERREIRA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 172/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 459/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão;
NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 185/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 12238/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. ADRIANA SCAVUZZI CARNEIRO DA CUNHA, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 205/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Sindicância nº 05/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 214/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 182.626/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. ROSA AMÉLIA ANDRADE DANTAS, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 225/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Distrito Federal (Sindicância nº 75/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de março de 2019. ADRIANA SCAVUZZI CARNEIRO DA CUNHA, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEID, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 241/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Maranhão (Sindicância nº 70/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 27 de março de 2019. NORBERTO JOSÉ DA SILVA NETO, Presidente da Sessão; LIA CRUZ VAZ DA COSTA DAMASIO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 243/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte (Sindicância nº 75/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de março de 2019. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 246/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 58.076/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. JOSÉ ALBERTINO SOUZA; Presidente da Sessão; ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 251/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Sindicância nº 28/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; LUEIZ AMORIM CANÊDO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 258/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Sindicância nº 50/18). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. LUEIZ AMORIM CANÊDO, Presidente da Sessão; PAULO ANTONIO DE MATTOS GOUVEA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 268/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 57.439/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de março de 2019. PAULO ANTONIO DE MATTOS GOUVEA, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 275/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 143159/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de março de 2019. ADRIANA SCAVUZZI CARNEIRO DA CUNHA, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 281/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 102.412/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão;
PAULO ANTONIO DE MATTOS GOUVEA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 283/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 171.472/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; LUEIZ AMORIM CANÊDO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 284/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 103.282/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 27 de março de 2019. NORBERTO JOSÉ DA SILVA NETO, Presidente da Sessão; ROSA AMÉLIA ANDRADE DANTAS, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 295/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Sindicância nº 193/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 300/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo (Sindicância nº 45/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de março de 2019. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 301/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Sindicância nº 235/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 302/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 10.051/2015). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de março de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; WILMAR DE ATHAYDE GERENT, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 303/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 12.245/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de março de 2019. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 304/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 12.417/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de março de 2019. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; RUY YUKIMATSU TANIGAWA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 323/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 10.623/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor dos apelados, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; WILMAR DE ATHAYDE GERENT, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 327/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas (Sindicância nº 41/2018). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de março de 2019. LUEIZ AMORIM CANÊDO, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 331/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas (Sindicância nº 134/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 27 de março de 2019. NORBERTO JOSÉ DA SILVA NETO, Presidente da Sessão; LIA CRUZ VAZ DA COSTA DAMASIO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 334/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 121.988/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. DORIMAR DOS SANTOS BARBOSA, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 339/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 228.818/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. NORBERTO JOSÉ DA SILVA NETO, Presidente da Sessão; ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 364/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 11.556/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de março de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; WILMAR DE ATHAYDE GERENT, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 376/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 11105/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de março de 2019. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 400/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância nº 143/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de março de 2019. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUIS EDUARDO BARBALHO DE MELLO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 411/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 11.976/18). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 455/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (Sindicância nº 183/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 11/2019 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 196.244/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de março de 2019. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 32/2019 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 11.337/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de março de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; WILMAR DE ATHAYDE GERENT, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2293/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 68663/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; OTÁVIO MARAMBAIA DOS SANTOS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5390/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 178.707/2014). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de maio de 2019. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUIS EDUARDO BARBALHO DE MELLO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 13133/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 11.585/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 206/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 187.499/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUIS EDUARDO BARBALHO DE MELLO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 209/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas (Sindicância nº 91/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 28 de maio de 2019. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 219/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 199.826/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração ao artigo 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), cujos fatos também estão previstos no artigo 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018, DOU 01.11.2018), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; DORIMAR DOS SANTOS BARBOSA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 278/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Acre (Sindicância nº 31/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 28 de maio de 2019. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 315/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 210.868/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 28 de maio de 2019. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 316/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 187.969/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; WILMAR DE ATHAYDE GERENT, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 324/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 192.286/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelas apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de maio de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 329/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 84.147/2015). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de maio de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; PAULO ANTONIO DE MATTOS GOUVEA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 330/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância nº 367/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUIS EDUARDO BARBALHO DE MELLO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 335/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 58.560/2015). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; WILMAR DE ATHAYDE GERENT, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 343/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 104.270/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 28 de maio de 2019. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 347/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 105696/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; OTÁVIO MARAMBAIA DOS SANTOS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 350/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 28.026/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. LUEIZ AMORIM CANÊDO, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 354/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (Sindicância nº 222/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor em desfavor dos 1º e 2º apelados, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração

aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018, DOU 01.11.2018) e mantendo a decisão do Conselho de origem, de ARQUIVAMENTO dos autos, em relação aos 3º e 4º apelados, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de maio de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; LUEIZ AMORIM CANÊDO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 356/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 455/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de maio de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 357/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Sindicância nº 66/18). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 68 e 69 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), cujos fatos também estão previstos nos artigos 68 e 69 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18, DOU 01.11.2018), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. RUY YUKIMATSU TANIGAWA, Presidente da Sessão; PAULO ANTONIO DE MATTOS GOUVEA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 362/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Sindicância nº 401/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. PAULO ANTONIO DE MATTOS GOUVEA, Presidente da Sessão; RUY YUKIMATSU TANIGAWA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 363/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 10.658/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; WILMAR DE ATHAYDE GERENT, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 365/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 11.286/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 28 de maio de 2019. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 367/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas (Sindicância nº 114/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; OTÁVIO MARAMBAIA DOS SANTOS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 370/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (Sindicância nº 144/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, determinando ainda outras providências, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; PAULO ANTONIO DE MATTOS GOUVEA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 379/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 105/2018). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 388/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 119.895/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de maio de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 389/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 93.368/2015). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; WILMAR DE ATHAYDE GERENT, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 397/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 11.656/2018). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 404/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 114.250/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de maio de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; PAULO ANTONIO DE MATTOS GOUVEA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 410/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe (Sindicância nº 41/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 28 de maio de 2019. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 414/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Maranhão (Sindicância nº 001/2018). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor da apelada, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 5º, 30 e 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), cujos fatos também estão previstos nos artigos 5º, 30 e 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018, DOU 01.11.2018), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; RUY YUKIMATSU TANIGAWA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 415/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 11.814/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; RUY YUKIMATSU TANIGAWA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 417/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 565/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018, DOU 01.11.2018), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; WILMAR DE ATHAYDE GERENT, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 430/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Sindicância nº 68/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; WILMAR DE ATHAYDE GERENT, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 431/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 11.259/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; OTÁVIO MARAMBAIA DOS SANTOS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 432/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 398/2018). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; RUY YUKIMATSU TANIGAWA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 436/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 32.370/2018). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 437/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 243/2018). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. LUEIZ AMORIM CANÊDO, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 440/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 115/2018). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ADRIANA SCAVUZZI CARNEIRO DA CUNHA, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 441/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 12.014/2018). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; RUY YUKIMATSU TANIGAWA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 443/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 347/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; WILMAR DE ATHAYDE GERENT, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 444/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí (Sindicância nº 60/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; WILMAR DE ATHAYDE GERENT, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 447/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba (Sindicância nº 56/2015). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de maio de 2019. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 448/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 14/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 449/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (Sindicância nº 138/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 453/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Sindicância nº 132/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de maio de 2019. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; OTÁVIO MARAMBAIA DOS SANTOS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8/2019 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 230.896/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. LUEIZ AMORIM CANÊDO, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 28/2019 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (Sindicância nº 82/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; OTÁVIO MARAMBAIA DOS SANTOS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 55/2019 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 430/2018). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 56/2019 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 10.482/2014). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 63/2019 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 208.188/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 73/2019 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (Sindicância nº 30/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por unanimidade, negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem em relação aos 1º e 3º apelados, por inexistência de indícios de infração relativo ao atendimento prestado à paciente, nos termos do voto do conselheiro relator, e, por maioria, dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL, em desfavor do 2º apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018, DOU 01.11.2018), nos termos do voto divergente/vencedor do conselheiro Paulo Antônio de Mattos Gouvêa. Brasília, 28 de maio de 2019. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator; PAULO ANTÔNIO DE MATTOS GOUVÊA, Voto Divergente/Vencedor.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 125/2019 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 403/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2019. LUEIZ AMORIM CANÊDO, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

LÚCIO FLAVIO GONZAGA SILVA
Vice-corregedor

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

EXTRATO DE ATA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 6 DE JUNHO DE 2019

Processo CFN nº 51/2018. Acórdão Plenário. Data de julgamento: 6/6/2019. Relatora: Conselheira Dulce Lopes Barboza Ribas. Recorrente: B.C.B. Origem: CRN-9. Decisão: Conhecimento e provimento parcial do Recurso com redução da pena de suspensão para quatro meses. Decisão: maioria de votos.

RITA DE CÁSSIA FERREIRA FRUMENTO
Presidente do Conselho

EXTRATO DE ATA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 6 DE JUNHO DE 2019

Processo CFN nº 57/2018. Acórdão Plenário. Data de julgamento: 6/6/2019. Relatora: Conselheira Sônia Regina Barbosa. Recorrente: E.A.O. Origem: CRN-3. Decisão: Conhecimento e nulidade de todos os atos processuais praticados, nos termos do voto da conselheira Relatora. Decisão: unanimidade de votos.

RITA DE CÁSSIA FERREIRA FRUMENTO
Presidente do Conselho

EXTRATO DE ATA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 6 DE JUNHO DE 2019

Processo CFN nº 73/2018. Acórdão Plenário. Data de julgamento: 6/6/2019. Relatora: Conselheira Sônia Regina Barbosa. Recorrente: Q.T.Q. Origem: CRN-3. Decisão: Conhecimento e aplicação à representada de multa no valor de 5 (cinco) anuidades, nos termos do voto da conselheira Relatora. Decisão: unanimidade de votos.

RITA DE CÁSSIA FERREIRA FRUMENTO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ

DECISÃO Nº 224, DE 10 DE JUNHO DE 2019

Aprova o Parecer da Comissão Sindicância que Pugna pela Interdição Ética da Otoimagem Diagnósticos LTDA.

Processo Administrativo nº. 223/2018. Comissão de Sindicante: Dra. Rubênia Lauriza Pereira de Lima Vasconcelos - coordenadora, Dra. Ariadne Freire de Aguiar Martins - membro e Valderi Pereira Tavares Neto - membro. Denunciante: Fiscalização do COREN/CE. Denunciado: OTOIMAGEM Diagnóstica LTDA.

Denúncia: Interdição Ética por ausência de enfermeiro. Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Nº. 223/2018. decide na 370º Reunião Extraordinária do Plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará, realizada em 10 de junho de 2019, por votação unânime de seus conselheiros, aprovar o parecer da Comissão Sindicante que pugna pela interdição ética da OTOIMAGEM Diagnóstica LTDA.

ANA PAULA BRANDÃO DA SILVA FARIAS
Presidente do Conselho

RUBÊNIA LAURIZA PEREIRA DE LIMA VASCONCELOS
Coordenadora da Comissão Sindicante

ARIADNE FREIRE DE AGUIAR MARTINS
Membro da Comissão Sindicante

VALDERI PEREIRA TAVARES NETO
Membro da Comissão Sindicante